

SANTO TIRSO

DAS ORIGENS
DO POVOA-
MENTO
À ATUALIDADE



PREFÁCIO

Esta está longe de ser uma obra completa! Tenho plena consciência de que, quando decidi criar uma equipa para desenvolver este trabalho, estava a pedir algo difícil ou até, de certo modo, impossível. A elaboração de uma monografia do concelho é uma tarefa muito complexa e que exige um estudo dedicado, de muitos anos. Não foi essa no entanto a minha opção. Ao contrário de encomendar um estudo a um qualquer especialista, decidi aproveitar o saber instalado, os trabalhos já feitos, para, a partir deles, iniciar um processo de sedimentação que não termina, por certo, nesta publicação. Tenho consciência de que o que aqui se apresenta não é um resultado fechado, mas antes, uma porta aberta para quem queira aprofundar a investigação.

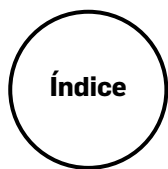
Os quatro capítulos apresentados têm diferentes propósitos e, quem sabe, conceitos. Dois deles, “*As origens do povoamento*” e “*O Mosteiro de Santo Tirso e a sua paróquia (o Cidnai)*” da autoria, respetivamente do Dr. Álvaro Moreira e do Padre Francisco Carvalho Correia, percorrem cronologicamente a história do município de Santo Tirso desde a sua origem até a criação do Concelho de Santo Tirso em 1834. Os outros dois, “*De Vila a Cidade*” e “*Demografia*” são de carácter temático, exploram a evolução urbanística da Vila/Cidade de Santo Tirso e caracterizam fisicamente o território e são, respectivamente, da autoria da arquiteta Conceição Melo e da geógrafa Mariana Gomes.

Daqui se deduz que fica em falta um lapso temporal que medeia entre 1834 e a atualidade, como também ficarão em falta outros temas e outras abrangências temporais. Embora fosse o meu primeiro propósito, incluir também esse arco temporal, tal não foi possível, o que, de algum modo, inviabilizou a publicação que aqui se apresenta.

Muito mais haveria a integrar nesta monografia, tanto sob ponto de vista de cada um dos temas, como em cada um per si. Fica a consciência de que o trabalho feito se pautou pelo rigor e seriedade e por isso será um bom ponto de partida para quem se decida a continuar a investigação.

Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

António Alberto de Castro Fernandes



AS ORIGENS DO POVOAMENTO – Álvaro Moreira

P 9

Introdução

O concelho de Santo Tirso no quadro da investigação arqueológica nacional

O contexto geográfico

As origens do povoamento

A pré-história

A proto-história

A idade do ferro

Domínio Romano

Alta idade média – do fim do mundo antigo ao advento da nacionalidade

Síntese

O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO

E A SUA PARÓQUIA (O CIDNAI) – Francisco Carvalho Correia

P 135

Do hagiónimo ao topónimo de Santo Tirso

Uma periodização da história conventual

A igreja actual de Santo Tirso

Os claustros da igreja de Santo Tirso

As hospedarias conventuais

Sala Capitular do mosteiro de Santo Tirso

Os Cãezinhos

Os Abades de Santo Tirso

O Cidnai

As devassas do mosteiro

As festas de S. Bento

DE VILA A CIDADE – Conceição Melo

P 263

Introdução

Conceito

Organização

Santo Tirso: de vila a cidade

Génese e desenvolvimento

A influência do planeamento urbanístico e do desenho urbano na imagem da cidade

As décadas seguintes

Viragem – o poder local democrático

As novas políticas urbanas de Santo Tirso no contexto regional

Santo Tirso na atualidade

Vila das Aves

DEMOGRAFIA – Mariana Gomes

P 351

Álvaro Moreira

AS ORIGENS DO POVOAMENTO

INTRODUÇÃO

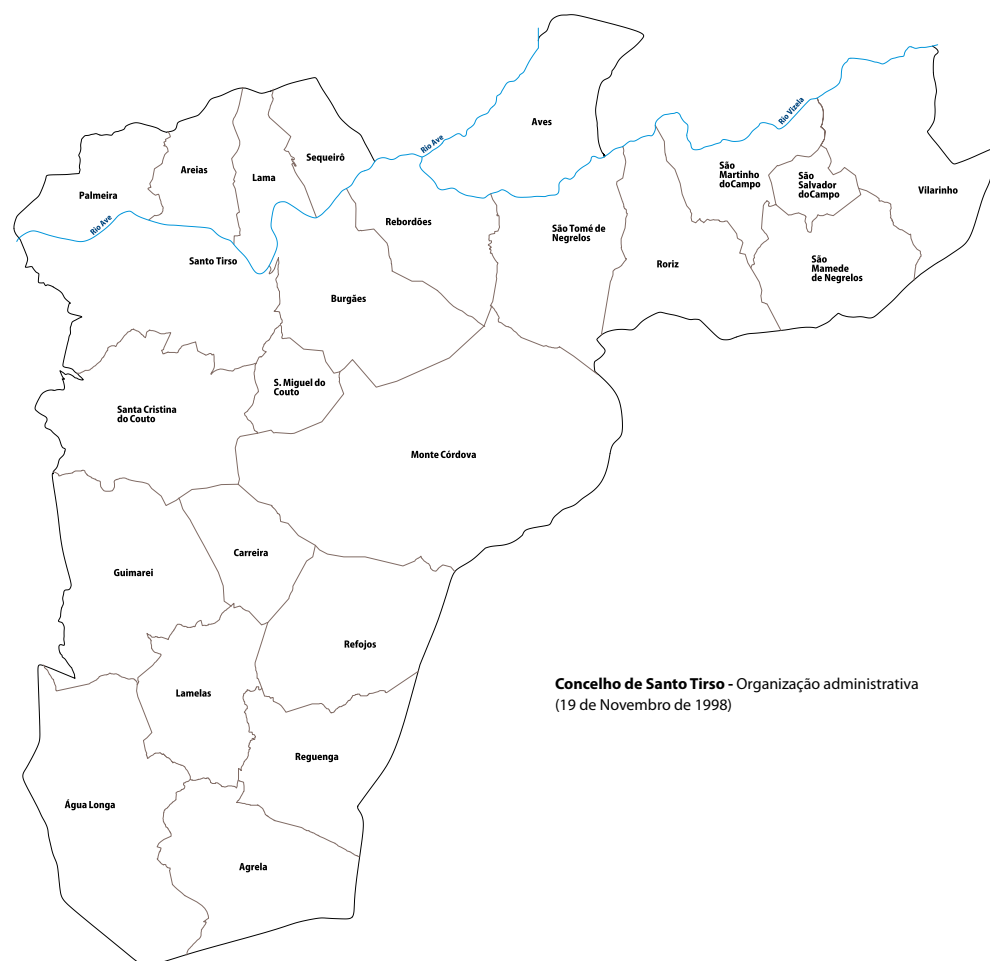
O concelho de Santo Tirso ocupa uma área de charneira entre o Grande Porto, o Vale do Ave e o Vale do Sousa localizando-se maioritariamente na região do Douro Litoral e, de forma residual, na margem direita do Ave, onde se situam as freguesias de Sequeirô, Lama, Areias e Palmeira, integradas na Região do Minho. É limitado a norte pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, a leste por Paços de Ferreira, a sul pelo concelho de Valongo e a oeste pelos concelhos da Trofa e Maia, abrangendo uma área de 132,6 Km². O seu território administrativo, recentemente redefinido, conheceu ao longo da história diferentes limites geográficos. Se, por um lado, é correcto admitir que o antigo couto do mosteiro beneditino constituiu a realidade geográfica, jurídico-administrativa que lhe deu origem, por outro, não será menos significativo constatar que foram várias as reformas legislativas que definiram os seus actuais limites. É no decreto n.º 66, de 28 de Junho de 1833, que é mencionado pela primeira vez o concelho de Santo Tirso, precisamente com as mesmas freguesias e limites que tinha o couto do mosteiro – Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, S. Miguel do Couto, parte de Burgães e Monte Córdova da Várzea ou de Baixo. No entanto, esta estrutura administrativa, que no país compreendia 816 concelhos, só se tornou efetiva em 1834 com a vitória das tropas liberais. Em 1839, integraram o concelho as freguesias de S. Miguel do Couto e Burgães, desanexadas do então concelho de S. Tomé de Negrelos que acabaria por ser extinto em 1855, passando todas as suas freguesias a integrar o concelho de Santo Tirso, com exceção de Penamaior que incorporou o concelho vizinho, Paços de Ferreira. Em 1879, por requerimento da população, a freguesia de S. Miguel das Aves foi desanexada do concelho de Vila Nova de Famalicão e passou a integrar o concelho de Santo Tirso^I. A alteração administrativa, datada de 19 de Novembro de 1998, criou o concelho da Trofa a partir da desanexação de oito freguesias do concelho de Santo Tirso – Alvarelos, S. Martinho de Bougado, Santiago de Bougado, S. Mamede do Coronado, S. Romão do Coronado, Covelas, Guidões e Muro –, definindo-se, a partir desse momento, a configuração do município de Santo Tirso com 24 freguesias que abrangiam parcialmente os vales dos rios Ave, Leça e Vizela. A última alteração administrativa, ocorrida em 28 de janeiro de 2013, reorganizou o território concelhio por agregação das freguesias reconfigurando uma nova divisão administrativa que passou a incluir apenas quatorze freguesias.

Do ponto de vista geográfico o território ocupa um lugar de transição entre a fachada atlântica e o interior mais acidentado e montanhoso que conhece na serra de Monte Córdova o seu primeiro registo orográfico digno de nota. Esta localização privilegiada influenciou determinantemente a sua geografia física e humana, quer pelas condições naturais, quer pela dinâmica social derivada dos frequentes contactos comerciais e interculturais documentados desde épocas remotas, favorecidos por uma rede de vias naturais de comunicação de natureza cruciforme, criado pela proximidade do mar e os principais rios da região, circunstância que constituiu um elemento matricial na definição da sua identidade histórica. A ocupação humana e as atividades artesanais conferiram à região

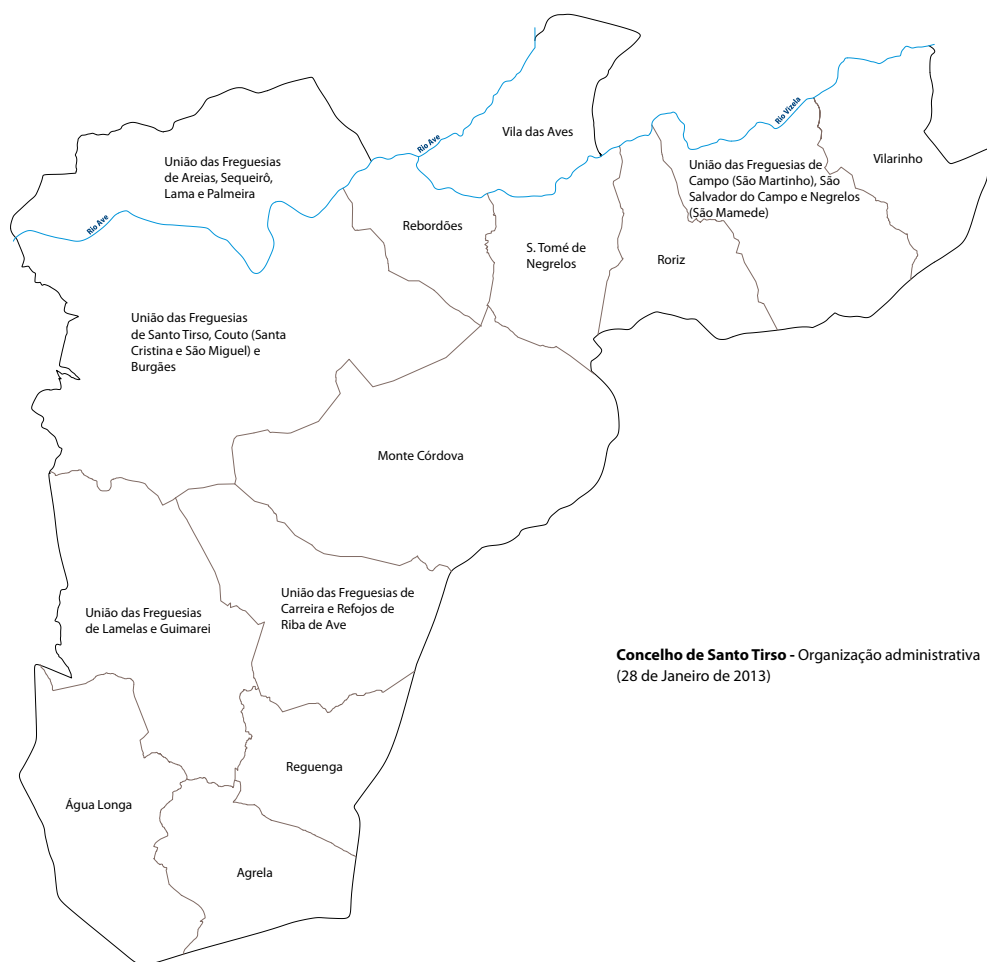
uma personalidade particular, cujo *fácies* rural, apesar de profundamente alterado pelo processo de industrialização, operado na região a partir de meados do séc. XIX, a sua paisagem ainda preserva.

O estudo e a contextualização dos inúmeros vestígios das comunidades humanas radicadas desde longa data na região permitem perceber as suas origens a partir de contextos da pré-história, possibilitando o resultado das investigações perceber o enquadramento de formação e desenvolvimento dos seus pólos de povoamento da proto-história e época romana numa referência macro-espacial, cuja contextualização, em primeira análise, dever-se-á concretizar na área meridional do noroeste de Portugal e, em termos mais abrangentes, no Noroeste Peninsular.

Os parâmetros cronológicos em que se inscreve o presente estudo balizam-se entre o período Neolítico, expresso em manifestações de natureza funerária e religiosa vinculados ao fenómeno megalítico, e a Alta Idade Média, tendo como referência histórica o advento da nacionalidade. Pretende-se, desta forma, documentar analisar e problematizar as dinâmicas de povoamento da área geográfica que atualmente corresponde o concelho de Santo Tirso enquadradas no devenir histórico e nas referências cronológicas e culturais regionais².



Concelho de Santo Tirso - Organização administrativa
(19 de Novembro de 1998)



¹ Entre os diferentes contributos para o estudo da origem e desenvolvimento do concelho de Santo Tirso refira-se o trabalho publicado por Carlos Faya Santarém - Génese do concelho de Santo Tirso, apresentado no Colóquio de História Local e Regional realizado em Santo Tirso (SANTARÉM 1979, 407-414), em Março de 1979, e mais recentemente – Génese e evolução do concelho de Santo Tirso. Estrutura administrativa e órgãos autárquicos (1834-2012) –, da autoria de Nestor Borges e Álvaro Moreira (MOREIRA; BORGES 2012).

² O catálogo das estações arqueológicas inventariadas resultou de um intenso trabalho de pesquisa bibliográfica, no estudo dos materiais provenientes de todas as estações identificadas que, na maior parte dos casos, se encontra disperso por diferentes instituições e, fundamentalmente, por um rigoroso trabalho de prospeção arqueológica que implicou a verificação *in situ* de todas as estações referenciadas. A sua interpretação e contextualização, apesar das dificuldades técnicas relativas à execução deste tipo de abordagem, possibilitaram a classificação de todos os vestígios tendo como referência os seguintes descritores – historiografia arqueológica (referência e análise bibliográfica/fontes documentais); caracterização física (topografia / dimensão / configuração planimétrica / relação com os recursos naturais); caracterização arqueológica (planimetria de estruturas / sistemas defensivos / espólio); implantação (inter-relação entre os assentamentos e a rede viária/caracterização dos solos e aptidão agrícola da terra).



O CONCELHO DE SANTO TIRSO NO QUADRO DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NACIONAL

1. A história da investigação no concelho de Santo Tirso

A historiografia arqueológica concelhia enquadra os diferentes ritmos de desenvolvimento que esta ciência conheceu entre nós. De uma forma simplista, poder-se-ia dividir em quatro grandes períodos que refletem os avanços técnico-científicos que a Arqueologia, registou ao longo dos séculos XIX e XX, assim como o enquadramento político nacional no contexto europeu (LEMOS 1987, 5). Todavia, ao invés de outras realidades geográficas, as escavações arqueológicas executadas com metodologias científicas na área do concelho resume-se às últimas três décadas, tendo as anteriores intervenções sido caracterizadas pela pouca expressão espacial, duração limitada e critérios metodológicos pouco rigorosos, mesmo para a época em que se desenvolveram.

O **primeiro período**, em traços gerais, corresponde à segunda metade de oitocentos e às duas primeiras décadas do séc. XX, momento em que várias gerações de investigadores animaram e imprimiram um forte rumo à arqueologia nacional, enquadrando o movimento romântico que então animava a Europa Ocidental, influenciada por um conjunto de descobertas de grande monumentalidade e significado científico. Este momento enquadra o nascimento e afirmação da Arqueologia enquanto disciplina emergente no âmbito das Ciências Históricas, cuja substância teórica se relaciona com a criação de um imaginário de identificação e exaltação dos valores nacionais, em consonância com outras referências do domínio das Ciências Sociais e Humanas. Nesta conjuntura, de intensa e profícua atividade de investigação, várias personalidades imprimiram uma forte dinâmica à Arqueologia nacional e estiveram na base da criação de um conjunto significativo de instituições de carácter científico que constituiriam as bases do seu desenvolvimento. Entre as mais preponderantes criadas no norte de Portugal destacam-se o Instituto de Antropologia do Porto, fundado em 1911 e, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em 1918, cuja origem radica num grupo de investigadores que colaborou com a revista *Portugália* na transição do século (1899-1906) e, por último, a Sociedade Martins Sarmento, fundada em 1882, que viria a constituir o órgão aglutinador das atividades arqueológicas desenvolvidas na região.

A par de um largo número de ilustres estudiosos, de grande reputação científica, como Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira, Estácio da Veiga, Carlos Ribeiro, José Fortes, entre muitos outros, foram inúmeros os "arqueólogos amadores" que procuravam conhecer as antiguidades locais e mantinham os investigadores informados.

Do grupo dos investigadores que conheceram projeção nacional, são conhecidas várias intervenções no concelho, quer no que respeita a ações diretas de escavação, quer de publicação de materiais recolhidos furtivamente. Entre os mais significativos trabalhos publicados no final do séc. XIX (1895), ainda hoje uma referência incontornável para o estudo da rede viária romana do norte de Portugal, conta-se o extenso *corpus* de epigrafia viária publicado por Martins Capela³, que ainda hoje constitui, em muitos casos, a única referência para o estudo dos marcos miliários já desaparecidos. Na área meridional do Convento Bracaraugustano, respeitante à via XVI do itinerário de Antonino, que ligava Bracara Augusta a Cale, identificam-se na área entre Leça e Ave vários miliários cuja leitura constitui a única referência conhecida, a partir da qual atualmente se produzem as diferentes propostas interpretativas, uma vez que, com exceção do marco miliário da Quinta do Paiço, Alvarelhos, nenhum outro exemplar conserva a totalidade da inscrição legível. Neste âmbito, o relacionamento de Martins Capela com o Abade Pedrosa documenta-se a propósito dos achados epigráficos ocorridos em 1888 em Santiago de Bougado, na EN n.º 14, na reconstrução da ponte sobre o rio Sedões, assim como a propósito do marco miliário descoberto pelo Abade no lugar da Espinhosa, em S. Pedro de Avioso, em 1894.



³ Martins Capela nasceu no lugar do Assento, freguesia de S. Paio de Carvalheira, Braga, a 28 de Outubro de 1842. Ao longo da sua vida desenvolveu importantes estudos no âmbito da Arqueologia Clássica, com claro destaque para a epigrafia viária, área científica em que a sua obra de referência – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal* – viria a granjear um lugar de destaque na bibliografia arqueológica portuguesa. Contudo, os seus estudos extravasaram o domínio da Arqueologia, designadamente para o campo da Filosofia, onde não foi menos importante ou original. Destaca-se ainda o seu papel no ensino sendo justamente considerado como o restaurador dos estudos tomísticos em Braga. A sua biografia e bibliografia foram já alvo de atenção por parte de vários historiadores dos quais se salientam J. M. da Cruz Pontes e A. Luís Vaz (PONTES 1976; VAZ 1942).

Também José Leite de Vasconcelos⁴ manteve contactos directos com os investigadores da região, entre os quais o Abade Pedrosa, com o qual desenvolveu algumas iniciativas, merecendo destaque a que se relaciona com a identificação dos vestígios que atestam a origem romana da cidade de Santo Tirso.

Em boa verdade, a autoria da descoberta deve-se ao Abade Pedrosa que refere em carta dirigida a Martins Sarmiento, a recolha de muita telha e fragmentos de olaria romana em desaterros junto ao mosteiro (LEMOS 1989, 11). A confirmação do local como de “interesse arqueológico” foi sancionada por José Leite de Vasconcelos que visitou o local em 9 de Janeiro de 1893. Desta expedição o próprio daria testemunho na sua obra de referência – *Religiões da Lusitânia* –, no momento em que aborda o estudo da epígrafe romana dedicada a Turiaco, descoberta na parede da face norte do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso – (...) *Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo apparecimento de fragmentos de tegulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, – como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente ahi.* (...) (VASCONCELOS 1905, 325-326).

Martins Sarmiento⁵, seguramente o mais proeminente investigador nortenho do séc. XIX, terá sido o principal mentor da atividade arqueológica desenvolvida pelo Abade Pedrosa, cujos contactos de carácter científico se prolongaram por cerca de 20 anos.

Entre os estudiosos tirsenses, a mais antiga referência é da autoria de Luís Correia de Abreu⁶, ilustre pedagogo tirsense que dedicou grande parte da sua vida ao ensino e à divulgação da cultura. A atividade arqueológica que desenvolveu, apesar de reduzida, revela um interesse que ultrapassa a do pequeno colecionador, patente nos inúmeros manuscritos que produziu, entre os quais merece destaque o que se reporta aos vestígios arqueológicos da sua terra natal, intitulado – *Descrição das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães*. O seu conteúdo, apesar de pouco rigoroso, conserva informações relevantes, uma vez que algumas delas constituem as únicas referências conhecidas relativas aos respetivos achados. Entre elas, refira-se a nota alusiva à descoberta de um tesouro monetário ocorrido em 1841 no “Cham das Cruzes”, próximo do lugar de Santa Cruz, Burgães, supostamente de cronologia tardorromana – (...) *... huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno.* (...). No mesmo local terão ocorrido outros achados, nomeadamente de materiais de construção e cerâmica comum romana. Em data anterior à descoberta do tesouro terá sido recolhida a epígrafe dedicada a Cosunemeoecus *vel* Cosuneneoecus, que o autor adquiriu em 1847 e recolheu nos jardins da sua casa que, quarenta anos volvidos, em 1887, o seu filho, António Maria Correia de Abreu, ofertaria o monumento ao Museu da Sociedade Martins Sarmiento (CORREIA 2000, nota 37). Por último, importa ainda mencionar a referência à descoberta de sepulturas na freguesia de Burgães, com destaque para a identificada na Quinta da Laje que, de acordo com a sua descrição, poderá corresponder a uma tumulação de época romana – (...) *Dentro da Quinta da Laje no Pomar das Eirozes num pedaço de terra, que nunca foi cultivado appareceu no dia 3 de Fevereiro de 1841 huma sepultura com os lados formados de pedra de cantaria bem labrada, e o lastro de grandes tijolos.* (...) (CORREIA 2000, 23).

Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa, ilustre personagem da sociedade tirsense, desenvolveu uma intensa atividade arqueológica cuja ação precursora contemplou inúmeras intervenções no âmbito da escavação, salvaguarda e recolha de objetos provenientes de achados fortuitos, que estiveram na origem da criação do Museu Municipal, inaugurado a 10 de Março de 1989. As fontes para o estudo da sua ação de investigação⁷, relativamente escassas e limitadas, são essencialmente constituídas pela correspondência epistolar mantida com Martins Sarmiento, referências indiretas efetuadas por este a propósito de achados arqueológicos ocorridos na região e por notícias de jornais. De facto, como chegou a ser admitido pelo próprio numa carta referida por Augusto Pires de Lima⁸, nunca escreveu ou publicou qualquer estudo sobre Arqueologia ou História, apesar das inúmeras iniciativas que desenvolveu e que constituíram, em muitos casos, ações cruciais para a preservação e salvaguarda de espólio arqueológico de valor científico e patrimonial assinalável – (...) *O distinto archeologo a quem V. Ex.^a se dirige é tão distinto (é mesmo unico), que nunca escreveu uma linha sobre archeologia, nem sobre outra coisa, a não ser cartas em correspondência com o Dr. Martins Sarmiento sobre pesquisas de velharias que ainda se acoitavam por estes sítios e com o venerando Possidónio da Silva, e mais nada. (...).*



⁴ José Leite de Vasconcelos nasceu em Ucanha, Tarouca, a 7 de Julho de 1858. Faleceu em Lisboa em 17 de Janeiro de 1941. Fundou, em 1887, a *Revista Lusitana*, vasto repositório de Etnografia e Filologia portuguesa. Por proposta sua, em 1893, Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, criou o Museu Etnológico, de que passou a ser director. Dois anos mais tarde inicia a publicação da revista “*O Archeólogo Português*”, órgão daquela instituição. Foi professor de Filologia Clássica, Filologia Românica, Arqueologia e Epigrafia na Faculdade de Letras de Lisboa. Etnólogo e Filólogo da maior notabilidade produziu uma vastíssima obra em vários domínios do conhecimento.

⁵ A propósito da sua vida e obra científica veja-se, CARDOZO 1961.

⁶ Luís Correia de Abreu nasceu em Burgães, Santo Tirso, em 1804 e faleceu em 1877 na mesma vila.

⁷ Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa nasceu em S. Martinho de Bougado, Trofa, a 30 de Novembro de 1848. Faleceu em Santo Tirso a 9 de Fevereiro de 1920. De perfil humanista, desenvolveu ao longo de 40 anos uma intensa atividade de estudo, defesa e valorização do património arqueológico tirsense. Com a sua atividade relacionam-se importantes descobertas arqueológicas, escavações e recolha de materiais provenientes de achados fortuitos. Também no âmbito da defesa e valorização do património arquitetónico foi particularmente interventivo, como são exemplo as ações de valorização empreendidas no mosteiro de Santo Tirso e na igreja românica de Roriz.

⁸ Lamentavelmente, o ilustre historiador que publicou a correspondência epistolar de Martins Sarmiento e o Abade Pedrosa não pormenoriza aspetos importantes relativos a esta missiva, nomeadamente a quem se dirigia, a data, assim como o restante conteúdo (LIMA 1940, 77, nota 1).

Todavia, enquanto arqueólogo amador foi um destacado colaborador de Martins Sarmento, tendo-se distinguindo pelos inúmeros achados que efetuou e pelas escavações que dirigiu. A atividade arqueológica que desenvolveu centrou-se, fundamentalmente, na década de oitenta e noventa do séc. XIX, momento a partir do qual se regista um afastamento progressivo, certamente relacionado com a morte de Martins Sarmento, ocorrida em 1899, cujo relacionamento, de grande proximidade, teria constituído um forte estímulo para uma intensa participação na atividade arqueológica da época⁹ que, de forma sinóptica, se pode destacar nos seguintes momentos. Em 1883 Martins Sarmento visita a cidade de Santo Tirso e, na companhia do Abade Pedrosa percorre o mosteiro de S. Bento no qual identifica a lápide romana dedicada a Turiaco, que analisa detalhadamente, dando início ao processo de desmistificação do epitáfio do “soldado que venceu Viriato”, amplamente divulgado na bibliografia da época, da qual publicaria uma nota, utilizando para o efeito, os documentos fotográficos disponibilizados pelo Abade Pedrosa¹⁰ - (...) *Nos meados deste ano, indo casualmente a Santo Tirso e visitando um cláustro do seu mosteiro, encontrei embutida numa parede uma inscrição romana, cuja leitura me causou a mais viva surpresa. Nem sequer me lembrava naquele momento que houvesse em Santo Tirso uma inscrição romana. O Sr. Abade Pedrosa, que estava presente avivou-me a memória, dizendo que era esta a lápide, em que os nossos epígrafistas viam o soldado que venceu Viriato* (...) (SARMENTO 1933, 173-174)¹¹.

No mesmo ano, o clérigo tirsense mandou limpar e fotografar a inscrição e remeteu as cópias a Martins Sarmento - (...) *Tenho à vista a fotografia da inscrição, que o meu ilustrado amigo mandou tirar, depois que consegui libertar a pedra de toda a calça que a remendara.* (...) (SARMENTO 1933, 173-174).

Em 1885, participa com o Abade de Tagilde e Martins Sarmento na direção da escavação da necrópole romana de Moure, Vela, no concelho de Guimarães - (...) *Em 1885, pude também fazer algumas escavações, tanto ao nascente, como poente da estrada, sendo auxiliado nestes trabalhos pelos meus amigos, Abade de Santo Tirso e de Tagilde.* (...) (SARMENTO 1933, 252-253).

Na sequência dos resultados arqueológicos obtidos nas escavações no Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso, Martins Sarmento visita novamente o concelho¹². Os acontecimentos relatados em carta datada de 25 de Maio de 1885, referem um significativo conjunto de achados, assim como o resultado das escavações realizadas anteriormente ao aparecimento da necrópole¹³. Em carta de 26 de Julho de 1885 (LIMA 1940b, 197, carta II), o Abade refere o aparecimento fortuito de um tesouro monetário no lugar em que estivera com Martins Sarmento. Na mesma epístola relata ainda que um ourives que vira as moedas constatou que todas eram de cobre e uma delas do imperador Galieno.

Em 1888, verifica-se a descoberta do “esconderijo de fundidor” no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, onde a sua intervenção viria a revelar-se fundamental na recuperação do espólio, hoje em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmento, conforme dá conta o patrono do Museu vimaranense - (...) *Graças á intervenção do meu amigo, abbade de Santo Thyrso, a Sociedade Martins Sarmento fez a aquisição de machados*



⁹ Apenas assim se compreende a ausência de ligação do Abade com importantes descobertas ocorridas no concelho de Santo Tirso nas duas primeiras décadas do séc. XX. Constituem um bom exemplo o achado de um tesouro monetário tardorromano ocorrido em 1900 no lugar da Lage, Vilarinho, noticiado no Jornal *O Popular*, em 22 de Agosto do mesmo ano, os achados ocorridos em 1914 no lugar do Corvilho, cuja natureza singular, seguramente não permitiria que lhe passassem despercebidos. O mesmo se poderá dizer do processo desenvolvido pela Junta Nacional de Educação, tendente à classificação do Monte do Padrão, então designado por Castro de Monte Córdova, que viria a concretizar-se em 1910.

¹⁰ SARMENTO 1884, 303-304.

¹¹ A nota de Martins Sarmiento integra a publicação póstuma sobre o título – *Dispersos* – datada de 5 de Dezembro de 1883.

¹² Martins Sarmiento dá conta da sua visita ao Monte dos Saltos, Sequeirô, em missiva dirigida ao Abade Pedrosa datada de Julho 1885 (LIMA 1940, 104-105).

¹³ Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso. Coordenadas geográficas - Lat. - 41° 21' 30'' N / Long. - 8° 27' 07'' W (meridiano de Greenwich) / Alt. - 85m (CM 1:25 000, SCE fl. 98, 1977 - Santo Tirso). A estação arqueológica de Monte dos Saltos situa-se na freguesia de Sequeirô, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto.

A estação arqueológica encontra-se implantada num promontório sobranceiro ao rio Ave. O povoado estruturar-se a partir da plataforma superior que revela uma planta oval com cerca de 200 m de comprimento no sentido norte/sul e 100 m no sentido leste/oeste. As suas vertentes sul, leste e oeste são de declive acentuado descendo até às margens do rio, enquanto que a vertente nordeste é mais suave criando uma zona de ligação com a restante área que vai progredindo para o interior. A área de dispersão dos vestígios ocupa uma vasta área onde se observam à superfície fragmentos dispersos de cerâmica romana, assim como taludes que denunciam a existência de muros.

O local foi sondado no século passado pelo Abade Pedrosa que, na altura, detetou alguns alicerces de habitações onde foram recolhidos materiais arqueológicos cujo paradeiro desconhecemos, excetuando um pedaço de *opus caementicium* em depósito no Museu Municipal. Este fragmento de *opus*, cuja dimensão é de sensivelmente 1 m de comprimento por 0,70 m de largura e 0,45 m de espessura é constituído por uma argamassa muito compacta com seixos de quartzo integrados.

Existe ainda a referência ao aparecimento de um tesouro de moedas da época de Constantino, mencionada por Mário Hipólito (HIPÓLITO 1960-61, 41) com base numa notícia publicada no jornal "Economista" – (...) *Dizem de Santo Tirso que nas escavações a que se anda procedendo no monte dos Sultos, freguesia de Sequeirô, foi encontrado um vaso com cerca de quatrocentas moedas de cobre romanas, quase todas da época de Constantino. Há diferença na cunhagem, mas o tamanho não excede o das nossas moedas de 5 réis. São muito semelhantes às que apareceram há anos no bairro das Traves-sas dessa cidade. Tratava-se evidentemente de pequenos bronzes.* (...).

Alberto Pimentel, para além das referências aos achados já mencionados, identifica ainda o aparecimento de – (...) ... *algumas sepulturas revestidas de tijolo, bem como muitas moedas de cobre dentro de uma vasilha de barro.* (...) (PIMENTEL 1902, 349).

Aos achados acresce ainda a identificação de uma estela funerária em granito, de formato retangular, com a face superior arredondada e decorada com um tríscele. Encontra-se incrustada no paramento exterior da face sul da igreja matriz de Sequeirô, não conservando atualmente qualquer vestígio de inscrição. No mesmo local encontram-se depositados inúmeros materiais recolhidos no Monte dos Saltos (tégulas, mós, etc.).

de bronze apparecidos há tempo em S. Martinho de Bougado. Segundo parece, o numero de machados de bronze subia a trinta e quatro; mas alguns foram mandados derreter pelo achador, para se desenganar de que não eram feitos d'ouro. A collecção compõe-se hoje de trinta, dois em fragmentos, os demais completos ou quasi. (...) (LIMA 1940, 88)¹⁴.

A primeira referência à descoberta dos machados regista-se em 7 de Agosto de 1888, já numa fase adiantada do processo de recuperação dos machados (LIMA 1940b, 199-200, carta IV)¹⁵.

Em carta datada de 28 de Outubro de 1888, o Abade Pedrosa refere a visita efetuada às duas mamoadas da Ervosa – (...) *Fui hoje ver a mamôa de que nos fallou o regedor, ou antes as mamôas, porque são duas, afastadas uma da outra coisa de 50, ou 60 metros. Estão numa bouça próxima da estrada da Trofa para St.º Thyrsó, no sítio em que o terreno principia a pender para um ribeiro, que passa próximo. Medem dez metros de diâmetro na base por um e meio d'alto, ficam a trez kilometros da que vimos na bouça das Bicas e na mesma freguesia de S. Martinho de Bougado (...).*

Em 17 de Dezembro do mesmo ano deu conhecimento da descoberta de uma outra mamoadas, eventualmente relacionada com as anteriores¹⁶ – (...) *N'uma bouça immediata áquella em que vimos a mamôa, ao pé d'Abelheira, na Trofa, encontrei outra mamôa, apesar de me parecer que já não está intacta, hei-de mandala abrir, para ver se dá alguma coisa. (...).*

Em 1888, descobre a estação pré-histórica de Monte Córdova onde recolhe vários utensílios líticos, nomeadamente machados de pedra polida (MOREIRA 2007, MMAP n.º 6, 11).

No mesmo ano desenvolve diligências no sentido de evitar a destruição dos marcos miliários descobertos na Trofa Velha (Santiago de Bougado) na reconstrução da ponte sobre o rio Sedões. O facto foi relatado por Martins Sarmiento em carta dirigida a Emílio Hübner em Agosto de 1888 – (...) *O abade comprou os miliários roubados e não me mandou a cópia pedida, por ter desgostos de família que lhe não permitem entregar-se a estas occupações. (...) (CARDOZO 1947, 131)¹⁷.*

No decurso de 1890 a troca de correspondência com Martins Sarmiento regista importantes referências ao marco miliário de S. Tiago de Antas (LIMA 1940b, 202-203, carta VII).

Em carta datada de 6 de maio de 1894 informa Martins Sarmiento do aparecimento do espólio numismático descoberto em Alvarelhos – (...) *As moedas, que appareceram no Castro d'Alvarelhos, são todas de prata, e d'Augusto, todas do mesmo cunho, tenho duas, mas imperfeitas. (...).* No mesmo ano regista-se a oferta à Sociedade Martins Sarmiento de um modelo da ara descoberta no castro de Alvarelhos dedicada ao Génio (GUIMARÃES 1901, 56). A epígrafe foi encontrada num terreno agrícola no castro em data anterior a 1893, momento em que, a partir da Quinta do Paço, onde se encontrava depositada, terá sido transferida para o Museu da Sociedade Martins Sarmiento, tendo sido posteriormente oferecida ao Museu Etnológico Português pelo Abade Sousa Maia, através de Félix Alves Pereira que, em 1905, efetuou uma visita à região de Entre-Douro-e-Minho na qual obteve inúmeros materiais arqueológicos, designadamente procedentes de Alvarelhos¹⁸. O monumento encontra-se atualmente no Museu Nacional de Arqueologia (MNA, n.º E16711).



¹⁴ SARMENTO 1933, 323.

¹⁵ O “esconderijo de fundidor” da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, composto por 30 machados de talão e duplo anel, tipo Monteagudo 35A, constitui um dos mais significativos achados datáveis do Bronze Final registados na área meridional do Noroeste Peninsular. Lamentavelmente, não dispomos de informação sobre o local do achado, nem das características de enterramento ou o respetivo contexto arqueológico, não permitindo relacioná-lo com nenhum povoado conhecido na região (MOREIRA 2007, 24).

¹⁶ As referências de localização dos monumentos funerários induziu-nos a desenvolver trabalhos de prospeção arqueológica com o objetivo de as identificar e, apesar de não termos redescoberto nenhum deles, localizamos uma outra em Santa Cristina do Couto, eventualmente relacionada com a mesma necrópole.

– Mamoa da Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso Coordenadas geográficas; Lat. – 41° 20’ 04’’ N / Long. – 8° 29’ 28’’ W (meridiano de Greenwich) / Alt. – 94 m (Carta militar 1: 25 000, SCE fl. 98, 1977 – Santo Tirso).

Túmulo megalítico localizado a cerca de 2 km a sudoeste da cidade de Santo Tirso, junto da via intermunicipal no nó de acesso à cidade. A mamoa configura uma elevação de planta oval, de recorte irregular, com cerca de 8,30 m de comprimento por 6. 20 m de largura e cerca de 0,90 – 1,10 m de altura em relação à área envolvente. Na área correspondente ao tumulus revela uma cratera de violação relativamente extensa e profunda, não evidenciando qualquer esteio da câmara tumular à superfície. A estrutura de contenção encontra-se relativamente preservada, revelando alguns elementos da carapaça pétrea à superfície.

¹⁷ Martins Sarmento ao mencionar “desgostos de família” referir-se-ia provavelmente à morte da mãe do Abade Pedrosa, Angelina da Fonseca Pedrosa, falecida nesse mesmo ano de 1988.

¹⁸ A carta de agradecimento de Leite Vasconcelos, assim como a promessa de publicação da notícia na revista da instituição, data de 28 de Fevereiro de 1905. Esta viria a ser publicada no vol. X, do *Archeologo Português*, pp. 381-382, e dá conta do conjunto de materiais então recolhidos – (...) *Do Ver. ° Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia, ...um fragmento, de forma especial, pertencente talvez a algum vaso do castro de Alvarelhos...; um capitel romano, do castro de Alvarelhos; um machado de pedra, do castro de Alvarelhos; um denário deste mesmo castro, e uma moeda de cobre hispânica; vários pesos de barro, de Alvarelhos; ...um fundo de passador e um bico de bilha de barro, de Alvarelhos; ...um bordo de vaso ornamentado, com incisões, de Alvarelhos; ...uma ara votiva, do castro de Alvarelhos (...)* (VASCONCELOS 1905, 381-382). Regista-se o acontecimento no acervo epistolar de José Leite de Vasconcelos, conforme se aprecia em carta endereçada por este ao Abade de Canidelo, em 28 de Fevereiro de 1905 (BRANCO 1963, 37-38).

Em Maio de 1884 identifica e regista sumariamente o marco miliário de S. Pedro de Avioso, Maia, de que deu conhecimento a Martins Sarmento em carta datada de 11 de Maio – (...) *Na 6ª fui a S. Pedro de Avioso ver o marco milliar de que lhe tinha fallado, está levantado ao lado do caminho junto a uma caza, num lugar a que hoje chamão Espinhosa, a 2 Kilometros abaixo da carriça e a 19 m ao Poente da estrada de Braga ao Porto. Disse-me o dono da caza, que o prazo d'ella refere-se ao marco, e que chama ao terreno aonde ella está sita e proximidades “bouça da pedra d'Anta”. Este marco mede d'alto fora da terra 1,40m, é cylindrico, tem na parte superior 0,70m de diâmetro e na inferior próximo á terra 0,60.*

Tem vestígios de muitas letras, mas apenas pude ler juntas estas trez, COS, talvez se conheça mais alguma, mas dispersas. (...) (LIMA 1940b, 206). Em 16 de Junho do mesmo ano, deu conta da visita efetuada aos marcos miliários da Trofa e S. Pedro de Avioso em companhia de Martins Capela (LIMA 1940b, 209). Em 1894, identifica e salvaguarda os vestígios arqueológicos associados à *villa* romana de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, designadamente os materiais relacionados com a necrópole (monumentos epigráficos, cerâmicas, moedas, etc.). Segundo os registos epistolares o primeiro a intervir no sítio terá sido David Ramos, colecionador e arqueólogo amador, com quem o prelado se relacionou, conforme se depreende da leitura da carta dirigida a Martins Sarmento em 15 de Junho de 1894, na qual relata o desenvolvimento das escavações, assim como a natureza dos materiais identificados¹⁹.

Neste período, na área do concelho de Santo Tirso ocorrem inúmeros achados fortuitos que a bibliografia da especialidade dá conta exaustivamente. Entre os mais significativos assinala-se em 1883 a descoberta das epígrafes rupestres de S. Martinho do Campo, dadas a conhecer por Martins Sarmento; em 1841 a descoberta em Burgães (Chão das Cruzes) de um tesouro monetário tardorromano e a epígrafe dedicada a Cosus; a redescoberta e reinterpretação pelo mesmo autor em 1884 da lápide votiva dedicada a Turiaco; a divulgação dos resultados obtidos nas escavações dirigidas pelo Abade Pedrosa entre 1884 e 1885 no Monte dos Saltos, entre os quais se identifica um tesouro monetário, uma necrópole e outros materiais e estruturas; a divulgação da aquisição pela Sociedade Martins Sarmento em 1887 de duas epígrafes romanas provenientes de Santa Maria de Negrelos (uma ara funerária e outra votiva dedicada a Júpiter); a referência de Martins Sarmento em 1888 à descoberta uma sepultura escavada na rocha em Burgães (Monte Sião); no mesmo ano o Abade Pedrosa dá conta da recolha de vários achados líticos em Monte Córdova; a identificação no mesmo ano de duas mamoadas no lugar de Ervosa, assim como de gravuras rupestres (ferraduras e covinhas) em afloramentos junto da ponte da Lagoncinha; a descoberta em 1893 de uma “necrópole” romana no lugar de Portelas, S. Mamede de Negrelos, referida por Ricardo Severo; a descoberta acidental em 1990 de um tesouro monetário tardorromano na “Bouça da Lage”, Vilarinho, noticiado por Pedro Azevedo; a descoberta em 1906 da epígrafe de S. Martinho do Campo, consagrada por *Fuscinus* à deusa Abna, publicada por João Gomes Oliveira Guimarães, em 1907; em 1915 a descoberta da “necrópole” do Corvilho, Santo Tirso, datada do Bronze Final, apenas divulgada em 1956 por Carlos Faya Santarém; ainda nesse ano tem lugar a descoberta no lugar da Capela Velha no Monte da

Nossa Senhora da Assunção de um machado/placa polido que viria a ser divulgado por Carlos Faya Santarém em 1952; a publicação de Serpa Pinto em 1928 de vários materiais arqueológicos expostos no claustro do mosteiro de Santo Tirso da coleção do Abade Pedrosa, com especial destaque para os machados líticos e de bronze; a publicação da autoria de Serpa Pinto datada de 1930 de vários machados de bronze em depósito no “Museu Municipal Abade Pedrosa” e outros materiais arqueológicos.

O **segundo período** desenvolve-se a partir de finais da década de 1920 até finais da década de 1950 do século XX. Enquanto o continente europeu mergulhava na guerra, a investigação arqueológica nacional conhecia importantes progressos. Localmente, após um início menos promissor, poder-se-á caracterizar este período como um momento de intensa atividade, com particular destaque para as décadas de cinquenta e sessenta, no qual se registaram importantes trabalhos arqueológicos e inúmeros achados fortuitos, muitos deles salvaguardados nos museus da região, nomeadamente no Museu da Sociedade Martins Sarmento, Museu de Etnografia e História do Porto, Museu Soares dos Reis e Museu da Faculdade de Ciências do Porto, entre outros.

Carlos Faya Santarém²⁰ foi um dos mais relevantes historiadores do concelho de Santo Tirso. A sua actividade de investigação abrangeu um amplo leque de áreas de conhecimento no âmbito da Ciências Históricas, cuja obra publicada constitui hoje uma referência incontornável. Como arqueólogo desenvolveu um importante trabalho de recolha e estudo de materiais arqueológicos que publicou com reconhecida competência. Destacam-se, entre outros, os trabalhos sobre epigrafia latina e portuguesa e o estudo de materiais arqueológicos provenientes de achados fortuitos ocorridos um pouco por todo o concelho. O seu nome encontra-se associado a um significativo conjunto de descobertas arqueológicas no concelho, assim como a um intenso trabalho de recolha, inventariação e estudo de materiais para a constituição de um museu arqueológico, cuja colecção tinha sido já iniciada anos antes pelo actual patrono do Museu Municipal, Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa.

No âmbito da Arqueologia, o trabalho de maior mérito científico relaciona-se com as escavações arqueológicas realizadas no Monte Padrão, Monte Córdova, no decurso da primeira metade da década de cinquenta do séc. XX, cujos resultados foram publicados na revista concelhia “O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural” da qual foi diretor (SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429). Registe-se também o inventário e estudo da epigrafia romana do concelho, na qual foi compilada a informação bibliográfica das peças (SANTARÉM 1956c, 61-72), à qual foram acrescentadas duas epígrafes inéditas já anteriormente publicadas pelo próprio, uma votiva proveniente de S. Bartolomeu dedicada a Neneoeco, e outra funerária, identificada no mosteiro de Roriz (SANTARÉM 1953, 397-402). Os trabalhos relativos à epigrafia clássica ficaram concluídos com a publicação da inscrição proveniente do castro de Alvarelhos, consagrada pelos *Madequisenses* a *Ladronus Antonius*, de particular relevância para a compreensão do povoamento e das organizações gentílicas da região (SANTARÉM 1977, 161-170). Entre os trabalhos de menor envergadura contam-se vários artigos de estudo de peças isoladas, entre os quais se destacam o estudo

relativo aos instrumentos líticos recolhidos no Monte da Assunção, Monte Córdova (SANTARÉM 1952, 105-III; 1956, 69-72), os materiais provenientes da necrópole do Corvilho, Santo Tirso (SANTARÉM 1956, 69-72) já no âmbito da romanização, o estudo de uma escultura em bronze recolhida em 1952 no castro de Alvarelhos (SANTARÉM 1954, 31-39), e de uma pulseira de vidro proveniente da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (SANTARÉM 1952, 105-III).

Neste curto lapso temporal tiveram lugar inúmeros achados no concelho. Em 1935 são dados a conhecer por Augusto César Pires de Lima várias ocorrências de materiais romanos nas freguesias de Areias, Lama e Sequeirô, designadamente localizados junto ao atual estabelecimento termal (tijolos, telhas, cerâmica e moedas), na Casa de Silvalde (telhas ânforas, mós), no lugar do Montinho, Areias (cerâmica, telhas e mós) no lugar de Cimo de Vila, Lama (mós e cerâmica), assim como no Castro da Torre; em 1947, Joaquim Alberto Pires de Lima, divulga o achado de materiais arqueológicos num campo designado Agra de Salas, em S. Miguel do Couto, junto da igreja paroquial (pedras antigas, tijolos e mós de moinhos), associando a localização dos achados ao lugar de Salas e à família do Conde Magno, Guterres Mendes, pai de S. Rosendo; em 1952, Carlos Faya Santarém publica as primeiras referências ao Monte Padrão; no mesmo ano verifica-se a descoberta de uma epígrafe funerária romana depositada no claustro do mosteiro de Roriz;



¹⁹ (...) *Effectivamete o David é collecionador e tem mais antigualhas na casa do Porto e segundo diz o Abb.e, tem gasto algum dinheiro em excavações. (...) Quatro meses depois, em 5 de outubro do mesmo ano, referia-se novamente aos achados de Guilhabreu recolhidos por David Ramos – (...) O David Ramos encontrou já á annos num campo a que chamão Villa Boa, da mesma freguezia de Guilhabreu algumas antigualhas romanas, como restos de cerâmica, algumas moedas de cobre, uma talha, mas pequena, mós etc. (...).*

Por último, em novembro de 1894, quando teve oportunidade de ver a “coleção” de David Ramos, que relata a Martins Sarmiento em 11 de novembro desse mesmo ano, refere vários materiais, nomeadamente de cerâmicas comuns, vidros, moedas, tesselas e uma escultura em mármore – (...) *Vi mais o tronco d’uma Vénus, desde o pescoço á cintura, e mede meio palmo, tem também parte da peanha com pé ainda pegado e o logar do outro, o mármore era bom, muito branco e puro, segundo me disse o David é mármore de Pathmos, o que está, é muito estragado do tempo, a esculptura era excelente. (...)* (LIMA 1940 b, 210).

O local terá também sido escavado pelo Abade Sousa Maia no início do séc. XX, na qualidade de colaborador do Museu Etnológico Português, cujos materiais terão dado entrada na instituição – (...) *espólio funerário, vasos com grafitos e vasos lisos (...)* (VASCONCELOS 1915, 191; BRANCO 1963, 35). As escavações terão continuado até finais da década de 1920, uma vez que, Serpa Pinto, ainda que de forma indireta, a elas faz referência num artigo datado de 1928 (PINTO 1929, 159-160).

²⁰ Carlos Faya Santarém nasceu em Santo Tirso em 6 de Junho de 1921 e viria a falecer em 7 de Fevereiro de 1989. Ilustre investigador da história local deixou publicada uma vasta obra, em muitos campos pioneira, que atualmente constitui uma referência incontornável para o estudo da história de Santo Tirso.

O **terceiro período**, balizado entre finais da década de cinquenta e o final da década de oitenta do séc. XX, caracteriza-se por uma intensa atividade arqueológica que contou com importantes contributos de arqueólogos, historiadores e colecionadores. Após um longo hiato no qual não se documenta qualquer tipo de atividades no domínio da investigação arqueológica no concelho, quer seja de natureza editorial, quer seja de escavação ou de prospeção, os inícios dos anos oitenta registam importantes contributos, designadamente no estudo de materiais arqueológicos reinterpretados já sob o prisma de metodologias científicas atuais, assim como de estudo do povoamento e organização do território, particularmente relativos à proto-história e romanização.

Entre os trabalhos mais significativos levados a efeito na região encontra-se o estudo realizado no final da década de sessenta por Pinho Brandão e Fernando Lanhas, publicado em fascículos, cuja obra, metodologicamente criteriosa, constitui um dos primeiros levantamentos arqueológicos sistemático. O estudo, precursor do modelo de “Carta Arqueológica”, viria a ser publicado em 1969 sob o título “*Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico*” (LANHAS; BRANDÃO 1969, 295-344), constituindo atualmente uma incontornável fonte de consulta para qualquer trabalho de investigação que se realize na região. Para o marco geográfico do nosso estudo é especialmente importante a parcela 109.4, dedicado a parte do concelho de Matosinhos, e aos concelhos de Vila do Conde, Maia e Santo Tirso. Enquadra-se num período de intensa atividade arqueológica patente um pouco por todo o país, fortemente incrementada pelos diferentes serviços da administração central e pelas universidades.

No concelho de Santo Tirso assinala-se a celebração de um protocolo de colaboração entre o município e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do qual resultaria um profícuo trabalho de recuperação e estudo do Monte Padrão.

A investigação arqueológica desenvolvida durante este período reflete a aplicação de novas metodologias de escavação e análise estratigráfica, assim como uma forte componente interdisciplinar que passa a constituir um denominador comum, refletindo uma maior maturidade científica dos projetos, nomeadamente no âmbito do estudo do povoamento.

Entre os principais investigadores da nova geração encontra-se Manuela Martins que realizou uma importante intervenção arqueológica no Monte do Padrão, concretizada em 1985, que consistiu na execução de quatro sondagens das quais merecem particular destaque as que foram implantadas entre o muro leste da Domus Nordeste e a primeira muralha (MARTINS 1985, 217-230), pelo facto de terem permitido documentar, pela primeira vez, a ocupação relativa ao Bronze Final, o que motivou inúmeras referências ao castro na bibliografia da especialidade. É também desta fase a publicação de um relevante estudo dedicado à atividade arqueológica desenvolvida pelo Abade Pedrosa da autoria de Francisco Sande Lemos (LE MOS 1989), ativo colaborador dos trabalhos desenvolvidos no concelho, enquadrando cientificamente a atividade arqueológica desenvolvida pelo Museu Municipal, através de Jesus Martinho, designadamente no âmbito da prospeção arqueológica (MARTINHO 1986; 1989; 1989a). Entre os múltiplos trabalhos de escavação

arqueológica realizados destacam-se as sondagens realizadas no Sobreiral, Monte Córdova, no Castro de Alvarelhos, Trofa, na necrópole da igreja de Roriz e a ação de conservação do castro de Santa Margarida, lamentavelmente nenhum deles publicado.

O **quarto momento** desenvolve-se a partir do início da década de noventa até a atualidade e, em termos gerais, enquadra um período de intensa atividade que contou como protagonistas os municípios, em clara fase de afirmação e valorização dos seus valores patrimoniais.

O Gabinete Municipal de Arqueologia da Câmara Municipal de Santo Tirso foi criado em 25 de Outubro de 1990²¹ com o objetivo de efetuar a gestão do património arqueológico, atualizar a Carta Arqueológica e promover projetos de investigação científica e de valorização do património cultural concelhio. No âmbito das suas competências, ao longo dos mais de vinte anos de existências, sob a responsabilidade científica de Álvaro Moreira, desenvolveu intervenções arqueológicas no Castro de Alvarelhos, Trofa, Monte Padrão, Monte Córdova e Monte dos Saltos, Sequeirô²², assim como levou a efeito trabalhos de prospeção arqueológica com vista à publicação da Carta Arqueológica cujo resultados integram o Plano Diretor Municipal, aprovado em 18 de Janeiro de 2011. Atualmente o *Projecto de Estudo, Valorização e Dinamização do Castro do Monte Padrão* constitui a sua principal área de intervenção no domínio da investigação científica, musealização e divulgação do património arqueológico.

Este último período marca também a criação da revista *Santo Tirso Arqueológico*, caracterizando-se também pela publicação de inúmeros estudos no domínio da investigação arqueológica (MOREIRA 1991, 7-24; 1991a, 28-34; 1991b, 69-76; 1991c; 1992, 15-33; 1992a, 34-47; 1995; 1997, 83-87; 1997a, 14-82; 1997b, 141-142; 1998; 2000, 323-328; 2004, 7-54; 2004a, 55-68; 2005, 9-25; 2005a, 255-276; 2005b; 2005c, 8; 2006; 2007; 2008, 129-145; 2009, 9-93; 2009a, 160-175; 2010; 2010a, 215-317; 2011; 2013, 101-127).



²¹ O GACMST foi criado por deliberação camarária em 25 de outubro de 1990 (Ata n.º 26, fl. 54-56.).

²² O primeiro projecto de investigação submetido à apreciação do então IPPC tinha por título *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Castro de Alvarelhos* tendo sido aprovado em 2 de Junho de 1992. Com a criação do Instituto Português de Arqueologia e as alterações regulamentares daí decorrentes, foi elaborado novo projecto então com o título *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Alvarelhos*, cuja aprovação ocorreu em 15 de Junho de 1998. Uma vez terminado o projeto anterior a atividade passou a ser enquadrada num novo projecto de investigação – *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Monte dos Saltos* – submetido à apreciação do Instituto Português de Arqueologia e ao Instituto Português do Património Arquitectónico em 23 de Maio de 2002, tendo merecido a aprovação deste último em 24.07.02 e homologado pelo Instituto Português de Arqueologia em 22/10/2004.



O CONTEXTO GEOGRÁFICO

O território

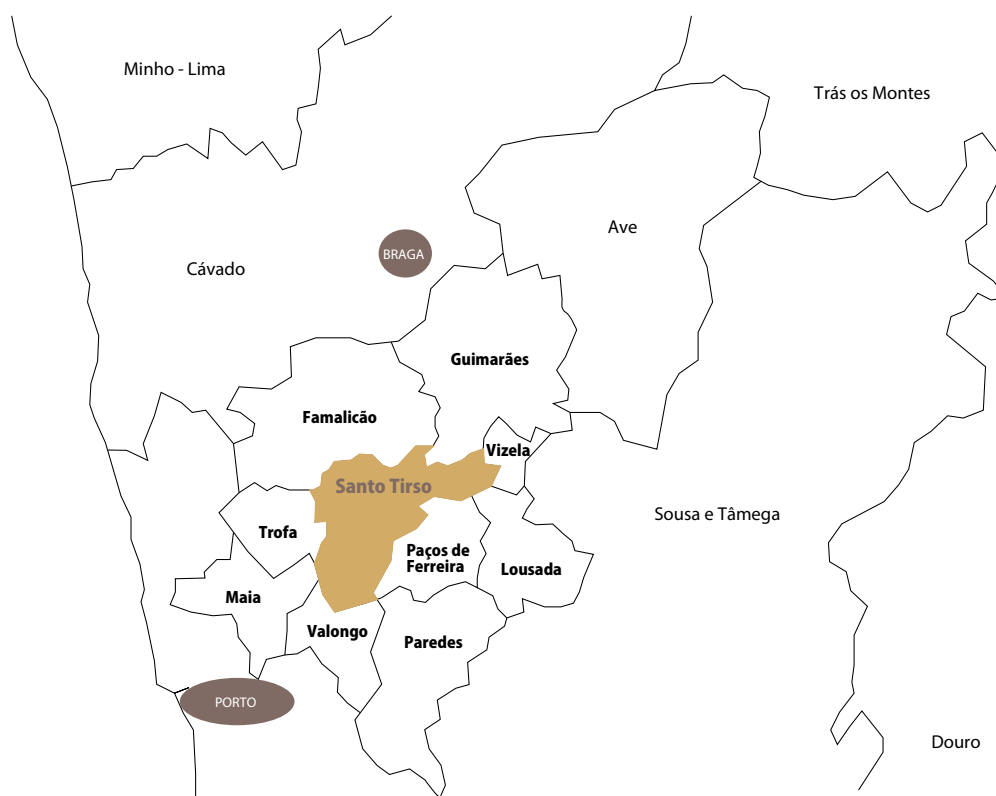
Localizado parcialmente na região do Douro Litoral e no Baixo Minho, do ponto de vista geográfico o território do atual concelho de Santo Tirso ocupa um lugar de transição entre a fachada atlântica, que corresponde à planície litoral, e o interior mais acidentado e montanhoso que conhece na serra de Monte Córdova o seu primeiro registo orográfico digno de nota. Esta localização privilegiada influenciou determinantemente a sua geografia física e humana ao longo dos tempos, quer pelas condições naturais que daí resultaram, quer pela dinâmica social derivada dos frequentes contactos comerciais e interculturais documentados desde épocas muito remotas. A ocupação humana e as actividades artesanais conferiram à região uma personalidade particular, cujo *fácies* rural a sua paisagem ainda preserva, como bem retratou Orlando Ribeiro quando se referiu à paisagem do Minho.

(...) As necessidades da colmeia humana transformaram a terra dos vales baixos, que é exígua, num domínio da policultura. Mas ainda se descobrem traços da antiga economia pastoril, que seria a natural vocação destes lugares. Durante parte do ano, os campos conservam a feição de prados, com árvores em renques que marcam a quadrícula das ervas de pasto.

O milho de regadio tornou-se, no século XVI, a providência destes lugares. Com o declínio da criação de gado grosso introduziu-se, a partir de então, a oliveira, séculos antes viera a vinha, perdendo-se assim, com o tempo, o regime alimentar antigo, que tinha a manteiga como gordura e a cerveja ou a cidra como bebida fermentada. (...).

No «campo / prado» e nos socalcos construídos nas vertentes de melhor exposição desenvolve-se uma agricultura de tipo intensivo, onde o povoamento é caracteristicamente disperso - (...) os moradores viviam por quintas e casais apartados. Uma ou outra vila e cidade não desmentem a regra de disseminação da gente rural (...). Os termos da dispersão consistem no casal isolado, no grupo de poucas habitações ou no lugar de poucos moradores, com as casas frouxamente agrupadas, e campos, prados e arvoredos insinuados entre elas. Cada uma se abre para o seu terreno de cultura, a sua bouça ou pinhal. A vizinhança atenua-se, a família explora a seu talante as leiras que lhe pertencem, a intimidade é maior entre a casa e o campo do que entre aquela e outra próxima. Salpicando irregularmente a verdura, à beira dos caminhos que se entrecruzam em todas as direcções, as moradias aqui se adensam para logo se dissociarem, sem que nada evoque as verdadeiras aldeias, de casas apinhadas no meio da vastidão dos campos. (...) (RIBEIRO 1963, 132).

O território norte do concelho integra-se no vale do Ave e apresenta um tipo de povoamento disperso, estabelecido ao longo de uma densa e desordenada rede viária, intercalada com campos agrícolas de policultura em sistema de minifúndio que ocupam os vales e a base das encostas das vertentes de melhor exposição solar e unidades fabris de tipologia diversificada. A sul a paisagem dominante é caracterizada por maciços montanhosos (Monte Córdova e Agrela) com declives relativamente acentuados, predominantemente revestidos por um coberto florestal formado maioritariamente por eucaliptais que se estendem até aos vales. A bacia inferior do rio Leça encontra-se ocupada por uma agricultura diversificada que se articula com bolsas florestais de eucalipto e pinheiro e com um tecido edificado muito disseminado na paisagem onde, em algumas zonas, ainda se identifica a persistência da tipologia de espaço rural tradicional conservando ainda fortes traços da paisagem recortada do Baixo Minho, marcada por campos agrícolas de policultura, vinhas, pomares e fragmentos de floresta que revestem as zonas mais altas, menos acessíveis e com solos de menor aptidão agrícola, associada a uma economia de base familiar.



Estrutura administrativa da área envolvente do concelho de Santo Tirso

Geomorfologia e litologia

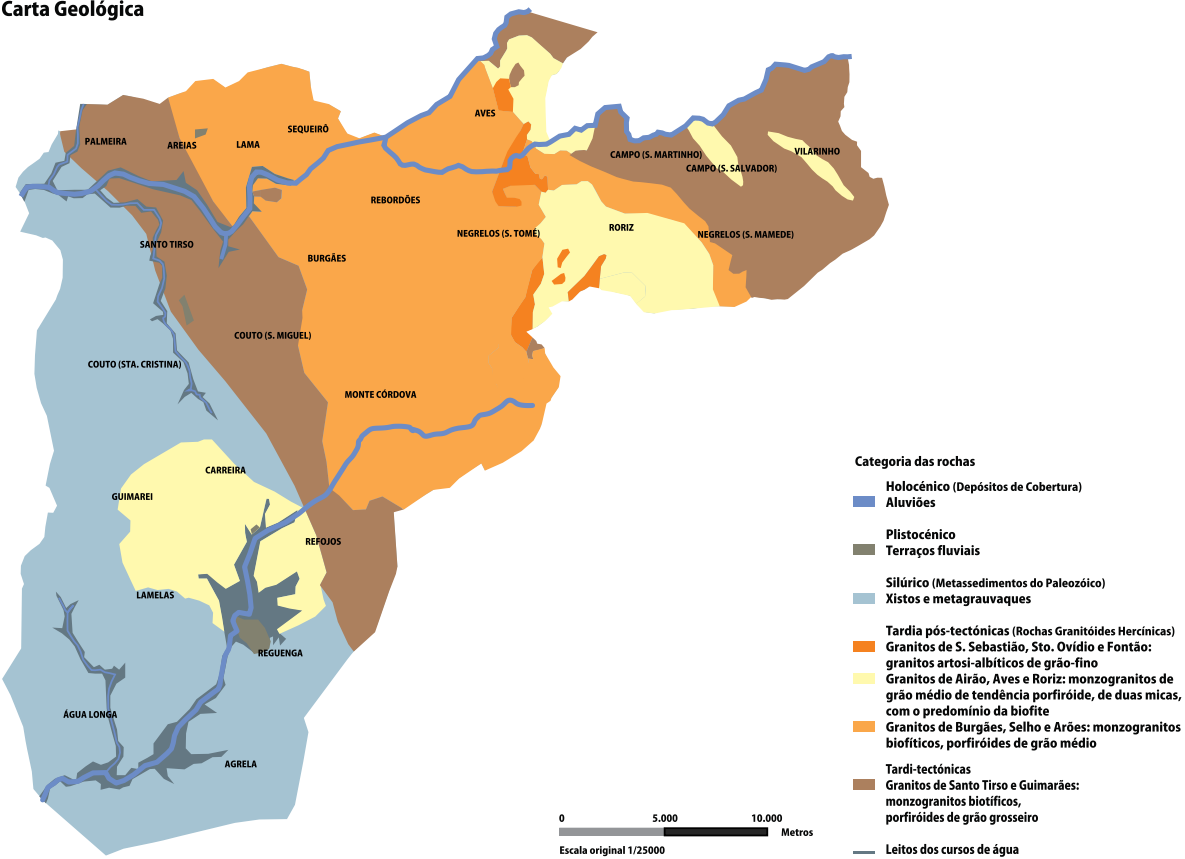
A área geográfica do concelho de Santo Tirso está inserida na unidade morfo-estrutural denominada por Maciço Antigo, caracterizada por abatimentos e levantamentos de grandes massas rochosas resultantes dos impulsos tectónicos, que originaram relevos íngremes e vales largos.

Do ponto de vista litológico a metade NE do concelho assenta sobre rochas graníticas, enquanto a metade SO é composta essencialmente por xistos e grauvaques, que desenvolvem no concelho numa orientação NO-SE (ANDRADE 1952, 303-315).

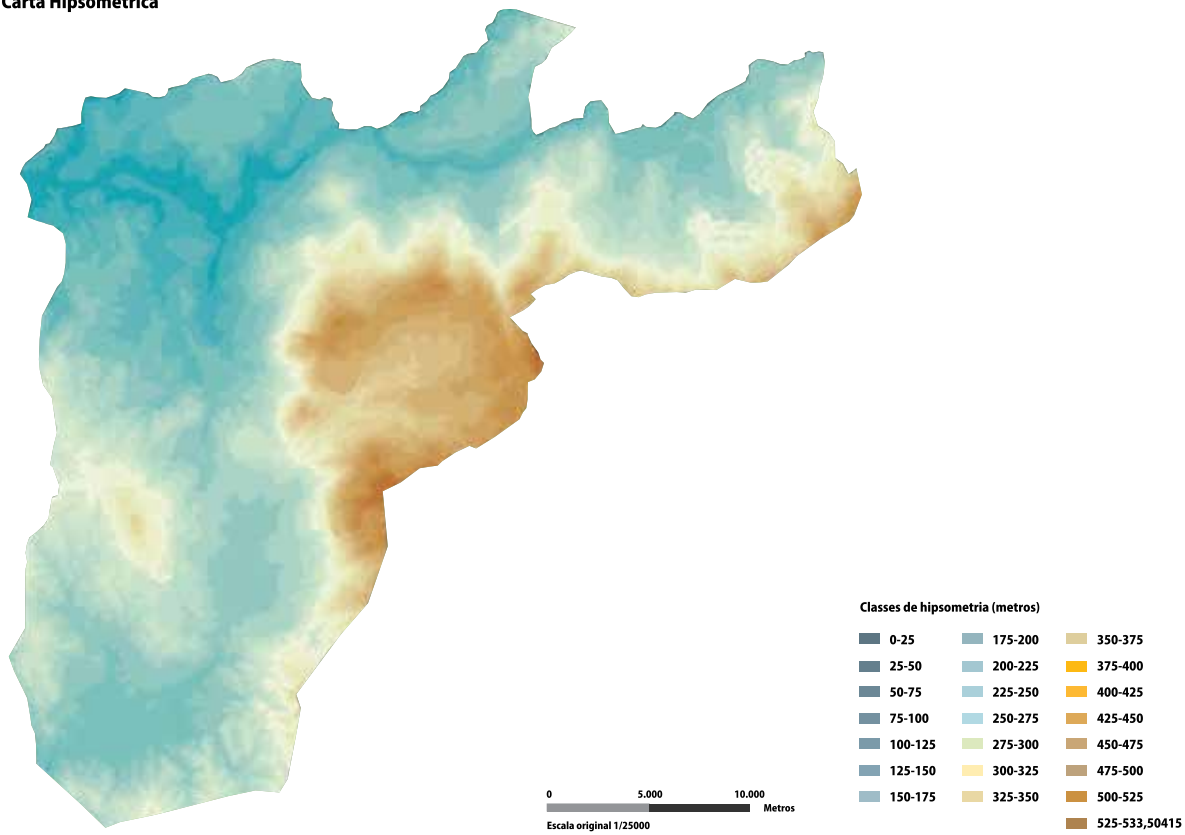
De orografia suave, o território caracteriza-se pela existência de duas elevações que se destacam na paisagem, com pinos cardeais intermédios que constituem a primeira barreira geográfica significativa de separação entre a facha litoral e o interior. O primeiro localiza-se no extremo oeste do concelho e é designada por serra da Agrela, constitui uma elevação média de orientação noroeste/sudeste com cotas máximas de 213 / 255 m e prolonga-se deste o limite sul, junto ao rio Leça, até ao limite com o rio Ave, junto à Ervosa. Integra a ampla faixa de xistos amplitosos sendo constituída por regossolos úmbricos e regossolos dístricos. O segundo maciço montanhoso denomina-se por serra de Monte Córdova* que se desenvolve segundo uma orientação norte/sul, apresentando como cota mais elevada 570 m. É composto por granitos onde as variedades porfíroides são as dominantes.

No que respeita ao relevo as formas mais comuns são as depressões - áreas aplanadas circunscritas por rebordos montanhosos e que são colmatados no seu interior por aluviões (depósitos recentes de origem fluvial, ao longo dos cursos de água. Localizam-se em Monte Córdova, Agrela - Água Longa, Reguenga - Guimarei e Santo Tirso. Relativamente à altimetria os valores mais elevados, definidos entre os 400 e 500 m de cota, situam-se nas freguesias limítrofes (Monte Córdova, Roriz, São Tomé Negrelos e São Mamede de Negrelos) com o concelho de Paços de Ferreira e de Lousada. Estes valores vão diminuindo para as áreas centrais do concelho, registando valores de menor altitude, entre os 0 e 100 m, a norte do concelho, coincidindo com o leito do Rio Ave.

Carta Geológica



Carta Hipsométrica

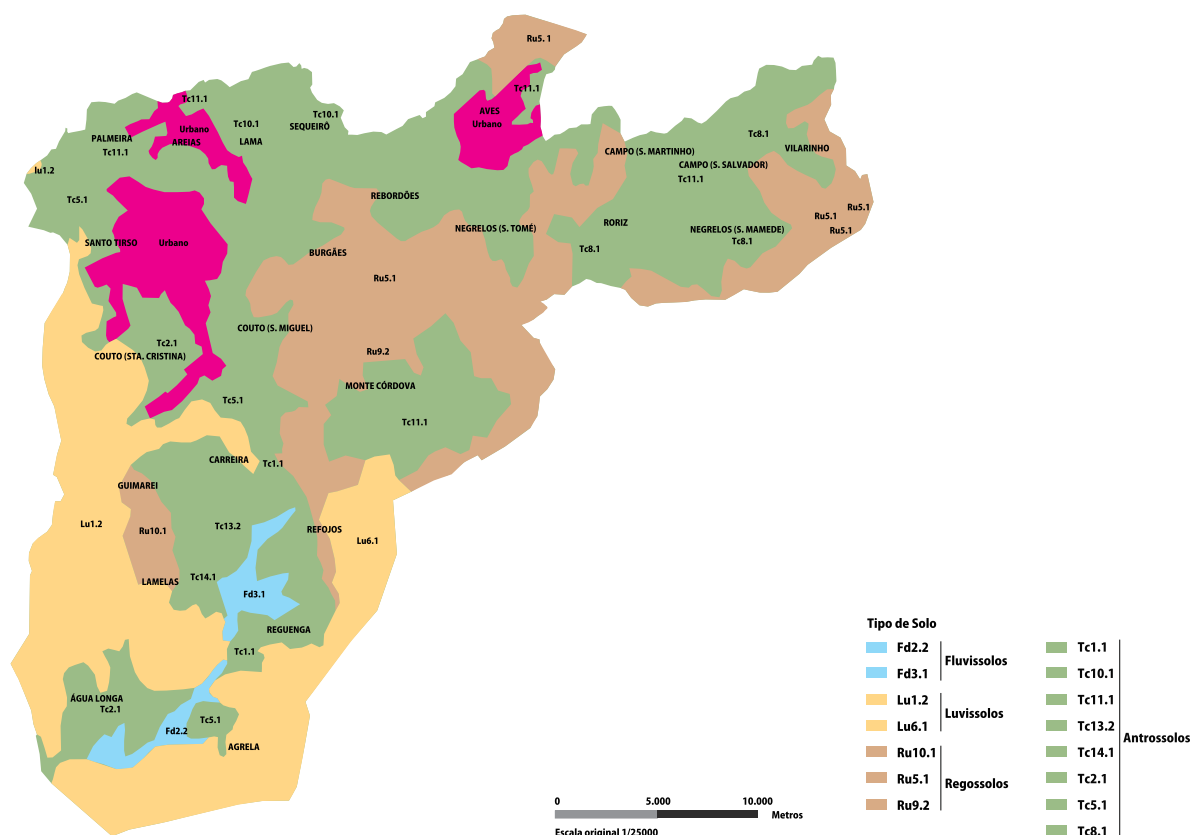


Solo e capacidade de uso

Relativamente à natureza dos solos verifica-se um predomínio de cambissolos húmicos derivados da degradação e meteorização dos xistos, grauvaques e granitos. Junto aos fundos dos vales, estes solos são profundos e espessos, derivado do arrasto constante provocado pela erosão e pelo transporte das correntes de água, aproveitados para uma agricultura intensiva. Desta forma é nos vales dos rios localizados na metade NE do concelho que se verifica uma predominância de solos de melhor capacidade de uso – Classe A e C, em que a Classe A corresponde a solos com elevada capacidade produtiva e a Classe C diz respeito a solos com Capacidade de Uso Agrícola Condicionada.

O restante território concelhio, nomeadamente a metade SO, tem uma capacidade de uso muito baixa e com limitações muito severas, sendo a sua utilização mais indicada para a produção florestal.

Carta de Solos (Aptidão da Terra)



Rede hidrográfica

O concelho de Santo Tirso é recortado por inúmeros rios, ribeiros e riachos. Verifica-se aqui, também uma repartição do território em duas partes distintas. No norte do concelho existe uma predominância de cursos de água, destacando-se o rio Ave com os seus afluentes – Sanguinhedo, Vizela e Pele e a Ribeira de Roriz. Na metade sul do concelho, o Rio Leça, que configura uma bacia hidrográfica autónoma drenando diretamente para o mar. De referir ainda a inclusão de uma estreita faixa do território concelhio, localizada a sudoeste pertencente à bacia do Douro.

O **rio Ave**, à semelhança do rio Douro, apresenta uma orientação dominante leste/oeste. Desenvolve-se ao longo de 94 km, desde a sua nascente na Serra da Cabreira, na freguesia de S. Estêvão de Castelões, concelho de Vieira do Minho, no limite da província do Minho e Trás-os-Montes, a 1200 m de altitude (LEAL; FERREIRA 1873-1928, 233), até à foz no oceano atlântico onde desagua entre Vila do Conde e Azurara. Forma uma bacia hidrográfica com 1 390 km² e tem como principais afluentes no concelho de Santo Tirso os rios Este, Pele e Pelhe na sua margem direita e os rios Selho, Vizela, Ribeira de Sedões e Ribeira de Aldeia na margem esquerda. Constitui o principal eixo de drenagem entre a Serra da Cabreira e o oceano atlântico (SCE 1973, 31). A sua bacia hidrográfica forma uma das mais pequenas redes de drenagem dos principais rios portugueses, apenas comparável à dos rios Cávado e Mira. De configuração bastante assimétrica, apresenta maior desenvolvimento para norte onde se destaca a bacia do rio Este, particularmente extensa no seu trajeto inferior. A sua margem sul constitui uma bacia muito estreita na sua fase inferior, para se ampliar consideravelmente no seu tramo médio onde recebe o rio Vizela²³, afluente da margem esquerda, voltando a retrair-se junto da Serra de Monte Córdova, para alargar ligeiramente a sua bacia junto da cidade de Santo Tirso, onde recebe o rio Sanguinhedo, voltando a estreitar-se no seu tramo superior, onde regista apenas uma pequena faixa de cerca de 2/3 km de largura. Do ponto de vista geológico a sua bacia desenvolve-se essencialmente entre granitos hercínios que ocupam integralmente o curso inicial e médio verificando-se apenas uma intromissão da faixa de xistos grauvaques ordovícios e pós-ordovícios que integram parte da bacia média e final. Os depósitos mais recentes, que criaram terraços fluviais ao longo das margens, são essencialmente formados por cascalheiras de calhaus rolados que se localizam na zona de Santiago de Bougado, Trofa, Retorta e Vila do Conde. Os depósitos mais modernos, de aluvião, por vezes muito extensos, formados por lodos fluviais e depósitos argilosos desenvolvem-se fundamentalmente na bacia média e fi-



²³ O rio Vizela, principal afluente do rio Ave, desenvolve-se no sentido nordeste/sudoeste inflitando, sensivelmente a meio do percurso para uma orientação leste/oeste. Percorre aproximadamente 50 km desde a sua nascente no Alto de Morgaí, freguesia de Gontim, no concelho de Fafe, a cerca de 472 m, até à confluência com o rio Ave, a cerca de 5 km de Santo Tirso, no lugar de Caniços. Os seus principais afluentes são os rios Ferro e Bugio, ambos situados na sua margem esquerda. A sua bacia hidrográfica drena uma área aproxima de 342 km².

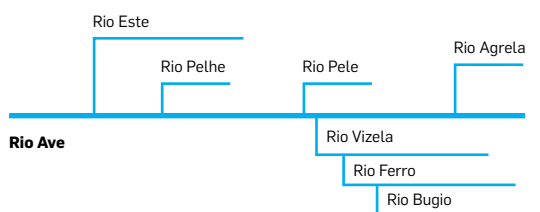
nal e apresentam perfis que acompanham o curso dos principais afluentes (MARTINS; ARAÚJO; HENRIQUES; TOVAR; MOURA; SOTTOMAYOR 1993, fig. 1.4. a). Os seus principais afluentes na margem direita são os rios Agrela, Pele, Pelhe e Este. Este último é o mais importante e que maior superfície drena. Nasce na Serra do Carvalho a cerca de 460 m de altitude e corre segundo uma orientação nordeste / sudoeste, num percurso de aproximadamente 45 km e desagua no Ave junto à povoação de Touguinhó, a cerca de 4 km da foz do Ave (DINIS 1993, 21).

À semelhança dos principais rios do norte, apresenta um regime muito irregular, acompanhando, com um certo atraso, o ritmo anual das precipitações. No verão sofre de grandes estiagens e no inverno de grandes cheias, cada vez mais frequentes devido a fatores de ordem climática, obras de regularização do leito, construções para aproveitamento hidroelétrico, ausência de revestimento vegetal, declive acentuado e pelo facto do seu leito ser constituído, na sua maioria, por rochas de permeabilidade reduzida ou muito reduzida, respetivamente granitos e xistos. Regista, normalmente os maiores caudais em Janeiro e os índices de maior estiagem em Agosto e Setembro.

Embora de pequena dimensão foi navegável na antiguidade, tendo sido nomeado como *Avus* por Pompónio Mela, quando refere a localização dos Gróvios, um dos povos que ocupava a área de Entre-Douro-e-Minho, e por Ptolomeu quando refere um promontório entre o Neiva e o Ave.

(...)... *sed a Durio ad flexexens Grovii fluuntque per cos Avo. Celadus, Naesis, Minijs, et cui oblivionis cognomens est Limia...* (...) (MELA III, 10).

Em época romana a sua importância na rede de cursos água navegáveis a partir da costa atlântica deve ser valorizada no contexto do comércio de longo curso, no abastecimento das povoações limítrofes e mesmo de *Bracara Augusta*, uma vez que, segundo alguns autores, seria navegável até às Caldas das Taipas, a cerca de 9 km de Braga (LE MOS 1999; BLOT 2003, 178; MORAIS 2005, 60). O rio Ave, em época medieval, constituiu uma fronteira administrativa, civil e religiosa de demarcação entre as dioceses do Porto e de Braga.



Esquema de hierarquização da bacia hidrográfica do rio Ave

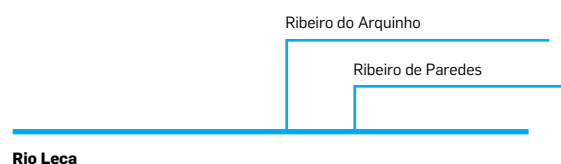
O rio Leça nasce no concelho de Santo Tirso, na freguesia de Monte Córdova, no lugar de Redundo, a cerca de 475 m de altitude e desagua no oceano atlântico entre as freguesias de Leça da Palmeira e de Matosinhos, após percorrer 46,750 km. A sua bacia hidrográfica é de reduzidas dimensões, apresentando cerca de 180 km² de área e encontra-se encravada entre bacia do rio Ave a norte e a bacia do Douro a sul e a leste. A análise simplificada do

seu perfil longitudinal mostra um rio com um traçado vigoroso, longe do seu perfil de equilíbrio. O seu percurso inferior é muito inclinado e de declive irregular que se prolonga praticamente até à foz (DIAS; RODRIGUES; PRAIA 1995, 42). Geologicamente a bacia é dominada pela existência de rochas graníticas que ocupam a parte central e ocidental. Na periferia dos granitos existem rochas do complexo xisto-grauváquico que representam uma área significativa na rede de drenagem. Os depósitos mais recentes encontram-se sob a forma de terraços fluviais localizados ao longo das margens, constituídos essencialmente por areias e cascalheiras de calhaus rolados. Os depósitos modernos de aluvião, mais raros, formados por areias, lodos fluviais e depósitos argilosos, localizam-se essencialmente na bacia média e final (MARTINS; ARAÚJO; MOURA; TOVAR; SOTTOMAYOR 1993, 3). A área drenada de maior importância é constituída pelos dois afluentes mais importantes – o Ribeiro do Arquinho²⁴ e o Ribeiro do Leandro²⁵, ambos localizados na margem direita.

Na documentação medievla surge com frequência o hidrónimo Letia ou Laetia, assim como Leza em referência ao rio Leça. A exceção é feita na *Epistola de Expugnacione Olisiponis*, atribuída a Osberno, importante documento medievo, que apresenta a forma *Leticia*. O texto constitui um curioso paralelo à descrição pliniana da zona costeira do Noroeste Peninsular e apresenta a seguinte sequência de ordenação dos rios da região em estudo – (...) *Post hunc (fluvium Cavaduvam) fluvius Ava supra quem ecclesia beati Tyrsi martiris. Post hunc fluvius Leticia.* (...).

A fórmula aqui apresentada como Leticia deverá, quanto a nós, ser corrigida para Letia, conforme aconselham os documentos coevos. Pela posição que ocupa na descrição o rio só poderá corresponder ao rio Leça. Devido a este facto e a outros argumentos de natureza arqueológica e documental, existem autores que vêem a possibilidade de considerar que o mítico rio *Lethes*, identificado até ao momento como o rio Lima e perpetuado na historiografia contemporânea pelo episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto, possa ser efetivamente o rio Leça, justificando-se o erro de localização por desconhecimento do terreno de algum autor antigo que o identificou erradamente como Lima, cuja tradição historiográfica perpetuou até aos nossos dias (GUERRA 1996, 159).

Esta possibilidade encontra ainda fundamento, ainda que indireto, num testemunho epigráfico procedente de Braga onde é registado um indivíduo originário de *Letiobri*, apesar de vários autores proporem como interpretação um nominativo *Letiobri* (TRANOY; LE ROUX 1989-90, 194), esta forma pode enquadrar perfeitamente um grupo de nomes bastante conhecidos na região, com vários paralelos com o elemento afim -*briga*, como, por exemplo, *Avobriga* e *Avobrigenses*, formados a partir do hidrónimo que hoje se identifica com o Ave. A possibilidade de se poder identificar o *Castellum Letiobris* em relação com o nome do rio levar-nos-ia ao «Castêlo de Guifões», castro que se encontra sobranceiro ao Leça, cujo índice de romanização é muito significativo.



Esquema de hierarquização da bacia hidrográfica do rio Leça



Rio Leça

Clima

O clima da área concelhia é *meso-atlântico*, representado por *Terras de Transição* e manchas de *Terra Temperada Quente* nas várzeas, influenciado pela atlanticidade húmida do oceano Atlântico, com certa diferenciação para o Alto Minho, onde as *Terras de Transição* estão associadas à *Terra Temperada Fria* (Agroconsultores-Geometral, 1995). Inclui-se no tipo marcadamente Atlântico, ou seja, com invernos pluviosos e com amplitudes térmicas pouco significativas. Assim no que diz respeito ao número de dias de precipitação ($> = 1\text{mm}$) este supera os 100 dias, registando a precipitação total valores que variam entre os 1400 e 2000 mm/ano, bem superiores aos da média nacional. Aqui destaca-se as áreas com elevações mais significativas. Estes níveis de precipitação permitem valores de escoamento (quantidade de água na rede hidrográfica) na ordem dos 600 a 1000 mm, e de evapo-transpiração (quantidade de água devolvida á atmosfera) na ordem dos 600 a

800 mm. A temperatura média do ar varia entre 12.5 e 15.0 graus centígrados.

Coberto vegetal

A ação do homem, a litologia e o clima tiveram profundas repercussões no coberto vegetal do país e em particular em Santo Tirso. Com o incremento das atividades humanas ao longo dos tempos a vegetação original foi sendo substituída, adaptando-se sobretudo às necessidades resultantes da ocupação nos espaços que por elas eram anteriormente habitadas, pelo que as espécies vegetais que atualmente se registam no concelho não correspondem às espécies primitivas. As espécies de povoamento natural de folha caduca como a Carvalho Negral e Robur, foram sendo substituídos por espécies de maior interesse económico como o Pinheiro Bravo e o Eucalipto, pelo que a floresta local se resume às duas espécies referidas, associadas a Carvalhos e Castanheiros dispersos.

Nas encostas de altitudes mais elevadas, onde o granito aflora, nas vertentes mais umbrias e no sub-bosque, existe um coberto vegetal arbustivo ou herbáceo, encontrando-se espécies como o tojo, giesta, silva, feto, urzes etc., sendo espécies adaptadas a solos graníticos e xistentos, bem como ao tipo de clima atlântico.



Sobreiros, Monte Padrão
Monte Córdova



Carvalhos, Valinhas
Monte Córdova



Amieiros, Pereiras
Monte Córdova



²⁴ Nasce no lugar da Fonte Cega, Guilhabreu, Vila do Conde, à cota de 205 m e desagua no rio Leça no lugar de Terramonte à cota de 42 m. Constitui o afluente mais significativo da margem esquerda do Leça drenando uma vasta área que ultrapassa os 11 000 m de comprimento máximo. Apesar do desenho longitudinal do seu curso, de orientação norte/sul, apresenta um percurso muito sinuoso. O seu perfil é pouco vigoroso permitindo a formação de uma ampla bacia de drenagem que na sua largura máxima atinge os 5 000 m. O seu principal afluente é constituído pela ribeira da Silva Escura que desagua na sua margem esquerda no moinho do Justino.

²⁵ Nasce no lugar de Monte de Covas, Covelas, Trofa, à cota de 160 m e desagua no lugar de Vilar de Matos à cota de 72 m. Juntamente com o ribeiro do Arquinho constitui o principal eixo de drenagem da veiga dos Coronados. Apesar da sua orientação longitudinal de sentido norte/sul, revela um curso sinuoso mas de perfil pouco acentuado. Estende-se ao longo de 8 000 m atravessando longitudinalmente o concelho da Maia na sua face leste.

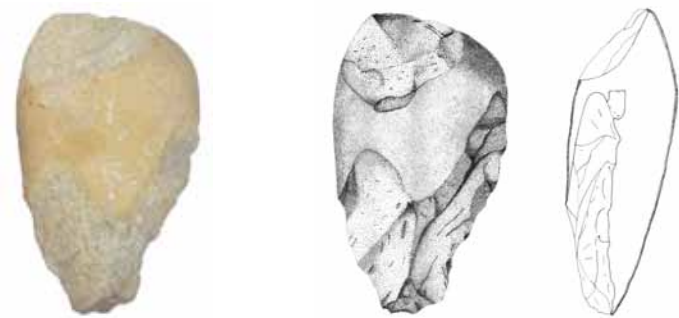


AS ORIGENS DO POVOAMENTO

1. A pré-história. Enquadramento e referências cronológicas

As primeiras comunidades humanas que povoaram o território reportam-se ao Paleolítico, etapa que, *grosso modo*, se desenvolve durante o período geológico do Pleistoceno e se subdivide em três grandes períodos – Paleolítico inferior (800.000 – 200.000), Paleolítico Médio (200.000 – 30.000) e Paleolítico Superior (40.000 – 11.000). Na área do atual concelho de Santo Tirso conhecem-se apenas achados de superfície detetados próximos de terraços fluviais, nomeadamente em Santiago da Carreira, Santa Cristina do Couto e Lama.

Os objetos encontrados inserem-se no tecno-complexo Acheulense a que corresponde uma cultura material de macro-utensílios a que pertence o biface recolhido no Pinheiro Torto, Lama²⁶.



Biface, Lama

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido						
N.º AF	Lugar	Freguesia	Material	Tipo	Classificação	Tipo
1.	Pinheiro Torto	Lama	Quartzito	Biface	---	MMAP, s/n.
2.	(?)	Santiago da Carreira	Quartzito	Seixo talhado	---	MMAP, s/n.

O **Epipaleolítico/Mesolítico** do ponto de vista climático corresponde uma fase pós-glaciar, do qual resultou um progressivo aquecimento da temperatura média com as consequentes alterações bioclimáticas, que estiveram na base à diversificação das atividades de subsistência que caracterizaram as comunidades de caçadores-recolectores-

pescadores, tendo permitido um certo nível de sedentarização. Abundantemente documentada na região, nomeadamente nas jazidas costeiras (cascalheiras), a ergologia característica revela fortes tradições dos períodos anteriores inserindo os utensílios nos complexos macrolíticos comuns do litoral do Noroeste Peninsular (BETTENCOURT 2010, 35). No concelho de Santo Tirso os vestígios conhecidos são constituídos apenas por um utensílio que se encontra em depósito no Museu Municipal, de que se não conhece com exatidão o local de proveniência. No âmbito regional são conhecidas várias jazidas no litoral cujo contexto poderá explicar e contextualizar esta ocorrência singular²⁷.



Pico, Santo Tirso (Santa Cristina do Couto ?)

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido						
N.º AF	Lugar	Freguesia	Material	Tipo	Classificação	Tipo
3.	(?)	Santa Cristina do Couto	Quartzito	Pico	---	MMAp, s/n.º8



²⁶ Biface é um instrumento lítico pré-histórico característico do período Acheulense, embora possua uma cronologia muito mais longa, tendo-se também datado no Paleolítico Médio e ainda com posterioridade. O seu nome advém do facto do seu arquetípico ser formado por uma peça de talhe, geralmente, bifacial. A morfologia é amendoada e tendente à simetria segundo um eixo longitudinal e segundo um plano de esmagamento. Os bifaces mais comuns têm a base arredondada e terminam em ponta.

²⁷ Entre outros, merecem referência as ocorrências no estuário do Leça, designadamente da jazida identificada como Doca n.º 2 do Porto de Leixões, a do Depósito da Alfandega e a do Alto de Manhufe, Matosinhos. Na franja costeira ocorrem cascalheiras na área do farol da Boa Nova, Leça da Palmeira e no interior da Praia do Paraíso, também em Leça da Palmeira (BETTENCOURT 2010, 35).

No **Neolítico**, período genericamente balizado entre os finais do VI e o IV milénio a.C., ocorreram importantes transformações civilizacionais, quer do ponto de vista social e cultural, quer do ponto de vista tecnológico, verificando-se um crescente aumento da ação antrópica sobre o meio com o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais.

Os primeiros vestígios de ocupação humana reconhecidos com segurança no concelho de Santo Tirso estão arqueologicamente ligados a testemunhos associados ao fenómeno do megalitismo, cujas expressões características são constituídas por monumentos funerários com uma estrutura dolménica formada por uma câmara sepulcral para inumação coletiva, nomeadamente os monumentos que apresentam corredor "monumentos-templo", estruturados com grandes blocos de pedra, geralmente de planta circular, cobertos por uma mamoa feita de terra e uma carapaça pétrea de proteção feita de blocos de pedra de média dimensão podendo, em alguns casos, apresentar um anel de contenção.

A sua estrutura, planta e conformação geral, segundo uma interpretação simbólica, na qual é evidente uma ligação entre o culto dos mortos e o culto da fertilidade, sugere que este tipo de monumentos terá exercido cumulativamente a função de túmulo e santuário, conforme é proposto pela natureza das deposições funerárias e pela presença de determinados objetos associados a práticas rituais.

Estas primeiras arquiteturas funerárias, geralmente estruturadas por vários monumentos (necrópoles), construídas preferencialmente em áreas planálticas e na plataforma litoral, que transformaram e marcaram física e simbolicamente o território, terão igualmente funcionado como referências culturais, enquanto lugares consagrados a cerimónias religiosas constituindo lugares de grande significação simbólica e cultural, associados a um sentimento de pertença²⁸, relacionados com uma profunda transformação económica, social e cultural, cujas motivações, respetivo enquadramento e evolução cronológica tem vindo progressivamente a ser melhor esclarecida com o resultado de recentes trabalhos de investigação.

No atual concelho de Santo Tirso são conhecidos sete monumentos funerários que integram três distintas necrópoles – Redundo, Monte Córdova; Ermida, Santa Cristina do Couto/Santo Tirso e Lavatões, Refojos –, associados a um largo conjunto de objetos recolhidos em contextos que atualmente se desconhecem, mas que documentam uma realidade mais complexa e arqueologicamente mais rica. Sem que todavia se possuam ainda dados crono-estratigráficos suficientes para uma conveniente caracterização, pelas características que evidenciam, nomeadamente a sua dimensão e estrutura, provavelmente configurarão túmulos de câmaras fechadas, eventualmente associados a um tempo curto de utilização e/ou a enterramentos individuais.



Mamoa, Refojos de Riba d'Ave



Mamoa, Santa Cristina do Couto



²⁸ Manifestação cultural caracterizada pela construção de recintos sagrados ou monumentos funerários de vários tipos, constituídos por pedras de grandes dimensões. Este tipo de manifestações são comuns a um conjunto muito variado de culturas pré-históricas europeias, entre o Neolítico Médio e a Idade do Bronze (menir, anta, entre outros).

O **Calcolítico**, período que do ponto de vista cronológico convencionalmente se baliza entre finais do IV ao 3º quartel do III milénio a.C., evidencia uma estratégia de povoamento diferenciado que revela ocupação na plataforma litoral e em outeiros e colinas topograficamente destacados relativamente à envolvente, quer se insiram em áreas de planície como de planalto, do qual se poderá inferir um significativo aumento populacional associado a atividades agrícolas e pastoris²⁹.

Monumentos identificados					
N.º EA	Lugar	Tipo	Classificação	Freguesia	Legislação
1.	Ermida	Mamoa	PDM – IIMNC (B), n.º 26	Santa Cristina do Couto	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
2(I).	Redundo	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
2(II).	Redundo	Mamoa II	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
2(III).	Redundo	Mamoa III	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
3(I)	Coutada	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
3(II)	Coutada	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
4.	Lavatães	Mamoa	PDM – IIMNC (B), n.º 87	Refojos de Riba D'Ave	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011

Monumentos referenciados na bibliografia				
N.º EA	Lugar	Tipo	Freguesia	Referência Bibliográfica
1.	Ervosa	Mamoa I	Ervosa / Santo Tirso (?)	(LIMA 1940b, 199-200; MOREIRA 2007, 24)
1(II).	Ervosa (Abelheira)	Mamoa II	Santo Tirso / S. Martinho de Bougado (?)	(LIMA 1940b, 199-200; MOREIRA 2007, 24)
2(II).	Rebordões	Campo das Antas	Rebordões	(CORREIA 2007, 9-10)
3.	Mamoa (Mamoella)	Mamoa (?)	Monte Córdova de Baixo (?) ³⁰	(MELO 1995, 38)



²⁹ Ao período designado por Calcolítico está associada a utilização da metalurgia do cobre. Nesta época quer na faixa sul da Península Ibérica, quer no estuário do Tejo, surgem povoados fortificados com torreões e bastiões, como Liceia, Zambujal ou S. Pedro do Sul. No Norte de Portugal o calcolítico será mais tardio, ocorrem nos povoados de Palheiros (Murça) e Freixo de Numão (Vale do Douro).

³⁰ Arnaldo de Sousa Melo sugeriu que esta "mamoella" pode, eventualmente coincidir com o microtopónimo Menguela, na base do Monte do Padrão (MELO 1995, 38).

Machado/Placa, Monte Córdova, Santo Tirso

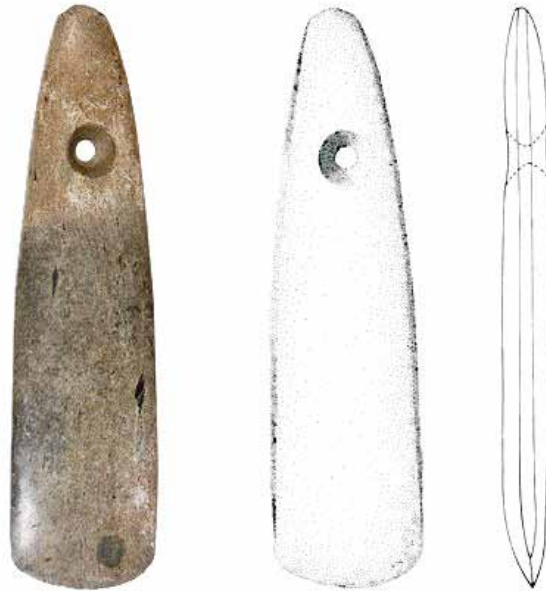
Machado-placa em pedra polida recolhido em 1915, no decurso das obras de ampliação da esplanada da "Capela Velha", consagrada a Nossa Senhora da Assunção, em Monte Córdova¹. Encontra-se atualmente em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa em Santo Tirso e integra a sua exposição permanente².

Machado/placa de média dimensão³, elaborado em granito de grão muito fino, de cor amarelada com abundante turmalina, integralmente polido⁴. Apresenta contorno trapezoidal, alongado, com gume plano-convexo descentrado e assimétrico. Talão pontiagudo de arestas arredondadas. Orifício para fixação de secção bitroncocónica, ligeiramente descentrado e assimétrico. Secção plano-convexa. Gume afiado sem vestígio de utilização.

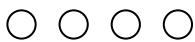
Do ponto de vista da técnica de fabrico ressalta a sua perfeita simetria e intenso polimento não revelando vestígios de ter sido utilizado como instrumento de corte. O orifício, bem centrado no eixo definido pelo gume e o talão, revela de contorno bitroncocónico, com estreitamento no centro consistente com um processo de elaboração concretizado em dois momentos de perfuração (face A e B), cuja simetria revela um alinhamento perfeito em relação à secção.

Genericamente datados do Calcolítico, cujo contexto arqueológico de todas as ocorrências conhecidas se relaciona com túmulos megalíticos, este tipo de objetos têm vindo a ser interpretado como um tipo de oferenda característico de contextos de enterramento, símbolo de prestígio e poder, revelador de um elevado estatuto hierárquico (LILLIOS; READ; ALVES 2000, 12-13) cujas características, nomeadamente a inexistência de vestígios de utilização do gume enquanto objeto de corte, assim como a inexistência de desgaste nos orifícios de suspensão, parecem confirmar.

Objeto de grande perfeição de talhe e polimento sobre uma rocha particularmente dura e de constituição uniforme, revelando uma técnica de execução extraordinária com poucos paralelos em Portugal. Constitui um digno exemplar do relativo escasso grupo de machados-placas perfurados conhecidos no Noroeste Peninsular, entre os quais se destacam os provenientes da Lagoa de Óbidos (LILLIOS; READ; ALVES 2000, 5-13), do Monumento 3 de Vale de Rodrigo, Évora; da Orca de Fojinho, Vila Nova de Paiva, Viseu (LEISNER 1998, 58); de Fronteira, Alentejo (FERREIRA 1970, 167-168), e na Espanha provenientes de Abelleira, Xermade, Lugo (BOUZA BREY; OTERO; MARTÍNEZ 1973, 46, 50, 52, Lám. I.1; VALCARCE 1984, 153-154, fig. 18) e Cerro del Garrote, Cárceres (VALCARCE 1984, 153) e Santa Cruz, Oviedo (JORDÁ CERDÁ 1977, 186-187).



Machado/Placa, Monte Córdova



¹ (...) Este instrumento apareceu um pouco mais acima da meia encosta do Monte de Nossa Senhora da assunção, elevação destacada a Norte do maciço orográfico denominado Monte Córdova, freguesia do mesmo nome, Concelho de Santo Tirso, quando em Maio de 1915 se fizeram escavações para o alargamento da esplanada, nas traseiras da Capela ali existente, que hoje é conhecida por Esplanada da Capela Velha (...) (SANTARÉM 1952, 106).

² Bibliografia de referência - PINTO 1930, 306; SANTARÉM 1952, 106-109, fig. 1; MOREIRA 2007, 46, n.º 6.

³ Comprimento máximo 171 mm; Largura máxima do gume 43 mm; Diâmetro máximo do orifício 5 mm; Espessura máxima 133 mm; Peso 155, 25 gr.

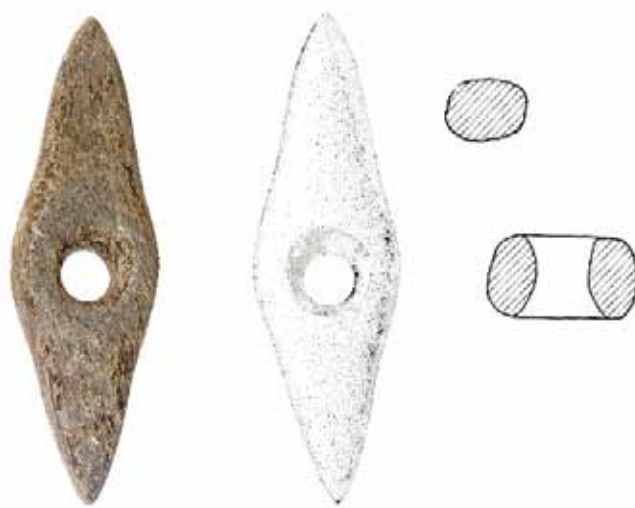
⁴ Este tipo de granito é relativamente abundante no concelho de Santo Tirso, nomeadamente em Monte Córdova, junto ao santuário da Nossa Senhora da Assunção (ANDRADE 1952, 126-127).

Machado *bipene*, Monte Córdova, Santo Tirso

Instrumento de pedra polida de gume duplo com orifício central para fixação do cabo. O objeto foi recolhido em Abril de 1954, no decurso da abertura da estrada que liga a esplanada do santuário de Nossa Senhora da Assunção ao Alto da Bela. Junto a este utensílio apareceu outro pequeno “machado” cujo paradeiro se desconhece. Integra atualmente o acervo expositivo do Museu Municipal Abade Pedrosa tendo sido alvo de várias referências bibliográficas (SANTARÉM 1955, 69-72; MOREIRA 2007, 47, n.º 11).

Bipene com perfuração central, integralmente polido nos dois planos. Duplo gume simétrico. Orifício central de perfil cilíndrico de recorte bitroncocónico. Secção circular. Gumes pontiagudos e afiados sem vestígios claros de utilização¹. Tipo I.2B da tipologia proposta por Fábregas Valcarce (VALCARCE 1984, 5-11). Provável utilização votiva.

Peças morfológicamente afins estão documentadas desde a região danubiana ao mundo mediterrânico, central e oriental (ALARCÃO; BARROCA 2012, 60), colocando em evidência a existência de fortes conexões entre diferentes regiões atlânticas, perceptível pela distribuição de outros materiais como, por exemplo, as pontas tipo Palmela. A cronologia de referência para os utensílios líticos perfurados de outras regiões de Europa centra-se entre finais do III milénio e a primeira metade do II milénio, cujo contexto parece consistente com as ocorrências do Norte de Portugal e da Galiza, associando-se a este fenómeno uma eventual reestruturação ideológica cuja formulação poderia entroncar em transformações de carácter socioeconómico e não fruto de contactos diretos (VALCARCE 1992, pp. 265-280).



Bipene, Monte Córdova

Este tipo de instrumento, a par das massas e das duplas “azuelas”, reúnem um conjunto de rasgos morfológicos que lhes conferem um carácter de prestígio, nomeadamente o material em que são elaborados, o cuidado geral da execução das peças, em particular o polimento dos gumes e do orifício e, por último, a sua prevalência em contextos rituais, especificamente funerários, cuja cronologia e contexto cultural se relaciona com o aparecimento de sepulturas individuais de personagens masculinas de elevado estatuto na comunidade, tumulados com um conjunto de objetos de prestígio impregnados de um simbolismo guerreiro, constituindo, portanto, um fenómeno limitado a um segmento muito reduzido da sociedade.

Apesar de não ser conhecido o contexto de achamento do nosso exemplar a área geográfica em que se insere permite, com alguma segurança, intuir um contexto funerário, como é sugerido pelo elevado número de monumentos megalíticos conhecido na área do planalto de Monte Córdova.

São relativamente escassos os exemplares identificados no Noroeste Peninsular, onde se destacam os exemplares provenientes da Galiza de Veiga das Mámoas, Guntín, Lugo; Monte Campelo, Begonte, Lugo (RELLÁN; VALCARCE, 2011, p. 259, fig. 1) e de Portugal, na região de Pombal, exumado num monumento megalítico (CASTRO 1963-64, 7-9, fig. 1, n.º 7).



¹ Comprimento máximo 103 mm; Espessura máxima 29 mm; Largura máxima 47 mm; Diâmetro do orifício 17 mm; Peso 275.6 gr.

IV

PROTO-HISTÓRIA**A Idade do Bronze**

Os parâmetros cronológicos da Idade do Bronze balizam-se genericamente entre o 3º quartel do III milénio a.C. e o séc. VII/VI do I milénio e subdivide-se em três períodos – Bronze Inicial, Médio e Final –, admitindo-se uma significativa diversidade de tipologias de povoamento na qual se regista uma progressiva utilização de esporões de média altitude, consoante cronologicamente se evolui para a emergência de um fenómeno de incastellamento registado durante o Bronze Final que estará na génese da emergência da cultura castreja.

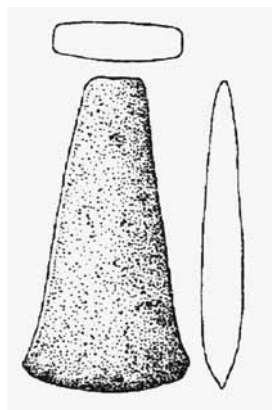
Bronze Inicial e Médio

A estratégia de povoamento identificada durante a Idade do Bronze no noroeste português caracteriza-se pela sua diversidade, distribuindo-se os povoados por colinas integradas em planaltos de baixa altitude e em esporões de média altitude com características de implantação que evidenciam propósitos defensivos e de controlo do território. A ocupação do território concretiza-se desde a fachada atlântica ao interior, evidenciando diferentes estratégias, permitindo a exploração dos diversos recursos naturais existentes, que alguns autores identificam como causador de uma "intensa e irreversível" degradação da floresta primitiva e do aparecimento de um coberto arbustivo e campos agrícolas resultantes de uma contínua atividade agro-silvo-pastoril (BETTENCOURT 2010, 53).

No atual concelho de Santo Tirso são exíguos os vestígios atribuídos a esta fase de ocupação. Apenas o povoado do Monte Padrão regista uma ocupação que pode cronologicamente ser integrável no Bronze Médio. Os elementos arqueológicos conhecidos relativos a este período resultaram de uma intervenção na face norte e leste da plataforma superior na qual se identificou uma fossa detritica onde foram recolhidos cerca de mil e quinhentos fragmentos com – (...) ... *uma certa homogeneidade cultural* (...), que a autora da intervenção, Manuela Martins datou do Bronze Final.

Contudo, a presença de um significativo número de fragmentos com decoração excisa e boquique, tipo Cogotas I ³¹, cujos paralelos regionais datam do Bronze Médio, permite aventar a possibilidade de a primeira ocupação do povoado datar efetivamente deste período, que futuras intervenções com o apoio a métodos de datação absoluta poderão, ou não, confirmar.

Aos presentes vestígios acresce a ocorrência de um machado plano relacionado com o Monte Padrão, que esteve depositado no Museu de Etnologia do Porto, cujo paradeiro atualmente se desconhece (REY 1998, 89, n.º 102)³⁸.



Machado Plano, Monte Córdova

Monumentos identificados					
N.º EA	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
1.	Monte Padrão	Povoado fortificado	Monumento Nacional	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido						
N.º AF	Designação	Tipologia	Suporte	Proveniência	Depósito	Referência bibliográfica
1.	Machado plano	Monteagudo 66	Cobre	?	?	CARDOZO 1930, 61; MONTEAGUDO 1977, n.º 66,31



³¹ As referências a achados cerâmicos morfologicamente enquadráveis no tipo Cogotas I são relativamente escassas no noroeste Português. São conhecidos exemplares provenientes do povoado da Bouça do Frade, Baião (JORGE 1988, 70-71, fig. 37, n.º 102), uma taça da necrópole do Tapado da Caldeira, Baião (JORGE 1980, 36-44), um fragmento decorado com incrustação de pasta branca proveniente do Monte da Ínsua, S. João da Ponte, Guimarães (JORGE 1988, 71), um fragmento proveniente do povoado da Sola, Braga (BETTENCOURT 1991-92, 108-109, est. IX, s/n.º) e vários exemplares provenientes do povoado da Lavra, Marco de Canaveses (SANCHES 1988, 129, fig. 3-4). Os materiais provenientes do Monte Padrão, embora não sejam abundantes, encontram-se significativamente representados (MARTINS 1985, est. V, n.º 3-7; MOREIRA 1995, 13, est. I-II, n.º 3-4).

Bronze Final

Em termos genéricos, o Bronze Final baliza-se entre 1250 e 750 a.C. e caracteriza-se pelo surgimento de uma nova estratégia de povoamento que utiliza promontórios com defesas naturais para uma implantação ex novo e pela manutenção dos povoados abertos da primeira fase, o que permite admitir o surgimento de uma estrutura hierárquica do povoamento, na qual, povoados com características de implantação privilegiadas possam ter desempenhado funções específicas na economia e na dinâmica social regional, designadamente no controlo da produção metálica.

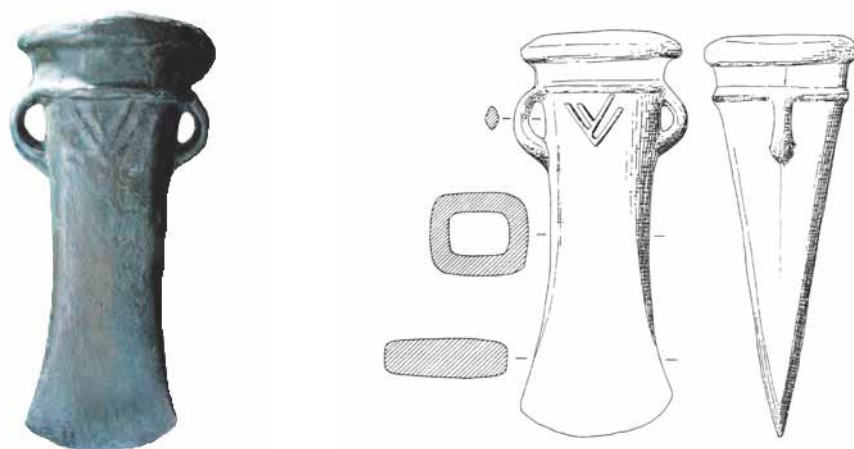
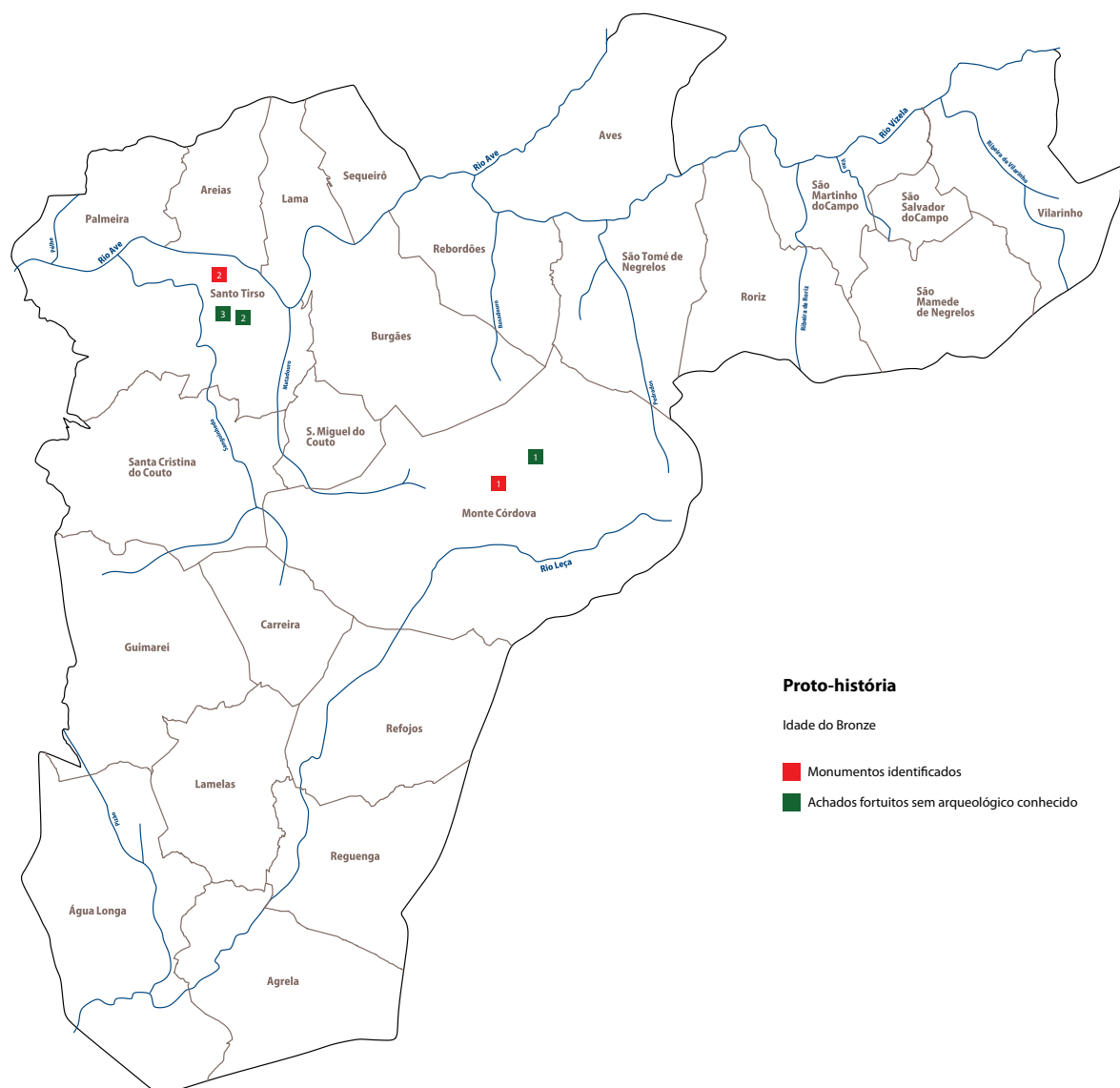
O espólio cerâmico desta fase compreende um repertório tipológico relativamente diversificado, composto por pesos de tear, líticos e cerâmicos, taças carenadas de fundo umbilical, vasos tronco-cónicos, potes e taças com decoração plástica”. Os materiais líticos são muito abundantes e relacionam-se com as actividades domésticas. Entre outros, identificam-se mós barquiformes, machados polidos, pesos e lâminas de sílex. A abundância do material lítico, aliada à escassez de materiais metálicos, permite admitir que o instrumental de uso quotidiano, necessário às actividades de subsistência, continuou basicamente a ser feito em pedra.

Para além da ocupação registada no Monte Padrão são vários os achados dispersos identificados na região, eventualmente conotados com outros assentamentos, que permitem percepcionar um quadro de povoamento mais denso e complexo.

Identifica-se um machado de talão e duplo anel proveniente do Chão da Presa, Santo Tirso, um machado de alvado de duplo anel identificado como proveniente de Santo Tirso, mas cuja origem incerta não permite relacioná-lo com qualquer povoado e a necrópole do Corvilho, em Santo Tirso.

Monumentos identificados					
N.º EA	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
1.	Monte Padrão	Povoado fortificado	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
2.	Corvilho	Necrópole	---	Santo Tirso	---

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido					
N.º AF	Designação	Tipologia	Suporte	Local de recolha	Depósito
2.	Machado de alvado e dupla aselha	Monteagudo 41	Bronze	Santo Tirso (?)	MNARQ 3276 / 11039 IG
3.	Machado de talão e dupla aselha	Monteagudo 35 A	Bronze	Chão da Presa	MMAF, n.º 33



Machado de alvado e dupla aselha, Santo Tirso

Necrópole do Corvilho, Santo Tirso

O conjunto de objetos arqueológicos recolhidos no início das obras do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, em 1915, num terreno desanexado à Quinta de Gião, junto do caminho do Corvilho, no lugar da Lagoa, Santo Tirso, viria a designar-se na bibliografia da especialidade por Necrópole do Corvilho. Todavia, o contexto arqueológico do depósito é completamente obscuro, não se sabendo qual a relação entre os diferentes materiais identificados e a eventual existência de estruturas associadas. Contudo, localmente regista-se uma forte tradição oral que refere “um cemitério muito antigo”, eventualmente relacionado com achados fortuitos ocorridos nas imediações que, associada às características morfológicas das peças em questão e por conexão com contextos arqueológicos do mesmo horizonte cronológico relacionado com espólio das mesmas características tipológicas permite, com alguma segurança, afirmar que provavelmente se trataria de um depósito funerário, cujo horizonte cronológico corresponde ao Bronze Final. Parte dos materiais arqueológicos então recolhidos foram oferecidos ao Abade Pedrosa pelo então provedor da Santa Casa da Misericórdia, Domingos Venceslau Moreira da Silva e os restantes pela sua filha, Conceição Marinho da Silva. O seu estudo já foi abordado por vários autores (SANTARÉM 1956b, 169-177; SANCHES 1981, 97; 1982, 56-61; PEREZ 1997, 5-11, est. I, n.º 2; MOREIRA 2007, 40). Atualmente o conjunto de materiais é constituído por apenas seis vasos troncocónicos e um bracelete de bronze (MOREIRA 2007, 53-54, MMAP, n.º 34-41), embora exista a notícia do aparecimento de outros fragmentos cerâmicos, dos quais atualmente se desconhece o paradeiro.

Os vasos da necrópole do Corvilho integram um vasto grupo de cerâmicas da pré-história recente, de fabrico manual, genericamente caracterizados pela sua forma troncocónica, subcilíndrica ou subelíptica, podendo revelar perfis mais ou menos acentuados, assim como uma ligeira carena na face superior, junto ao bordo, de fundo plano, dotados em alguns casos de uma asa de secção plano-convexa. São frequentes os exemplares que apresentam um bordo em forma de aba horizontal no decurso do Bronze Inicial e Médio. As decorações mais frequentes são aplicações plásticas em forma de mamilos isolados ou em organizações variadas. Embora sejam conhecidos exemplares provenientes de contextos habitacionais, os ambientes funerários constituem as ocorrências mais frequentes. Constitui uma forma de forte expressão no norte de Portugal, apesar de constituir um tipo de vaso claramente de vocação funerária, sendo frequentes as ocorrências em monumentos megalíticos e em tumulações da Idade do Bronze (MARTINS 1985, 217) revelando uma larga perduração cronológica que se estendeu até ao Bronze Final (Sanches 1982, 60-61).

O bracelete identificado com o conjunto constitui uma singular forma pertencente a tradição atlântica atendendo à sua forma, decoração e técnica de fabrico, revelando, contudo, aspetos relacionados com as gramáticas decorativas características da Idade do Ferro, particularmente os remates semiesféricos, evidenciando um certo grau de hibridação que a sua cronologia de referência (900-700 a.C.), parece corroborar.

Necrópole do Corvilho, Santo Tirso



Vasos Troncocónicos



Bracelete

Machado de Talão e dupla aselha, Chão da Presa, Santo Tirso

Machado da coleção do Abade Pedrosa que integrou a exposição exibida nos claustros do mosteiro, onde foi observado e sumariamente descrito por Serpa Pinto. Presentemente faz parte da exposição permanente do Museu Municipal Abade Pedrosa (PINTO 1930, 306; MOREIRA 2005, 19; 2007, 53, MMAP 33). Machado de talão de duplo anel e faces simétricas, tipo Monteagudo 35A. Encontra-se fragmentado ao nível do arranque do talão que corresponde ao limite superior dos anéis¹. Lâmina plana e espessa, alargada, com gume de perfil curvo, isenta de nervuras e secção trapezoidal, fragmentada ao nível do gume. Talão retangular com ressalto médio e espesso com abas laterais, fragmentado ao nível do arranque inferior. Anéis de secção subcircular, assimétricos, implantados no centro das faces laterais dividindo a lâmina do talão. Ausência de rebarbas de fundição. Os vestígios de utilização são visíveis em ambas as faces da lâmina e no gume.

Em termos cronológico, tradicionalmente os machados de talão são atribuídos ao Bronze Final, ou, na designação de alguns autores ao "Bronze Tardio" (MONTEAGUDO 1977, 173). Durante a segunda metade do II milénio a.C. assiste-se a um forte incremento e diversificação da produção metalúrgica, no qual se identifica o aparecimento de formas de inspiração atlântica e mediterrânica, revelando um crescente contacto com comunidades da área meridional, certamente relacionado com a disponibilidade de estanho na região, quer no incremento das formas de tradição local, como é o caso dos machados de dupla aselha. O registo de inúmeros contextos funerários e deposicionais, que constituem a esmagadora maioria das ocorrências, reforça a ideia de atribuição de um carácter ritualizado da atividade metalúrgica, assim como uma dimensão mágica dos próprios artefactos, reforçando o seu valor simbólico. Neste contexto é admissível que os vulgarmente designados "depósitos de fundidor", inicialmente interpretados como ocultações concretizadas numa lógica funcionalista e económica, representem ações de ocultação e amortização de objetos de elevado valor e significado social, relacionadas com o mundo espiritual e religioso, cujas referências geográficas deverão corresponder a lugares de particular relevo ritual e de importância primordial para as respetivas comunidades (BETTENCOURT 2010, 54).

Refira-se, a propósito, que o lugar do Chão da Presa, Santo Tirso, se localiza nas proximidades da área de implantação da necrópole megalítica de Ervosa, assim como do lugar da Abelheira, Trofa, local onde foi identificado uma ocorrência deposicional de 30 machados de talão e dupla aselha, revelando uma certa continuidade da sacralização de lugares de forte significação coletiva, ressaltando o carácter excecional e o valor simbólico do achado.



Machado de talão e dupla aselha, Chão da Presa, Santo Tirso



¹ Dimensões – Comprimento máximo ¹⁵⁵ mm; Largura máxima ³⁵ mm; Espessura máxima ⁴⁰ mm;
Peso ^{784,2} gr.

A Idade do Ferro

Progressivamente melhor definidas e problematizadas com a investigação arqueológica mais recente (SILVA 1986, 2007; MARTINS 1990), as coordenadas geográficas, parâmetros cronológicos e componentes étnicas, técnico-económicas, sociais e culturais do mundo castrejo do Noroeste Peninsular, contar-se-á entre os resultados mais recentemente adquiridos, um vasto registo de influências, que agiram como elemento dinamizador da civilização indígena e que manifestaram um quadro de relações de longo curso, suavizando a imagem de isolamento que, a partir de alusões clássicas, se foi divulgando e cristalizando na historiografia arqueológica portuguesa, como índice de uma área marginal.

A complexidade e a natureza dos dados observados são o melhor testemunho de que esta zona geográfica, mais que uma *finisterra*, se configura como eixo de comunicação e pólo de atracção, enquadrado pelos interesses de uma economia à escala europeia, com focos mais activos irradiantes do Mediterrâneo, que mais se evidenciou em relação às situações de litoralidade. Assim, a fachada atlântica da área meridional do Noroeste Peninsular, na qual se integra a área do concelho de Santo Tirso, terá também constituído um pólo de atracção de relações alógenas, de origem continental e meridional, que agiram como elemento dinamizador da civilização indígena, e servido como eixo privilegiado de intercomunicabilidade do litoral com o interior, numa dinâmica de proximidade, conferindo à região, já com estimáveis níveis de densidade populacional, um elevado índice cultural.

A sequência de desenvolvimento cronológico proposta para a região, decorrente de elementos significativos do registo arqueológico das estações nucleares da região – Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Monte Padrão (Monte Córdova, Santo Tirso), Castro de Alvarelhos (Trofa), e Monte Castelo (Guifões, Matosinhos) –, estrutura-se em três fases que, globalmente integram o último quartel do II milénio a.C. até ao advento da romanização, definida pelo reinado de Augusto (SILVA; MOREIRA 2010, 125-315).

I Fase – Período balizado entre 1250 e 500 a.C., que respeita à fase de formação ocorrida em contexto atlântico no âmbito de relações continentais e mediterrânicas, correspondendo a sua primeira parte ao final da Idade do Bronze (1250-750 a.C.) e a segunda parte (750-500/450 a.C.) à I Idade do Ferro, com registo de assinaláveis relações meridionais.

II Fase – Período de afirmação da sua originalidade, com parâmetros cronológicos que se desenvolvem entre meados do I milénio a.C. e cerca de 200 a.C., na primeira parte, que se caracteriza pela assimilação de estímulos continentais, de teor post-hallstático, de migrações internas peninsulares e de intercâmbios com o Mediterrâneo, nomeadamente, através do comércio púnico, e o seu desenvolvimento posterior, já sob os auspícios das primeiras importações itálicas, que anunciam próximos contactos directos entre romanos e indígenas, correspondendo à 1ª fase da II Idade do Ferro.

III Fase – Etapa final, que se desenvolve no quadro da romanização, com início na sequência da campanha militar de *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.), e ter-se-á prolongado até ao reinado do imperador Augusto (29 a.C. – 14), com referência à reforma administrativa promovida por este imperador, correspondendo à 2ª fase da II Idade do Ferro.

Considerando a evolução cultural castreja como um processo de longa duração, iniciado nos finais da Idade do Bronze, segundo os mais recentes dados (SILVA; GOMES 1992; SILVA; RAPOSO; SILVA 1993; SILVA; MOREIRA 2010), é já possível caracterizar sumariamente o *habitat* da sua primeira fase, correspondente à etapa da sua formação, que se relaciona com um desenvolvimento excecional da atividade metalúrgica. Na área meridional do noroeste português verificou-se, em geral, uma implantação *ex novo* dos povoados em pontos estratégicos situados segundo uma diversidade topográfica, com realce para posições em remates de esporões de altitude média, visando primordialmente o controlo das bacias fluviais, em relação com as zonas de aptidão agrícola e exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, e o acesso a vias de penetração e comercialização, revelando um sistema económico de largo espectro, que genericamente se adequa à excelência das condições geográficas, como as que se observam no Monte Padrão, Santo Tirso, em Alvarelhos, Trofa³² e no Monte Castelo, Matosinhos ³³, únicos povoados fortificados da bacia do Leça e do interflúvio Leça/Ave em que se conhece ocupação nesta fase.

Na área geográfica do concelho de Santo Tirso apenas se regista ocupação da Fase I e II no Monte Padrão. Apesar de terem sido recolhidos materiais praticamente em todas as intervenções realizadas na plataforma superior do castro, não foi ainda identificada qualquer estrutura habitacional ou defensiva relacionada diretamente com este período. Contudo, a dispersão e a densidade da ocorrência dos materiais permitem, com alguma segurança, admitir que o povoado teria uma dimensão razoável, cuja ocupação se desenvolveria em toda a face leste da acrópole³⁴. Do ponto de vista estratigráfico, encontra-se documentada na face nordeste da plataforma superior, cujo espólio compreende taças carenadas de fundo umbilicado³⁵, vasos troncocónicos, potes e cerâmicas decoradas tipo «Baiões» e também um amplo reportório de materiais líticos – mós de naveta, machados polidos, pesos³⁶ e lâminas de sílex.



Raspador (sílex), Monte Padrão



Fragmento de lâmina de dorso alongado
(sílex), Monte Padrão



Peso (quartzito), Monte Padrão



³² O registo arqueológico documentado em Alvarelhos evidencia uma ocupação sequencial das três fases, ainda que nas intervenções efetuadas apenas se registem estratigraficamente a Fase I e a Fase III. Sobre a organização do povoado ainda pouco se sabe, uma vez que não foram intervencionados estratos arqueológicos relacionáveis com esta Fase. Contudo, se atendermos ao padrão de seleção dos locais de implantação dos povoados na bacia média e final do Ave, onde se identificam vários povoados com referências estratigráficas coevas – castro da Falperra, Braga; castro de S. Julião, Vila Verde, Alto do Crasto, Braga; castro de Monte Padrão, Santo Tirso, Cividade de Terroso, Vila do Conde, Castro de Penices, Vila Nova de Famalicão – e como resultado de prospeções arqueológicas – Castro das Lages, Braga; Monte Vasconcelos, Braga; Monte da Forca, Guimarães; Monte do Facho, Vila Nova de Famalicão; castro de Sabroso, Guimarães; Monte da Soledade, Vila do Conde –, constata-se que a importância estratégica do local, assim como o controle das vias naturais de comunicação desempenharam um papel determinante para a sua implantação. Neste sentido, é possível que a ocupação se restringisse à acrópole da principal elevação – Monte Grande – que, apesar de comparativamente possuir uma cota modesta (222 m), apresenta razoáveis condições defensivas, naturalmente reforçada por afloramentos graníticos que se recortam na plataforma superior, assim como um controle visual assinalável sobre a área envolvente, em particular na face oeste, em que domina toda a faixa costeira, desde Labruge a Vila do Conde. Entre o espólio cerâmico recolhido destacam-se dois fragmentos que formam um perfil completo de uma taça carenada de fundo umbilical (MARTINS 1990, 128, forma 5; MOREIRA 2007, 52; 2010, 338), vários fragmentos de produção manual com decoração tipo Baiões e um amplo repertório de instrumentos líticos (MOREIRA 2010, 1003-1009). Refira-se ainda o aparecimento de um machado de talão e dupla aselha, recolhido nas suas imediações, no lugar de Palmazão, Vila do Conde, eventualmente relacionado com esta fase de ocupação do povoado. Encontra-se hoje em depósito na Câmara Municipal de Vila do Conde (CRUZ; BRITO 1991, 5-13; ALMEIDA 1995, s/n).

As taças carenadas configuram um tipo de recipiente com características morfológicas muito características encontrando-se amplamente documentadas em povoados no norte de Portugal. São produções com um acabamento cuidado, com superfícies externas alisadas e brunidas, constituídas por pastas relativamente bem depuradas com escassos elementos não-plásticos de pequeno calibre. Morfologicamente apresentam a parede em calote com carena média/alta, bem vincada, bordo vertical ou levemente esvasado com lábio arredondado. Os fundos podem ser umbilicais ou rasos. As suas dimensões ostentam variações significativas. As variabilidades morfológicas conduziram a uma subdivisão tipológica a que não corresponde uma diferenciação cronológica – Armando Coelho considera 3 variantes em função da dimensão, perfil e localização da carena, existência de asa e características do fundo, às quais faz corresponder *in genere* à forma 8C de G. Marques e M. Andrade (SILVA 1986, 120, Gráfico 3). Manuela Martins considera três tipos (Forma 5 A/B/C) (MARTINS 1990, 127-128, Quadro 10). A cronologia definida para o castro de S. Julião, Coto da Pena e Castro de Barbudo no séc. X/IX a.C., com base em datações por C14 (MARTINS 1990, 131), em certa medida contraria as cronologias anteriormente propostas (SILVA 1986, 119-120), que relaciona este tipo de produções com a expansão de elementos culturais dos “Campos de Urnas” no centro da Espanha e sul de Portugal. Os dois exemplares identificados em Alvarelhos integram a forma 5 A da tipologia proposta por Manuela Martins. Trata-se de duas taças de dimensões médias com parede em calote e carena intermédia bem vincada. O bordo é curto, de desenvolvimento vertical, e apresenta uma ligeira curvatura intermédia conferindo à parede um perfil ligeiramente côncavo. O lábio adelgado apresenta um

recorte arredondado. O fundo em ambos os casos é umbilical. As pastas apresentam uma coloração castanho-clara, de cozedura homogénea, relativamente bem depuradas, com baixa concentração de elementos não-plásticos, constituídos essencialmente por grãos de quartzo de pequeno calibre. As superfícies são espatuladas e bem brunidas com acabamento cuidado.

Os achados líticos em pedra polida e sílex são particularmente abundantes, atendendo ao facto de não se ter intervencionado nenhuma área habitacional correspondente a esta fase, demonstrando, uma vez mais, a perenidade das tradições artesanais anteriores e, simultaneamente, a reduzida expressão de instrumentos metálicos. Entre os materiais líticos polidos destaca-se um conjunto de dez machados e três lâminas de sílex, sendo uma delas retocada, um fragmento de lasca de dorso preparado e um raspador duplo com gume lateral em coche (MOREIRA 2010, 1003-1009, est. CCXXXIV-CCXXXVII).

³³ A ocupação do Monte Castelo, ainda mal documentada estratigráfica e ergologicamente, identifica-se através de materiais cerâmicos, nomeadamente, de um pequeno vaso carenado com asa lateral.

³⁴ A intervenção arqueológica levada a efeito por Manuela Martins em 1985 consistiu na execução de quatro sondagens das quais merecem particular relevo as implantadas entre o muro leste da Domus nordeste e a muralha (MARTINS 1985).

³⁵ MOREIRA 1991a, 14, est. VI, n.º 3 - Corte D (05) K 29.

³⁶ Este tipo de peso em quartzito ou arenito, de formato oval e secção plano-convexa, com entalhes laterais de perfil ovalado, são relativamente abundantes em povoados com ocupação no mesmo horizonte cronológico e foram inicialmente interpretados como indicadores da atividade piscícola (LANHAS; BRANDÃO 1971, 581-589), sendo atualmente considerados com funções mais amplas, designadamente relacionados com a atividade de tecelagem (CANO PAN 1986).

A **Fase I**, amplamente documentada na região, contextualiza o povoado numa realidade que manifesta uma alta densidade de povoados com características de implantações muito heterogêneas, reforçado por um elevado número de vestígios dispersos, eventualmente conotados com outros povoados na sua periferia ainda não identificados que permitem uma visão abrangente do quadro de povoamento. No âmbito geográfico do Monte Padrão, definido entre Leça e Ave, além dos povoados já referenciados, regista-se ocupação no povoado Bouça da Cova dos Mouros, Ardegães, Maia. Este último constitui o único tipo de povoado aberto conhecido na região e compreende uma realidade arqueológica mais complexa, composta por três monumentos megalíticos e um núcleo de arte rupestre, de que o painel mais conhecido é a Pedra de Ardegães³⁷. Entre outros achados dispersos conotados com este momento cronológico, para além do machado de duplo anel, proveniente de Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde, relacionado com o castro de Alvarelhos, regista-se o “depósito de fundidor” identificado no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, composto por 30 exemplares de machados de talão de dupla face e duplo anel (LIMA 1940a, 199-200, carta IV; SILVA 1986, Gráfico 4; MOREIRA 2007, 29), o machado de talão de duplo anel proveniente do Chão da Presa, Santo Tirso (MOREIRA 2007, 53, n.º 33), o machado de alvado de duplo anel, em depósito no MNA (11039) proveniente de Santo Tirso, amplamente referenciado na bibliografia (CARDOZO 1969, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, est. LV, n.º 4; SILVA 1986, Gráfico 4; MELO; ARAÚJO 2000, 53-56), enquadrado na tipologia de Monteagudo como Tipo 41 C Santo Tirso.

A **Fase II**, segundo a sequência crono-estratigráfica das escavações realizadas, onde são manifestos vestígios de ocupação permanente nos níveis imediatamente superiores à camada correspondente ao núcleo do Bronze Final, por meados do I milénio a.C. o povoamento terá conhecido particular desenvolvimento, tornando-se em mais um testemunho da evolução do *habitat* castrejo com afirmação de fácies regionais.

As suas principais características definem-se a partir de influências centro-europeias, de teor post-hallstático, e influências meridionais, designadamente através do comércio púnico, documentado através de cerâmicas e outros produtos cartagineses, cerâmicas gregas e pré-campanienses (SILVA 1986, 37).

Identifica-se no Monte Padrão, nomeadamente, através da cultura material associada às primeiras estruturas habitacionais pétreas, intervencionadas na face nordeste da plataforma superior, nomeadamente as construções VI e VII e uma outra unidade que, eventualmente, corresponderá à primeira estrutura defensiva (MOREIRA 1991c, 5, corte estratigráfico Este A-A', camada 4). As cerâmicas indígenas caracterizam-se por um forte arcaísmo e simplicidade nas formas e técnicas de fabrico (MOREIRA 2005a, 255-276).

Relativamente a esta fase foram intervencionadas duas estruturas habitacionais (VI/VII) e um muro de sustentação de terras, que teria a dupla função de nivelamento da plataforma superior, assim como constituiria a primeira linha defensiva. A estrutura desenvolve-se paralelamente à muralha construída na Fase III pela sua face interna a sensivelmente dois metros desta. É composta por blocos graníticos de diferente calibre, dispostos

aleatoriamente, não formando uma estrutura consistente. O paramento é formado por blocos graníticos de diferente calibre, alguns dos quais dispostos transversalmente, em forma de cunha. As construções identificadas localizam-se no extremo norte da plataforma superior. A primeira implanta-se junto da estrutura defensiva, no lado norte da vala de sondagem. É composta apenas por duas fiadas de pedra aparelhada. Da restante estrutura apenas subsiste o alicerce, formado por um leito de saibro e pedra miúda. A totalidade da estrutura encontrava-se coberta por uma camada de saibro de espessura variável oscilando entre 10 e 15 cm, resultantes de trabalhos posteriores de nivelamento da plataforma. O paramento, aparentemente de dupla face, tem de largura máxima 0,60 m e 2,40 m de diâmetro interno. No seu interior, encontra-se um afloramento nivelado pela face da estrutura que apresenta a superfície horizontal, denotando vestígios de trabalho de pico³⁹. A segunda construção identificada localiza-se no extremo sul da área intervencionada. Está implantada directamente no afloramento granítico e conserva apenas uma fracção mínima da totalidade do seu perímetro. Avaliando a curvatura da estrutura existente, partindo do princípio que seria circular, o seu diâmetro interno seria de cerca de 3,40 m e a largura máxima do paramento de 0,30 m. Na face sul, local em que a estrutura assenta sobre o afloramento, existe um pequeno sulco que acompanha a curvatura da estrutura com cerca 0,08 m de largura e 0,10 m de profundidade, com perfil em U, cuja função seria a de drenar as águas pluviais, evitando infiltrações no alicerce.



³⁷ O sítio arqueológico desenvolve-se por aproximadamente 3h. Encontra-se implantado numa vertente de meia encosta orientada a nascente, de declive suave, cuja topografia varia entre os 101 m e os 120 m. O local foi alvo de várias intervenções encontrando-se já referenciado na bibliografia arqueológica, contudo, recentes descobertas refletem uma noção mais precisa do horizonte cronológico-cultural, assim como as dimensões e características do povoado (JÚNIOR 1940, 357; 1963, 119-120; TWOHIG 1981, 49-55).

³⁸ Segundo Beatriz Comendador Rey (REY 1998, 89, n.º 102), que tem por base o trabalho de Monteagudo e Mário Cardozo (CARDOZO 1930, 61; MONTEAGUDO 1977, n.º 66), trata-se de um machado plano de perfil trapezoidal, de talão truncado e lados retos. Segundo o desenho a secção apresenta um recorte sub-retangular com talão pontiagudo e lâmina triangular, de gume simétrico de recorte convexo, com as arestas levemente projetadas para além do desenvolvimento das faces laterais, apresentando uma ligeira curvatura para o interior. As dimensões apresentadas são; Comprimento máximo 90 mm; Largura máxima 43 mm; Espessura máxima 10 mm.

³⁹ Os resultados dos trabalhos realizados em povoados com ocupação relativa a esta fase manifestam as particularidades destas estações, que se tornam mais evidentes quando confrontados os elementos comuns entre o rio Minho e rio Douro com os da área a sul deste rio, sendo, todavia, de observar, por ser um significativo elemento caracterizador da arquitetura castreja, a adoção sistemática da planta circular documentada no Coto da Pena (Caminha) e na Cidade de Terroso (Póvoa de Varzim), Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima) e também no Morro da Sé do Porto, onde apareceram os alicerces de parte de uma construção redonda, com aparelho constituído por pedra muito miúda, com idênticas características construtivas aos edifícios desta época, que mostram geralmente paredes pouco espessas de dois paramentos unidos por argamassa de saibro, sem utilização de pico de ferro e com estratos de ocupação de pisos finos.

O espólio documentado é composto maioritariamente por cerâmica, instrumentos líticos e, numa expressão muito reduzida, por instrumentos metálicos, exclusivamente de bronze.

As cerâmicas, de uso corrente e de armazenamento, revelam um forte arcaísmo técnico e formal. Predominam potes e púcaros de perfil em S, maioritariamente de fabrico manual, e com cozeduras de ambientes redutores. As pastas, relativamente bem depuradas, apresentam elementos não-plásticos bem calibrados compostos essencialmente por grãos de quartzo e, em menor quantidade, moscovite. Em termos genéricos, o tratamento das superfícies exteriores apresenta um acentuado polimento trazendo à superfície as lâminas de mica que conferem às peças um acentuado brilho e um efeito decorativo inovador, contrastando profundamente com o brunido intenso, de cor negra, brilhante, característico de algumas peças mais cuidadas do Bronze Final. As decorações, pouco frequentes, são constituídas por motivos incisos, organizados em bandas, compondo motivos geométricos padronizados. O reportório das formas é limitado e pouco especializado, sendo, no entanto, de assinalar o aparecimento das panelas com asas interiores, cuja peculiaridade formal as evidência como uma das formas mais emblemáticas da cerâmica castreja, reconhecendo-se esta fase como de afirmação da sua originalidade, com assimilação de estímulos interiores, de teor celtizante, que, no caso do Monte Padrão, é apenas aparente na adopção de motivos decorativos estampados com representação de séries de SS, círculos concêntricos e triângulos em recipientes cerâmicos indígenas fabricados à mão. O instrumental lítico, muito abundante, é composto por seixos truncados, pesos e mós de naveta.

Em correspondência a **Fase III**, no contexto geográfico em que se inserem os castros localizados no concelho de Santo Tirso, contemporâneos desta Fase (Monte Padrão, Monte Córdova, Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, e Castro da Torre, Areias) identificam-se testemunhos estratigráficos e arquitetónicos muito expressivos em quatro estações nucleares do interflúvio Leça/Ave – Monte Padrão, Citânia de Sanfins, Alvarelos⁴⁰ e Monte Castelo⁴¹. Estes testemunhos tornar-se-ão num indicador precioso da última fase da cultura castreja, coeva dos primeiros contactos com a civilização romana, cujo início se poderá relacionar com os reflexos da campanha de Décimo Júnio Bruto na região (138-136 a.C.) que, pelas proporções assumidas, segundo as fontes, e pelos estímulos criados e novas motivações e modelos propostos, terá proporcionado o desenvolvimento de uma nova etapa que, pelas estruturas aparentes, se manifestou como de padronização do *habitat* castrejo como fruto das novas relações estabelecidas doravante no *processus* da romanização.

É, com efeito, a este período que se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a cultura castreja a partir das escavações de grandes estações arqueológicas, como as citânias de Briteiros (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Terroso (Póvoa de Varzim), S. Julião (Vila Verde), Santa Luzia (Viana do Castelo), Âncora (Caminha/Viana do Castelo), Santa Tecla (La Guardia, Espanha) e outras, que se tornaram modelos desta cultura. Por força de estímulos de várias ordens esta região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de

novas aglomerações proto-urbanas com polarização do conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em lugares centrais de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer⁴² (SILVA 1986, 2007; MARTINS 1990; ALARCÃO 1992).

O florescimento económico e cultural registado em grande número de povoados ao longo do séc. II a.C. até meados do séc. I da nossa Era terá sido acompanhado por profundas alterações na organização do território, cuja expressão mais significativa se refletiu na emergência de alguns povoados de grandes dimensões caracterizados estruturalmente por evidenciarem uma organização de natureza proto-urbana que terão desempenhado funções no domínio político-administrativo, militar, económico e religioso, constituindo-se em lugares centrais providos de uma certa capitalidade a que corresponderiam territórios demarcados nos quais se integravam unidades de povoamento menores, subsidiárias das primeiras, que alguns autores veem como adstritas a grupos étnicos, alguns dos quais identificados com unidades suprafamiliares, designadas singularmente por *castellum* (SILVA 1995, 517). Este fenómeno, que conta com numerosas expressões paralelas por toda a Europa, ter-se-á tratado, na prática, de um processo de crescimento e agrupamento em lugares altamente estratégicos cumprindo a função de principados centralizados, liderados por chefes guerreiros cuja tutela ficou imortalizada na estatuária.

Da sua identificação e delimitação dos respetivos territórios resultaram um conjunto significativo de ensaios de modelação e hierarquização do povoamento (SILVA 1986, 1995, 505-546; MARTINS 1990; ALARCÃO 1987, 35-72; 1992, 62-66; DINIS 1993; LEMOS 1993; ALMEIDA 1996; TRANOY 1981, 72).

Se a constatação da emergência de grandes castros ou a transformação de alguns povoados menores, que registaram um crescimento assinalável e remodelações de grande amplitude ao nível das estruturas defensivas e habitacionais, acompanhadas por significativas evoluções técnicas parece ser consensual, identificar os motivos subjacentes ao processo e nomear os assentamentos que terão desempenhado funções de capitalidade enquanto lugares centrais é consideravelmente mais problemático. O fenómeno tem sido interpretado por alguns autores como uma resposta à presença militar romana (SILVA 1995, 517) correspondendo, portanto, a uma necessidade de organizar a defesa, da qual resultaria a integração política dos povoados de menores dimensões tendo como principal consequência a emergência de uma “consciência étnica” (ALARCÃO 1992, 59).

Neste sentido – (...) Ter-se-á tratado, na prática, de um processo de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores... (...) (SILVA 1986, 43)⁴³ que possibilitassem uma grande concentração demográfica como sugeriu Brochado de Almeida – (...) assistiu-se à “fundação de vastas aglomerações, situadas em zonas de planalto, providas de sistemas defensivos eficazes e internamente munidas de planos de urbanização, a que normalmente se dá o nome de proto-urbanização (...) (ALMEIDA 1996, 168).

Assim, parece claro que para alguns autores que a razão subjacente à transformação da organização do povoamento e o surgimento dos grandes castros, registada a partir do séc. II a.C., terá tido como origem motivações de carácter militar, valorizando-se as consequências do crescente contacto com o mundo romano como principal contribuído para a adoção de novos modelos no domínio do planeamento e organização interna dos povoados, designadamente a adoção de uma estrutura hipodâmica nas acrópoles dos povoados.



⁴⁰ Nesta fase o enquadramento arqueológico do castro de Alvarelhos far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos do território do qual terá constituído o “lugar central”. A unidade gentílica que habitava o castro identifica-se a partir da epígrafe dedicada a *Ladronus Antonius*, pelos *Madequisenses*, habitantes residentes da região e naturalmente do castro, admitindo-se que este assumiu a designação de *Castellum Madae*. O seu território seria definido transversalmente pela linha de cumeeira da serra da Agrela, limitando a leste com o território dos *Fidueneae*, a norte o rio Ave, a sul o rio Leça e a oeste a costa marítima. Esta proposta baseia-se num princípio de estruturação hierárquica do povoamento regional, fundamentada em aspetos de carácter sociocultural que noutras áreas se expressaram no domínio religioso, designadamente no culto de divindades tutelares próprias, a partir das quais se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*.

Os vestígios estratigráficos e estruturais documentam-se a partir de finais do séc. II a.C. desenvolvendo-se até aos reinados de Tibério/Cláudio, momento a partir do qual se registam as primeiras construções romanas integradas numa reforma planeada que implicou o “sacrifício” de parte das construções indígenas, designadamente no espaço que viria a ser o centro cívico do povoado. As estruturas identificadas correspondem apenas a sete casas e a três estruturas individualizadas de difícil caracterização, cujo estado de conservação em conjugação com as limitadas áreas intervencionadas, não permite conhecer a estrutura do povoado indígena, cuja estratigrafia se limita à última fase ocupacional. A cultura material documentada nesta fase corresponde ao auge tecnológico cujo desenvolvimento ocorre já na esfera do mundo romano evidenciando um grande desenvolvimento económico e cultural.

⁴¹ O Monte Castelo, apesar da sua ocupação e estrutura urbana ser mal conhecida, implantado na margem esquerda do rio Leça, sobranceiro à área estuarina, terá beneficiado da sua localização estratégica, para assumir um importante papel na dinâmica do comércio regional, correspondendo nesta fase, como se documenta através de cerâmicas campanienses, datáveis do séc. II, e do acervo anfórico (Tipo Mañá C2b/Tipo 7.4.3.2.), a um centro redistribuidor e entreposto comercial em relação aos povoados da sua área de influência, eventualmente com o estatuto de «lugar central», pelo menos de nível intermédio, de outros pequenos povoados existentes nas imediações (CLETO; VARELA 2000, 142-143). Devido a argumentos de natureza epigráfica alguns autores admitem a possibilidade de identificar o mítico rio *Lethes*, comumente identificado com o rio Lima e perpetuado na historiografia contemporânea pelo episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto, com o rio Leça,

justificando-se esta incorreção de localização por desconhecimento do terreno de algum autor antigo que o identificou erradamente como Lima (GUERRA 1996, 159).

A esta possibilidade poder-se-á, porventura, associar um testemunho epigráfico encontrado em Braga, onde é registado um indivíduo originário de Letiobris, com forma de sufixação assimilável a *-briga* e que pode enquadrar perfeitamente um grupo de referências onomásticas conhecidas na região, como, por exemplo, Avobriga e Tameobriga, ambos formados a partir de hidrónimos, que hoje se identificam, respetivamente, com os rios Ave e Tâmega. Nesta conformidade, se coloca a hipótese de se poder evocar a memória de *Letiobris* em relação com o nome do rio, levando-nos ao «Monte Castêlo», «o castro do rio do esquecimento», que se encontra implantado na foz do Leça, cujo índice de romanização se encontra amplamente documentado.

⁴² Segundo Armando Coelho, uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, em função do meio ambiente e segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influência dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistância da ordem dos 25 km de Sanfins (Paços de Ferreira) a Briteiros (Guimarães), a Eiras (Vila Nova de Famalicão), a Bagunte (Vila do Conde), a Alvarelhos (Trofa), a Vandoma (Paredes), e a Mozinho (Penafiel), correspondente a uma jornada, sugere a ponderação desta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos segundo uma certa estruturação do território, na qual estes grandes povoados poderão ter desempenhado, nesta fase proto-urbana, o papel de lugares centrais em posição de metrópoles de territórios demarcados, adstritos a grupos étnicos, como os dos *Madequisenses* (Alvarelhos), dos *Calaicos* (Porto/Vandoma) e dos *Danaicos*?/ *Anaicos* (Mozinho), pertencentes à zona meridional dos Brácaros, situáveis entre Lima e Douro.

⁴³ Armando Coelho sugere que será neste contexto que se compreendem as mudanças de hegemonia verificadas na fase anterior, como a presumível transição de *Cale* para o castro da Vandoma, Paredes, do castro do Padrão, Santo Tirso, para a Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, entre outros (SILVA 1995, 524).

Outra perspectiva de análise valoriza as transformações decorrentes da reorganização dos povoados como resultado de um processo endógeno, decorrente da maturação da estrutura socioeconómica, potencialmente reveladora da existência de uma hierarquia entre os povoados, desenvolvida em contextos culturais em que prevalece a componente cultural indígena e não como resultado de um processo decorrente da sua inserção na órbita do mundo romano ou como resposta a uma ameaça militar (MARTINS 1990, 115).

Independentemente das motivações e dos fatores que estiveram na génese da emergência dos *lugares centrais* (processo endógeno de maturação civilizacional *versus* reação militar ao invasor), o facto é que alguns castros se desenvolveram mais que outros tendo, eventualmente, integrado os castros mais pequenos nos seus territórios que dominaram política e economicamente, tornando-se pequenas capitais, tendo acompanhando um fenómeno mais vasto, comum a toda a Europa Central e Ocidental desenvolvido ao longo da II Idade do Ferro (Hallstat D e de La Tène) (ALARCÃO 1987, 39). Entre as funcionalidades que terão desempenhado contam-se as funções políticas, económicas e religiosas, tendo-se constituído como motores do ordenamento do espaço regional, cujo fator fundamental consistiu na sua capitalidade política, como referiu Jorge Alarcão – (...) *...o lugar era a residência de um príncipe ou de uma oligarquia capaz de hierarquizar a sociedade, ordenar a actividade económica e retirar dela, por meio de tributos, ou mesmo por uma exploração directa, os benefícios que constituíam o fundamento do prestígio e da importância social (...).*

Este processo, que regista um crescimento sem precedentes no Noroeste Peninsular, e se materializa numa arquitetura de pedra de grande monumentalidade, reflete uma certa homogeneidade cultural, não constituindo um fenómeno evolutivo único.

Efetivamente, a rápida pacificação da área meridional do Noroeste Peninsular parece ter favorecido um florescimento económico particular desta região, que resultou numa crescente complexidade social, especialmente patente no séc. I a.C., momento a partir do qual se verifica uma significativa abertura a influências exógenas, designadamente provenientes do sul da Península, revelando um estágio de desenvolvimento assinalável que, apesar de poder ser considerado como um fenómeno relativamente autónomo, tem lugar num quadro de contactos frequentes com o mediterrâneo, aspeto que constituirá um elemento facilitador do processo de romanização que será mais precoce e mais profundo na área litoral do convento bracaraugustano.

Na perspectiva interpretativa que valoriza uma raiz endógena do processo de evolução civilizacional e *flourit* cultural, amplamente documentada no registo arqueológico, reveladora de importantes inovações tecnológicas e da ampliação e diversificação das atividades económicas, que se reflete de maneira especial na ampliação e remodelação das estruturas defensivas dos povoados, este fenómeno justifica-se por razões de prestígio e não por uma efetiva necessidade de defesa (MARTINS; JORGE 1992, 366).

Ainda que detetadas novas fundações castrejas ao longo deste período, de que as mais características serão os chamados «castros agrícolas» (ALMEIDA 1990), visando a exploração dos vales, e algumas outras relacionadas com a exploração mineira, é natural que, simultaneamente, se tivesse assistido a um processo de substituição de pequenas unidades independentes, estabelecidas em pequenos castros, por agrupamentos

com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica terá implicado novas formas de organização arqueologicamente patente num novo ordenamento espacial.

Esta fase proto-urbana, evidentemente dirigida por um poder central, evidente no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e de equipamentos públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, de que sobressai a generalização dos moinhos giratórios, certamente coincidentes com a da roda do oleiro, denunciando uma forte organização do sistema de produção, e a vulgarização da metalurgia do ferro, que se tornou sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaías agrícolas e ferramentas artesanais, directa ou indirectamente documentadas no espólio.

Da combinação destes fatores organizativos e técnicos terão surgido as primeiras formas epigraficamente documentadas de associação profissional, constituídas por grupos de artífices, como os que se dedicavam à estatuária e com certeza a obras públicas, de maior cuidado, como os balneários com pedras esculpturadas e a construção de sistemas defensivos.

Correspondente ainda a esta Fase, a investigação dos últimos anos tem também sido particularmente profícua em ensaios dedicados à organização social dos povos indígenas do Noroeste Peninsular. A conjugação de fontes literárias, epigráficas e arqueológicas, analisadas à luz de novas metodologias tem proporcionado sucessivas revisões ao quadro do povoamento e organização social dos povos da antiguidade pré-clássica.

Assumida a organização social castreja hierarquicamente estruturada a partir da *Domus*⁴⁴ enquanto núcleo de âmbito familiar inserido numa unidade suprafamiliar designada singularmente por *castellum*⁴⁵ que, por sua vez, integraria o *populus* ou *civitate*⁴⁶ e aceitando a localização dos *Callaeci* na margem direita do rio Douro, importa, em primeira análise, enquadrar política e socialmente os habitantes da região no quadro do povoamento proto-histórico, nomeadamente as diferentes unidades suprafamiliares que integrariam o seu território, assim como identificar quais os *castella* que eventualmente possam ter desempenhado funções de capitalidade enquanto “lugares centrais”, de forma a compreender as múltiplas repercussões ocorridas no processo de reordenamento do povoamento registado no período de domínio romano.

Noroeste Peninsular

Populi / Civitates
 (Entidade étnica)
 |
Castellum / Castro
 (Unidade suprafamiliar – gentilitas)
 |
Domus
 (Unidade familiar)

Entre Douro e Ave

Populi / Civitates
 (*Callaeci Bracari*)
 |
Castellum / Castro
 (Unidade suprafamiliar – gentilitas)
 (*Madequisenses, Fidueneae, Callaeci, Anaeci, Uliaincae, Letiobrigenses?, Avici?*)
 |
Domus
 (---- /---- /---- /---- /---- /----)



⁴⁴ *Domus* – designa a família em sentido extenso, constituída por várias famílias nucleares (unidade doméstica) ligadas genealogicamente entre si (SILVA 1986, 268).

⁴⁵ Armando Coelho, a propósito da evolução do *habitat* castrejo e a sua organização política e social, ao estabelecer um ordenamento territorial baseado em “metrópoles – lugares centrais”, com territórios demarcados e povoados subsidiários adstritos a grupos étnicos, estabelece uma correspondência destes com unidades suprafamiliares (designadas singularmente por *castellum*) constituindo unidades inferiores aos *populi* ou *civitates* (SILVA 1995, 517) não significando, no entanto, que todos os registos epigráficos que identificam o respetivo *Castellum*, tenham vindo a representar, num determinado período, funções de capitalidade e, consequentemente, tenham tido territórios definidos com castros subsidiários adstritos. No seguimento da organização da sociedade proposta pelo autor (SILVA 1986, 272), o castro = *Castellum*, corresponderia a união de vários grupos familiares organizados, constituindo a primeira unidade suprafamiliar. Jorge Alarcão propõe uma nova designação para os territórios dos castros “principais”, em cujos territórios haveria outros castros, eventualmente política e administrativamente dependentes do primeiro, que designa por “cantão”. Este espaço constituiria uma subdivisão dos *populi*, encabeçada por um castro principal em cujo território existiriam vários outros castros (ALARCÃO 2000, 45-50). O termo cantão constitui hoje uma divisão territorial de algumas nações europeias, cujo significado jurídico-administrativo extravasa, em muito, o atribuído à unidade suprafamiliar que tem vindo a ser identificado como grupo étnico, com correspondência física a um castro, com território definido e unidades menores politicamente subsidiárias, que julgamos não ser ajustado.

⁴⁶ Constitui o nível superior da organização suprafamiliar que forma uma entidade étnica a que corresponde um vasto território com vários castros adstritos. Por último, como referência étnica maior, mas sem significado político (SILVA 1986, 285), identifica-se para a região oeste a designação de “Calaicos” que constitui a apropriação do étnico menor identificado para os habitantes da margem direita do rio Douro, cuja última referência geográfica os relaciona com o castro da Vandoma, Paredes (SILVA 1995, 518).

Relativamente à **Fase III** conhecem-se no atual concelho de Santo Tirso três povoados - Monte Padrão, Monte Córdova, Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos e Castro da Torre, Areias – dos quais apenas o primeiro foi alvo de intervenções arqueológicas sistemáticas e se conhece a sua estratigrafia e cultura material associada.

O Monte Padrão, ainda que presumivelmente não tenha assumido estatuto de capitalidade, regista nesta fase o seu apogeu enquanto povoado castrejo, ao qual correspondem a maior parte das estruturas habitacionais identificadas na acrópole, as estruturas defensivas, que foram alvo de significativos trabalhos de restauro e ampliação neste período, assim como o balneário identificado em 2007 na face sudeste da plataforma intermédia do povoado.

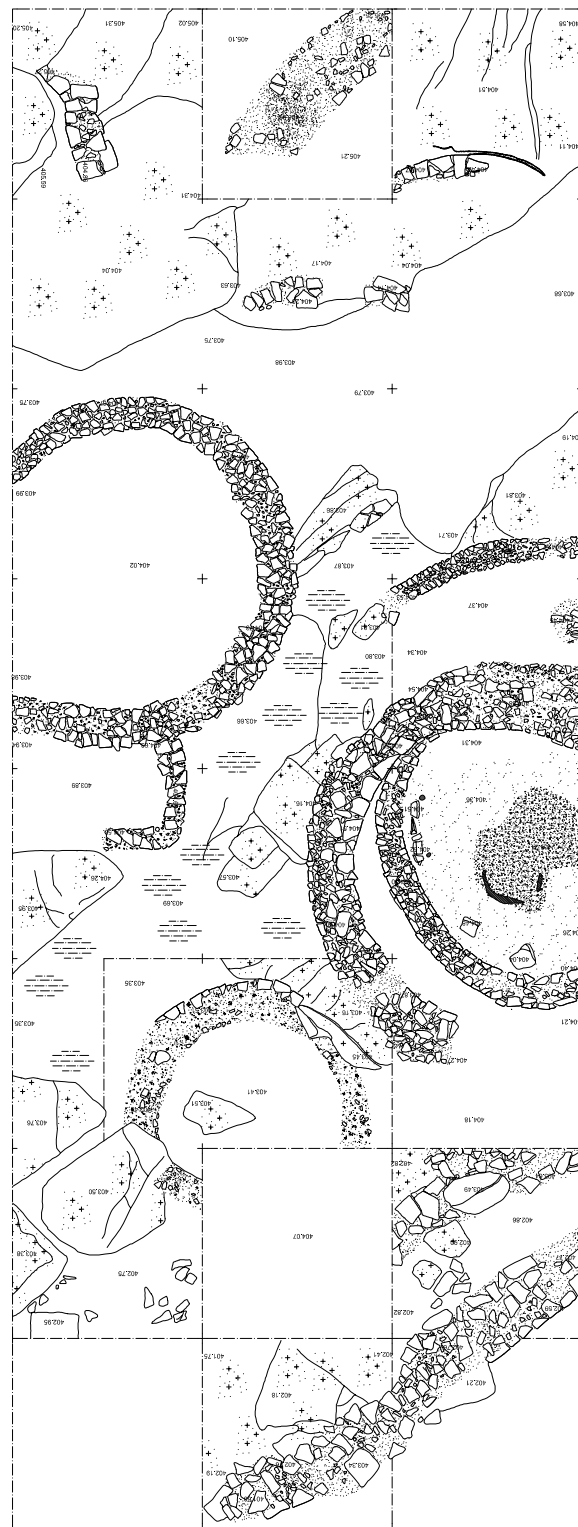


Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso



Casas castrejas, Monte Padrão

A cultura material documentada corresponde ao seu auge tecnológico cujo desenvolvimento ocorre já na esfera do mundo romano, evidenciando um grande desenvolvimento económico e cultural. A cerâmica, praticamente limitada na fase anterior a recipientes de perfil em S, modestamente decorados com motivos incisos, amplia o seu reportório de formas registando-se uma maior adequação na relação forma/função, assim como ao nível da cozedura se registam significativos progressos. Generaliza-se a utilização do torno, as pastas são mas depuradas e melhor calibradas e os acabamentos mais elaborados. Surgem, pela primeira vez, tons claros, resultantes de cozeduras oxidantes, de cor bege, rosado e amarelo. As inovações morfológicas enriquecem o reportório de formas documentando-se o aparecimento de talhas, panelas de asa de orelha, panelas de asa interior, almofarizes, etc. As decorações, mais abundantes e complexas conjugam frequentemente várias técnicas, sendo agora mais abundantes os motivos impressos e as aplicações plásticas. No plano comercial verifica-se um forte incremento das importações, nomeadamente de ânforas e, na fase final do séc. I a.C., de vidros e materiais cerâmicos de luxo, concretamente de produções de terra



Planta da face norte da acrópole, Monte Padrão

sigillata de tipo itálico e sudgálico e, mais tarde de produções hispânicas. O instrumental lítico utilitário reduz-se, sendo de salientar a generalização da utilização da mó circular. Os metais conhecem nesta fase uma ampla difusão e registam importantes melhorias no seu processo de fabrico (MARTINS 1990, 164-165). Todavia, o instrumental metálico identificado no Monte do Padrão é relativamente pobre, merecendo apenas destaque a significativa abundância de vestígios relacionados com a atividade metalúrgica.



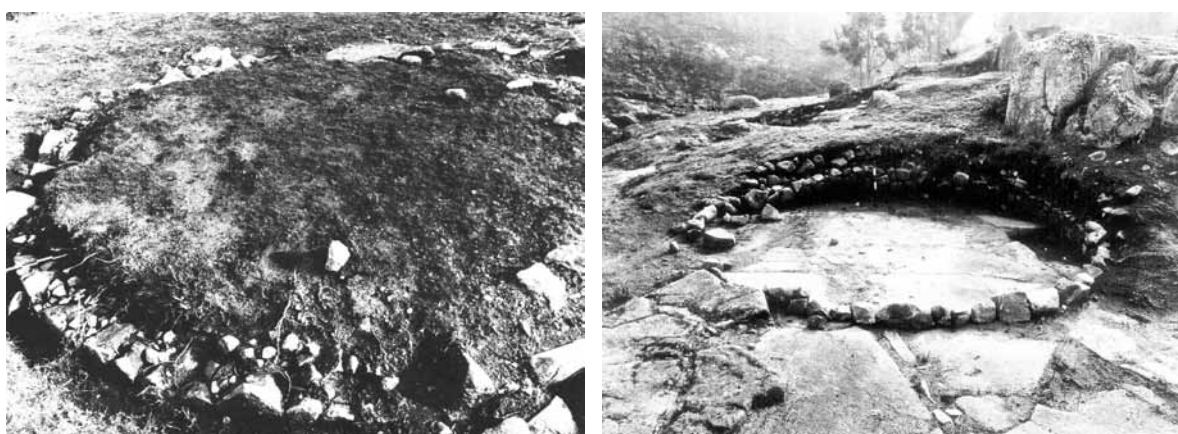
Fragmentos decorados de cerâmica castreja, Monte Padrão

O seu enquadramento regional far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos como «território» da Citânia de Sanfins, designadamente no espaço que se desenvolve desde a face oriental do planalto da serra de Monte Córdova até à serra da Agrela⁴⁷, integrando um vasto território definido a oeste pela serra da Agrela, o rio Ave a norte e o rio Leça a sul, identificado com a unidade gentílica dos *Fidueneae*.

Esta proposta baseia-se numa relação de proximidade geográfica, na presunção da existência de uma hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, em aspetos de carácter sociocultural expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, admitindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos concretamente às epígrafes dedicadas a *Turiaco* provenientes de Lamoso (Paços de Ferreira)⁴⁸ e de Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21 fot. 4; 2005, 33; 2007, 22, 28, fot. n.º 1; 2010, 311-313, est. XXVII, 7), cujo teonimo tem vindo a ser interpretado como uma evocação especial de proteção divina relacionada com as atividades produtivas⁴⁹, a prosperidade e a fecundidade, formando, com *Iupiter* e *Cosunea*, uma tríade de divindades superiores, identificadas respetivamente com a soberania, a força e a fecundidade, à maneira indo-europeia (SILVA 1999, 64-65).

O Castro de Santa Margarida corresponde a um pequeno povoado de média altura, implantado sobre um esporão rochoso da face nordeste no maciço da serra de Monte Córdova, cujas características topográficas apenas permitem a ocupação da acrópole e parte da vertente nordeste, estruturado a partir de um sistema defensivo simplificado, reduzido a uma linha de muralhas. A inexistência de materiais de influência romana, a par do arcaísmo formal das cerâmicas detetadas, permite admitir que a sua ocupação tenha ocorrido num lapso de tempo reduzido cujo abandono ter-se-á concretizado no momento anterior à romanização efetiva do território.

O seu contexto arqueológico corresponderá ao primeiro momento da Fase III, cujos parâmetros cronológicos tem vindo a ser definido como a primeira fase da 2ª Idade do Ferro, na qual se desenvolvem profundas alterações na organização do território do qual resultou, entre outros fenómenos a emergência de algumas unidades de povoamento menores enquadrados em territórios demarcados, subsidiários dos grandes povoados, vulgarmente designados por *lugares centrais* adstritos a grupos étnicos. Assim, nesta perspetiva, no seguimento dos modelos propostos, o castro de Santa Margarida, à semelhança do Monte Padrão, estaria integrado no “território” dos *Fiduenae*, cujo *oppidum* se localizaria na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreir.



Casas castrejas, Castro de Santa Margarida

O Castro da Torre, por sua vez, implantado num pequeno outeiro sobranceiro ao rio Ave, enquadra tipologicamente os povoados designados por “castros agrícolas”, que se estruturam segundo os modelos indígenas mas cuja implantação e características topográficas revelam especificidades que o diferenciam dos assentamentos convencionais, nomeadamente a baixa altitude da sua implantação, concretizada em zona de vale, a pouca expressão de condições naturais de defesa, estruturado segundo um sistema defensivo simplificado composto apenas por uma muralha, existência de uma única plataforma de ocupação e, em particular, a proximidade de terrenos de elevada aptidão agrícola⁵⁰.

Estes povoados, instalados num momento adiantado da Fase II, num quadro de desenvolvimento económico, tecnológico, demográfico e cultural da sociedade castreja, em que a romanização começava a manifestar a sua influência na área meridional do Noroeste Peninsular⁵¹, ter-se-ão mantido em funcionamento no decurso do séc. I - II e muitos deles conheceram uma reocupação tardia.



⁴⁷ Este limite, definido transversalmente pela linha de cumeeira da serra da Agrela, confronta com a face oriental do «território» dos *Madequisenses* cuja capitalidade seria desempenhada pelo castro de Alvarelhos (*Castellum Madae*) sendo os restantes limites concretizados a norte pelo rio Ave, a sul pelo rio Leça e a oeste pela costa marítima.

⁴⁸ Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[osi?]go T/uriaco / Fid(uenearum) Ate/nniens/es / l(ibenter) a(nimo) p(osuerunt) / h(oc) m(onumentum) / ae(re) l(ecto)?.

⁴⁹ A sua leitura, amplamente divulgada, não apresenta dificuldades de maior, pelo que adotamos a leitura corrente a que introduzimos apenas a correção na 3ª linha, que vinha sendo interpretada como [DE](O) TVRIACO, pela existência do que se supunha ser a parte superior do O. Efetivamente, uma observação mais detalhada não suporta esta interpretação, não só pelo facto da existência do O não ser conclusiva, assim como a sua eventual existência contrariar a paginação perfeita do monumento como se percebe pela colocação da terceira linha que se encontra corretamente centrada, obedecendo à paginação rígida de todo o monumento.

L(ucius) · Valerius · Silvanus / Miles · Leg(ionis) VI (Sextae) · Vict(ricis) / Turiaco / V(otum) · S(oluit) · L(ibens) · M(erito). / Lúcio Valério Silvano, soldado da VI legião, a Vencedora, a Turiaco cumpriu este voto de boamente.

⁵⁰ Esta classificação foi criada por Manuela Martins no âmbito do estudo do povoamento proto-histórico da bacia do curso médio do Cávado, correspondendo ao Tipo C (MARTINS 1990, 209).

⁵¹ Segundo a opinião de alguns autores este fenómeno terá resultado de uma política emanada da administração romana, que fomentou a deslocação das populações e a sua disseminação pelo *ager*, de forma a organizar e dinamizar a economia num quadro de incremento da atividade agrícola (ALMEIDA 2003, 166), que nos parece anacrónica na medida em muitos dos povoados intervencionados, nomeadamente na bacia do Cávado, evidenciam cronologias integradas na Fase II, encontrando-se a sua génese radicada num fenómeno de natureza endógena, resultante de um avançado estágio de desenvolvimento socioeconómico que caracterizou a fase final da cultura castreja.

O culto ao deus Cosus

O culto ao deus *Cosus* encontra-se expresso em duas epígrafes da área oriental do concelho de Santo Tirso, concretamente nas aras votivas recolhidas em Burgães* e em S. Bartolomeu**.

Na mesma linha proposta para a interpretação do deus Turiaco, fundamentada na existência de uma estrutura trifuncional, o culto a *Cosus* integraria o expressivo grupo de divindades da função guerreira, associada com *Mars*, integrando o representativo conjunto constituído pelas divindades designadas pelo radial *Cos/Cus* (SILVA 2007, 400).

Neste sentido, a epígrafe de Burgães insere-se no grupo de referências de formas mais puras, documentadas num processo de aculturação progressivo, definido pelo acréscimo de um complemento em genitivo do plural como indicativo étnico ou como epíteto com o mesmo significado ou de carácter toponímico¹ ou qualificativo – *deo domeno Cusu Nemeoeco*. Também neste sentido concorre a opinião de Olivares Pedreño acrescentando que a identificação do deus *Cusu* não corresponde a uma categoria geral do tipo *Deus* ou *Genius*, mas sim ao nome da divindade, e, desta forma, o epíteto dotado do sufixo *eco* não denomina o deus, constituindo sim um adjetivo (PEDREÑO 2000, 62-63).

Um segundo núcleo, a que pertence a epígrafe de S. Bartolomeu, cuja característica fundamental reside no facto de se subentender o teónimo, mantendo-se a referência ao epíteto dedicada ao *dom(ino) deo Neneoeco*, em concordância com a epígrafe de Burgães, apesar da divergência (m/n), observadas no radical que, na análise de Armando Coelho deverá ser entendido como um erro do lapícida (SILVA 2007, 400).

* Ara recolhida em Burgães, junto de Santa Cruz, num terreno denominado por “Chão das Cruzes” pertencente à Casa do Corgo, em data anterior a 1841 e depositada na Quinta da Laje em 1847 por Luís Correia de Abreu. Em 1887, foi oferecida à Sociedade Martins Sarmento por António Maria Correia de Abreu, fazendo hoje parte da secção de epigrafia e escultura daquele Museu.

O local onde foi encontrada registou ainda outras ocorrências pontuais, designadamente a de um tesouro monetário recolhido em 1841, supostamente tardorromano, a fazer fé no relato de um dos seus compradores que se refere ao mesmo nos seguintes termos – (...) *huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno, como se vê de algumas das moedas* (...) ² –, conhecendo-se ainda referência à descoberta no mesmo local de materiais de construção e abundante material cerâmico.

A este propósito, Luís Correia de Abreu escreveu nos seus apontamentos manuscritos sob o título, *Descrição das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães – (...) ... junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe hum propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguesia, onde appareceo (?) Há annos hum pequeno Padrão com hum legenda, de que apenas se pode ler Severus. Este padrão está hoje no jardim da Quinta da Lage (...)* (CORREIA 2000d, 12).

Ara votiva de granito de grão fino, trabalhada nas quatro faces, fraturada na face anterior e no canto superior esquerdo. O capitel tem um recorte quadrangular e encontra-se muito danificado, onde apenas se adivinha o fóculo. No lado direito restam vestígios de ter existido um toro. Base de forma quadrangular com molduração constituída por um filete reverso seguido de dois toros. Caracteres atuários, muito ténues, com inclinação predominante à direita. A paginação é deficiente, facto que obrigou o *ordinator* a colocar a fórmula final consagratória, da qual consta o nome do dedicante, na face direita do monumento.

DEO D/OMEN/O CVSV / NEMEO/ECO *vel* NENEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RVS P/OSVI/T.

Ao deus Cusunemeoeco *vel* Cusuneneoeco erigiu Severo, em cumprimento de voto.

Apesar da sua leitura ser relativamente fácil, originou diferentes transcrições nos autores que abordaram o seu estudo³.

 ** Ara encontrada na capela de S. Bartolomeu em Santo Tirso⁴, onde servia de pia para água benta. Foi recolhida em 1952 e colocada no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, onde atualmente se encontra.

Ara votiva de grão fino, trabalhada nas quatro faces, com arestas muito erosionadas e fraturada na face inferior. Base de forma quadrangular moldurada com três toros. O capitel, de forma paralelepípedica, com os cantos arredondados, apresenta uma cruz gravada no seu lado esquerdo e dois pequenos orifícios circulares na face principal. Fóculo escavado.

Epigrafe composta por caracteres atuários, muito ténues, de recorte desigual, de difícil leitura, com inclinação predominante à direita. Paginação muito deficiente, sem qualquer alinhamento ou eixo de simetria. O mau estado de conservação da epigrafe apresenta grande dificuldade de leitura, em particular nas suas últimas linhas, tendo originado diferentes transcrições e interpretações.

Dim.: 82 cm x 24 cm x 24 cm; Camp. Epi.:16,5 cm x 17 cm

DOM (ino) DEO / NENEOECO / SEVERV(s) / [S]ATVRNI / NI [F(ilius)]VO / TO POSV/IT NVMIN (i) / ...

Ao deus (Cusu)Neneoeco, Severo, filho de Saturnino, erigiu em cumprimento de voto....



Ara, Santa Cruz, Burgães



Ara, S. Bartolomeu, Santo Tirso



¹ C Segundo José de Encarnação o epíteto relacionar-se-ia com Nene: concelho de Guimarães 'ENCARNAÇÃO 1970, 225-228).

² O tesouro monetário é também referido por Martins Sarmento na "Revista Lusitana" (SARMENTO 1887, 227).

³ Bibl. - CIL, II 2375; CIL II, S, 5552; ILER 796; HAE, 514; SARMENTO 1895, 178-179; 1887, 234-235; 1927, 9; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; COELHO 1887, 365, 369; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149, 153; 1958, 105, 109; MATOS; NAVASCUES 1947, 57; TOVAR 1950, 182, 189, 190; SANTARÉM 1953, 397-399; 1956, 64-65; AZEVEDO 1957, 296-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BOUZA BREY 1957, 255-259; ENCARNAÇÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; TRANOY 1981, 274; SILVA 1986, 288, nota 330; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6; 2007, 93, MMAP 170 (1).

⁴ A ermida de S. Bartolomeu esteve implantada no lugar de Ervosa, Santo Tirso, até 1530, tendo sido trasladada para o local em que hoje se encontra entre 1526 e 1530 por iniciativa de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, Abade comendatário de Santo Tirso e Prior comendatário de Landim (CORREIA 1997, 98-100). Na capela encontram-se mais três epígrafes, duas delas renascentistas, contemporâneas da reedificação da capela e uma outra medieval, incrustada na parede do corpo da capela na face leste, datada de 1116. D. Miguel da Silva, reconhecidamente um humanista, terá certamente tido o cuidado de recuperar todos os vestígios epigráficos preexistentes agrupando-os na capela de S. Bartolomeu, compreendendo-se assim o aparecimento da epígrafe neste contexto, cuja proveniência não é certamente da região envolvente.

Balneário Castrejo do Monte Padrão

O balneário do Monte Padrão foi identificado em 2007 no âmbito da realização de sondagens de avaliação do potencial arqueológico da área periférica de uma plataforma intermédia que se desenvolve na face sudoeste da acrópole, cujas características evidenciavam as condições ideais para a sua instalação.

Ao significado científico e patrimonial da sua identificação, um dos poucos exemplares descoberto através de escavação planeada, acresce o facto de, aparentemente, o monumento se encontrar bem conservado, como sugere o estado de preservação dos elementos arquitetónicos identificados, a topografia da envolvente e as estratigrafias associadas, perspetivando a sua escavação um importante contributo para o conhecimento da cronologia, estrutura arquitetónica e dinâmica operacional deste tipo de equipamentos, cuja funcionalidade está hoje perfeitamente atestada como sendo destinados a banhos¹, eventualmente relacionados com a componente religiosa, cuja origem remota se associa às “cabanas de suadação”² que, pelo aparato construtivo, se destacam das restantes manifestações arquitetónicas que notabilizaram esta cultura na fase do seu apogeu, vulgarmente designada como proto-urbana (SILVA 2007, 14).

O edifício localiza-se no remate da plataforma intermédia da face sudoeste do castro, cuja topografia configura uma área de transição entre a acrópole e as vertentes inferiores do povoado. A sua implantação concretiza-se numa pequena depressão, modelada por um desnível natural recortado em torno de uma nascente, em conformidade com a inserção típica deste tipo de monumentos, geralmente localizados nas zonas baixas dos povoados na proximidade de linhas de água ou de nascentes, em subordinação com o abastecimento dos banhos de água fria e de produção de vapor, de acordo com a corrente interpretação funcional deste tipo de equipamentos, fundamentada em elementos da arqueologia experimental e referências eteno-arqueológicas. A modelação do terreno, cuja topografia evolui a partir da implantação do átrio no sentido nordeste, permite perspetivar a sua concretização parcialmente soterrada, com carácter ctónico, como é característico deste tipo de monumentos, invocando contextos característicos de rituais iniciáticos³. Esta particularidade, como foi já referido, para além do significado ritual, estará relacionada com aspetos específicos do seu funcionamento, nomeadamente a captação de água e, particularmente, com a manutenção do calor. No Monte Padrão é evidente a adoção desta solução construtiva uma vez que o local de captação de água se localiza a uma cota superior, na face noroeste do átrio, possibilitando a sua condução por efeito gravitacional.

A estrutura do monumento, que se percebe pela configuração do átrio e pelo estudo comparado de exemplares próximos, nomeadamente da Citânia de Sanfins, da Citânia de Briteiros, do Castro das Eiras e de Santa Maria de Galegos, permite admitir o desenvolvimento de uma planta que se integra na tipologia comum dos edifícios conhecidos entre Douro e Minho, correspondendo ao núcleo cultural da área meridional da Cultura Castreja. Com a sua descoberta passam a ser 16 os monumentos conhecidos na área meridional da cultura castreja.

A proposta interpretativa da composição arquitetónica do monumento, que aqui se apresenta de forma simplificada, consiste num exercício interpretativo da dinâmica funcional deste tipo de equipamento, cujos fundamentos têm por base as evidências arqueológicas identificadas, aspetos de natureza arquitetónica e a análise dos edifícios conhecidos na região, valorizando a possibilidade de existência de um grupo de artífices que poderá ter operado em itinerância, como se depreende da afinidade das soluções construtivas e coerência da gramática decorativa dos conjuntos conhecidos. Assim, assumindo como referência um padrão tipológico regional e a evidência dos elementos escavados, seu dimensionamento e posição relativa quer ao conjunto edificado, quer ao afloramento rochoso, propôs-se um dimensionamento geral dos espaços. Planimétrica e altimetricamente foram transpostas as proporções conhecidas das diversas câmaras, o que, desde logo, equaciona, ainda que de forma experimental, a tectónica do edifício e dos seus eventuais elementos caracterizantes.

O ângulo da cobertura, a estimativa da altura interior e da passagem livre dos portais, toma como referencial de base a proporção das “Pedras Formosas” da região. A geometria estrutural do modelo, enquanto tal, está alicerçada na axialidade, regularidade e na ortogonalidade, referenciando-se uma vez mais aos exemplos similares de proximidade.

Ao nível da construção assumiram-se também os métodos e os materiais utilizados na região. A proporção adotada é adequada e viabiliza a utilização pontual de elementos de cantaria de granito, nomeadamente nas lajes de cobertura das câmaras, exceção feita ao átrio, e na execução de vãos, ombreiras e padieiras de portais. Os restantes paramentos, ainda que se conheçam exemplos em que também são assim construídos, são aqui representados apenas esquematicamente, podendo também ser constituídos por sobreposição simples de blocos graníticos de estereotomia diversa e irregular, como sugerem os elementos escavados da parede posterior ao tanque. Quanto à câmara de combustão, tipologicamente caracterizada como circular, encimada por calote esférica, seria mais adequadamente constituída por blocos de média ou pequena dimensão, viabilizando construtivamente a forma pretendida. No átrio, conferida a característica de axialidade e simetria é proposta a execução de uma cobertura mais ligeira que as anteriores, por força do dimensionamento dos vãos a vencer, constituída por vigas, madres e ripado de madeira, re-

matadas por colmo ou outra matéria vegetal. Esta tecnologia, conhecida e corrente, é aqui articulada nos pormenores de apoios com as soluções de talhe e travamento nas paredes, da cobertura em laje das câmaras e viga central principal. O provável soterrar de todo o conjunto, servindo entre outros, os propósitos de consolidação de toda a estrutura, por compressão, e o de isolamento térmico, devido ao seu uso, far-se-ia com exceção da zona do átrio, cuja previsível estrutura não comporta este acabamento, mantendo também assim possível e desimpedida a entrada.

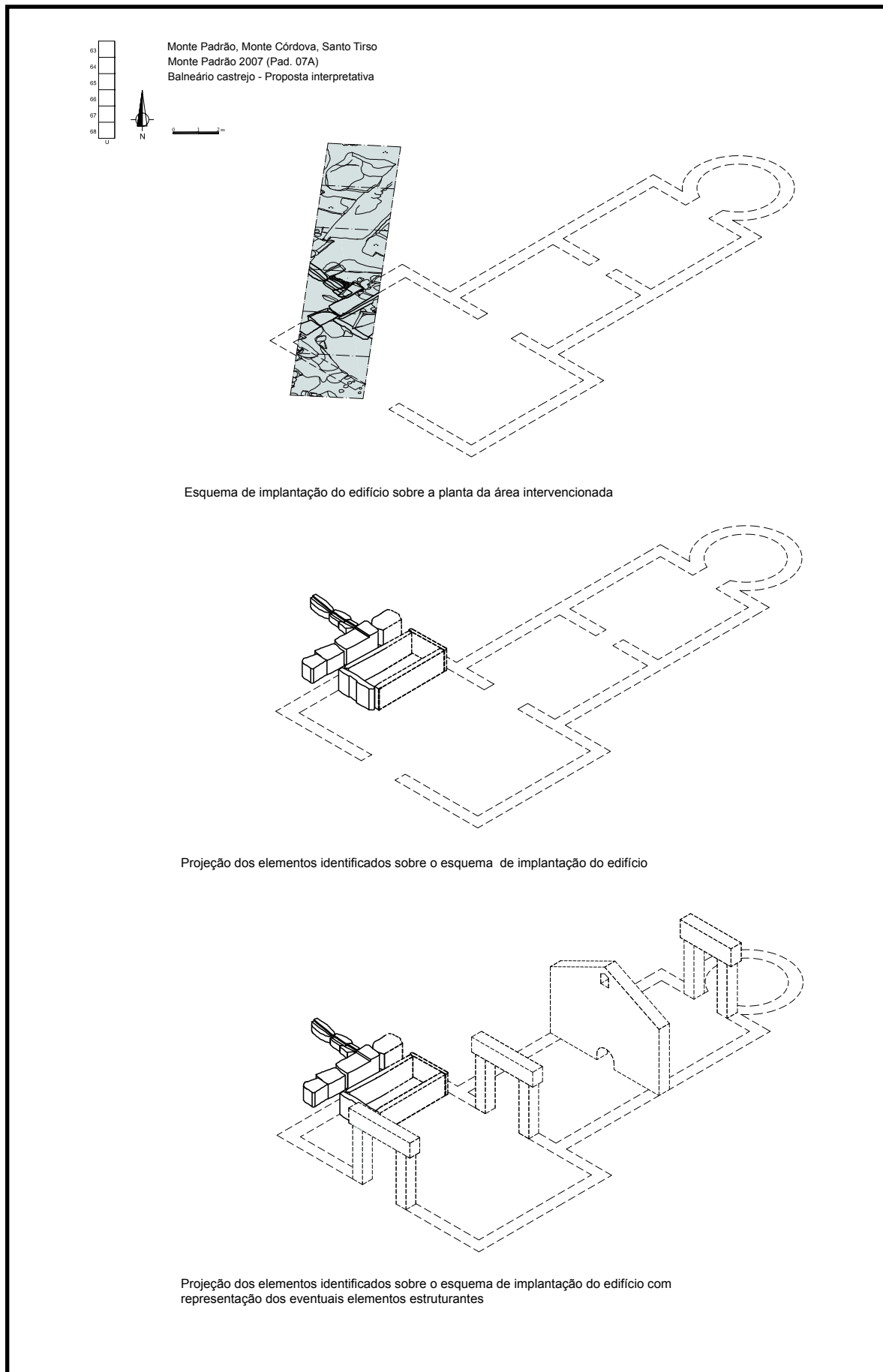
Os balneários castrejos constituem construções de superior relevância cultural, quer pela sua expressão arquitetónica, quer pelo papel que desempenhavam na estrutura da sociedade castreja. Estes edifícios, genericamente datados da última fase desta cultura, correspondem a um momento de esplendor social, económico e cultural que se reflete de forma paradigmática na organização estrutural e arquitetónica dos povoados, designadamente no ordenamento proto-urbano que alguns conheceram, no qual se torna patente o propósito de estruturação hierárquica e organização do espaço, na imponente das estruturas defensivas e nas múltiplas expressões artísticas patentes, nomeadamente a escultura e a ourivesaria. A descoberta de mais um exemplar deste tipo de complexo arquitetónico, integrado num núcleo já de si numeroso e significativo, constitui um contributo relevante para a compreensão do horizonte cultural, político e religioso, em que se concretiza o seu auge civilizacional que terá resultado de um processo endógeno de desenvolvimento civilizacional e cultural que assimila várias influências, mas cuja identidade e originalidade prevalece e se desenvolve à margem do processo de romanização do território.

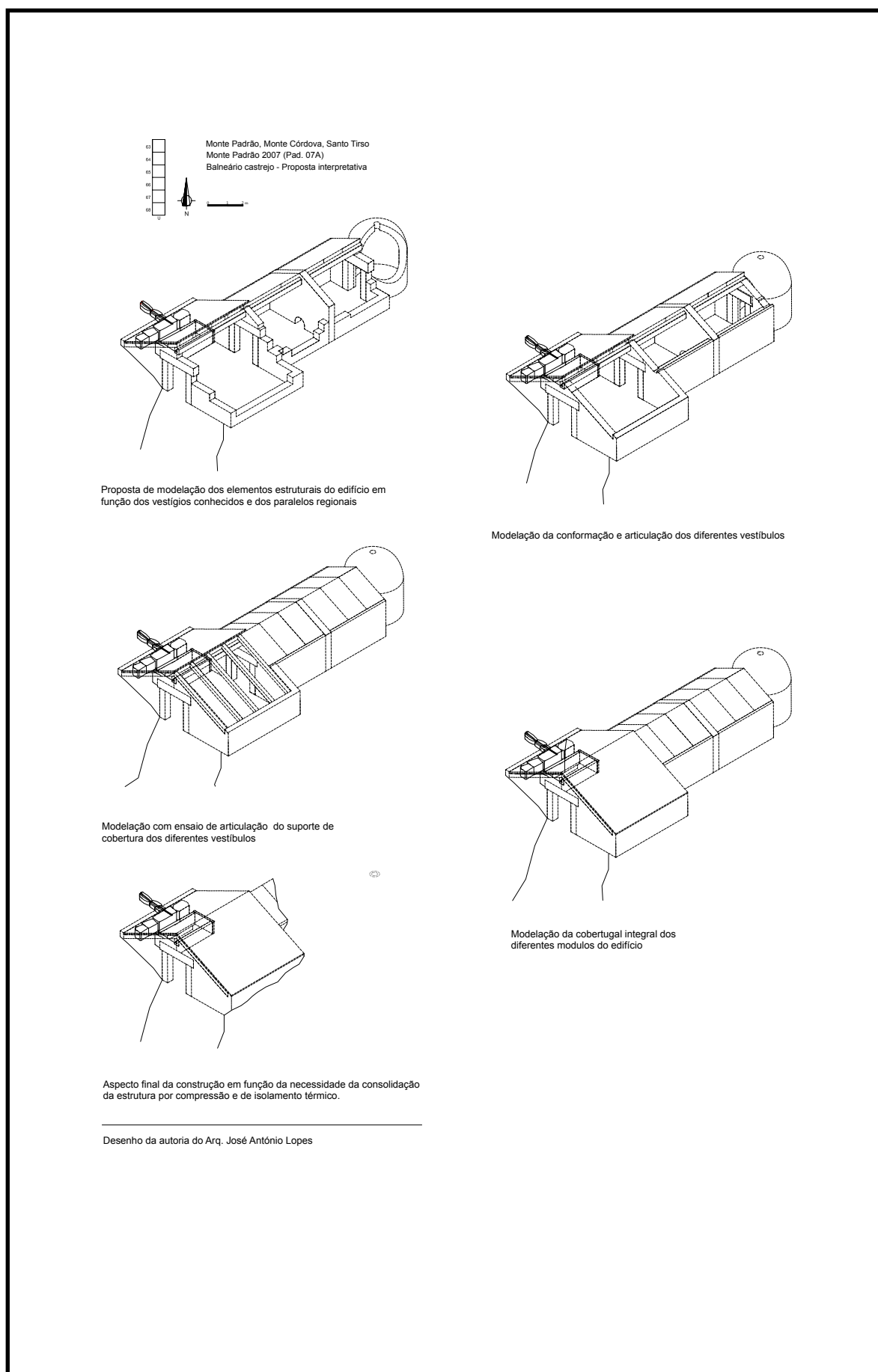


¹ A historiografia arqueológica documenta desde a década de 1930 uma significativa diversidade interpretativa deste tipo de monumentos, cuja funcionalidade foi associada a fornos de diferente utilidade -cozer pão ou cerâmica, crematórios de fundição –, ou mesmo de matadouro, que foram sendo progressivamente abandonadas em detrimento da sua interpretação funcional como balneários a partir da década de 1950 (VALVÍS 1955, 432-446; LAMAS 1955, 68-69; ALMEIDA 1974, 149-172; SILVA 1983, 101, 135; 1983-84, 125; 2007, 66-67; SILVA; MACHADO 2007, 21-30), assinalando-se para o território nacional o contributo muito significativo para a sua interpretação técnico-funcional a escavação do balneário de Santa Maria de Galegos, Barcelos, cujo estado de conservação permitiu clarificar muitos dos seus principais aspetos funcionais e construtivos.

² A concordância das fontes clássicas com a interpretação funcional dos equipamentos foi já suficientemente referida por outros autores, em particular com a referência de Estrabão (III, 3, 6) (...) *Dizem que alguns povos que habitam junto do rio Douro têm hábitos espartanos: untam-se com óleo duas vezes, tomam banhos de vapor, que fazem com pedras aquecidas pelo fogo e [depois] banhos de água fria (...).*

³ Sobre os paralelos proto-históricos e etnológicos europeus veja-se; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 192-202.







Pormenor da fase final da escavação.



Pormenor do interior do tanque onde é visível o afloramento que configura o fundo.



Pormenor do enchimento do tanque após a finalização da escavação.

Unidade gentílicia dos *Avici*

A entidade gentílicia dos *Avici* documenta-se através da interpretação de duas inscrições rupestres identificadas respetivamente no lugar Chãos/Penedo da Moura e no lugar de Bocas, em S. Martinho do Campo, a pouca distância do rio Vizela, das quais apenas se conserva a primeira¹.

Carlos Faya Santarém apresenta a transcrição da primeira das inscrições (lugar de Chãos – Penedo da Moura) tendo por base os textos de Martins Sarmento e de Emílio Hübner, mas não efetua qualquer leitura ou interpretação, o referindo que esta distaria cerca de 500 passos da segunda, mas que, quando visitou o local, em 1956 não a encontrou, assim como qualquer memória da sua existência, presumindo ter sido destruída quando da abertura da estrada que vai para a capela da Senhora do Espinho. A segunda inscrição, segundo Martins Sarmento, era composta por sete letras que alcançavam 17 cm de altura – *lvd. T. Rve* – configurando, na opinião de Rodríguez Colmenero, em função da existência do T entre pontos, um marco territorial, em que a referência às comunidades vizinhas (*lvd / Rve*) se apresenta no princípio e no final da inscrição².

A primeira inscrição, ainda preservada, revela a particularidade de estar separada por uma linha de cerca de 50 cm de comprimento e 3 cm de profundidade, alinhada no sentido norte/sul, apresentando do lado oeste a seguinte legenda – *Avici Ruf.* – e, no lado leste, – *Ilvd...? H.* O desdobramento proposto por Rodríguez Colmenero é o seguinte – *Avici Ruf(iniani) | Ilvd...? H(onorati)*. Na opinião do autor, a tipologia e a dimensão das letras (cerca de 30 cm de altura) e a relativa perfeição dos nexos atestam a sua origem romana, assim como a composição do letreiro, designadamente a presença do sulco de separação e a disposição em ambos os lados das referências gentílicas, aparentemente contrapostas, convertem a inscrição num marco de limite territorial, sobressaindo a particularidade da utilização de uma designação dupla para nomear cada etnia, sem contudo propor uma leitura para a segunda parte do letreiro.

A inspeção que realizamos ao local e a análise do decalque do letreiro existente (Chãos / Penedo da Moura) revelou particularidades que importa considerar no momento da interpretação da epígrafe. O primeiro aspeto reporta-se à coerência epigráfica e paleográfica do letreiro. Quanto a nós, as características da gravação, nomeadamente a dimensão, proporção, orientação e a patine da inscrição da segunda parte do letreiro, incluindo o traço vertical, sugerem-nos uma execução apócrifa, posterior à gravação original, genuinamente romana, cuja incongruência paleográfica parece reforçar. Neste sentido, a interpretação que propomos resume-se à formulação de uma sagração honorífica da unidade gentílicia dos *avici* em honra de Rufo – *AVICI • R(v)F(iniani)*.

A sua implantação topográfica, de claro destaque na paisagem, permite um significativo domínio sobre o vale do rio Vizela, sugerindo que a intencionalidade da sua localização identificaria o limite de fronteira de dois territórios.

AVICI • R(v)F(*iniani*)

Os Avici em honra de Rufo

AVICI – Etnónimo indo-europeu latinizado. O radical *-vi*, de origem indo-europeia⁴, com o significado de ave, precedido pelo artigo *a-*, própria da natureza feminina do rio (*avi-*), aglutinado do plural latino *-ci* (*avici*), identifica uma unidade gentílica sediada nas imediações do rio *avicella* (rio Vizela/pequeno Ave). A sua evolução, do ponto de vista etimológico explica-se através da linguística latina. O hidrónimo é formado pelo artigo e o radical acoplado de diminutivo, em direta relação de subordinação com o rio Ave do qual é afluente (=Av-ic-ella). No português arcaico, o artigo, através do fenómeno da aférese⁵, pelo facto de ser átono⁶ foi suprimido e a sonorização do *c* para *z* deveu-se à sua posição intervocálica.

O mesmo fenómeno linguístico identifica-se no teónimo *Aviobrigensis*, identificado a partir da epígrafe votiva recolhida em Delães.



Inscultura rupestre, Chãos/Penedo da Moura, São Martinho do Campo



¹ A Bocas, S. Martinho do Campo, Santo Tirso / Lat. – 41° 21' 55"N | Long. – 8° 22' 59" W (meridiano de Greenwich) | Alt. – 157 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977).

² Bibli. – SARMENTO 1884, V, 1; 175; CARDOZO 1947, 37; CIL, II, S, n.º 5608; AP, IV, 59; SANTARÉM 1956, 65; COLMENERO 1995a, 229-230; 2010a, 308, n.º 28.

⁴ Formas indo-iranianas sem a vogal inicial; véd. véh "pássaro" (nom. plur. vayah, instr. plur. víbhih, etc.), av. vayo (nom. plur.) Também no arménio haw "pássaro", no qual o h não tem valor etimológico .

⁵ Supressão do artigo próprio (supressão / ablação).

⁶ Sem tom



O DOMÍNIO ROMANO

A romanização do território e a reorganização do espaço

A conquista e a definitiva ocupação do Noroeste Peninsular, na sequência das guerras cântabras (29-19 a.C.), constituíram o ponto de partida de uma profunda transformação política, económica e social que deu início ao fenómeno que a historiografia consagrou como “romanização”. Este processo resultou da convergência de resistências e assimilações onde permaneceram vivos elementos do substrato cultural nativo, cuja identidade se manifestou num quadro de referência cultural de fusão, associando a cultura latina a signos indígenas que se manteve ao longo do devenir histórico.

A reorganização administrativa operada na região, de acordo com a estratégia romana, estruturada em centros urbanos servidos por uma eficaz rede viária e alicerçada numa política de desenvolvimento económico a partir da exploração dos recursos naturais, resultou em importantes alterações na estrutura do povoamento, designadamente na instalação de unidades imprescindíveis ao aproveitamento eficiente dos recursos do território, em especial através da mineração, da prática da agricultura, da exploração dos recursos do mar e do incremento da atividade comercial.

A integração do Noroeste Peninsular no império romano, em comparação com a zona mediterrânea, concretiza-se num período relativamente avançado da história de Roma. Com efeito, apenas após as campanhas militares de Augusto contra Cântabros, Astures e Vaceos se dá por finalizada a conquista e a pacificação de todo o norte e noroeste peninsular. No entanto, apesar de se considerar a data de 19 a.C. como marco temporal da conquista de toda a hispânica e definitiva integração do território no império, já anteriormente, em diferentes momentos, se tinham verificado contactos com o mundo romano que se refletiram na progressiva transformação da Cultura Castreja.

A interpretação de dados de natureza histórica em conjugação com elementos arqueológicos tem permitido várias leituras sobre o impacto das incursões (militares e de natureza económica) ocorridas no noroeste a partir de 138 a.C. até à definitiva pacificação do território, ou mesmo sobre o momento de início do processo romanizador.

As fontes de natureza histórica registam seis momentos de maior importância que, numa perspetiva historiográfica, importa considerar para uma melhor avaliação dos seus efeitos na transformação da cultura indígena.

O primeiro reporta-se à expedição efetuada por *Decimus Iunius Brutus* à Galécia no terceiro quartel do séc. II a.C., no contexto das guerras celtibéricas e lusitanas, especificamente em 137 a.C., data em que atravessou o território de Entre-Douro-e-Minho, na qual se terá registado uma única batalha com os *Bracari*.

Os registos desta incursão referenciam dois episódios, consagrados na História Antiga que se relacionam com a batalha travada contra os *Bracari*⁵², de que são conhecidas referências de *Paulo Orósio*, de *Apiano*, de *Publio Ovidio Nason* e com o episódio da travessia do rio *Lethes*, mencionado por *Tito Livio*, no papiro de Oxirrínco, por *Plutarco* e por *Floro* (MASIA; MESURA 1988, 145; 53-54; 49; 92; 94).

O segundo momento é referente às expedições empreendidas por Públio Crasso realizadas entre 96 e 94 a.C., supostamente com propósitos económicos, uma vez que não existem registos concretos sobre qualquer atividade militar na região (TRANOY 1981, 130; MARTINS 1990, 166).

As incursões de M. Perpena, lugar-tenente de Sertório, ocorridas em 74 a.C., no âmbito das guerras sertorianas, nas quais sucede a tomada de *Cale* que, segundo alguns autores, teve como consequência a sublevação da Galécia contra Roma, não terão deixado registos de nota na região (MARTINS 1990, 166).

As expedições de litoral realizadas por César em 61 a. C., enquanto governador da Hispânia Ulterior, no âmbito das guerras lusitanas, terão tido fundamentalmente a persecução de interesses económicos, uma vez que não se registaram na região qualquer tipo de revoltas. Efetivamente, César regressa a Roma como general vitorioso, podendo-se considerar a partir desse momento que a Lusitânia se encontrava pacificada e a *Gallaecia* acessível pelas novas rotas abertas pelo sul. Este episódio constituiu aliás um ponto de viragem da história dos *Callaeci*, uma vez que, se até aqui a sua relação com Roma decorria paralelamente aos desenvolvimentos bélicos mantidos por Roma com a Lusitânia, a partir deste momento a conquista e a pacificação do território estará relacionada com as campanhas mantidas com Cântabros e Astures (MORILLO 1996, 78).

Durante cerca de cinco anos, de 29 a 24 a.C., desenvolvem-se as campanhas militares contra Cântabros e Astures com a participação direta de Augusto, mantendo-se, no entanto, uma apertada vigilância na região que regista revoltas permanentes até 19 a.C., momento em que Agripa reprime uma revolta dos Cântabros, referência a partir da qual se considera a conquista bélica da Hispânia completa e, consequentemente, se regista uma maior abertura à influência romana, nomeadamente, das regiões mais meridionais da *Callaecia*.

As repercussões das movimentações bélicas ao longo deste período (138/136 a.C.-19 a.C.), tem proporcionado elementos de natureza crono-estratigráfica que tem vindo a ser valorizados de distintas formas, refletindo duas perspectivas de interpretação do processo de romanização e respetivas referências cronológicas, consoante o peso atribuído à maior ou menor influência militar e/ou económica.

Assim, as profundas transformações operadas no quadro da Cultura Castreja, que o registo arqueológico evidencia a partir do séc. I a.C., nomeadamente no âmbito da organização do território, com a emergência de grandes povoados identificados como *lugares centrais*, com soluções construtivas relativamente homogéneas, reveladores de transformações de carácter económico, social, político e religioso encontram-se corporizadas em duas perspetivas – a primeira valoriza uma influência exógena, sem que se diminua a originalidade da dinâmica interna das comunidades proto-históricas regionais (SILVA 1995, 525), enquanto a segunda, privilegia uma raiz autónoma, reveladora de um avançado estágio de

desenvolvimento civilizacional atingido pelas comunidades proto-históricas relativamente independente ao processo decorrente da conquista romana (MARTINS 1990, 168).

Este período, que se delimita cronologicamente a partir das campanhas de *Decimus Iunius Brutus* e as reformas flavianas, identifica a fase III⁵³ da periodização proposta por Amando Coelho para a Cultura Castreja (SILVA 1986, 66), que corresponde ao seu auge, patente em múltiplas manifestações de carácter artístico, tecnológico, urbanístico, económico e social⁵⁴, na qual tem início o processo de emergência de “capitais/metrópoles” associado ao desenvolvimento de consciência étnica e/ou política, eventualmente motivada pela necessidade de organização de defesa, como sugere Jorge Alarcão (ALARCÃO 1992, 56-61).

A romanização do espaço geográfico em análise enquadra-se no âmbito das transformações administrativas operadas por Augusto após a pacificação do Noroeste Peninsular, concretamente com a criação das capitais de convento e as transformações jurídicas daí decorrentes.



⁵² Alain Tranoy considera que a batalha terá ocorrido em 9 de Junho de 137 a. C., cuja data foi comemorada em Roma com a construção de um templo (TRANOY 1981, 128; MARTINS 1990, 166).

⁵³ Esta etapa cronológica é subdividida pelo autor em duas fases A e B, correspondendo a primeira (Fase IIIA), a um período definido pelas campanhas de Décimo Júnio Bruto (138-136 a.C.), e o final das guerras Cântabras (27-19 a.C.), e o segundo (fase IIIB), após as guerras Cântabras ao início da dinastia dos Flávios (69-96), (SILVA 1986, 66, gráfico 2). No entanto importa referir que no estudo da proto-história e romanização da bacia média do Cávado os resultados proporcionaram uma proposta de periodização distinta. Manuela Martins propõe, designadamente para o período cronológico em análise, duas fases, respetivamente a fase III, compreendida entre finais do séc. II a.C. a meados do séc. I, e uma quarta fase compreendida entre meados do séc. I d.C. e o séc. III, o que, sensivelmente, significa uma correspondência entre a Fase III de Armando Coelho com a Fase III de Manuela Martins (MARTINS 1990, 113).

⁵⁴ Veja-se, SILVA 1986, 316; 1995, 524-525; ALMEIDA 1996, 163-168, 291; ALARCÃO 1992, 39-71.

A sequência cronológica proposta para a região, decorrente de elementos significativos do registo arqueológico dos principais assentamentos da região, especialmente dos “aglomerados urbanos secundários” de Alvarelhos (*Castellum Madae*) e do Monte Padrão permite definir uma periodização geral estruturada em quatro fases que documentam as principais transformações socioeconómicas, jurídico-políticas e culturais mais significativas ocorridas durante o período de domínio romano.

Fase I

19 a. C./68 (reinado de Augusto a Nero) | 69/74 (Flávios/atribuição do *ius latii* - Vespasiano)

Fase II

69/74 (atribuição do *ius latii* à Península por Vespasiano) | 284/288 (criação da província da Galécia - Diocleciano)

Fase III

284/288 (criação da província da Galécia por Diocleciano) | 409/411 (fixação de Vândalos e Suevos na Galécia)

Fase IV

409/411 (fixação de Vândalos e Suevos na Galécia) | 455/459 (guerra civil entre Suevos e Visigodos)

Iª Fase - Corresponde ao momento em que tem início a reforma administrativa promovida pelo imperador Augusto, designadamente a partir da criação dos conventos jurídicos do noroeste e a construção das respetivas capitais e principais infraestruturas viárias. Caracteriza-se por um forte dinamismo e desenvolvimento económico no qual, progressivamente, se vai implantando um sistema monetário. Este processo de reordenamento do povoamento da área meridional do convento bracaraugustano, agora sujeito a outras exigências, resultou em assinaláveis alterações na estrutura do povoamento indígena, designadamente na transformação de importantes assentamentos castrejos da região em “aglomerados urbanos secundários / vicus”, designadamente o Morro da Sé (Porto), o Monte Castelo (Matosinhos), Alvarelhos (Trofa) e o Monte Padrão (Santo Tirso).

IIª Fase - Desenvolve-se a partir do reinado de Vespasiano, em concreto após a atribuição do *ius latii* à Península em 73-74, acontecimento que, de forma consensual, tem vindo a ser considerado como o momento a partir do qual se acelera e generaliza o processo de romanização da Galécia, com significativas repercussões no âmbito da organização administrativa, territorial e militar.

A atribuição do direito latino configurou-se, entre muitos outros aspectos, como fator mobilizador da transformação da vida das comunidades indígenas, nomeadamente no abandono do modelo tradicional de povoamento e no desaparecimento das formas ances-

trais de organização social e política. A partir deste momento o estímulo à adopção do modelo romano, proporcionado pela promoção jurídica manifestar-se-á em pleno, na medida em que resultou na difusão do modelo da cidade e da respetiva adaptação das elites indígenas dominantes ao carácter das oligarquias que governavam essas cidades, constituindo-se em corpos políticos que, graças às magistraturas que passam a exercer, adquirem a cidadania romana, beneficiando a população pelo facto de deixarem de ser estrangeiros. Dessa forma, concretiza-se a ruptura definitiva com o paradigma político e social, uma vez que no plano institucional implicou a substituição do arquétipo do modelo de povoamento, representado pelos *castella* – expressão fragmentada de uma soberania superior do *populus* ou *civitas* –, pelos novos modelos romanos cuja expressão física é a cidade. Este processo resultou no desaparecimento do papel dos castros na estrutura e organização política, social e cultural do mundo indígena e marcou definitivamente a conversão do noroeste no mundo provincial romanizado.

IIIª Fase – O final do séc. III marca o início de uma nova fase no domínio romano do Noroeste Peninsular que se estenderá ao longo do séc. IV e início do séc. V (409/411), caracterizado por um assinalável ressurgimento económico. Corresponde ao período em que a Gallaecia foi constituída como província, em 284-288, com capital em *Bracara Augusta*, integrando os três conventos jurídicos do noroeste (lucence, bracarense e astur) e parte do de Clúnia, readquirindo, a partir desse momento, uma importância política e económica muito relevante, entretanto perdida com o relativo apagamento registado com a quebra da exploração aurífera, documentado a partir de meados do séc. III. Esta medida da reforma administrativa de Diocleciano será acompanhada por outras de menor expressão, nomeadamente de natureza fiscal, cujo efeito será significativo, tendo implicado a elaboração de novos cadastros e a nova tributação da terra, concretizada agora em função da aptidão agrícola, dos bens produzidos e sobre as pessoas (*iugatio-capitatio*). Acompanha a reforma uma intensa ação de reparação das vias que alguns autores associam à retoma da exploração aurífera, patente na profícua quantidade de *milliara* datados deste período que nos dão conta dos trabalhos de conservação das vias e do seu intenso uso, assim como da renovação urbana e edificação de novas unidades rurais de tipo *villa*.

É também no decurso do séc. IV que se assiste à progressiva instalação da “igreja” e ao aumento de comunidades cristãs que terão implicado a organização do território a partir das sedes episcopais em diferentes territórios diocesanos que paulatinamente se vão configurando. O florescimento económico que atravessa todo o séc. IV, em boa medida, não sofreu alterações nas primeiras décadas do séc. V permitindo que o mais alto estrato social mantivesse o seu *status* socioeconómico e desenvolvesse um conjunto de atividades que sustentaram um incremento cultural importante, propiciando a emergência de um conjunto de personalidades de grande relevo no contexto político, cultural e religioso que marcaram a realidade sociológica no noroeste no final do séc. IV e princípio do séc. V.

IVª Fase – Cronologicamente enquadra-se a partir do início da segunda década da centúria de quatrocentos, com a fixação de Vândalos e Suevos na Galécia, prolongando-se até meados do séc. V, concretamente até ao período balizado entre 455/459, momento que corresponde à avassaladora guerra civil que antecedeu a queda do reino suevo em 585. Esta fase, que abarca a primeira metade do séc. V, caracteriza-se pelo estado de frequente guerra civil e profunda insegurança, encontrando-se amplamente documentada no registo arqueológico, nomeadamente através do fenómeno de entesouramento.

Apesar de consensualmente se considerar que, numa primeira fase, a instalação dos povos germânicos no Noroeste Peninsular não ter resultado numa ruptura com as especificidades culturais da sociedade galaico-romana, a profunda alteração política decorrente da criação de reinos gerou uma forte instabilidade política e militar que culminaria com a queda do reino suevo na sequência da guerra civil de 455-459, período em que o convento bracaraugustano foi particularmente afetado. Entre os episódios mais marcantes contam-se o ataque a *Bracara Augusta* em 455 promovido por Theudoricus II que culminaria com a captura e a execução de Rechiarius em 456 em *Portucale*, no âmbito de ataques contínuos por parte dos visigodos a toda a região costeira do convento bracarense. Os episódios militares prolongar-se-iam até 459, ano em que Maldras ataca *Portucale*, tendo vindo a ser eleito rei pelas estirpes suevas agrupadas à volta do Porto, verificando-se a partir desse momento o emergir de um certo protagonismo portugalense que se irá impor ao longo da Alta Idade Média até à formação de Portugal.

Do ponto de vista económico, apesar da conjuntura política e militar extremamente negativa, assiste-se à manutenção do dinamismo económico e comercial da fase anterior, que regista a permanência dos vínculos comerciais com o mediterrâneo oriental, como documentam algumas ocorrências de sigillatas africanas, foceanas e cipriotas tardias, assim como de âmbito continental documentado através de sigillatas paleocristãs e de alguns contentores anfóricos provenientes da Bética como, por exemplo, as formas tipo Almagro 50/Keay XVI, a Oriental Tardia e a Africana/Tunisina.

O reordenamento do povoamento operado na área meridional do convento bracaraugustano foi condicionado por um conjunto de fatores relacionados com o novo modelo económico, designadamente a disponibilidade de recursos naturais, a estrutura viária e a proximidade de mercados.

Entre as principais atividades económicas desenvolvidas, visando componentes diversas da exploração da terra, do rio e do mar, assumiu particular relevância a exploração dos recursos do subsolo, nomeadamente dos extensos depósitos auríferos da região da Serra de Valongo.

O escoamento do minério, os diversos núcleos populacionais e a situação de charneira entre o litoral e o interior destas explorações mineiras terão determinado uma estruturação do território, que se terá delineado em torno de uma rede viária de interrelação regional, que constituiu a efectiva vertebralização da região e o suporte do novo modelo de povoamento.

Desta forma, acompanhando o desenvolvimento da capital de convento – *Bracara Augusta* –, ter-se-á assistido à multiplicação dos núcleos de povoamento pelo seu território, reconvertendo as estações castrejas e, sob a influência do modelo romano, disseminando pelas terras baixas novos centros, que as fontes clássicas e epigráficas designam com os nomes de *villa*, *vicus* e *pagus*, agora articulados por uma rede viária de certa complexidade.

Os recursos naturais identificados na região relacionam-se maioritariamente com a prática da agricultura, embora a proximidade do mar amplie a disponibilidade dos recursos, possibilitando uma complementaridade das actividades económicas.

As condições do meio parecem ter constituído um suporte suficientemente amplo e diversificado para permitir o desenvolvimento de uma actividade primária que terá sido excedentária e que esteve na base do desenvolvimento de produções artesanais que constituiriam o suporte económico da região, numa dinâmica direccionada para o abastecimento das populações citadinas.

À medida que a economia comercial se intensificou as “cidades e aglomerados urbanos secundários” afirmaram-se como locais privilegiados de mercado, atenuando a relação de antagonismo entre o espaço rural e espaço urbano que, por natureza, se define por oposição, em que no primeiro domina a agricultura e no segundo a função administrativa e comercial.



Enxada, Pinheiros, Vila das Aves

Em termos genéricos, os locais de implantação das explorações agrícolas dependeram da convergência de um conjunto de fatores que, por ordem de importância, se poderiam hierarquizar da seguinte forma; a) Aptidão agrícola da terra ou existência de outros recursos de elevada rentabilidade; b) Características topográficas favoráveis; c) Proximidade à rede viária; d) Inserção na dinâmica económica regional (proximidade de mercados).

A densidade de *aglomerados urbanos secundários* na região (Porto, Alvarelhos, Monte Castelo e Monte Padrão), que paulatinamente tem vindo a ser melhor conhecida e valorizada na investigação, sugere uma matriz de povoamento claramente romana que foi consolidada com a transformação de alguns castros, a partir da primeira metade do séc. I e consolidada em época Flávia, correspondendo a uma transformação do substrato cultural

na qual se torna evidente uma profunda e progressiva aculturação. Este processo, como tem sido evidenciado por outros investigadores, foi conduzido através das elites indígenas que constituíram o alicerce fundamental da exploração e controle dos recursos, favorecendo a rápida assimilação do modo de vida romano.

O dinamismo económico perceptível no registo arqueológico torna evidente o papel central dos “aglomerados urbanos secundários” na sua área de influência direta, sendo patente um significativo conjunto de funções polarizadoras exercidas por estes núcleos, das quais se destacam a função económica e a função cultural.

A função económica terá constituído a componente de maior relevo, especialmente no campo produtivo e comercial, onde se terá revelado como um elemento aglutinador do povoamento disperso, desempenhando uma função dinamizadora da economia local, funcionando simultaneamente como centros de redistribuição de produtos forâneos e de difusão do artesanato local. Por exemplo, a estrutura identificada como *Praça* no “aglomerado urbano secundário” de Alvarelhos, claramente vinculado à função de mercado, estaria de acordo com a dinâmica económica que entendemos ver refletida na realidade estrutural do povoado e, desse modo, a importância que terá assumido na região, designadamente no intercâmbio de excedentes, evidenciando a forte implantação de uma “economia de mercado”, assim como a integração económica dos habitantes dispersos pela paisagem rural (MOREIRA 2010, 99-102).



Denarius (Vespasiano 75-76), Monte Padrão



As (Augusto 27-25 a.C.), Monte Padrão

A componente cultural desempenhada pelos “aglomerados urbanos secundários” terá também sido particularmente relevante, na medida em que se constituiu como um elemento facilitador do processo de “romanização”, designadamente na difusão do modo de vida romano. A existência de vários locais onde confluíam pessoas e bens de diferentes origens, atraídas pelos mercados, festas religiosas e divertimentos, terá facilitado a convivência inter-cultural, homogeneizando um conjunto de ritos e de comportamentos conducentes à unificação cultural. Em certa medida, o propósito da implantação de uma vida coletiva organizada e centrada na autoridade administrativa, socialmente normalizada, é refletido nas características arquitetónicas dos edifícios e na cultura material associada.

Em síntese, o papel desempenhado pelos “aglomerados urbanos secundários” na área meridional do convento bracaraugustano parece ter sido fundamental enquanto elemento estruturante da paisagem no domínio económico e cultural, estabelecendo a ponte entre a cidade e o meio rural, uma vez que os “aglomerados urbanos secundários”, por natureza, viviam para fora da sua realidade, oferecendo serviços à população rural, aos viajantes e funcionários administrativos, operando simultaneamente como centros de desenvolvi-

mento do mundo rural, áreas de prestação de serviços e, em menor escala, como centros de consumo.

A romanização do território do actual concelho de Santo Tirso encontra-se profundamente ligada à estruturação administrativa do território, designadamente à construção da rede viária. A região integrava a área meridional do convento bracaraugustano que, desde cedo, se revelou como um espaço particularmente recetivo a influências exógenas. Após a implementação da nova rede administrativa, criada por Augusto, estruturada a partir da capital de convento, tem início o efetivo processo de romanização do território.

A criação de uma rede viária que permitisse a ligação rápida e segura entre os diferentes centros administrativos viria a constituir o principal elemento modelador de uma nova paisagem física e humana.

A localização privilegiada do Monte Padrão, implantado sobre a via secundária que ligava a cidade de *Cale* (Porto) a *Bracara Augusta* (Braga), por intermédio da via interprovincial que unia *Emerita Augusta* (Mérida) a *Bracara Augusta* (Braga), na qual entroncava na área de S. João de Ponte, Guimarães, facilitou o seu crescimento e desenvolvimento.

Como elemento fundamental de progresso a via originou, em todo o seu trajeto, uma intensa ocupação estruturada em pequenas unidades rurais. No espaço geográfico delimitado pelos rios Leça e Ave é possível reconstruir o seu percurso a partir da análise de pontes⁵⁵ e da identificação de um largo conjunto de vestígios dispersos na paisagem. A via, relacionada com o couto mineiro da serra de Valongo, terá registado a sua maior relevância económica durante o período de exploração das jazidas auríferas, apresentando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III.



Plataforma superior, Monte Padrão



Materiais (Monte Padrão)

1 - Almofariz

2 - Fíbula anular

3 - Osculatório

4 - Taça, *terra sigillata hispânica*

5 - Anfora vinária

É no início da Fase IV da cronologia proposta para a estação que se assiste à profunda remodelação do Castro do Padrão, na qual se verifica a definitiva destruição das estruturas habitacionais e defensivas do povoado castrejo. No primeiro quartel do séc. I regista-se a construção de um conjunto de grandes edifícios na plataforma superior, cujas características arquitetónicas revelam uma ruptura definitiva com o arquétipo da sociedade indígena, na qual a estrutura socioeconómica, política e militar se refletia na organização estrutural do povoado⁵⁶. Este processo viria a ser decisivamente incrementado no terceiro quartel do séc. I com a atribuição do *ius latii* à Hispânia, no ano 73-74, com o imperador Vespasiano⁵⁷, acontecimento que tem vindo a ser interpretado como um momento decisivo no processo de romanização do Noroeste Peninsular.



Tégulas, Monte Padrão



Base de coluna, Monte Padrão

O povoado indígena, estruturado em plataformas criadas a partir das suas linhas de muralhas e respectivas casas de planta circular, dá lugar a um conjunto de estruturas complexas com vários aposentos de funções específicas e o sistema defensivo perde a sua operacionalidade, uma vez que algumas das novas estruturas habitacionais passam a estar implantadas sobre a primeira muralha.

Até ao momento, na plataforma superior, foram intervencionadas quatro “*domus*”. Do conjunto das habitações apenas se conhece na íntegra os edifícios localizados na face norte da plataforma superior. Estes apresentam uma planta subquadrangular, estruturada a partir de um pátio central, aberto, que formaria uma galeria porticada a partir da qual, radialmente se distribuíam os diferentes aposentos. A complexidade das plantas, aliada à qualidade construtiva dos edifícios, confirma o significativo dinamismo económico do povoado durante o séc. I e inícios do séc. II, acompanhando a profunda transformação económica e social registada na região⁵⁸.

A nova realidade cultural e política transformou os hábitos sociais e ampliou as necessidades de consumo, uniformizando práticas e comportamentos. A rotina do quotidiano altera-se profundamente modificando os hábitos alimentares, de higiene e o vestuário, refletindo uma progressiva aculturação.



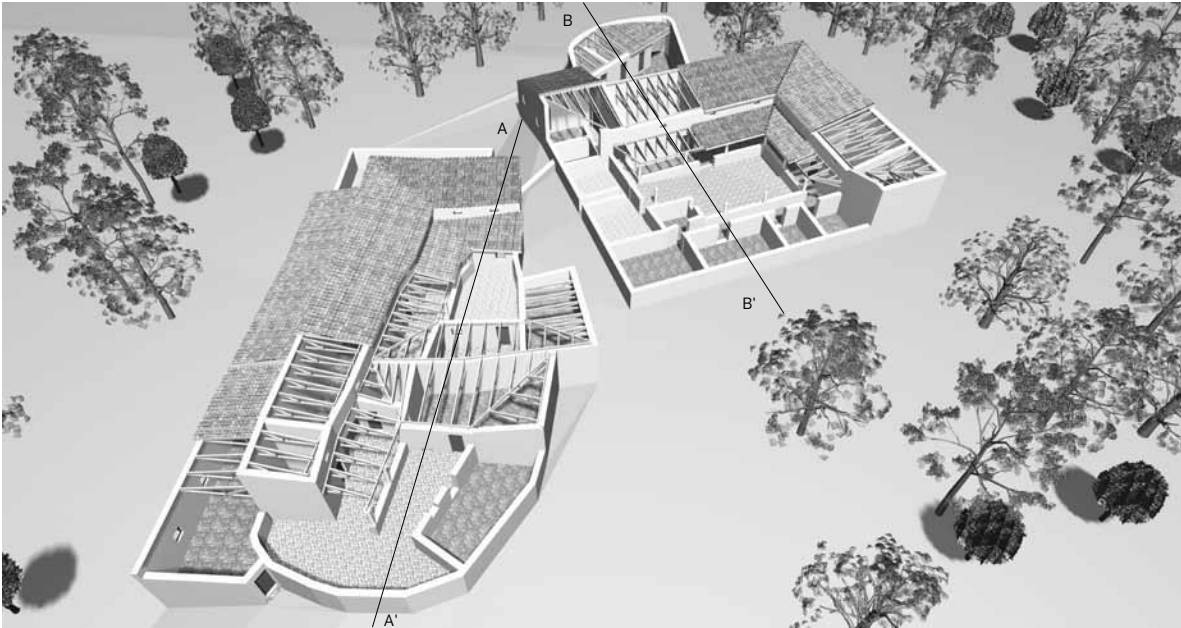
⁵⁵ A ponte romana de S. Martinho do Campo, vulgarmente designada por Ponte de Negrelos, é uma notável obra de engenharia romana que conserva as principais características construtivas da sua fábrica de origem.

⁵⁶ Este processo teve início durante o reinado dos imperadores Tibério e Cláudio.

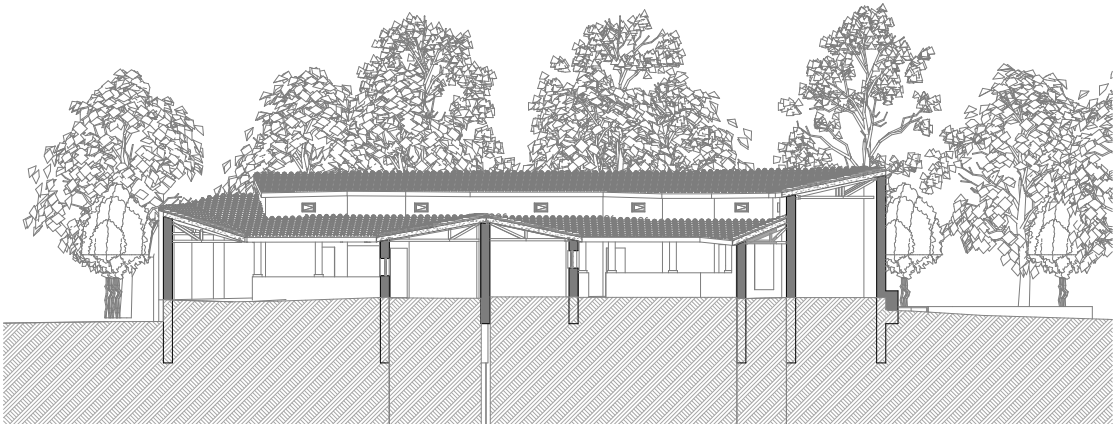
Tibério Cláudio Nero César (n. 42 a.C.; m. 37 d.C.) - Foi o segundo imperador de Roma pertencente à dinastia Júlio-Claudian, sucedendo ao padrastrô César Augusto. Reinou de 14-37. Públio Élio Trajano Adriano (n. 76; m. 138) - Nasceu em Itálica (hoje Santiponce, 9 km NW de Sevilha), Espanha. Pertenceu à dinastia dos Antoninos, sendo considerado um dos cinco bons imperadores. Reinou de 117 a 138.

⁵⁷ Tito Flávio Sabino Vespasiano (n. 9; m. 79). Foi o primeiro imperador da dinastia Flávia, cargo que ocupou após o suicídio de Nero (68) e o conturbado ano dos quatro imperadores (69). Foi proclamado imperador pelos seus próprios soldados em Alexandria. Reinou de 69-79.

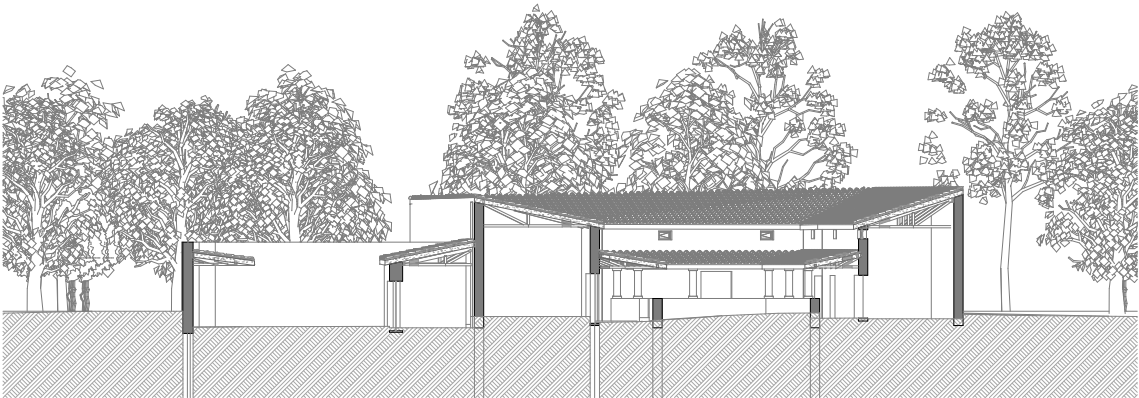
⁵⁸ A ocupação romana ter-se-á estendido para além da área do povoado como parece sugerir o topónimo Quinchães, lugar localizado nas suas imediações, cuja origem etimológica se vincula a um possessor romano (latino) *Villa Quintilianis* (matriz de *Quintum*) - Quintilianis / Quintianis / Quinchães. Evolução fonética por palatização do grupo “ti”, após queda do l intervocálico (MOREIRA 2009, 37, nota 26).



Proposta interpretativa das *Domus* da face norte da plataforma superior (Monte Padrão)



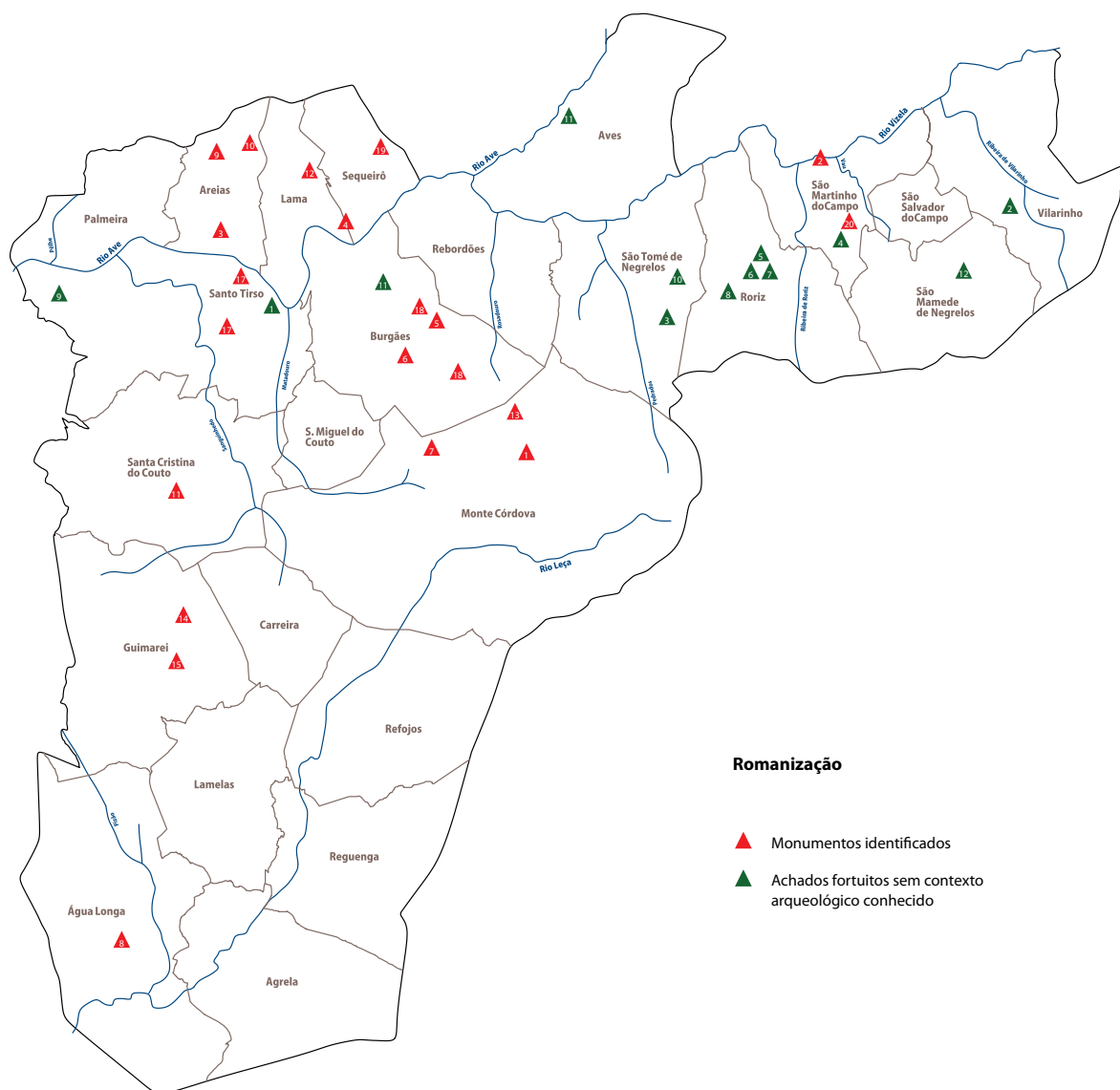
Corte A-A', Domus noroeste (Monte Padrão)



Corte B-B', Domus nordeste (Monte Padrão)

Monumentos identificados					
N.º EA	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
1.	Monte Padrão	Vicus	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
2.	Ponte de Negrelos	Ponte	PDM – IIMNC (A), n.º 1	S. Martinho do Campo	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
3.	Castro da Torre	Castro	PDM – IIMNC (B), n.º 18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
4.	Monte dos Saltos	Casal / Villa	PDM – IIMNC (B), n.º 52	Sequeirô	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
5.	Santa Cruz	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º 56	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
6.	Quinta S. Simão	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º 57	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
7.	Capela Velha	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º 61	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
8.	Pidre	Tesouro monetário	--	Água Longa	--
9.	Caldas da Saúde	Termas	--	Areias	--
10.	Montinho	Casal	--	Areias	--
11.	Telheira	Casal	--	Santa Cristina do Couto	--
12.	Cimo de Vila	Casal	--	Lama	--
13.	Sobreiral	Casal	--	Monte Córdova	--
14.	Igreja	Tesouro monetário	--	S. Paio de Guimarei	--
23.	Vermoin	Casal	--	S. Paio de Guimarei	--
15.	Quinta da Devesa	Villa / Casal	--	Santo Tirso	--
16.	Mosteiro	Casal	--	Santo Tirso	--
17.	Pinguelo	Casal	--	Burgães	--
18.	Penedo do Ouro	Casal	--	Burgães	--
19.	Lagarelhos	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º 74	Sequeirô	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
20.	Bocas	Epígrafe	--	S. Martinho do Campo	--

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido					
N.º AF	Designação	Tipologia	Suporte	Local de recolha	Depósito
1.	Mosteiro	Lápide votiva	MN	Santo Tirso	Dec. 16/06/19
2.	Bouça da Lage	Tesouro monetário	--	Vilarinho	--
3.	Ginjo	Tesouro monetário	--	S. Tomé de Negrelos	--
4.	Igreja	Ara votiva	--	S. Martinho do Campo	--
5(I).	Capela	Ara votiva	--	Santa Maria de Negrelos	--
6(II).	Capela	Ara votiva	--	Santa Maria de Negrelos	--
7(III).	Capela	Anepígrafa	--	Santa Maria de Negrelos	--
8.	Igreja	Ara funerária	--	Roriz	--
9.	S. Bartolomeu	Ara votiva	--	Ervosa, Santo Tirso	--
10.	Igreja	Necrópole	--	S. Tomé de Negrelos	--
11.	Pinheiros	Objetos de ferro/telhas	--	Vila das Aves	--
12.	Portelas	Necrópole / Cerâmica	--	S. Mamede de Negrelos	--
13.	Paradela/Mouriscas	Necrópole (?)	--	Burgães (?)	--



Lápide votiva dedicada a Turiaco

A lápide encontra-se incrustada na parede norte do 1º claustro do mosteiro de Santo Tirso. Segundo Carlos Passos, teria sido recolhida nos escombros da velha igreja do séc. XIV, demolida no século XVII, para a construção da atual igreja matriz (PASSOS 1956, 30). Foi dada a conhecer, pela primeira vez, por Jorge Cardoso em 1666 e posteriormente transcrita, por Carvalho da Costa, em 1706-1708¹, Vilhena Barbosa em 1863 e 1886 e, em 1877 por Pinho Leal, sendo recorrentemente citada a partir dessa data².

Inscrição nítida com letra monumental quadrada bem vincada. Apesar de as duas últimas linhas sugerirem uma disposição de texto segundo um eixo de simetria central, as linhas 1 e 2 apresentam alinhamento à esquerda, assim como a terceira, se tivermos em conta que a inscrição nesse local se encontra fraturada. Pontuação bem colocada. Sobre os numerais apresenta a habitual barra horizontal. O seu contexto arqueológico de origem estará diretamente relacionado com a *villa* da Devesa, Santo Tirso, que dista apenas 1000 m do local em que se atualmente.

L(*ucius*) . VALERIVS . SILVANVS / MILES . LEG(*ionis*) VI(*sextae*) . VICT(*ricis*) / TVRIA-
CO / V(*otum*) . S (*olvit*) . L(*ibens*) . M(*erito*) .

Lúcio Valério Silvano, soldado da VI legião, a Vencedora, a Turiaco cumpriu este voto de boamente.

A interpretação epistemológica da palavra *Turiaco* foi abordada, em primeira mão, por Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, cujos estudos se complementam (COELHO 1889, 375-377; VASCONCELOS 1905, 324-325). Segundo Leite de Vasconcelos a palavra seria composta por *Turi+acus*, cujo radical de origem céltica se identifica no irlandês *tor*, que representaria o primitivo *tūr*, encontrando-se a fórmula *tor* com sentido de «senhor», «nobre» ou de «rei». O sufixo *-acus*, também de origem céltica, serviu para formar nome de pessoas, povos e lugares, considerando-se a primitiva significação dos nomes assim formados adjetival possessiva (VASCONCELOS 1905, 253). Neste sentido, numa interpretação literal poder-se-ia entender a formação de *Tur++acus*, como «nosso senhor» ou «nosso deus».

A sua interpretação em recentes estudos tem vindo a estabelecer duas linhas interpretativas distintas. A primeira assume a designação da divindade como um epíteto que corresponderá ao deus *Cosus* com correspondência a Marte no panteão romano. A proposta de Jorge Alarcão (ALARCÃO 2000, 48), que sustenta a possibilidade de existência de um "cantão" *Torebriga* ou *Turebriga* como sede em *Tureia* ou *Turaia*, integrado, segundo o autor, no território dos *Callaeci*, é formulada a partir da interpretação da dedicatória de Lúcio Valério Silvano ao deus indígena *Turiacus*, epíteto que relaciona com o deus *Cosus* (*Nemetati*), - *Cosus Turiacus* -, divindade

protetora do cantão *Tureia* ou *Turaia*, eventualmente identificado com Alvarelhos, estabelecendo uma relação com a paróquia Suévica – *Torebria* –, que Almeida Fernandes localiza no concelho de Penafiel.

Olivares Pedreño, à semelhança de Alain Tranoy (TRANOY 1981, 278) e José de Encarnação (ENCARNAÇÃO 1975, 294), não concorda com a identificação de *Turiaco* como uma divindade aquática defendida por Blázquez (BLÁZQUEZ 1962, 196), afirmando estarmos perante um apelativo cujo teónimo se desconhece, que pode não estar relacionado com hidrónimos uma vez que a raiz se encontra em outros epítetos, valorizando o contexto geográfico onde se identificam três epígrafes dedicadas a *Cosus*, ponderando, inclusivamente a possibilidade de estarmos perante uma dedicatória a esse deus (PEDREÑO 2000, 71).

A segunda perspetiva de análise, valorizando uma abordagem de carácter regional identifica o deus *Turiaco* numa ótica Dumeziliana, aceitando a existência de uma tríade funcional, representada de forma simplista pela *sabedoria* (*Iupiter*), a força (*Cosunea*) e a fecundidade (*Turiaco*) (SILVA 1999, 64-65). A proposta interpretativa baseia-se também na análise da estrutura do povoamento regional, na presunção de uma hierarquia dos assentamentos e, fundamentalmente, em aspetos de carácter sociocultural, expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, de expressão regional, unicamente documentadas nesta área, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos, em concreto, às epígrafes provenientes de Lamoso, Paços de Ferreira e Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41) ambas consagradas a *Turiaco*. Nesta perspetiva, *Turiaco*, assume-se como uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de proteção relacionada com as atividades produtivas, ou, de uma forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade, que, conjuntamente com *Iupiter* e *Cosunea*, esta última explicitamente mencionada na epígrafe de Burgães, no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendida na ara de S. Bartolomeu, Santo Tirso, formaria uma tríade de divindades superiores.

A estrutura da epígrafe e o contexto histórico-arqueológico da *Legio VI Victrix* sugeriram a Alain Tranoy uma datação no período Júlio-Cláudio (TRANOY 1980, 278). Patrick Le Roux, valorizando o carácter tópico da divindade, relaciona o monumento com a estadia da *VI Victrix* na Hispânia, cuja cronologia se encontra balizada entre o reinado de Augusto e a imposição de Galba, adiantando o período posterior à censura de Cláudio como datação provável da epígrafe, conjecturando que esta teria sido executada no âmbito de uma missão efetuada na região de Braga quando a legião se encontrava na região de Astorga/Leão (LE ROUX 2002, 116). Todavia, não será de desmerecer a possibilidade da sua origem se relacionar com a presença na região de um destacamento (*vexillatio*) da *Legio VI Victrix*, possivelmente encarre-

gada de promover a construção da cidade de *Bracara Augusta*, assim como as vias de ligação a *Lucus Augusti*, *Asturica* e, para sul, para *Cale*, como se vem documentando com outras referências epigráficas, nomeadamente a inscrição detetada num silhar do intradorso do primeiro arco da margem sul da Ponte de Negrelos, S. Martinho do Campo, Santo Tirso.



Lápide votiva dedicada a Turiaco, Santo Tirso



¹ Carvalho da Costa dá início a um conjunto de equívocos relacionados com deficientes leituras que perpetuaram a mítica referência do soldado romano que tinha morto Viriato – (...) *O Mosteiro Duples de S. Thirso, situado no mesmo Concelho de Refoyos, & Bispado do Porto, cujo Bispo Dom Rodrigo da Cunha chama da Magdalena, fundado junto do rio Ave, que lhe banha a cerca, parece haver sido hum Templo da Gentilidade, por hum sepulchro que nelle se achou com letras, que dizião: Aqui jaz Sylvano Capitão de huma legião Romana.* (...) (COSTA 1706-1708, 326 = FERNANDES 1986, 326).

² Veja-se, BARBOSA 1863, 238; 1886; CARDOSO 1666.

Pinho Leal, de forma fantasiosa, refere o contexto da sua descoberta – (...) *Quando se andava reedificando a igreja (1650) se achou embutido em uma das suas paredes, um sepulchro de pedra, ainda inteiro, contendo cinzas. Tinha esculpidas as águias imperiaes, e por baixo d'ellas esta inscripção – L. VALERIVS SILVANVS MILES LEG. VI VIXIT VIRIATO.* – (Lúcio Valério Silvano, militar da 6ª legião, que venceu Viriato) (...), (LEAL 1877, 612).

Bibl. - CARDOZO 1666; COSTA 1706-1708, 326; BARBOSA 1863, 238; 1886; SARMERNT0 1884, 106; 1885 b, 178-79; 1933, 173, 179, 304, 422; COELHO 1887, 375-377; GUIMARÃES 1901, 53; VASCONCELOS 1905, 324-326; CARDOZO 1935, 40, n.º 23; 1947, 127, 149-152; LIMA 1940, 97-99, 100; MATOS 1947, 72-73; TOVAR; NAVASCUES 1950, 184; PASSOS 1956, 30-31, fig. 3; SANTARÉM 1955, 66-67; 1956, 170; BLAZQUEZ 1957, 182-183; 1962, 196-197; CIL II, 2374; II, S,5551; ILER 945; ENCARNAÇÃO 1975, 298; UNTERMANN 1980, 350, 360; TRANOY 1980, 278; LE ROUX 1982, 182-183; 2002, 16,107-128, fig. 1; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/358; ALBALAT 1990, 152-153, nota 148; GARCIA 1991, 351, n.º 199; MOREIRA 1992, 20-21 fot. 4; 2005, 33; 2007, 22, 28, fot. n.º 1; 2010,180-181, 311-313; VILLAR 1993-95, 364-365; H.E., 1071; PEDREÑO 2000, 71.

³ Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira. Segundo proposta de Armando Coelho (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[osi?]go T/uriaco / Fid(uenearum) Ate/nniens/es / l(ibenter) a(nimo) p(osuerunt) / h(oc) m(onumentum) / ae(re) l(ecto)?.

Ponte romana de S. Martinho do Campo

A ponte de S. Martinho do Campo¹, vulgarmente designada por *Ponte de Negrelos*², é uma notável obra de engenharia romana que conservou até aos nossos dias as principais características arquitetónicas que distinguiram a obra pública latina, realçando o potencial de uma filosofia e técnica construtiva pensada para servir e durar, própria da mentalidade romana³. As limitações técnicas então existentes, designadamente o desconhecimento do cálculo de resistência de materiais, dos coeficientes de carga, tensão e elasticidade das estruturas, que impunham um trabalho com margens de segurança muito elevadas, terão estado na origem do segredo da sua resistência e durabilidade, fatores que granjearam à construção "romana" uma justa reputação de solidez e longevidade sabendo-se, contudo, que os engenheiros que levantaram este tipo de obras, geralmente de iniciativa militar, tinham como propósito a sua perenidade. Efetivamente, as evidências arqueológicas sugerem a forte possibilidade da sua origem se relacionar com a presença na região de um destacamento (*vexillatio*) da *legio VI Victrix*, possivelmente encarregado de promover a construção da cidade de *Bracara Augusta*, assim como das vias de ligação a *Lucus Augusti, Asturica* e, para sul, a via XVI de ligação à Lusitânia, como se documenta na inscrição identificada num silhar do intradorso do primeiro arco da margem sul da, S. Martinho do Campo.

De tipologia claramente romana a ponte conserva as principais características morfológicas. É construída em alvenaria de granito e apresenta um tabuleiro horizontal, assente em três arcos de volta perfeita. Os dois arcos laterais conservam agulheiros para assentamento do cimbrio, enquanto o arco central apresenta uma consola saliente ao nível do saímel. A estrutura de três arcos de volta perfeita, com vãos de 7,5 m, 6,5 m e 7,5 m, apoia-se nos estribos inseridos nas margens e em dois pilares implantados no leito do rio. Os tímpanos são constituídos por paramentos de alvenaria de blocos de granito aparelhados pela face exterior, dispostos em fiadas horizontais. Os dois pilares, apoiados diretamente no afloramento rochoso do leito do rio, apresentam secção retangular e conservam talhamares e esporões de construção parcialmente autónoma, adossados à estrutura da ponte a montante e a jusante respetivamente, sendo os primeiros altos de perfil triangular e, os segundos, ligeiramente mais baixos e retangulares. Ambos ultrapassam os arranques dos arcos encobrimo as primeiras aduelas e invadindo parte dos tímpanos.

O tabuleiro, com cerca de 3 m de largura e 32 m de comprimento, implantado a cerca de 10 m do afloramento granítico do leito do rio, conserva o pavimento revestido de lajes de granito de pequena e média dimensão, de recorte retangular, dispostas em fiadas regulares, provavelmente resultantes da intervenção de restauro de 1853.

As guardas, também em granito, são compostas por silhares retangulares, dispostos lateralmente com travamento alternado, cuja construção terá também sido resultado da intervenção de restauro realizada em 1853.

O paramento dos tímpanos e estribos é formado por aparelho isódomo ou pseudo-isódomo e integra silhares de diferentes origens, sendo a maior parte deles lisos, alguns com siglas, embora conserve abundantes elementos almofadados e/ou com marcas de utilização de "*ferrei fórfiles*" da fábrica de origem, evidenciando uma grande variabilidade na dimensão, facto que, associado à existência de um significativo número de siglas, especialmente localizadas no intradorso dos arcos, documenta as obras de restauro de que foi alvo na Idade Média.

A modelação da obra reflete uma simetria característica da engenharia romana, perceptível, por exemplo, na distância entre os pilares e respetivos estribos.

Apesar de estruturalmente ter conservado as principais características do momento da sua construção, encontram-se documentadas duas intervenções de restauro em distintos momentos.

A primeira, de época medieval, é identificada pela existência de abundantes siglas, uma inscrição na aduela de fecho do 1º arco (lado sul) da face jusante e vários vestígios de alteração da silharia, tanto ao nível da sua original disposição como da inclusão de novos elementos, observáveis na estereotomia dos paramentos dos intradossos dos arcos, tímpanos e estribos. Porventura, terá constituído a mais significativa reforma realizada na ponte. A intervenção ter-se-á limitado à face superior dos arcos, uma vez que, tanto quanto é possível perceber pela distribuição das siglas, esta, apesar de ter abrangido os três arcos, ter-se-á restringido ao limite superior dos apoios de assentamento do cimbrio, uma vez que se não regista a ocorrência de siglas nos pilares e também pelo facto da silharia existente, maioritariamente almofadada, revelar grande uniformidade no assentamento e no calibre dos diferentes elementos.

A intervenção terá consistido na substituição de alguns dos elementos dos arcos, facilmente observáveis no intradorso dos mesmos, pela diferente natureza do granito, ao nível da cor, grão, textura e, fundamentalmente, pela alteração da disposição dos elementos originais, que ora colocaram em evidência os orifícios de apoio do *fórceps*, ora ocultando os mesmos como se regista nas aduelas dos arcos e nos paramentos dos estribos e do tímpano. A epígrafe inclusa na aduela de fecho do arco da margem sul do alçado jusante, pela sua raridade em obras congéneres, e pelas possibilidades interpretativas que proporciona merece algum destaque.

A epígrafe encontra-se inscrita na aduela de fecho do arco da margem esquerda. A inscrição encontra-se deteriorada no extremo inferior e não possui qualquer delimitação do campo epigráfico. A gravação, em caracteres atuários regulares, é nítida e bem vincada, apresentando as letras um recorte desigual. No fim da linha, devido à exiguidade de espaço, as letras encontram-se ligeiramente mais apertadas e as duas últimas formam-se a partir de um nexa.

Transcrição

 IOSI H

(*Magister*) IO(*hannes*)S I(o)HN(nis)

Mestre João Anes

Tratar-se-á de uma referência ao mestre encarregado da obra, que escolheu para signo lapidar identificativo da sua oficina as iniciais do seu próprio nome – *lohannes* - antropónimo particularmente comum em toda a Idade Média em especial na nossa região, evidenciando um patronímico também comum - *Anes* ou *Eanes*, de clara filiação com *lohannis*.

A interpretação da sigla como identificativa do *magister* decorre da constatação, mais ou menos sistemática, de uma certa autonomia braquigráfica e simbólica na criação de siglas, aqui reforçada pela associação morfológica entre a sigla e a representação do M que, neste horizonte cronológico, quer na epigrafia tumular quer na honorífica, frequentemente apresenta um recorte arredondado, com hastes inferiores horizontais prolongadas nos dois sentidos e as hastes descendentes reduzidas ao mínimo da sua expressão. O posicionamento da epígrafe na aduela chave do primeiro arco, em claro destaque, uma vez tratar-se do mais importante elemento estrutural de toda a construção, e também realçada pelo facto de constituir a única referência gráfica nos paramentos laterais, reforçando o protagonismo da mesma. Regista-se em Roriz, no decurso da sua 2ª fase da sua construção, datada do primeiro quartel do séc. XIII, uma sigla interpretada como pertencente ao mestre encarregado da obra, pelo sinal, também um *lohannes*, cuja grafia da sigla que abrevia o seu nome se faz igualmente representar pela abreviatura – IO - revelando semelhanças morfológicas assinaláveis com a epígrafe aqui tratada, podendo, porventura, existir alguma relação entre as oficinas encarregues das duas obras, mesmo não se verificando contemporaneidade entre elas. De facto, as siglas documentadas na ponte não revelam qualquer semelhança morfológica com as documentadas em Roriz neste mesmo período, sendo mais razoável admitir que a obra da ponte possa ser cronologicamente posterior à construção da igreja de Roriz, num momento em que a oficina, por transmissão de ofício e propriedade, poderia já ser do filho do primeiro mestre, explicando-se assim, a filiação e a formação do antropónimo.

O enorme conjunto de siglas detetado é revelador da intervenção medieva. O seu número e reportório induzem a pensar que ter-se-á tratado apenas de uma única intervenção com a participação de um reduzido número de oficiais envolvidos, porventura apenas dois ou três.

Identificam-se (18) cruces de braços iguais de morfologia e recorte semelhante, sendo que a maior parte deles se inscrevem em elementos pétreos diferentes dos da fábrica de origem. Registam-se também erres (5) e, em menor número, um símbolo de recorte semelhante à letra A (4) que poderia, neste caso, representar a abreviatura de um nome *A(ntonius)* se entendermos que, da mesma maneira que uma convenção geométrica ou figurativa das siglas pode representar um apelido, também uma simples letra, que na escrita corrente nunca se representaria como tal, está muitas vezes a abreviar um nome (REAL; SÁ 1982, 15). Por último, regista-se a ocorrência singular de dois grafitos. Um composto por duas letras – VI – associada a uma sigla que representa o A e um segundo composto por dois elementos verticais - II.

A segunda intervenção documentada no imóvel tem lugar num momento muito posterior, já no advento da industrialização, concretamente em 1853. A obra, de iniciativa da Câmara do então concelho de S. Tomé de Negrelos, realizou-se em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães e implicou um custo total de 155\$900 rs, que foi repartido, em partes iguais, pelos dois municípios. A intervenção consistiu na reposição do pavimento que se encontrava completamente degradado " (...) o seu piso quase a tocar nas aduelas da arcaria. (...) " e " (...) na colocação das grades até aí inexistentes. (...) " (PINHEIRO 1957, 149-150).

A *Ponte de Negrelos*, originariamente, integrava a estrada secundária que unia *Cale* à via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* que, a partir do Porto se desenvolvia para nordeste com destino a Valongo e Alfena onde cruzava o rio Leça na Ponte de S. Lázaro⁴. No seu percurso entre o rio Leça e o rio Vizela contornava, a meia encosta, pela face oeste o maciço montanhoso vulgarmente designado por Serra de Monte Córdova, passando próximo do Monte Padrão, cujos vestígios de ocupação romana indiciam ter tido um papel importante como ponto central da via.



Alçado juzante



Epígrafe medieval localizada na aduela de fecho do primeiro arco da margem esquerda



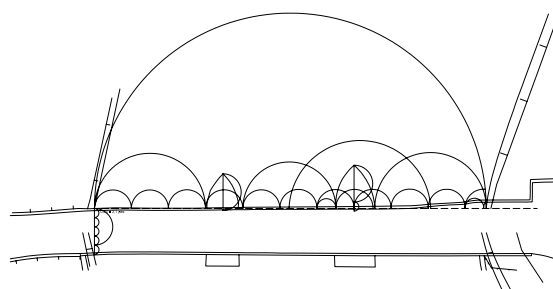
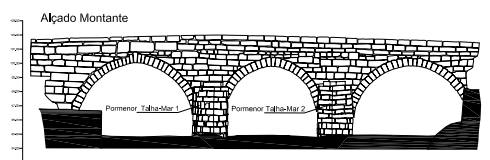
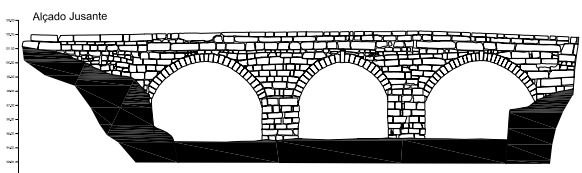
Epígrafe romana integrada no intradorso do primeiro arco da margem esquerda - VI (*sextae*)



Vista aérea



Pliar do primeiro arco da margem esquerda



Proposta interpretativa da geometria e proporcionalidade do projeto original



¹ Encontra-se implantada sobre o tramo final do rio Vizela. Na margem direita o acesso concretiza-se através da Rua da Ponte, em Lordelo, e pela Travessa da Ponte, em Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães. Na margem esquerda, pela Rua da Flor do Campo, em S. Martinho do Campo, concelho de Santo Tirso.

² As inquirições de 1258 referem a propósito o lugar de "Pons" onde se documenta a existência de quatro casais, do qual subsiste na toponímia local a Quinta de Pontes, sobranceira à Ponte de Negrelos (PINHEIRO 1957, 17).

³ A obra vitruviana elucida, de forma clara e concisa, que nada deve ser deixado ao acaso na planificação de uma obra de arquitectura (...) ... *Aedium compositio constate x symetria, cuius rationem diligentissime architecti tenere debent. Ea autem paritur a proportione, quae graece avayia dicitur. Proportio est ratae partis membrorum inomni opere totiusque commodulatio, ex qua ratio efficitur symmetriarum. Namque non potes aedis ulla sine symetria atque proportione rationem habere compositionis, nisi uti hominis bene figurati membrorum habuerit exactam rationem.* (...) VITRUVIO, III, I.

⁴ Atualmente a ponte de S. Lázaro apresenta características construtivas medievais, mas a existência de silhares romanos almofadados e de marcas de utilização de *ferrei fôrçices*, sugerem a existência de uma construção anterior de época romana (LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 163).

VI

A ALTA IDADE MÉDIA

Do fim do mundo antigo ao advento da nacionalidade

A ocupação alto-medieval identificada no atual território de Santo Tirso, no seguimento de uma longa presença humana documentada de forma sequencial desde o estabelecimento das primeiras comunidades de agricultores até ao fim da época romana, historicamente enquadra-se a partir do incremento do processo de reconquista cristã, implementado por Afonso III (866-910), alicerçado numa importante reorganização militar e administrativa. Efetivamente, na região de entre Douro e Ave, esta nova fase inaugura-se em 868 com a presúria de Portucale com Vímara Peres. A partir destas incursões militares a fronteira cristã avançou até à margem norte do Douro, assistindo-se à reorganização do território, nomeadamente através do repovoamento de Braga, a fundação de Guimarães e a concretização de diversas presúrias em toda a região, na qual se salienta a de Chaves pelo Conde D. Odário. Durante o séc. IX as forças auturo-leonesas continuaram as ações militares para sul acabando por controlar a área compreendida entre o Minho e o Mondego. No final do séc. X, esse largo domínio foi reduzido pelas vitoriosas investidas de Almançor que fizeram retroceder a fronteira cristã de novo até à margem esquerda do Douro. Em finais do séc. IX, princípio do séc. X, os frequentes ataques de mouros e normandos na costa norte terão originado um processo de defesa que a historiografia consagrou como incastellamento, que resultou na construção de um conjunto de redutos defensivos cuja implantação, próxima dos locais mais povoados, utilizou espaços estratégicos, de grande domínio visual sobre a envolvente, nomeadamente as vias de comunicação, fluviais e terrestres, cuja topografia favorecia a sua natural defesa, coincidindo, muitas vezes, com antigos povoados da Idade do Ferro, constituindo a resposta das populações locais face à instabilidade militar. Apesar de estruturalmente mal conhecidos, este tipo de equipamentos militares, anteriores ao castelo românico, muito rudimentares do ponto de vista construtivo, constituíram uma malha densa, bem ilustrativa da dinâmica populacional da região, cuja importância estratégica, militar e administrativa se reflete através da forma recorrente em que são referenciados na documentação da época, geralmente identificados como *Mons*, *Castro* e, excepcionalmente *Castelo*.

Posteriormente, com o incremento da reconquista cristã e a reorganização administrativa do território, nomeadamente a criação dos *territoriae* e das *civitates* assiste-se à personificação dos destinos militares, concentrados agora num castelo governado por um nobre, mas cuja existência, no imediato, não terá anulado o papel das fortalezas de iniciativa local mas, pelo contrário terá dado um novo enquadramento ao processo de reconquista, sobretudo nas zonas de fronteira (BARROCA 1990-91, 92). É neste contexto que se inscrevem as guarnições militares de Monte Córdova e de Refojos de Riba D'Ave que encontram paralelo

e enquadramento estratégico num conjunto de equipamentos militares na área meridional do Noroeste Peninsular⁵⁹.

O Castelo de Refojos, localizado na circunscrição do Julgado de Refojos de Riba D'Ave, muitas vezes referido como implantado em Monte Córdova, fez com que vários autores sugerissem a sua localização no Monte do Padrão⁶⁰. A alusão ao castelo de Pena de Cide surge, pela primeira vez, nas Inquirições de 1220. Mais tarde, Costa Veiga com base num Nobiliário datado de 1270 – (...) *infante Alboazar Ramires, filho do rei Ramiro ao qual porque foi bom por armas, puzeron-lhe nome Cide Alboazar e fez uma torre no monte Córdova que hora chamão Pena de Cide e guerreou dahi os mouros (...)* –, admitindo a veracidade da referência localiza o castelo, que identifica como Castelo de Refojos, no maciço do Pilar, actualmente localizado na freguesia de Pena Maior, concelho de Paços de Ferreira, cuja fundamentação reforça através da análise de um documento datado de 1041, no qual se alude a um pleito judicial, cujos litigantes, convocados para comparecer em juízo perante os magnates da região, se reuniram em Pena Maior (DC 140) (VEIGA 1936, 132-133).

No Livro Velho de Linhagens, a propósito do castelo, agora designado de Monte Córdova pode ler-se – (...) *Reinou depôs el seu filho dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leom, e veio conquerer a Portugal, que era de Mouros, e deu a Santiago porem que o ajudasse o couto de Mo[u]quim e de Cornelham. E veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E fez uma torre no monte de Monte Córdova, que ora chamam Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão, e foram-se passar Douro e foram-se a São Martinho de Mouros. E desi filhou o castro d'Aveoso a Mouros e deito Mouros de crasto de Gondomar e de Todea e fez-os ir a crasto Marnel de Riba de Vouga.*

E casou com dona Usco Godins, filha del conde dom Godinho das Astúrias, e ela com seu marido de Riba d'Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba D'Ave (...) (PIEL; MATTOSO 1980, 50).



⁵⁹ Na área geográfica aqui considerada que, *grosso modo*, corresponde à faixa costeira entre Leça e Ave, identificam-se mais de uma dezena de castelos cuja implantação nos permite vislumbrar a distribuição dos núcleos populacionais então existentes e a sua relação com as vias de comunicação (MOREIRA 2010a, 245-247).

⁶⁰ António Augusto Pires de Lima, em 1951, a propósito da referência de Costa Veiga comenta – (...) *O argumento não é decisivo, porque a convocação para ali podia ter outra explicação, como a de que o pleito diria respeito a terras de Pena Maior. Eu inclino-me a crer – mera conjectura, porém – que o castelo estivesse situado no lugar do Padrão, onde se estão encontrando vestígios de antigos edifícios, que mais parecem revelar a existência de fortificações do que de uma citânia. É conveniente, porém ponderar que uma fortaleza, onde se concentrava o governo militar e civil de uma terra, não passava, por vezes, de construção provisória e tosca. Por isso, como observa A. Herculano, poucos castelos nos restam desses tempos (...)* (LIMA 1951, 38, nota 1).

José Mattoso, por seu turno, ao aludir aos principais castelos de Entre-Douro-e-Minho, inclui o castelo de Monte Córdova no território de entre Ave e Douro, no concelho de Santo Tirso, como centro da terra de Refojos de Riba D’Ave (MATTOSO 1995, 94).

Na mesma linha de raciocínio, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao referir-se ao fenómeno de “incastellamento”, valorizando a componente toponímica, considera esta passagem como alusiva a uma fortificação, eventualmente vinculada à família de S. Rosendo, sem contudo precisar a sua localização – (...) 106 – MONTE CÓRDOVA, Santo Tirso – Este castelo parece ter visto a sua importância diminuída a partir dos princípios do séc. XI. É referido como uma estratégica fortificação no Livro Velho II (1961, 41). Não é extremamente ousado ligar este arcaico castelo à família de S. Rosendo (...) (ALMEIDA 1978, 39).

A fortificação encontra-se referenciada em 1093 (DC 796), num contrato de venda de propriedades localizadas em S. Paio de Guimarei, Santo Tirso, com a designação de monte – (...) in uilla uimarei subtus mons cordua território portugalensis discurente ribulo sanguineto. (...) ⁶¹.

As evidências arqueológicas conhecidas até ao momento no Monte Padrão não permitem, com segurança, afirmar a possibilidade do castelo de Refojos de Riba D’Ave (Pena Cide) possa aí ter tido a sua localização, apesar de ser conhecida a ocupação medieval do povoado, cuja cronologia aponta para uma longa ocupação que se prolonga desde finais do séc. X até ao segundo quartel do século XVII, sendo que a realidade estrutural aponta claramente para uma ocupação relacionada com a igreja paroquial de S. Salavador (Monte Córdova) e o mosteiro de Monte Córdova.



Placa esmaltada e dourada (revestimento de cruz processional), Monte Padrão

Relativamente próximo, no lugar do Mouro⁶² identificam-se vestígios estruturais e materiais de superfície cronologicamente consistentes com esta referência arqueológica, que temos vindo a identificar como uma atalaia medieval que poderá, eventualmente, estar relacionado com castelo referenciado. Localiza-se num pequeno promontório da cumeeira oeste do maciço de Monte Córdova e ocupa um esporão rochoso onde, à superfície, se verificam grandes afloramentos. Achados de materiais líticos pré-históricos, designadamente machados de pedra polida, hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, atestam uma ocupação bastante recuada deste local (PINTO 1930, 306; SANTARÉM 1952, 169-177; DINIS 1993, 105, n.º 10 e 11; MOREIRA 2007, 46). Atualmente não são visíveis quaisquer vestígios de estruturas ou taludes que denunciem a existência de estruturas defensivas. As cerâmicas de superfície recolhidas no local enquadram-se maioritariamente na época medieval, embora se tenham também recolhido cerâmicas castrejas em pequeno número⁶³.

Neste contexto político-económico, identificam-se no concelho vários mosteiros de fundação do século X e XI, cuja origem obedece às mesmas prerrogativas e enquadramento político e económico que o estabelecimento das estruturas defensivas, documentando um processo de estruturação e ocupação do território muito complexo e bem articulado. À semelhança do que sucede com as fortificações pré-românicas, a sua localização estabelece uma relação de proximidade com a rede viária e a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola e, naturalmente, estarão diretamente relacionados com os principais núcleos populacionais existentes e com as estruturas defensivas a que já aludimos (MOREIRA 2010a, 267-269).

A expressão e significado no seio da sociedade alto-medieval assumem vários planos e níveis de interesse que muito extravasa o de polo centro de religiosidade, afirmando-se no plano cultural, político, económico e simbólico. Os seus patronos, para além de beneficiarem de apoio espiritual e religioso, garantiam uma sepultura num espaço sacralizado, participavam dos rendimentos gerados e dos proventos oriundos de domínios territoriais crescentes, assim como do poder de legitimação perante a sociedade decorrente da relação privilegiada com o poder divino.



⁶¹ Ver - Anexo documental, 1.

⁶² Mouro/Alto da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso - Atalaia Medieval - Latitude - 41º 19' 24'' N; Longitude - 8º 26' 30'' W (meridiano de Greenwich), Altitude - 472 m (CM 1: 25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977).

⁶³ Embora referenciada como castro nos trabalhos recentes de inventário (SILVA 1986, 83, n.º 342 e 343; QUEIROGA 1992, 314), outros autores excluem-no pelos motivos referidos (DINIS 1993 105-106, n.º 105 e 106).

Em termos genéricos, o modelo de povoamento alto-medieval não diferiu substancialmente da organização criada a partir da romanização do território, no qual a estrutura viária, em articulação com a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola e locais estratégicos nas imediações, constituíram os principais fatores na ocupação do território. Esta íntima relação dos mosteiros familiares com a comunidade local e a sua diminuta dimensão explica a sua relativa fragilidade, tendo muitos deles sido extintos ou transformado em igrejas paroquiais.



1



2



3



4



5

Vestígios e materiais
arqueológicos (Monte Padrão)

- 1 - Ruínas da Igreja de
S. Salvador de Monte Córdova
- 2 - Necrópole medieval
- 3 - Estela funerária
- 4 - Azulejo tipo hispano-árabe
- 5 - Sepultura

Até meados do séc. XI persistiu uma grande quantidade de pequenos mosteiros familiares, certamente mais próximos dos meios populares do que as grandes abadias protegidas pelos condes e magnates, como se verificaria na região, com a fundação e crescimento do mosteiro de Santo Tirso, vinculado à família dos Maias.

No caso do mosteiro de Monte Córdova assiste-se à criação de um priorado sujeito ao Mosteiro de Celanova que, apesar de uma existência conturbada, se manteve activo até 1514.

Castelos

Castelo de Monte Córdova – Relaciona-se com a família condal de S. Rosendo, concretamente de seu pai, Guterres Mendes, Conde Magno do Porto (926), cujo estabelecimento na *villa* de Salas, S. Miguel do Couto, no sopé de Monte Córdova, dever-se-á enquadrar no contexto de instabilidade militar que caracterizou o final do séc. IX princípio do séc. X.

Mosteiros

Santo Tirso (Moreira de Riba D'Ave) – Mosteiro fundado em 978 por D. Unisco Godins, esposa de Aboazar Lovesendes, antepassado da família da Maia.

Refojos de Riba D'Ave (S. Cristóvão) – Mosteiro familiar cuja datação será anterior a 1036 (St^a. Cruz 192v). Inicialmente ligado à família Raupário Jeremias por sucessivas alianças ligou-se à família dos Maias. Constitui um pequeno mosteiro de tipo familiar que se converteu em igreja paroquial numa data imprecisa balizada entre 1263 e 1320.

Monte Córdova (S. Salvador) – Mosteiro fundado no século X, associado à família de S. Rosendo, supostamente criado por iniciativa do próprio santo. A sua fundação, segundo Frei Benito de La Cueva, terá ocorrido em 934.

Burgães (Monasterium Burguaes) – Documentado desde 1120.

S. Tiago de Landim, Areias – Já existia em data anterior a 991. Extinguiu-se no hiato compreendido entre 1016 e 1057, tendo-se transformado em igreja paroquial.

S. Pedro de Roriz – Manuel Real identifica a fundação do Mosteiro em data imprecisa na segunda metade do século XI.

S. Miguel de Vilarinho – Datado de 1070 por Frei Timóteo dos Mártires. Uma referência documental de 1120 menciona-o em simultâneo com os mosteiros de Roriz e de Burgães.



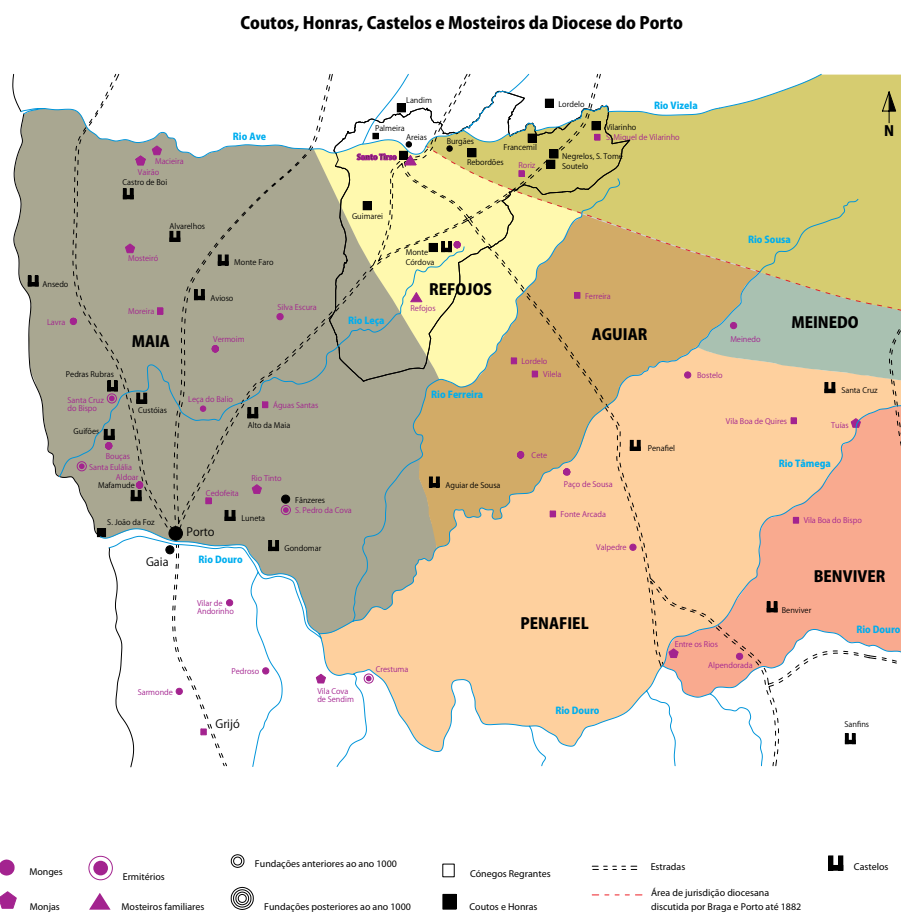
Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho



Mosteiro de S. Pedro de Roriz

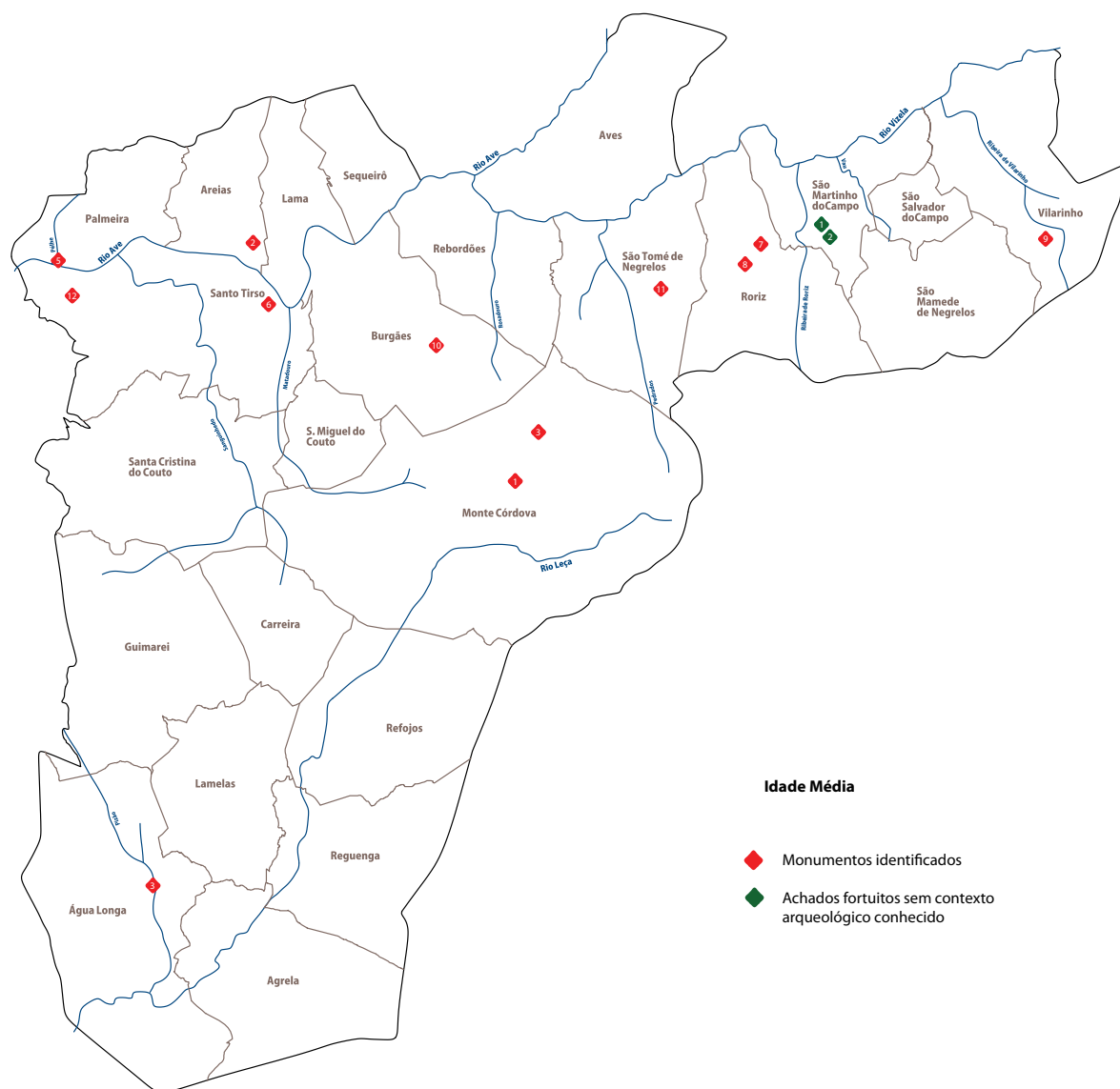
Na atual área geográfica do concelho de Santo Tirso são conhecidos vários vestígios significativos deste período, destacando-se, pelo nível de informação fornecida, o Monte Padrão, alvo de escavação arqueológica sistemática do qual se conhece a sequência crono-estratigráfica e respetiva cultura material.

A identificação dos sítios medievais resultou da análise e cruzamento de diversas fontes, nomeadamente de carácter bibliográfico, documental e de trabalhos de prospecção arqueológica.



Monumentos identificados					
N.º	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
1.	Monte Padrão	Castelo, Mosteiro e Igreja	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
2.	Torre	Torre, mosteiro igreja	PDM – IIMNC (B), n.º 18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
3.	Mouro/Alto da Bela	Atalaia	PDM – IIMNC (B), n.º 59	Monte Córdova	DR, 2ª, n.º 12, 18.01.2011
4.	Ponte do Arquinho	Ponte	PDM – IIMNC (B), n.º 17	Água Longa	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
5.	Ponte do Arquinho	Ponte	PDM – IIMNC (B), n.º 46	Palmeira	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
6.	Mosteiro de S. Bento	Mosteiro	MN (16.06.1910)	Santo Tirso	Dec. 16.06.1910DR, 2ª Série,
7.	Santa Maria Negrelos	Capela	IIP	Roriz	Dec.14191/DG 18.07.1951
8.	Mosteiro de Roriz	Mosteiro, igreja	MN	Roriz	Dec. 16.06.1910
9.	Mosteiro de Vilarinho	Mosteiro, igreja	MN	Vilarinho	Dec. 39175, 17.04.1953
10.	Monte Sião	Sepultura rupestre	--	Burgães	--
11.	Santa Margarida	Sepultura rupestre	IIP	S. Tomé Negrelos	DL n.º2990, 17.07.1990
12.	Epígrafe funerária	Epígrafe	--	S. Bartolomeu	--

Referências sem contexto arqueológico conhecido					
N.º AF	Designação	Tipologia	Suporte	Local de recolha	Depósito
1.	Sarcófago	---	Granito	S. Matinho do Campo	Casa de Arnosela
2.	Sarcófago	---	Granito	S. Matinho do Campo	Casa de Arnosela



Pia batismal, S. Miguel do Couto, Monte Córdova

A pia batismal recolhida na Igreja de S. Miguel do Couto, amplamente referida por um conjunto de hagiógrafos, corógrafos e historiadores como tendo sido utilizada no batismo de S. Rosendo, constituiu, a razão de ser de um extenso reportório de lendas que, no essencial, relatam o episódio do batismo do ilustre santo tirsense – (...) *aproximando-se o tempo de batismo, o pai e a mãe de S. Rosendo tomam a firme resolução de que recebesse o sacramento da fé no local onde tinha sido prometido por Deus através de S. Miguel Arcanjo (Igreja do Salvador / Monte Padrão). Ora quando a pia de pedra, na qual havia de ser regenerado, era transportada num carro puxado por bois, por providência da divina graça, ao passar diante dos batentes da Igreja de S. Miguel, que há pouco haviam consagrado, o carro quebrou-se, tal como a pia, que vulgarmente se chama fonte, e que se encontra guardada com todas as honras na actual igreja Matriz de S. Miguel do Couto. Os pais, que interpretaram o acontecimento como sinal e determinação divina, baptizaram ali o menino e desvincularam por direito testamentário a igreja de S. Miguel da igreja de S. Salvador, que fica no monte Córdova, onde tinha sido prometido. (...)* (CORREIA; MOREIRA; BORGES 2007, 11).

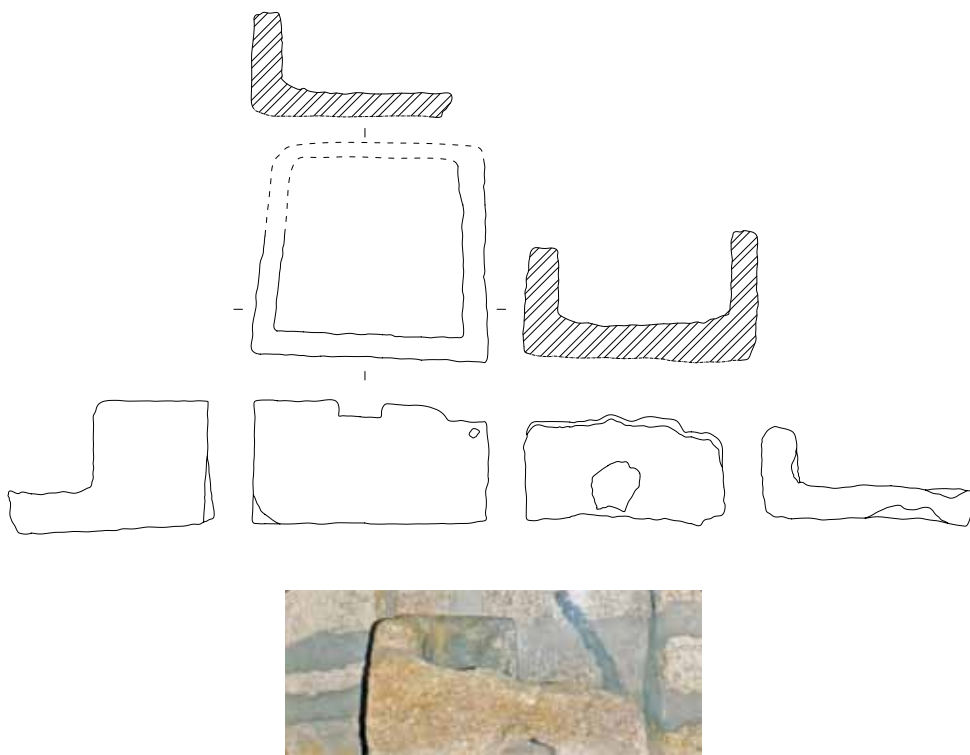
A pia batismal encontra-se atualmente sob o altar colateral da capela-mor, hoje dedicado a S. Rosendo. Foi redescoberta por Joaquim Alberto Pires de Lima em 1939, com base nas tradições populares e, fundamentalmente, no relato de Frei Leão de S. Tomás, produzido na sua obra de referência *Benedictina Lusitana* (1651) (LIMA 2000, 308-310; CORREIA 2000, 308-310¹).

Trata-se de uma pia monolítica em granito da região. Possui um formato subquadrangular, assimétrico, de recorte irregular², fundo plano de assentamento pleno e paredes verticais de espessura desigual. Está fragmentada ao nível das paredes, encontrando-se completamente ausente a do topo mais estreito e parte de uma das laterais. Numa das paredes, ao nível do fundo, apresenta um orifício de recorte irregular com cerca de 12/13 cm de diâmetro. O seu deficiente recorte e acabamento revelam que a sua produção provavelmente terá sido local.

Constitui um dos raros exemplos de pia batismal (*vas sacrum*) de tradição pré-românica, indetificada em Portugal. Encontra-se vinculada às tradições visigóticas, morfológicamente afim das pias octogonais, revelando paredes verticais de baixa altura, apoiadas diretamente no solo ou sobre uma pequena base, reservada a recolher a água sagrada, destinada ao batismo por aspersão ou imersão. Morfológicamente a sua significação simbólica evoca o número quatro – a imagem do mundo terreno, as quatro paredes da terra; os quatro rios do paraíso; os quatro evangelistas; os quatro pontos cardiais; os quatro ventos, etc.

O surgimento das pias batismais resulta do amadurecimento da cultura paleocristã, designadamente do incremento do batismo infantil que resultou na progressiva perda de importância das piscinas profundas, uma vez diminuía a quantidade de adultos por batizar, ao mesmo tempo que se alterava o aparato do rito com a supressão da *immersio*, assistindo ao aparecimento da pia batismal monolítica.

A pia batismal de S. Miguel do Couto constitui um exemplar monolítico de recorte quadrangular, herdeiro das formas pré-românicas características da área setentrional da península, cuja cronologia de referência, atendendo ao contexto historiográfico e tipológico se situa no século X, dentro de um reportório arcaico, à margem das obras promovidas pelas grandes instituições senhoriais. A sua possível relação com a igreja de "S. Salvador de Monte Córdova", no qual são conhecidos amplos vestígios contemporâneos da sua datação, e onde, segundo a «*Vita Sancti Rudesendi*», Ilduara recebera o anúncio do nascimento de seu filho, S. Rosendo, é confirmada pelos vestígios que atestam a existência de um templo e respetivo cemitério.



Pia batismal, S. Miguel do Couto, Santo Tirso



¹ JST, 9/6/1939.

² Dimensões – Comprimento máximo 45/48 cm; Largura 48/55 cm; Altura 21/29 cm; Orifício da parede lateral 11/12 cm de diâmetro.

A fundação do mosteiro de Santo Tirso do séc. X

No complexo cenário geopolítico, anterior à nacionalidade, identificam-se no território tirsense vários mosteiros, cuja origem partilha de uma conjuntura política, militar e administrativa comum, documentando um processo de estruturação e ocupação do território com soluções diversificadas. A sua localização estabelece uma relação de subsidiariedade com os povoados, a rede viária, a disponibilidade de recursos diferenciados e, naturalmente com as estruturas defensivas pré-existent.

Até meados do séc. XI persistiu uma grande quantidade de pequenos mosteiros familiares, certamente mais próximos dos meios populares do que as grandes abadias protegidas pelos condes e magnates, como se verificaria na região com a fundação e crescimento do mosteiro tirsense, vinculado à família dos Maiais. Nas últimas décadas do século XI, concretamente a partir de 1080, com a chegada dos cluniacenses, difusores da liturgia romana, da Reforma Gregoriana e da *Regra de S. Bento*, iniciou-se um processo de transformação do panorama monástico, no qual os pequenos cenóbios ou optaram pelas novas ordens, como foi o caso do mosteiro de Santo Tirso que adotou a Regra Beneditina em 1090, ou foram, progressivamente, conduzidos à extinção. Todavia, aqueles que perfilharam as novas observâncias conheceram um novo impulso. Os fundamentos em que assentava a Regra de S. Bento - *Ora et Labora* – conduziram as comunidades a empenharem-se na solenização do culto, no incremento de um maior número de manifestações litúrgicas, na melhoria do nível de vida, numa maior atividade económica e na criação de edifícios mais amplos e melhor cuidados a nível artístico.

É este o contexto histórico-geográfico em que se inscreve a fundação e o desenvolvimento do mosteiro de Santo Tirso, cumprindo o preceituado básico das regras monásticas, no qual o cenóbio deve implantar-se em local com terras agrícolas disponíveis, beneficiar de abundância de água e estar próximo de bosques, de forma a propiciar a autossuficiência e a vida recatada da comunidade. Implantado sobre um pequeno outeiro nas margens do Ave, ladeado a leste pela Ribeira do Matadouro, que topograficamente o destaca na vertente inferior da Serra de Monte Córdova, com acesso a extensos terrenos de natureza aluvial de elevada aptidão agrícola que marginam o Ave, de áreas de floresta na envolvente, assim como de um certo isolamento, o local de implantação do mosteiro de Santo Tirso reunia as condições ideais para a sua concretização. Desde a sua formação ao advento da industrialização, operada na região a partir da segunda metade do séc. XIX, que originou uma profunda transformação da paisagem, o mosteiro marcaria a zona de separação entre o *ager*, os terrenos agrícolas da várzea fluvial, e o *saltus*, a zona superior de bosque onde se recolhe matos e

lenhas, para acomodação de animais, produção de materiais de construção e matéria-prima para aquecimento.

O seu desenvolvimento económico consolidou-se a partir da doação do couto, em 1097, cujo património foi progressivamente ampliado através de inúmeras doações e da aplicação de uma política contínua de aquisição de terrenos, fortemente incrementada a partir da reforma da Ordem Beneditina, nomeadamente de propriedades confinantes com a Cerca ou localizados nas suas imediações, como são exemplo a Quinta de Varziela, a Quinta do Penedo, a Quinta de Pereiras e a Quinta da Batalha.

Enquanto território isento de direitos e com forte autonomia jurídico-administrativa, o couto ultrapassava os limites do próprio mosteiro, materializado pela cerca que limitava a Quinta de Dentro e a Quinta de Fora, concretizando os verdadeiros limites do mosteiro. Esse espaço disponibilizava tudo o que era necessário para que se desenvolvesse como um potentado económico na região, autossuficiente, porque era detentor de extensos terrenos agrícolas de elevada aptidão agrícolas, uma significativa área florestal, um rio como fonte de energia e com abundantes recursos piscícolas, um território bem estruturado ao nível da rede viária e uma localização estratégica na região, equidistante dos principais centros de decisão – Porto, Braga e Guimarães.

Decorrente da sua existência milenar, o complexo edificado atual, como é frequente em monumentos similares, resulta de múltiplas intervenções de diferente cronologia, informadas por várias sensibilidades estéticas, colocando em evidência que a paisagem construída resultou de um processo contínuo, que apesar de ter conhecido períodos de estabilidade aparente, exprimindo a solidez da comunidade que a moldou, revela um dinamismo contínuo, derivado de distintos modos de apropriação da realidade material e de diferentes ritmos económicos, culturais e mentais que caracterizaram a Ordem de S. Bento ao longo do tempo, e este mosteiro em particular.

As soluções arquitetónicas patentes no mosteiro de Santo Tirso refletem na plenitude a sua adequação aos preceitos da vida em comunidade, postulados pelos ideais cluniacenses de clausura e recolhimento absoluto¹, sendo, no entanto importante referir que a organização padronizada dos espaços por referência ao modelo ideal só se fixou com a construção de todo o complexo iniciada a partir da segunda metade do séc. XVII, e mantido, de forma consistente no edificado subsequente, no qual se reconhece uma exuberante expressão monumental, quer nos programas construtivos quer nos conteúdos artísticos, em que os edifícios, a cerca, os jardins e a paisagem agrícola se articulam numa verdadeira “obra de arte total” que conforma magistralmente o referencial da regra beneditina “*ora et labora*”.

Neste sentido, o mosteiro de Santo Tirso, à semelhança dos seus congéneres, incorpora o conceito de "perfeição utópica", na qual a síntese espiritual da Ordem Beneditina se encontra patente no programa de todo o complexo edificado, revelando características que podem, em certa medida, ser entendidas como uma materialização da própria Regra². Verifica-se na sua planta que todas as edificações e demais espaços que formavam o universo do mosteiro estão ordenados de forma setorizada. A Igreja, uma vez que acolhia também a comunidade laica, localizava-se à margem do complexo monacal, limitada pelas outras construções interditas aos leigos, como, por exemplo, os claustros instalados na face sul, em torno dos quais se dispunham diversos espaços com funções específicas - os dormitórios, a livraria, o cartório, a sala do capítulo, o noviciado, a escola, o refeitório, a cozinha e os serviços com eles relacionados. Fora deste núcleo, os celeiros e a adega, a sala do "recibo" a enfermaria, a hospedaria, a botica, estrebarias, diversas oficinas, hortas e pomares. O programa respondia à necessidade e a um desejado recolhimento e isolamento da comunidade conventual em relação à comunidade laica, à vida reclusa dos seus monges e à autosuficiência do mosteiro.

A ordenação espacial do conjunto é formada por volumes adicionados em diferentes momentos, organizados por um eixo cartesiano principal e outro secundário que definem uma ortogonalidade rígida em toda a composição. O eixo principal (sudoeste - nordeste) organiza os diversos prismas da fachada principal e a orientação da igreja, enquanto o eixo (noroeste – sudeste) circunscreve os blocos que compõem os claustros, jardins, arruamentos internos e, *grosso modo*, os edifícios que constituíam a antiga botica.

Considerando a preponderância da organização linear ditada pelo sentido longitudinal dos blocos que compõem os claustros, os vínculos formais entre as partes, tal como a conhecemos atualmente, foram definidos pela introdução de um bloco de conexão e encerramento da composição, paralelo ao volume da igreja, constituído pelas hospedarias que, para além de cumprir uma função objetiva satisfazia um dos principais preceitos do postulado da clausura como bem expressou o estadista que documentou a sua construção no relatório trienal relativo ao abaciado de D. Frei Plácido de S. Bento (1737-1739);

(...) E outro sim, porque dispõem a nossa Constituição não possam entrar mulheres nas hortas imediatas ao Mosteiro, muito mais quando se não achão separadas com muro ou parede. Respeitando a extensão do Mosteiro como o choristado que de novo se fes, assignamnos por clausura exterior em cujo destricto se não poderá tolerar o ingresso das mulheres... (...).



Capitel pré-românico



Capitel românico



Friso



Fragmento de sarcófago



¹ A clausura e o recolhimento absoluto contribuíam para a entrega total ao culto divino na vida contemplativa, neste sentido, o programa de todo o conjunto edificado definia uma orgânica funcional em que a maioria dos lugares não era acessível à comunidade laica, tornando o esquema das circulações extremamente rígido, garantindo dessa forma uma privacidade total.

² De acordo com os costumeiros – conjunto de normas e disposições internas pelas quais se deviam reger os monges –, que ao longo do tempo constituíram uma expressão mais alargada da Regra de S. Bento, indispensáveis para o bom funcionamento da comunidade.

Tímpano românico da 2ª igreja do mosteiro de Santo Tirso

A construção de uma nova igreja no tempo de Soeiro Mendes da Maia, de que se conhece a referência documental da fundação no ato de concórdia realizado entre o mosteiro de Santo Tirso e o arcebispo de Braga, S. Geraldo, datado de 8 de Outubro de 1101, marca uma nova fase do cenóbio tirsense.

Do edifício, do qual não se conhece a planta, restam inúmeros elementos arquitetónicos que revelam as principais características da gramática plástica e arquitetónica do edifício que vincula a sua construção ao final do séc. XI, início do séc. XII. Entre outros, conhecem-se colunas, capiteis historiados e com decoração fitomórfica, frisos com motivos enxaquetados, um pequeno arco que constituía o remate de uma fresta e um tímpano apoiado sobre duas ombreiras que configuram o acesso a um pequeno vestíbulo de acesso ao mecanismo dos sinos do torreão sul, localizado sob a escadaria de acesso ao coro-alto que a construção setecentista da igreja matriz anulou do edifício trecentista onde configuraria a nave lateral direita

O tímpano encontra-se decorado por uma cruz grega patada, inscrita num quadrado ao centro da composição, ladeada por dois motivos circulares concêntricos de significação astrológica. O Sol à esquerda e a Lua à direita. O primeiro, em negativo, rebaixado, e o segundo, em positivo, formado por dois círculos concêntricos. A enquadrar a composição recortam-se dois semicírculos rebaixados que marcam o alinhamento da porta, reforçando a simbologia da transposição de um espaço profano para um local sacralizado.

Verifica-se nos tímpanos românicos afins uma certa prevalência da estrutura da composição. No portal ocidental de Rio Mau, Vila do Conde, e do portal sul de Fonte Arcada, à semelhança do tímpano de Santo Tirso, o Sol mostra-se à esquerda do observador e a Lua à direita. Esta disposição altera-se no tímpano do portal ocidental de Paço de Sousa, o Sol à direita e a Lua à esquerda do observador, e os dois elementos são erguidos por figuras humanas, o Sol por um homem e a Lua por uma mulher. A associação do Sol e da Lua com a Cruz deve ser relacionada com o momento da morte de Cristo – *"por volta do meio-dia, as trevas cobriram toda a região até às três da tarde. O Sol tinha-se eclipsado e o véu do templo rasgou-se ao meio."* Lucas 23:44-45.

A cruz é, desde tempos remotos, um símbolo universal. A crucificação de Jesus Cristo, o tema central da iconografia cristã e pedra angular do Cristianismo, fez da cruz o seu signo principal. É um símbolo de vida, de imortalidade, de plenitude e de felicidade perpétua. A cruz que apreze dentro do quadrado é sempre um sinal de salvação porque é tida como símbolo de eternidade, de união do positivo e do negativo. O tema é o mais frequente na ornamentação dos tímpanos românicos portugueses. A escolha maioritária da Cruz Grega, em detrimento da Latina, ou de qualquer outro modelo, tem que ver com motivos de adequação

plástica. A primeira, ao contrário da Cruz Latina, favorece a sua inscrição num círculo ou num quadrado, representação muito frequente nos tímpanos. A cruz grega remete-nos de imediato para o quadrado e este simboliza a *terra*, associada ao número quatro. Este número representa as coisas materiais essenciais, a que se pode associar os quatro elementos (*terra, água, ar e fogo*), as quatro fases da vida (*infância, juventude, maturidade e velhice*), os quatro pontos cardeais (*norte, sul, este e oeste*), as quatro estações do ano (*primavera, verão, outono e inverno*), e os quatro evangelistas que se lhe conectam – *Mateus*, Ar, Norte, Inverno; *Marcos* – Fogo, sul, verão; *Lucas* – Terra, Nascente, Primavera; *João* – Água, Poente, Outono.



Tímpano, Mosteiro de Santo Tirso

SÍNTESE

A análise dos inúmeros vestígios arqueológicos das comunidades humanas implantadas desde longa data na área do atual concelho de Santo Tirso admite identificar as suas origens em contextos pré-históricos, possibilitando o resultado do seu estudo esclarecer a formação e desenvolvimento dos seus principais polos de povoamento.

A interpretação da distribuição dos monumentos e a análise do espólio remanescente permite delinear um quadro de sequências culturais registadas desde as primeiras manifestações de formas primárias de atividade agrícola, documentadas em horizontes da cultura megalítica, passando pela valorização do papel de particular importância e de reconhecida abrangência regional registada durante a Idade do Bronze e Idade do Ferro, na qual se verifica um elevado índice de densidade populacional e organização social em direta relação com o meio físico, designadamente os recursos naturais, evoluindo para formas de organização territorial e de níveis de urbanização que apenas a romanização, com a força dos seus agentes de aculturação, alterou com a imposição de novos paradigmas económicos, sociais e culturais, com forte impacto na organização e ocupação do território, que resultou na infraestruturização do território e na transferência da população para áreas de melhor aptidão agrícola, onde se vieram a desenvolver os principais núcleos de povoamento durante a Idade Média, segundo um modelo agrário de notável pervivência que a atual paisagem em alguma medida ainda preserva, apesar do forte impacto produzido pelo processo de industrialização desenvolvido no território a partir de meados do séc. XIX.

Das primeiras comunidades sedentárias, de que apenas conhecemos referências documentadas em horizontes da cultura megalítica, expressa em sete monumentos funerários agrupados em três necrópoles (Ervosa, Redundo / Coutada, Refojos) genericamente enquadráveis nos períodos Neolítico e Calcolítico, ressalta a confirmação da significação simbólica da sua implantação (Planalto de Monte Córdova / Cumeeira da Ervosa / Várzea do Leça) na qual se observam motivações sinaléticas e de demarcação de territórios, que fundamentam uma interpretação de natureza económicosocial e religiosa.

A proto-história, documentada através de um significativo número de povoados em função da área geográfica em análise, cronologicamente enquadráveis no Bronze Final e a Idade do Ferro, demonstra uma forte densidade de assentamentos, confirmando uma concentração populacional significativa, amplamente documentada na região. A sua distribuição espacial, conjugada com as referências cronológicas disponíveis, pode fornecer uma estrutura significativa quanto ao sistema de povoamento e sua evolução.

Os povoados, localizados a cotas intermédias (entre 200 e 420 m), implantados em esporões no rebordo de maciços mais desenvolvidos, como é o caso do Monte Padrão, com ocupação da Idade do Bronze, constituem o tipo de assentamento que revelaram maior desenvolvimento e que, no decurso da romanização, registaram uma ocupação

efetiva⁶⁴. Estes povoados, provavelmente os mais antigos, revelam um tipo de implantação que evita a proximidade dos rios e ribeiros mais importantes, cujos terrenos de maior aptidão agrícola são constituídos por plataformas de aluvião em áreas marginais aos seus territórios de exploração, como é o caso da depressão de Monte Córdova⁶⁵.

Os povoados de vale, vulgarmente designados “castros agrícolas”⁶⁶, como o castro da Torre, constituem uma forma de assentamento abundante e, aparentemente, salvo demonstração arqueológica contrária, correspondem a povoados emergentes integrados nos territórios dos castros mais antigos ou em áreas periféricas, constituindo, em certa medida, uma extensão dos povoados de Tipo B, traduzindo a progressiva transformação da economia castreja, na qual a atividade agrícola ganha progressivamente maior peso, implicando a conquista de novos espaços implantados nos vales com a integração em áreas de elevada capacidade agrícola dos solos. A este tipo de povoados corresponderiam territórios de menor dimensão devido ao carácter mais especializado da atividade económica permitindo criar uma malha de povoamento mais densa. Ao contrário dos primeiros, estes assentamentos de baixa altitude revelam uma relação de proximidade com os principais ribeiros e terras de cultivo traduzindo-se na conquista de novos espaços de cultivo e de pastoreio. Este tipo de povoado, integrado num universo eminentemente rural, que reflete uma certa prosperidade, terá beneficiado do papel polarizador dos aglomerados urbanos secundários e do incremento económico da região, na qual as vias que cruzavam o território terão desempenhado um papel crucial na consolidação de uma estrutura socioeconómica bem adaptada às idiossincrasias da região.



⁶⁴ Os povoados incluídos neste grupo (Tipo B) implantam-se em altitudes que oscilam entre os 200 m e os 420. Do ponto de vista da sua implantação geográfica enquadram-se no tipo de povoados localizados em cabeços de média altitude, no rebordo de rechãs e sobranceiros a vales. Topograficamente apresentam boas condições naturais de defesa, com exceção das vertentes de ligação ao interior, geralmente de características planálticas ou semi-planálticas. Pelas condições geomorfológicas dos locais de implantação inscrevem-se em terrenos sem aptidão agrícola mas, regra geral, apresentam nas imediações terrenos de aptidão agrícola moderada ou elevada (MOREIRA 2010, 75-76).

⁶⁵ A definição de territórios de exploração tem por base a construção de modelos teóricos aos quais se encontra subjacente o princípio de “mínimo custo” definidos por Vita Finzi e Higgs (FINZI; HIGGS 1970, 1-37). No caso do estudo da proto-história do Noroeste Peninsular a sua aplicação encontra-se amplamente divulgada tendo originado múltiplos estudos de organização e evolução do povoamento. Este tipo de análise assenta na presunção de que os recursos utilizados por uma determinada comunidade deverão encontrar-se preferencialmente a uma distância do povoado, no caso de sociedades agrícolas seria de aproximadamente de 5 km, que equivaleriam a 1 hora de percurso a pé em torno do respetivo assentamento (MARTINS 1990, 211).

⁶⁶ Os povoados referenciados neste grupo (Tipo C) englobam castros cujas cotas de implantação são inferiores aos 200 m e, genericamente, podem designar-se de assentamentos de vale. Caracterizam-se pela sua reduzida dimensão e por apresentarem vestígios de uma única linha defensiva. A sua implantação faz-se sobre pequenos outeiros de baixa altitude e estruturalmente apresentam apenas uma plataforma de ocupação. Localizam-se maioritariamente em áreas de terrenos de aptidão agrícola moderada ou elevada. (MOREIRA 2010, 78).

O período de dominação romana tem início com a conquista e ocupação definitiva do Noroeste Peninsular, na sequência das guerras cântabras (29-19 a.C.), a partir do qual desenvolveu um fenómeno de assimilação cultural, consagrado na historiografia portuguesa como "romanização".

Este processo resultou da convergência de fatores identitários onde permaneceram vivos elementos do substrato cultural nativo, cuja personalidade se manifestou num quadro cultural de fusão, associando à cultura latina referências indígenas que persistiram ao longo do devenir histórico, cristalizadas na cultura galaico-romana.

A reorganização do território operada por Augusto, estruturada em centros urbanos servidos por uma eficaz rede viária e uma administração centralizada, alicerçada numa política de desenvolvimento económico a partir da exploração dos recursos naturais, resultou em importantes alterações na estrutura do povoamento regional, designadamente na instalação de unidades imprescindíveis ao aproveitamento eficiente dos recursos do território, em especial através da mineração, da agricultura, da exploração dos recursos do mar e do incremento da atividade comercial.

É neste enquadramento que se concretiza a emergência do aglomerado urbano secundário do Monte Padrão, cuja génese resultou da convergência de um conjunto de fatores propiciadores, dos quais se salientam o elevado índice de desenvolvimento registado na região, a disponibilidade de recursos naturais na envolvente do castro, a proximidade de uma via e a favorável condição civilizacional e cultural da população indígena sediada no castro, que facilitou a implementação de um processo de raiz endógena de transformação do antigo povoado. A complexidade urbanística e o dinamismo económico patente no registo estratigráfico tornam evidente o papel central do núcleo urbano na área de influência direta, nomeadamente no domínio económico e cultural, cujo efeito teve claras repercussões na construção da paisagem socioeconómica e na estrutura do povoamento.

A arquitetura privada patente no Monte Padrão permite compreender uma realidade estrutural bem consolidada que contraria a visão simplista que caracteriza a natureza deste tipo de assentamento como pouco complexa, de pequena dimensão, com plantas unitárias ou de compartimentação moderada hierarquização pouco definida, de uso polivalente e escassa presença de elementos de conforto.

O reordenamento da ocupação do território e a estruturação da paisagem rural operada na área do concelho de Santo Tirso foi condicionado por um conjunto de fatores relacionados com o novo modelo económico, designadamente a disponibilidade de recursos naturais, a estrutura viária e a proximidade de mercados.

Os recursos naturais identificados na área relacionam-se, maioritariamente, com a prática da agricultura. As condições do meio parecem ter constituído um suporte suficiente para permitir o desenvolvimento de uma atividade primária que terá sido excedentária e que constituiu a base económica da região, numa dinâmica direcionada para o abastecimento das populações citadinas.

Em termos gerais, a seleção dos locais de implantação das unidades agrícolas dependeu da convergência de um conjunto de fatores que, por ordem de importância, se identificam com a aptidão agrícola dos terrenos e a proximidade dos principais eixos viários.

A apreciação da distribuição dos sítios identificados como *villae* e *casais*, quando implantados sobre a carta de aptidão da terra revelam, claramente, a preponderância de locais de aptidão agrícola elevada ou moderada, refletindo uma seleção criteriosa na instalação das unidades de exploração.

Em termos genéricos, o modelo de povoamento alto-medieval não diferiu substancialmente da organização criada a partir da romanização do território, no qual a estrutura viária, em articulação com a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola e locais estratégicos nas imediações, constituíram os principais fatores de ocupação do território. No período que antecedeu à intervenção de Afonso III, até meados do séc. IX, os antigos castros serviram de refúgio temporário das comunidades de pastores e agricultores quando a região era invadida por muçulmanos e guerreiros normandos e asturianos vindos do norte. Com o estabelecimento dos Condes delegados a situação alterar-se-ia, assistindo-se à criação de fortalezas exclusivamente militares, passando a sua principal vocação pelo controle e vigilância dos povoados do respetivo território, garantindo a submissão dos habitantes que poderiam desta forma usufruir de maior segurança, embora, eventualmente, de menos liberdade.

Paralelamente à reorganização do território e enquadrada no mesmo modelo de povoamento, naturalmente interligada com as comunidades locais, assiste-se à emergência de numerosas casas religiosas, embora dotadas de um número reduzido de monges. Muitos destes cenóbios foram fundados por comunidades locais de herdeiros que depois interferiam nos seus destinos e aí colocavam os seus familiares, recuperando os bens caso a comunidade se desmembrasse, constituindo, assim, o que a historiografia consagrou como “mosteiros familiares”, devido à sua estreita relação com as organizações gentílicas.

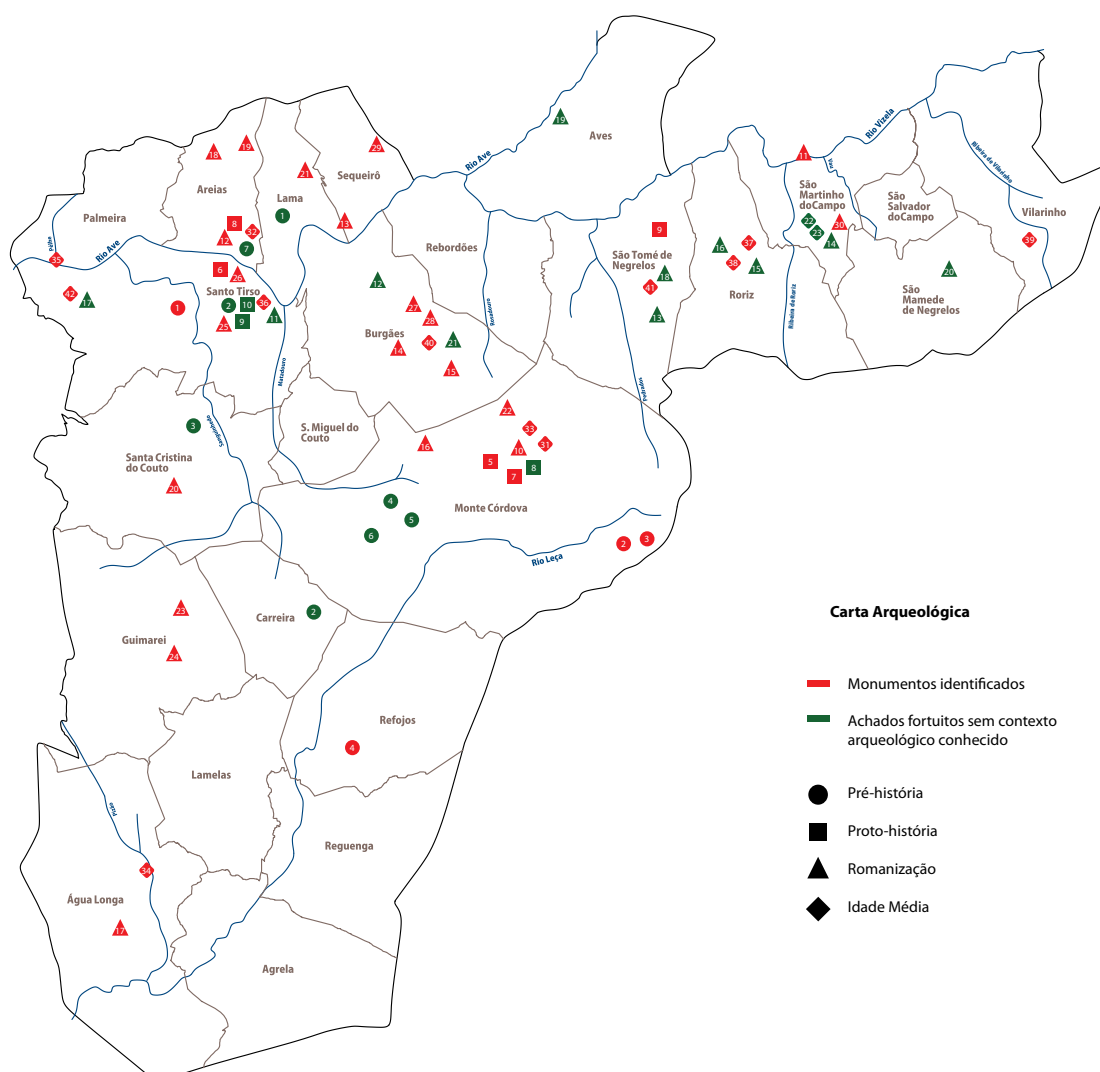
Na alta Idade Média a rede viária constituiu o elemento vertebralizador do povoamento, cujos reflexos se repercutiram ao nível da estrutura do povoamento e organização administrativa, tendo beneficiado do legado viário construído em época romana que terá persistido enquanto elemento base da imensa rede de caminhos desenvolvido posteriormente. O principal eixo medieval, que cruzou a área do atual concelho de Santo Tirso, é constituído pela via que vinda do Porto se dirigia a Guimarães, passando no Alto Maia seguindo ao longo do rio Leça para atravessar o rio Vizela na antiga ponte romana de Negrelos. Será neste contexto que se interpreta a emergência dos principias e mais antigos núcleos de povoamento, relacionados geograficamente com os primeiros cenóbios – Santo Tirso, Refojos de Riba D'Ave, Monte Córdova, Burgães, Areias, Roriz e S. Miguel de Vilarinho –, permitindo afirmar que, em termos genéricos, o modelo de povoamento alto-medieval parcialmente se sobrepôs à organização criada a partir da romanização, na qual a estrutura viária, em articulação com a disponibilidade de recursos naturais, constituíram os principais fatores propiciadores da ocupação e organização do território, colocando em evidência que a paisagem física e humana e a conformação dos territórios constituem fenómenos de longa duração.

Monumentos identificados					
N.º EA	Lugar	Tipo	Classificação	Freguesia	Legislação
Neolítico / Calcolítico					
1.	Ermida	Mamoa	PDM – IIMNC (B), n.º 26	Santa Cristina do Couto	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
2(I).	Redundo	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
2(II).	Redundo	Mamoa II	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
2(III).	Redundo	Mamoa III	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
3(I).	Coutada	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
3(II).	Coutada	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
4.	Lavatães	Mamoa	PDM – IIMNC (B), n.º 87	Refojos	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
Bronze Médio					
5.	Monte Padrão	Povoado fortificado	Monumento Nacional	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
Bronze Final – Idade do Ferro					
6.	Corvilho	Necrópole	---	Santo Tirso	---
7.	Monte Padrão	Povoado fortificado	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
8.	Castro da Torre	Povoado fortificado	PDM – IIMNC (B), n.º 18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
9.	Castro Santa Margarida	Povoado fortificado	IIP	S. Tomé Negrelos	DL n.º 29/90, 17.07.1990
Romanização					
10.	Monte Padrão	Vicus	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
11.	Ponte de Negrelos	Ponte	PDM – IIMNC (A), n.º 1	S. Martinho do Campo	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
12.	Castro da Torre	Castro	PDM – IIMNC (B), n.º 18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
13.	Monte dos Saltos	Casal / Villa	PDM – IIMNC (B), n.º 52	Sequeirô	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
14.	Santa Cruz	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º 56	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
15.	Quinta S. Simão	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º 57	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
16.	Capela Velha	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º 61	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
17.	Pidre	Tesouro monetário	--	Água Longa	--
18.	Caldas da Saúde	Termas	--	Areias	--
19.	Montinho	Casal	--	Areias	--
20.	Telheira	Casal	--	Santa Cristina do Couto	--

N.º EA	Lugar	Tipo	Classificação	Freguesia	Legislação
21.	Cimo de Vila	Casal	--	Lama	--
22.	Sobreiral	Casal	--	Monte Córdova	--
23.	Igreja	Tesouro monetário	--	S. Paio de Guimarei	--
24.	Vermoin	Casal	--	S. Paio de Guimarei	--
25.	Quinta da Devesa	Villa / Casal	--	Santo Tirso	--
26.	Mosteiro	Casal	--	Santo Tirso	--
27.	Pinguelo	Casal	--	Burgães	--
28.	Penedo do Ouro	Casal	--	Burgães	--
29.	Lagarelhos	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º74	Sequeirô	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
30.	Bocas	Epígrafe	--	S. Martinho do Campo	--
Idade Média					
31.	Monte Padrão	Castelo, Mosteiro e Igreja	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
32.	Torre	Torre, mosteiro igreja	PDM – IIMNC (B), n.º18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
33.	Mouro/Alto da Bela	Atalaia	PDM – IIMNC (B), n.º 59	Monte Córdova	DR, 2ª, n.º 12, 18.01.2011
34.	Ponte do Arquinho	Ponte	PDM – IIMNC (B), n.º 17	Água Longa	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
35.	Ponte do Arquinho	Ponte	PDM – IIMNC (B), n.º 46	Palmeira	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
36.	Mosteiro de S. Bento	Mosteiro	MN (16.06.1910)	Santo Tirso	Dec. 16.06.1910
37.	Santa Maria Negrelos	Capela	IIP	Roriz	Dec.14191/DG 18.07.1951
38.	Mosteiro de Roriz	Mosteiro, igreja	MN	Roriz	Dec. 16.06.1910
39.	Mosteiro de Vilarinho	Mosteiro, igreja	MN	Vilarinho	Dec. 39175, 17.04.1953
40.	Monte Sião	Sepultura rupestre	--	Burgães	--
41.	Santa Margarida	Sepultura rupestre	IIP	S. Tomé Negrelos	DL n.º2990, 17.07.1990
42.	Epígrafe funerária	Epígrafe	--	S. Bartolomeu	--

Referências sem contexto arqueológico conhecido				
N.º AF	Lugar	Tipo	Material	Depósito
Paleolítico				
1.	Pinheiro Torto, Lama	Bíface	Quartzito	MMAP, s/nº
2.	Santiago da Carreira	Seixo talhado	Quartzito	MMAP, s/nº
Epipaleolítico / Mesolítico				
3.	Santa Cristina do couto	Pico	Quartzito	MMAP, n.º 8
Neolítico / Calcolítico				
4.	Monte Córdova	Machado polido/placa - Tipo I.1F (VALCARCE 1984, 8-9)	Granito / turmalina	MMAP, n.º 6
5.	Monte Córdova	Machado Bipene - Tipo I.2B (VALCARCE 1984, 9)	Anfibolito	MMAP, n.º 11
6(I).	Monte Córdova	Machado polido - Tipo I.1.A, 2 (VALCARCE 1984, 7)	Anfibolito	MMAP, n.º 5
6(II).	Monte Córdova	Goiva - Tipo I.1.C;2 (VALCARCE 1984, 7-8)	Anfibolito	MMAP, n.º 9
6(III).	Monte Córdova	Machado polido - Tipo I.1.A,1 (VALCARCE 1984, 7)	Anfibolito	MMAP, n.º 10
6(IV).	Monte Córdova	Cinzel - Tipo I.1.E. (VALCARCE 1984, 8)	Anfibolito	MSMS, n.º 560
6(V).	Monte Córdova	Goiva - Tipo I.1.C;2 (VALCARCE 1984, 7-8)	Arenito	MSMS, n.º 678
7.	Torre, Areias	Machado polido - Tipo I.1.A,1 (VALCARCE 1984, 7)	Gnaise	CA_INA, s/n.º
Bronze Médio				
8.	Monte Córdova (?)	Machado plano - Monteagudo 66	Cobre	(?)
Bronze Final / Idade do Ferro				
9.	Santo Tirso (?)	Machado de alvado e dupla aselha - Monteagudo 41	Bronze	MNARQ, 3276 / 11039 IG
10.	Chão da Presa	Machado de talão e dupla aselha - Monteagudo 35 A	Bronze	MMAP, n.º 33
Época Romana				
11.	Mosteiro de Santo Tirso	Lápide votiva	Granito	Mosteiro de Santo Tirso
12.	Bouça da Lage	Tesouro monetário	Bronze	(?)
13.	Ginjo	Tesouro monetário	Bronze	(?)
14.	S. Martinho do Campo	Ara votiva	Granito	MSMS, n.º 19
15(I).	Santa Maria de Negrelos	Ara votiva	Granito	MSMS, n.º 26
15(II).	Capela	Ara votiva	Santa Maria de Negrelos	MSMS, n.º 48
15(III).	Capela	Anepígrafa	Santa Maria de Negrelos	Igreja de Santa Maria de Negrelos

N.º AF	Lugar	Tipo	Material	Depósito
16.	Igreja	Ara funerária	Roriz	Igreja de S. Pedro de Roriz
17.	S. Bartolomeu	Ara votiva	Ervosa, Santo Tirso	MMAP, n.º 170 (1)
18.	Igreja	Necrópole	S. Tomé de Negrelos	--
19	Pinheiros	Objetos de ferro/telhas	Vila das Aves	MNA, s/n.º
20.	Portelas	Necrópole / Cerâmica	S. Mamede de Negrelos	--
21.	Paradela/Mouriscais	Necrópole (?)	Burgães (?)	--
Idade Média				
22.	S. Martinho do Campo	Sarcófago	Granito	Casa da Arnosela
23.	S. Martinho do Campo	Sarcófago	Granito	Casa da Arnosela



Francisco Carvalho Correia

O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO
E A SUA PARÓQUIA (O CIDNAI)



DO HAGIÓNIMO AO TOPÓNIMO DE SANTO TIRSO

1. A inconsistência do patrocínio de S. Nicolau

O *Livro Velho de Linhagens* cometeria vários erros de uma só assentada. Entre outros, chamou à fundadora do nosso mosteiro Helena – vá lá que acertou no patronímico ! –, mas deu a esta casa o patrocínio de S. Nicolau:

Este Boazar Ramirez casou com dona Elena Godiiz, filha de D. Godinho das Esturas. Ela, com seu marido, fundaram o mosteiro de San Nicolao, a que ora chamam Santo Tirso de Riba d'Ave^I

Ora S. Nicolau, como se vai ver, nunca foi o orago do nosso mosteiro. O Conde D. Pedro enganar-se-ia. E, sobre este “testemunho” trabalhou ainda mais a fantasia: de Meinedo viria um braço de Santo Tirso para o nosso mosteiro, que, só então, teria deixado de ser do padroado de S. Nicolau para se refugiar no patrocínio do dito mártir da Bitínia².

Vejamos por etapas:

1.1. Santo Tirso, o orago dos primórdios

É possível haver mais que um só padroeiro, sobretudo nas igrejas conventuais: um principal, na coadjuvação de outros mais subalternos. Isso aconteceu com o mosteiro de *S. Tiago de Landim*, Areias. É possível até o fenómeno de dois padroeiros principais, em momentos sucessivos, com alteração, sobretudo, por alturas de reedificações ou de mudanças de regra.

Mas, na “certidão de nascimento” do mosteiro da nossa cidade – e o documento foi redigido na presença de um dos sucessores próximos da fundadora, Soeiro Mendes, trineto de Unisco Godins, e do D. Abade do nosso mosteiro, D. Gaudemiro – lá se diz que esta senhora fundou a casa religiosa, sob a protecção de Santo Tirso. Mesmo sem acompanhamento de uma “fiada relativa” a patronos de segunda ordem³. Depois, em 1060⁴ e 1092⁵ confirmar-se-á a titularidade do mártir.

1.2. O culto tardio de S. Nicolau

S. Nicolau – tão folclórico que plasmava a figura do “Pai Natal” – não poderia ser, do modo algum, o orago do mosteiro daqui, pese muito embora o testemunho do dito Nobiliário, sobrecarregado ao peso hipotético das relações do autor com os frades tirsenses. E pelas seguintes razões: acompanhamento de uma “fiada” relativa a patronos de segunda ordem.

O culto deste bispo oriental, S. Nicolau, só se divulgou no Ocidente, após a transferência das suas relíquias para Bari, em 1087, quando o mosteiro de Santo Tirso tinha já uma rotação de dilatação mais que centenária...⁶.

Indício do seu desconhecimento pelas terras daqui o *Censual de D. Pedro*, bispo de Braga, que o elaborou ou mandou fazer pelos finais do sec. XI. Apesar da popularidade que fervilhava ao redor de S. Nicolau, quando o seu culto se veio a implantar na igreja latina, aquele documento ainda não vai registar qualquer igreja ou mosteiro que se albergasse à sua sombra e protecção. Só a partir do sec. XII, é que o culto de S. Nicolau se divulgará. E o Missal de Mateus (sec. XII), quer no corpo quer no calendário bracarense que lhe anda anexo, lá regista pegadas de uma devoção que é, na altura, incipiente⁷.



¹ *Livros Velhos de Linhagens*, vol. I, ed. crítica de José Mattoso, Publ. do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p. 50, sob o n. 2. No mesmo erro veio a cair D. Tomás da Incarnação, na sua *História Ecclesiastica*, t. II, Coimbra, 1760, p. 247.

² Pereira Novais recontou: *um braço se dió al monasterio de Santo Tyrso, que le tiene y fué despues causa de mudar la aduocacion de San Nicolao em la de este glorioso Martyr, porque, aunque, fué mucho despues de su fundación, la Deuoción del Santo y los Milagres que obraua, excitó esta denominación*. Cf. CSTBC II (1952-1953) 97.

³ *Era T.XVI fundat domna Vnisco uxor domni Abunagar monasterium... vocabulo Sancti Tirsi*. Sem mais...

⁴ PMH/DC 425. Citado por Gama Barros, em *História da Administração Pública em Portugal*, vol. II, p. 21. E ainda por João Pedro Ribeiro. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 136.

⁵ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 136-138. Cf. AMARAL, António Caetano do – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. III, p. 527; COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. IV, Ed. Franciscana, 1970, pp. 583-584.

⁶ RÉAU, Louis – *Iconographie de l'art chrétien, sub voce Nicolas de Myre et de Bari*, pp. 976-988.

⁷ *Missal de Mateus*, ed. crítica de Joaquim Oliveira Bragança, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1975, pp. XVIII e 31.

Assim, ao assinalar a fundação do seu mosteiro pela referência geográfica única de *Villa Moraria*, coadjuvada pelo rio Ave e por Monte Córdova – como pontos de localização menos imediatos –, e sem alusão a qualquer outro convento que de trás viesse, o escrivão do acto de concórdia virtualmente deixará perceber que não haveria nenhuma tradição de qualquer casa religiosa que antes lá existisse.

Segundo, que o convento, desde os começos, teria nas relíquias do mártir Santo Tirso o seu nume tutelar. O texto documental o garante. O facto é tão palusível quanto mais seguro é, na época visigoda, o culto do mártir e quanto mais tardio será, na Península, e por correlação, o culto de S. Nicolau.

Feitas as contas, o lugar passou de *Moreira* ou *Amoreira* para *Santo Tirso*, sem que, entretanto, S. Nicolau tivesse hipóteses sequer de apadrinhar o mosteiro ou a sua região envolvente.

2. O mártir Santo Tirso: o hagiónimo que se fez topónimo

2.1. A naturalidade do santo

Durante muito tempo, correu a ideia de que Santo Tirso era natural de Toledo, Espanha. Desta opinião foi, por exemplo, o nosso Frei Leão de S. Tomás, que se apoiaria em vários testemunhos. No martirológio de Luitprando, antes de mais. Que o rei Vamba teria cercado a cidade de Toledo de um recinto amuralhado. E que a porta, sita na face setentrional da fortaleza, estava sob a protecção de Santo Tirso, onde teria colocado a sua imagem. Tudo, por este santo ser natural de Toledo...

Basear-se-á ainda o autor da *Benedictina Lusitana* no martirológio de Juliano. Falando da cronologia de 252, referir-se-ia a Santo Tirso. Que teria saído de Toledo ainda catecúmeno e fôra morrer à cidade de Apolónia, na Bitínia, sob Décio. Que o mesmo Juliano, falando de 773, acrescentará que o bispo Cixila teria erguido em honra do mártir uma igreja, na urbe toledana, e que, em memória do dito santo, lhe fizera um hino. Que, falando de 1080, garantiu que D. Afonso VI, no cerco à dita cidade, invocaria os santos dela padroeiros e dela naturais, afim de que o ajudassem na sua conquista. Entre eles, pedia a ajuda e protecção do mártir Santo Tirso.

Frei Leão de S. Tomás apoiar-se-á ainda no contexto mais desenvolvido dos acontecimentos do sec. VIII, respeitantes a Cixila e à sua actuação episcopal. Que teria construído, em Toledo, uma igreja em honra de Santo Tirso; que o aguazil Zuleima teria ambargado a obra; e que o mesmo bispo, usando da arma irresistível do dinheiro e da corrupção, junto de Mahomad, conseguiria, entretanto, desembargá-la... Mais, que a rainha Adosinda, mulher de um Dom Silo que governava as Astúrias, teria ofertado à dita igreja toledana um cálix, com sua patena de prata, e um gomil, que serviria de vaso para a comunhão dos fiéis. Nessa altura, que ainda se faria a comunhão sob as duas espécies...

Que – e agora o mais importante para o nosso caso ! – Cixila compusera um hino em honra de Santo Tirso, em verso asclepiadeu – que, depois, adaptado se cantaria no comum dos mártires – onde aquele santo se dizia cidadão (*vernulus de vernaculus*) de Toledo. E que não só. Frei Leão de S. Tomás acrescenta que, na carta que acompanhava a sua oferta e a de sua esposa, com data de 777, Silo corroborava a cidadania toledana de Santo Tirso (*civis toletanus*)⁸.

E foi assim que, estimulado por tais razões, Frei Leão de S. Tomás redigiu o seu dístico elegíaco em louvor do mártir e até de celebração do mesmo mosteiro de Santo Tirso, onde o autor da *Benedictina* fez a sua profissão religiosa, no ano distante de 1590, ao tempo do primeiro abade trienal, a saber, Frei Luís do Espírito Santo, a 7 de Março, dia de S. Tomás de Aquino, donde lhe veio o nome da religião. Era no dia de Quarta feira de Cinzas. Tantos pormenores que bem garantem quam marcado lhe ficava o dia em que, em Santo Tirso, nasceu para a vida da consagração. Mas vamos ao dístico:

*Vivere Toletum, rutilantem Graecia palmam
Pulchram, Thirse, domum dat tibi litus Avi* 9.

Que poderíamos traduzir:

*Toledo deu-te a vida, a Grécia a palma rutilante do martírio.
Mas, ó Santo Tirso, as margens do Ave dão-te uma bela mansão.*

(Estampa IV, foto n. 8)

Ora o facto é que toda esta argumentação de Frei Leão de S. Tomás – e não só a este propósito como noutras coisas também ! – carece de força que persuada. Antes do culto em Toledo, houve a veneração de Mérida (sec. VII). Antes de Mérida, já as actas do martírio de Santo Tirso circulavam por Itália (sec. V). Antes de Itália, já a devoção ao mártir se acalentava no Oriente (sec. IV e V). E já esta área geográfica se dizia o berço de Santo Tirso. Para a terra e para o céu... Nascimento e trânsito.

Passem-se os olhos por sobre o Jeronimiano. Este martirológio – que se atribui ao Penitente de Belém, donde lhe veio o nome – consta de uma sobreposição de diversas fontes locais. No sec. V, chegado que foi do Oriente, intumescer-se-ia no norte de Itália, com o acrescentamento de calendários ocidentais, de Roma e do Norte de África, coisa que se teria dado antes de Humerico (476-484), dado que esta recensão ocidental silencia as vítimas das perseguições dos Vândalos.

Pouco depois, mais e mais se dilataria, com a adição de calendários da Gália, Bretanha e Espanha. Mas o trabalho desenvolver-se-á fora da Península, que os mártires de cá se situam indefinidamente, numa localização genérica de *in Spaniis*. Pelos finais do sec. VI, aparecerá uma recensão daquele protótipo. Talvez elaborado em Auxerre. É que nela consta um catálogo muito completo dos seus bispos.

Ora, se o Jeronimiano não é constante nem uniforme na cronologia e na geografia do mártir de Santo Tirso, a uma zona lhe confina o palco da sua actuação, a saber o Médio Oriente: Egipto, Frígia, Pérsia... E lhe apõe, na peugada, o martírio de dois companheiros: Leucos e Galinicos.

Se a *Passio hispânica* atribui, ao começo, o local do martírio à cidade de Nicomédia^{IO}, os autores de hoje darão ao patrono da nossa comunidade monástica a cidade de Cesárea, como lugar do nascimento, e à cidade de Apolónia, também da Bitínia, como lugar onde derramaria o seu sangue pela fé^{II}.

2.2. O culto do Santo

Cedo se expandiria o seu culto. Como seria de prever, antes de mais, no Médio Oriente. A *História Eclesiástica* de Sozómeno^{I2} refere-se a uma basílica dos finais do sec. IV que, em Constantinopla, mandaria edificar um patrício, de nome Cesário. O historiador não alude, porém, aos companheiros do nosso mártir.

De uma outra igreja em honra do mesmo santo nos chegou conhecimento. Foi o Imperador Justiniano que lhe teria dedicado.

Entretanto, já no sec. V, circularia pela Itália do norte, o dito Jeronimiano. É certo, com datas^{I3} e geografias contraditórias^{I4}, conforme as recensões. Mas os exemplares não esquecem o martírio do padroeiro da nossa igreja monástica.

Pouco depois, era já lida, em Espanha, a sua *Passio*. E a Santo Tirso se lhe prestava o culto oficial da mesma igreja.

Houve quem dissesse que, apenas, o fôra na época árabe, depois de 711. Faltaria o seu nome nos livros litúrgicos da igreja visigoda: no *Oracional* e no *Liber Commicus*^{I5}. De resto, a inscrição epigráfica de *La Morera*, onde se alude a relíquias suas^{I6}, foi, pouco a pouco, atribuída a uma datação posterior^{I7}.

Mas fazia-se de Toledo o ponto de irradiação do culto de santo Tirso, na Espanha. Naquela cidade, haveria um templo que lhe era devotado. Um hino – e Perez de Urbel atribuiu-o ao citado bispo Cixila – , depois de aludir à ocupação árabe, sob a metáfora do jugo que oprimia os fiéis, menciona a autoria do mesmo na construção da igreja. Traduzo-o do latim:

*Este templo, Senhor, foi Cixila que o fundou. Que ele receba uma recompensa condigna e que, gozando pelo séculos sem fim, cante, com todos os seus fiéis, os louvores divinos*¹⁸.



⁸*Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 11 e ss. Uma “biografia” do nosso mártir, da autoria de Boaventura Maciel Aranha publicada em 1761, acha de melhores fundamentos a naturalidade toledana de Santo Tirso. Cf. CSTBC II (1952-1953) 99.

⁹*Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 47.

¹⁰*Martirio do santo e beatíssimo mártir Santo Tirso e seus companheiros que foram mortos na cidade de Nicomédia, a cinco das Calendas de Fevereiro*, isto é, a 28 de Janeiro.

¹¹Na edição do *Pasionário Hispânico* (ed. do CSIC, Madrid- Barcelona, 1953), diz o Dr. Angel Fábrega Grau: *El titulo dela Pasión le atribuye, como patria, Nicomedia, pero equivocadamente: de Nicomédia sólo vino el “praesides” que le juzgó. El Martirologio Jeronimiano por error le atribuye Egipto. Cesarea de Bitinia y Apolonia fueron, con toda a probabilidad, las ciudades donde nacieron y sufrieran el martirio* (vol. I, p. 205), nota 71).

¹²IX, 2.6; PG 67, 1598.

¹³De qualquer forma, a memória de Santo Tirso concentrava-se, preferentemente, na segunda parte de Janeiro.

¹⁴Egipto, Pérsia, Anatólia...

¹⁵Leccionário para a missa e ofício.

¹⁶O grande epigrafista Huebner datou esta inscrição da época visigoda.

¹⁷Diz a epígrafe que eu traduzo para o português: *Neste altar dedicado a Santo Estêvão, encontram-se relíquias de quinze santos: de Santo Estêvão, de Santa Lucrécia, de S. Saturnino, de S. Sebastião, de S. Frutuoso, de Santo Augúrio, de Santa Eulália, de S. Baudilo, de S. Paulo, confessor, de S. Nasário, de Santo Eulógio, de Santo Tirso e dos Santos Veríssimo, Máxima e Júlia*. Cf. GARCIA RODRIGUEZ, Carmen – z, ed. Do CSIC, Madrid, 1966, p. 452, n. 160. Pelo formulário, acrescenta a autora, esta inscrição poderá ser datada do sec. IX-X

¹⁸GARCIA RODRIGUEZ, Carmen, o. c., p. 16.

Nesta igreja de Toledo, haveria relíquias, que daí se poderiam ter levado para a cidade de Oviedo, onde Afonso Magno dedicaria uma basílica ao nosso santo.

Mas o culto de Santo Tirso, em Espanha, é anterior ao seu florescimento na cidade toledana. A lápide da consagração de Santa Maria de Mérida que foi encontrada em 1947, nos muros da alcáçova da metrópole emeritense, está datada de 25 de Janeiro de 627. Pois, no altar desta igreja – segundo os dizeres da mesma inscrição –, encontravam--se relíquias de diversos santos, entre as quais uma do nosso mártir Santo Tirso:

*A 15 de Janeiro de 627, foi edicada esta basílica ao nome da gloriosíssima Santa Maria, mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo a carne, rainha de todas as virgens e de todos os fiéis da fé católica (...). Debaixo de seu altar, guardam-se as relíquias do pão do Senhor, do sangue de Nosso Senhor, de S. João Baptista, de Santo Estêvão, de S. Paulo, de S. João Evangelista, de S. Tiago, de S. Julião, de Santa Eulália, de Santo Tirso, de S. Gens, de Santa Marcela*¹⁹.

Na *Passio* de Santa Eulália de Mérida – que é dos finais do sec. VII – percebem-se contaminações lite-rárias da acta do martírio, bem como se poderá adivinhar da auréola com que a comunidade emeritense circundava a fronte deste mártir. Assim, e desenvolvendo, a acta de Santa Eulália está matriciada no texto da *passio* do orago do nosso mosteiro, sobretudo no que toca aos pormenores concretos dos tormentos que aquele padeceria²⁰. Para mais, diz-se que a Virgem Santa Eulália fortalecera a sua coragem no exemplo daquele santo, com a leitura piedosa do seu martírio.

Em Mérida, pois, seria popular a acta do martírio de Santo Tirso. E se difundiria o seu culto, demais incentivado pela presença dos seus restos sacrossantos.

Por último, a missa de Santo Tirso *Ad confitendum*²¹ costuma atribuir-se à época de Cixila. Mas parece ter sido, antes, composta para aquela que foi a capital da Lusitânia. De facto, o texto litúrgico refere-se a uma devoção motivada por um argumento muito próprio (*dívida especial de amor*), talvez porque soli-citada de uma presença toda especial do mesmo mártir, o que se entenderá, antes de mais, da cidade de Mérida, que dele possuía as venerandas relíquias:

Assim como, pela honra especial com que fomos beneficiados, recaía sobre nós uma dívida especial de amor, assim também, em virtude da Sua presença, sejamos beneficiados com a graça especial do seu patrocínio.

Aliás, deste texto litúrgico – especialmente, da *oratio alia* – saltam referências por sobre a *Passio* da mártir emeritense.

Uma nota adicional: a existência de uma relação literária muito estreita entre a *Passio* de S. Gens e a de Santo Tirso. E os dois estavam representados por relíquias suas na igreja de Santa Maria de Mérida.

Assim, julgamos que o culto e a expansão da religiosidade em torno deste mártir da Anatólia, no âmbito da geografia peninsular, tiveram por epicentro a cidade de Mérida.

Quanto aos agentes que o veicularam desde o Médio Oriente para as partes do *Finis Terrae*, poderíamos apontar para a difusão da acta do seu martírio, através do jeronimiano, tão divulgado no sec. V e VI, como a presença de uma colónia grega, na dita cidade, através da qual se facilitaria a aquisição das suas relíquias.



¹⁹ Texto em Rodríguez, Carmen García, o.c., p. 453, n. 173

²⁰ Assim, a respeito do chumbo derretido com que os carrascos se preparavam para torturar Santo Tirso e que Deus fez recair por sobre aqueles que logo morreram: *Tirso, porém, erquendo os olhos ao céu, disse: “Ó Deus do céu (...) derramai o castigo que prepararam contra mim sobre os meus inimigos, para que todos os povos vejam a Vossa glória e que reconheçam que só Vós sois o Senhor”*. Assim orou. E imediatamente se seguiu o castigo dos carrascos. Com efeito, logo que derramaram o vaso de chumbo derretido sobre os membros estirados do mártir, o metal em ebulição saltou pelos ares, de modo a cair sobre aqueles que, queimados pelo chumbo, logo morreriam. Cf. FÁBREGA GRAU, A., vol. II, p. 206.

Daí a *oratio alia* da missa de Santo Tirso: *Ó Deus, que do bem aventurado Santo Tirso, ainda gentio, tivestes compaixão e, entre outros tormentos que ele sofreu pelo Vosso nome, pela oração do próprio mártir, reenvistes o suplício do chumbo contra os seus inimigos que lho tinham preparado...*

Ora a *Passio* de Santa Eulália de Mérida – e Fábrega e Grau tem-na dos finais do sec. VII (vol. I, p. 82) – não só nos diz que a Virgem Santa Eulália fortalecia a sua coragem no exemplo daquele mártir, com a leitura piedosa da acta dos seus padecimentos, como também se inspiraria literariamente na *passio* de Santo Tirso, quando aplica à Santa Virgem emeritense pormenores do martírio paralelos aos do confessor, o patrono do nosso mosteiro. O caso da tortura pelo chumbo e seu derramamento pelos carrascos... Mais, inspira-se na liturgia da missa de Santo Tirso, ao colocar nos lábios de Santa Eulália uma prece, plasmada na referida *oratio alia* do mártir oriental. Preparava-se Calpúrnio para torturar com chumbo a dita mártir emeritense. E diz a *Passio*: *a bem-aventurada Eulália, que todos os dias lia a acta do martírio de Santo Tirso, revigorada por tão grande coragem, disse: “Ó Deus verdadeiro, vinde em auxílio da Vossa serva. Creio que, assim como Vos compadecesteis do bem-aventurado Santo Tirso, ainda gentio, e o fortalecesteis, assim também me robustecereis na minha coragem...* Cf. FÁBREGA GRAU, vol. II, p. 73.

²¹ Apenas figura no Sacramentário de Toledo.

2.3. A chegada do culto de Santo Tirso a Portugal

Tenho a impresssão que se fez pelo norte e daqui para o sul, em movimento que rápido se apagaria. Julgo que o caso terá a ver com dois factores, em comunhão: com o avanço da reconquista e as condicionantes dos seus agentes.

Os soldados cristãos, saíndo das Astúrias, vieram, pouco a pouco, reconquistar aos mouros o território que nos pertencia. À medida que se foram implantando, restauraram as igrejas, redimensionaram o tecido complexo da malha diocesana. Ergueram-se catedrais e as igrejas se multiplicariam.

Para titulares das dioceses e paróquias dispuseram de santos hispânicos, para além daqueles que se impunham pela universalidade do seu nome, como o Divino Salvador, Santa Maria, os Apóstolos... Isto é, lançar-se-ia mão dos oragos que já figuravam nos calendários da Península. De resto, as relíquias necessárias para as fundações se tinham a melhor dispor. Enquanto a rezconquista aos astur-leoneses se restringiu, as coisas rumariam, mais ou menos, por esta forma.

Com a chegada, porém, dos Cruzados do centro e norte da Europa, novos ventos assofriariam e novas modas se iam introduzindo. Vieram os calendários franceses, os livros litúrgicos de origem transpirenaica, mai-los oragos daí. O rito bracarense – recorde-se o *Missal de Mateus* e o *Breviário de Soeiro*, por exemplo –, julgo ser prova incontestada. Demais a mais, os próprios bispos que lideram a vertente canónica da reestruturação, franceses que o eram. Em Braga, Coimbra, por exemplo...

Daí a relativa abundância e concentração adensada do culto e da toponímia – que daí nascerá –, a propósito de Santo Tirso, a norte do Ave. E a sua raridade, a sul deste rio. Abaixo, praticamente só conheço dois casos: o Santo Tirso de Meinedo (Lousada) e o de Silvalde (Espinho).

No noroeste lusitano, registem-se os seguintes casos:

Guimarães: patenteia o primeiro sintoma da devoção a Santo Tirso, em território do Portugal de hoje, segundo creio. Em 959, na cidade-berço, o mártir figura já como padroeiro secundário do mosteiro dali²².

Próximo ainda da urbe vimaranense, a que foi a *Villa Placidii* cedo se desdobraria em duas paróquias. E de uma, já antes de 1089, é ele também, o mártir Santo Tirso, o seu padroeiro²³.

Em *Santo Tirso*, aqui na nossa cidade, em 978, é o titular que Dona Unisco Godins escolherá, para figurar na vanguarda da sua fundação²⁴.

A carta da doação do Couto ao nosso mosteiro (1098) recordará, por duas vezes, o nome de Santo Tirso, como seu padroeiro, o que de todo inviabiliza a hipótese de S. Nicolau²⁵.

Um pouco adiante, há conhecimento da expansão do culto a este mártir em *Vila Verde*. Antes de 1089, uma outra freguesia existiu – e duraria até ao sec. XVI – à sombra do patrocínio deste herói: *Santo Tirso de Borrainho*, hoje simples lugar de Goães, daquele município vilaverdense²⁶.

Ainda no perímetro da diocese de Braga, *Póvoa de Lanhoso*. Num documento de 1133, fala-se também de um *monte de Santo Tirso*, hoje situado em Monçul, do sobredito concelho²⁷.

Na cabeça da metrópole, na mesma cidade de Braga, ao sec. XI, havia uma capela, na Cidade dos Arcebispos ou seus arredores, que consagrada fôra ao nosso santo²⁸.

Na diocese do Porto, para além da nossa cidade de que já falámos, em *Lousada*, vemos Santo Tirso como padroeiro original de Meinedo, já em 1133. No sec. XVI, porém, mudou para a invocação de Santa Maria²⁹. De lá teria vindo para a nossa terra – diz Pereira Novais – um braço do mártir. E a relíquia logo teria obrigado a uma substituição da titularidade do nossos mosteiro: de S. Nicolau para Santo Tirso. Fantasias...



²² PMH/DC 76 e 410. E VMH 9 e 43.

²³ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 224, n. 583.

²⁴ Veja-se documento do acto de concórdia de 1101, que constitui um capítulo deste trabalho.

²⁵ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, pp. 155-158.

²⁶ COSTA Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, pp. 157, n. 406.

²⁷ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. II, p. 101, n. 267.

²⁸ COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro*, vol. I, p. 79.

²⁹ MOREIRA, Domingos – *Freguesias do Porto. II Parte: Inventariação onomástica*, n. 277, sub. voce Meinedo.

2.4. A devoção a Santo Tirso, na nossa cidade

Aqui, nesta cidade de Santo Tirso, houve, porém, altos e baixos na devoção ao santo mártir.

Em 978, na notícia posterior da devoção do mosteiro e na fase da vigência da sua regra pré-benedictina, suponho que só este santo monopolizava a liderança do padroado.

A partir da adopção da regra do Santo Patriarca S. Bento – o que teria acontecido por 1092 –, uma poderosa concorrente lhe disputaria o papel: Nossa Senhora. Assim, no diploma da carta da concessão do couto – das mãos de Soeiro Mendes para as dos nossos monges, em 1098 –, ao final, já nos aparece, ao lado de Santo Tirso, a invocação da *Sempre Virgem Maria*³⁰.

Há a sensação – à medida que o nome de Santo Tirso parece resvalar, mais e mais, à condição de mero topónimo – de que ganha relevo maior o papel de Nossa Senhora, na vida de piedade e do culto no nosso mosteiro. E por estes argumentos:

Um documento pontifício do sec. XV (1430) citará a nossa casa religiosa desta maneira: *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d’Ave*³¹.

De acordo com esta sugestão, Nossa Senhora – e a Sua imagem original ainda existe na nossa matriz – passará a ter o Seu posto no retábulo-mor, enquanto o mártir da Bitínia se contentará com um altar numa capela secundária.

Eu não sei se esta obliteração do mártir explicará a afirmação de Pereira Novais: que Santo Tirso só foi orago do nosso mosteiro, a partir da oferta de uma relíquia sua que Meinedo viera a fazer aos nossos Monges.

Que Santo Tirso estava já esquecido na devoção popular, ao sec. XVI, saber-se-á de um documento pontifício. Gregório XIII, em bula de 7 de Junho de 1583, a pedido do Cardeal Alexandre Farnese, abade comendatário do nosso mosteiro, concedeu indulgência plenária a favor de todos os fiéis que visitassem a igreja do convento, na festa do mártir, a 28 de Janeiro. Talvez a despachasse, com intenção de renovar um fervor, já caído em desuso³². Mas não deveria ter incentivado o fervor bastante, que o Breve de Urbano VIII, com data de 3 de Dezembro de 1629, voltará a insistir e na mesma metodologia: a graça da renovação do privilégio pelo decurso de mais um período de sete anos.

Este texto, colateralmente, terá ainda outras incidências. Por exemplo, no campo da toponímia: a oposição – hoje ultrapassada – entre Santo Tirso, de um lado, e o Cidnai (sic) de outro, aquele como mosteiro, e o segundo como o núcleo urbano da freguesia. Dirá o Papa:

A todos os fiéis em Cristo que virem esta carta saúde e bênção apostólica. Para aumentar a devoção e a salvação dos fiéis (...)33 e com os tesouros celestes da Igreja, sob o impulso da caridade, concedemos no Senhor a indulgência plenária e a remissão de todos os pecados a todos os fiéis de ambos os sexos do lugar do Cidanai (sic), da diocese do Porto, que, após arrependimento, confissão dos pecados e comunhão, visitarem piedosamente, cada ano, a igreja paroquial de Santo Tirso, no dia da festa de Santo Tirso, desde a tarde de véspera até ao pôr do sol do próprio dia da solenidade. E isto, durante 7 anos (...).34

Frei Leão de S. Tomás, no sec. XVII, sabia do primado de Santo Tirso. Mas também admirava o painel insculpido, em relevo, de Nossa Senhora da Assunção, a ocupar o coração mesmo do retábulo-mor da nossa igreja. E quis justificar a situação. De facto, Santo Tirso era o orago principal da comunidade monástica. Mas, diante de Deus, maior seria a dignidade de Nossa Senhora, o que os religiosos quiseram significar com a Sua instalação no altar-mor, ao mesmo tempo que removiam para um lugar subalterno o trono do mártir, sem que, com isso, lhe denegassem o papel canónico da prioridade, com que liderava o nosso grupo de religiosos, desde os primórdios da sua instalação, junto do Rio Ave.

Faz-nos lembrar um pouco o caso de Meinedo: também lá, Santo Tirso, orago principal, veio a dar a vez à Senhora da Assunção.... Mas, em exclusivo ! E com a denegação mesma do mártir. Aqui, na nossa cidade, a tanto não se chegaria...

Em finais do sec. XVIII, uma reacção: Santo Tiro volta para o altar-mor, para um baldaquino que Frei José de Santo António Ferreira Vilaça lhe construiu, sobre a banquetta. Adornam os frades a capela-mor, as suas paredes laterais, com seis quadros de grande dimensão que contam a história do martírio do nosso orago. Que, todavia, não retiraram ao mistério da Assunção o lugar de evidência, com a permuta apenas da representação insculpida por um painel pintado, também de grandes dimensões, amovível por enrolamento.

No sec. XIX, saíram definitivamente os religiosos da nossa cidade (1834). Seis anos depois, foi a igreja atribuída por inteiro à freguesia. Foi então que, saída a comunidade de que era o padroeiro, Santo Tirso voltou a deixar o altar-mor. Mas, para dar agora a vez à padroeira da freguesia (1873), Santa Maria Madalena. Só nos finais do sec. (1892) é que o mártir voltaria ao altar-mor. Por razões de história e de arte.

Nem assim, porém, quer os perigos e contágios das febres e maleitas, de que era advogado, quer os motivos da decoração floral que mais enfeitam o altar que significam fervor e devoção ao mártir, reacenderam o culto de Santo Tirso.

E o mártir da Bitúnia lá caminha ensimesmado e só. Sobretudo depois que o infeliz do mata-frades, em 1834, lhe retirou a companhia mais estreita e mais condigna dos frades de Santo Tirso...



³⁰ CRUZ, António - Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, pp. 156.158.

³¹ MPV, vol. IV, p. 524.

³² PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 172 v.

³³ Texto rasgado na passagem em causa.

³⁴ BS 13-3-14



Santo Tirso, Igreja Matriz

3. A passagem do hagiónimo a topónimo. A tensão Santo Tirso-Cidnai

É facto comum a passagem dos hagiónimos a topónimos. De qualquer forma, podemos dizer que Santo Tirso designava, nesta última categoria, particularmente o mosteiro e suas quintas, a de Fora e a de Dentro. Por oposição à comunidade secular, que esta vivia no Cidnai.

A este propósito, dois problemas: um etimológico e o outro semântico.

3.1. O aspecto etimológico

Sob o ponto de vista etimológico parece-me não ser duvidoso que a raiz da palavra Cidnai vem do árabe *Cid*, que significa *Senhor*³⁵. Aquela raiz encontra-se representada na toponímia sob a forma *Cide*, em vários lugares do país (Arganil, Braga, Guimarães, Mortágua, Paços de Ferreira e Seia); sob a forma de *Vale de Cid* (Vale de Cambra); sob a expressão *A Decide*, por vezes escrita *A Decide* (Vila Verde)³⁶; sob a designação de *Souto de Cide*³⁷.

Em certos documentos, topamos com sufixados da mesma raiz: os diminutivos *Cidel* e *Cidelo* (diminutivos híbridos), ora sob a forma mais arcaica de *Citelum*³⁸ ou *Citellus* ou *Zitellus*, ao lado de *Zitello*³⁹ de *Zidello*⁴⁰ ou *Cidelo*(Braga).

Pelo que respeita ao topónimo tirsense *Cidnai*, há quem o veja como patronímico. Pelo menos, Frei Leão de S. Tomás. O cronista retira da palavra *Cidnai* um elemento arábico *Cid*⁴¹; e um elementos desinencial, oriundo do latim *nati* – do participio perfeito do verbo nascor, que significa *Filhos de Cid*.

Foneticamente não seria impossível dada a sonorização normal do t em d e a síncope que logo se seguirá, pela posição intervocálica em que o d se veio a encontrar. Palavras do cronista

*Iunto a entrada do Mosteyro fica hum Burgo pequeno chamado Cidnai nome, que teue seu princípio do sobrenome do Infante Alboasar Ramires (que fundou ou reedificou o dito Mosteyro) do qual dis o Conde D. Pedro, que por seu animo, esforço e senhorio se chamou Cide Alboazar, e foi com seus filhos, e descendentes senhor daquellas terras da Maya, em cujo dstricto fica o Mosteyro. Por onde Cidenai he o mesmo que Cidenati, lugar dos filhos e netos daquelle, que por seu dominio, e senhorio se chamou Cide: porque (como alguns dizem) Cide, em Mourisco he o mesmo que Senhor. Não faltará quem diga que Cidenai é o mesmo que lugar do Senhor Anaya, porque Cid he o mesmo que Senhor, e Anaya he o sobrenome de Fidalgos antigos, e no mesmo Mosteyro achamos pellos annos de Cristo 770. hum Monge chamado Frey Nuno de Anaya*⁴².

Tenho a dizer, porém, uma coisa: que é vulgar o uso do patronímico deste vocábulo na Idade Média portuguesa. Mas sob a forma de *Cidici*, ou da mais evoluída de *Cidiz*. Até em documentos que dizem respeito ao mosteiro de Santo Tirso. O primeiro abade beneditino, D. Gaudemiro, logo em 1092, assistiria à inauguração do mosteiro de S. João de Pendorada, acompanhado do *frater Pelagius Cidiz*⁴³, que também confirma a carta de couto, em 1098. E logo após esta carta de couto de Santo Tirso, ao final, numa como que adição, há referências a um *Zidi daviz*, pai de um *Gonçalo zidis*.

3.2. Santo Tirso e Cidnai: um problema de evolução semântica

No que se refere à semântica do topónimo, tenho a dizer que este nome de lugar *Mosteiro de Santo Tirso*, ou só *Santo Tirso*, nas cartas medievais e modernas, até aos começos do sec. XIX, abrange o complexo arquitectónico e as duas quintas adjacentes: a de Dentro e a de Fora (os Passais). Aquela área onde se desenvolverá a vida da comunidade monástica. Aliás, em muitos prazos, quer em Santo Tirso, quer em terras, distantes, quando se fala de propriedades, que confinam com terras dos nossos monges, quase invariavelmente se diz

que tal campo ou agra tange com *Santo Tirso*. Entenda-se, com terras do mosteiro de Santo Tirso. Em oposição, como espaço da comunidade secular, está o *Cidnai*, a sul, e logo após as quintas do mosteiro. Este apêndice urbano nasceu e cresceu ao longo da estrada que, a partir da via romana Porto-Guimarães, ao lugar do Picoto, conduzia os peregrinos ao mosteiro. Aqui, por uma como que espécie de cordão umbilical, se desenvolverá este burgo de comerciantes e artesãos, que viviam especialmente das relações com os nossos monges.

Mas o topónimo original sofreria dos efeitos do fluxo e refluxo dos acidentes a que ficam acorrentados os nomes de lugar, que ora se intumescem – como o lugar arenense de *Caldas da Saúde*, à custa do erro de leitura de *Sande*, donde o determinativo brotou – ora vão sofrer as consequências do emagrecimento – como *Landim*, que, primitivamente abarcava três freguesias, e hoje só uma –, ora se deslocam, “voando” até para grandes distâncias. Neste último caso, veja-se o que aconteceu ao nome de *Coimbra*... Aqui, em Santo Tirso, temos o facto particular de 1920: a *Assunção* era a meio da enconsta de Monte Córdova, na freguesia de S. Miguel do Couto. Hoje, sem que os limites das freguesias se alterassem, a *Assunção* fica-se no vértice da montanha, já na paróquia de Monte Córdova..

Da mesma sorte com o nome de *Cidnai*: foi-se arrumando, lentamente, para a letargia do esquecimento. No sec. XIX, chamar-se-á doutra maneira. A saber, quando se ia à cidade que hoje é Santo Tirso, dir-se-á *ir à Rua*. Agora, porém, que todo o tecido urbano está espartilhado toponimicamente numa rede complexa de vias, cada uma com o seu nome, ficou só o *Hotel Cidnai*, a lembrar o nome venerando com que todo o burgo outrora se crismara. Por outro lado, com a formação do concelho de Santo Tirso, na época liberal, o nome do coração citadino –, depois que o medievo *Cidnai* fôra já devorado, em grande parte, pelo de Rua, acabará também por devorar este último, ficando toda a cidade revestida com o hábito que, em testamento, lhes deixariam os frades, quando daqui se foram, em 1834, o nome de *Santo Tirso*. Quem com ferros mata, com ferros morre !...



³⁸ PMH/DC, p. 156.

³⁹ PMH/CD, p. 38

⁴⁰ PMH/DC, p. 84.

⁴¹ *Benedictina Lusitana*, vol. I, pp. 15-16

⁴² LEITE DE VASCONCELLOS, José – *Antroponímia Portuguesa*. Imprensa Nacional de Lisboa, p. 125.

⁴³ SILVA, Filomeno Amaro Soares da – *Cartulário de D. Maior Martins*, sec. XIII, ed. da Associação da

Defesa do Património Arouquense, Arouca, 2001, pp. 74-76.



UMA PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA CONVENTUAL

Há duas coisas a discernir, acima de tudo: a evolução das estruturas materiais, especialmente arquitectónicas, do nosso mosteiro, de um lado, e a dinâmica da instituição social que nele viveu e conviveu.

1. A evolução material

Restringimo-nos, particularmente, às estruturas arquitectónicas, com que se configurou o mosteiro de Santo Tirso, no quase milénário da sua subsistência.

O primeiro convento sobe ao ano de 978. A sua iniciativa deve-se a Unisco Godins e a seu marido, Aboazar Lovesendes, que pertenciam à estirpe dos senhores da Maia. Há duas coisas a discernir, antes de mais: a evolução das estruturas materiais, especialmente arquitectónicas, do nosso mosteiro, de um lado; e a dinâmica da instituição social, que nela viveu e conviveu. Suponho tratar-se de um mosteiro familiar, muito embora não ensimesmado e absorto. Antes, também voltado para o mundo em redor: uma solicitude carinhosa pelos doentes e um acolhimento afectuoso dos peregrinos e viandantes: pobres e ricos, clérigos e seculares.

Duas estradas canalizavam os viandantes para o mosteiro: antes de mais, a estrada que, saindo do Porto, passava pela freguesia da Carreira, Santo Tirso – donde vem o nome que a paróquia caracterizará – até aos Carvalhais, entrada de Santo Tirso. Depois, pela Fonte da Maria Velha, Burgães, Ponte de Negrelos, até S. João da Ponte. Aqui, entroncava na via romana Braga-Mérida.

Depois, havia outra estrada que, saindo igualmente do Porto, passava um pouco a Ocidente, pela Lagoncinha, Cabeçudos, S. Tiago de Antas, rumo a Braga.

Desde os primórdios, topamos com documentos que demonstram como toda a gente, sem excepção, era acolhida, portas adentro do mosteiro, com toda a consideração e estima.

Temos a dizer, porém – retomando uma ideia de trás – , que os testemunhos existentes deste edifício monásticos são sobretudo documentais, que os depoimentos arqueológicos, um em particular, é de significação indefinida.

2. O segundo convento (1092)

Os mosteiros familiares, que eram bastantes, nesta região, a norte de Portugal, por decisão da Cúria romana, foram abolidos. Davam-se-lhes duas opções: os se tornavam só masculinos ou só e apenas femininos. O mosteiro de Santo Tirso optou pela via masculina. Mais, nesta altura, decidir-se-ia pela Regra de S. Bento. Todas estas mudanças foram solenizadas com grande emoção em 1092, quando, após o concílio de Usillos⁴⁴, o Legado da Santa Sé em Espanha, juntamente com Crescónio, bispo eleito de Coimbra, e S. Geraldo, arcebispo de Braga, passaram por Santo Tirso, onde pernoitaram.

Assistiram, no mosteiro, à eleição do Abade. Depois, partiram para Coimbra, onde foi sagrado Crescónio, como bispo desta diocese, pelo Legado da Santa Sé, Bernardo, bispo de Toledo, e Gaudemiro que receberá a confirmação como Abade de Santo Tirso.

Nesta altura, era o principal dos padroeiros da nossa casa religiosa Soeiro Mendes da Maia, *herdeiro e sobretudo senhor e defensor do dito mosteiro*, conforme se diz no acto de concórdia de 1101.

Desde 1092 – ano da eleição de Gaudemiro – seguirá o nosso mosteiro a regra de S. Bento. Este período, o da “beneditinização” (1092-1834), vai sofrer alterações profundas que permitiriam subdivisões, a saber:

2.1. Abades eleitos e vitalícios(1092-1395)

Eleitos pelos monges, confirmados pelos bispos e sujeitos os mosteiros, com seus monges e seus prelados, às visitas dos bispos diocesanos, houve, no mosteiro de Santo Tirso prelados de grande nome. Um deles, fôra até convidado a assistir ao concílio de Lyon, onde veio, aliás, a falecer.

Os Abades do nosso mosteiro tiveram o mérito de receber os monarcas portugueses no interior do mosteiro, como D. Afonso II, D. Dinis – este por duas vezes, a saber a 5 e a 14 de Julho de 1299 –, D. João I em 1385, logo depois do regresso dos nossos monges a Santo Tirso, após uns meses de ocupação das tropas castelhanas, lideradas pelo arcebispo de Compostela. D. João I visitaria uma segunda vez o nosso mosteiro, em 1409, já numa nova fase, quanto à periodização da história conventual de Santo Tirso: a dos abades já não eleitos pelos monges, mas vitalícios – aliás como sempre o tinham sido – e de que falaremos dentro em pouco.



⁴⁴ 13 de Abril de 1092.

Além do apoio político de que gozava o nosso convento, impunha-se Santo Tirso pelo seu poderio económico: o mais rico, ou quase, do país como se vê da listagem dionisiaca, no que toca às contribuições do mosteiro; o número de casais de que era senhor – uns 500, só entre Ave e Douro – ; uns 15 coutos de que era senhor donatário; uns 30 padroados da apresentação dos nossos monges; e pelo número de seus moradores. Pode dizer-se que foi sempre o mais povoado de religiosos, ao longo da quase milenária existência desta casa de Santo Tirso. Em 1834 tinha já 4 claustros que nenhum mosteiro os terá tido assim, em Portugal...

2.2. Abades vitalícios, mas não eleitos (Abades comendatários, que dirigem o mosteiro de 1402 a 1588)

De 1402 a 1588, os Abades continuam a governar o mosteiro até à morte ou resignação. Mas não são eleitos pelos monges. Antes impostos: os reis ou outros poderosos suplicam ao Papa este benefício, para um nobre ou afigado, que, através de uma Bula que despacha, o Pontífice nomeará, ao que se segue a praxe de um processo de execução local.

Apesar de tudo, tivemos alguns destes abades tirsenses que brilhariam pela sua projecção. Por exemplo, um D. Miguel da Silva, o Cardeal Alexandre Farnese, pela sua imponente social e política. Aliás, este último comendatário que, de resto, nunca cá poria os pés...Bastava-lhe receber em Roma os direitos dos benefícios que de cá se lhe enviava

2.3. Abades eleitos trienais

Após a resignação do Card. Alexandre Farnese, seguir-se-ia uma nova fase no histórico do nosso mosteiro. Agora os superiores da casa religiosa já não são nomeados pela Santa Sé. Antes, pelos monges. Só que o nosso mosteiro, que fôra o primeiro a preparar-se para a Reforma, tinha diante de si o obstáculo da recusa do Cardeal Alexandre Farnese na abdicação da Comenda de Santo Tirso. Mas como, entretanto, morrera o comendatário de Tibães, os reformadores de Santo Tirso, logo aproveitariam a oportunidade para se instalarem no cenóbio tibaniense – embora de início com o intuito de uma delimitação restrita –, para se instalar provisória ou definitivamente, a Congregação Beneditina Portuguesa. Em 7 de Maio de 1588, o Cardeal renunciará. E só a partir de 1590 é que o Mosteiro de Santo Tirso pôde aderir definitivamente à Reforma. Começa assim a época dos Abades eleitos e trienais (1590-1834).

É uma das fases mais gloriosas do nosso mosteiro. Este amplia-se, na parte residencial, a partir de 1600 até 1700, ou pouco mais, desdobrando-se em quatro claustros que dele fazem o mosteiro beneditino maior de Portugal. A população monástica aumenta, chegando a albergar 50 e mais monges.

Neste período se construirá também a última igreja monástica de Santo Tirso – a quarta – , que tinha em vista sobretudo a ampliação do Coro-alto, devido ao número elevado de monges nesta casa. Esta última igreja inicia-se a meio do sec. XVII e se prolongará pelo sec. XVIII. Integrou –se dentro da estrutura da igreja de 1300 – que era de três naves – com alterações, porém, de certa profundidade, como a sua redução para igreja de uma nave só.

A 26 de Março de 1834, o mosteiro tomaria a iniciativa de encerrar as suas portas, pela chegada dos militares liberais a Santo Tirso, vindos do Porto. O último abade do mosteiro, D. Joaquim de Santa Rosa, de Pernafl, quando soube que se aproximavam os militares e sabendo das suas intenções, mandou os religiosos para suas casas, fechou as portas, beijou o chão e dirigiu-se para a residência dos seus familiares. Dois meses adiante – fim de Maio do mesmo ano – o governo do Mata-frades pura e simplesmente extinguirá os mosteiros. O de Santo Tirso antecipar-se-ia, pois, de dois meses.

Neste período, houve de tudo um pouco: momentos de glória e de sobressalto: surgiram valores talentosos no nosso convento – vários que foram professores na Universidade de Coimbra, como Frei Leão de S. Tomás, o grande boticário Frei João de Jesus Maria, autor da *Farmacopea Dogmatica*, Abades de grande prestígio, etc.

Após a secularização foi o mosteiro dividido em três partes: a igreja e o primeiro claustro foi entregue à paróquia; as hospedarias conventuais foram destinadas às repartições públicas (Câmara, Tribunal e Administração do concelho); uma terceira parte (as quintas e o correspondente ao segundo, terceiro e quarto claustro, com outras dependências) foram postas a leilão que o Pinto Soares, cunhado de Passos Manuel, rematou, depois de se lhe ter facilitado a posse, com a separação dos valores rústicos dos urbanos. Vendidas as quintas numa primeira fase, ninguém se veio a interessar pelos valores urbanos que Pinto Soares remataria ao desbarato.

Em Fevereiro de 1882, o então Visconde de S. Bento adquiriu a cerca e a parte do mosteiro pertencente que fôra à família Passos. Poria em funcionamento, nesta secção, uma escola, um hospital e um asilo. Concretizou esta última ideia. Para a escola e hospital decidiu-se pela construção de edifícios próprios.

Pelos finais do sec. XIX, o mosteiro é ocupado pela residência paroquial, ampliada pela atitude benemérita do Conde de S. Bento e seu sobrinho. A Câmara continuou na posse das que foram as hospedarias conventuais.

Em 1991, a 18 de Maio, foi inaugurada a Igreja, restaurada e renovada, após dois anos de trabalho levado a efeito pela empresa Cari, de Guimarães.



A IGREJA ACTUAL DE SANTO TIRSO

O projecto da igreja actual éd da autoria de Frei João Turriano, filho de um architecto milanês, Leonardo Turriano.

Frade beneditino, João Turriano foi o autor do risco de várias construções religiosas no país, como as capelas-mores da Sé de vIseu e Leria, do mosteiro de Santa Clara-a-Nova, de Coimbra, etc.

Em Santo Tirso, desenharia uma planta que, para desgrça não teria sido executada nossa, como obra por inteiro, salvo que no toca a duas peças: sacristia e capela-mor. Isto no que tange à arquitectura. Antes mesmo destas obras, por 1655, faria nesta nossa casa um refeitório para os monges, de grande qualidade, que se adulteraria com a secularização do mosteiro em 1834.

A nossa igreja é de cruz latina e de uma só nave, ao contrário da igreja de 1300, que se compunha de três naves.

1.1. A fachada

Alçado de dois corpos. No inferior, três portadas de arcos plenos, divididos por pilares, com pirâmides nos remates. No corpo de cima, três nichos com as imagens do padroeiro do mosteiro – Santo Tirso, mártir da Bitínia –, ladeado das figurações escultóricas de S. Bento e de Santa Escolástica, obras do triénio de 1722-1725, da escola, possivelmente de Frei Cipriano da Cruz. Três janelas se rasgariam por cima das esculturas.

Estes três santos foram reformados em 1764-1767. Depois, serão pintados de cor rósea, em 1798-1801. Mas, logo a seguir, dealbados...

No alto, o frontão triangular de enquadramento a um janelão arqueado e tripartido. No vértice do tímpano, a data de 1679, que, infelizmente, tem enganado alguns eruditos que a tiveram por remate de igreja. Não é senão – e quando muito – o remate das obras de pedraria. Nesta altura, nem sequer tecto possuirá...



Igreja Matriz

1.2. A Galilé

A quarta igreja de Santo Tirso foi construída sobre a estrutura da igreja medieval de 1300. A igreja gótica não tinha transepto. A fachada não era exactamente como a actual. A galeria não se achava integrada na estrutura da fachada. Antes, uma galilé avançada, ao abrigo de uma cobertura de telha assente, pela fímbria, numa como que fiada de pilares que, correria ao comprido de toda a fachada da igreja, esta de três portas de ingresso. Quanto ao seu comprimento, maior pois que o nártex actual.

Este espaço, até finais do sec. XVI era reservado ao culto dos simples devotos e, creio, espaço tumular de grandes benfeitores da casa religiosa. Sei que os ventos e as intempéries fustigavam os paroquianos, especialmente por ocasião das invernias, espaço sem defesa, aberto que o seria dos lados e um pouco desabrigado do alto pelas telhas soltas ou até partidas.

Na última igreja de 1650, a fachada avançou por sobre o nártex e o aglutinará na sua estrutura. O altar da padroeira da comunidade secular – Santa Maria Madalena – estava ao fundo, do lado direito. Um pouco mais tarde, um muro transversal, com uma porta a meio. Nesta se vai colocar, durante a segunda parte do sec. XIX e primeira parte do sec. XX, uma gruta preenchida com a imagem de Nossa Senhora de Lourdes. Aquando do restauro da igreja, por 1991, retirar-se-ia para o claustro esta imagem de Nossa Senhora.

Voltando à igreja de 1300, digamos que, ao centro do nártex, a entrada principal, permitia o ingresso imediato na nave mais elevada da igreja de Santo Tirso, mais alta que as laterais e mais ampla, pelo dobro na largura, face às naves laterais. Estas também tinham as suas entradas, não tão imponentes, porém. Hoje, há só uma porta de entrada na igreja, que já não tem naves, coisa que, depois, justificaremos. Esta, a actual de madeira é da igreja de 1650 e da autoria de António Azevedo Fernandes e de Domingos Nunes, executada em cronologia que antecede a data de 2 de Setembro de 1704. Segue-se-lhe, de imediato, o guarda-vento que foi executado por Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Nele trabalhou no triénio de 1777-1780. Uma das tantas obras que este frade beneditino executaria, na segunda parte do sec. XVIII no nosso mosteiro.

1.3. A nave

A igreja de 1300 redistribuia-se por três naves: a central, mais alta, e duas laterais, muito mais baixas designadas pelos extractos bíblicos da Liturgia da Palavra que os leitores faziam ouvir, a partir das mesmas estantes: a nave da epístola e a nave do evangelho.

Ora estas naves eram mais baixas que a central. Além do mais com tecto de uma só água. Em Santo Tirso, ainda hoje se reconhece a linha por onde se demarcava a nave lateral do evangelho. Do exterior e da parte do ocidente se verá com clareza, um pouco abaixo dos janelões, a linha que assinalava o remate da nave primitiva. Entre as duas

naves laterais, da mesma altura, ficava a nave central mais alta e com telhado de duas águas.

Agora, em 1650, esta estrutura foi desarticulada. A comunidade monástica aumentara. E bastante ! O coro alto tornara-se exíguo. Pois bem, os monges de Santo Tirso resolveriam ampliar o coro alto. Com este intuito, alçaram a nave lateral do evangelho, elevando a parede exterior até à altura das paredes da nave central, pelo que já se poderia alargar o coro-alto.

Quanto à nave do lado da epístola, nada se alterou. Antes, foi cerrada, do lado interior, por muro. Uma escada viria a montar-se por este espaço, de modo a permitir a subida dos monges na direcção do Coro alto, ao cimo do qual se guinava para a esquerda, por corredor de uns vinte passos, virando depois à direita com uma circulação por túnel de acesso ao dito coro-alto, pelo interior da torre sineira. Demais a mais, a fachada medieval da igreja avançaria por sobre o nártex, integrando-o na sua estrutura.

Sendo assim, aumentaria bastante o coro alto no comprimento e na largura ou profundidade. E, com a anulação das naves, se retirariam as colunas. Não sei se estas não estariam entre as que vieram a cercar alguns dos perímetros claustrais de Santo Tirso, particularmente do segundo e terceiro claustro.

Entrando no templo, podemos agora compreender como de uma antiga, surgirá uma igreja toda outra...

1.4. O cadeiral do coro-baixo

Ao fundo da nave, peças avulsas do cadeiral do Coro baixo de Santo Tirso. Com um belo elementos decorativo, muito habitual nos trabalhos de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, o autor do conjunto (1780-1783): as mísulas de pétalas.

1.5. Altares colaterais

Primitivamente, esta quarta igreja de Santo Tirso possuía tão só dois altares, na nave.

Ambos eles ao cimo, junto da actual grade de ferro de Santo Tirso e frontais entre si. Eram relativamente pequenos e da autoria de António José Fernandes e Domingos Nunes, que muitas coisas, de resto, vieram a fazer em Santo Tirso, pelo decurso do sec. XVII, especialmente no âmbito da talha, e, sobretudo, no campo da ensamblagem. Estes dois altares se viriam a descompor, quando Frei José de Santo António Ferreira Vilaça se resolveria a lançar-se na fábrica de quatro altares, que hoje se admiram na nave. Punhamos, agora, de parte o que se encontra mais ao fundo da nave, frente ao órgão, que é tão só dos começos do sec. XX.

Os quatro altares laterais de Frei José (1767-1770) são os melhores deste notável entalhador, dirá Robert Smith, com o pormenor original da ligação orgânica dos ratábulos com os janelões que os rematam, através de poderosas volutas, e com as sanefas que lhe dão o seu poderoso coroamento. “Nos altares laterais de Santo Tirso, a forma de uma consistência quase viscosa torna-se como que monstruosa”, dirá um notável crítico francês, G. Bazin.

Estes altares vilacianos foram dourados no triénio de 1777-1780. E, ao certo, só estas sanefas, com os retábulos, são do dito entalhador beneditino.

1.6. As esculturas

Entre as imagens, a notar do lado esquerdo, numa mísula situada entre os dois primeiros altares, a bela imagem trecentista da Virgem com o Menino. A imagem terá figurado, antes, no altar-mor da igreja matriz. Com a construção da igreja de 1650, instalar-se-ia um painel insculpido da Assunção de Nossa Senhora, que veio a ser substituído, em 1789-1792, por um painel pintado do mesmo mistério, que se enrola, aquando da exposição solene do Santíssimo Sacramento.

A imagem gótica de Nossa Senhora representa uma cena encantadora de grande intimidade amorosa entre Maria e o Seu Filho: Jesus, ao colo, brinca com a ponta do manto da Virgem; e Nossa Senhora abre-se num sorriso materno, diante da face do seu filhinho.

Esteticamente, uma linha em zigue-zague articula a figura de Maria. A imagem encontra-se, hoje, truncada de pés. Talvez porque se tivesse tentado afeiçoá-la a qualquer nicho, onde não caberia, por inteiro. Há um certo contraste entre as formas somáticas rígidas e geométricas – por um lado, a articulação do corpo em zigue-zague, e mão direita violentada por ângulo recto com o pulso – e, por outro, a exploração da face, cheia de encanto e doçura..

Do lado oposto, também assente numa mísula, a imagem de S. Rosendo, do triénio de 1722-1725. Foi colocada, primeiro, no altar da sacristia, pelo Abade D. Paulo da Assunção. Robert Smith pensa que esta imagem será de Frei Cipriano da Cruz. Mas este escultor terá falecido em 1716. Vestido como um monge do Santo Patriarca, como se fosse beneditino – que nunca o terá sido ! – com cogula, báculo e mitra, como se fosse abade ou bispo – o que foi realmente e de várias dioceses e mosteiros, tanto em Portugal como, sobretudo, em Espanha –, a sua presença em Santo Tirso explicar-se-á. É um santo tirsense, cuja acção, como bispo, se faz sentir em todo o noroeste peninsular: em Dume, Mondonhede e Iria. Demais, líder intemerato na luta contra os muçulmanos e wikings. Fundador ainda de vários mosteiros. Nasceu, junto de nós, em S. Miguel do Couto, Santo Tirso, quando o pai – Conde portugalense que o era – se encontrava em Coimbra, em cerrada luta contra a mourama.

A residência do Conde em S. Miguel do Couto explicar-se-á: seria o lugar mais apropriado para a defesa sua e de sua família, face às arremetidas dos árabes e vikings apostados na mira da cidade do Porto.

Nos altares laterais, encontraremos imagens de grande nível artístico. Por exemplo, a imagem da Santa Gertrudes Magna, que mantém o título do primeiro altar do lado da epístola – com todas as características e feições do célebre escultor de Tibães, Frei Cipriano da Cruz: farta cogula, com pregas miudinhas e paralelas que caem hirtas até perto do chão, onde uma leve tremura as sacudirá. Os dois pés, levemente distanciados, com o esquerdo um pouco avançado, em relação ao pé direito.

Esta escultura foi feita no triénio de 1710-1713. Figurou primeiro, na capela da sacristia. Estofada de ouro, com resplendor de prata na cabeça, e com outro resplendor sobre o peito, onde está o Menino.

Do lado oposto – do evangelho – chamamos a atenção para a escultura de Santo Amaro. Imagem estofada, com algumas características que lembram a sobredita imagem de Santa Gertrudes, no modo como a farta cogula se organizará e de como se articula a posição dos pés. Será da mesma época a imagem de Santa Gertrudes bem como a de Santo Amaro.

Uma atenção especial merecerá o primeiro altar junto da grade de ferro, do lado da epístola. Chamamos a atenção para o nicho sobre a banquetta: uma Sagrada Família do sec. XVIII – por 1720 –, nas vicissitudes da peregrinação. Figuras com chapéus de abas largas, em arrimo sobre bordões. Este conjunto é ampliado com a representação dos avós de Jesus: Zacarias e Isabel, e S. Joaquim e Santa Ana.

Era a sede da Confraria de Jesus, Maria e José, que, aos começos do sec. XVIII, chegou a publicar um livro, coisa de certa importância para a história da bibliofilia, em Santo Tirso.

Outras imagens vão merecer algumas referências: a de S. Sebastião, que sobe ao triénio de 1758-1761, e a de S. José, com resplendor de prata que figurou no Coristado, para onde se adquiriu no triénio de 1752-1755.

1.7. Os púlpitos

Os dois primeiros púlpitos – que já não existem ! – eram torneados e com aplicações de bronze. Serviriam até de modelo aos projectados para o mosteiro de S. Bento da Vitória, no Porto, excepto na decoração.

Os que hoje figuram junto da grade de ferro, com dossel arrematado por esculturas alegóricas – a da Caridade, no púlpito do lado da Epístola, e outra de S. Miguel, no púlpito, do lado do evangelho –, são ambos de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça.

As esculturas, porém, são de muito antes dos actuais púlpitos. Estas imagens representam, uma a da Caridade, outra a do Amor Divino. A certa altura foram pintadas de branco, o que fez supor que eram de jaspe, e, segundo Robert Smith, da autoria de Frei José, o que é um erro em duplicado. Primeiro, porque, efectivamente, não são de jaspe, mas de madeira estofada, como se veio a concluir em de 1991. Segundo, porque são do triénio de 1722 – 1725, muito antes da presença de Frei José de Santo António na nossa terra, aquando da remodelação dos púlpitos.

De resto, as duas imagens alegóricas figuravam, primeiro não em púlpitos, mas em dois altares do cruzeiro: a da Caridade, talvez para o altar de Santo Amaro que teria salvado o monge Plácido de morrer afogado. A do Amor Divino, creio, para o altar de Santa Gertrudes – a mística de Cister – na qualidade de símbolo das virtudes e de exemplo de cada um destes santos.

Suponho que são esculturas alegóricas de 1722-1725, feitas para os dois altares do transepto que, cinquenta anos à frente, o sobredito Frei José os faria assimilar ao jaspe. Vinham de trás e doutra forma vestidos. Agora, Frei José as vai soerguer transfiguradas, em novo destino para remate dos dois púlpitos. De resto, na hipótese avançada de recentes, não se conceberia que, ricamente pintadas e estofadas, logo se velasse o esplendor do ouro sob a aparência mais singela do mesmo jaspe.

1.8. As grades de ferro

Os monges nunca gostaram de se misturar com os simples fiéis. O que em muitas igrejas se poderia verificar. Em Roriz, creio que a capela de Santa Maria, anexada à igreja românica e gótica, era – a primeira – a parte reservada ao culto dos fiéis. O mesmo se passaria com Vilarinho. À frente, o espaço dos monges, a nível mais alto e mais elevado; atrás, no espaço mais rebaixado, julgo, a igreja dos simples fiéis.

Em Santo Tirso, a comunidade secular tivera o seu culto na galilé. Depois, porque a dita galilé, avançada que o era e sem defesa pela alas laterais, como pelo telhado, tornar-se-ia lugar indecente para o culto divino. Demais, espaço até devassado pelos monges, quando, vindos do lado do claustro, atravessavam pelo meio da comunidade secular, para entrarem pela porta principal, no interior da igreja de 1300. Por isso, no decurso da igreja de 1500, entrariam os fiéis para dentro da igreja românica, onde agora, mais defendidos e de melhor protecção, vinham a ter o seu culto.

Ora, para a divisória das duas comunidades – a monástica e a paroquial- houvera talvez um muro de pedra, apeado por entre 1686-1689. Logo depois – porque o povo não via o seu S. Bentinho, por quem mantinham alta devoção – far-se-ia uma grade de madeira, obra dos já citados artistas António de Azevedo Fernandes e Domingos Nunes, com duas portas e friso decorado de maçanetas e pirâmides e de um campanário. Fizeram-na, antes de 2 de Setembro de 1704.

As grades que, de menor altura, correm longitudinalmente desde a grade principal até ao fundo, vedando aos leigos o acesso aos altares laterais, são de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. A grade transversal também é dele. E a sua construção, que foi em Lisboa, e a sua instalação ao longo de dois abaciados – o de Frei José de S. Jerónimo (1773-1776) e o de Frei Manuel de S. Tomás (1776-1780), no que respeita à construção, transporte e instalação da grade propriamente dita e ainda no atinente às obras complementares da sua decoração (pintura e douramento), fariam prolongar os trabalhos pelo triénio de Frei José de Santa Maria Maior (1780-1783).

Por acaso, na nossa igreja, não havia só estas grades de ferro forjado desta época, no Norte de Portugal. Havia mais duas, na Capela da Piedade, a que se situa no enfiamento do braço norte do transepto.

Para Robert Smith, é a grade transversa a maior realização de ferro forjado desta época no Norte de Portugal. Por isso achava inaceitável a hipótese da sua retirada, face ao obstáculo que representará, actualmente, no que toca ao problema da intercomunhão entre o celebrante e os fiéis, nos mesmos actos de culto. A hipotética retirada da grade privaria a igreja de um dos maiores tesouros da arte beneditina portuguesa, afirma-o Robert Smith.

Na decoração, notar-se-á a dinâmica da evolução artística de Frei José: um barroco mais aligeirado. O mesmo se verificará no sanefão do arco do transepto. Desanuvia-se a massa e o peso exagerado dos elementos ornamentais. Nas grades, também agora a decoração se tornaria mais suavizada: um barroco brincalhão e de leveza maior. As barras verticais ainda terminarão em motivo um tanto refinado e caprichoso. Na cimalha do transepto (1780-1783), um crucifixo, acolitado de seis castiçais. Mas todos estes elementos muito aligeirados no peso da massificação pelos vazios que, desta forma, muito contribuem para alívio da mesma estrutura.

1.9 O sanefão

Robert Smith deixa-se influenciar pelo peso da figura de Frei José. Mas no sumário com que referenciou a sua actuação em Santo Tirso, o dito monge não o cita. Logo não será ele, Frei José, o seu autor.

O sanefão tem de ser considerado nas suas duas fases que decorrem por mais de 10 anos (1776-1792). Temos de distinguir a fase da execução (1776-1780) da fase subsequente destinada à sua simplificação, pintura e douramento (1789-1792).

Na primeira sentir-se-ia uma como que sensação de peso macisso que causava uma certa impressão de forte ameaça por sobre a cabeça dos fiéis, que debaixo se encontrassem.

Ao final da primeira fase, chegar-se-ia à conclusão de que a sua estrutura era por demais opressiva. Dirão os autores do relatório trienal de D. Frei Manuel de Santa Teresa: *tirando-se-lhe primeiro alguma talha mais groceira em partes e dispondo-se com*

*outra moderna afim de ficar mais ao gosto moderno e fazer menos pezo, e aborrecimento a quem a via*⁴⁵.

A nível superior, um combinado incoerente de linhas assimétricas – conchas e volutas em movimento – por oposição a uma estrutura já simétrica no lambrequim que se constitui de motivos semi-circulares, e, para mais, estáticos.

Ao centro, o brasão da Congregação Beneditina portuguesa, em talha, porém, que recobre um outro brasão em pedra que por detrás se refugiou no ocultamento.

1.10 O transepto

A igreja de 1300 não teria o seu transepto. A igreja actual, sim. Mas, no sec. XVII, o avanço do transepto para norte aproximaria de tal forma a igreja seiscentista da antiga Capela das Angústias que a ela se lhe colaria. Quando autónoma e separada da igreja gótica, a Capela das Angústias não poderia ser a igreja paroquial. Se o fosse, chamar-se-ia Capela de Santa Maria Madalena, que esta santa, desde os primórdios, nos aparece como padroeira da comunidade secular, tal como Santo Tirso que sempre terá sido o padroeiro da comunidade monástica.

1.11 Os altares do transepto

De feição barroca: toros semi-circulares, apoiados nos entablamentos. Decoração comum: pânpanos, pombos, putti. Os altares serão contemporâneos do altar-mor: finais do sec. XVII e começos do seguinte.

O mais venerado foi o de S. Bento. A imagem do Patriarca é bela. Adquiriu-a o Abade D. António Carneiro, ao seu segundo triénio (1650-1653). Suponho que sim, dado que no triénio imediato de D. Frei Mateus da Assunção será a imagem de S. Bento estofada e dourada⁴⁶. Este S. Bento, da metade do sec. XVII, figurava numa capela lateral da nave da igreja monástica – e já paroquial também, nesta altura – adornada de um painel relativo à Paixão do Senhor. Ambiente iluminado por um lampadário de prata que teria custado 82.000 reis. Um báculo e um diadema de prata que igualmente ajudariam a que os fiéis melhor compreendessem a figura do Santo Patriarca, a sua dignidade abacial que, na terra, assumira, e o esplendor da glória celeste com que refulgiria na glória dos santos.



⁴⁵ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. III. O relatório está datado de 30 de Abril de 1792.

⁴⁶ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109.

Entretanto, far-se-ia a nova igreja de Santo Tirso. Começada na década de 1650, a secção de arquitectura ficaria pronta, mais ou menos, por 1700. Nesta altura, inaugurar-se-ia o altar-mor.

Ao tempo do Abade D. António de Jesus Maria (1707-1710), assentaram-se os retábulos do transepto: o de S. Bento, Santo Tirso, cuja imagem é do sec. XVII, e Santa Maria Madalena (adquirida no triénio de 1653-1656) e a Senhora do Rosário (sec. XVII). E digo assim porque o douramento destes altares se registará no período em que governaria o mosteiro D. Frei António de S. Bento (1710-1713).

Para o altar de Nossa Senhora do Rosário deveria ter concorrido a Confraria desta invocação, com uma parte do seu custo. O relatório trienal dá testemunho do facto:

Dourarãose os Retabolos de Nosso Padre S. Bento Santo Thyrsos, Santa Maria Magdalena, e se deu ametade do custo para o de nossa senhora do Rozário que tambem se dourou.

1.12 A Capela da Senhora da Piedade

Primeiro, chamara-se Capela das Angústias, representada por duas imagens: Cristo na cruz e Nossa Senhora de pé. Demais, a capela era distinta e separada da velha igreja matriz. Ao fazer-se a nova igreja, por 1650, com transepto, o braço norte aproximou a nova igreja da velha capela das Angústias, a esta se colando. Do lado oposto, o braço do transepto terminaria num guarda-vento, da iniciativa posterior de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça.

No triénio de 1725-1728, haverá grandes mudanças: trocar-se-á de titulares – agora a capela será de Nossa Senhora da Piedade –, arreda-se-lhe a fachada, apeia-se o muro. Abrir-se-lhe-á uma entrada franca pelo transepto da igreja. O arco patenteia a toda a largura o ingresso na capela. No seu interior, rasgar-se-lhe-ão duas frestas para melhor iluminação do espaço devoto.

Em vez da figuração anterior – Cristo na Cruz e Nossa Senhora de pé – agora representa-se Nossa Senhora sentada com Cristo morto no regaço. É a Senhora da Piedade.

Seis outras imagens de anjos decorariam a capela: dois anjos na tribuna, ao pé de Nossa Senhora; outros dois, um pouco mais abaixo, ao lado do sacrário; e junto do arco, outros dois anjos, com lâmpadas de prata.

A imagem da Piedade foi mandada fazer por D. Paulo da Assunção (1722-1725). O seu sucessor, D. Manuel da Trindade (1725-1728) decorou a capela e estofou as imagens.

No que toca à pintura, há umas certas variedades que interessa se ponham de realce: os quatro retratos dos evangelistas, assinados e datados no painel de S. Marcos: AM 1727, de forma assim restrita. Havia uma paisagem por detrás do conjunto da piedade, “uma panorâmica reconstruída da cidade de Jerusalém, na tarde de Sexta-feira Santa, que já desapareceu. Os brutescos a ouro que decoravam o arco de ingresso da capela, bem como o capialço das frestas; pintura e douramento da abóbada, com ressaltos intimidados do relevo nos enquadramentos para maior evidência dos medalhões. A talha é atribuída a um artista de Landim, de nome Gabriel Rodrigues Álvares.

Em 1795-1798, efectuar-se-ia uma alteração, nessa altura: ampliar-se-ia o camarim – há vestígios in loco, desse desenvolvimento –, pôr-se-á um dossel e nele se intronizará uma imagem grande de um Senhor Santo Cristo, de 8 palmos, à volta de 1,70 m. A Senhora da Piedade transitará para o altar oposto do transepto. Até que, pelo finais do sec. XX, a Senhora da Piedade voltará às origens e o Santo Cristo foi para ao transepto, frente ao altar de Nossa Senhora do Rosário.

Por último, digamos que a sanefa do arco de entrada na Capela da Piedade não é de Frei José, como se tem dito. Simplesmente não consta do rol dos trabalhos feitos por este monge e por ele mesmo registados.

1.13 O órgão portátil

Dirá Robert Smith que a caixa seria do último período da actividade artística de Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Aponta-se a cronologia duvidosa, no entanto, de 1795-1798, pelo facto talvez de o monge ter deixado na caixa pegadas de influência marcante de um Neoclassicismo emergente. E também, porque, nesta altura, teria havido uma grande actividade de Frei José na sacristia de Santo Tirso, no decurso do mencionado triénio.

Toda esta construção cai por terra. Primeiro, porque o órgão não foi feito para a sacristia. Antes, para o transepto, como se verá. Segundo, no rol dos trabalhos realizados por Frei José e que ele mesmo elencou não consta nada do órgão. Finalmente, porque o órgão portátil de Santo Tirso é simplesmente posterior: adquirido que foi por iniciativa do Abade Frei Tomé de Santo António Queirós (1819-1822), quando o monge artista Frei José de Santo António Ferreira Vilaça já não se contaria no número dos vivos.

De facto, nos Estados do Mosteiro de 1819-1822 se diz que *ao tempo de D. Tomé se tinha feito hum Realejo novo que se ascentou no Cruzeiro da Igreja pelo qual se deo o Velho em desconto do seu preço.*

Este realejo, o que o dito Abade Frei Tomé encomendara, foi restaurado na Alemanha e inaugurado, de novo, em 1989. E colocado no seu lugar de origem, no transepto.

1.14 A Capela-mor

No que toca às obras de João Turriano, na igreja de Santo Tirso, temos a dizer que apenas construiria, não uma igreja inteira, mas tão só a capela-mor, mai-la sacristia. O corpo da igreja cingir-se-ia ao reajustamento e a uma acomodação das velhas estruturas do templo de 1300.

Porquê a construção da Capela-mor, toda de novo? É que a igreja de 1300 tinha três naves. A da epístola foi inutilizada em 1650, devido a razões que já expusemos. Automaticamente, o eixo da igreja foi deslocado. E, por isso, a capela-mor teve de ser feita de novo, para se ajustar ao eixo da nova igreja. E a referida capela-mor foi feita com todo o esmero, de tal modo que a tinham considerado como a capela-mor mais bela de Portugal.

Como disse, só duas peças eram inteiramente novas: a Capela-mor e a sacristia. Ao fim do sec. XVII, instala-se o altar-mor, no que toca ao campo da talha e da escultura. Não se conhecem os artistas, afora o dourador da talha. Do escultor não seria impossível a sua relação com Frei Cipriano da Cruz que, em Santo Tirso, trabalharia por esta altura.

Temos a distinguir, porém, duas fases, pelo menos.

1.15 A Capela-mor pelos finais do sec. XVIII

Quanto à talha, como se disse, ao certo não nos é seguro o nome do autor. O douramento do altar-mor deve-se a Pascoal de Sousa, por contrato assumido a 29 de Novembro de 1699. Era um artista do Porto que se comprometeria a dourar o altar-mor de Santo Tirso, como a estofar e a encarnar algumas das suas peças (santos, anjos, putti, pássaros...), com prazo que bem em concreto se lhe demarcaria: por entre Abril e Outubro de 1700. Comprometeu-se o mosteiro de Santo Tirso a pagar-lhe 350 mil reis e a dar-lhe mais algumas prestações suplementares, respeitantes a estadia e a acolhimento dele e de seus oficiais.

O acordo celebrar-se-á na Sala do Capítulo - a anterior àquela que ainda hoje subsiste-, coisa que registará o tabelião Domingos Gomes da Cunha.

No que toca às obras de imaginária, temos a dizer que o retábulo com suas colunas e arquivoltas fazia de enquadramento a um imenso painel de madeira recheado de figuras apenas insculpidas ou até de vulto. Não tinha sacrário, nem o nicho do padroeiro. O sacrário, a banqueta, o camarim e a maquina actual são do fim do sec. XVIII.

O retábulo dos finais do sec. XVII tinha um Cristo glorioso - hoje, no relicário da sacristia - um painel insculpido da Senhora da Assunção, no camarim e, agora, no claustro. Demais, ostentava - e ainda lá estão no seu devido lugar - as esculturas de S. Bento e de Santa Escolástica.

No que toca ao orago do mosteiro de Santo Tirso, este não figurava no altar-mor, em 1699. Só num altar colateral, como S. Bento. De facto, houve, desde o princípio, uma certa tenção no culto entre Santo Tirso, de um lado, e Nossa Senhora, do outro. Por exemplo, em 1430, ler-se-á: *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave*. O mártir da Bitínia passaria já a topónimo. Para reacender a devoção ao mártir, o Papa Urbano VIII, em 1629, concederia indulgência de 7 anos em prol dos moradores do Cidnai (Santo Tirso) que, na festa do mártir - 28 de Janeiro -, visitassem a igreja conventual.

Todavia, em 1789-1792, irá Santo Tirso para o altar-mor. A expulsão dos monges, porém, em 1834, fizera com que a igreja ficasse apenas secular. Não admira, pois, que, no altar-mor figurasse, agora, a Santa Maria Madalena, padroeira que sempre fôra da comunidade secular. Depois, o Abade Pedrosa reivindicá, como bom arqueólogo que fôra, a recolocação de Santo Tirso no nicho da banquetta do altar-mor.

Em suma: as imagens de S. Bento e de Santa Escolástica são da última década do sec. XVII. Foram estofadas e douradas em 1700. Atribuíveis, hipoteticamente, a Frei Cipriano da Cruz.

A Senhora da Assunção, painel em relevo, ocupava o centro do altar-mor. Estofada e dourada em 1700. Será o relevo que hoje figura numa das alas do primeiro claustro.

O Cristo ressuscitado da mesma época é, de facto, o que hoje preside ao relicário da sacristia. Também do sec. XVII.

Quanto ao orago, e no que respeita à escultura actual, deve ser também do último decénio do sec. XVII. Como o altar e as outras imagens. Só que, a princípio, numa capela lateral. É que o Santo Tirso da penúltima igreja simbolizava-se num palmito, conforme diz Frei Leão de S. Tomás na *Beneditina Lusitana*. Ora, a escultura que foi intronizada sobre a banquetta do altar-mor, no triénio de 1789-1792, com os sinais do livro e da serra não era nova. Terá vindo, nessa altura, de um altar lateral, recebendo tão só na transladação alguns retoques. Logo é possível que a escultura possa recuar à década de 1690, quando foi construído o altar-mor, com a sua imaginária, e quando se ergueram também os do transepto, com excepção da actual Capela da Piedade e de Santa Maria Madalena.

1.16 As alterações vilacianas

1.16.1 A subida do pavimento

Este foi alevantado sobre traves até a uma altura de cinco degraus, tudo feito de madeira de castanho. Com a subida do pavimento perderia em elegância a nossa Capela-mor. Nas últimas obras de restauro (1988-1991) remover-se-ia a armação de suporte e tudo voltaria às proporções originais.

1.16.2 O retábulo-mor e a sua remodelação

Profundas foram as alterações no seu aspecto central. O altar foi apeado e reconstruído mais atrás, depois de esventrado de algumas das suas peças que por outras se iriam substituir. Primeiro foi a construção de um novo camarim, ao moderno. Em segundo lugar, foi a construção de uma bela maquineta, com um dossel de lã branca, guarnecida de galão e franja de ouro, que substituíram adereços de anos antes (1752). Em terceiro lugar, a instalação de um novo sacrário feito com toda a perfeição, forrado de seda, cerrado de cortinas e galões e com espelho de prata na fechadura.

E, de harmonia com as modas do sec. XVIII, segunda parte, em vez de dourado integral, a pintura de imitação: sacrário, camarim e maquineta pintar-se-iam de madeirado. O douramento esse se restringirá às molduras e filetes.

1.16.3 O baldaquino do orago (1789-1792)

Antes de mais, Frei José substituirá o relevo insculpido da Assunção por um painel pintado, susceptível de resguardar-se por enrolamento e em que figura o mesmo mistério da Santíssima Virgem.

Logo em seguida, far-se-á a construção de um nicho sobre a banqueta, onde se introduzirá solenemente, depois de retocado, uma antiga escultura do mártir Santo Tirso, inserido num contexto de painéis, cada um com muito esparsa folhagem simbólica. No altar há ramagens eucarísticas de trigo e uvas, apresentadas em larga escala e com belo ritmo, para o qual contribui um nó de fita de gosto neoclássico. Nos painéis superiores há palmas cruzadas com ramos de loureiro, também seguradas por fitas.

No sacrário esta severidade diminuiu um tanto com a presença das curvas do remate e das volutas das orlas. Por dentro deste esplêndido perfil corre um festão de fitas com rosas tranquilas, em contraste com a talha dos retábulos laterais desta igreja (1767-1770).

Por cima do nicho com a sua imagem de Santo Tirso, Frei José colocou uma rica sanefa muita vazada no seu gosto afinado pelas modas do rococó deste período, como aconteceu a vários elementos dos caixilhos das janelas da capela-mor.

Na banqueta, seis castiçais esbeltos e de rara elegância, mais o Cristo, tudo marcado com as insígnias das armas da Congregação de S. Bento de Portugal (1789-1792).

1.16.4 Os candelabros

Datam do dito triénio: *feitos de prata velha de peças toscas e antigas sem gosto, não tão dignas da sua estimação pela sua antiguidade de que se teriam agora feito dois candelabros, com guarnições de bronze e arandelas de prata.*

Para se pendurarem mandar-se-iam compor umas fitas de ferro retorcidas, pintadas e envernizadas, com seus florões dourados. Palavras mesmas com que o registaram os estadistas de 1789-1792.

1.16.5 Painéis laterais

Seis painéis, com cenas da vida e martírio de Santo Tirso. Pinturas a óleo sobre tela, de grandes dimensões (6,45 m x 1,80 m), sem merecimento de maior. Datam de 1789. Divididos pelo *trumeau*, com a parte superior ocupada pelos Anjos que ostentam insígnias do seu martírio. As cenas representam:

1. A impugnação veemente de Santo Tirso contra as doutrinas idolátricas do governador da Bitínia,
Cobrício de nome, e contra o seu ódio face aos cristãos;
2. Ordem de Cobrício que ordena se arranquem os olhos ao mártir;
3. Dilaceramento do corpo de Santo Tirso, com azorragues feitos de nervos de boi;
4. A cura miraculosa das chagas do mártir por um Anjo do céu;
5. O Baptismo do Santo pelas mãos de Bias, bispo de Nicomédia,
6. O corpo do santo é serrado a meio (mártir intercísio), por ordem do governador Bando.

Estas pinturas, como a tela da Assunção de Nossa Senhora, foram restauradas ultimamente (1990-1991) por Armimndo Roxo.

Claro que esta resenha histórica que se lê na colecção iconográfica da nossa Igreja baseia-se na tradição que, ao longo de tantos séculos, ampliaria - e muito ! - a figura do mártir.

Que o mártir existiu, creio que sim. Mártir da Bitínia do sec. III, o seu culto cedo se expandiria. *A História Ecclesiástica* de Sozómeno⁴⁷ refere-se a uma basílica dos finais do sec. IV que, em Constantinopla, mandaria edificar um patrício, de nome Cesário. Justiniano dedicar-lhe-ia uma outra basílica.



⁴⁷ IX, 2.6; PG. 67, 1598.

Entretanto, já no sec. V, pelo norte de Itália, circulavam as actas do seu martírio. Pouco depois, era já lida em Espanha a sua *Passio*. Em Mérida, na lápide da consagração de sua basílica, invoca-se Santo Tirso como um dos seus santos protectores⁴⁸.

Aqui, no Ocidente, a igreja proibia se recortassem os ossos dos mártires. E a Igreja do Ocidente precisava de relíquias, para, sobre elas, se poder celebrar o culto divino. No Oriente, porém, não se proibia uma tal divulgação. Os contactos entre o Ocidente e o Oriente eram, porém, intensos, não só no que tocava ao comércio como ao culto. Há no Ocidente, no Portugal mesmo de hoje, Bispos com nomes gregos: em Lisboa, um com nome de Potâmio; em Chaves, um de nome Hidácio, o único bispo que desta cidade se conhecerá; em Braga, outro de nome Potâmio, mas já da época visigoda... Com a invasão árabe, as relíquias veneradas pelos cristãos do sul de Espanha foram levadas sobretudo para o norte de Espanha. E é de Oviedo que a reconquista avança na direcção do norte de Portugal. Traziam consigo os Visigodos as relíquias para a erecção de igrejas, à medida que o território fosse reconquistado.

Para titulares das dioceses e paróquias dispuseram dos santos hispânicos, para além daqueles que se impunham pela universalidade do seu nome, como o Divino Salvador, Santa Maria, os Apóstolos... Isto é, lançar-se-ia mão dos oragos que já figuravam nos calendários da Península. De resto, as relíquias necessárias para as fundações se teriam a melhor dispor. Enquanto a Reconquista aos astur-leoneses se restringiu as coisas ruiam, mais ou menos, desta forma.

Com a chegada, porém dos cruzados do centro e norte da Europa, novos ventos asopraram e, com eles, outras invocações. Vieram os calendários franceses, os livros litúrgicos de origem transpirenaica, mai-los oragos daí. O rito bracarense – recorde-se o *Missal de Mateus e o Breviário de Soeiro*, por exemplo – julgo ser prova incontestada. Os próprios bispos que lideraram a vertente canónica da reestruturação, franceses e ingleses que o eram: em Braga, Coimbra...

Donde relativa abundância e concentração adensada do culto e da toponímia que daí nasceria, a propósito de Santo Tirso, a norte do Ave. E a sua raridade abaixo do rio, donde só conheço dois casos. O de Santo Tirso de Meinedo (Lousada) e o de Silvalde (Espinho).

No noroeste lusitano, dispomos de um número maior: em Guimarães: Santo Tirso, padroeiro secundário do mosteiro; Santo Tirso de Prazins, paróquia de Guimarães; Santo Tirso de Borrainho, que foi paróquia e, hoje, mero lugar de Goães (Vila Verde), Monte de Santo Tirso (Vila Verde). Temos ainda mais conhecimento de uma antiga capela deste santo na Cidade de Braga. Finalmente, em Santo Tirso é já este mártir o padroeiro da casa religiosa que Dona Unisco Godins fundara em 978.



⁴⁸ GARCÍA RODRIGUEZ, Carmen – El culto de los Santos en la España Romana y Visigoda, ed. do CSIC, Madrid, 1966, p. 452, n. 160

Estes os dados que se divulgam inicialmente pelo norte de Portugal. Mas, pouco depois, com o avanço da reconquista, são os franceses e ingleses que organizam e dinamizam a vida cultural e religiosa do povo daqui. Introduzem-se agora outros padroeiros, como S. Martinho de Tours, por exemplo, tutelar de tantas das nossas paróquias...

1.16.6 As seis sanefas da capela-mor

Fizeram-se ao longo de dois triénios: o trabalho da talha (1776-1780) e o seu douramento (1780-1783). Esta obra resulta de um combinado incoerente de linhas assimétricas a nível superior - conchas e volutas em movimento contrastante -, por oposição a outras simétricas e estáticas no lambrequim, ornado de motivos florais.

1.16.7 Fresco da Abóbada

Durante muito tempo viveu numa vida oculta. Não sei porquê. Mas talvez por ocasião daquela fúria que levou os Abades de Santo Tirso a caiarem de branco as áreas dos chamados brutescos que decoravam alguns dos espaços do transepto de Santo Tirso, como outras áreas ainda que daquela forma tinham sido, igualmente, ornamentadas.

O fresco da abóbada sofrerá também daquela imensa diatribe dos tais abades que ora apagavam os motivos de ouro, ora pintavam de colorido róseo as estátuas da fachada da igreja ou do cruzeiro que ornava o centro do largo, frente à casa religiosa.

O fresco da abóbada foi recuperado em 1990, nas obras de restauro da igreja. Os motivos inspiram-se nos modelos da azulejaria seiscentista.



Fresco, Altar-mor

1.16.8 O cadeiral do coro baixo da nossa igreja

Simple e singelo, de madeira que ocupava o espaço da capela-mor, quando esta fora reerguida à altura de cinco degraus. Era um cadeiral singelo, com um elemento ornamental interessante: as mísulas de pétalas. Além do mais, na orla periférica das espaldas elementos ornamentais dourados, constituídos de motivos de inspiração rocaille e de volutas.

Hoje as peças encontram-se desconjuntadas: umas na capela-mor, simplesmente ao correr das paredes. Outras ao fundo da igreja, de que se servem os fiéis, sobretudo quando os bancos normais se encontram já repletos. Outras ainda, frente à entrada da residência paroquial.

Temos já de avisar os nossos leitores de que há três senão quatro cadeirais em Santo Tirso, de que falaremos no lugar próprio

1.16.9 A Ante-sacristia

O *Lavabo* foi mandado fazer pelo Abade João Tavares, natural da freguesia de Santo Tirso. Data da 1673 . Constitui-se de um arco pleno, assente sobre colunas de capitéis compósitos. O frontão entrecortado, para recolha, no seu interior, do brasão de S. Bento.

O tecto apainelado de madeira, construído em 1665 deve-se ao abade vimaranense D. Dâmaso da Silva.

Neste espaço da Ante-sacristia, houve duas telas do sec. XVIII que, devido ao estado de degradação em que se encontravam se retirariam deste lugar. Representavam a Anunciação e a Sagrada Família.

No chão, várias sepulturas de elementos da comunidade e da Ordem beneditina – Abades, alguns deles gerais – que optaram pela sepultura neste mosteiro de santo Tirso: D. António de Jesus Maria (1709), D. Frei Luís Baptista (1680), D. Frei Dâmaso da Silva (1672), D. Frei Roque da Conceição (1720), D. Frei José de Santa Maria (1715), em sepultura comum com o seu irmão, Frei Paulo da Assunção (1753); D. Gregório da Madre de Deus (1722).

1.16.10 A Sacristia

Apesar do que fora inscrito no chão de ingresso na sacristia, o relato não é inteiramente correcto. Fala-se da sua construção no abaciado de D. Luís de Moura, de D. Bento da Glória e de D. Dâmaso da Silva (1661-1665). E, apesar da data por cima da porta de entrada, do lado de fora (1661), que também não ajudaria nada para a solução da cronologia deste apêndice da igreja...

Não há dúvida de que ela, a sacristia, é anterior. A Capela da sacristia foi mandada

fazer por D. Frei Anselmo Alvo, que foi abade de Santo Tirso de 1656-1659. Logo a última igreja matriz, começou, de certo modo, pela sacristia. Mais, no seu projecto – que é de João Turriano – se previa uma capela, aliás já feita quando se deu início à sacristia propriamente dita. Mais ainda, que todas estas obras, ermida e parede sul daquela, estariam prontas, bem como os armários de pedraria, ao final do abaciado de D. Anselmo.

A capela da sacristia foi feita com todo o primor que a arte pede. Não sei das razões por que a fecharam. A entrada foi entulhada de pedra tosca até à altura de um metro, aproximadamente. Daí para cima, foi cerrada com um altar de talha de muita complexidade: enquadramentos de madeira renascentista, a envolver os óculos, que albergam as relíquias de vários eleitos de Deus, de talha um pouco posterior, mais ainda uma peça do século XVIII, de madeira marmoreada, com várias cenas miniaturais e incisas da vida do Senhor. Tudo muito ocluso, de forma a não haver possibilidades de acesso ao coração misterioso da capelinha.

O que se passa não sei. Que tenha sido encerrada a capela. Que não conste o nome de D. Anselmo Alvo na lápide da construção da sacristia... Que se pusesse sobre a porta de ingresso uma data, que não é nem a do começo, nem a do acabamento daquela...

1.16.11 O orago da capela da sacristia

De 1710-1713 – triénio de D. António de S. Bento – foi estofada a imagem de Santa Gertrudes que hoje se encontra no altar lateral, do lado direito da nave da igreja. No triénio de 1722-1725 deixaria Santa Gertrudes este altar da sacristia, cujo patrocínio passou para as mãos de S. Rosendo.

1.16.12 A talha

Realizaria uma caminhada de grande evolução. Consta de três secções diferentes, de origem e de cronologia.

O retábulo, inicialmente, era singelo: com duas pilastras e seu arco, que albergariam os dois padroeiros, que sucessivamente o ocuparam: Santa Gertrudes e S. Rosendo.

Oitenta anos depois, o rendilhado de hoje. Estamos no triénio de 1789-1792, abaciado de D. Frei Manuel de Santa Teresa. Primeiro, encerrou a capela: mandaria chamar para junto da porta de entrada da ermida o seu retábulo. Realça-o com pedraria de entulho de um metro de altura, mais ou menos. Manda-lhe anexar, pela face interior das pilastras e do arco, uma fiada de óculos ou nichos, transformando assim o primitivo altar num retábulo-relicário, coisa que só agora o será.

Segundo, coloca sobre a banqueta um pequenino santuário com motivos de talha

rocaille, sobre campo liso marmoreado de azul, a enquadrar três painéis, delicadamente insculpidos, em miniatura, com cenas do nascimento de Jesus, do Desterro e do Calvário. Este santuário, dos meados do sec. XVIII, avulso, pertencia a Frei António de S. João Baptista. E, por licença do Capítulo Geral, foi doado à nossa casa religiosa.

Terceiro, mandou pintar sobre a porta de duas folhas que resguardava o conjunto, um painel do Calvário, que representa Cristo na cruz e as três figuras bíblicas do enquadramento soteriológico: Nossa Senhora, S. João Evangelista e Santa Maria Madalena, afora o enquadramento histórico de alguns soldados.

1.16.13 A escultura do retábulo da Sacristia

No campo da escultura de vulto, colocar-se-ia no camarim o Cristo glorioso que esteve no retábulo da capela-mor da igreja, desde 1700, e um série de relicários, hoje, na maior parte, violados.

Quanto a pratas do retábulo, vamos enumerar algumas delas. Em primeiro lugar, o braço relicário de S. Bento, que figurou na Exposição de Arte Sacra do Concelho de Santo Tirso, de 12 a 26 de Julho de 1953⁴⁹.

Descreve-o Adriano de Gusmão como *de prata branca, dourada, lavrada, com pedras. Asente num livro de prata*. E, com a beliscadura da interrogação duvidosa, assinala-lhe o sec. XVII. Para Adriano de Gusmão, no estojo se guardará uma relíquia de S. Bento.

Em 1956, publicará Carlos Passos a sua nonografia *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*⁵⁰. A respeito desta peça do retábulo da Sacristia, escreverá o autor: *Braço com uma relíquia de Santo Tirso metida no pulso (...) aprumado sobre um livro, tem duas mangas de prata, a interior, do sec. XVI, 2.ª metade, e a exterior, doirada e gravada com ornatos barrocos (que no livro se reproduzem), do sec. XVII*⁵¹.

Depois, o mesmo objecto figurará ainda na *Exposição de Arte Sacra. Concelho de Santo Tirso*. Em Julho de 1963⁵². Mais sumária a apresentação: *Prata, sec. XVII*. O responsável da elaboração do catálogo discorda de Carlos de Passos e anaipa com Adriano de Gusmão: nele se venera uma relíquia de S. Bento.

Qualquer destas descrições tem inconveniências de pormenor, afirmações inesexactas ou informações menos precisas. Veja-se:

Quanto à relíquia: é de S. Bento, e não de Santo Tirso. Não tem razões Carlos de Passos, apesar do acostamento sugestivo à informação – sem base, diga-se – da oferta de um braço do mártir que o convento de Meinedo teria feito ao mosteiro da nossa cidade.

Quanto ao estojo e matéria: contra a opinião dos três autores direi que não é todo de prata.

Quanto à cronologia: avançarei duas coisas. Não me parecem exactas as duas datações de Carlos de Paços e que, dentro do sec XVII – onde deve ser colocado – o braço relicário pertence, com rigor, ao abaciado do triénio de D. Frei Plácido dos Anjos (1629-1632). Segundo quartel, pois, do sec. XVII. Vamos dar a informação colhida do seu abaciado e que um Frei Bernardo e um Frei Francisco elaboraram, em Abril de 1632: *Fesce hum braço de Nosso Padre S Bento, de prata e latão dourado, com relíquia do mesmo santo*⁵³.

Notícia sumariada. Mas que tudo diz: da relíquia, do estojo e sua matéria e das circunstâncias cronológicas da sua feitura.

No que toca ao ostensório relicário temos a dizer o que se segue: em 1707, fora eleito abade de Santo Tirso D. António de Jesus Maria. Vai falecer dois anos depois, no decurso do seu abaciado⁵⁴. Após este, foi eleito um novo abade Votar-se-á na figura de D. António de S. Bento, confirmado por reeleição, no triénio imediato de 1710-1713.

Ora este Prelado, D. António de S. Bento que foi Doutor pela Universidade de Coimbra e nela Conductário, com privilégio de Lente⁵⁵, assistiu como abade de Santo Tirso, com vestes pontificais, às grandes solenidades de Aveiro, em torno das relíquias de Santa Joana⁵⁶.

Vestígios pálidos desta participação uma nota dos Estados do triénio, *sobre uma despesa de 67.680 reis, com duas sobrepelizes, vestidos de moços, reposteiros e mais aparelhos da jornada de Aveiro. E não sei se mais uma conta de 53.780 reis acerca de uma sela nova de mula e vários arreios, coisa que logo se segue à despesa anterior. E, francamente não me sai da abeça a ideia de que, para o mesmo fim, especialmente, seria a aquisição de uma Alva de Cambrai toda coartada de rendas, com seu Cordão de Retros, com suas peras de ouro. Comprouse hum Cordão, Cruz pectoral, e anel com sua pedra, tudo de ouro.*

Pegada de notabilidade maior de sua presença nesta cerimónia foi a aquisição de uma relíquia de Santa Joana, para o nosso mosteiro. Contento da dádiva que lhe garantiria as maiores bênçãos do céu, logo houvera de a envolver num estojo condigno.

Relatam os estadistas do seu abaciado, Frei Luís de Santa Cruz e Frei Lourenço de S. Bento, em 1713, que o nosso abade teria encomendado dois relicários de prata, com pés de bronze dourado, para as relíquias da Madalena e da Píncesa Santa Joana⁵⁷.

O ostensório da padroeira da freguesia de Santo Tirso não teria deixado rasto da sua presença. O relicário de Santa Joana ainda existe no retábulo da sacristia, apenas com duas alterações: sem o pé de bronze, que já o teria perdido. Mas, abarcando na sua companhia, outro sacro despojo, que, porém, não é de Santa Maria Madalena, mas de S. Bento.

No mesmo relatório e mais adiante, adicionar-se-ia o preço do custo: os dois relicários de prata com pés de bronze, perfumados de ouro, e quatro resplendores de prata – dois para Santa Gertrudes⁵⁸, um para o Santo Cristo e outro para Santa Maria Madalena – os seis objectos somariam a quantia de 58.060 reis.

1.16.14 Um Santo Lenho do sec. XVIII

Era D. Plácido de S. Bento irmão de um outro beneditino, D. Fulgêncio do Espírito Santo que desempenharia, igualmente, funções de grande envergadura no interior da Congregação. Ambos naturais de Braga.

O primeiro, D. Frei Plácido de S. Bento, foi eleito Abade de Santo Tirso, por duas vezes: 1737-1740, e , depois, em 1743, quando desta feita e por virtude de uma sustatória, teve de suplementar a sua prelazia até ao fim de Setembro de 1748. Em vez de três, cinco anos.

Ao longo destes dois abaciados, notabilizar-se-ia D. Frei Plácido de S. Bento por mui-

tas obras e aquisições, de que demos conhecimento, ao tratarmos de forma explícita dos seus abaciados. Gostamos, neste momento, de chamar a atenção para uma coisa só: *um Santo Lenho, de prata, que D. Plácido mandaria fazer para o nosso mosteiro* e que ainda hoje se conserva. Foi em 1746 que o terá adquirido. Porque uma sustatória impediria o Capítulo Geral, onde deveriam ser eleitos os Abades para o novo triénio que agora – em começos de Maio – deveria ter lugar, houve uma festa muito solenizada, em Santo Tirso. No dia 2, quando já, em princípio os Abades deveriam estar em “Conclave” em Tibães, por causa da dita sustatória, houve então, na nossa casa religiosa de Santo Tirso uma festa especial: todos os monges dariam o seu beneplácito à aquisição do Santo Lenho, por iniciativa de D. Frei Plácido de S. Bento. E, ao dia seguinte – festa da Invenção da Santa Cruz –, depois da missa solene, o gesto da adoração do Santo Lenho. Terminaria a cerimónia com o solene *Te Deum*.

Enfim, uma nota sobre a dita joia da arte, que vem ao encontro da dita inventariação

Do património artístico do concelho de Santo Tirso. A nota tem esta documentação a comprová-la:

Aos 2 de Mayo de 1746, em Convento pleno, se leo este estado⁵⁹ a toda a Comunidade, e por toda ella foi asseito, e aprovado; e no dia seguinte, que foi a da Invenção da Crux, cantou o Muito Reverendo Padre Dom Abbade a missa em acção de graças, e no fim della adorou com todos os Monges a Reliquia do Santo Lenho que nouamente se pos nesta Igreja em huma Crux Rica, como consta do mesmo estado, e no fim de tudo se cantou o Te Deum Benedictus Deus, por cauza de estar sustado o Cappitulo se fizerão estas acções no dia sobredito⁶⁰.

Por isso nos Estados do Mosteiro deste triénio se lê: *Fesse huma Cruz de prata primorosa com huma Reliquia do Sancto Lenho, que se conserva no Sacrario⁶¹.*



⁴⁹ Catálogo de Adriano de Gusmão. A peça referenciado vem aí sob o n. 67, p. 10.

⁵⁰ Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso.

⁵¹ *Ib.* p. 42.

⁵² Catálogo introduzido por José Mattoso. Nele a peça vem analisada sob o n. 70.

⁵³ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109. Frei Plácido dos Anjos foi abade de Santo Tirso, primeiro de 1623 a 1626. E segunda vez, de 1629 a 1632.

⁵⁴ Morrerá a 2 de Junho de 1709, segundo a epígrafe funerária da sua sepultura na Ante-sacristia de Santo Tirso. A sexta a contar da porta que dá comunicação do claustro para o sobredito espaço.

⁵⁵ LEITÃO FERREIRA, Francisco – *Alfabeto dos Lentes*, Coimbra, 1937, p. 9.

⁵⁶ PIRES DE LIMA, António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto, 1953, p. 81. A transladação do corpo da Santa Princeza foi a 20 de Outubro de 1711.

⁵⁷ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109.

⁵⁸ Um para figurar na cabeça, no peito o outro.

⁵⁹ Do triénio regular, antes do seu prolongamento, por causa da sustatória.

⁶⁰ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 110.

⁶¹ Foram estadistas Frei João de Santa Teresa e Frei Francisco de Santa Escolástica.

1.16.15 A sacristia propriamente dita

Na Sacristia propriamente dita, gravadas se encontram nas portas, ao dintel e no chão, os dados cronológicos que todavia nos podem enganar. Já foi dito.

O tecto é de granito, com abóbada de caixotões e entablamento de grande vulto.

Nas paredes, ao alto, oito telas de grande dimensão, datadas, na maior parte, de 1673 e assinadas por *Stella*. Restauradas há pouco não nos parecem de grande valor. Na sobreporta, do lado interno da sacristia, uma tela do sec. XVII também, que polariza a atenção de todos: reis e monges, Bispos e Papas para a figura carismática de S. Bento. Cartelas em suspensão das mãos de todos os figurantes, com registos elogiosos à pessoa do Santo Patriarca. A presença do mundo celeste, ao alto, sugere o carácter inspirado da Regra de S. Bento.

1.16.16 Uma oitava camiliana

Do lado direito da porta de entrada, sobre a face interna da parede uma oitava de Camilo, em honra de S. Bento, que o romancista escrevera, a pedido do Abade Pedrosa, filho do médico pessoal do Torturado de Ceide.

Posteriormente, o distinto arqueólogo e Abade de Santo Tirso transcrevê-la-ia para o mármore, onde agora se lê insculpida em caracteres dourados, e sita ao extremo do arcaz.

1.16.17 A azulejaria

No rodapé, uma pequena amostra da azulejaria de cerca de 1673, feita principalmente de volutas entrelaçadas, de inspiração árabe.

1.16.18 Os espelhos

Foram adquiridos pelo Abade Frei José de Santa Rosa Vasconcelos (1795-1798). Eram uns quatro, de bom tamanho com seus caixilhos de talha vasada, pintados e dourados.

Dois desapareceram há muito. E um dos que subsiste já não estará nas melhores condições.

1.16.19 O mobiliário da sacristia

Do mobiliário avulta uma credência (1795-1798). Foi atribuída por Robert Smith a Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, mas não sei com que razões. O catálogo que ele, entalhador, escreveu de quanto fez em Santo Tirso, não refere esta peça.

A parte superior respira já os ares modernos do Neoclassicismo: o friso inspirar-se-á nos entablamentos romanos, com seus tríglifos e denticulados, enquanto as pernas se arrastam ligeiramente, ainda pelos caminhos do velho rocaille.

Os arcazes singelos, mas robustos suponho-os do sec. XVII.

1.17 O coro-alto

1. 17.1 A função oracular de S. Plácido

Ao sairmos da sacristia para o claustro, pouco depois do egresso, topamos à direita com a escadaria que nos conduzirá ao Coro-alto. As duas paredes – a da parte de fora é marcadamente gótica. A outra, mais grosseira é de 1650 – que, se delimitam o acesso, marcam também a área da nave lateral da epístola da igreja de 1300.

Sabemos que foi rasgada esta escadaria no triénio de Frei Plácido de S. Bento, reeleito em 1743. Mais em concreto – tanto quanto se pode observar na chave do arco pleno, uma cartela – datará a escadaria de 1745.

Ao alto da escadaria troneja a ícone de S. Plácido, que conjuga a figura de um beneditino, discípulo de S. Bento, com a de um mártir local da Sicília. Para os nossos monges, faria também o papel de oráculo, a respeito de problemas com que os nossos religiosos consultavam o santo. A estrutura é nitidamente barroca, adornada de um panejamento, que lembrará a decoração da arte dos espectáculos.

No rebordo da mísula, lá se inscrevem as duas partes do oráculo: a pergunta dos monges e a resposta do santo beneditino:

- *Do alto (desta) escada, que é que tu, ó santo, nos aconselhas para o céu*
- *Tu nos avisas de que podemos lá chegar, subindo pelo caminho das virtudes.*

1.17.2 A memória dos grandes benfeitores da igreja de 1300

A inscrição no patamar que divide o primeiro lanço de quatro degraus, do segundo lanço de vinte e três degraus, articulados os dois lanços em ângulo recto, dele há uma inscrição da autoria de D. Miguel da Silva – Abade de Santo Tirso, na primeira parte do sec. XVI –, onde se recorda a memória do casal a quem se devia a construção da terceira igreja monástica, na primeira metade do sec. XIV. D. Miguel da Silva relembra dois séculos depois o grande papel desempenhado pelos ilustres benfeitores:

*Aqui jaz D. Martim Gil de Sousa Conde de
Barcelos, Alferes-mor del-rei D. Dinis
e mordomo del-rei D. Afonso seu
filho, sendo principe E jaz com ele a
Condessa D. Violante Sanches sua
mulher os quais deram a este mosteiro
de S. Tirso muitas herdades que*

*hoje possui e o Chão de Couce que
se trocou por outros e por dinheiro de
que esta igreja se reedificou. Jaziam
apartados sem memoria alguma e dom
Miguel da Silva, bispo de Viseu, os pôs nesta sepultura
e lugar por seus merecimentos ano*

1529

Porquê este acesso através da nave da epístola da antiga igreja, desaproveitada das suas funções originais? Simplesmente a função de acesso ao Coro alto de que vamos então falar. No templo do sec. XVII, aos começos da actual igreja, foi feito o cadeiral do coro alto. Deve-se a dois artistas que já tinham trabalhado em Santo Tirso: António de Azevedo Fernandes e Domingos Nunes.

Nas não se limitariam só a isto. As grades do coro alto, com seu oratório, conforme consta de um apontamento de 1693: *E logo por elles foi dito que estavam Contratados huns com os outros a saber que elle muito Reverendo Padre dom Abbade e mais Religiozos do dito mosteiro (de Santo Tirso) Com o dito António de Azevedo Fernandes e Domingos Nunes a lhe fazerem as grades do Coro de pau preto e bronzeadas por hua e outra parte e hum oratorio no mejo das ditas grades e tudo o mais na forma dos apontamentos que ficaram na mam do dito Padre Dom Abbade por elle asinada.*

O baldaquino, sito e erecto a meio do gradeamento, original do sec. XVII, não figura já. O actual deve-se a D. Frei José de Santa Rosa Vasconcelos (1795-1798).

1.17.3 O cadeiral

O primeiro é dos finais do sec. XVII. E da autoria de António de Azevedo Fernandes e de Domingos Nunes. Prova-se pelo contrato entre estes dois artistas e o convento da Vitória, em 1704, onde, entre outras coisas, se lhes encomenda um cadeiral como o de Santo Tirso.

Pelos finais do sec. XVIII, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça faria algumas alterações no cadeiral de Santo Tirso. Bem significativas de resto. Antes de mais, as espaldas primitivas virão a dar lugar a outras espaldas, as de hoje: pinturas historiadas sobre a vida de S. Bento e de Santa Escolástica, dentro dos moldes do Neoclassicismo.

Assim, o nosso monge Frei José de Santo António Ferreira Vilaça criaria em Santo Tirso três tipos diferentes de cadeirais: um, com espaldas entalhadas no Coro-baixo, ornados na periferia superior por uma orla de concheados que se alternam com volutas. Outro com espaldas pintadas, no coro-alto, com cenas relacionadas com passos da vida de S. Bento e de Santa Escolástica. Finalmente, um terceiro, com espaldas formadas de painéis de azulejaria, na Sala do Capítulo, hoje integrado na Escola Conde de S. Bento.

Além do cadeiral, em princípio com espaldas pintadas, narrando passos da vida de S. Bento e de Santa Escolástica, Frei José construirá em talha uma cadeira extremamente bela e elegante, a meio do conjunto, e reservada ao Abade de Santo Tirso.

1.17.4 A estante giratória

É obra do enxambrador António de Azevedo Fernandes. Sabemo-lo de forma indirecta: As Clarissas de Vila do Conde encomendariam, a 15 de Novembro de 1697, a este artista uma estante giratória como aquela que ele mesmo tinha feito para Santo Tirso.

Há, todavia, diferenças entre os dois conjuntos. Mas isto por vontade expressa das religiosas vilacondenses. Por exemplo, nas garras e no remate. Na estante das Clarissas tronejava a figura da S. Paulo, o santo homónimo da Abadessa, na altura, enquanto na de Santo Tirso dominava a figura de um corvo que lembrava o nosso S. Bento. Quanto às garras, as ditas freiras não as queriam douradas, só bornidas.

A propósito dos livros do Coro, digamos que a Igreja de Santo Tirso possui vários exemplares manuscritos dos livros deste espaço dos bentos que de cá saíam em 1834. Assentes sobre as faces laterais da estante, em letra e grafia musical de corpo crescido, permitiam aos religiosos que se dispunham no coro em U seguir concordes o ofício divino.

1.17.5 As grades

Dos artistas António de Azevedo Fernandes e Domingos Nunes, cujo contrato com o abade do nosso mosteiro, D. Frei Gaspar dos Reis, sobe a 2 de Maio de 1693.

Compreendia a grade e o oratório. De pau preto e bronzeadas, de ambos os lados. Teriam de as fazer no decurso de um ano, incluindo a sua instalação. O mosteiro comprometer-se-ia a pagar-lhes pelo trabalho a soma de um conto e 70.000 reis.

1.17.6 O órgão

Difícilmente teria havido remodelação do mosteiro e da Igreja de Santo Tirso, como aquela que se operou no tempo do grande abade Frei José de Santa Rosa Vasconcelos (1795-1798). Não era só a pompa e a circunstância que o estimulavam. Animá-lo-ia também o espírito interior de uma renovação espiritual. O coro foi um dos lugares que ele transformaria com grande empenho.

Vejamos um fragmento deixado pelos estadistas, a este propósito:

Fesse hum excelente Orgão de belissimas, e suavissimas vozes com eccos e varios rezistos de bom gosto para o qual se aproveitarão os canudos do velho que se acharão capazes de servir.

Os construtores deste órgão poderiam ter sido ou Frei Domingos de S. José Varela, beneditino, ou Manuel de Sá Couto, discípulo daquele, conhecido com o nome de *O Lagoncinha*, que nasceu e tinha a sua fábrica perto do nosso mosteiro, em S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha.

No triénio de 1801-1804, da responsabilidade de Frei Manuel de S. Joaquim, os estadistas escreveriam:

Fesse hum cano de chumbo ao redor da Torre, que fica ao lado do Orgão para terminar a homidade que lhe causava.

E, no decurso do triénio de Frei Luís dos Serafins (1804-1807), melhorar-se-iam as condições do órgão de Santo Tirso, com a implantação de outros registos e de someiros novos.

1.17.7 Os coruchéus das torres

Quanto às torres, em 1683, só havia uma adossada à parede sul E essa mesma quedara-se ao nível do telhado. Dir-se-ia no relatório de 1683, relativo ao triénio de Frei Luís Baptista:

Fesse huma torre pera os sinos, que se começou afundar no Claustro do Mosteiro, a qual fica já junto aos telhados da Igreja. Tem escadas de pedraria por dentro das paredes, e toda a parede deste lado da bando do mosteiro fica feita até a segunda janella da Igreja com frizos e cornijas da parte de dentro, tudo isto bem feito e bem acabado e vidrassas.

Era exactamente na situação da torre ainda por acabar, que se permitia passassem os frades, depois de transporem as escadas que os levariam ao segundo piso. Aqui se iniciava a passagem para o coro alto, depois do subirem, já no interior da torre, a escadaria de pedra.

Os remates das torres, em forma de pirâmides, e os painéis de azulejaria que decoraram os coruchéus das duas torres, só aí foram colocados já na dobra dos meados do sec. XVIII. As formas de que os painéis de azulejaria azul se revestiriam, só por si, com os seus remates em forma de tímpanos contracurvados, nos atiram para esta fase cronológica da vida do nosso mosteiro. Aliás, nos estados do Abade D. Frei Manuel da Ascensão (1752-1755), ficaria clara esta nota informativa:

Fizerão de abobeda os tetos das torres e se cobrirão de azulejo fino.



OS CLAUSTROS DE SANTO TIRSO

Sabemos que o segundo claustro – o primeiro, hoje da paróquia é dos começos do sec. XIV –, integrado que ora se vê na Escola Secundária do Conde de S. Bento, seria, pelo sec. XVII e grande parte do sec. XVIII, todo cercado de galerias. Só duas alas as têm agora: a face oriental e a do poente. Nada mais. Com a reconstrução total das secções setentrional e sul, na última metade do sec. XVIII – 1767-1773, a Livraria; 1780-1786, a data da Sala do Capítulo – ficará sacrificada a continuidade do ininterrupto pórtico renascentista..

1. A degradação do convento medievo

Neste espaço do primeiro andar, se instalavam, entre outras dependências, os dormitórios dos monges, além de algumas oficinas conventuais, ao rés do chão: Sala do Capítulo, Cozinha, Refeitório... Se, no decurso do sec. XV, a terceira igreja monástica ameaçava ruínas, em algumas das secções – a torre, por exemplo –, a casa conventual também iria manifestando, com evidência, os efeitos da acção do tempo, que tudo gasta e consome. Era o caso do dormitório, na primeira metade do sec. XV. Mai-la Biblioteca. Tudo jacente no circuito da crasta. E apontar-se-ia a urgência de uma nova edificação.

Assim, os dormitórios eram antigos. Há uma tradição que remonta a casa conventual ao tempo de D. Afonso IV. Dela se faria porta-voz Alberto Pimentel⁶².

E mais se arruinaria o cenóbio com os acontecimentos de 1383-1385: os monges fugiriam para o Porto. As tropas castelhanas mai-los partidários daqui ocuparam o convento; a fúria da guerra não respeitaria sequer o espaço religioso. Na Crónica de D. João I⁶³, Fernão Lopes dar-nos-á um relato parcial destes acontecimentos.

Por 1437, com a verificação das ruínas, soou o alarme, no que toca particularmente ao dormitório dos monges. Tão degradado que nele já não passavam a noite os religiosos beneditinos.



⁶² Santo Thyrsso de Riba d'Ave, p. 37. O mesmo o afirmará o bom arqueólogo, o pároco de Santo Tirso, o Abade Pedrosa.

⁶³ C. 117.

Era responsável, à altura, o abade comendatário Soeiro Anes, galego. Foi no decurso de uma visita, a 5 de Dezembro daquele ano, por Pedro Vasques, bacharel em Leis, Vigário Geral do bispo do Porto, que se verificou o estado de ruína e se apontaria um caminho de solução:

*Que (o abade) dê ao Prior o couto de candêa, para buscar a Claustra, e fechar as portas, ainda que delle não precise para ver os Monges que dormem no Dormidoiro, posto que agora lá não dormem*⁶⁴.

O dormitório era na crasta. Só que, de facto, se encontra em desuso. A degradação e as condições de insalubridade afugentariam os monges:

Que visto os Monges não dormirem no Dormidoiro; por este se achar arruinado, e em hum sitio humido e doentio cumpra o Abbade o que o Bispo actual (D. Antão Martins de Chaves) lhe prescrevera já em Vizita, fazendo outro em hum sitio mais opportuno, e elle feito, ahi durmaõ os Monges segundo quer a regra.

Muito depois, porém, não obstante as duas ordens já capituladas, se cumprirão estas normas, com o levantamento de um novo edifício.

Por virtude desta mesma visitação de 1437, sabemos que outras secções do espaço claustral ameaçavam ruínas. Por exemplo, a Biblioteca...

2. As portas do sec. XVIII

Numa como que espécie de introdução, lembremos, primeiro, o triste acto de venda do mosteiro, em 1842 – vendidos tinham sido já, em 1839, os prédios rústicos – fôra previamente repartido agora o complexo do conjunto urbano, em três quinhões.

Uma parte reservar-se-ia para o assento paroquial: a igreja, o primeiro claustro. E ainda, para residência do abade, a ala ao cimo da escada que Frei Plácido rasgaria do primeiro claustro para o Côro⁶⁵.



⁶⁴ CRUZ, António – Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, Coimbra, 1938, doc. 201 (Capítulos do convento contra o Abade n. 17), p. 224.

⁶⁵ Nesta altura (1842), o passal e a residência do pároco eram ainda provisórios. Até aí, o passal ia desde o mosteiro ao rio – fimbria norte e sul; e desde a avenida fronteira à Sala do Bilhar, direita ao cais, entrecortada pelo belo chafariz setecentista com seu patim – até à avenida, no enfiamento da ponte sobre o Ave, que lhe faziam de orla pelo leste e ocidente. Depois, ficaria o abade a usufruir da Quinta de Pereiras.

A residência, por sua vez, estava, ocasionalmente, no que é hoje a Sala de Vendas da Escola Agrícola, até passar para o sítio indicado no corpo deste artigo. Daí que o texto citado na nota 2, nele se diga que o muro a dividir o átrio da Porta Branca do átrio das escadas para o edifício, só se erguerá depois de se transferir a residência do abade.

Outra parte para repartições públicas, que, aliás já ali funcionavam (Administração, Tribunal e Câmara), desde 1834. De resto aquelas que foram hospedarias conventuais (a ala que delimita o terreiro, pela fímbria sul).

A terceira parte, para ser alienada: o segundo, o terceiro e o quarto claustro e suas galerias; o Salão por cima da Porta Branca; o corredor paralelo às hospedarias, nas suas traseiras que desapareceu; a Porta Vermelha e passadiço; a escada monumental que sobe de uma antecâmara, a que dá a uma entrada à esquerda, mal se transponha a Porta Vermelha. Este último quinhão veio a ser adquirido pelo Comendador José Pinto Soares.

A linha divisória, a separar, nas hospedarias, as secções onde funcionavam as salas dos serviços públicos daquela que iria ser, em 1842, propriedade do cunhado do Ministro Passos Manuel, era uma linha imaginária a prumo, que junto do topo oriental, caísse “tangente” às casas ocupadas já, de facto, pelas ditas repartições oficiais.

Assim a *Porta Vermelha* e seu passadiço ficariam do Comendador. E, com a abertura de uma porta, no topo ocidental, no sítio de uma das duas janelas trifoliáceas, para a entrada directa nas sobreditas instalações camarárias e mais repartições públicas, ficaria a Porta Vermelha já sem qualquer oneração de incómoda serventia.

A *Porta Branca*, por seu turno, ficará livre para uso integral da paróquia. Mas o Salão que se lhe sobrepõe, com o seu imponente balcão virado ao Terreiro, cairia nas garras cúpidas do cunhado de Passos Manuel.

Pelo interior, ficará impedida a circulação através das duas portas: um muro se levantaria, a cindir em dois o que antes era o mesmo e único átrio. Ou seja, José Pinto Soares, livre já das serventias dos funcionários e utentes das repartições públicas instaladas nas que teriam sido as Hospedarias Conventuais, ergueria agora um muro com duas janelas gradeadas, a dividir – e hoje se mantêm a fazer o mesmo ! – o átrio da Porta Branca – pertença da freguesia – da sala donde arranca a poderosa escadaria monumental que beija, ao segundo piso, a bela Fonte do Pelicano. Daqui, deste muro para sul, tudo ficaria seu. E plenamente, sem serventias pela Porta Vermelha e sem hipótese de ingerências abusivas de pessoas curiosas e estranhas, que, pela Porta Branca, quisessem devassar o refúgio sagrado e impoluto de tão reverente personagem.

Já se dizia no auto da tomada de posse do Comendador José Pinto Soares:

(...) fica pertencendo a ele comendador exclusivamente a porta chamada Vermelha e desta pela porta travessa a escadaria principal, que dá entrada ao Edifício, no baixo de cuja escadaria se fará uma divisão em linha recta desde a ombreira da fresta, direita à parede do Claustro entendendo-se ficar toda a fresta, livre para o lado da Porta Branca, em termos de vedar a comunicação que actualmente há da referida porta branca para a escadaria que exclusivamente fica pertencendo ao edifício arrematado por ele dito comendador sem alteração nem diminuição ao dito alvará declaratório, e cuja divisão só se fará depois de realizada a transferência da residência do pároco (...) e pelo que respeita à divisão da galeria (ou seja, a hospedaria virada ao Terreiro, hoje Museu) do resto do edifício comprado, será sua divisão feita no sítio a prumo aonde acabam as casas que estão ocupadas pelas repartições públicas, ficando à dita galeria a sua serventia pela nova porta⁶⁶ que nela se abriu⁶⁷.

3. O Brasão da Porta Branca

Brasão da Congregação Beneditina de Portugal

Exemplar do sec. XVIII (meados), sobre o entablamento túrgido e avolumado da Porta Branca.

Leitura, quando fixada no colorido policromada das tintas, que, na Porta Branca, sendo de pedra, apenas se vincam os seus recortes:

Escudo de fantasia, plano armas da Congregação Beneditina Portuguesa, assim apresentados – Escudo partido, I em campo (de azul) uma torre de prata (aberta, iluminada e lavrada de negro), de cuja porta sai um rio de prata (e azul), ladeada por duas árvores (de ouro) em um monte (de verde) e em chefe um sol (de ouro) de doze raios;

II em campo (de vermelho) um leão (de ouro), rompante, empunhando um báculo (do mesmo metal).

Timbre: uma mitra posta de frente. Cartela com motivos de ornato setecentista, onde assentam o escudo e o timbre.

4. As portas monumentais

Ambas da mesma altura – segundo quartel do sec. XVIII –, de linhas ondulantes... Apesar de tudo diferentes:

Na Porta Branca – porque desta cor fôra pintada, ao tempo dos frades – os elementos lineares contracurvados projectam-se nas três dimensões, do que resulta a sensação de turgidez e de uma densificação massiva e caprichosa.

Na Porta Vermelha – pela côr com que fôra desde o início pintada –, os recortes ondulantes mais delimitam superfícies que intumescem os volumes. A preocupação de uns perfis coleantes desconvocou o tratamento especial da profundidade.

Rasa a Porta Vermelha; búdica a Porta Branca. Esta já mais sobrecarregada com um imponente brasão beneditino, mais intumescida se vê com a calote rocaille que a sobrepuja e com o balcão que nesta se firma.

A Porta Vermelha já mais aligeirada no volume e despida da sobrecarga de elementos acessórios, receberá maior sensação de leveza no vazio ovaloide, um óculo rasgado no interior do frontão.



⁶⁶ Já aberta na Páscoa de 1842, no lugar de uma das janelas em forma de trevo, no topo da galeria, oito meses antes desta tomada de posse...

⁶⁷ Cf. SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – Apontamentos de história local (XVI), em JST de 11 de Fevereiro de 1972, p. 2, col. 2-3.

1. O PRIMEIRO CLAUSTRO

1. O Claustro trecentista

É o troço restante mais completo da penúltima matriz. Formoso conjunto dos começos do sec. XIV. Adequado às proporções da igreja daquela altura, que a românica seria de maior acanhamento. Demais, no claustro, há uma ausência prática de qualquer sigla. E as marcas de canteiro, raras que o são, podem resultar de um simples reaproveitamento de edificações anteriores. As galerias de tecto apainelado, de madeira, lajeadas de grandes tampas sepulcrais, numeradas e individualizadas muitas delas, medem 28,50 m de comprimento por 3,20 m de largura.

Sobre um estilóbato de um metro de alto, erguem-se 124 colunelos geminados. Em remate, formosos capitéis, com decoração simétrica variada: desde os motivos geométricos às figuras da imaginação (quimeras), desde a decoração fitomórfica ou zoomórfica – animais enfrentados – às composições antropomórficas. De notar, nos capitéis, a diferença entre formas elaboradas dentro dos cânones da geometria e da estilização – especialmente no tratamento dos motivos vegetalistas –, e as mais rudes, nos capitéis de índole zoomórfica e antropomórfica, o que sugere uma diferença de antiguidade maior, a respeito destes últimos. O que, aliás, também poderia dar razão a quem vê nos segundos um sintoma de reaproveitamento de um claustro românico anterior.

De notar que os capitéis aparelhados se insculpiriam num só bloco de pedra. E que os de feição antropomórfica e zoomórfica, os motivos de uma face se conjugam com os da seguinte, aos vértices pela técnica da unicefalia e do afrontamento.

Servem as colunas de apoio a arcos, levemente apontados. Por sobre estes e da banda exterior, uma cornija, assente sobre uma cachorrada borgonhesa.

O piso superior – acréscimo que, na forma moderna, vem dos finais do século de 1800 – torna o conjunto deselegante, pesado, inestético... Sem piso superior, que belo seria o claustro !... Uma lápide marmórea, a letras de ouro, recordará aqueles que assumiram, no século XIX, finais (1897), a tarefa de apoio material ao restauro da crasta: José Luis de Andrade e Bernardino da Costa e Sá. Que belo seria este claustro, se lhe arredassem, como o fora inicialmente, o segundo piso, um tanto grosso e pesado, em contradição com o andar térreo, suave, lhano, cheio de movimento e de graça.... A galeria superior começara a construir-se no triénio de 1626-1629. E só 30 anos depois, estará concluída. Se pesada, na origem, mais pesada se tornaria aos finais do sec. XIX, quando, sob a influência de um romantismo tardio, lhe substituíram as portas rectangulares de sacada renascentista, pelas actuais de remate ogival.



2. As obras do sec. XVII

O segundo piso, inteiramente fechado, é um acréscimo que eu julgo subir ao tempo do triénio compartilhado de D. Clemente das Chagas e de D. João do Apocalipse (1626-1629). Duas das suas alas se teriam feito nesta altura. Galerias sem graça, no segundo andar, que, com menos graça se tornariam, aos finais do sec. XIX, com a reconstrução deste claustro, originariamente de quatrocentos.

De facto, no andar de cima, as portas, com sacadas renascentistas, deram a vez a aberturas rasgadas, com frisos e remates de feição ogival. Influências de um romantismo tardio que, na nossa terra, pelo século vinte adentro, se haveria de prolongar. Na Assunção, por exemplo, agora com a variante do românico.

Neste triénio dos ditos D. Clemente das Chagas e de D. João do Apocalipse, além do mais, se haveria de dar início a um segundo claustro. Com um lanço, apenas, ao fim deste abaciado. É aquele, em volta do qual gravitará a Escola Agrícola do Conde de S. Bento.

Os estadistas do trinénio de 1626-1629 – Frei Fabião e Frei Bento de S. Tiago – de forma muito sucinta o registariam:

Fesse hum Lanço de Dormitorio e levantarão de gallaria dous lanços da claustra uelha. Solhados e hum forrado fizerãose quatro frestas no corredor da Portaria e leuantarãose as paredes ate a porta, forrouse o Corredor della e estáse acabando a Portaria de dentro e de fora⁶⁸.

Os outros dois lanços – o do oriente e o do norte – só se farão depois de 1659, quando se começariam as obras da nova sacristia e da última igreja.



⁶⁸ Cf. Fotos Santo Tirso IV, p. 223-224.

3. A Capela de S Bernardo

No triénio de D. Frei Dâmaso da Silva fala-se da construção de uma capela, dedicada a S. Bernardo situada no vão da varanda. Tinha uma abóbada de arestas. O retábulo era dourado. Diante da imagem do Santo ardia, constantemente, uma lâmpada cujos raios se reflectiriam sobre a face austera do dito santo, estofada de branco e prateada.

O abade que a mandou construir, foi D. Frei Dâmaso da Silva (1665-1668), natural de Guimarães, mas filho da casa de Santo Tirso. E esmerou-se no arranjo desta pequena ermida ao monge cisterciense, ornando-a de um frontal e de uma vestimenta de damasco carmezim e branco. Aliás, o retábulo de talha fora mandado construir com dinheiro do uso do mesmo D. Dâmaso⁶⁹.

Entretanto, porém, aos nossos dias, esta capelinha deixará de o ser, para se transformar em quarto de banho...

4. As obras de D. Frei Sebastião de Santa Rita (1813-1816)

Ao seu tempo, o claustro receberia uma transformação. Importante a observação dos estadistas que falam de consertos do forro e madeiramentos, pinturas, portas novas de castanho, consertos das janelas, das grades de ferro e das sacadas dos três claustros do nosso mosteiro.

Aliás, sabemos que, antes do seu encerramento, contava Santo Tirso já com mais um claustro, o quarto, em construção. Só lhe faltaria uma ala para cerrar-se de vez. Saber-se-á de uma planta, onde todos figuram, até o último incompleto...

Este Abade, D. Sebastião de Santa Rita – e pelo que respeita ao primeiro claustro – mandaria lageá-lo de pedra lavrada, nos seus quatro lanços, com sepulturas encaixilhadas, tudo feito com muita precisão e inteiramente acabado. Tal e qual como hoje se vê.

Mais, ordenaria se consertasse o forro, que foi todo pintado de branco a óleo, com as flores da entalha amarelas e faixas de azul claro. O forro lá está. Mas sem nada que imaginar-se possa ter sido pintado, na nudez da madeira como hoje se encontrará.

Até a este D. Frei Sebastião de Santa Rita, o claustro rematava, ao nível inferior, de um rodapé de azulejaria. Não fazemos uma ideia exacta, porque aqueles azulejos banais que o orlavam em toda a volta e que até há pouco se viam eram menos que banais e recentes. Falo em termos relativos. Naquele rodapé de azulejaria, que ornamentava o perímetro da velha claustra, ao tempo deste D. Abade,



⁶⁹ ADB/UM, Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109. Foram estadistas deste abaciado Frei José dos Reis e Frei Jacinto de Valadares.

D. Sebastião de Santa Rita, notar-se-iam remendos pouco acomodados de vários padrões. E foi-se por uma medida radical: retirá-los !... E, em seu posto, em vez de painéis cerâmicos, optou por um rodapé pintado, de faixas azuis, com uma cercadura inferior de cor preta, e a superior a fingir mármore vermelho desmaiado... Não imagino que efeito surpreendente uma tal combinação poderia proporcionar!

Nos quatro ângulos da cerca, havia esculturas, resguardadas nos quatro nichos que delimitavam os ângulos. Mandaria D. Sebastião compor as imagens, que ficassem com mais decência. Actualmente, ainda existem duas delas: uma de Nossa Senhora e uma outra que me parece do Papa, talvez S. Gregório Magno.

Muito importante, para a reconstrução do claustro anterior o que este D. Abade operaria, ao nível do segundo piso. Hoje, as portas são rasas, ou seja, não têm sacadas. Além do mais, rematam em arco de ogiva. Mas não eram assim. Até finais do sec. XIX, as portas eram rectangulares, com sacada renascentista. Sabemo-lo por um desenho – uma litografia de Legrand – e pelo relato dos estadistas da prelazia de D. Sebastião de Santa Rita, que dizem:

Nas soleiras das portas das varandas abriram-se buracos, com canos de chumbo, para desviarem as águas que podiam danificar os forros do mesmo claustro.

Na restauração deste espaço, aos finais do sec. XIX, talvez para melhor conformidade com o piso térreo, deram ao conjunto de portas do segundo andar as feições aparentadas às linhas ogivais do circuito do rés-do-chão.

Todas estas obras se podem ler no relatório trienal deste abade .

5. A reconstrução do sec. XIX

A memória da reconstrução deste claustro, aos finais do sec. XIX, feita pelo Prof. Fernando Pires de Lima não andou longe da verdade, quando disse que as galerias deveriam ter mais de duzentos anos...

Vamos dar o texto desta memória, onde colaboraria o Abade Pedrosa, feita para a sua reconstrução, em 1896. Encontrava-se no Arquivo da Casa de Silvalde e foi publicada pelo Sr. Doutor Augusto César Pires de Lima, de cujo estudo a extraímos, para divulgação maior entre os curiosos de hoje, esquecidos tanto das coisas do passado como das mais recentes, tanto das fontes narrativas como das documentais:

Ao lado direito da Igreja, entrando por um elegante portão, encontra-se o claustro que dá entrada para a dita Igreja, para a residencia parochial, sacristia, côro e torre, como o indica o desenho n.º I.

Este claustro é um quadrado de 28,5 de lado, com uma galeria de 3,2 de largo em tôda a volta, lageada de cantaria coberta de inscrições funerarias, resguardada por um parapeito de 1 m de altura, feito de cantaria com finissimas molduras; e sobre elle descansam 124 columnas dispostas

duas a duas, tendo a base e capitel commum a ambas; com os 62 capiteis, todos diferentes uns dos outros, e supportando uma arcaria e cornija estylo gothico, como se vê do desenho n.º 2.

Em construcção mais recente, mas que remonta a mais de duzentos annos, collocaram sobre esta delicada obra uma segunda galeria, resguardada por uma grossa e pesada parede, sem relação alguma com a architectura primitiva, cujo peso deu lugar a que toda a obra se desviasse do prumo⁷⁰, e se ache presentemente com grande parte das pedras fendidas e desconjuntadas, que já se teria desmoronado se não fosse a grande quantidade de escoras que a amparam, o que seria uma perda irreparavel não só pelo aniquilamento dum precioso monumento historico, mas tambem por ser um accessorio indispensavel á igreja e residencia parochial, e annexos; razão por que a junta de parochia⁷¹ deliberou proceder sem perda de tempo á sua reedificação.

Para se proceder á reedificação torna-se necessario:

Escorar o travejamento da galeria superior com traços de pinheiro, collocados a intervallos de 1,5 m, assentes e encimados por pranchões ligados uns aos outros a dois terços da sua altura; fazendo-se o mesmo do pavimento superior para a armação do telhado, para suportar o peso deste reforçando tambem as escoras do lado de fora para as paredes, a fim de que elas se não desmoronem e destruam o que se quer e urge conservar.

Em seguida deve armar-se um guindaste, que gire pela parte de fora, e principiar-se o apeamento primeiro da cornija em toda a volta, e depois das paredes, até o coroamento da arcaria, retirando para fora do recinto todo o material, conforme se for apeando.

Logo que tudo esteja desembaraçado, deve proceder-se ao apeamento de um dos panos do claustro, primeiro pela cornija, numerando cada uma das pedras a tinta de oleo e collocando-as por ordem e em fileira em outro lado do claustro, seguindo-se depois o apeamento dos arcos, numerando igualmente todas as peças e depondo-as em ordem, para que não haja troca ou confusão quando tornarem a collocar-se. Observar-se-há o mesmo no que diz respeito á cantaria moldada que serve de suporte ás columnas.

Feito isto, será apeado o parapeito até á altura do solo exterior, ou mesmo até aos fundamentos, se as pedras não tiverem as dimensões e solidez exigidas para se proceder á reconstrucção.

A reconstrucção principiará pela parede do parapeito, que será feita com toda a solidez, sendo a pedra assente em boa argamassa de cal e areia, e observando-se com todo o rigor as dimensões da actual.

Todas as pedras emmolduradas que coroam o dito parapeito, e se acham deterioradas, serão substituidas por outras novas, da mesma qualidade, côr e dureza, que serão assentes de preferencia sob as bases das columnas.

A arcaria será novamente assente com toda a solidez, compondo-se-lhe as falhas quando seja possivel, ou substituindo por peças novas as que não estiverem em bom estado, não se admitindo remendos a cal, cimento ou outra qualquer materia a não ser para tomar as juntas que devem ficar perfeitamente unidas; tolera-se apenas que sejam colladas, solidamente, quaesquer peças que estejam partidas, quando este serviço não prejudique a perfeição do trabalho.

Concluido o primeiro panno do quadrado, seguir-se-lhe-há o segundo, e assim sucessivamente até ao ultimo, adoptando-se sempre o processo empregado no primeiro.

Depois de reconstruidos os quatro pannos até ao segundo pavimento, proceder-se-há á construcção das paredes da galeria superior sobre a obra acima descripta até á altura do telhado, como indica o desenho n.º 3.

Estas paredes, que serão encimadas pela cornija que agora corôa a arcaria, serão construídas de perpianho de granito, com 0,25 m de espessura, apenas desbastado pelo lado de dentro para ser coberto de cal, e, pelo lado exterior, toda a pedra será lavrada, sem a menor falha, e as juntas unidas, para ficar a descoberto.

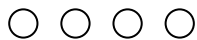
Em cada panno de parede, levará quatro janellas em forma ogival, como o indica o referido desenho n.º 3.

Sobre a cornija, numa cavidade nella aberta pelo lado de dentro, serão collocados os respectivos frechais de boa madeira de castanho, para os quais será ligado o embarrotamento do telhado.

A obra deve ser feita por administração, sob a vigilância de pessoa technica; pois que é impossível fazer-se d'empreitada, attendendo a muitos trabalhos imprevistos e mesmo pela dificuldade de se obterem os materiaes senão a grande distancia pelo que apenas se pode fazer um calculo approximado da obra.

Sou de parecer que a pedra nova a empregar seja extrahida das pedreiras do logar de Agrichouso da freguezia de Affife do concelho de Vianna do Castello, por ser a única que conhecemos igual á da edificação primitiva, e não saber que mais perto haja outra pedreira em iguaes condições.

A despesa aproximada a fazer com estes trabalhos é de Rs. 3:581\$290, baseada no seguinte: Estacas – 86 a 400; Pranchões – 8 a 1800; 4 Carp.s – em d. a 360; 6 Ped.s em 20 d. a 360; Aluguer de ap.lho – 20 d. a 300. Total – Rs. 2:604\$190.



⁷⁰ Este desvio do prumo deve-se às tumulações que na crasta se foram fazendo, principalmente antes da construção do actual cemitério do Montinho. Estes enterramentos fragilizaram os alicerces. Até a fonte do claustro foi retirada para a Quinta da Palmeira, para que se aumentasse a área funerária do claustro !...

⁷¹ A Junta de Paróquia não só contribuiu para a tumulação, como até, para aumentar a área, vendeu o chafariz para a Quinta da Palmeira...

Para memória dos benfeitores que custearam a recuperação deste claustro, lá figura, na ala norte, uma epígrafe, em letras insculpidas e avivadas a ouro:

ESTE CLAUSTRO FOI
REEDIFICADO DESDE
OS FUNDAMENTOS EM
1897 A EXPENSAS DA
HERANÇA DO EX.MO S.R
CONDE DE S. BENTO,
INSIGNE BEMFEITOR
DESTA IGREJA, POR DE-
TERMINAÇÃO DE SEU
NÃO MENOS BENEMERI-
TO SOBRINHO EX.MO S.R
JOSE LUIZ D'ANDRADE
E POR INICIATIVA DO
EX.MO COMMENDADOR
BERNARDINO DA COSTA
E SÁ, GENEROSO PRO-
TECTOR DA MESMA
IGREJA

6. A Fonte do primeiro claustro

No centro, havia uma fonte. É natural que desde a origem, a partir do sec. XIV. Mas a primeira notícia que dela tenho remontará ao sec. XVII. Transmitida já a meio por Frei Leão de S. Tomás:

Bem feito e bem acabado, de invenção nova, lança água ao alto, com força a modo de esqui-cho, através de vinte e dois repuxos. E toda volta a cair nas taças e no tanque.

Num dos remates boleados da cruz, de que o tanque se formaria, lê-se, da parte exterior, envolvida numa cartela, a data de 1646, que marcaria a primeira construção deste gracioso monumento.

Evidentemente que não é o de hoje, tal qual agora se vê. No triénio de D. Veríssimo da Ascensão reconstruir-se-á profundamente este belo monumento decorativo do nosso primeiro claustro. Pelas actas do Conselho monástico, nesta altura, sabemos que este primeiro chafariz se encontrava com as suas pedras em desalinho e sem o murmúrio das águas que lembrassem o espírito de oração perene que na casa se vivia. Na sessão de 9 de Agosto de 1732, o dito abade classificou a tarefa da reparação uma obra custosa

e de grande importância. Mas que valeria bem a soma de despesa e de sacrifícios para reconstruir a fonte com suas taças.

Começar-se-ia pela tentativa de exploração de um maior caudal de linfa, na mãe de água. Mais tarde, a 24 de Março de 1733, contrataria D. Veríssimo da Ascensão o concerto do aqueduto e do chafariz com um mestre barcelense:

O Dom Abbade propos que há muitos annos se achava o claustro sem agoa por estar o aqueducto e chafariz desconcertado, e ser necessario descobrirse mais agoa na may della; se lhes parecia a suas Paternidades⁷² se fizesse esta obra que havia de ser a custo, e grande impertinencia, e por todos se assentou que era util, e que a todo o custo se fizesse a obra.

Logo propos o Reverendo Padre Dom Abbade que tinha ajustado a obra do Concerto do aqueducto da agoa, e Chafariz do Claustro com o Mestre Francisco Manoel de Cossourados; se parecia a suas Reverendas Paternidades que este Mestre fizesse a dita obra; e por todos foi assentado que sim a fizesse.

Por isso, no relatório trienal deste Abade, se dá conta do acabamento desta tarefa:

Concertou-se o Chafariz do Claustro, desfazendo-se o antigo, e acrescentando-o Com novas taças, e peças, que se lhe fizerão de novo.

Assim, o actual chafariz do primeiro claustro da nossa igreja é de 1733-1734. E obra do dito mestre Francisco Manuel de Cossourados.

A fonte terá um pilar, constituído de duas taças sobrepostas, com o seu pé em forma de cálice. Na taça de cima, a nível, pois, superior, ergue-se um novo pilar, decorado de quatro aves adossadas, e em cruz, de asas abertas, de pescoço alongado e recurvo. No vértice deste último pilar uma flor de lótus por cujas pétalas, como de olhos em lágrimas humedecidos, correm fios de água, em cascata, por sobre as taças. Quer o tanque, como a taça inferior são de planta cruciforme, com os braços interligados por uma linha de três dentículos escalados.

Mas voltemos ao chafariz deste primeiro claustro. Não se pense que terminariam, por aqui, os padecimentos do chafariz. Ainda estava longe de chegar ao fim a via sacra da sua sobrevivência no meio de tantas tribulações. Maiores dores lhe adviriam, na segunda parte do sec. XIX. Com a expulsão dos frades, em 1834, o monumento belo e grandioso veio a sofrer, nas entranhas, dos tormentos por que acabavam de passar os seus companheiros de sempre, os religiosos beneditinos. Na igreja, acompanhava o órgão o Ofício Divino dos monges. No claustro, respondia-lhes a fonte com o suave murmúrio dos seus lábios.

Pois bem, como não havia cemitério em Santo Tirso, a Junta de Paróquia de cá começou a utilizar o claustro para espaço cemiterial. E, como a fonte era impecilho às tumulações, tiveram aqueles responsáveis a irresponsável ideia de o retirarem, vendendo-o para a Quinta da Palmeira !... Uma data do sec. XIX, no topo de um dos braços em cruz, do lado oposto daquele em que se inscreve a cronologia de 1640 (?), será a da sua aquisição pelo proprietário da que fora a brevia dos eremitas landinenses.

Venderam-na, pois, os membros da Junta. E, em seu lugar, implantaram o mausoléu do Conde de S. Bento. Postais há – e neles se inspira o painel de azulejaria, que ladeia as escadas que dão acesso do Largo Coronel Baptista Coelho para o alto da feira – que mostram esta situação.

Em 12 de Dezembro de 1929, o Jornal de Santo Thyrsó, porém, noticiava que se iria fazer a transferência do mausoléu do nosso Conde desde o claustro para o Cemitério Municipal. Ainda demoraria o seu tempo. Que estava para breve, daria a boa nova o mesmo jornal, em 8 de Dezembro de 1932. De facto, a 12 de Dezembro deste mesmo ano, se daria, efectivamente, execução ao projecto.

Desimpedido assim o espaço claustral, tratou logo o Monsenhor Gonçalves da Costa, extraordinário abade de Santo Tirso, de readquirir o velho chafariz, que deste modo, pôde voltar ao seu lugar de origem.

Assim se desrespeita e assim se maltrata o património. Ainda bem que, desta vez, se pôde dar vantagem à emenda!...

7. A fonte do segundo piso

Ao cimo da escadaria que estabelece a ligação entre o átrio da Porta Branca e o Dormitório dos monges, uma bela fonte, que já a Benedictina houve por bem descrever:

Tem no dormitorio hum arco de pedra, e dentro delle hum Pelicano, que em lugar de sangue está lançando agoa pello peito pera mayor comodidade dos Religiozos a qualquer hora.

Um frontão de volutas, a ladear um nicho rematado em tímpano angular, hoje sem imagem. O frontão e as pilastras, de volutas de acanto servem de enquadramento à fonte:

- Tanque semicircular, de face de gomos e em perfil serpentino;
- Sobre a taça, com decoração de folhagem de acanto, um Pelicano, de cujo peito brota água. Ou brotava, que agora não deita !...
- Segura a taça uma figura fantástica e híbrida de atlante: um tritão de duas caudas divergentes.

O conjunto, de inspiração barroca, é do sec. XVII. Anterior a 1650, como dito foi.



⁷² Gozavam do título de Paternidade o Abade Geral, os que tivessem sido Abades Gerais, os Abades em função, os Definidores, os Visitadores, os doutores, o Companheiro e Secretário do Abade Geral, os Professores da Universidade, os Pregadores Gerais, Mestres de Noviços, os Leitores eméritos, os Comissários do Abade Geral, os substitutos dos Definidores ou Visitadores.

8. O refeitório monástico

É natural que o refeitório monástico funcionasse no primeiro claustro, como a Saqla do Capítulo e a Cozinha.

Nós sabemos que a actual igreja de Santo Tirso é obre do arquitecto, de merecimentos firmados, como o foi João Turriano. Mas, antes da igreja, fizera ele já uma obra de grande vulto na nossa casa: o refeitório monástico. Ao tempo deste abade de que estamos tratando, D. Frei Mateus da Assunção. E não só se elaboraria a dita traça pelo mencionado arquitecto, quanto se executou e acabou, no decurso do triénio. E, mais ainda, se decorou e se proveu o Refeitório do necessário ao seu funcionamento.

De tuso se sabe pelas recomendações do Abade Geral, o Padre Mestre Frei António de S. Bento, Lente Jubilado de Sagrada Teologia, na visita que nos faria, a 6 de Dezembro de 1653⁷³.

*Ainda que o muito Reuerendo Padre D. Abbade está pera fazer a obra do Refeitório que esperamos seia perfeitissima seguindo em tudo a traça do P.e Mestre frej João Turriano, e fazendo de modo que lhe praticou no que se há-de gastar dinheiro concideraue*⁷⁴.

Estaria o refeitório quase pronto a 3 de Dezembro de 1655. De facto,, o mesmo Visitador já prevê, nesta ocasião, que, acabada, ficará esta sala da residência monástica obra estremadíssima. E pede ao Abade de Santo Tirso se empenhe nas obras complementares que contribuam para a beleza desta sala do nosso mosteiro e a defendam de estragos que eventualmente possam danificar tão bela dependência monástica:

*Rendemos as graças ao muito Reuerendo Padre Dom Abbade pella obra do Refeitorio que acabada sahirá estremadíssima, e porque uistas as contas e o que há de receber ainda, temos por certo há de ter dinheiro pera fazer mais obras lhe pedimos com todo o encarecimento trate logo de mandar cobrir a entrada do Refeitorio, e levantar a parede do dormitorio pera que assj fique a obra acabada, e se euittem os inconuenientes que a todos são presentes. Mandará tambem correr os telhados que faltam por consertar antes que uenha o inuerno e concertar o Cano do Chafariz da segunda claustra pera que corra agoa. E sendo possiuel mandará mudar o forno para outra parte por não fazer dano ao forro e pinturas do Refeitorio*⁷⁵.

O Refeitório era grande: de 90x36 palmos⁷⁶. Tomamos a sua descrição do relatório trienal, ou seja, dos Estados do Mosteiro:

Fesse o Refeitorio de Nouenta palmos de comprido e Seis de Largo todo de Lageado com Seus degraos, e Taburnos azoleiado em Roda de oyto palmos em alto, com Sinco Frestas de doze palmos em alto, e quatro de Largo, suas redes e Vidraças todos com Cortinas de olandilha azul; todo forrado de Castanho bem obrado com seus floroens, e no meyo do tecto com as armas de Nosso Padre S. Bento estofadas e douradas, e o Pulpito do Leitor com gardes de jacaranda bronzeadas, e huma estante dourada e um Candieiro de Lattão, e dous para o meyo

do Refeitório de noua emunção; as portas e almarios oleados; Treze mezas em Roda. Mandaramsse fundir as eminas⁷⁷ de nouo para o que ficão oyto mil reis na mão do Gastador das Obras. Fica também a Ministra Com azulejo Hum Paynel com a Tenção da administração dos Anjos no Dezerto, com seu Caixilho de quatro Palmos em quatro de meyo Relleuo Dourado e estofado, com suas Cortinas de olandilha azul⁷⁸.

Enfim, uma obra grandiosa, artística de acréscimo,, não fosse do projecto de João Turriano – e filho de peixe sabe nadar, que o pai, de Itália, fôra grande engenheiro ! – e do zelo esclarecido do grande abade D. Feri Mateus da Assunção...

Para o bom funcionamento do Refeitório, acrescentam os estadistas que o abade sobredito nele pôs quinze toalhas de mesa, mais 88 guardanapos, seis aventais, três toalhas de mãos.

Foi sobretudo para esta obra do Refeitório que se gastaria a maior parte dos 1.610.036 reais que do Depósito foram parar ao Descargo do Padre Gastador do convento.



⁷³ JST de 15 de Dezembro de 1932, p. 1, col. 1-2.

⁷⁴ Para além do Abade Geral e seus companheiro, assinam a acta o Abade de Santo Tirso – o referido D. Frei Mateus da Assunção –, o Prior, Frei Francisco da Trindade e mais sete religiosos do conselho. Cf. ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, vol. 149, ff. inum. O Companheiro do Abade Geral, D. Frei António de S. Bento, e seu secretário, foi Frei Roberto dos Reis.

⁷⁵ Assina esta acta, além do Geral e seus companheiro, o Abade de Santo Tirso, com seu Prior. Entre os do Conselho, assina o monge João Tavares, que, sendo natural de Santo Tirso, de Argemil, foi depois abade da nossa casa.

⁷⁶ O palmo valeria em Famalicão 0,21920 m.

⁷⁷ Quanto à emina, veja-se o artigo que publiquei, a 16 de Abril de 1999, na ST, na série “No pó dos arquivos...”, n. 87, sob o título de Pesos e medidas no concelho de Santo Tirso

⁷⁸ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109.. Foram estadistas deste relatório trienal Frei Leandro do Socorro e Frei Vicente dos Santos, que fizeram o elenco para o Capítulo Geral de 3 de Maio de 1656.

2. O SEGUNDO CLAUSTRO DE SANTO TIRSO

Duas coisas sobre este claustro: primeiro, a sua construção; segundo, a ala norte, em particular.

1. A construção do segundo claustro

Era, na origem, do sec. XVII. Deve-se essencialmente a D. Frei Plácido dos Anjos, quando repetiu o seu abaciado trienal (1629-1632). As obras foram-se arrastando, durante o triénio seguinte – prelazia de Frei Máximo de S. João (1632-1635) –, para só terminarem à frente, quando foi abade D. Frei Bento da Esperança (1635-1638). Mas do primeiro, D. Frei Plácido dos Anjos, veio também o impulso de maior decisão. Depois de acabar a obra do Dormitório por sobre a crasta do claustro do sec. XIV, lançou-se, com toda a coragem, à edificação do segundo perímetro.

Efectivamente, do seu relatório trienal conclui-se que, antes de mais, acabaria a obra do Dormitório por sobre o claustro velho; que, logo de seguida, mandaria fazer nove janelas de pau, para as galerias do claustro gótico e do novo; que se lançaria à construção de dois lanços de dormitório, com dois lanços do novo claustro, que tinha onze celas, com três sacadas e duas varandas para o rio; que desentulharia a claustra nova e colocaria nesta, ao meio, um chafariz; que mandaria desentulhar o passadiço entre as duas crastas, para que as procissões pudessem calcorrear um itinerário mais alongado pelos dois perímetros; que ordenaria se fizessem nove grades de ferro douradas para as janelas da galeria do claustro novo...

Não chegaria a fechar este claustro. Mas deixaria já oito cornijas para o rematar. Como disse, perfeito e acabado, só na prelazia de D. Frei Bento da Esperança, que vai de 1635 a 1638. Logo de seguida, já uma solene procissão – a realizar-se três vezes por semana – da comunidade monástica e com a participação da freguesia iria percorrer o circuito dos dois claustros, a entoar solenes louvores a Deus pela feliz restauração de 1640, conforme determinação do Geral, D. António Carneiro.

2. O chafariz

Ao pátio delimitam-no, agora duas arcarias afrontadas e dois alçados fechados, fronteiros e simétricos. Nas galerias, erguem-se colunas toscanas, pançudas, sobre que assentam arcos plenos.

Ao centro do jardim, classicizante, geométrico – pelo menos, hoje em dia – o chafariz. Mas não tão modesto, como o teria julgado Carlos de Passos. É belo, muito embora de menor imponência que o do primeiro claustro. Em 1650, já aí se encontraria situado. E ali ficou, ao contrário do chafariz do primeiro claustro, que, ao sec. XIX, foi compelido

ao desterro! Cita-os, aos dois, Frei Leão de S. Tomás, já em 1651.

Todavia, os estadistas de 1743-1746 falam de uma fonte no claustro do meio que se deveria à iniciativa de D. Frei Plácido de S. Bento.

Sobre uma base octogonal de um degrau de focinho, assenta um tanque de igual forma geométrica. O chafariz compõe-se de duas partes:

- um pilar simples;
- e, sobre ele, uma taça, constituída de um vaso caliciforme, de bojo ornamentado com motivos fitológicos. Cobre-a um gracioso copérulo, exteriormente remata por quatro golfinhos, presos pelas caudas e pendentes por cima do rebordo.

Diga-se, desde já, que o tema dos golfinhos se repete, algumas vezes, como elementos de decoração, na arquitectura e urbanização do mosteiro de Santo Tirso.

3. As alterações no sec. XVIII

Era um claustro, que, ao piso térreo, se compunha de uma galeria corrida de arcadas, nas suas quatro faces interiores. No sec. XVIII, porém, foi interrompido este circuito em duas alas opostas. Não se ficaram pela interrupção. As ditas alas opostas – a do norte e a do sul – foram realçadas. Tudo por obra e graça do monge beneditino – arquitecto, entalhador, artista de ferro forjado... – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. A ala norte deu lugar à construção de uma nova Livraria, que se instalará, no segundo piso; e ao Cartório mais à fábrica da Cera, no rés-do-chão. Estas obras começariam em 1767 e se prolongariam pelo decurso de dois abaciados até ao seu acabamento.

Logo a seguir, na ala oposta, a do sul, levantar-se-á nova Sala do Capítulo, que também levaria, até à sua conclusão, a dose maior de dois triénios, ou seja, de 1780 a 1786.

As duas alas vão interromper o circuito do claustro, a nível térreo, e dentro da sua área. São mais altas que as outras duas, a ala poente e nascente. E são simétricas, no essencial. E faço esta ressalva, porque há diferenças entre o edifício da Livraria e o da Sala do Capítulo. A saber:

Primeiro, mais barroca a Livraria; mais moderna, ao gosto neoclássico a Sala Capitular.

Segundo, no piso térreo, às três portas de simples enquadramento da Livraria, correspondem as frestas, na Sala do Capítulo.

Terceiro, no andar nobre, as portas de “rocaille” mais adensado e de sacadas de tradição minhota, no Salão actual de Estudo, contrastam com as janelas duplas, de linhas levemente ondulantes e recortadas da que é, hoje, a Capela da Escola.



Segundo Claustro do Mosteiro de Santo Tirso

APÊNDICE DOCUMENTAL

1. Os Estados de 1632

mui (?) perfeito cresceo o dormitorio que estaua feito forrando sinquo sellas, rebocandoas e caiandoas, e prouendoas de ferramentas.

fizerãose noue janellas de pao nas gallarias da claustra uelha e noua e fesce a porta da portaria.

Acabousce de forrar o corredor que vai para a portaria, e se laurarão duas columnas capiteis e cornija para a portaria do Carro que fiquão lauradas iunto a hospedaria dos leigos.

fizerãosce grades de ferro douradas para as seis janellas da claustra uelha.

fizerãosce de nouo dous lancos de dormitorio com dous lanços de claustro que tem onze selas com tres sacadas tudo forrado reboquado e caijado.

E nas duas sacadas se fizerão duas brandas para o Rio para recreação dos monjes.

Desentulhousce a claustra noua, e se poz nella hum chafariz trazendo agoa para a ditta claustra por alcatruzes.

Desentulhousce todo o pacadisco da claustra uelha para a noua, fazendo na claustra uelha huma porta muito fermoza e grande para as procissões irem á claustra noua, e se rebocou a caijo todo o passadiço, e claustra noua e uelha.

fesce huma Lucerna para o dormitorio de vidro.

fesce huma escada para a seruintia dos religiosos para a claustra noua, e outra para seruintia da cozinha com suas portas.

fizerãosce noue grades de ferro douradas para as noue janellas da gallaria da claustra noua.

ficão oito cornijas lauradas para se acabar de fechar á claustra noua.

fesce huma piramide no Canto do dormitorio.

fizerãosce des escabelos para as sacadas das janellas

fizerãosce necessarias nouas em hum dos lanços do dormitorio nouo.

2. Estados de 1638

(...) fesse hum Lanço de galaria com que se fechou a Claustra noua com suas grades perfeito e acabado como Estaa

3. Estados de 1770

Deuse principio a Livraria nova

4. Estados de 1773

Fesse huma Caça de Livraria Completa inteiramente. E por baixo da mesma se Repartio em tres casas, duas para a Fabrica da Cera, e huma para Cartorio.

5. Livro da Razão, de Frei José

No Mosteiro de Santo Thirso (fiz) conserto da Tribuna e capela mor Pulpitos, é Grades, os quatro retabulos nos lados da Igreja os dous guardaventos Livraria, é Caça do Capitulo das Culpas

3. O TERCEIRO CLAUSTRO

Do terceiro claustro restará apenas, uma galeria, a ala ocidental, a servir de delimitação ao que, hoje, faz de campo de basquete, na Escola Conde de S. Bento. As demais galerias, que fechavam a área em toda a volta, foram-se...

Este terceiro claustro iniciar-se-á, creio eu, no triénio de 1638 a 1641. Mas, como faltam no ADB/UM, os relatórios trienais destes três abaciados – tantos quantos vão de 1638 a 1647, a saber, o primeiro de D. António Carneiro e o primeiro e segundo de D. Manuel dos Reis –, não podemos fazer uma ideia concreta da empreitada e da sua execução. O segundo claustro terminaria no triénio de 1635-1638, segundo os dados de que dispomos, caucionados pelos estadistas da governação de D. Frei Plácido dos Anjos (1629-1632) e de D. Frei Bento da Esperança (1635-1638). Já vimos. Daí as procissões por um circuito ampliado das duas clausturas, a partir de agora.

Apenas acabado o segundo claustro, logo se teria continuado na edificação do terceiro, que estaria em construção por 1650. Ao facto se poderá referir o cronista beneditino, Frei Leão de S. Tomás, quando fala do avanço da ala nascente, sobre o rio, com a achega complementar sua de que havia já duas crastas. A continuação do edifício conventual para sul, com a formação do terceiro claustro, deu ao mosteiro a extensão aproximada dos 150 metros. Infelizmente e como disse, não existem os três relatórios trienais que acompanhariam as obras, desde 1638 a 1647. Mas sabe-se que, nos triénios de D. Frei Manuel dos Reis (1641-1644 e 1644-1647), houve no monte de Frádegas grandes canseiras na prospecção de águas para a nossa casa religiosa. Durante seis meses, pessoas do mosteiro e gente de fora, a jornal, teriam desco-berto, com grande esforço, três nascentes e teriam construído três arcas *mui fermosas*, com padieiras lavradas. Além do mais, fizeram-se-lhes paramentos de pedra lavrada, com suas portas fechadas. Duas delas tinham de comprimento perto de trinta palmos. Depois, ter-se-ia feito um cano

de pedra e cal até ao mosteiro, que tinha de comprimento 720 varas . Esta agitação à cata de águas dá a sensação que o terceiro claustro iria adiantado.

Naturalmente que esta água servia para alimentar a cozinha, o dormitório e as fontes, particularmente as da claustro.

Ora uma delas, a ser beneficiada foi a do novo claustro, dir-se-á no relatório trienal de 1650, onde a água jorraria, não por chafariz, mas por repuxo. Assim o declaram os estadistas eleitos pelos monges, Frei Gregório de Santa Maria e Frei Mâncio dos Mártires. Poderia, pois, dizer-se que este último claustro será dos meados do sec. XVII.

Ao mesmo tempo que começava a igreja última, D. Anselmo Alvo e, logo depois, D. Luís de Moura ainda se houveram de preocupar desta crasta. Julgo que este terceiro claustro teria começado no triénio de D. Mateus da Assunção (1653-1656), se me não engano. Teria ficado incompleto.

Ao fim da sua prelazia, anotarão os estadistas a construção de uma parede do Dormitório por sobre os alicerces, com o comprimento de trinta palmos. Escreveram aqueles – Frei Leandro do Socorro e Frei Vicente dos Santos –, a 1 de Maio de 1656:

Continuosse com a parede do Dormitorio da parte de fora do alicesse que tem trinta palmos em Comprido .

No triénio seguinte, o de D. Anselmo Alvo, que deu início às obras da igreja actual (1656-1659) –, decorriam as obras no seu normal crescimento:

Continuoussse o dormitorio por diante em que se fizerão duas cellas de todo perfeitas e acabadas, e se foj continuando a varanda do claustro athe a primeira jenella que já fica feita como há de ser e se lancou huma linha de ferro em a varanda para maior segurança da obra, e se fez a cornija que corre pela parte do Claustro.

Fesse huma sacada com huma jenella rasgada lançada fora com huma grade de ferro de grande custo e feitio pintada de vermelho com suas bolas grandes de metal, e se forrou assi o dormitorio, com varanda e sacada com muita perfeição.

Desta sacada se começa a continuar huma bem obrada escada para baixo, e no taboleiro que está no meio della huma jenella grande para fora. Fesse o tecto de hum bom e corioso forro com suas rozas, e floroens grandes, e no meio huma bem obrada targe com huma imagem do gloriozo Martir Santo Tirso, feita com toda a perfeição que a arte pede. Pera se dourar e estofar a targe, floroens e rozas fica feito partido com o pintor em vinte e seis mil reis que já ficão pagos.

Desta escada saj hum arco grande que dê no passadiço da porta da orta que já fica perfeita e lajeada de pedra todo o pauimento no dito passadisso, como tambem o espaço que corre entre o refeitório e hospício .

E, ao tempo do P.e Mestre Frei Luís de Moura, ao seu final, estava já em acabamento um lanço da galeria:

Solhouçe, e forrouçe hum lanço da galaria do Claustro, E como este lanço se auia de igualar com o Refeitorio se leuanteu mais por respeito de se tomarem as aguas, por cuja Cauza se fizeram em todo o lanço duas armaçois falças de madeira de grande Custo, por se não bolir no Refeitorio; neste lanço pella parte do Claustro, se pos em todo elle Algerozes, e Cordois de pedra muj bem laurada, puzerão-se mais quatro grades, e tres linhas de ferro, pintado tudo a oleo; e se fizeram mais quatro Ginellas de madeira muj bem laurada com suas ferraiens.

Depois, falar-se-á abertamente nos três claustros. Por exemplo, D. Veríssimo da Ascensão fará dizer pela pena dos estadistas, que meteria um chafariz no terceiro claustro. E, em 1746, no relatório trienal de D. Frei Plácido de S. Bento, se dirá que este abade meteu uma nova fonte no claustro do meio. O que fará subentender que o terceiro estaria acabado, e o quarto, se havia, era só o projecto... Igualmente, para fim do sec. XVIII, os estados do mosteiro referem, a propósito do abaciado de D. Frei José de Santa Maria Maior (1770-1773), a existência de três claustros no mosteiro da nossa cidade.

Seja como for, que havia quatro claustros no mosteiro de Santo Tirso é certo. De três dá testemunho, por exemplo, o relatório trienal de D. Frei Sebastião de Santa Rita (1813-1816) que diz expressamente de consertos de forros e madeiramentos, pinturas, portas novas de castanho, consertos de janelas, das grades de ferro das sacadas *dos três claustros de Santo Tirso...*

Pelo Mapa do Mosteiro de 1790, sabe-se um pouco mais: que havia três completos e um mais pequeno, ou seja um quarto incompleto, suponho. Dirá este documento:

He Mosteiro grande e magnifico; tem tres claustros em linha recta com suas varandas e acompanhados pelos Lados ao comprido de dois Dormitórios d'extraordinaria Longitude aos quais fecha outro mais pequeno, que corre aparte do Nascente .

O terceiro claustro foi destruído. Só lhe resta a galeria do poente. Ainda há pouco, porém, se viam os seus “ossos” desconjuntados. Um articulista do Jornal de Santo Tirso testemunha-o, com a explicitação dos seus elementos e da menção do local, onde, distantes, jaziam insepultos. Deste relato nos servimos, para fechar esta nota:

E o terceiro (claustro) (...) foi pouco feliz! A sua alvenaria anda dispersa e os seus arcos e as suas colunas foram deslocadas para (...) os recreios dos rapazes da nossa Escola Primária.

4. O QUARTO CLAUSTRO

Que havia mais um claustro, por fechar, todavia, lá nas alturas do encerramento do mosteiro, é verdade. Para além do mapa citado de 1790 – que fala em termos de aos quais (isto é, *aos três claustros referidos*) *feixa outro mais pequeno, que corre a parte do Nascente* –, temos outro mapa, muito importante de resto, que tem a planta do mosteiro, com a exibição da igreja, dos três claustros completos, e mais um, inacabado, com três galerias apenas. Das três que figuram na planta, uma, porém, iria a meio tão só. Este Mapa está datado de 1867.

Era aqui, exactamente nesta última crasta, ainda imperfeita, que se situava o Coristado. O Mapa de 1790 dizia:

No fim do Dormitório da parte do Rio tem hum Salaõ quadrado de grande expacio, e no meio delle esta a intrada para o Choristado...

Aliás, assim se explicará que o Jardim que lhe ficava adjacente se chamasse, como ainda hoje, *Jardim de Santo António ou do Coristado*, obra do Abade Frei José de Santa Rosa Vasconcelos. Logo o Coristado não era a nobre e elegante construção que ladeia o Terreiro. A esta edificação apalaçada, a sul do dito Terreiro, chamarão Vilhena Barbosa e José Augusto Vieira as hospedarias. Acrescento: para pessoas de grande qualidade, que nas traseiras ficavam as hospedarias mais singelas, para gente simples do vulgo... De resto, Alberto Pimental dir-nos-á que o Coristado já fora demolido, ao seu tempo, ou seja, finais do sec. XIX.

Por isso não aceitamos a hipótese corrente de que o mosteiro de Santo Tirso era impoluto – entre o povo, nunca teria corrido fama menos digna dos seus religiosos – por só albergar monges de terceira idade ! Tinha, em 1761, Coristado para a educação de jovens, como diz o Mapa que se referiu. E o Bispo do Pará fala de três categorias de moradores, uma das quais os moços, jovens, antes da hipotética entrada no noviciado...

Para salvaguarda da sua honra, não precisa – como S. José – do recurso à calvície e às barbas, que conotem redução dos ímpetos da carne à quietude tumular das cinzas.

Enfim, quando se começou a construir a nova igreja de Santo Tirso (1659), já o convento estava de posse de três claustros, o que necessário se fazia para albergar os mais de trinta, quarenta ou até mais religiosos que constituíam, nessa altura, a comunidade conventual do mosteiro de Santo Tirso. De resto, em concomitância com a erecção da actual igreja, cresciam a habitação e os serviços monásticos. E continuava a crescer mais e mais, agora com o começo do quarto claustro, o Coristado deste mosteiro beneditino

Todo feito o novo espaço habitacional, a partir do ano de 1620, por arredondamento. Mas o mosteiro já existia desde 978. E que acontecera, pois, à casa primitiva ? A ruína inteira... Por dois motivos, principalmente: a crise de 1385, e a degeneração dos abades comendatários...



AS HOSPEDARIAS CONVENTUAIS

1. As hospedarias antigas

Com base no trecho evangélico do julgamento final *Era peregrino e me recolhestes*, S. Bento inculca nos seus discípulos – e por várias vezes – o preceito da hospitalidade. Para o Santo Patriarca, dar pousada aos peregrinos significa acolher o próprio Senhor Jesus.

Era, pois, tradicional o acolhimento. O nosso mosteiro ficava próximo de duas grandes vias: a estrada Porto-Guimarães, que cortava, a partir de certa altura, pelo meio a nossa cidade, e a estrada Porto-Braga, que tangia, pelo ocidente, o nosso concelho. Por isso, aqui vinham ter os hóspedes. Documentos não faltam para exemplificar, e já desde os primórdios, esta abertura dos nossos monges, mesmo antes de este mosteiro adoptar a regra beneditina, ou seja, antes mesmo de 1092.

Ao sec. XVIII, em Santo Tirso, o hospício destinado às pessoas mais humildes ficaria por detrás, em disposição paralela, separada, por fojo, das hospedarias destinadas a pessoas de melhor cotação social. Estas hospedarias levantar-se-ão pela década de 30, ao sec. XVIII, e de que falaremos de imediato.

O velho hospício teria um número suficiente de camas preparadas, sob a responsabilidade de um monge cheio de caridade e de temor de Deus. Os outros monges não deveriam parar, trocando palavras de conversa com os hóspedes. Exigia-o a obrigação do silêncio e o isolamento do mundo exterior.

2. As hospedarias do sec. XVIII

2.1. A construção

Foram iniciadas as obras por entre 1737-1739. O visitador de 24 de Outubro de 1739 define a sua situação no interior da clausura:

E outro sim, porque dispoem a nossa Constituição não possam entrar mulheres nas hortas immediatas ao Mosteiro, muito mais quando se não achão separadas com muro ou parede. Respeitando a extenção do Mosteiro como o choristado que de novo se fes, assignamnos por clausura todo o ambito que comprehende o muro grande da cerca exterior em cujo destricto se não poderá tolerar o ingresso das mulheres...

De facto, consta do relatório trienal de D. Frei Plácido de S. Bento a notícia de que se aumentou o Mosteiro com a obra nova que se fez do Coristado. Constava, nessa altura, de um Salão antes de entrar no Dormitório, que tudo teria duzentos e cinquenta e seis palmos de comprimento⁷⁹. No salão rasgar-se-iam sobre a horta duas janelas com vidraças. Tinha este Salão um forro em forma oitavada, com seus rompantes. Ficava a pintar-se e a dourar-se, com as cartelas e florões. Rodavam assentos a toda a volta do Salão; e nas paredes admirar-se-iam pinturas de uns fruteiros⁸⁰.

Na sacada deste Salão se colocaria, ainda neste triénio, uma grade de ferro.

No Salão de acesso ao dormitório, estava um pórtico de cantaria. Por cima, um escudo com as armas de S. Plácido. No Dormitório, contavam-se dezasseis celas. Ao começo dele, uma passagem, com duas janelas de parapeito. A meio, outro trânsito, igualmente com duas janelas.

Ao fundo deste Dormitório, a Sala do Capítulo. Assim a descrevem os estadistas:

Ao nosso glorioso Protomartyr Benedictino o Senhor S. Plácido, como Patrão, se colocou a sua imagem no Retabolo, em huma primorosa pintura; Serve esta caza de ornamento para a vista, hum famoso espelho de Vidraças, e nelle com bóa arte se meteo huma fonte de cantaria com agoa perenne; mais se aformozea esta caza não só com assentos á Roda, mas sim com doze Laminas, humas de Cristal, outras de Ceda, e as mais pinturas, todas com guarnições humas douradas, outras de charão. Junto de huma cadeyra de Moscovia fica huma cardença ou caixão axaroadado para o Recolhimento dos paramentos da Missa, que são: huma vestimenta branca de damasco de ouro, e huma alba de Rendas finas, e huma bolça de corporaes, e veo de calix, tudo bordado, hum portapáz, e galhetas com seu prato tudo de prata. No altar se pozerão dous castiças, e huma Crux, e para hum lado, huma Caldeirinha para agoa benta tudo de metal, e feito com primor.

Será este, creio, o grande edifício que ladeia o Terreiro da matriz, pelo lado sul. Estamos também no Salão, sobre a Porta Branca de acesso ao claustro gótico da igreja. Ao lado, a Porta Vermelha, a facultar-nos a entrada na Escola Agrícola e na Residência Paroquial. Continuam os estadistas no piso inferior do Coristado e, depois, ao andar nobre do que adiante viriam a ser as hospedarias conventuais de pessoas ilustres:



⁷⁹ O palmo, em Santo Tirso era de 20 cm.

⁸⁰ Relatório trienal de 1740, da elaboração de S. Jacinto e de Frei José de S. Raimundo, eleitos a 21 de Abril de 1740. Cf. ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 109.

De toda esta obra são os altos de abobeda, e da mesma sorte os baixos, Repartidos em tres cazas, e tudo de arcaria. Serve a primeira caza de adega com muita utilidade, e conveniencia para o Recolhimento das Cubas, e Vazilhas, que todas se correrão, e arquiarão de novo. No piso de cima Entre o dormitorio velho, e a obra nova do Coristado, fica hum passadiço, cuja entrada lhe franquea hum fermoço arco, a que lhe corresponde huma porta para a horta, que fecha a clauzura aos familiares do Mosteiro. No mesmo passadiço, se abriu huma porta para o Claustro para os servos, e familiares do Mosteiro hirem a ouvir Missa, e não devassarem os dormitorios, como até agora fazião: Finalmente toda esta obra se fes não só com perfeição, e magnificencia na segurança das paredes; mas tambem nas madeiras, e ferrage, que tudo se fes com custo: e para os Reparos do tempo, e tambem para a vista, se pintarão todas as janellas, e portas interiores, e exteriores. Guarnecerão-se tambem as paredes com a pintura de huns paizes á semilhança de azulejo, tudo com aggradavel prespectiva. Pozerão-se tambem nos passeyos, e tranzitos comuns desta obra nas paredes seis Laminas com Cayxilhos acharoados. Todas as sellas deste dormitorio, ficão providas com taburnos para as camas, escabellos, e mezas com suas gavetas, e todas as mais miudezas para o ornato, e composição Monastica, e tambem para a devoção no interior, se pozerão no interior das sellas varias estampas devotas⁸¹.

Eram muitos os hóspedes que se alojavam no mosteiro de Santo Tirso. Por isso, a casa foi preparada para a todos receber condignamente. Vamos citar, *ipsis verbis*, o testemunho dos Estados de 1789-1792, correspondentes ao abaciado de D. Frei Manuel de Santa Teresa, e elaborados por Frei João de S. Jerónimo e Frei Manuel José dos Serafins, para se ver, num caso concreto, como os nossos monges os recebiam principescamente:

No primeiro Salão, que está logo ao subir das escadas da portaria aonde está huma fonte de que tracta a Benedectina (sic)⁸² se solhou todo de novo, que estava tão damnificado, que ameaçava ruina, e grande perigo para os Monges, pintou-se a ditta fonte toda de novo, o nosso Patriarca que está por cima della em Seu nixo, e de hua sella que tinha huma portinha para o mesmo Salão, que foi em outro tempo acomodação dos Prellados se lhe pos hua porta bem feita com gosto, e architettura moderna, portas novas de castanho, para servir de caza de jantar para os Hospedes de maior qualidade. Ornou-se esta com cantoneiras para a louça, com vidraças, e hum louceiro tambem de vidraças com seus armarios e gavetas, para se guardarem as coisas respectivas a esta caza tudo pintado a fingir madeira: Pintou-se-lhe o forro com ar de estuque, ornarão-se-lhe as paredes com varios paizes, e fruteiros; puzerão-se mezas para a comida repartidas para servirem unidas, ou separadas conforme a quantidade das pessoas, que a meza se sentarem, e se cobrirão com pannos verdes de riscas, que estavam em desprezo parecendo inuteis, mas com trabalho, e pouca despeza se fizeram uteis. Puzerão-se aparadores das partes cobertas com toalhas de algodão na sua cor, e se guarnecerão de telagaje; nas mesmas cantoneiras se pozerão aparadores portateis com pintura irmã das mesmas cantoneiras.



⁸¹ Nestas – e noutras obras de menos vulto, na Casa – gastar-se-á a soma de 5.264.941 reis. Uma enorme despesa, para a altura ! Para arcar com estes dispêndios, contraiu o mosteiro um empréstimo de 6.000 cruzados, a juro de três por cento.

⁸² É aquela que ainda hoje existe, chamada a Fonte do Pelicano.

Para fazermos uma ideia do modo como gostavam os nossos monges de receberem fidalgamente os seus hóspedes, vejamos o que só para esta sala estaria ao dispor:

2 toalhas grandes de mesa	Ordinarias, mas finas das que comumente se fazem em
	Guimarães
2 outras	Mais pequenas
24 guardanapos irmãos	
1 toalha de mesa adamascada	Da nova fábrica de Guimarães ou seus arrabaldes
24 guardanapos	
1 toalhete	Para o meio da mesa
2 toalhas de água as mãos	Tudo do mesmo padrão e qualidade
16 dúzias de pratos	De louça do Norte
11 dúzias de guardanapos	
5 sopeiros	
Todos os travessos necessários	Com suas peças correspondentes: terrinas, saladeiras, pratos
3 dúzias de pratos da Índia	de dezer (sic), saleiros pimenteiros, pratos de água, tudo por
59 copos	preço comodo, como consta do livro do gasto
9 bandejas	Entre grandes e pequenos
Garrafas	De Macau para os ditos copos
Uma caldeira grande de ferro do Norte	
1 dúzia de facas	Para aquestar a água para o chá, quando se juntam
Colheres e garfos	muitos hóspedes, o que é frequente, neste mosteiro
1 colher de sopa	com cabos de prata
1 colher de molho	De prata, à moderna
2 trinchantes	
3 dúzias de pratos	
8 maiores	Aparelhados
	de estanho de guardanapo
	De diversos tamanhos, para conduzir a comida, tudo
	para uso dos hóspedes

2.2. A janela sacrificada

Do topo das hospedarias⁸³ fizeram os bentos um altar votivo: o santo ideal que o brasão corporizaria; de um e doutro lado, duas jarras e seus enfeites, uma verdura de trevo. Em pedra!... Uma delas desfolhou. Mas só depois de os frades partirem, quando os odores de santidade feneceram, e os substituiriam os sorvos iconoclastas de bocas hiantes, que nunca mais se satisfazem... Refiro-me a uma das janelas, no topo da edificação.

Em finais de 1841, decretar-se-ia a morte de tão aformoseada janela. Começaria por um requerimento do Juiz de Direito da Comarca⁸⁴, que não tinha pernas para um itinerário mais alongado de uns 100 metros. Nem tanto !... O egoísmo de um senhor, cujas comodidades valeriam bem o sacrifício de uma obra de arte. Talvez, que, por detrás e pela calada, actuassem rasteiras as ambições dos políticos: o cunhado do Passos Manuel, já senhor das Quintas dos Bentos, avidamente se estava preparando para o assalto ao mosteiro-edifício. E querê-lo-ia barato e liberto de servidões... Para cunhado de Ministro não seriam exigências demasiadas !...

Até aí, a entrada para a Galeria – e, depois da expulsão dos frades, funcionavam, neste espaço, o Tribunal, a Administração, a Câmara... –, era pela Porta Vermelha, o ingresso monumental ao recinto hodierno da Escola Agrícola. Pois, o Sr. Dr. Juiz achava por demais custosa a descida da Rampa dos Passos, a travessia do Terreiro, a transposição da sobredita Porta Vermelha –, após um olhar de viés, se é que, para tal, valeria a importância do gesto, para uma apreciação da igreja matriz –, depois subida da escadaria monumental e a custosa e difícil transposição da ponte do passadiço de uns três ou quatro metros... De qualquer forma bem longos, para Sua Senhoria. Dois minutos a mais de caminho, preço elevado, mesmo com o desconto das maravilhas de arte que, em tão curta viagem, poderia contemplar... Se, por acaso, não lhe estivesse embotada a pituitária da sensibilidade do belo artístico, o que julgo provável, de resto vulgaríssimo em eminências de tão alto quilate. Ou razões pretextuais, a cobrirem as ambições incontidas dos políticos, como dito ficou já.

O meritíssimo Juiz, Dr. Tomás, apresentaria o reparo aos munícipes. O Juiz fará de queixoso, e a vereação é que ditará a sentença, a morte da janela, para dar a vez a uma portada muito menos que prosaica. Talvez que gosto assim assentasse mesmo a jeito na carapuça de tão anafado personagem:

Por quanto se tornava de vastante (sic) vantage (sic) para a servidão das autoridades tanto judiciais como administrativas⁸⁵.

E, no último trimestre de 1841, e primeiro de 1842, tudo se viria a decidir e a executar: a 12 de Outubro de 1841, a Câmara anuiu ao pedido do magistrado e ordena se passassem editais para a arrematação da empreitada. A 14 de Dezembro de 1841, o Administrador Geral do Distrito dá o seu beneplácito ao parecer da vereação. A 17 de Janeiro de 1842, já o arrematante da obra de pedreiro, José Luís de Sousa, receberia 16 mil reis da

Câmara; e um outro pedreiro a soma de 6.720 reis para arranjo da estrada de acesso à nova porta. A 11 de Março de 1842, o mestre de trolha, José Correia, embolçava o preço de 640 reis, com que arremataria o caiamento do topo ocidental das Hospedarias.

E assim se veio a desfolhar o trevo, com que, no sec. XVIII, se ornamentaria a fachada lateral desta imponente edificação dos monges bentos. Não seria de quatro folhas que de sorte bafejasse a Câmara nascente ! Dava-se, todavia, por satisfeito o Juiz, com tamanha solicitude da vereação de Santo Tirso, que, ignara do seu património, e num sorriso de candura lorpa, sacrificaria a janela ao comodismo do seu magistrado e às ambições malévolas dos politiqueiros.

Para exibição falsa de gostos refinados, os adereços complementares de pouco depois: em Agosto seguinte, a porta exterior adornava-se de um reposteiro; as interiores de sanefas. Tecido e mão de obra – que vendeu e operou José Pinheiro – custariam à Câmara a soma global de 25.865 reis⁸⁶. Mais tarde – 1895 –, assim o creio – à porta sobrepor-se-á uma bandeira semi-circular, diadema tão prosaico para figuração igualmente comum !....

Com a venda do edifício monástico, a Porta Vermelha ficou propriedade do Comendador José Pinto Soares, cunhado de Passos Manuel – aliás, todo o corpo do passado⁸⁷. Segue-se que os munícipes, o Administrador, o Juiz e toda a clientela das eminentes instituições que estes representariam de forma tão subida e ilustre, ficaram, agora, vedados no acesso à Galeria pelo ângulo sudeste do Terreiro. Previdentes foram o Juiz e a Câmara ! Valeria bem a pena o sacrifício da janela trifoliada:

Ficando à dita galeria a sua serventia pela nova porta que nela se abriu (...) ⁸⁸.

Tudo fora cuidadosamente planeado: com a nova porta, logo de imediato uma rampa de acesso, correndo de ocidente para oriente, permitia se chegasse da Calçada dos Passos aos serviços da administração local. E tudo se conciliaria: comodidade dos representantes públicos e ambições dos políticos. Que o cunhado do Passos Manuel, já de posse das duas Quintas – a de Fora e a de Dentro –, preparar-se-ia para o assalto ao mosteiro. Na Páscoa de 1842, já os novos acessos à Galeria ficariam prontos. E, em Novembro de 1842, já o Comendador tomava posse do melhor dos quinhões da casa conventual de Santo Tirso. E assim liberto do ónus de servidões impertinentes...



Hospedarias do Mosteiro de Santo Tirso



⁸³ Da parte do Terreiro, dirá o Mapa do Mosteiro (BPMP) que era um Dormitório de galerias, com celas recolhidas mais adentro. Edificação elevada, extensa e moderna, diz em 1790 o Mapa.

José Augusto Vieira (*O Minho Pittoresco*, t. II, p. 300) e Inácio de Vilhena Barbosa (*Monumentos de Portugal*, ed. Castro Irmão, Lisboa, 1886, p. 301) dizem que esta edificação que delimita o Terreiro pelo sul eram as hospedarias conventuais.

Há quem diga, porém, que foi o Coristado do Mosteiro. Mas este situar-se-ia no Quarto Claustro, donde o nome do Jardim, onde se ergue a Fonte de Santo António, titular deste remanso paradisíaco, que também se chamava Jardim do Coristado. Aqui, portanto, neste último claustro, se ergueria o Coristado que, segundo o dito Mapa, funcionava junto de um Salão, no fim do Dormitório da parte do rio, com 14 celas, capela, fonte e tudo o mais necessário para a boa educação da mocidade.

⁸⁴ Criar-se-á a comarca de Santo Tirso por decreto de 28 de Dezembro de 1840. Foi seu primeiro Juiz o Dr. Tomás de Aquino Martins da Cruz. Cf. SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – Apontamentos de história local, XIII, em JST de 14 de Janeiro de 1972, p. 2, col. 3.

⁸⁵ SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – Apontamentos de história local XI, em JST de 21 de Janeiro de 1972, p. 2, col. 4.

⁸⁶ Para todas estas informações, respeitantes às obras de pedreiro, trolha e decoradores, veja-se o artigo de Carlos Manuel Faya Santarém, citado na nota anterior.

⁸⁷ Fica pertencendo a ele comendador exclusivamente a porta chamada Vermelha e desta pela porta travessa a escadaria principal, que dá entrada ao Edifício, no baixo de cuja escadaria se fará uma divisão em linha recta desde a ombreira da fresta, direita à parede do claustro, em termos de vedar a comunicação que actualmente há da referida porta branca para a escadaria (parede com duas janelas e suas grades do lado direito de quem entra na Porta Branca): SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – Apontamentos de história local XVI, em JST de 11 de Fevereiro de 1971, p. 2, col. 2. Aliás, Porta Vermelha, escadaria em direcção à Fonte do Pelicano, o corpo do Passadiço, o Salão Nobre por cima da Porta Branca, tudo ficou propriedade, sem ónus de serventias, a favor do Comendador: a divisão da Galeria do resto do edifício comprado será feita no sítio a prumo aonde acabam as casas que estão ocupadas pelas repartições públicas.

⁸⁸ Cf. o texto da tomada de posse do mosteiro, citado por Carlos Manuel Faya Santarém no art. n. XVI dos seus Apontamentos de história local.

VI

A SALA CAPITULAR DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO

Após a construção da actual matriz (1659-1700, mais ou menos) veio a decoração: a pintura, na capela-mor e no transepto; a ensamblagem, onde se esmeraram os dois artistas portuenses Domingos Nunes e António de Azevedo Fernandes; a talha, por 1690, tanto para o altar-mor como para os do transepto; as esculturas, de que emergirá possivelmente, o nome de um Frei Cipriano da Cruz...

Depois, veio a capela da Piedade, com toda a sua fulgência e esplendor. Isto na primeira parte do sec. XVIII.

Mas, na segunda parte de 1700, enche a igreja de talha barroca – ora densa e profusa, ora mais morigerada, sob o influxo do Neoclassicismo – o grande artista Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. A ele muita coisa lhe deve Santo Tirso. Na Igreja e na Casa conventual. Na residência, entre outras coisas, e na Sala Capitular. Aqui, aliás, e para além dos trabalhos de madeira, revela cumulativamente dotes excepcionais de arquitecto exímio e consumado. As provas de tudo já vinham de trás.

Pires de Lima, é globalmente, muito negativo, no que toca ao abade Frei José de Santa Maria⁸⁹. E terá razão, muita mesmo, no que toca a reparos. Mas teve também o Abade os seus méritos. Bastaria se recordassem as notáveis edificações e melhoramentos que à sua iniciativa e na maior parte a ele se devem, como se pode ver na Sala Capitular, no cadeiral da Capela-mor. E noutras coisas mais...

Para a realização do Capítulo e da Livraria, cerraram-se, de dois lados, os pórticos da segunda crasta; uma abóbada de arestas substituiu o tecto de madeira que, como nas outras alas, ainda hoje fazem a cobertura do perímetro claustral; e receberiam os andares de cima uma dimensão mais avantajada e de maior elegância na altura.

Por baixo da Livraria, instalar-se-á uma sala tripartida, para ovensas do mosteiro (cartório e fábrica da cera). Hoje, num só salão, ocupará todo o espaço o refeitório da Escola Secundária do Conde de S. Bento.

Do lado oposto e por baixo da que foi a Sala do Capítulo funcionava, há anos, a fábrica do queijo. Agora é uma aula de Física, com uma outra sala pequena – esta dos professores –, no topo oriental.

A Sala do Capítulo, no andar nobre da ala setentrional do segundo claustro, aqui funcionou até 1834. Depois, o Estado que se apossou dos bens das Ordens religiosas, dividirá as propriedades monásticas de Santo Tirso em duas secções, alienando-se – na maior parte, tudo o que sobejou do espaço relativamente diminuto que as repartições oficiais ocuparam, como a Câmara, o Tribunal, a Administração do concelho... –, mas por acumulação de jogos de compadrio sujo em prol do Comendador José Pinto Soares, cunhado do Ministro Passos Manuel, em 1839 e 1842.

A 11 de Julho de 1902, após a aquisição da maior parte do mosteiro pelo Conde de S. Bento à família Passos – tudo quanto deste fôra – a Sala do Capítulo, já deteriorada e

despojada de muitos dos seus valores, foi transformada em Capela do Asilo⁹⁰. Fechada na República de 1910, foi reaberta ao culto a 22 de Janeiro de 1929⁹¹.

1. A data da construção da Sala do Capítulo

Edificou-se no triénio de 1780-1783, ao tempo do abaciado de Frei José de Santa Maria. Acabar-se-á a decoração no seguinte de 1783-1786, isto é, no decurso da prelazia de D. Manuel José do Rosário. Recente, assim a classificou o *Mapa do Mosteiro de S. Thyrsó*, datado de 1790: *Esta Casa foi feita modernamente*⁹².

Viu-a e admirou-a o viajante beneditino que, pelos finais do sec. XVIII, esteve no mosteiro e cujo relato Camilo publicaria⁹³. Dizem também os Estadistas: *fesse a fundamentis hua grande Casa de Capitulo*⁹⁴.

Ocupa a ala sul do segundo claustro. Simétrica da Livraria – esta veio a instalar-se por sobre o piso da ala norte – os dois corpos reconstruíram-se *desde os alicerces*.



Sala do Capítulo do Mosteiro de Santo Tirso



⁸⁹ Subsídios para a história de Santo Tirso, Porto, 1953, pp. 88-89.

⁹⁰ PIMENTEL, Alberto - Santo Thyrsó de Riba d'Ave, ed. do Club Thyrsense, Santo Tirso, 1902, p. 125.

⁹¹ Celebrou a missa inaugural o então pároco de Santo Tirso, Mons. João Gonçalves da Costa, acolitado pelo P.e Domingos da Costa Maia – que também pregou – e pelo P.e Agostinho Vieira de Aguiar. Cantou um grupo de membros da Acção Católica. A guarda de honra foi feita pelas Corporações de Bombeiros Voluntários de Santo Tirso e Tirsenses. Assistiram à missa o Director, professores, alunos, empregados do estabelecimento e as autoridades locais. Cf. JST, de 2 de Fevereiro de 1939, p.2, col. 5.

⁹² Cf. Mapa do Mosteiro de S. Tyrso, em “Página Literária de Cultura Tirsense”, n. 24, de 31 de Janeiro de 1992

⁹³ CAMILO – Um Viajante no Minho em 1785, em “Mosaico e Sylva de Curiosidades Históricas, Litterarias e Biographicas”, Porto, 1868, pp. 179-197.

⁹⁴ SMITH, R. – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, t. II, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 388-389.

2. O autor do risco

Da estrutura arquitectónica, do seu risco é autor o monge Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. No seu *Livro da Razão*, sob o item das obras realizadas no *Mosteiro de Santo Tirso*⁹⁵, garante que fez a *Caza do Capítulo das Culpas*.

Seu é também o formulário das cinco janelas do muro setentrional e da porta de ingresso, cheia de força, poder e vigor. Tudo realizado – faça-se a restrição à obra de arquitectura –, pelo triénio de 1780-1783.

A Sala do Capítulo tirsense oferece algumas inovações que importará fiquem sob menção evidenciada:

No que toca ao *cadeiral*, Frei José faz a substituição das espaldas de talha por painéis de azulejaria. Fê-lo aqui e em Tibães.

No que toca ao *retábulo* – hoje desaparecido –, põe de parte os nichos com esculturas – assim procedera na construção dos altares colaterais da matriz, em favor de quadros pintados. A Sala do Capítulo tirsense tinha uma pintura do titular, o S. José, experiência que, antes, já fôra feita em S. Bento da Vitória.

No que toca às *janelas*, Frei José dá-lhes função de simples enquadramentos de painéis decorativos pintados, nos vãos das que não eram vasadas e na sobreporta. Ainda hoje, lá figuram, no seu devido lugar.

3. Descrição

3.1 A porta

Mede 4x2,20. Arco abatido e singelo, ao contrário do da Livraria, do mesmo Frei José, recortado este de fímbria caprichosamente ondulante. O frontão, apesar da complexidade dos elementos sobrepostos e avançados, constitui-se de linhas direitas e rectilínias, que, com o vigor das ombreiras, garante ao conjunto a sensação de quieta severidade. Um que outro motivo, muito isolado e, por isso, de maior evidência quebra o formalismo classicizante: duas volutas, na parte de fora das vertentes do tímpano, e outras duas, a pender de longos filactérios, na parte inferior e externa dos flancos do portal. Acrescente-se a orla decorada da pedra chave.



⁹⁵ SMITH, Robert – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, t. I, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, p. 152.

Duas coisas testemunham o influxo de André Soares, o genial arquitecto bracaraense, sobre Frei José: a complexidade do tímpano e a presença de um elemento decorativo no interior do frontão: um painel vertical que se assemelha aos contornos de um escudete, coisa que igualmente aconteceu no portal e janelas da Livraria e na Fonte dos Cãezinhos, obra esta que não deverá pertencer, creio, ao dito Frei José.

Do monge, na Sala do Capítulo, e a vedar o acesso, igualmente, as portas de madeira. De duas folhas, com almofadas abauladas, as do meio. Delimitam-nas molduras de meia cana, com fronteiras quebradas e ao de leve coleantes. As almofadas centrais apresentam elementos decorativos muito singelos: um naturalista – uma folha, na banda superior – e meia esfera estriada, do lado oposto e simétrico.

3.2 As janelas

Se vale o confronto, o acostamento da Sala do Capítulo à Biblioteca levar-nos-á à tese da evolução do estilo do nosso monge. Pelo que toca às portas e janelas, são de maior simplicidade as da Sala do Capítulo – de 1780-1783 – que a porta principal e as portas de sacadas minhotas da Livraria – e que corresponde às janelas da Sala do Capítulo das Culpas – dos triénio de 1767-1773. Na obra de 1780, notam-se:

- enquadramentos mais simples;
- decoração mais contida;
- recorte menos ondulante;
- superfície mais chã.

Como na porta, um elemento a contrastar o rigor acentuado da ascese: os terminais espiralados nos recantos superiores.

Uma obra de arte consideram-na os Abades, na reunião trienal de 1783:

Toda a pedraria dellas – das dez janelas e lunetas – porta do Capitulo e as da Sachristia he finissima e especial⁹⁶.

Há cinco janelas duplas: quatro iluminam a sala, e uma a sacristia. Do lado oposto, as não vasadas *com suas Lunetas para darem entrada à Luz que vem por agoas furtadas para a dita Caza, e estas Lunetas, e agoas furtadas se envidraçarão também com vidros brancos e Cayxillos a moderna.*

As janelas – que não eram vasadas – serviam de enquadramento a painéis pintados e a sepulcros com relíquias. As obras de reparação da cobertura, iniciadas agora (Dezembro de 1991) mostraram por debaixo das telhas, as lunetas que comunicavam com as frestas, no interior.



⁹⁶ SMITH, Robert – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, vol. II, p. 389.

3.3 Pinturas

Havia-as e ainda as há. Não todas, porém. Dominadas tematicamente pela ideia genérica da vida oculta de Cristo, polarizando, todavia, as atenções em torno do Patriarca S. José. O mesmo aconteceria com os azulejos. O transtexto é bíblico e apócrifo.

No retábulo, o monge deixará a marca saliente da evolução das suas técnicas decorativas. Lá se pintou a imagem do esposo de Maria, em vez do nicho mai-la escultura, conforme se lê nos Estados relativos a 1780-1783: *No retábulo se poz hum paynel de Senhor S. Jozé pintura bem estimavel.*

Este retábulo desapareceria por inteiro.

E não só! Outra novidade: nas janelas “fictícias”, subordinou as suas delimitações à função de enquadramentos de painéis pintados. Diz o relatório de 1780-1783: *quatro (pinturas) a saber da Vizitação, S. João Baptista, Santa Anna, e S. Joaquim, não menos admiraveis (que a do retabulo) se puzerão mas não vazadas.*

Depois, entre 1783 e 1786, far-se-á, na sobreporta, uma outra pintura, dentro da temática do padroeiro: *Por sima da porta se poz hum quadro da morte de S. Jozé, da largura da porta.*

Quem será o autor destes quadros, que ainda e miraculosamente se vão mantendo? R. Smith aventa a hipótese de pertencerem ao notável artista portuense Teixeira Barreto, oblato de Tibães, colecionador e organizador de uma como que pinacoteca na casa-mãe dos beneditinos. Aqui fica a suspeita de um mestre: *Todos os quadros desta sala são provavelmente atribuíveis ao irmão leigo Frei José da Apresentação Teixeira Barreto*⁹⁷.

A pintura da Sala do Capítulo não se esgota, porém, pela historiada ou pelo retrato. Há também a decorativa. Dela se ocupou, particularmente, o Abade D. Manuel José do Rosário, que governaria a casa de Santo Tirso, no triénio de 1783-1786. Referem os estadistas de 1786: *Dourarão-se e fingirão-se de marmores de varias cores o Altar de S. Jozé(na Sala), as oito frestas de que elle se compoem. Por sima da porta se pos hum remate a imitação das mais frestas (...). Dentro na Sanchristia alem das frestas douradas, e fingidas como as de fora, se pintou hum rodapé na parede em volta da parede com almofadas verdes claras roixas com sua silva escura, e faixa amarella e soco preto (...) e xadrez por baixo das mezas*⁹⁸.

Os dois tocheiros, de talha, fingiam mármore. A armação dos altares e das frestas, idem... Pegou-se-lhes de tal forma aos frades a febre da coloração marmórea que até as estátuas da fachada e o cruzeiro, no largo diante da matriz, se fingiriam dos mesmos tons.



⁹⁷ SMITH, Robert – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, vol II, p. 390, nota 12.

⁹⁸ Cf. nota 8

3.4 Os azulejos

Ao descrever a Sala Capitular, diz o relatório de 1783, que se citou: *As paredes se ornamão de azolejo finissimo de bom risco com os passos da vida do Snr. S. Jozé.*

Inovação de Frei José: construiu antes o espaldar do coro-alto e do coro-baixo de Santo Tirso. De talha. No coro-alto, porém, a servir de enquadramento a pintura historiada. Agora, uma nova experiência preparada, desde trás, nos seus trabalhos de Pombeiro e de S. Bento da Vitória nos explicará uma nova experiência em Santo Tirso: substitui-se o painel decorativo de três dimensões pela decoração a duas, com a anulação da profundidade, enriquecida, porém, nos dotes do colorido. É a introdução da azulejaria.

Os painéis cerâmicos da Sala Capitular tirsense são de fabrico lisboeta⁹⁹. E datarão de 1782¹⁰⁰. Uns – exactamente oito painéis – são historiados: representam passos da vida de S. José. De fímbria recortada, servem de espaldar aos bancos. Situam-se entre as janelas.

Dois outros painéis, nas sobreportas, com representações carregadas de simbolismo e legendarizadas. Indigitam o Santo Patriarca e a Sua missão providente de *custos Virginis* e pai putativo de Jesus.

- Dois corações atravessados por uma seta, com o título de *unum in Deo* (Uma só coisa em Deus);
- Duas palmeiras, com a inscrição *Castum conjugium, sed fructuosum* (matrimónio casto, mas frutuoso);
- Espelho com reflexo da lua, explicitado: *Qualem accepi, reddidi* (tal como a recebi, da mesma forma a devolvo) ;
- Vide de enforcado com a legenda *Tantumodo ut fulgimentum* (Apenas protector).

Cercadura concheada e polícroma emoldura os painéis historiados e emblemáticos. Enfim, três técnicas de espaldares ensaiou Frei José de Santo António Ferreira Vilaça:

- Espaldares de talha, no coro-baixo;
- Espaldares, com enquadramentos de talha e de fundo pintado e historiado, no coro-alto.
- Espaldares de azulejaria polícroma, nos bancos do coro da Sala Capitular.



⁹⁹ Frei José... t. II, p. 633.

¹⁰⁰ SANTOS S IMÕES, J.M. dos - Azulejaria em Portugal no sec. XVIII, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979, p. III.



OS CÃEZINHOS

Quer queira quer não, o tirsense nasce sob o signo da cogula dos bentos. O próprio brasão da cidade no-lo sugere; o distintivo do Club e doutras agremiações o indicia. O ex-libris da terra desenhou-o, a primor, o grande patriarca S. Bento; e, com ferro em brasa, vincadamente no-lo marcou na fronte, a jeitos de carácter bem impresso...

Vindo do norte, acolherá o viandante a figura do mosteiro: a igreja e a casa conventual, de um lado; do outro, a Quinta de Fora, com a massa embranquecida do seu alpendre, com o espaço aberto da sua eira. A maior da região... Pois a esta Quinta nos vamos ater. Mas, agora, ao seu grandioso acesso, que o povo veio a crismar de *Os Cãezinhos*... Que desta feita sempre os ouvi dizer! A única fonte pública, dentro de Santo Tirso, durante muito tempo...

1. A descrição

Assenta numa planta em semi-círculo ou quase. Ao centro, um portão de entrada na quinta. De um e outro lado, um tanque rectangular, arqueado sob efeito do movimento das espaldas. Com os faciais de hoje, como o requereriam os cânones do rocaille. Perfis contracurvados os articulam, já a postergar-se, porém, na altura da construção, aos alvares do neoclassicismo emergente. As linhas que pautam o conjunto como tal são, efectivamente, já desta última instância cultural e artística.

Nas espaldas das duas tinhas, motivos da Ordem de S. Bento. No tanque da esquerda, avultará um *corvo*, sobrepujado de um *castelo*: da sua porta, sobre fundo imitando regato, sai água que, penetrando pelo interior da cabeça do animal se oferece ao viandante sequioso, pelo seu bico afiado. O tanque recolhe o que sobejava da função caritativa...

O primeiro elemento simbólico – o corvo – remete para S. Bento. Sempre se relacionará com a figura do Grande Patriarca. O segundo, o castelo, tem em linha de conta o sinal daquela província espanhola donde vieram os Reformadores da futura Congregação de S. Bento de Portugal: Castela.

No tanque da direita, as atenções convergem para um *leão*, que empunha vigoroso, um *báculo*, sob a cobertura de uma *mitra*. Também das fauces do rei da selva corre – e ainda hoje! – a água que dessedenta.

Conhecemos também a carga simbólica destes elementos. Assim, o *leão* aponta a origem daqueles espanhóis que lançaram as bases da Congregação Beneditina portuguesa, na segunda parte do sec. XVI. Um que outro seria de León, a bela cidade do norte de Espanha. Em homenagem aos reformadores, ao seu papel, a Congregação portuguesa adoptou, ao lado do castelo, o leão^{IOI}. De resto, o *báculo* e a *mitra* são os símbolos dos

privilégios episcopais de que gozam os abades beneditinos.

No enquadramento dos motivos, uma moldura rectangular, sob o amparo das pilstras, coroadas de dois arcos conopíais. Das cornijas pendem gotas; e, no interior dos frontões, escudetes ornamentais – em em cada tímpano – oferecem arranjo ao espaço liberto. Por cima do portão, um tímpano curvo.

A rematar o conjunto das três coisas – dos dois tanques e do portão – , uma cornija abatida, sobre que assentam três urnas, com copérculo e gomo a do centro.

2. A construção das Fontes

O conjunto remonta aos finais do sec. XVIII, em concreto, ao abaciado de D. Frei Manuel de Santa Teresa (1789-1792). Quando, a 30 de Abril de 1792, os estadistas da sua governação, Frei João de S. Jerónimo e Frei Manuel José dos Serafins, elaboraram o relatório do costume, nele registaram a construção das Fontes e a erecção do portal, que do Terreiro daria acesso à Quinta de Fora. Mas integrariam estas duas coisas num conjunto de trabalhos respeitantes à exploração de novas veias de água e reactivação de outras desmotivadas, à sua canalização através de condutas de chumbo, à construção e restauro de fontes e chafarizes...

Damos, agora, a vez ao relato dos estadistas:

Acrescentarão-se as agoas rompendo-se em mais distancia, fazendo-se-lhe algumas travessas, e com a do terreiro se formalizarão duas fontes que se fizerão de excelente pedra, pondo-se-lhe dous tanques com seus espaldares, e nelles repartidas as armas da congregação por onde sahe a agoa em abundancia: e no meio hum magnifico portico que da entrada para os Passaes acompanhada toda esta obra de huma, e outra parte com grande distancia de muro, que atravessa o terreiro servindo este ao mosteiro de o fazer mais brilhante: e he bem certo que para esta correr com asseio se fes grande despeza, a qual tras consigo semelhante obra.

Encanarão-se as agoas todas de novo em canudos de chumbo novamente fundidos, cujo encanamento condus a agoa a todas as offecinas¹⁰², Fonte do Salão¹⁰³, Chafarizes e tanques; não servindo hum só canudo dos velhos, e fazendo-se a repartição da mesma agoa para cada huma das partes com a maior sigurança que se pode idiar: E por ocasião deste encanamento se concertarão os Chafarizes e tanques que não sustentavão as agoas; Dezintulhou-se o terreiro e planou-se o mais possivel que pode ser¹⁰⁴.



¹⁰¹ Por acaso, o nome da cidade de León não é zoomórfico de origem. Nada tem a ver com o terrível animal, o rei da selva. Antes com legião, a legio septima gemina romana, que aí acantonou.

¹⁰² POu seja, as oficinas ou ovensas eram todos os serviços monásticos: Botica, Enfermaria, Cozinha, Fábrica da cera...

¹⁰³ A Fonte do Pelicano, do sec. XVII.

¹⁰⁴ ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. III.

3. O autor do risco

Deve-se pois a sua iniciativa ao Abade de Santo Tirso D. Frei Manuel de Santa Teresa (1789-1792), quando trabalhava, entre nós o monge entalhador e arquitecto Frei José de Santo António Ferreira Vilaça.

No tempo, coincide o fabrico da estrutura dos Cãezinhos com a presença de Frei José entre nós. E, sob o ponto de vista estético, podem as fontes ser testemunho da última fase, na grande evolução do seu gosto artístico, sempre mais e mais atento às novas mentalidades que iam postergando para o caixote da desactualização a sensibilidade fortemente impressionista e densificada do Barroco, em que Frei José se iniciara¹⁰⁵.



Os Cãezinhos



¹⁰⁵ Quanto a Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, ele é autor seguro ou muito provável das seguintes obras de arte, na nossa matriz:

- os dois guarda-ventos, sitos na transição da galilé para o corpo da igreja e na passagem do topo sul do transepto para o claustro;
- Os altares colaterais (menos um, do lado esquerdo, ao fundo, que é dos começos do sec. XX), de grande novidade no campo artístico, como o garantem os dois grandes críticos de arte Robert Smith e Germain Bazin;
- Os púlpitos. Mas não são de Frei José, como o julgava Robert Smith, as duas estátuas no vértice do dossel: a da Caridade e a de S. Miguel, agora despidas da cor que as assimilava ao jaspe, para recuperarem o tratamento original de esculturas de madeira estofada e dourada;
- A monumental grade de ferro, pintada de verde e ouro, com seu crucifixo e castiçais;
- Os cadeirais: o da capela-mor, o do coro-alto (as espaldas) e o da Sala do Capítulo;
- O nicho, que no retábulo da capela-mor, alberga a escultura do titular do mosteiro, bem como o camarim e a maquineta do mesmo retábulo;
- A Livraria do mosteiro, hoje Salão de estudo da Escola Agrícola, com a sua magnífica porta de entrada e as suas preciosas janelas.
- A Sala do Capítulo, hoje Capela da Escola Agrícola, com o seu magnífico portal, as suas janelas e, dentro, o seu banco corrido, ao longo das paredes.
- As sanefas do Coro-alto, os espaldares do cadeiral, no mesmo espaço, e, sobretudo, a cadeira esbelta do abade.

4. O problema do local das fontes

A fonte, é certo, mudou de lugar. Quando a Quinta de Fora constituía uma unidade maior, arrancando de junto da matriz, era aqui, na passagem do Terreiro para aquela unidade, que se situava a bela estrutura arquitectónica. Ao pé da igreja. No local onde se rasgava, até meados do sec. XX, o campo de ténis.

Entretanto, veio a construção da ponte. Nos finais do sec. XIX, deu-se a inauguração. E o seu prolongamento, no acesso viário da parte sul, fraccionou a Quinta de Fora em duas metades desiguais: *Outrora, adornava o portão de entrada para as terras do mosteiro*, dizia o JST, dos meados de 1890. O terreno esquartejado, sito a leste – uma cerca rectangular –, fora, no primeiro quartel do sec. XX, dos Reis, de Sequeirô. Agora, são os Jardins em frente e ao lado da nossa igreja, debruados a ocidente, pela estrada que da ponte segue em direcção à estátua de Albino Sousa Cruz, com flexão junto dos *Cãezinhos*.

O mencionado número do JST fala-nos do seu restauro. Acrescenta que estavam até aí numa situação deplorável: do conjunto, uma parte fora soterrada, e demolida a parte restante... Desde que as propriedades do convento, arrancadas aos frades, vieram a cair, primeiro nas mãos do Estado e, logo, nas dos particulares, começou a derrocada. Mas o periódico garante que, nesta data de 1890, o restauro, por obra da edilidade tirsense, se fez ainda sobre o lugar da sua implantação originária¹⁰⁶, o que salvaria o monumento.

Mudaram de sítio. Do facto não pode haver dúvida. Além da documentação literária de que dispomos, a iconografia que corrobora. Conheceram-nas no local de origem autores vários. Assim, José Augusto Vieira, quando publicou o seu *Minho Pittoresco*, fruto das suas visitas à nossa terra, pelo último quartel do sec. XIX:

A frontaria da igreja (de Santo Tirso) deita para um espaçoso largo, ornado no centro com um esbelto cruzeiro de mármore côr de rosa¹⁰⁷. O templo e a portaria ocupam um dos lados da praça (a parte oriental). O outro (do lado sul) é guarnecido pelo edifício das hospedarias do mosteiro¹⁰⁸ com a sua frente apalaçada. Pelo terceiro (lado ocidental) prolonga-se o muro, que sustenta a estrada¹⁰⁹. O quarto lado (a norte) abre-se sobre esta¹¹⁰ e serve de entrada, sendo adornado com uma fonte de pedra, onde avulta o brasão de armas dos filhos de S. Bento. Chorões, cyprestes e outras árvores orlam a estrada e o largo, e cobrem a fonte¹¹¹.

Quase pelas mesmas palavras a descreverá Vilhena Barbosa¹¹². Em ambos, as Fontes do Terreiro – hoje, e desde há bastante tempo, Fontes dos Cãezinhos, porque, parece, ornada que foi, no espaldar, ao alto, por um conjunto de molossos – se situam na orla de um espaço amplo, do que hoje se chama Largo Abade Pedrosa.

Levantadas nos finais do sec. XVIII, as fontes degradar-se-iam lentamente, a partir de 1834, com a saída dos beneditinos, que se tornará definitiva com a extinção das Ordens Religiosas, dois meses depois.

De facto, a alienação do mosteiro e das suas quintas¹¹³, a construção da ponte e a abertura de novos acessos trouxeram no bojo os germes da degradação da magnífica portada.



¹⁰⁶ Citaremos, dentro em pouco, a passagem do Jornal, que é o de 24 de Julho de 1890.

¹⁰⁷ Foi o Abade D. Manuel de Santa Teresa (1789-1792) – construiria o portal e suas fontes, objecto deste capítulo – que mandaria pintar, num colorido róseo, o cruzeiro, o que daria nascença à fama de que era de mármore. Mais, pobre, corrija-se. De facto, era tão só de granito. Mas nem por essa razão, na perda da fama e da sua vestidura artificial, ficaria muito diminuído na sua beleza...

¹⁰⁸ Não é, de facto, o Coristado, como se dizia e escrevia. Este, o Coristado, funcionaria no final do conjunto claustral, exactamente no quarto claustro – que ficaria incompleto, diga-se, desde já, ao tempo da saída definitiva dos nossos religiosos – deste recanto de Santo Tirso. E foi destruído no prazo que vai de 1834 a 1890.

O corpo apalaçado, a sul do Terreiro, eram, de facto, as hospedarias para pessoas de boa cotação social. Atrás e paralelas – destruídas, igualmente, na segunda parte do sec. XIX – ficavam as hospedarias para pessoas de segundo plano...

¹⁰⁹ A estrada Famalicão-Santo Tirso, quase no ponto da sua chegada, ao mosteiro beneditino, saía da ponte de pau. Em ladeira íngreme e enviesada, corria ao ângulo noroeste do Terreiro. Ladeava-o pelo norte. Ladeava, igualmente, mas do lado oposto, a Quinta de Fora, com passagem pelas Fontes. E, ao termo do Terreiro, subia a calçada dos Passos. Ao começo da rampa, num cotovelo dos muros da Quinta de Fora, estava a capelinha do Senhor do Horto, destruída em 1927.

¹¹⁰ Ou seja, sobre a estrada Famalicão-Santo Tirso.

¹¹¹ O Minho Pittoresco, t. II, p. 300.

¹¹² Monumentos de Portugal, editora Castro Irmão, Lisboa, 1886, p. 301.

¹¹³ Aquando da venda da Quinta do mosteiro, nos preparativos para a alienação (1838), as Fontes e respectivo portal foram avaliadas em 300 mil reis. Só a água era pública. Cf. SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – Apontamentos de história local XVI, em JST de 4 de Fevereiro de 1972, p. 3, col. 2. Pouco antes – 19 de Agosto de 1837 –, a Câmara mandaria pagar a João Bernardo 1.600 reis, por compor a Fonte do Terreiro, limpar o cano da água e vistoriar o tanque. Cf. SANTARÉM, Carlos Manuel Faya – Apontamentos de história local X, em JST de 17 de Dezembro de 1971, p. 2, col. 2.

A urbanização traria a desactualização da calçadas dos Passos. E outras fontes diminuir-lhe-iam a importância.

Os proprietários – o cunhado do Passos Manuel que comprou os passais e grande parte do edifício monástico e, depois, dele o Conde de S. Bento – não tinham dinheiro e, sobretudo, gosto para lhe manterem o asseio. E o conjunto monumental esboroar-se-á, pouco a pouco. À ruína do tempo, ajudará também a maldade dos homens.

Na década de 1880 estava irreconhecível... Reagiu a Câmara, que em frente a ela se reunia, para salvar o precioso conjunto. Assim, pelos meados de 1890, estava de pé, revestida já da sua beleza original:

Está felizmente restaurado o magestoso frontispicio que outrora adornava o portão de entrada para as terras do mosteiro, e offerecia aos passageiros duas bicas d'agua crystalina, a única que se encontrava exposta ao publico na povoação que é hoje a villa de Santo Thyrso (...).

Com a expulsão dos frades, passou o domínio dos seus bens para as mãos do governo, que em pouco tempo os alienou, e mais ninguém se importou com aquella riquissima obra a quem o vandalismo de todos ia reduzindo ao estado mais vergonhoso.

Depois dos erros imperdoaveis no estudo e delineação da ponte; depois do procedimento da camara em ligar a avenida da ponte a esta villa; depois da inutilisação da calçada que da mesma ponte passava pela frente do tanque, restava só que todos fechassem os olhos e deixassem que o rapazio completasse a obra de destruição, encetada por quem mandou suterrar os tanques e continuada por quem principiou a demoli-la.

Não succedeu, porem assim.

Aquelle monumento meio suterrado, aquellas esculpturas mutiladas, a agua quase desviada do seu legal destino, tudo voltou ao seu antigo lugar, e aquele magestoso frontispicio mostra-se hoje como há 56 annos¹¹⁴, perfeito, limpo e conservado.

Podia-se ter feito mais; a entrada de Santo Thyrso por aquella lado, podia ficar uma perola, se todas as obras que se tem feito fossem baseadas n'um plano sériamente estudado. Não o foram, e hoje os defeitos d'origem são impossiveis de remediar.

Porém do mal o menos: a camara salvou d'uma perda irremediavel um monumento de grande valor artístico, e por isso se torna digna do applauso geral, e especialmente dos homens que prezam a memoria dos antepassados, respeitando os monumentos que nos legaram¹¹⁵.

5. Data da mudança das Fontes

Entretanto, a Fonte ou as Fontes mudariam de lugar. Quando a Quinta de Fora constituía uma unidade maior, arrancando mesmo de junto da matriz, era lá, na passagem do Terreiro para aquela unidade, que se situava a bela estrutura arquitectónica. Ao pé da igreja. Na face norte do Terreiro. E a meio do muro da Quinta que delimitava, da mesma banda – a setentrional – a estrada do acesso originário à ponte de pau, no prolongamento da calçada dos Passos.

Mas, em 1929, o valioso conjunto foi deslocado uns cem metros para ocidente. A Câ-

mara adquiriu, em 1928, na vereação do Dr. José de Lemos, o terreno desanexado da Quinta de Fora e que ficou agora insulado, com a construção da avenida para a Ponte de Ferro e seu avanço para sul, em direcção ao Parque Dona Maria II. Pertencia à Casa dos Reis, de Sequeirô. Aí, decidiria a vereação construir o Jardim Ribeiro de Miranda. Não podia aquela estrutura – que era fundamentalmente de acesso – ficar agora livre, num contexto inteiramente público e aberto de todos os lados...

Assim se resolveria deslocar o conjunto arquitectónico uns cem metros mais para ocidente, como se disse, para o lugar de hoje. E com a mesma função que dantes lhe caberia – e só essa lhe podia caber ! –, ou seja, outra vez de acesso à Quinta de Fora, depois que esta, pelos finais do sec. XIX, mais se recolheu, dobrando a cerviz inocente ao sacrifício do progresso e da urbanização.

As custas da deslocação corriam por conta da Câmara. Mas, em 1929, a meio do ano, já a edilidade se queixaria das despesas e da morosidade destes trabalhos. E, por acordo, endossará as responsabilidades, mediante ajuda, à Escola Agrícola, a senhora do domínio útil da Quinta de Fora:

Tendo o vereador do Pelouro de obras informado que a mudança do portal e respectivas fontes do largo Abade Pedrosa, para a entrada da Quinta de Fora da Escola Agrícola, estava a fazer-se morosamente e com pouca economia para o município, tinha chegado a entendimento com o Director daquela Escola para que este tomasse sobre si o encargo da referida mudança, subsidiando apenas a Câmara com a quantia de mil escudos. Sendo julgado vantajosa esta proposta foi aprovada por unanimidade^{II6}.



^{II4} Isto é, não desde a construção das fontes, mas desde a saída dos frades, em 1834.

^{II5} JST de 24 de Julho de 1890.

^{II6} JST de 30 de Maio de 129, p. 2, col. 1.



OS ABADES DE SANTO TIRSO

A partir de D. Gaudemiro, os Abades de Santo Tirso são eleitos pelos monges do mosteiro e confirmados pelo bispo do Porto. Esta forma de eleição vai ser interrompida a partir de 1401: os Abades continuam a ser vitalícios. Mas não são eleitos pelos monges. Antes, a pedido de nobres ou de pessoas de qualquer modo influentes sobre a Cúria Pontifícia, que, por Bula, designará o eleito que o bispo da diocese ou outros passarão a efeito. São os chamados Abades Comendatários.

Finalmente, a partir de 1598, para Santo Tirso, começará uma nova fase: a dos Abades eleitos e trienais: eleitos pelos monges, deputados para tal missão, confirmados pelo bispo diocesano, para uma actuação não vitalícia, mas trienal.

DATA	NOME	CATEGORIA
978	?	?
1092-1129 (?)	D. Gaudemiro	Abade eleito e vitalício
1138-1163	D. Mendo	Abade eleito e vitalício
1171-1178	D. Fernão Mendes	Abade eleito e vitalício
1178-1224	D. Mendo II ou Mendo Peres	Abade eleito e vitalício
1225-1232	D. Silvestre	Abade eleito e vitalício
1240-1260	D. Fernão Peres	Abade eleito e vitalício
1260-1263	D. Paio Soares	Abade eleito e vitalício
1263	D. Afonso Martins	Abade eleito e vitalício
1264-1274	D. Álvaro Martins	Abade eleito e vitalício
1274-1284	D. Martim Mendes ou Martim Anes	Abade eleito e vitalício
1284-1288...	D. Domingos Mendes	Abade eleito e vitalício
...1289-1329	D. Martim Pires	Abade eleito e vitalício
1329-1331	D. Pedro Anes	Abade eleito e vitalício
1331-1361	D. Lourenço Geraldês	Abade eleito e vitalício
1361-1395 (?)	D. Vicente Rodrigues	Abade eleito e vitalício

À morte de D. Vicente Rodrigues (1395) instalou-se uma fase de crise aguda e de agitação conturbada. Luís Domingues era o Prior castreiro. O Prior, de um lado, e os monges, de outro, com a anuência do padroeiro, optaram pelo monge do convento, de nome Afonso da Maia. O Bispo do Porto, porém, em combinação com o padroeiro, impor-lhes-iam Afonso Aranha, cônego do Porto, abade de Várzea de Ovelha, Marco de Canaveses e, depois, Bispo do Porto.

Andavam os pobres dos monges desorientados. Entretanto intervém D. João I que consegue colocar o seu favorito, o mencionado João Afonso Aranha, à frente do mosteiro de Santo Tirso. Mas também este vem a resignar, o que facultará a D. João I a opção por um fidalgo galego, D. Martim Aires, que estivera à frente de vários mosteiros na Galiza. Era uma forma de pagar as grandes e numerosas ajudas que o monarca teria recebido deste fidalgo.

Assim chegaria Martim Aires à posse da administração do mosteiro de Santo Tirso, sem interferência dos monges e sem o voto dos padroeiros.

Logo coecaria a fase dos abades comendatários, que vai desde 1402 até 16 de Julho de 1588, com a resignação do Cardeal Alexandre Farnese.

Estes abades comendatários são apontados à Cúria romana por pessoas de destaque a que o Papa, correspondendo, manda passar uma Bula, que pessoa de alta categoria social – Bispos, Cardeais, ou por pessoas por estes nomeadas – vão executar.

Assim deixam os religiosos de elegerem o seu abade, e o bispo de o confirmar.

Abades comendatários

DATA DO ABACIADO	NOME	COMENDATÁRIOS
1402-1431	Martim Aires	"
1431-1455	Soeiro Anes	"
1460-1488	Fernão Lopes do Carvalhal	"
1488-1517	D. Francisco de Sousa	"
1517-1536	D. Miguel da Silva	"
1536-1561	D. António da Silva	"
1561-1588	Card. Alexandre Farnèse	"

Entretanto lançam-se à terra as primeiras sementes da Congregação beneditina de Portugal. Numa primeira fase – de passos incertos – uma tentativa de D. João III (1521-1557), o monarca e sua esposa, Dona Catarina de Áustria, pediriam ao Geral da Congregação de Valladolid, Alonso de Toro, que enviasse religiosos que preparassem os nossos beneditinos para uma reforma, de que tanto necessitavam. E cá chegariam dois monges de Montserrat. Um era português, António de Sá, do Mogadouro, que professara em Espanha. O companheiro, um francês, de nome João Chanon, que fôra director espiritual de Santo Inácio de Loyola. Centraram-se em Alcobaça e em Tibães. E tentaram, de facto, reconduzir os monges a uma vida mais austera. Pouco se faria, porém, de palpável. As dificuldades eram muitas: a oposição dos comendatários, a vida ociosa dos monges, a incompreensão dos prelados. E a acção daqueles mencionados religiosos, vindos de França, dera em águas de bacalhau...

Numa segunda fase, entrariam em cena dois reformadores. Viriam ambos de Espanha: um de naturalidade portuguesa, lisboeta de origem – D. Frei Plácido de Vilalobos-; outro castelhano, embora o não pareça: Frei Pedro de Chaves. Trabalharam muito bem em Santo Tirso, durante uns cinco anos.

Frei Pedro de Chaves, entretanto, regressaria a Espanha. As dificuldades eram muitas: não tanto de dentro, quanto de fora. E dos leigos: os ricos e poderosos que aspiravam à posse das comendas. E até dos eclesiásticos, do que se queixa a *Benedictina Lusitana*¹¹⁷. Frei Pedro de Chaves regressaria a Espanha e Frei Plácido de Vilalobos que por aqui ficou, mas sem grande apoio.

Numa terceira fase, dar-se-ia uma forte sacudidela no movimento da reforma. Era duro este espanhol, um monge tenaz de antes quebrar que torcer... Chamava-se Frei Alonso Zorrilla (1564-1565). Visitaria com mão dura e severa, os conventos beneditinos de Portugal: Coimbra, Santo Tirso, Tibães, Refojos, Travanca, Rendufe, Carvoeiro, S. Romão de Neiva, Bustelo, Paço de Sousa, Alpendurada. Talvez que aquele onde tenha observado mais ordem e melhor observância fosse o de Santo Tirso, o que deveria à actuação de Frei Pedro de Chaves e de D. Frei Plácido de Vilalobos. Mas, sem a dureza do sucessor, Frei Alonso Zorrilla, que aplicará castigos severos sobre os próprios monges... Puniria os relutantes, mesmo à vergastada e com prisão, se necessário fosse. Aos díscolos expulsava-os. Muito embora, aos abades comendatários deles exigisse respeito pelos religiosos e pela sua cômgrua sustentação. Veja-se o que se passou com o convento de S. Romão de Neiva: *tinham os frades as suas mancebas e seus filhos públicos, iam de noite e dia pelas vendas e tabernas das vizinhanças jogar e “putear” (sic) e beber.*

Uma fase de maior avanço se registará com a chegada de Frei Pedro de Chaves, de que já falámos e que se estabelecerá em Tibães. Viria acompanhado de Frei Cosme de Mendanha. Com o apoio de D. Sebastião, que tanto anelava pela Reforma, Frei Pedro de Chaves se estabelecerá em Tibães, cujo abade comendatário tinha, entretanto, falecido.

Nas Bulas da reformação de 22 de Julho de 1569, Frei Pedro de Chaves foi criado

Abade Geral da Congregação, em simultâneo com o abaciado de Tibães. E tomaria posse como abade de Tibães, já liberto que tinha sido este convento da governação dos comendatários.

Entretanto, nos mosteiros, cuja prelazia estivesse ainda nas mãos de abades comendatários, que se recusassem a abdicar, eleger-se-iam, em Capítulo Geral, Priores Trienais para governo interino das comunidades.

Voltemos a Santo Tirso. À morte de D. António da Silva (1561), o Cardeal Farnese tomaria posse desta casa que por “direito de regresso” lhe competiria. E só virá a renunciar em 1588, a 17 de Maio, ao que se seguiria o rol dos chamados Priores trienais, que agora seguem

Priores trienais

1570-1575	Frei Manuel de Ataíde	Prior trienal
1575-1578	Frei Pedro de Basto	"
1578-1581	Frei Domingos da Cruz	"
1581-1584	Frei Gaspar da Paz	"
1584-1587	Frei Bento do Salvador	"
1587-1590	Frei André de Campos	"

Note-se que foi ao tempo deste Prior trienal – Frei André de Campos – que o Cardeal Alexandre Farnese renunciaria ao abaciado tirsense (1588), mediante uma pensão mais que vitalícia, que melhor se poderia dizer perpétua, se não viesse, entretanto, um negócio de remissão

Seguir-se-ia a tomada de posse do nosso mosteiro que o assumiu o Reverendíssimo Geral Frei Baltasar.

Abades trienais

Ano decisivo e importante o de a 1588 ! O Abade Geral D. Frei Baltasar de Braga visita o mosteiro de Santo Tirso, onde vinte e nove anos antes, ele mesmo fizera a sua profissão religiosa. Viera acompanhado de duas pessoas, a saber Frei Alselmo da Conceição e um familiar seu, D. Moguel de Bouro.

O cerimonial da tomada de posse desenrolar-se-á por três fases: a tomada de posse, como Abade Geral e como Abade do nosso mosteiro - na Sala do Capítulo e do Coro - mai-lo o acto complementar do toque dos objectos, a expressão palpável da transferência do domínio.

Foi recebido o Abade Geral pela comunidade de Santo Tirso. Compunha-se esta de uns 15 monges, liderada pelo Prior, o mencionado Frei André de Campos, coadjuvado pelo Sub-Prior Cristóvão de Jesus. São, pois, esta dezena e meia de monges, os que fazem, como membros da comunidade de Santo Tirso, a homenagem de submissão ao Geral e assinam como testemunhas, ao lado de outros, o acto solene da tomada de posse.

Segue-se, após, o primeiro desta fase – a dos abades trienais – a listagem de quantos dirigiram a última fase dos monges do nossos mosteiro, os Abades trienais.

1590-1593	Frei Luís do Espírito Santo	ABADES TRIENAI
1593-1596	D. Frei Baltasar de Braga	"
1596-1599	D. Frei Mauro da Trindade	"
1599-1602	Frei André de Campos	"
1602-1605	D. Luís do Espírito Santo	"
1605-1608	D. Basílio da Ascensão	"
1608-1611	Frei Luís do Espírito Santo	"
1611-1614	Frei Cuipriano de Santo André	"
1614-1617	Frei Romano Cerveira	"
1617-1620	Frei Paulo de S. Miguel	"
1620-1623	Frei Teodoro da Cruz	"
1623-1626	D. Frei Plácido dos Anjos	"
1626-1629	D. Clemente das Chagas	"
	e D. João do Apocalipse ¹¹⁸	
1629-1632	D. Frei Plácido dos Anjos	"
1632-1635	D. Frei Máximo de S. João	"
1635-1638	Frei Bento da Esperança	"
1638-1641	D. António Carneiro	"
1641-1644	D. Manuel dos Reis	"
	E Frei Bernardo da Motta ¹¹⁹	
1644-1647	D. Manuel dos Reis	"
1647-1650	D. Frei Bento da Madre de Deus	"
1650-1653	D. António Carneiro	"
1653-1656	D. Mateus da Assunção	"
1656-1659	D. Frei Anselmo Alvo	"
	Ou D. Frei Anselmo da Purificação	

1659-1662	Pasre Mestre Frei Luís de Moura	"
1662-1665	Frei Bento da Glória	"
1665-1668	Frei Dâmaso da Silva	"
1668-1671	Frei Baltasar da Cunha	"
	E Frei Cristóvão de Azeredo ^{I20}	"
1671-1674	D. João Tavares	
1674-1677	D. João Osório	"
1677-1680	D. João Tavares	"
1680-1683	DF. Luís Baptista	"
1683-1686	D. Jacinto da Cunha	"
1686-1689	D. Luís Baptista	"
	E Frei Pedro do Espirito Santo ^{I21}	
1689-1692	D. Baltasar Pinto	"
1692-1695	P.e Mestre Dr. Gaspar dos Reis	"
1695-1698	Frei Roque da Natividade	"
1698-1701	D. João de Cristo	"
1701-1704	D. Manuel Barros Gavião	"
1704-1707	D. Gregório de Figueiroa	
1707-1710	D. António de Jesus Maria ^{I22}	"
	E D. António de S. Bento	"
1710-1713	Frei António de S. Bento	"
1713-1716	Frei Padro dos Mártires	"
1716-1719	D. Frei José da Cruz	"
	E Frei Manuel de S. Bento (Presidente)	
1719-1722	Frei Roque da Conceição ^{I23} e	"
	D. Gregório da Madre de Deus	
1722-1725	D. Frei Paulo da Assunção	"
1725-1728	D. Manuel da Trindade	"

1728-1731	D. Manuel da Ascensão	"
1731-1734	Frei Veríssimo da Ascensão	
1734-1737	D. Manuel da Ascensão	"
1737-1740	D. Frei Plácido de S. Bento	
1740-1743	D. Frei Lucas de S. José	"
1743-1748	D. Frei Plácido de S. Bento ^{I24}	"
1748-1752	D. Frei Lucas de S. José ^{I25}	"
1752-1755	D. Manuel da Ascensão	"
1755-1758	Frei José de Santa Maria da Vitória	"
1758-1761	D. Frei Francisco da Graça	"
1761-1764	D. João Baptista da Gama	
1764-1767	D. Frei Francisco da Santa Cecília Lobo	"
1767-1770	D. Alexandre de S. Tomás	"
1770-1773	D. Frei José de Santa Maria Maior	"
1773-1776	Frei José de S. Jerónimo	"
1776-1780	Frei Manuel de S. Tomás ^{I26}	"
1780-1783	Frei José de Santa Maria Maior	
1783-1786	Frei Manuel José do Rosário	"
1786-1789	Frei José de Santa Maria Maior	"
1789-1792	D. Frei Manuel de Santa Teresa	"
1792-1795	D. Frei Manuel de S. Joaquim	"
1795-1798	Frei José de Santa Rosa Vasconcelos	"
1798-1801	Frei Bento de Santo António	"
	Vieira Guedes	
1801-1804	D. Frei Manuel de S. Joaquim	"
1804-1807	Frei Luís dos Serafins	"
1807-1810	Frei Bernardo de S. Joaquim Leite	"
1810-1813	D. José de Santa Teresa	"
	e D. Bento de Santo António Vieira ^{I27}	

1813-1816	Frei Sebastião de Santa Rita	"
1816-1819	D. Luís dos Serafins	"
1819-1822	Frei Tomé de Santo António Quirós	"
1822-1825	Frei António de Nossa Senhora Leite	"
1825-1828	D. Manuel da Graça	"
1828-1831	D. José Alexandre do Sacramento	"
1831-1834	D. Joaquim de Santa Rosa	"



¹¹⁷ Benedictina Lusitana, t. II, pp. 415-416.

¹¹⁸ D. Frei Clemente das Chagas terá morrido quase ao final do seu triénio. Suceder-lhe-ís então Frei João do Apocalipse

¹¹⁹ Da situação económica do mosteiro e doutros motivos resultara a suspensão de D. Manuel dos Reis.

¹²⁰ Frei Baltasar da Cunha faleceria por entre Maio e Novembro de 1670. Remataria o triénio Frei Cristóvão de Azeredo

¹²¹ D. Luís Baptista morreria 4 meses após a sua reeleição. Foi eleito para a continuidade do triénio Frei Padro do Espírito Santo.

¹²² D. António de Jesus Maria faleceu a 2 de Junho de 1709

¹²³ Frei Roque da Conceição só governaria por 14 meses, que morreria a 25 de Julho de 1748

¹²⁴ Triénio de 1743-1746, mai-lo apêndice suplementar sustatório de 1746-1748.

¹²⁵ O acréscimo de um ano deve-se à necessidade de regularizar a periodicidade trienal.

¹²⁶ Prolongamento devido a sustatória.

¹²⁷ D. José de Santa Teresa morreria ao fim de dois anos

A 30 de Maio de 1834, veio o decreto da extinção das ordens religiosas. De facto, porém, a extinção, pelo que toca a Santo Tirso, foi antecipada de dois meses, aproximadamente. Antes que as tropas liberais chegassem ao convento, a 26 de Março de 1834, o último abade do nosso mosteiro, reuniu os monges, exortou-os a que procurassem guarida e protecção junto dos familiares e amigos. Depois, desceu o escadario, beijou o chão húmido das lágrimas e fechou a porta.

Ficou o símbolo da sua presença querida: o apego indesmentido do povo ao grande patriarca do monaquismo ocidental, de que dá testemunho Camilo, em íntima confiança de amigo sincero ao nosso abade Pedrosa:

DOS FILHOS DE S. BENTO APENAS DURA
DO TEMPLO AUGUSTO A FRONTE DENEGRIDA
MAS VIVE A DEVOÇÃO A CRENÇA PURA
AO HEROICO FUNDADOR DA AUSTERA VIDA.
FECHOU-SE AO MONGE A PAZ DA CLAUSURA
MAS REBRILHA NO POVO ESTREMECIDA
A FÉ, QUE VAI SUBINDO EM DOCE PRANTO
NAS AZAS DA ORAÇÃO, AOS PÉS DO SANTO¹²⁸

DOCUMENTOS

1588, Maio, 17 - Auto da Posse do Mosteiro de Sancto Tirso de riba d'aue que tomou o reuerendissimo Geral Frey Baltasar

ADB Congregação de S. Bento de Portugal, vol. 2, caderno avulso.

Ano do nascimento de nosso senhor Jesu christo de mil quinhentos oitenta e oito anos aos deza-sete dias do mês de maio do dito anno em o Mosteiro de santo tirso de riba daue que esta sitto em seu couto do termo e bispado do porto estando hy o Reverendissimo padre frey Baltasar geral da ordem e congregação do glorioso são Bento deste Reino de portugal por elle foi Requerido a mim notario apostolico da parte da santa madre igreja que conforme as bullas da reformação da dita Ordem e executorial dellas do Muito senhor Dom pedro da Rocha figeira Deão na santa See da cidade de bragua Juiz executor Apostolico das ditas bullas dado e expressamente deputado per sua santidade o Santissimo papa Sixto quinto por ser subjecto a dita ordem de S. Bento e estar reformado de monges da obediencia delle geral auia muitos anos, e expressamento Nomeado assy nas bullas da refformação passdas a instancia del Rey Dom sebastião de clara memoria que aia gloria pello santissimo padre pio quinto de boa memoria como na bulla de Confirmação União e incorporação que sua sacra e real magestade del Rey dom phelipe nosso senhor impetrou do santissimo papa sixto quinto nosso senhor que sua magestade tem mandado a elle geral com a sua prouisão pera tomar posse posse de todos os mosteiros da dita Ordem

como largamente constaua das bullas prouisões e executorial atraz que todo me Requeria lesse e notificasse ao Reverendissimo padre prior e conuento do dito mosteiro e mais testemunhas pera o que logo mandou ao Padre Prior do dito Mosteiro tanger a capitulo e sendo Junto capitularmente congreguados

*o Reverendo padre frey Andre de Campos prior
e frey Christouão de Jesu Superior;
e frey Maximo de prado;
e frey ambrosio;
e frey Manoel;
e frey prudencio Machado;
e frey Aschanio;
e frey Angelo Cabral;
e frey Antonio;
e frey mauro de Jesu;
e frey Maximo;
e frey fabião;
e frey Mauro pacheco;
e frey Domingos;
e frey Aluoro de São Bento*

todos monges conuentuaes do dito mosteiro aos quaes eu notario Apostolico lhes ly e imtimey as bullas da Congreguação e executorial de maneira que todos entenderão e por elles foy dito que elles comsentião e obedecião em todo e por todo ao sobredito dando graças e canticos ao Senhor pellas merces que auia feito a sua Ordem. E logo estando elle geral no dito Capitolo em seu lugar eminente por elles padre prior e conuento lhe foy dado a obediencia com muita humildade na forma deuida e costumada beijandolhe cada hum por sy a mão e habetto e elle geral os Recebeo com amor e caridade paternal conforme a sua regra fazendolhe as praticas espirituas pello qual acto de obediencia e pellos mais lhe derão por dada toda a posse e superioridade do dito Mosteiro no dito mosteiro e offiço de Abbade geral e Supremo prellado do dito Mosteiro conforme a continencia das bullas e eu Notario conforme ao executorial o ouue metido de posse e assy mesmo me requereo a mim Notario e ao Conuento que porquanto conforme as bulas e executorial se continha que este mosteiro e os mais estauão unidos e incorporados na dita Congreguação de são Bento pera que fosse Regido e governado como os mais por Abbades trienaes portanto me requeria lhe desse a posse deste dito mosteiro de Santo tirso assy no spiritual como temporal e de todas suas Anexas passaes Jurdições e mais cousas que lhe pertencerem e pertencer possão pera que sendo caso esteia uago este dito mosteiro ou uage per qualquer maneira e modo que seia que acontecer uagar e isso sem mais outro auto de posse fique unido Anexado e pertencas e todo o mais que sempre foy Anexo ao dito Mosteiro fique todo unido e Anexo a dita ordem e congreguação des então pera agora e de então pera agora sem mais ser necessario outro auto de posse.

E logo pello dito padre prior e Convento foy dito que da mesma maneira lhe auião por dada a dita posse do dito mosteiro e união e incorporação delle como membro da dita ordem de são Bento conforme as bullas e executorial e em todo comsentião liure a pacificamente sem contra-dição alguma e elle geral acceptou a dita posse em nome da ordem.

E logo pello dito convento foy leuado elle Reverendissimo geral em prosisão dizendo elles ho te Deum Laudamus ate o choro do dito mosteiro onde foy assentado na cadeira em lugar mais eminente do choro onde acabado o dito Cantiquo lhe foy dada outra uex a obediencia asi e da maneira que auião dado no capitulo pello qual auto lhe ouuerão por dado as ditas posses assy de Abbade geral como do mosteiro.

Ao que satisfeito foy leuado pellos sobreditos em prosisão des o dito choro atee a capella e altar mor do dito mosteiro Omde eu Notario Apostolico em presemca dos ditos prior e padres e testemunhas abaixo nomeadas lhes dey e houue por dada a posse real actual corporal do dito mosteiro Omde eu Notario Apostolico em persemca dos ditos prior e padres e testemunhas abaixo nomeadas lhes dey e houue por dada a possse real actual corporal do dito Mosteiro com todas suas pertencas e Anexas e cousas a elle pertencentes a elle dito geral (...) e isso que esteia uago e uage por qualquer modo e maneira que seia e isto per uestimenta calex corporaes pedra dara crux missal casticaes galhetas e por todos os mais Ornamentos que com suas mãos tocou e por terra pedra telha madeira e por poimento de pes e vista de olhos tangendo os sinos e abrindo e fechando as portas e grades do dito mosteiro e capelas com as chaues que lhe forão entregues pelo samchristão e por todos os mais autos necessarios e semelhantes posses pellos quaes eu Notario conforme ao executorial e bullas de sua santidade Ouue por empossado e metido de posse corporal e autoal e real ao dito Reverendissimo geral frey Baltasar Assi de Abbade geral e Supremo prellado como do dito mosteiro e suas Anexas passaes quintas casaes Jurdições e mais cousas assy spirituaes como temporais a qual posse elle tomou assi de huma cousa como de outra em seu nome e da dita ordem e de todos seus sobçessores da dita relligião e ordem de são Bento deste dia para todo sempre conforme as bullas e executorial e de todo se ouue por empossado inuestido e incorporado e eu Notario Da mesma maneira lha ouue por dada a dita posse conforme ao executorial e isto com não preiudicar ao direito do Illustrissimo Cardeal farnez que esta em posse com a Renda do dito Mosteiro conforme a seu titulo¹²⁹ e isto em sua vida conforme ao executorial e por ser ausente e digo por não auer feitor presente¹³⁰ do mosteiro se lhe não intimou e deu Noticia das bullas e prouisões e esta posse foy dada (...) sem Contra-dição de pessoa alguma e de todo elle Reverendissimo geral pedio hum e muitos Instrumentos que acumulou aos mais autos de posse que tem tomado do dito mosteiro e asinou estando por testemunhas os Reverendos padres frey Anselmo da concepção acompanhado delle geral e frey Christouão Seu secretario e senhor Jacome Varella tabelião do Couto do dito Mosteiro e migel de bouro familiar delle geral e manoeel C carpenteiro morador em Villa do Conde e outros



¹²⁸ Mandada gravar pelo Abade Pedrosa, sobre uma placa de mármore, afixada no interior da sacristia.

¹²⁹ O Cardeal Alexandre Farnese, comendatário do mosteiro de Santo Tirso, renunciara, em 1558, mas sob condição onerosa de uma pensão anual, que se prolongará por vários anos, para além da sua morte.

¹³⁰ O cardeal tinha, no nosso país, vários procuradores. De tudo fazemos menção no vol. III desta monografia.

Frei Balthesar Abbade Geral de S. Bento.

frey Anselmo

frej Ambrosio

fr. Andre de Campos prior

fr. Maximo do prado

frej Manoel da Crus

fr. prudencio Machado

fr. Aschanio da Trindade

Fr. Angelo Cabral

Frej Antonio da Asumpção

frej Mauro de Jesu

Fr. Mauro pachequo

Fr. Maximo

fr. aluoro de Sam bento

Jacome Varella

Manoel Gonçalves

Pedro de Sampaio

D. Miguel bouro

Fr. Christouão de Jesu (?)

Só nesta altura – melhor, dois anos depois – é que o primeiro abade trienal, eleito em capitulo geral, pôde tomar posse da casa de Santo Tirso.



O CIDNAI

1. O nome

O Cidnai é um nome bem enraizado no solo medievo, a viver e a agitar-se, paredes meias com o nosso mosteiro. Compreende-se a aglomeração junto da igreja que dela mal se separa, pela muralha possante que cinturava os nossos monges. Não tinham igreja paroquial própria os moradores. Viviam à sombra do mosteiro, que os acolhia, inicialmente, no nártex da igreja monástica. Ali, à entrada mesma para o mosteiro, sob o alpendre mal acorçado sobre colunas e mal recoberto das intempéries, das chuvas e ventos, se ajuntavam para a assistência à Santa Missa, celebrada, muitas vezes, por um coajutor secular. À direita deste espaço, havia o altar desta comunidade aldeã, consagrado a Santa Maria Madalena. A Igreja, apesar de ser grande e de três naves, a partir do sec. XIV, reservar-se-ia aos monges que, em certas ocasiões, pelo sec. XVIII, sobretudo, orçava o seu número pelos 60 ou 70 monges.

Mas antes, aí por 1600, o Bispo do Porto, numa visita canónica, dada a grande precaridade da igreja secular, obrigou os monges a acolherem os leigos no espaço que àqueles se reservava. Continuavam, porém, mesmo dentro, separadas as duas comunidades por muro, ou grade de madeira, ou, como sucedeu no sec. XVIII, grade de ferro que, ainda hoje, apesar da alteração das circunstâncias, continua no sítio, fazendo separação ... de nada !

Mas vamos à praça do Cidnai. Hoje é mesmo o coração da cidade, como dele, o Cidnai do mosteiro recebia as pulsações. De maior história e, por cordão umbilical, a este unido. Nasceu, efectivamente, à sombra dos frades, e dos frades lhe veio o alento. Ali, no dito Cidnai, desde tempos imemoriais, esteve a cadeia dos seculares – os frades tinham uma prisão privativa, no interior do mosteiro, para os prevaricadores da ordem. Ali, tempos a fio, se ministrará a justiça, que era dependente do Abade, o donatário do Couto. Ali, pelo menos a partir do sec. XVI, regorgitaria a feira. Ali se levantaria o palco das diversões teatrais...

A correspondência pode não ser perfeita. A sobreposição pode não ser adequada; o pólo aglutinador que os focaliza poderia ter oscilado. Mas a este espaço – porque com séculos de vida e de história – se lhe deram vários nomes.

O primeiro será o medievo *Cidnai*. Sob o ponto de vista etimológico, parece-me não ser duvidoso que a raiz da palavra Cidnai venha do árabe *Cid*, que significa *senhor*¹³¹. Aquela raiz encontra-se representada na toponímia, na sobredita forma de Cid, que, como disse, significa *Senhor*, em vários lugares do país (Arganil, Braga, Guimarães, Mortágua, Paços de Ferreira e Seia); sob a forma de *Vale de Cid* (Vale de Cambra); sob

a expressão de *A de Cide*, por vezes escrita *Decide* e *A Decide* (em Vila Verde)¹³²; sob a designação de *Souto de Cide*¹³³.

Em certos documentos, topamos com sufixados da mesma raiz: os diminutivos *Cidel* e *Cidelo* (diminutivo híbrido), ora sob a forma mais arcaica de *Citelum*¹³⁴ ou *Citellus* ou *Zitelus*, ao lado de *Zitello*¹³⁵, de *Zidello*¹³⁶ ou *Cidelo* Braga..

Pelo que respeita ao topónimo tirsense *Cidnai*, há quem o veja como patronímico. Pelo menos, Frei Leão de S. Tomás. O cronista retira da palavra *Cidnai* um elemento árabe *Cid* – o que estará bem – e um elemento desinencial, oriundo do latim *nati* (do participio perfeito do verbo nascer, o que daria *filhos de Cid*. Foneticamente não seria impossível, dada a sonorização normal do t em d e a síncope que logo se seguirá, pela posição intervocálica em que o d se veio a encontrar. Palavras do cronista:

*Iunto a entrada do Mosteyro fica hum Burgo pequeno chamado Cidenai nome, que teue seu principio do sobrenome do Infante Alboasar Ramires (que fundou ou reedificou o dito Mosteyro) do qual dis o Conde D. Pedro, que por seu animo, esforço, e senhorio se chamou Cide Alboazar, e foi com seus filhos, e descendentes senhor daquellas terras da Maya, em cujo destricto fica o Mosteyro. Por onde Cidenai he o mesmo que Cidenati, lugar dos filhos e netos daquelle, que por seu dominio, e senhorio se chamou Cide; porque (como alguns dizem) Cide, em Mourisco he o mesmo que Senhor. Não faltará quem diga que Cidenai é o mesmo que lugar do Senhor Anaya, porque Cide he o mesmo que senhor, e Anaya he o sobrenome de fidalgos antigos, e no mesmo Mosteyro achamos pelloos annos de Christo 770. hum Monge chamado Frey Nuno de Anaya*¹³⁷.

Tenho a dizer, porém, uma coisa: que é vulgar o uso do patronímico deste vocábulo na Idade Média portuguesa. Mas sob a forma de *Cidici*, ou da forma mais evoluída *Cidiz*¹³⁸. Até em documentos que dizem respeito ao mosteiro de Santo Tirso. O primeiro abade beneditino, D. Gaudemiro, logo em 1092, assistiria à inauguração do mosteiro de S. João de Pendorada, acompanhado do *frater Pelagius Cidiz*¹³⁹, que também confirma a carta de couto, em 1098. E, logo após esta carta de Couto de Santo Tirso, ao final, numa como que adição, há referências a um *Zidi daviz*, pai de um *Gonçalo zidis*.



¹³¹ LEITE DE VASCONCELLOS, José – Antroponímia Portuguesa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1928, p. 36.

¹³² MACHADO, José Pedro – Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, Editorial

Confluência, vol. I, Lisboa, p. 414.

¹³³ Inquisitiones, p. 126.

¹³⁴ PMH/DC, p. 156.

¹³⁵ PMH/DC, p. 38.

¹³⁶ PMH/DC, p. 84.

¹³⁷ Benedictina Lusitana, vol. I, pp. 15-16.

¹³⁸ LEITE DE VASCONCELLOS, José – Antroponímia Portuguesa. Imprensa Nacional de Lisboa, p. 125.

¹³⁹ SILVA, Filomeno Amaro Soares da – Cartulário de D. Maior Martins. Sec. XIII, ed. da Associação da

Defesa do Património Arouquense, Arouca, 2001, pp. 74-76.

Sob este aspecto, e para melhor elucidação, remetemos o leitor para o cap. I deste artigo. Nele se verá, de algum modo, a evolução deste vocábulo. De qualquer forma, diz Frei Leão de S. Tomás, em 1651: *Junto a entrada do Mosteyro fica hum Burgo pequeno chamado Cidenai*.

Além de Cidnai, também a este lugar se dava o nome de lugar da *Cadeia* que nunca fez esquecer o primeiro. A justiça desta nomenclatura situa-se no facto de que aí se encontrava o cárcere do couto. E, depois, após a abolição dos privilégios senhoriais, o cárcere do município, que só dali sairá em 1915.

Também se conheceu este sítio por *Largo de Santo António*, dominado que fora pela ermida do mesmo orago, capela que, entretanto, se demoliria com a urbanização da dita praça, em 1862.

No sec. XIX, crismar-se-á com o nome de *Rua 26 de Março*, por referência – e em homenagem – ao dia em que o exército liberal entrou na vila de Santo Tirso, em 1834. Ruiram-se definitivamente as últimas pegadas do couto beneditino, que começara em 1098. Por contraposição seria o parto tímido do nosso concelho.

Hoje, é o *Largo Coronel Baptista Coelho*, o nome do ilustre militar e político tirsense, nascido no Além-Rio, a 24 de Dezembro de 1865.

Seja como for, os nomes dados pelos políticos nascem, crescem e morrem. Como os políticos mesmos! Os que são verdadeiramente populares não há força que os derrube!... Este largo sempre será, como sempre o fôra: o de *Cidnai*.

2. Os moradores do Cidnai no sec. XVII

Pelos Prazos do mosteiro de 1620, sabemos que o Cidnai teria, aos começos do sec. XVII, `a roda de uns 25 moradores, que viveriam, especialmente, das encomendas do mosteiro e das trocas comerciais que, no próprio largo, se efectuavam, às Quartas-feiras, de quinze em quinze dias, o dia do mercado de Santo Tirso. Artesãos e comerciantes davam uma certa agitação ao pequeno burgo, cuja frequência se vedaria aos religiosos:

E debaixo do mesmo preceito quando sahirem fora no dia da recreação os Religiòzoz quem presidir, ou ò maes Ancião, não Connsentirà que entrem em Caza aliqua, nem em quintal do Sydanay,

Assim o ordena o Visitador em 1648. As mesmas diversões – como o teatro profano que no mesmo largo teriam vez –, foram vedadas aos monges pelo Abade Geral.

3. A feira do Cidnai

A feira de Santo Tirso era às Quartas-feiras, de quinze em quinze dias. Assim, pelo menos, em 1758. Mas Famalicão, pouco antes de 1839, resolvera passar o seu mercado para o mesmo dia. Temeu-se pelo esmorecimento da feira daqui. E a nossa vereação protestaria contra a medida concorrencial da Câmara de Famalicão, junto do Administrador Geral do Distrito de Braga.

Os temores eram bem fundamentados. E, em 1860, a nossa vereação, para obviar ao declínio, deliberou sobre a hipótese da mudança do mercado para as Segundas-feiras. Evitava-se o impacto negativo do de Famalicão, mais possante, sobre o nosso mercado, sem que, por outra banda, houvesse neste dia, que Santo Tirso, agora, escolhera outra feira que a nossa viesse a apoquentar. E logo, a partir de 1860, o nosso mercado passou para a Segunda-feira. Julgo até que, nesta ocasião, já a feira de Santo Tirso se realizava semanalmente. Em 1870, pelo menos, já assim era. Até 1834, a feira regorgitava num espaço único, o Cidnai. Mas, pouco a pouco, foi-se redistribuindo por outros lugares, até que, já em pleno século vinte, deixaria inteiramente esta praça.

Que eu saiba, a primeira redistribuição teve em linha de conta o Largo de Santo António (para comércio de gado), o Alto da feira (para compra de galinhas e aves em geral), Largo pequeno, em frente às casas de Ana de Araújo Lobo (para mercado de frutas, hortaliças, plantas, cebolas e alhos) e Largo de frente da Botica, nas costas das Tendas, junto do actual Café Olímpico (para venda de linhos e estopas).

Claro que a construção de outras Praças – Largo do Picoto, em 1854-1855, o Campo de 29 de Março, em 1860; o Parque Dona Maria II, em 1881 – iriam, pouco a pouco, descongestionar o movimento mercantil do Cidnai, até o aliviarem por completo, como se disse, já pelos começos do sec. XX.

4. A urbanização actual do Cidnai

Vejamos as etapas de maior significação, na história do seu arranjo urbanístico. Assim, em 1842, efectua-se a construção de um parapeito na orla sul da estrada que, logo de seguida, pela Rua de S. Bento, ao sec. XVIII conduzia os viandantes para o mosteiro e ponte de pau, quando esta se veio a construir. Remataria o parapeito Manuel de Oliveira por 50 mil reis.. Nesta altura, ainda de configuração geográfica diferente da actual. Antes de mais *em declive constante*, desde a orla de habitações situadas a nível superior e atrás das actuais *cabines*, até à seriação das casas na vertente oposta, entre as quais agora se situa a redacção do *Jornal de Santo Thyrsó*.

Aliás, esta fiada de habitações, a sul do Laro de Santo António, postava-se, originariamente mais recolhida, um pouco mais à rectaguarda Só avançariam uns metros, para o sítio actual, com o rasgar-se de uma nova artéria, que subia para leste, direita à Rua de S. Bento, limitada pela fímbria do norte por este parapeito que o dito Manuel de Oliveira construiria, em 1842.

Em 1863, um acontecimento decisivo para o arranjo urbanístico deste largo: a abertura da estrada Santo Tirso-Guimarães, pelo interior da Quinta de Fora. E surge a actual Rua Francisco Moreira. O corte desta via obrigou os munícipes a uma reorganização do espaço, na área do Cidnai, em *duas plataformas de nível diferente*.

Em 1866 estava já construído o paredão de socalco. E, nele, posteriormente, Joaquim Moreira, que faria o Teatro Eduardo Brazão, rasgaria as *cabines*. Por cima do muro de suporte arrematou as grades de ferro e pilastras o mestre ferreiro José Neto de Carvalho, por 79.800 reis. O contracto far-se-á a 9 de Janeiro de 1868.

Em 1883 – embora sem impacto de maior na configuração da Praça, antes sobre os acessos –, o corte da estrada desde o Cidnai a Vilalva. A antiga e medieva uma vintena de metros a leste da actual, viu-se ameaçada na sua respeitabilidade, já em 1877. Mas a renovação do projecto e a sua execução só meia dúzia de anos à frente. Assim surgiu a actual Rua Dr. Carneiro Pacheco.

Já em pleno sec. XX, o Alto da Feira adquirirá a sua configuração aproximada de hoje, com o recuo da casa de Luís Pereira da Silva e a sua reconstrução no enfiamento da orla setentrional de moradias no Cidnai. Assim conquistará o Largo Coronel Baptista Coelho, mais ou menos de forma regular, as feições de um triângulo isósceles, com base para nascente, no conjunto das duas plataformas de que se constitui.

E foi aqui que se criou ou se desenvolveu o primeiro núcleo da população de Santo Tirso pela facilidade das relações intermitentes entre os fiéis e os monges. A fé do povo, a caridade do mosteiro, as relações sociais e humanas entre as duas partes alimentar-se-iam de um diálogo constante entre bentos do mosteiro e os leigos do Cidnai.

Mas havia, aos começos do sec. XIX, outros grupos mais apequenados, porém, um pouco dispersos e um pouco mais distantes do mosteiro. Pelo mapa que nos desenhou o Capitão de Engenharia, José B.M. Mousinho de Albuquerque, com data de 7 de Fevereiro de 1861 poderemos verificar que, nesta altura, núcleos reduzidos se dispersavam pela área que hoje, o desenvolvimento urbanístico aglomerou, de forma intumescida.

Ora, pela dita planta se vê, inicialmente, a existência de uma capela, conhecida pelo título de *O Senhor da Cana Verde*, no chamado Campo do Passo, hoje Praça, em frente ao Tribunal de Santo Tirso. A dita capela estaria, nessa altura, no lugar onde agora se alevanta o busto do célebre professor de Direito da Universidade de Coimbra, Dr. Fernando Andrade Pires de Lima. Já na primeira parte do sec. XX, a capela se mudaria para o lado oposto da rua, entre os restaurantes Pimenta e Silveira, até ser demolida, no espaço que vai de 1928 a 1933.

Ao n. 2 se pode ver o tracejado da estrada Porto-Guimarães, agora aos começos da segunda parte do sec, XIX, mais concretamente por 1860, e que vai rumar pelo interior da “Rua”, o que implicaria a reordenação do Picoto – hoje, Praça Camilo Castelo Branco, n. 4 – e a construção da Praça Conde de S. Bento, antigo Campo do Santarém. Ainda se não tinha rasgado a estrada Santo Tirso-Trofa pelo Arco (1870). Do n. 1 para Ocidente, correrá um caminho, onde hoje se alevanta o Hospital. A este propósito seja dito que é um lugar de um povoamento bi-milenário. Pelo Mapa de Mousinho de Albuquerque se vislumbra, porém, um aglomerado populacional muito restrito.

Uma coisa queria desde já sublinhar: que, dentro da Quinta do mosteiro, havia pedaços de terra, precariamente arrendados, a caseiros das redondezas, mediante contratos “a folhas”. E também, exteriormente aos muros da mesma Quinta de Fora, havia, da mesma maneira, terrenos avulsos do Mosteiro, que os nossos monges arrendavam a candidatos que o requeressem.



AS DEVASSAS DO MOSTEIRO

Tratamos de um tipo particular de devassa. Ou seja, da invasão criminosa do mosteiro, dos sus bens, por parte dos moradores vizinhos, para pilhar e destruir, por si pelos seus animais, que metiam, às escondidas, pelo interior das quintas dos nossos monges.

O nosso mosteiro era extremamente rico, e os seus bens cobiçados Por grandes e pequenos ! Apesar das excomunhões pontifícias... Não obstante o forte escuda da protecção régia..

Várias foram as Bulas despachadas de Roma, nesse sentido. A título de exemplo, recordamos tão só os documentos papais que seguem: uma Bula de Inocêncio III de 1198, dirigida ao Abade de Santo Tirso, Mendo II; uma Bula de Honório III passada ao ano 2.º do seu pontificado e destinada ao mesma Abade de Santo Tirso Mendo II; uma Bula de Nicolau IV, datada de 1289, uma Bula do Papa Eugénio IV, de 1442...

São documentos com penas espirituais sobre os infractores, que, em plena Idade Média, impunham respeitabilidade maior que as penas físicas ou multas pecuniárias. Por pesadas que fossem, porém, não erradicariam a cupidez nem o atrevimento. No sec. XVI e XVII as ambições parecem até de arrojo maior. Confirmá-lo-á, parece, a notificação judicial de 1643.

A invasão des bens pertencentes ao mosteiro de Santo Tirso, por parte dos fidalgos ou populares eram frequentes. E verificavam-se em todos os lugares, onde os nossos beneditinos possuissem seus valores. Não vale a pena alongarmo-nos pelos caminhos infundáveis da dispersão. Queremos tão só referir, agora, algumas das devassas de que foi vítima o mosteiro, aqui, na nossa cidade, em Santo Tirso nos séculos XVI e XVII, as pessoas citadas a tribunal, as penas em que incorreram ou que lhes poderiam ser cominadas. Exemplos tão só de casos que, com certeza, ocorreriam com frequência maior.

1.

Assim, a 16 de Dezembro de 1565, obteve o mosteiro um alvará régio contra os moradores de Santo Tirso que roubavam madeira da devesa que os monges tinham no Cidnai. No monte, actualmente desfigurado, que galgaria e vicejava desde o Terreiro da matriz para só descansar nas traseiras do que é hoje o Banco Pinto e Sotto Mayor. Englobaria desta forma o poiso rectangular do Parque Dona Maria II, a Quinta da Devesa, etc.

A Devesa era assaltada, especialmente pela cobiça da madeira. Donde a queixa do convento junto da Corte e o alvará régio para o Corregedor, ordenando a proibição de tais ousadias, a citação oficial dos culpados e a sua penalização, a juízo do Corregedor..

Ao contrário de documentos subsequentes que determinam o castigo, o texto régio de 1565 diz assim.

Eu el Rey¹⁴⁰ faço saber a Vos Corregedor da comarca e coreição da cidade do porto que eu são Informado que o Mosteiro de Santo Tirso da ordem de Sam bento tem huma defesa¹⁴¹ de madeira Junto ao lugar de Cidanay a qual madeira algumas pessoas lhe cortão e daneficão no que o dito moesteiro e coutos delle e em todos os mais lugares que Vos parecer necessario facais loguo notefficar e apreguoar que pessoa alguma de qualquer calidade e condição que seja não corte madeira lenha nem Rama na dita defesa sob aquellas pennaas que vos bem parecerem, que loguo seião declaradas nos ditos pregões de que mendareis fazer autos pera a todos ser notorio e se não poder alegar Inorancia. E di hoie em diante vòs e os outros Corregedores que Vos sobcederem tereis especial cuidado se se corta a dita madeira lenha ou Rama na dita defesa e provedereis contra os culpadosa execução das ditas pennas como for Justiça dando apellação das ditas pennas como for Justiça dando apellação e agrauo nos casos em que couber. E pera isso podereis Ir ao dito lugar com o meirjinho dante Voos com varas leuantadas todas as vezes que comprir¹⁴² E este se tresladara no liuro da coreição pera se saber que o tenho asj mandado e se comprir o qual quero que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome per mym asinada e aselada do meu sello sem embargo da ordenação do Livro 2.º titulo xx que diz que as cousas cujo effeito opuuer de durar mais de hum Anno pasem por cartas e passando por aluaras não valhão e se cumpra posto que não seia passado pela chancellaria outro sj sem embargo da ordenação em contrario. Antonio carualho o fe em lixboa a 16 de dezembro de mil e quinhentos e sessenta e cinco Pero fernandez o fez escreuer¹⁴³.



¹⁴⁰ Sclicet, D. Sebastião

¹⁴¹ A Quinta da Devesa sita no coração da Cidade de Santo Tirso

¹⁴² Palavras riscadas

¹⁴³ 128 ADP Fundo Monastico 2662, f. 170.

2.

A 5 de Junho de 1628, há um despacho do Corregedor Nicolau Ribeiro Pinto a qualquer um dos oficiais de Justiça da cidade e termo contra os agressores do dierito de propriedade do mosteiro de Santo Tirso.

Agora o problema alargar-se-á: já não é só a questão da devesa conventual. São outras mais as propriedades devassadas pelos vizinhos. Em concreto, a Quinta do Penedo. E não só as mata ou campos. Até a própria levada do mosteiro, que vem de Monte Córdova e cuja água se desvia, em prejuízo dos moinhos e das propriedades monásticas. A época de Junho dará a ocasião mais oportuna à cobiça das águas.

Mais: os prejuízos não lhes virão, aos frades, apenas dos furtos ou roubos. Também de animais que os moradores soltariam livres pelo interior do espaço que aos monges pertenceria.

A multa especificar-se-á, de harmonia com o agente da transgressão

Vejamos o dossier, onde o problema se nos revelará. Primeiro, a petição do mosteiro:

Dizem o Dom Abbade, e Conuento do mosteiro de Santo Thirco de Ribadaue que os moradores do Couto do dito mosteiro (...) lhe metem o gado, e deuasxsão com elle a sua quinta, e granja chamada do Penedo, e tendoa cercada de parede, e vallo alto lhes abrem os portaes e por elles lhe metem os bois, uacas, ovelhas, e cabras, e seuados e do que lhes destruem toda a dita quinta e ortas deuesas iuntas ao mosteiro tapadas de uallo assi nas aruores, e fructos dellas, como nas aruores que de nouo plantão e assi lhes rossão nos seus montados particulares do dito mosteiro; e assi na leuada de Leça que uem para o mosteiro de Monte Corua e tomão d'agoa della para seus campos, e lhes impedem suas Regas e moinhos a que uem, e para euitarem o damno, e que não deuassem as ditas deuesas, nem tomem a dita agoa, e impedão que não uenha a seus moinhos.

Pede a Vossa Merce mande sejam notificados com pena de pagarem por cada cabeça de gado meudo sendo achado que foi que as ditas deuesas e quinta trezentos reis, e por o grande dous cruzados, e o dono delle que seja condemnado a trinta cruzados pagos da cadea para os captivos e acusador e outro si que não entrem na dita quinta, e deuesas, nem tmem as agoas das ditas leuadas, nem impedão irem para os moinhos sob a dita pena (...) que nem cortem as deuesas (...).

Pedem como pedem e tendo as partes embargos os uirão allegar em termo de tres dias¹⁴⁴.

Veio o citado despacho do Corregedor. Mas precedido de uma nota do catrtrário que diz: *Mandado do Corregedor do Civel que notifiquem que o gado que se achar na quinta do Penedo e devesas pague o seu dono 30 cruzados e por cabeça grande 800 reis. E a mesma pena põem a quem impedir a água de Monte Córdova que vem para os moinhos da casa¹⁴⁵.*



¹⁴⁴ ADP Fundo Monástico 2664, ff. 174-175.

¹⁴⁵ ADP Fundo Monático 2664, ff. 174-175.

O despacho do Corregedor é redigido nos termos que seguem:

O doctor niculao Ribeiro pinto do desembarquo de Sua Magestade seu coregedor com al-sada dos feitos e causas ciueis nesta Rellação e cassa do porto etc. mando a quoaquer oficial de justiça desta cidade e seu termo sinquo legoas ao redor que uisto esta petição do padre dom abbade do mosteiro de sãototirço notefiqueis todas as pesoas que por sua parte nos fortem nomeadas com as penas declaradas na petisção tudo na forma do meu despacho e temdo embar-gos os uirão aleguarno termp da lei cumprida assi com pena de uinte cruzados pera acuzador e cativos

Dado no porto aos sinquo dias do mês de Junho de mil e seis centos e uinte e oito anos Gon-calô pinto de macedo o fez pagoudeste quatorze e quatro de assinar.

3.

Em 2 de Maio de 1643, possuímos um rol completo de transgressores. O Juiz do Couto – nesse ano, António Gonçalves, da Lagoa –, através do meirinho, Francisco João, man-dava citar os réus que se seguem. Vamos dá-los, para se ficar com a ideia do volume alargado da cupidez. Ou da miséria, em que viveria a população aglomerada em torno do mosteiro.

Aos dous dias do mez de majo deste prerzente anno de mil e seis centos quarenta e três an-nos, nas pousadas de mim taballiam appareceo francisco joão mejrinho deste Couto, e deu sua fee que por uertude do despacho de Antonio Gonçalues da lagoa juiz deste Couto ao pé da petição perto (?) noteficava

Do lugar de Argemil

*Manuel Luis e sua família
Andre ferreira e sua familia
Margarida fernandes e sua familia
Jorge luis
Domingas solteira
Antónia solteira
Isabel solteira*

Do lugar da Carvoeira

Domingos Gonçalves e sua família
André Francisco e sua família
Pero Gomonçalves e sua família
Luzia solteira
Margarida solteira

Do lugar de Friães

Margarida e Francisca, solteiras
Maria Gonçalves, viúva
Gaspar Fernandes e sua família
Gonçalo Fernandes e sua família
Maria Gonçalves, a Sarabina
João António e sua família
Maria Álvares, solteira
Pero Francisco e sua família
Maria Gonçalves, viúva, e sua mãe Catarina Gonçalves
Antónia, solteira
Catarina, solteira

Do lugar de Vilalva

Isabel, solteira
Maria Lopes
Pero Gonçalves e sua família
Ana João, viúva, e sua família
Maria, solteira
Manuel Francisco e sua família
Ana solteira
Ângela
Francisco Ferreira e sua família
Maria António, solteira
Pero Francisco e suas irmãs, solteiras
Domingos Pereira e sua família
Pero Fernandes e sua família
Bento Fernandes, filho Manuel D.os e família
Maria, a tecedeira
Maria Gonçalves, viúva da Cancela
Domingos João e sua família

Cidnai

*Gaspar Gonçalves e sua família
Francisco Correia e sua família
João Miguel e sua família
Maria Dinis, viúva, e sua irmã
Baltasar Barbosa e sua mãe
Gonçalo Pires e sua família
As Zarabinas
Pero Gonçalves, o Catunto, e suas cunhadas
A viúva do Galego e sua família
Pero Fernandes, o Beato
Pero Gonçalves, o Sedões
Andreza e suas filhas
Maria, a Ruiva, sua vizinha
Manuel Pires e sua família
As Fernandas e seus filhos
Isabel Gonçalves, a Gorita
Cicília Carvalha e suas irmãs
Maria Folha, a Moleira
A viúva do Cangas
João Dias e sua família
Rodrigo João e sua família
Juliana da Silva e sua irmã
Frutuoso Francisco e sua família
André Dias, filho de João Dias, e família
Isabel, solteira
A mulher de Tomé Gonçalves
Catarina Lopes e sua filha
Domingas, caseira de Rodrigo João
Maria Jácome
Belchior Gonçalves, sua família e sua filha Apolónia de Sousa
Gregório Dias e sua família
Lourenço Fernandes e sua sogra e mais família
As Carneiras
Pero de Araújo e sua família
Catarina, solteira
Manuel Frutuoso e sua família
Bento Correia e sua família
Lourenço Correia e sua família
A viúva do Beira e seu genro
André Manuel e sua cunhada*

Picoto

João Fedrmandes, o órfão
Catarina Gonçalves do Orgal e seu filho
A vizinha do órfão
António da Silva e sua família
*Helena, solteira*¹⁴⁶
Catarina Dias e sua vizinha
Catarina, filha de António Ferreira
Ana Fernandes, viúva e toda a sua família
António Fernandes, o Calças, sua filha e netos
João da Costa e sua família

Enfermaria¹⁴⁷

António Gonçalves e sua família
Isabel Martins
Maria Antónia, sua mãe
Luzia Varela e seu genro Pantaleão de Freitas e família
Francisco Carvalho e sua família
Ângela, solteira
Catarina Gonçalves da Costa
Maria, a Neta
Catarina Carneira

De Real, Burgães¹⁴⁸

Baltasar da Silva e sua família
Marta Brás e sua família
Francisco Dinis
Francisco Fernandes e sua família e sogra
Catarina Francisca
Brás Gil e sua família e irmãs

S. Miguel do Couto

João Martins a sua família
Domingos Manuel e sua cunhada Maria, solteira
André António, seu vizinho
André João
Bento da Costa
Gonçalo Gil do Boeiro
Miguel António do Olival

E lhes declarada as penas da petição e asi o daua em sua fee que asinou comigo Bento Carneiro de Afonseca tabalião que o escrevi
De francisco meirimho¹⁴⁹ + João Bento Carneiro da Afonseca

4.

A 20 de Dezembro de 1646, nova queixa do mosteiro: apesar da cerca, por muros e valos, dos Passais, Campos de Frádegas – sitos entre aqueles e o casal que se segue – e a Quinta da Granja ou do Penedo, os moradores vizinhos tudo perfuram e tudo devassam, com prejuizos para os monges, na ordem de muitos cruzados !...

O juiz do couto logo viabilizaria a queixa dos nossos monges. Assim:

Dizem o Dom Abbade do mosteiro de Santo Thyrso e seu Convento que os Passais, Campos de fradegas e quinta da granja chamada do Penedo, e tendo tudo cercado de parede e vallos altos, lhes abrem portais e por elles e pellas Cansellas de suas serventias lhes metem os bois, vacas, Causalgadas, Cabras, ovelhas, e seuados com que lhe destruem todos os ditos passais e deuezas delles assim as aruores Como os frutos dellas, Como nas aruores que de nouo plantão E assi lhe Rossão nos seus montados particulares do dito mosteiro, e lhe esgomão as deuezas e aruores de fruto em que lhe dão perda de muitos cruzados.

Pede a Vossa Merce sejam todos notificados, com pena da Pagarem por cada Cabeça de gado meudo, sendo achado que foi as ditas deuezas Pasais quinta e Campos de fradegas trezentos reis, E pello grande dous Cruzados E o dono delle que seja Condenado em sinco Cruzados, E outro si que não entrem nos ditos passais, deuezas e granjas. Nem Cortem nem esgomem sob a dita Pena de sinco Cruzados para o acuzador e catiuos.

E Receberá Merce.

À margem: Cumprase como se Contem santo tirso 20 de dezembro de 646. Barbosa
 À margem ainda: Cumprasse Antonio de freittas¹⁵⁰



¹⁴⁶ Entrelinhada

¹⁴⁷ Lugar de Burgães, assim chamado por causa das propriedades monásticas, anexas à ovença da Enfermaria do mosteiro de Santo Tirso.

¹⁴⁸ Este lugar, como o da Enfermaria pertencia ao Couto de Santo Tirso. Uma metade de Burgães. Daí a jurisdição do juiz do Couto sobre os habitantes deste lugar.

¹⁴⁹ ADP Fundo Monástico 2664, ff. 179 v.-180 v.

¹⁵⁰ ADP Fundo Monástico 2664, ff. 179-179 v.

XI

AS FESTAS DE S. BENTO**1. Uma biografia de S. Bento****1.**

Fontes para uma biografia do Santo Patrarca há, apenas, uma: o segundo livro dos *Diálogos* de S. Gregório Magno. Este autor viveu pouco depois¹⁵¹ de S. Bento e recolheria dados de informação da boca dos discípulos do santo fundador. Mas S. Gregório mistura história e fantasia, elementos espectaculares com efeitos de maior lhanza que, todavia, mesmo simples, já definem bem a silhueta elevada deste grande homem de Deus.

O dito biógrafo – S. Gregório Magno – vai seguindo os passos do grande mestre dos monges do Ocidente, desde o início da sua vocação, quando ainda jovem, se fez monge, até à realização plena da vida cenobítica, em Montecassino, sob inspiração da regra monástica mais famosa: vida eremítica, em Affile e junto do rio Aniano; a experiência comunitária, que terminará em tragédia, em Vicovaro; a forma quase cenobítica de Subiaco...

S. Bento nasceu em Nursia, por 480, Morreu, provavelmente, em 547. A data de 21 de Março – já celebrada desde 600 e mesmo em tempo da Quaresma –, como dia da sua morte – o Trânsito de S. Bento – tem todas as probabilidades de ser verdadeira.

A festa de 11 de Julho, na origem, é natural se baseie na hipotética transladação do corpo de S. Bento, desde Montecassino para Fleury, nas margens do Loire. Esta data tem um ponto de apoio que será alvo de forte contestação. Mas vincar-se-ia mais e mais, até pela imposição geral de aliviar a Quaresma das memórias dos Santos, para concentrar as atenções dos fiéis no mistério da morte e ressurreição de Cristo Jesus e na preparação dos cristãos – sobretudo dos catecúmenos e penitentes – para uma melhor participação na Páscoa do Senhor.

A tradição de Montecassino sempre negará que o corpo do Santo Fundador tivesse sido levado para a França. Mas, para evitar divisões no seio da grande família monástica, aceitará a festa de 11 de Julho, a que se deu o nome, não da *Transladação* que nunca a houvera, mas do *Patrocínio* do nosso Padre S. Bento.

2.

O povo de Santo Tirso, com a sua fé e a sua devoção no santo taumaturgo e alheio a questões que dividissem os frades, resolveu festejar as duas datas. E, com o coração aberto à mística da Natureza que com a experiência dura da gente do campo, a que o patrocínio do grande Patriarca dava remédio e alívio, baptizou simplesmente as duas solenidades com nomes seus. Não o Trânsito de S. Bento, mas o S. Bento do cuco, a 2 de Março; não o Trasladação de S. Bento, mas o S. Bento das peras, a 1 de Julho.

A multidão aglomerava-se no mosteiro de Santo Tirso e suas imediações, no S. Bento de Março como no S. Bento de Julho. Para o serviço religioso e para a feira de dois dias, cada um deles contando com a véspera. Mais, os religiosos davam de comer e dormir aos peregrinos nas duas festas. Apenas sentiam necessidade de uma certa disciplina.

A 20 de Junho de 1648, determinaria o Abade Geral, D. Frei Miguel de S. Boaventura, em acto de visitação ao nosso mosteiro:

E porque foy zeladoque era grande inconueniencia, E pouca authoridade de nosso santo habito, entrarem Seculâres no Refectorio, nos dias de Transitu e trasladação do nosso Padre S. Bento a Comerem nos tais dias nelle, os ditos Seculares pella grande deuassidão, e desconcerto, que há em virtude de Santa Obediencia, e à experiencia nos tem mostrâdo, mandamos ao muito reuerendo Padre Dom Abbade, e à quem , e sob pena de escomunham mayor suas vezes tiver, ipso facto incurrênda que nos sobreditos dias não dem de Comer aos ditos Seculares de qualquer estado, E qualidade que seião; nem Consintão, que Religiozo algum subdito, ou hospede, leuem os taes Seculares ao dito Refectorio. E debaxo do mesmo preceito, e Censura, mandámos a todos os officiais e Religiôzos deste Mosteiro, lhes não dem na forma sobredita de comer no dito Refectorio, nem per sy, nem por terceira Pessoa; sômente poderão ser hospedados nelle os ecclesiasticos, que ao muito Reverendo Padre Dom Abbade determinar, então lugar fora do Refectorio, aonde lhes possa mandâr pôr meza, E dâr de Comer (...)»¹⁵².

2. Os milagres de S. Bento de Santo Tirso

Já falámos da devoção do povo a S. Bento, em Santo Tirso. Testemunham-no os Visitadores. Mesmo depois da saída dos frades, contiuiu – e continua – grande a piedade da nossa gente ao grande taumaturgo. Já Camilo a tal fenómeno se referiu¹⁵³ Curioso que existe uma formosa escultura de S. Bento de um autor contemporâneo, que se chama Altino Maia Embora figurativa, a imagem deixa-se contaminar das formas geométricas da arte contemporânea. Esta maneira diferente de apresentar o Santo Patriarca não exerce sobre o povo nenhuma espécie de sedução: *Que este S. Bento não faz milagres. Só o velhinho que está na igreja...*

Frei Leão de S. Tomás refere os milagres do S. Bento de Santo Tirso. Ele viveu no nosso mosteiro. Foi Lente da Universidade de Coimbra e autor da célebre crónica *Benedictina*

Lusitana. Poeta novi-latino, cantou as belezas do nosso mosteiro, como na crónica faria a primeira monografia de Santo Tirso (1651).

Ao falar da nossa cidade, lembrar-se-á de referir alguns dos milagres que o Santo Patriarca obraria a favor das nossa gentes: a criança que engoliu uma espiga de centeio e que dela se libertaria, ao ser tocada com as relíquias de S. Bento. A cura da mão de um sobrinho de um compositor crúzio de Landim, Pero de Gamboa, quando foi ungida com azeite da lâmpada do S. Bento de Santo Tirso; a cura de um touro cujo proprietário o levaria ao altar do santo e que aí recuperaria o apetite...

Assim os expõe os diversos casos Frei Leão de S. Tomás, na *Benedictina Lusitana*

Dito he do Glorioso S. Ambrosio, que por isso as cordas da viola segundo lhe parece se chamão em latim fides, porque ainda que sejam cousas mortas, e sem vida, se se toção fãlão dão fê de si como viuas, e soão alegrandonos com sua armonia Arbitror quod fla chordarum citharai ideo fides dicantur quoniam et mortua sonum reddant. A Reliquias dos Santos que no mundo morre, e viuem no Ceo, como seus ossos sagrados, seus cabelos, seus vestidos, e outros penhores semelhantes, que nos deixarão, cousas mortas saõ em si, com tudo se se tocam com fé e deuacão obrão marauilhas, que soão pello mundo; confundem os herejes, e alegrão os fieis. Muytas há na Igreja de Deos muy milagrozadas, mas as do nosso Gloriozo Patriarcha tem grande prerrogatiua neste paticular como veremos no discurso desta obra. Por agora, faço sô menção d'alguns que o Glorioso Patriarcha fez neste seu Mosteyro de S. Thirso.

Indo em nosos tempos huma molher cazada vezinha do Mosteyro, segar hum pouco de centeyo, levou consigo huma criança, de peito que tinha, e em quanto segaua pos o menino a sombra de huma aruore, e alcançando elle com à mão huma espiga, leuoua aboca, e começou de a engolir; Acodio a may, que ouuiu tocir, e bracejar, e não podendo já tirar a espiga que tinha atrauessada na garganta, tomouo nos braços, e fuisse córrendo, e chorando pedir remedio, pera aquelle innocente, ao glorioso Patriarcha. E pondosse diante do seu Altar, e imagem santa, fazendo suas precees com grandes vozes, e lagrimas, acodio o Sãocristão com a Reliquia do Patriarcha Sagrado,

E tocando com ella a garganta do menino, deu elle hum arranco com força extraordinaria e imasinando a mãy que espiraua, vio a espiga lançada fora salpitada de sangue. Deu graças a Deus, e ao grande Patriarcha, que com tanta pressa acodio aos seus pequeninos, dos quais hé particular auogado, dizendo quasi com Christo Senhor nosso. Sinite paruulos venire ad me. Deixai vir os pequeninos, que eu lhe lançarei a minha benção, eu os curarei como pay, e medico seu. Esteue a espiga pendurada por algum tempo do braço da Santa Reliquia¹⁵⁴, pera mostra e lembrança do milagre.



¹⁵¹ Nasceu por volta do ano de 540, de uma família patricia. De senatoribus primis, na expressão de Gregório de Tours, na *Historia Francorum* X, 1, do círculo dos Anícios.

¹⁵² ADB Congregação de S. Bento de Portugal, vol. 147, ff. 53 v.-57.

¹⁵³ Veja-se a oitava que Camilo redigiu, hoje gravada em pedra mármore, na sacristia da matriz.

¹⁵⁴ Este relicário de prata de S. Bento é de 1629-1632, do abaciado de D. Frei Plácido dos Anjos.

Que rumor vai no Mosteiro !
Tanta gente ! O que seria ?
O povo cobre o terreiro !...
Alguma festa haveria ?
.....

Era a fama que corria
De cura mui milagrosa
Anos já, certa senhora
Um mal nos peitos sentia
De dia em dia peora
Sem valer a medicina,
A voz o choro lhe embarga;
Mil votos a Deus fazia,

E a S. Bento Patriarca
Estas palavras dizia:
“A teus pés aqui prostrada
Com a maior humildade,
Sem forças, venho cansada,
A pedir por caridade
Me valhas nesta desgraça:
‘stá em risco minha vida,
O meu ser se despedaça,
A minha alma anda perdida
Numa agonia mortal.
Santo de tanta virtude,

A doente examinou,
Viu aquela maravilha...

As forças sente voltar,
Pulsa forte o coração;
Vai-se erguendo devagar
Murmurando uma oração

“Não merecia, meu Deus,
Mas ‘stou de novo curada
A alma sinto consolada.
Ouvii-me o Santo nos céus.

Olha o seio sem temor;
Fugiu a chaga dali.

Vê só um leve rubor
Uma cruz côr de rubi.
Tirou do bolsa a saquinha,
E logo ali começou
A pedir uma esmolinha...
De si o pejo lançou
.....

A nova vai-se espalhando,
Acode tudo ao terreiro;
Os sinos vão repicando

Desfazei tam grande mal,
Que eu volte a gozar saúde...
No momento em que sarar,
De pedinte vestirei,
Com um saco a mendigar...
E as esmolas te darei.
.....

Sentiu estranha alegria,
Foi o seio examinar,
O tumor que se varria
Deixara só um sinal !
Este caso se espalhou,
O médico logo vinha,
A doente examinou,
Viu aquela maravilha...
“Manso rio, abençoado,
Quem foi que te sagrou ?
- O Patriarca S. Bento
Nestas águas se banhou.
Um tumor que era maligno,
Sem lhe valerem remédios,
O sarou Santo bendito
Nos seus benditos mistérios !...
.....

Enquanto o tempo passava,
Esse milagre esquecia,

A dama se envergonhava
E a promessa não cumpria...
E pouco a pouco voltou
O tumor que dantes tinha;
A pobre, tarde, chorou
A sua culpa mesquinha...
No mundo nada a conforta,
De negro sempre vestia,
E o seu pranto gota a gota
Amargamente corria

Horas e horas passava
Numa cadeira sumida
Inerte, não trabalhava,
Alheada nesta vida.

É pasmado o seu olhar
A cabeça um furacão,
Não sabe ela seu pensar,
Tudo à volta negridão...
.....

A rua desce a gemer,
Vê à frente um nevoeiro;
Dali se vai acolher

Lá na torre do Mosteiro.
E seguem todos cantando
Canções de muitos primores
Tôdas as bôcas louvores
Ao bom do santo vão dando:

“Ó patriarca S. Bento,
Amparo nosso e alegria
Dá-nos a paz, dá-nos alento,
O nosso fado vigia.

Aí, de rastos na terra
Num profundo soluçar,
O peito negro descerra
Sem os olhos levantar...
Repete em grande aflição
A promessa que fizera;
Humilha-se, pede perdão
Da falta que cometera...

Santo Tirso, linda vila,
Outra mais linda não há;
Por S. Bento foi benzida,
Ai, ninguém a vencerá.

Um santo nome lhe deu,
Outro santo a baptizou;
Vem a Senhora do céu,
Por suas mãos a crismou.

Santo Tirso é doce ermida,
Sobre ele a graça desceu;
Ao pé do rio nascida,
Vai subindo para o céu...

No seu paço do mosteiro
Carinhoso o santo vela;
E sôbre o monte fronteiro
A Senhora é nossa estrela

De S. Bento no mosteiro.
No seu triste caminhar
A nenhuma voz ouvia,
Mas segue sem tropeçar,
A fé os passos lhe guia...

E não só as reliquias, que forão parte do corpo do Sagrado Patriarcha são milagrosas, semão tambem o he o azeite de suas alampadas. Porque deste modo quis Deos dar a conhecer, que o Patriarcha S. Bento, tem muy auentejado entre aquellas Virgens prudentes, que preparaõ, e acenderaõ suas alampadas pera entrarem com o diuino Esposo no Ceo: por que se ellas se mostraraõ prudentes em leuar consigo azeite de sobrecellente, Sumpseunt oleum secum, com tudo quando as companheiras lhe pediraõ parte delle Date nobis de oleo vestro, mostraraõ alguma desconfiança, e receo de lhe poder faltar, e assim não quizerão dar Ne forte non sufficiat nobis et vobis. Porem o gloriozo Patriarcha teue grande abundancia dazeite pera si, e grandes sobejos pera nos; Porque soube merecer grande augmento de graça, que he o oleo Santo com que Deos unge, e santifica nossas almas, e iuntamente teue merecimentos superabundantes, cuja virtude o Senhor quis se conseruasse no azeite das alampadas do seu altar, pera remedio dos nossos males, ao modo que no oleo rozado se conserua a uirtude das rosas. Foi prudente pera si sumpsit oleã secum, et charitatiuo pera nos, porque nos não nega remedio que lhe pedimos. Muitos exemplos veremos em proua desta verdade, entretanto apontamos só o que nos da ó Mosteiro de S. Thirso.

Hum moço de pouca idade tinha huma mão disforme por respeito de lobinho que lhe nasceo nas costas della; Viuia em casa de hum seo tio Abbade, perto do Mosteiro de Landim, chamado Pero de gamboa bem conhecido nestes tempos proximos por Mestree Compositor de musica. Como moraua tão perto de Santo Thirso trouxe hum dia o sobrinho consigo, e fazendo oração ao glorioso Patriarcha, untoulhe as costas da mão em que tinha o lobinho com o azeite dalampada que ardia diante delle. Depois entrou pera dentro do Mosteyro visitar ao Padre Frey Gregorio da Crus, que era seu discipulo, e dando-lhe conta da occasião de sua vinda, disse pera o sobrinho. Mostrai filho, mostrai a vossa mão ao Padre, e mostrando o moço a mão, não se vio nella lobinho, nem vestigio, ou sinal onde estiuessse. Por onde ficando admirados, derão graças ao Senhor, e ao grande Patriarcha que tão de repente accode a seus deuotos emmendendo faltas da natureza.

Mas que muito he que o glorioso Patriarcha se mostre gloriozo com gente racional, quando o he tambem com brutos animaes. Viuia hum homem pobre nos contornos do Mosteyro de Santo Thirso, o qual não tinha outra cousa, com que podesse ganhar sua vida, mais que huma junta de Bois, adoeceolhe hum delles desorte que não podia comer, a mezinha que lhe buscou foi leualo ao Mosteiro, e metelo dentro da egreja, ate o por bem defronte do altar, e imagem do Santo Patriarcha, e pondose de joelhos representou ao Santo sua necessidade, e pobreza com lagrimas. E nomeyo destas suas preces, e orações, vio que o Boy arremetia a huma pouca derua, que elle tinha posto ao pé de hum pilar da igreja, e por este sinal entendeo que estaua são, e que o gloriozo Patriarcha o tinha ouvido, e que bem se podião diser delle aquelas palavras do Propheta rey Homines, et iumenta saluabis Domine. Dais Senhor a vida, e saude não só aos homens, senão tambem aos Brutos animaes.

3. Um milagre de S. Bento

O Sr. Dr. Augusto César Pires de Lima recordará um outro milagre atribuído ao S. Bento de Santo Tirso e cuja história colheira da tradição popular. E resolveu este nosso conterrâneo dá-lo em publicidade na obra poética *Evocações*.

O caso – diz o Sr. Dr. Augusto – foi lhe narrado por uma senhora de Santo Tirso. O milagre ter-se-ia dado com a mãe já falecida.

Recontámo-la em verso de redondilha que passamos a transcrever:

4. Os milagres de S. Bento Pequenino

Como o S. Bento da matriz, também o S. Bento da Batalha – o Pequenino – se douraria do fulgor dos milagres, tecidos no seio da tradição. Para o S. Bento da matriz veja-se o que nos foi contado por Frei Leão de S. Tomás, na *Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 40-42.

Sobre os factos miraculosos que o S. Bento Pequenino nos operou, conta Oliveira Rocha:

O moleiro da Argemil deixou-se tentar, certo dia, dos ovos colocados na estante dos ex-votos. Foi-os comendo, regaladamente, consoante o apetite. Quando acabava de saborear o último, eis que lhe nascem, ao correr da garganta, doze excrescências semelhantes a ovos. Logo compreendeu o castigo e, muito compungido, prometeu ao santo, em paga da sua cura, o dobro dos ovos furtados. Ouviu-o S. Bento e o moleiro, agradecido, muito a custo conseguiu duas dúzias de ovos. E foi depô-los aos pés do seu implorado.

Mal descia o último degrau da escada por onde trepara, viu cair ao chão um ovo e pouco a seguir outro. Mas como poderia ser, se os deixara muito bem acondicionados? Subiu e verificou: tudo seguro. Admirado, desce a escada, e, perante a sua surpresa, cai mais um ovo, e outro e outro, até doze

Estava tudo compreendido e a lição terminada. S. Bento queria apenas o que era seu: uma dúzia de ovos.

Outra não menos interessante, enflorada de fantasia, com seu conteúdo moral, a lembrar contos de fadas.

Vivia no Mosteiro Beneditino de Santo Tirso, em tempos recuadíssimos, um frade muito comedor, e pouco rezador, que havia concitado sobre si a hilaridade de seus confrades.

Um dia, foram passear pela sua quinta, em Argemil. A dada altura, resolveram atravessar de barco, para a outra margem.

Vendo o frade “muito comedor e pouco rezador distraído, deixaram-no com risinhos de motejo

Quando se aproximava a hora de regresso, qual não foi o seu espanto, ao ver o retardário a atravessar o rio sobre a sua capa ?!

Chamam-no ao superior para explicar o prodígio.

- O muito comer e pouco rezar e o nada pecar levam o fradinho a bom lugar, respondeu o inquirido.

Recordar é viver. E o sonho comanda a vida. Ícaros do mundo vasto da imaginação, mais seguros dos que os do mito, deixem-nos embalar. Mais razões que a razão tem-nas muitas o coração...

Conceição Melo

DE VILA A CIDADE

INTRODUÇÃO

1. Conceito

A oportunidade de olhar para o concelho, sob ponto de vista da ocupação urbana é uma tarefa, ainda que desafiadora, imensa. A dispersão, desorganização ou mesmo indisponibilidade de informação, dificultam o trabalho, mas não esmorecem o prazer da procura e a satisfação com os resultados: teia que se adensa, ganhando a compacidade de uma tessitura, mas que, mesmo com poucos fios, não deixa de ser suporte. Muito haveria a investigar, a compilar, a interpretar, a descrever. Fica a consciência de que o trabalho feito se pautou pelo rigor e seriedade e por isso será um bom ponto de partida para quem se decida a continuar a investigação.

Partindo do zero, porque não existe nenhum trabalho conhecido, para Santo Tirso, que verse sobre a forma urbana e sobre o seu desenvolvimento, a investigação iniciou-se pelo aglomerado urbano de Santo Tirso, porque, a agora cidade, é, sem dúvida, o organismo urbano mais expressivo, mais complexo e mais estruturado. A par da caracterização do edificado procurou-se perceber os processos que o determinaram a partir dos condicionamentos técnicos, financeiros, administrativos e políticos. De facto a forma urbana não é independente de quem a projeta e de quem a constrói, de como se constrói e dos meios que se usam para a construir.

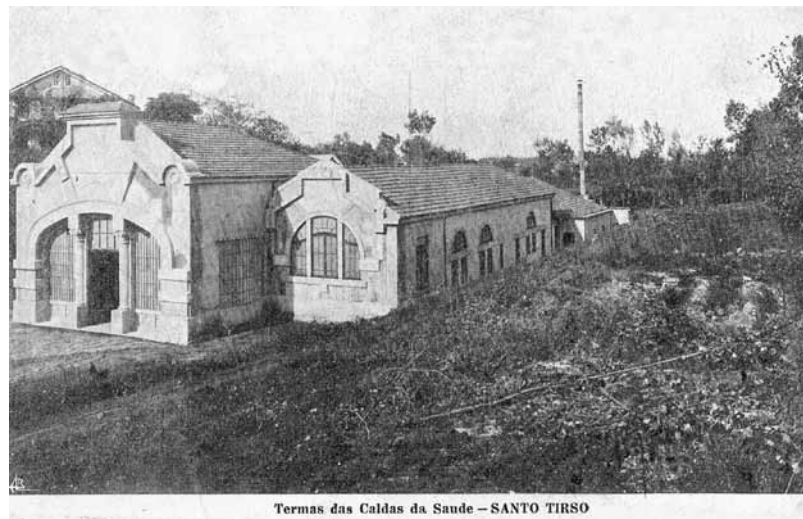
Por isso a investigação dirige-se para: a análise e evolução do edificado, através da comparação de levantamentos topográficos, fotografias e projetos técnicos; a consulta e análise de planos urbanísticos, tentando perceber de que modo condicionam a forma urbana; a consulta e análise de processos administrativos, com objetivo de perceber o que determina os acontecimentos; o enquadramento contextual, nomeadamente na história do poder local e em particular da autarquia de Santo Tirso.

Para além da cidade de Santo Tirso nenhum dos restantes núcleos urbanos do concelho, à parte Vila das Aves, relevam para este capítulo, dado que a evolução da forma urbana é feita de modo espontâneo e segundo uma matriz rural, mesmo quando, sob o ponto de vista histórico-administrativo, as povoações assumiram papéis relevantes em séculos idos, tal não releva para a caracterização e identidade urbana na atualidade. Conta para a sua história e para o seu entendimento, a localização da igreja e quando muito, de uma escola ou de uma sede de junta de freguesia.

Excetua-se ainda o caso das Caldas da Saúde, na freguesia de Areias. A existência de uma estância termal e de um colégio jesuíta contribuíram para criar uma centralidade. Alguma concentração urbana ligada ao terciário, com tipologias próprias, vem dotar o lugar de uma identidade própria que, com os anos e a falência das funções termais, acabaria por se perder. Resta pouco mais do que o Instituto Nun'Alvres e o balneário termal, que continuam a ser instituições de referência, e a memória de parques e hotéis entretanto perdidos.



Fachada do Hotel Termal das Caldas da Saúde—SANTO TIRSO



Termas das Caldas da Saúde—SANTO TIRSO

Mais recentemente, a localização de nós rodoviários de primeira importância e do caminho de ferro, induziram o desenvolvimento de algumas centralidades emergentes. Sempre mais em potência do que na realidade.

Lentamente, mais ou menos influenciadas por fatores exógenos, as freguesias vão-se desenvolvendo, marcadas pela falta de acessos e ausência de serviços de proximidade, no Vale do Ave muito influenciadas pelo desenvolvimento da indústria têxtil e, no Vale do Leça, ainda maioritariamente dependentes do setor primário: exploração agrícola e florestal.

Apenas com a criação em 1984 de serviços técnicos municipais dedicados ao ordenamento do território e ao planeamento e gestão urbanística, que se debruçaram prioritariamente sobre a elaboração do primeiro Plano Diretor Municipal, passou a existir uma regulação efetiva da ocupação do solo e uma estratégia de desenvolvimento para a totalidade do território municipal.

Deste modo o presente capítulo vai debruçar-se quase exclusivamente sobre a Vila de Santo Tirso, em 1986 elevada a cidade, fazendo-se apenas uma referência final a Vila das Aves.

Deliberadamente deixou-se de fora a área territorial hoje pertencente ao município da Trofa que, apesar de ter sido importante para o equilíbrio e desenvolvimento do município de Santo Tirso ao longo de mais de cem anos, veio no final da década de noventa a tornar-se independente.

2. Organização

A organização deste capítulo baseia-se na descrição cronológica da evolução urbana da Vila e Cidade de Santo Tirso, que constitui o seu discurso base. A este discurso juntam-se outros dois: os destaques e a cartografia evolutiva da cidade.

Os destaques são concebidos como *zooms* sobre alguns dos factos urbanos, edifícios, obras de urbanização, qualificação do espaço público, que, por terem mais protagonismo na história da vila ou da cidade, adquirem o papel de “personagens principais” neste “enredo”. Para além da apresentação de casos evidentes, como são o edifício da Câmara Municipal, o Tribunal, o Complexo Desportivo Municipal, foram também escolhidos outros que, por sorte, foram detectados na investigação desenvolvida e permitem aclarar algumas das lacunas do nosso conhecimento: contam-se nestes o caso dos projetos de José Marques da Silva para o centro da Vila de Santo Tirso na década de 20 ou o Anteprojecto de Urbanização de Santo Tirso de 1943, da autoria de Rogério de Azevedo. Outros porém, que gostaríamos de ver desenvolvidos e estudados, não foram possíveis de detectar a partir dos arquivos municipais, nem dos arquivos e contactos entretanto efetuados. Está neste caso o edifício do Centro de Saúde, atualmente sede da junta de freguesia de Santo Tirso, que sendo da autoria do arquiteto José Carlos Loureiro, não aparece descrito na inventariação do seu arquivo a cargo da Fundação Marques da Silva.

A cartografia evolutiva é outro dos instrumentos dos quais nos socorremos para contar a história de Santo Tirso. Foram comparados os levantamentos topográficos existentes e tornada visível essa comparação/evolução. As cartas são apresentadas por ordem cronológica ao longo do descritivo. A carta mais antiga de que temos conhecimento não está exatamente datada e, rondará em nosso entender o ano de 1922. É uma carta que serve de suporte ao Plano Geral de Melhoramentos para a Vila de Santo Tirso, da autoria do eng.º R. Coelho e A. Barreiros, que não tendo muita pormenorização, tem no entanto o rigor cartográfico e a extensão que nos permite tomá-la como primeiro momento de análise de evolução do aglomerado urbano. Os levantamentos posteriores são muito diferentes entre si, tanto no modo como foram executados e conservados, como na área de abrangência, o que poderá conduzir a alguns erros não totalmente sanados. Estes problemas irão sendo evidenciados à medida que cada carta é apresentada. Mesmo com estas lacunas, e problemas de rigor, pareceu-nos mais interessante a sua apresentação, explicitando o método usado e os problemas detetados, do que a sua reserva, tanto mais que a análise comparativa resulta muito expressiva e capaz de, por isso mesmo, justificar a sua utilização.

Restará ambicionar a continuidade do trabalho, pelas mesmas ou por outras mãos, sendo certo, que tudo o que se apresenta está em discussão e merece um estudo mais aprofundado.



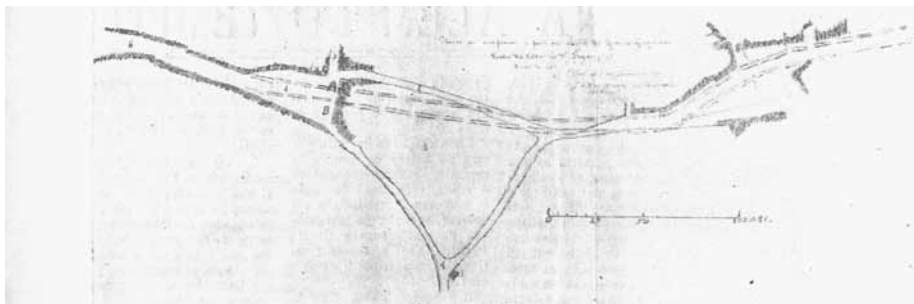
GÉNESE E DESENVOLVIMENTO

A 6 de outubro de 1834, quando a primeira vereação municipal tomou posse, a povoação de Santo Tirso contava com cerca de 1000 habitantes, com 98 casas, 48 com mais de um piso e 50 térreas. No dizer de Alberto Pimentel, estas casas eram na sua maioria habitadas por “criadagem que servira o mosteiro”¹. A indústria local, artesanal, resumia-se a treze fornos para a cozedura de pão. Em 1860 a Câmara determinou que a feira, até à altura quinzenal, passasse a ser semanal e se realizasse à segunda-feira.

A sede de concelho foi elevada a vila por Carta Régia de 14 de dezembro de 1863. Por essa altura pouco mais era do que o Mosteiro de São Bento e um conjunto de edifícios que se localizavam na sua envolvente.



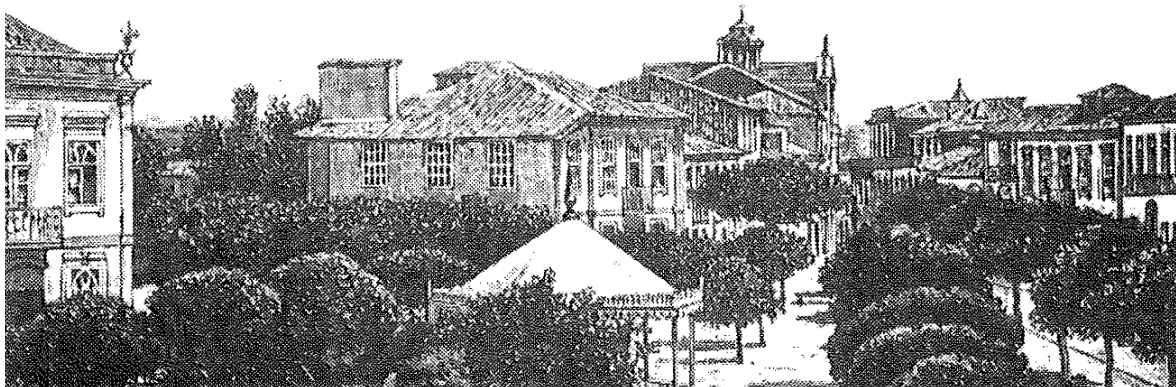
Planta datada de 29 de janeiro de 1867. Foi retirada de artigo publicado pelo Padre F. Carvalho Correia no Jornal de Santo Thyrso de 30 de Setembro de 1994 e reeditado no II volume “Santo Tirso Da Cidade e do Seu Termo” do mesmo autor, onde se encontra totalmente descrita. Já se vê o início da estrada para Guimarães, identificada com o número 9 e ainda não se vê qualquer indício do que viria a ser, pouco mais tarde, o Parque D. Maria II. A ponte sobre o Rio Ave ainda era a ponte de pau. A Quinta de Fora ainda se mantém intacta à excessão da cedência de uma pequena área a sul para a abertura da estrada de Guimarães, que se iniciou em 1863.



Planta datada de 1861 da autoria do Eng.^o José B. M. Mouzinho de Albuquerque. Foi retirada de artigo publicado pelo Padre F. Carvalho Correia no *Jornal de Santo Thyrso* de 24 de Abril de 1998 e reeditado no II volume "Santo Tirso Da Cidade e do Seu Termo" do mesmo autor, onde se encontra totalmente descrita. Atente-se na planta: à esquerda, onde se lêem as letras A e B está o Largo das Tendas que era o terminus da Rua do Cidnay, ou a Rua, e que corresponde à embocadura da atual Travessa Zulmira de Azevedo. O campo que vai dar origem à Praça denominava-se Campo de Santarém.

A alteração do traçado da estrada do Porto a Guimarães, fazendo-a passar pelo centro da Vila, foi o primeiro rasgo de visão urbana, que veio a marcar o aglomerado até aos dias de hoje. A estrada, que anteriormente, no largo do Picoto (atual Praça Camilo Castelo Branco), seguia para nascente e contornava os Carvalhais, passou a seguir para norte, dando origem à Rua Sousa Trêpa, a Rua. A decisão da sua abertura foi tomada na sessão camarária de 29 de Março de 1860, sob a presidência de Custódio Gil dos Reis Carneiro, e daí a origem do seu primeiro topónimo: Campo 29 de Março².

O seu desenho segue o traçado feito pelo Eng.^o José Mouzinho de Albuquerque, em 1861, e implicou a demolição do Campo do Santarém e de duas casas localizadas no topo norte que rematavam o Largo das Tendas³. Em consequência desta decisão, veio, nos anos de 1863, agora sob a presidência de Justiniano de Sousa Trêpa, a tomar a forma atual, em plataformas desniveladas, o Largo Coronel Batista Coelho⁴. Decorre ainda da mesma visão a abertura da Rua Francisco Moreira, que por sua vez vai criar condições para que o Parque Conde São Bento (atual Parque D. Maria II) se venha a construir, o que acontece em 1881. A configuração atual do Parque, em trapézio retangular, resulta da cedência de duas parcelas de terreno, feitas pelo Conde São Bento em 1882.⁵



Praça 29 de Março - atual Praça Conde São Bento

(Desenho de João Almeida, segundo fotografia de José Varziella retirado do "Minho Pitoresto")



Praça Conde São Bento - Anos 50



Praça Conde São Bento - Anos 50

O Parque Conde São Bento será por ventura a obra mais emblemática desta época e revela um forte sentido de urbanidade. Devem-se também ao Conde São Bento outras doações de terrenos que muito contribuíram para a configuração atual de Santo Tirso.



¹ Pimentel, Alberto; Santo Thyrsó de Riba d'Ave; pág 13

² Carvalho Correia, Francisco; "A Praça Conde São Bento: a sua origem e o desenvolvimento urbanístico da nossa cidade"; Santo Tirso da Cidade e do Seu Termo II volume; CMST Março de 2000; pág. 497/508

³ Largo que se vislumbra no desenho de Mouzinho de Albuquerque no enfiamento da atual Travessa Zulmira de Azevedo e que era à altura o remate sul da Rua Sousa Trêpa.

⁴ "Em 1863, o Largo de Santo António – hoje, Largo Coronel Batista Coelho, com uma ermida do que os nossos querem lisboeta e os de Itália padovano – que resvalava espreguiçada e progressivamente em declive-, dele se fará uma redistribuição por duas plataformas, com a de nível inferior a retirar as possibilidades de segurança aos alicerces da capelinha, com um muro de suporte feito em 1866, ao qual, posteriormente Joaquim Moreira adossará as cabines" Nota 55 de FCC em Santo Thyrsó de Riba d'Ave de Alberto Pimentel

⁵ "(...) Começa por oferecer mais dois nacos de terreno para um alargamento maior do espaço de lazer e a sua delimitação, com duas avenidas e com uma estrada junto ao paredão de suporte, com a condição de que a rua e o paredão do parque ficassem prontos dentro de seis meses." Nota 55 de FCC em Santo Thyrsó de Riba d'Ave de Alberto Pimentel

A construção da Rua do Olival, da Avenida Soeiro Mendes da Maia, da Escola Primária e do Hospital, só foram possíveis pela benemerência do conde seguida pelo seu sobrinho José Luís de Andrade.



Parque Conde São Bento (Construção)

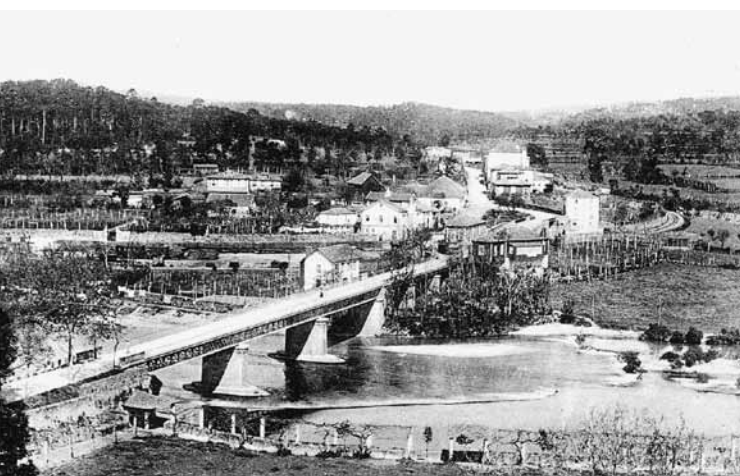
Actual Parque D. Maria II



Parque Conde São Bento

Actual Parque D. Maria II

A ponte sobre o Rio Ave, de ligação a Famalicão, foi construída em 1882, aproveitando os pegões existentes, parte de um projeto iniciado quatro décadas antes e interrompido por altura das invasões francesas. Deste modo fica garantida a ligação do Porto a Vila Pouca de Aguiar e à margem esquerda do Rio Ave onde se localizava a estação de Caminho de Ferro da Linha de Guimarães, concessionada por Decreto do Governo de 16 de abril de 1879 e inaugurada a 31 de dezembro de 1883⁶, bem como a possibilidade da expansão da vila para a margem esquerda do rio.



Ponte sobre o Rio Ave



Escola Conde São Bento

Em 1892, é fundado o Hospital da Misericórdia que se instalou junto ao Parque Conde São Bento (atual Parque D. Maria II) e em 1893 inaugura-se o Club Thyrsense. O ano de 1886 é também um ano fértil: inaugura-se o Parque de Conde São Bento, a Escola Conde São Bento (Postal) e o novo cemitério municipal.

No início do século XX, segundo o recenseamento geral da população de 1900, a Vila de Santo Tirso e lugares adjacentes tinha um total de 3583 habitantes, 1658 homens, 1925 mulheres e 838 fogos.

O assentamento urbano da Vila de Santo Tirso demonstra claramente ter-se desenvolvido a partir do Mosteiro. Diz Alberto Pimentel “a sua linha inicial é uma extensa rua, que sahindo da portaria, galgou para sul”⁷.

A Rua, assim lhe chamavam e ainda hoje assim a nomeiam os tirsenses, partindo do Mosteiro, desenvolve-se para sul passando pelo, então designado, Campo 29 de Março⁸, hoje Praça Conde São Bento e continuando pela Rua Cyrillo Machado, hoje Rua J.A.A. Pires de Lima, até à estrada que ligava ao Porto. As casas que a ladeavam eram quase todas do século dezanove, à exceção de umas poucas que remontavam ao século XVIII. Da Rua partiam a Rua de São Bento e “a linda Rua de Villalva, extensa avenida de construção recente, que faz honra a Santo Thyrsos.”⁹



Antiga Rua 26 de Março. Atual Rua Sousa Trêpa.

O Parque do Conde de S. Bento, foi iniciado em 1881 e constituía à data o lugar de passeio da Vila. Equipado com bancos e com um coreto era descrito por Alberto Pimentel como um dos lugares de onde se desfruta uma das mais belas paisagens do país. À volta de 1900 ainda lá se realizava, às segundas-feiras, a feira de gado. A ladear o Parque foram, por essa altura construídos edifícios de assinalável qualidade arquitectónica. Pugnava-se pelo ajardinamento do Parque, que, apesar de possuir todas as condições para se tornar um passeio público excelente, estava pavimentado em macadame.

Os Carvalhais, Picoto, Alcaide, Arco e Vilalva são os subúrbios, lugares afastados habitados por população de estrato social mais humilde.

A vida urbana foi-se intensificando e no início do século XX, para além do mercado semanal, no qual se transacionavam não só alfaías e produtos hortícolas, mas também tecidos e roupas (xaires, lenços,...), outras lojas comerciais e serviços marcam presença na vila.

É no entanto na Rua que se concentra o comércio local: três farmácias, uma confeitaria, lojas para venda de artigos vários e ainda algum equipamento e serviços. Nela se localizavam dois hotéis, duas tipografias e um quartel de bombeiros voluntários.¹⁰

O Rio Ave, de grande expressividade cénica no troço que atravessa a cidade de Santo Tirso é, em 1900 um local de encontro e um lugar de lazer. Para além da sua utilização balnear permite a organização de regatas e passeios de barco. O açude construído em curva junto à ponte permitiu a navegabilidade do troço a montante e foi a razão para a construção da Azenha. Por esta altura o rio era ainda um elemento que contribuía para a unidade entre as duas margens.

Em 1919, inaugura-se o primeiro troço da Avenida Sousa Cruz (atual Rua Gonçalo Mendes da Maia).¹¹



⁶ “Em 29 de Dezembro de 1883 na estação da Trofa, a máquina Negrellos flanqueada por um enfeite de camélias partia na sua viagem inaugural entre a Trofa e Vizela. Ao chegar à estação de Santo Tirso, esperava-se a banda do Visconde de São Bento, tocando o hino real, enquanto se lançavam foguetes e desta forma, foi comemorada a chegada do comboio por toda a população.” Brochura “Comemoração dos 150 anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela”

⁷ Santo Thyrsos de Riba d’Ave de Alberto Pimentel pág 15

⁸ Deliberada a execução em sessão de Câmara de 1860

⁹ Santo Thyrsos de Riba d’Ave de Alberto Pimentel; pág 64

¹⁰ “ A Villa tem três pharmacias, uma d’ellas, a pharmacia Faria, ampla e muito bem provida de medicamentos tanto nacionais como estrangeiros; tem dois hóteis, o do Caroço e o do Ave; uma confeitaria, sob a designação de Central; uma estação de bombeiros voluntários; um depósito da Companhia dos Tabacos; uma tabacaria pertencente á família Trepá; dois ou trez botequins; duas thypographias; um bazar de móveis antigos; lojas de mercador, de fanqueiro, etc.” Pimentel, Alberto; Santo Thyrsos de Riba d’Ave, pág 75

¹¹ “Aos vinte e sete de Outubro de 1919, achando-se presentes na sala das sessões da Câmara Municipal de Santo Tirso, os vereadores abaixo assinados, compareceu o Excelentíssimo Senhor Albino de Sousa Cruz que recebido pelos mesmos vereadores e por muitas pessoas gradas desta vila, se dirigiu em seguida para a extremidade sul da Nova Avenida que liga a Ponte sobre o Ave com a Avenida da Liberdade e que foi construída a expensas daquele ilustre benemérito.(...)” Registo do Auto de Inauguração da Avenida Sousa Cruz no livro de Annaes do Município

II

A INFLUÊNCIA DO PLANEAMENTO URBANÍSTICO E DO DESENHO URBANO NA IMAGEM DA CIDADE

Em 1925 a Câmara Municipal de Santo Tirso contacta o arquiteto José Marques da Silva¹² para desenvolver alguns projetos para a vila: Projeto do Edifício dos Paços do Concelho, Casa dos Magistrados, Projeto da Entrada na Vila e Melhoramentos no Centro da Vila: Escadaria do Alto da Vila e Ajardinamento da estrada da Vila.¹³

Destes apenas se vieram a realizar os Melhoramentos no Centro da Vila, em 1928/1929, espaço hoje designado como Largo Coronel Batista Coelho. A escadaria norte, no gaveto com a Rua Carneiro Pacheco aparece bem detalhada, bem como toda a balaustrada e cabines adjacentes. As Casas dos Magistrados, no gaveto com a rua Carneiro Pacheco, à cota alta, para a construção das quais chegaram a ser feitas expropriações e demolições de imóveis existentes,¹⁴ “nunca vieram a ser construídas.



Largo Coronel Batista Coelho (Anos 20)



Largo Coronel Batista Coelho (Anos 50)



¹² Marques da Silva (1869/1947):Arquiteto portuense diplomado pelo governo francês em 1906 e regressado a Portugal em 1895. Autor de emblemáticas obras com incidência na cidade do Porto, das quais se destacam a Estação de São Bento, o Teatro São João e os liceus Rodrigues de Freitas e Alexandre Herculano, realizou também em Guimarães os Paços do Concelho, a Igreja da Penha, a Sociedade Martins Sarmento e o Mercado Municipal.

¹³ Consultados os arquivos da Fundação Marques da Silva encontraram-se várias notas manuscritas a lápis pelo arquiteto que referem honorários para os vários trabalhos realizados.

¹⁴ “(...) já se encontram resolvidas as casas do Alto da Feira (...)” carta de Luís Trepa a Marques da Silva datada de 8 de Agosto de 1928- Arquivos da Fundação Marques da Silva

Idêntica situação aconteceu com o edifício dos Paços do Concelho que, embora sendo exaustivamente desenhado e detalhado, nunca chegou a ser concretizado. Apresenta o arquiteto duas possíveis localizações para o mesmo: junto ao Parque Conde São Bento (atual Parque D. Maria II) e no local onde atualmente se localiza o mercado. O edifício, com uma linguagem clássica, de composição simétrica e com forte ligação às artes decorativas, faz apelo à formação do arquiteto e aos seus projetos da mesma época, em particular os de natureza mais institucional.

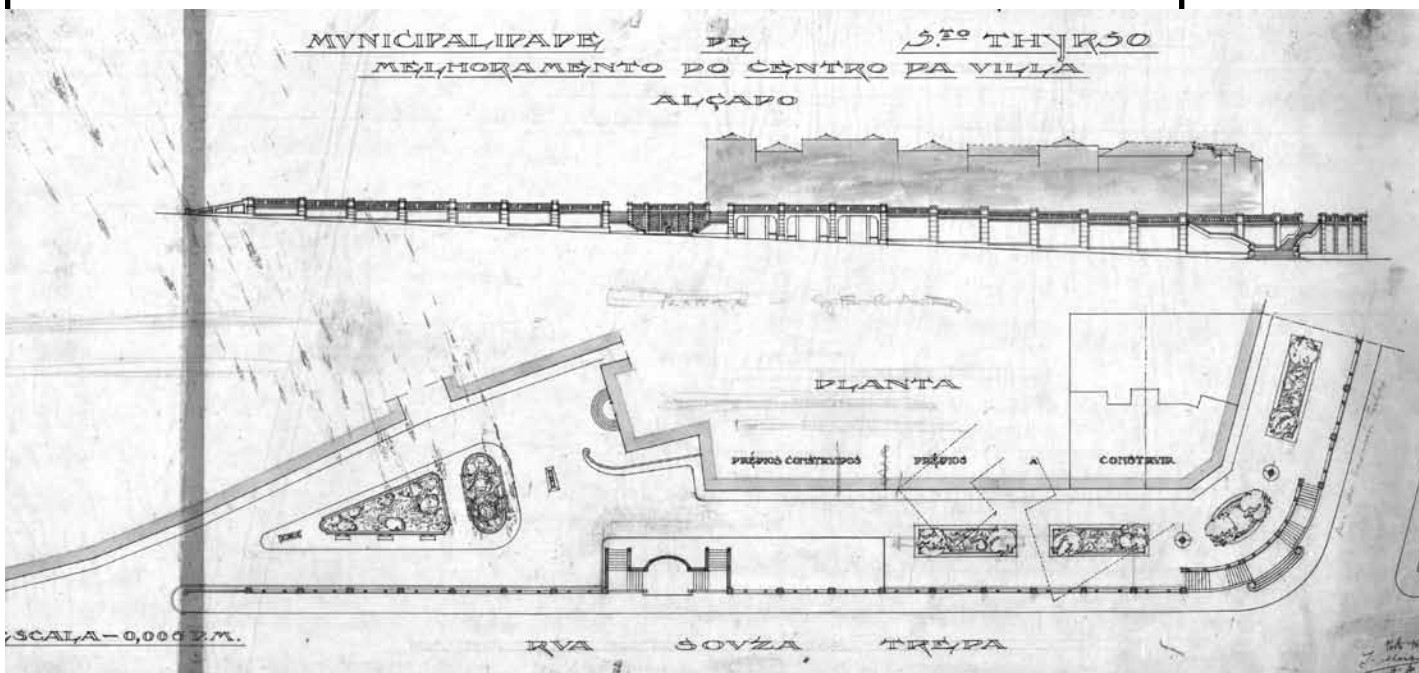
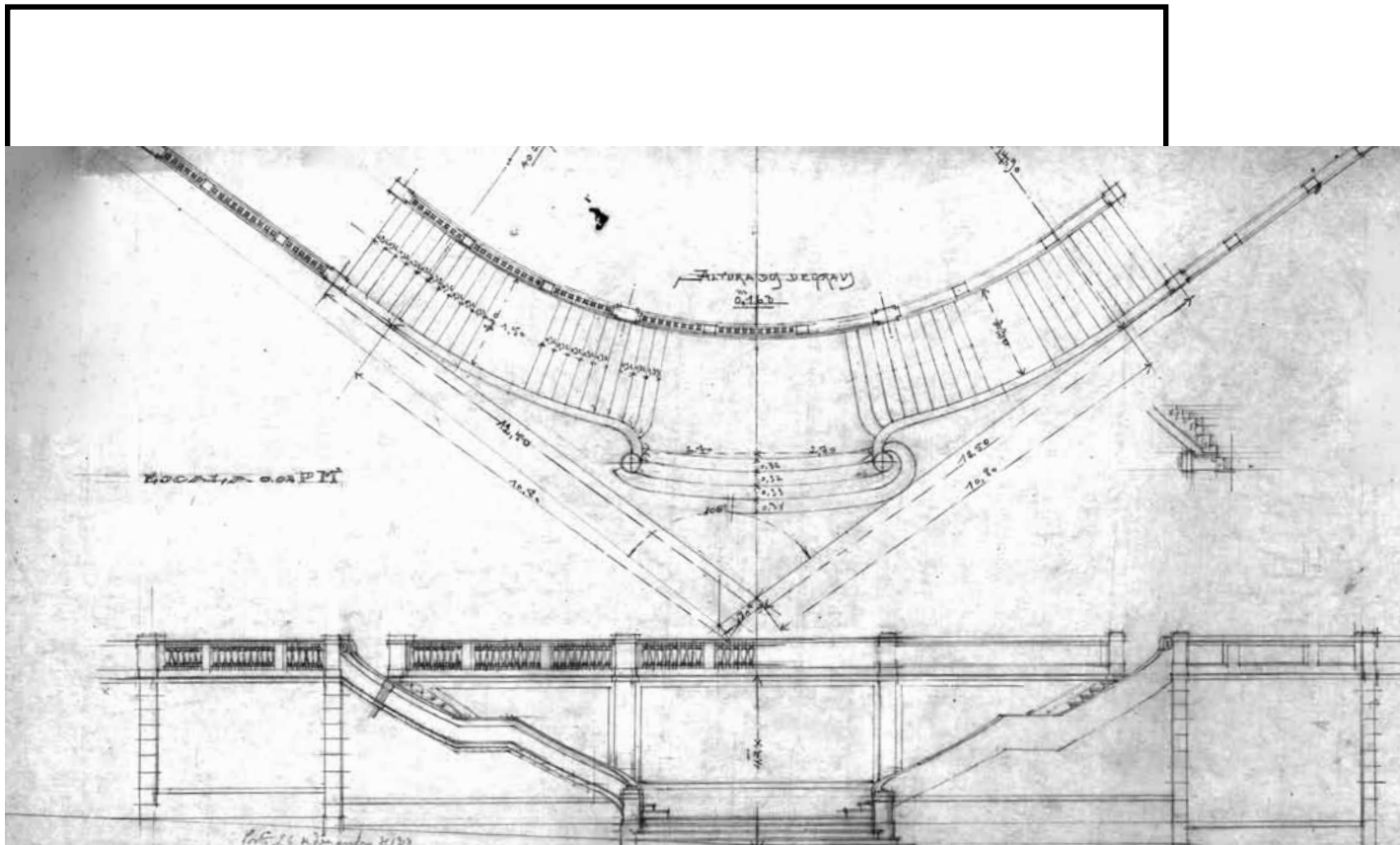
Realizou ainda um projeto para a “entrada da Vila”, envolvente ao Mosteiro de Santo Tirso.

Interessante é atentarmos sobre os traçados justapostos, pelo arquiteto Marques da Silva, ao Plano Geral de Melhoramentos assinado pelo engenheiro R. Coelho A. Barreiros, que projetam uma via a nascente da Rua Sousa Tropa, com traçado semelhante aos que vieram a concretizar-se muitas décadas mais tarde.

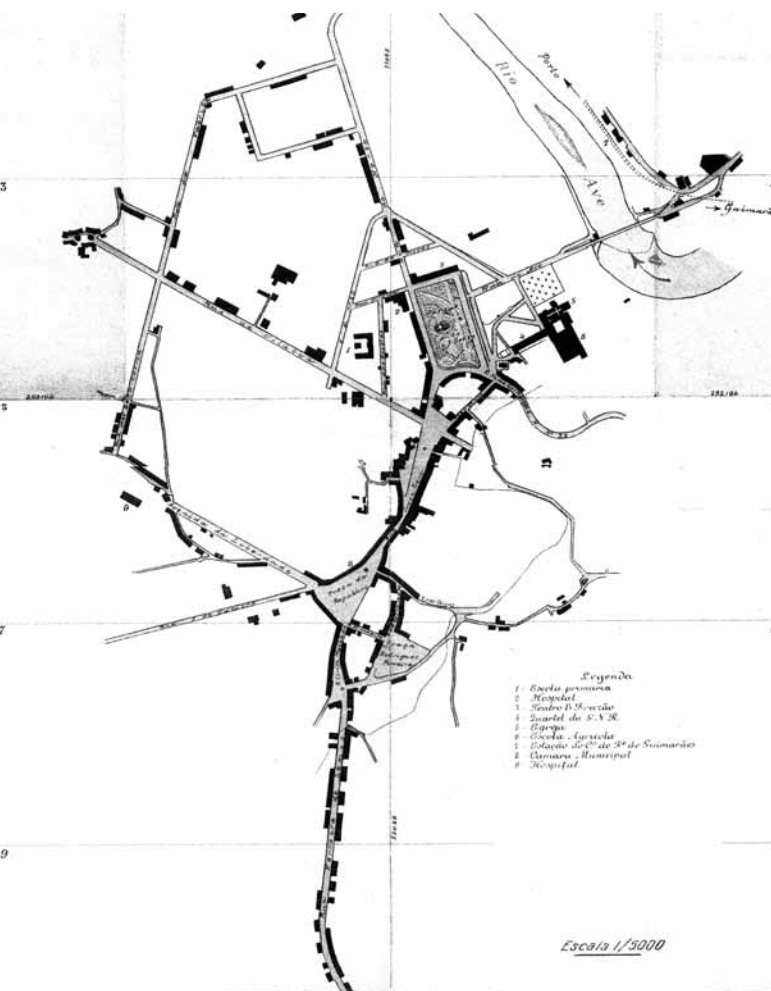
Largo Coronel Batista Coelho

Em 1863 , o hoje Largo Coronel Batista Coelho Largo, designava-se largo de Santo António e nele se localizava uma pequena ermida em honra do santo. O largo tinha uma pendente que, em 1866, foi acomodada em duas plataformas, suportadas por um muro ao qual mais tarde foram adossadas as Cabines. Por contrato de 9 de Janeiro de 1868, o mestre ferreiro José Neto de Carvalho fez a guarda de ferro. Mais tarde, no final da década de 20 (a primeira correspondência encontrada nos arquivos da Fundação Marques da Silva data de 1925) o arquiteto José Marques da Silva elabora projeto para a “escadaria do alto da vila”. Data de 5 de novembro de 1926 a carta com o seguinte texto: “ Estando a terminar as obras no fontenário desta Villa, peço a V. Ex.^a toda a urgência no envio do estudo da Praça a fim do começo do muro de suporte (...)” Assinado pelo Presidente da Câmara da altura, Ferreira de Lemos.

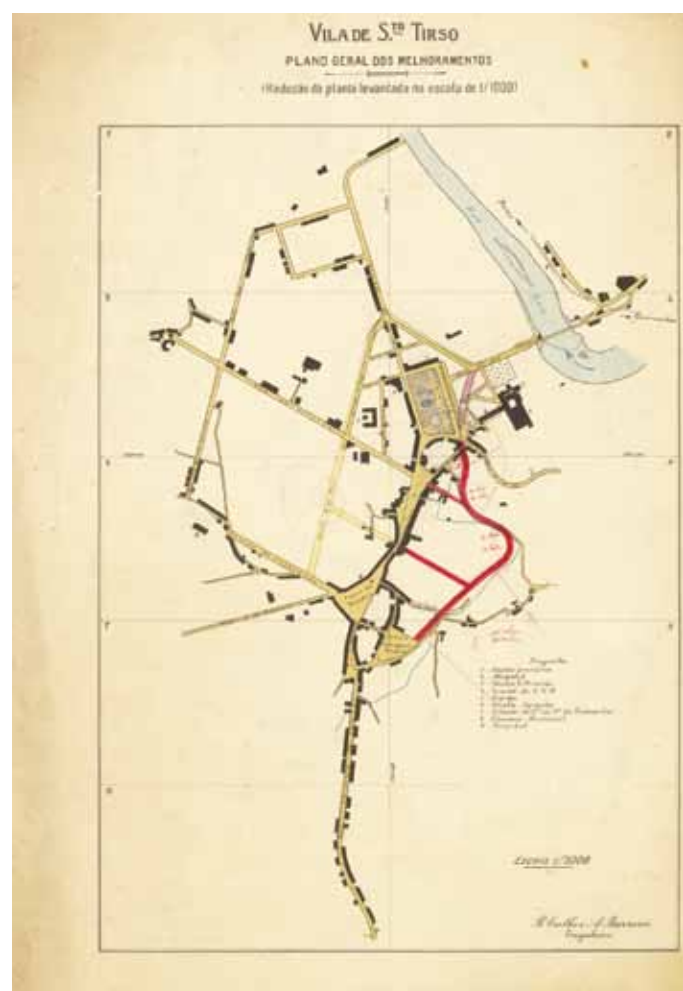
No essencial a configuração da Praça mantém-se até aos dias de hoje, aparte a remodelação decorrente do reordenamento de trânsito no início da década de 90, cujo conceito partiu da manutenção das preexistências limitando-se a prolongar as áreas pedonais com os mesmos princípios. Fica apenas como sugestão, para a necessária intervenção física na praça do Alto da Feira, a consulta aos arquivos do arquiteto Marques da Silva de modo a que o conhecimento do projeto fundamentalmente e inspire, valorizando, qualquer intervenção futura.



Melhoramentos do Centro da Vila - Desenhos do Projeto da autoria do Arq. Marques da Silva



Plano Geral de Melhoramentos para a Vila de Santo Tirso, da autoria do eng.º R. Coelho e A. Barreiros (Planta não datada)



Planta Geral de Melhoramentos: Planta pertencente aos arquivos da Fundação Marques da Silva. A vermelho traçados propostos pelo arquiteto.

O Hotel Cidnay foi inaugurado a 7 de Fevereiro de 1931. Este hotel, localizado no extremo norte deste Largo, veio a constituir uma imagem icónica e muito característica desta época. Com uma composição de matriz simétrica, utilizando elementos decorativos nas fachadas, a construção adequa-se ao gosto dominante e, de certo modo, inspira-se no desenho de Marques da Silva. Funcionalmente, este hotel, afirma a vocação turística da vila e confirma o seu progresso.



Hotel Cidnay



Hotel Cidnay

No dia 7 de Janeiro de 1934 é concluída e inaugurada outra obra fundamental na Vila: o novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso¹⁵.

Com a publicação em 1934 do Decreto-Lei 24802, no tempo em que Duarte Pacheco era Ministro das Obras Públicas, tornou-se obrigatório que todas as povoações com mais de 2500 habitantes executassem um Plano Geral de Urbanização. A Vila de Santo Tirso estava entre estas. Segundo a Memória Descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso, em 1940, a Vila possuía 4097 habitantes.

Em consequência desta lei, a 23 de Janeiro de 1943, a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais escreve à Câmara a dizer que esta tem três anos para apresentar, à aprovação do governo, o Plano Geral de Urbanização da Vila. Como não tem “devidamente organizados” os serviços técnicos, por exigência da lei¹⁶ tem que abrir concurso entre arquitetos e engenheiros. A Câmara Municipal põe então à consideração do governo a possibilidade de contratar o arquiteto Rogério de Azevedo¹⁷ para dirigir os serviços técnicos municipais e executar internamente o Plano Geral de Urbanização de Santo Tirso, o que vem a ser autorizado pelo ministro.¹⁸

Rogério de Azevedo apresenta, em 1944 o Ante-Projeto de Urbanização da Vila de Santo Tirso. Diz na Memória Descritiva que procurou “principalmente na larguêsa de traçado torna-lo claro e preciso sem fantasias que se oponham ao económico mas também sem economias que o transformem em inutilidade.”¹⁹ Evita as demolições para não onerar a concretização do plano e para não provocar crises habitacionais. Já à altura era notada a pouca dinâmica do centro urbano em contraste com a pujança da envolvente agrícola. Não se detetam necessidades prementes de produção de solo urbano.

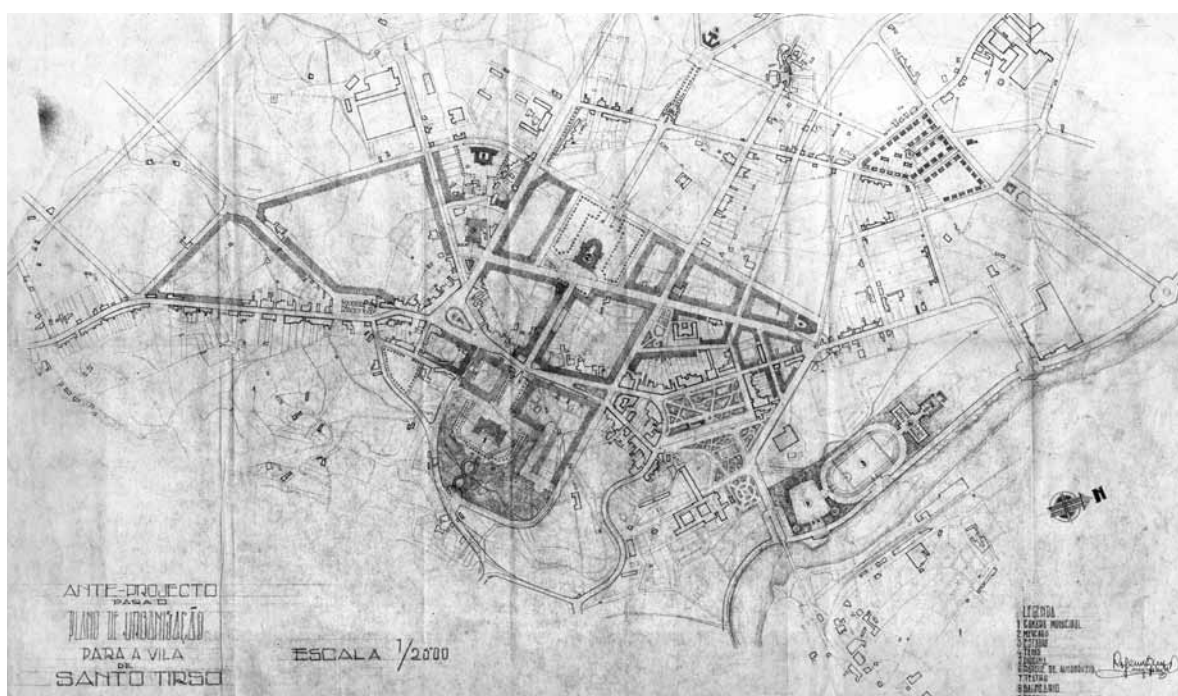
Ao contrário é confirmada a sua importância como centro industrial, que mesmo assim não tem necessidade de ampliação²⁰. A visão do arquiteto vai mais longe, e é confirmada pela atual configuração urbana da cidade, alterando o eixo compositivo do sentido norte-sul para o sentido nascente-poente. “Este novo traçado que tem por limites o futuro edifício dos Paços do Concelho dum lado e o novo Mercado Municipal do outro é a parte mais onerosa do estudo mas a mais necessária (...).”²¹

Justifica-se o arquiteto com o necessário alargamento da Vila para facilitar a circulação automóvel; permitir uma melhor vista no Monte da Assunção; e criar um verdadeiro Centro

Cívico. Este eixo nascente-poente e a localização nas suas extremidades do mercado municipal e do edifício dos Paços do Concelho vieram a concretizar-se, anos mais tarde, em acordo com a intenção expressa neste Ante-Projeto. O mercado foi construído logo de seguida e os Paços de Concelho três décadas mais tarde. Já no que concerne às propostas para zona comercial e industrial, o futuro não confirma o desejado. Este Ante-Projeto previa a construção de um teatro e balneário localizados na proximidade do Hospital, que à altura, já estava construído na sua atual localização. De facto, veio a construir-se o Cine-Teatro de Santo Tirso sensivelmente no mesmo local, mas com muito menos protagonismo urbano do que o que estava planeado. O teatro estava previsto para a localização do atual Tribunal e o balneário por trás deste, onde hoje está o Centro Infantil de Santo Tirso, junto à área que o projeto designava como área industrial. Na margem do rio, este Ante-Projeto propõe campos de jogos e de ténis e uma piscina servidos por áreas de estacionamento.

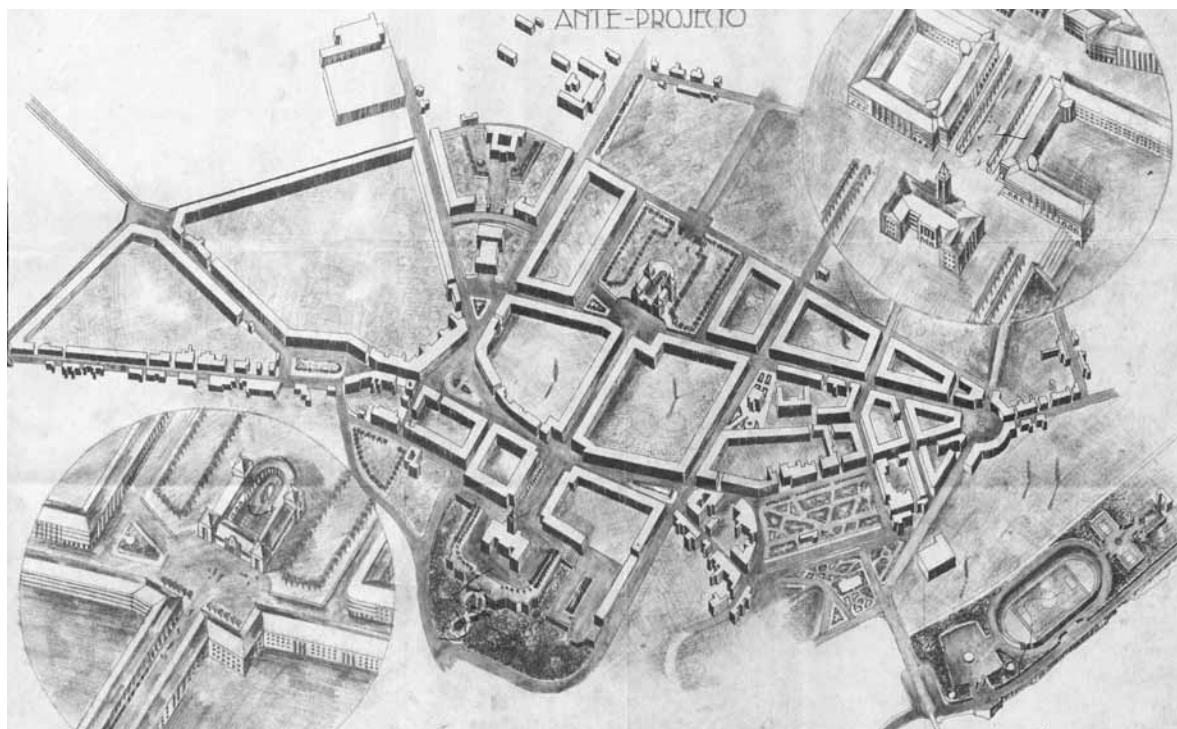
Na Zona Industrial o Ante-Projeto aponta uma “escola primária para os dois sexos”²².

Quanto à construção de novos arruamentos urbanos, define o estudo, foram previstos na exata medida das necessidades, construindo-se umas e alargando-se outras “ limitando áreas mais ou menos próprias ao fim a que se destinam.”²³



Ante-Projeto para o Plano de Urbanização da Vila de Santo Tirso (1943)

O Ante-projecto foi enviado à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais em 23 de agosto de 1945 para aprovação. O mesmo não veio a merecer parecer favorável porque “não está bem instruído”²⁴, sendo solicitada a sua correta instrução.



Ante-Projecto para o Plano de Urbanização da Vila de Santo Tirso (1943)



¹⁵ Depois da sua criação em 1878, os Bombeiros estiveram sediados, primeiro na Praça do Alto da Feira (atual Largo Coronel Batista Coelho), depois na Rua Sousa Trêpa. Em 1903, interligou-se com o Grémio Artístico com quem compartilhou a sede, localizada na Praça Conde São Bento, perto do local onde viria a ser inaugurado em 1934 o novo quartel da autoria do arquiteto João Pimentel Júnior.

¹⁶ artigo 9º do Decreto 24802 de 22 de Dezembro de 1934

¹⁷ Rogério de Azevedo é autor de obras que marcaram o modernismo português, das quais se destaca a Garagem do Comércio do Porto, na Praça Filipa de Lencastre, Porto. Como urbanista Rogério de Azevedo concebe um pequeno aglomerado em Viana do Castelo influenciado pelo conceito de cidade jardim inglês e cuja opção formal se relaciona com as *siedlungen* alemãs. Deste arquiteto, para além deste projecto em Viana do Castelo, conhece-se o Ante-projecto de Urbanização da Vila de Santo Tirso. Lobo, Margarida Souza; Planos de Urbanização- A Época de Duarte Pacheco; DGOTDU/FAUP; Porto 1995; pág. 146

¹⁸ Autorização do Ministro Duarte Pacheco sobre parecer de 22 de Março de 1943, do Engenheiro Chefe da Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério de Obras Públicas e Comunicações.

¹⁹ Memória Descritiva do Ante-Projecto de Urbanização da Vila de Santo Tirso, comunicado à Câmara Municipal de Santo Tirso por ofício de 20 de Abril de 1943.

²⁰ “ Centro industrial de certa importância os seus arredores são uma cintura de fábricas a fecharem-lhe o âmbito que por mercê do acaso ainda não houve necessidade de ultrapassar.” Memória Descritiva do Ante-projecto de Urbanização da Vila de Santo Tirso

²¹ Memória Descritiva do Ante-projecto de Urbanização de Santo Tirso

²² Memória Descritiva do Ante-projecto de Urbanização de Santo Tirso

²³ Memória Descritiva do Ante-projecto de Urbanização de Santo Tirso

²⁴ Comunicação de 9 de Abril de 1946 da DGEMN à Câmara Municipal



Planta comparativa 1920 - 1943

Esta planta foi construída a partir da planta de suporte ao Plano Geral de Melhoramentos da Vila de Santo Thyrsó, da autoria do eng.^o R. Coelho e A. Barreiros, que não conseguimos datar com exatidão, e da planta topográfica de 1943, que foi executada para a elaboração do Plano de Urbanização de Santo Tirso. Atendendo a que as áreas de abrangência geográfica das plantas são muito diferentes, optou-se por assinalar a cinzento toda a área excedente do levantamento de 1943 relativamente à planta de 1920(?). Estão ainda assinaladas a cinzento as estruturas, linhas de água, muros, caminhos, que embora na área de coincidência dos dois levantamentos, não estavam representados no primeiro. A vermelho estão identificadas as construções que, por via desta comparação, se supõe tenham sido construídas neste intervalo de tempo. Deve ter-se em conta que esta comparação, pelo que atrás foi dito, não é rigorosa.

Factos mais importantes: Construção do segundo troço da Avenida Sousa Cruz; Abertura da Rua José Luís de Andrade; Construção de bairro na Rua José Luís de Andrade; Construção do Hotel Cidnay; Construção dos CTT; Construção da Casa Calém; Construção da Casa do caseiro na Quinta de Fora; Ampliação do Hospital; Desenvolvimento Urbano nas envolventes à Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó e à Fábrica do Arco.

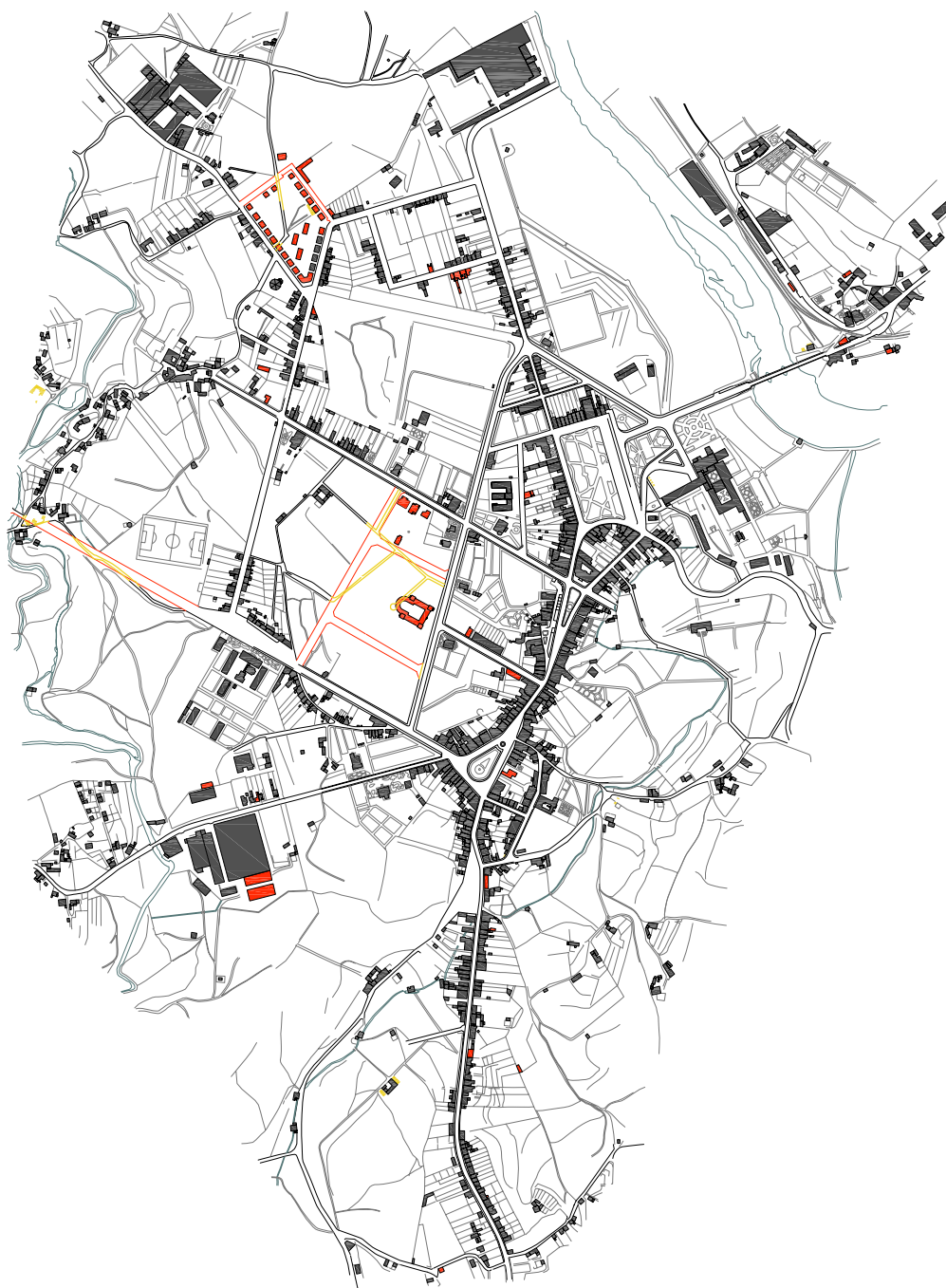
As diligências da Câmara Municipal junto do arquiteto Rogério de Azevedo, que se prolongaram até junho de 1947, não tiveram qualquer efeito. Por isso a Câmara Municipal oficia a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, dizendo que está em negociações com outro urbanista para prosseguir com os trabalhos e que, logo que este aceite o convite feito será comunicado. O nome de Miguel Rezende, engenheiro dos Serviços de Urbanização da Câmara do Porto, foi aceite pelo Ministério em 4 de novembro de 1947.

Na sequência do Ante-projecto de Urbanização da Vila de Santo Tirso e dando seguimento ao imposto pela legislação, vem a concretizar-se o Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso desta vez assinado por Miguel Rezende²⁵ e já tutelado pelo Decreto-Lei n.º 33921 de 5 de setembro de 1944 e pelo Decreto-Lei n.º 35931 de 4 de novembro de 1946. Estes decretos possibilitavam que os planos de urbanização fossem elaborados sem recurso a concurso público, agilizando a elaboração deste tipo de instrumentos urbanísticos e atribuíram à figura do ante-plano valor legal para efeitos de expropriação²⁶. Assim se consigna a escolha, sem concurso, de Miguel Rezende, engenheiro de formação, para a elaboração de Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso e se garante a legalidade ao Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso submetido a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas em 1950.



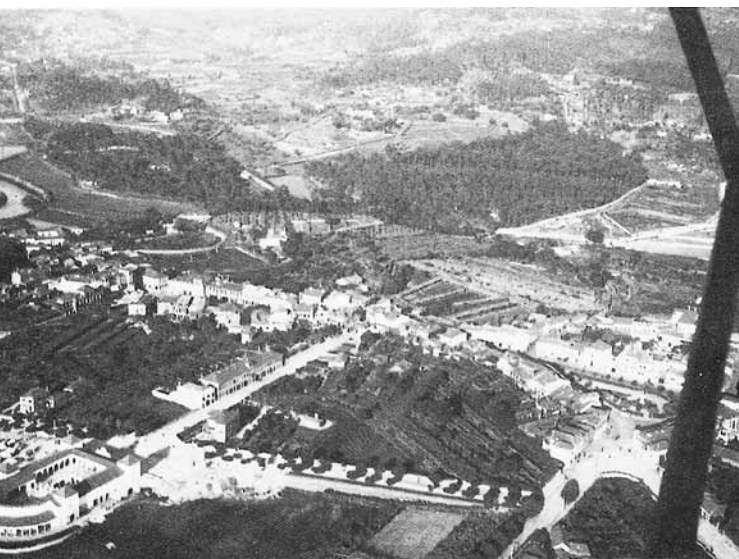
²⁵ Miguel Rezende – engenheiro que trabalha na Câmara Municipal do Porto com Miranda de Vasconcellos e Antão de Almeida Garrett, também engenheiros. Deste equipa saem muitos dos urbanistas que vêm a elaborar um número muito significativo de ante-planos de urbanização.

²⁶ Que com a publicação do RGEU (Regulamento Geral de Edificações Urbanas) em 1951, deixou de ter efeitos legais, já que este regulamento não conferia direitos de indeferimento com base no proposto num ante-plano.



Planta comparativa 1943 - 1949

Esta planta foi construída a partir da planta topográfica de 1943, que foi executada para a elaboração do Plano de Urbanização de Santo Tirso e da atualização da mesma base cartográfica que consta do Ante-Plano de Urbanização entregue em 1949, havendo portanto total coincidência na área abrangida e nos elementos cartografados. A vermelho estão identificadas as construções que foram entretanto construídas **Factos mais importantes:** Arruamentos envolventes ao Mercado; Rua Maria do Carmo de Azevedo; Mercado Municipal; Bairro da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsio



Santo Tirso em 1950



Planta ilustrada do Concelho de Santo Tirso

Descreve o Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso, que a freguesia de Santo Tirso possuía 4097 habitantes distribuídos do seguinte modo por sector de atividade: agricultura – 1112; indústria – 752; comércio 774; artesanato 549; funcionários – 360; proprietários – 176; outros – 374.

O Ante-plano caracteriza a vila como centro produtor agrícola e industrial. Refere ainda a sua importância turística, orientada para turismo de fim-de-semana, para o que contribui a presença das Caldas da Saúde, estância termal, a 3 km da Vila.

A indústria existente na Vila de Santo Tirso centrava-se na têxtil, fundição, serração de madeiras, moagens, confeitaria, gráfica e mobiliário. As indústrias de maior dimensão localizavam-se a norte na proximidade do Rio Ave e aproveitando a linha do comboio. Quanto à Fábrica do Arco, diz a memória descritiva do Ante-plano: “Tem este estabelecimento má situação em relação ao aglomerado quanto ao aspecto de salubridade. Talvez pudéssemos remediar este mal com uma cortina de vegetação, que actualmente não existe.”²⁷

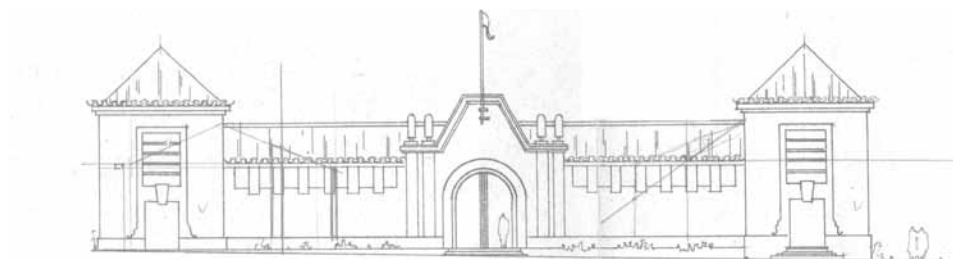
Quanto à atividade agrícola e florestal constatava-se a existência de 2000 hectares a ela dedicados, 500 à agricultura e 1500 à produção florestal. A dimensão da propriedade era pequena, 75% tem uma dimensão entre 2 e 4 hectares. A percentagem da população dedicada a esta atividade estava em diminuição: apenas 15% continuava ligada ao setor agrícola (em 1890 era 60%).

O centro administrativo era constituído pela Câmara Municipal, que funcionava numa ala do Mosteiro de Santo Tirso, pela Cadeia, pelo Tribunal, que funcionava Praça Conde São Bento, no edifício que atualmente é o estabelecimento comercial “Casa Reis”, pela Tesouraria e Secretaria da Fazenda Pública em edifício junto ao Parque D. Maria II, pelos CTT, inaugurados em julho de 1940, já na atual localização, pela Caixa Geral de Depósitos, na Praça Conde São Bento, pela GNR, também junto ao Parque D. Maria II, pelo Mercado “edifício moderno amplo e de boa construção”²⁸, e ainda pelo Matadouro e Cemitério.

Mercado Municipal de Santo Tirso

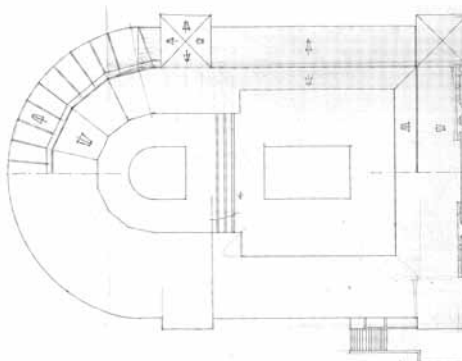
O Mercado Municipal de Santo é um projeto da autoria do Arquiteto Rogério de Azevedo, datado de 1943. Os únicos elementos que encontramos em arquivo, são desenhos do projeto, assinado e datado. Desconhecemos qualquer processo administrativo e, sendo assim, não possuímos elementos que nos permitam concluir como foi executado, com que financiamento e em que data. Em 1949, o mercado já estava construído e identificado no Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso. No entanto este é um tema em investigação já que temos conhecimento que estão a ser elaboradas teses de doutoramento sobre a obra deste arquiteto.

Mais tarde nos anos 90 a Câmara Municipal levou a cabo obras de remodelação do Mercado. O projeto, da autoria do arquiteto Anibal Caldas, elaborado no Gabinete de Apoio Técnico do Vale do Ave, mantém as características fundamentais do edifício, limitando-se a dar-lhe melhores condições de uso. Atualmente o edifício necessita de obras de requalificação aconselhando-se o estudo do projeto original para fundamentar a intervenção.



Mercado de Santo Tirso

Desenhos do Projeto: Arqt. Rogério de Azevedo



Na área educativa existiam escolas do ensino primário elementar, a escola Conde São Bento na Vila e outra em Friães; um liceu, o Liceu D. Diniz²⁹, com 40 alunos no primeiro ciclo; a Escola Prática de Agricultura Conde São Bento Escola, que “necessita de ampliações na parte de salas de aula, dormitórios e laboratórios”; e três colégios, dois dos quais fora da área da Vila.

A Vila possui ainda um hospital, creches e asilos e assistência médica numa relação de 1 médico por 2000 habitantes.

Na área desportiva destaca-se o Futebol Club Tirsense, que tem anteprojeto para melhoria das instalações. A proximidade com o hospital exige um trabalho de compatibilização de funções e necessita de espaço para estacionamento.

O Club Thyrsense (Assembleia) é a principal instituição de carácter recreativo e possui à data um projeto para ampliação do salão de baile e remodelação das instalações. O Cine-Teatro Eduardo Brazão, muito deficiente em apetrechamento e capacidade, é a única sala de espetáculos existente.

A rede viária principal era constituída pela EN 105 (Porto/Guimarães) que atravessava o centro da cidade, assumindo dentro do perímetro urbano as funções de rua, sendo “por demais evidentes os inconvenientes da sua dupla função de estrada e rua.”;³⁰ pela EN 104 (Santo Tirso/Vila do Conde) que tinha sido recentemente alargada no seu troço urbano; e pela EN 204 (Santo Tirso/Famalicão) que “tem na área da vila um traçado que é constituído pela Avenida Sousa Cruz com nítidas características de arruamento urbano e por isso incompatível com o trânsito rápido de veículos.”

A maioria das pessoas movimentava-se a pé, a cavalo, em carros puxados por bois ou cavalos, camioneta e comboio. O fluxo automóvel, sobretudo de tráfego industrial, passava pelo centro da vila e perturbava o ritmo de vida, conforme referido na Memória Descritiva do plano. O caminho-de-ferro não era muito utilizado por passageiros devido à localização excêntrica da sua estação.

O comboio tem quatro circulações diárias em ambos os sentidos, ascendente e descendente. Refere ainda o Ante-plano que a localização da estação e seus acessos são maus e perigosos.

Passam pela vila camionetas das carreiras Felgueiras/Porto e Mondim/Porto. Existem por dia três carreiras para o Porto, sendo que uma destas vai até Riba d’Ave. Existe ainda serviço diário para Famalicão. O Ante-plano conclui pela necessidade de construção de uma auto-gare para transportes de passageiros.

O transporte de mercadorias é feito essencialmente por camionetes de carga que atravessam a Vila. Os principais fluxos destinam-se ao transporte do algodão de Leixões para o Vale do Ave (Caniços, Negrelos, Aves e Riba d’Ave); carvão para a central termo eléctrica de Caniços; e retorno dos produtos fabricados para os grandes centros. O comboio só era utilizado para este fim no caso das unidades fabris que lhe ficavam próximas. Mesmo assim não era aconselhado o transporte de algodão por comboio devido ao perigo de incêndio.

Quanto às infraestruturas de saneamento básico existia à data abastecimento público de água feito a partir de captações em São Miguel do Couto e na Assunção. A rede de esgotos, que incluía drenagem de águas residuais e pluviais estava longe de abranger todo o aglomerado e os lixos eram recolhidos em “estrumeiras” particulares. Os lixos da via pública “são transportados em carritos para um depósito municipal”³¹

Em 1943 a Vila apresenta maior compacidade ao longo da EN 105, que liga o Porto a Guimarães. No troço desta estrada que se inclui na Vila as construções dispõem-se à face da Rua, das praças, ou do Parque, em banda contínua e têm entre dois e três pavimentos. À medida que nos afastamos do centro as casas são de características mais pobres e apresentam, na sua maioria, um só pavimento.

Na Avenida Sousa Cruz as casas são recuadas e têm jardim fronteiro. Esta é uma preferência da população residente na cidade: a moradia. “No centro da vila está o velho largo do Cidenai, com o hotel do mesmo nome. Para poente abrem-se alguns breves arruamentos, com numerosas moradias de talhe moderno, chalets e alguns edifícios de interesse público, como seja o tribunal, as duas casas dos magistrados, o novo mercado, a moderna Escola Industrial, etc”³² Impressiona a presença da natureza e a generosidade dos espaços públicos urbanos o que dota a vila de características saudáveis e airosas.



²⁷ Memória Descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso

²⁸ Memória Descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso

²⁹ A 17 de Setembro de 1932, é criado o Liceu Municipal Agrícola, que fica anexo à Escola Prática de Agricultura Conde de S.Bento. Com a desanexação do ensino liceal passa a ocupar o antigo hospital, sito no Parque Conde São Bento, atual Parque D. Maria II. Ficando a chamar-se de Liceu Municipal de D. Dinis (Decreto nº25962, de 21 de Outubro de 1935). Com a criação do ciclo unificado em 1954, que integra o ensino liceal e comercial é extinto o Liceu Municipal de D. Dinis. Em 1968 é criada uma secção do Liceu Alexandre Herculano, nas instalações do Liceu Municipal, passando, em 1972, a constituir o Liceu Nacional de Santo Tirso.

³⁰ Memória Descritiva do ante-Plano de Santo Tirso

³¹ Memória Descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso

³² Descrição de Santana Dionísio, na segunda edição do Guia de Portugal, Entre-Douro e Minho I – Douro Litoral, Gulbenkian 1964

“Santo Tirso é uma formosa vila, dominada pela majestosa linha de relevo de Monte Córdova e cingida por um aprazível meandro do Rio Ave. As águas do rio decorrem quase sob os socos do seu frondoso Jardim Público.”³³ Também o Jardim dos Carvalhais, aberto sobre a encosta da Senhora da Assunção e coberto pelas copas de cerca de três dezenas de plátanos, merece referência de visitantes e constitui mais um patamar para desfrute da paisagem a partir da Vila. “Santo Tirso, princesa do Ave, sentada ao fundo da encosta de Monte Córdova, ouvindo o som divino, que faz ao correr, o Ave cristalino.” Assim termina o documentário produzido pela Tóbis Portuguesa, sob direção de Serra Guerra Leal.³⁴

Para além deste núcleo central da Vila, a poente do Rio Sanguinhedo, o núcleo urbano de Friães, chama a atenção do urbanista Miguel Rezende pela a anarquia das construções que, em número elevado, podem vir a comprometer a correta urbanização futura.³⁵



Casa de Chá



³³ Descrição de Santana Dionísio, na segunda edição do Guia de Portugal, Entre-Douro e Minho – Douro Litoral, Gulbenkian 1964

³⁴ Santo Tirso; Serra Guerra Leal; texto de Rodrigues Mata; Fotografia e montagem – Aurélio Rodrigues; Locução Fernando Pessa; Tóbis Portuguesa;

³⁵ “... permitimo-nos chamar a atenção de quem tem direito para a necessidade de proceder quanto antes à elaboração complementar do ante-plano de urbanização da zona de Friães, a nascente da Vila, depois da Ribeira do Arco, atendendo à sua importância como núcleo populacional (cerca de 3000 habitantes) e à sua dependência do núcleo principal da Vila. Especialmente, torna-se urgente terminar com a anarquia das construções que lá se levantam comprometendo cada vez mais o seu arranjo racional no futuro.” Pág 72

Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso

O Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso propõe novas áreas residenciais, localizadas no planalto a nascente da Rua Sousa Trêpa e junto ao mercado. Estas zonas representam a possibilidade de construção de 650 novas moradias, desdobrando-as em 455 de "categoria modesta" e 195 de categoria média abastada, o que responde às previsões de crescimento da vila até 1980. O estudo tem em conta a criação de casas de Renda Económica, previstas na Lei nº 2007, de 7 de abril de 1945, a construir pela Federação das Caixas de Previdência. É ainda reservada uma zona para futura expansão habitacional, a sul.

As zonas mistas, que aliam funções residenciais e de comércio e serviços, são propostas na continuidade das artérias centrais e circunscrevem-se às ruas e praças centrais: do Parque Conde São Bento (atual Parque D. Maria) à Praça Camilo Castelo Branco, na Avenida Sousa Cruz desde o mercado à Avenida São Rosendo e ainda nos novos arruamentos a abrir a poente do mercado e feira e a partir da Rua José Luís da Andrade para nascente (atual Rua A. A. Pires de Lima).

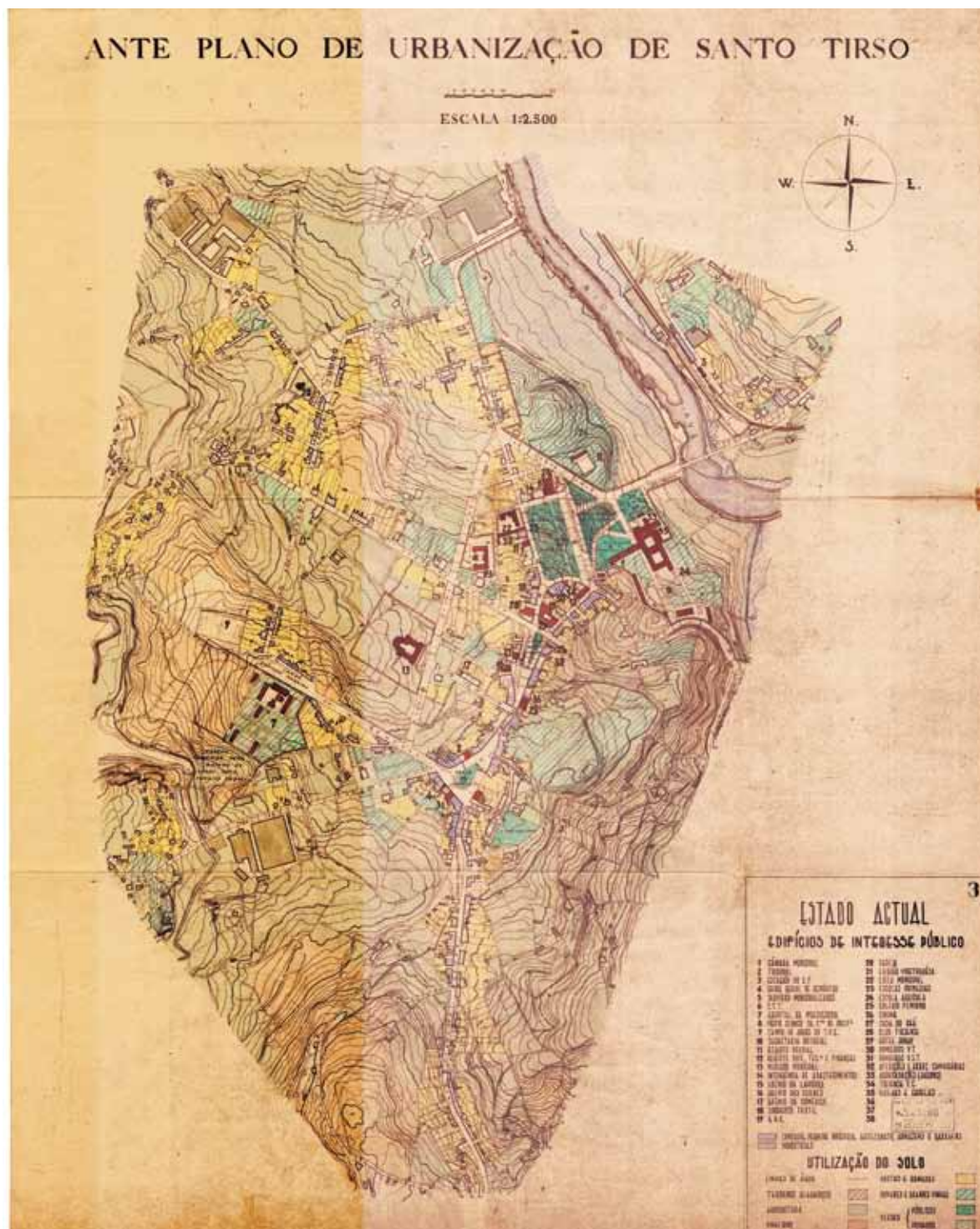
O Plano, atento às excepcionais condições paisagísticas da vila, define uma Zona Panorâmica que "importa preservar e defender de construções que comprometam uma das principais riquezas da Vila: o interesse turístico dos vales do Ave e da Assumpção."³⁶

A Zona Industrial é proposta a norte, na margem esquerda do Rio Ave. Aceita-se com reservas a localização da Fábrica do Arco, chamando-se a atenção para as más condições do esgoto industrial. Complementarmente, é proposta a criação de uma rede de ligação à zona industrial prevista, constituída por alguns arruamentos existentes e melhorados: primeiro troço da Avenida Sousa Cruz (atual Soeiro Mendes da Maia); "troço da Avenida Salazar, troço da Rua Rodrigues de Freitas e novo arruamento de ligação da Rua Rodrigues de Freitas à Rua da Cadeia".³⁷

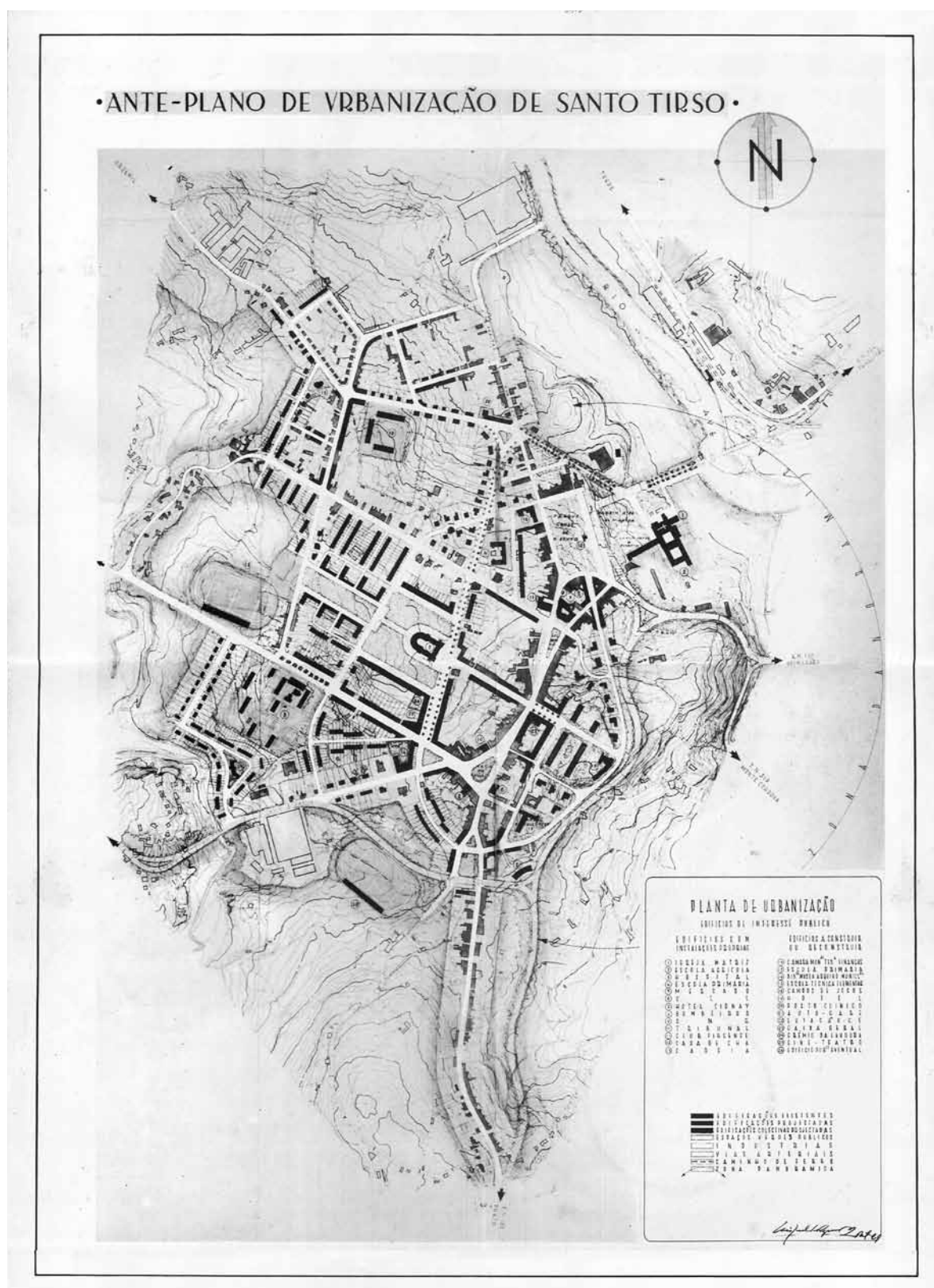
Quanto às vias de comunicação o Ante-plano propõe uma variante à EN 105 e apresenta-se como solução para evitar que a Vila seja sujeita a grandes fluxos de tráfego de atravessamento. Esta variante é implantada a nascente da Vila, na margem esquerda do Ribeiro do Matadouro.

Para melhor articulação com esta variante é proposta uma alteração de traçado à EN 104 deslocando-a para sul. Para a EN 204 é também proposto um novo troço à saída da ponte sobre o Rio Ave, que fará a ligação com a variante à EN 105 e que virá a concretizar-se na década de sessenta.

Quanto aos arruamentos urbanos o documento prevê o alargamento da Rua Sousa Trepa no troço entre a Rua José Luís de Andrade e a Praça da República (atual Praça Conde São Bento), a abertura da Rua Dr. A. A. Pires de Lima e da Rua D. Nuno Álvares Pereira, bem como a pavimentação dos arruamentos envolventes ao mercado, já abertos à altura. Todas estas obras vieram a concretizar-se.



Planta "Estado Actual" escala 1/2500 (Integra o Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso de 1949)



Edição da Planta "Urbanização" escala 1/2500 (Integra o Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso de 1949)

Tomando em consideração as deficiências detetadas na análise de base, o Ante-Plano propõe a construção de “edifícios de interesse público”³⁸. Destes, alguns já tinham sido executados, como o Mercado Municipal e as novas instalações dos CTT (início da obra 1938 e inauguração em 1940) e os outros vêm a construir-se ou a instalar-se na década seguinte respeitando a localização prevista: a Escola Técnica Elementar, inaugurada em 1957 (Escola Tomaz Pelayo), no novo arruamento já “aberto há alguns anos pela Câmara Municipal”³⁹; o Cine-Teatro, no ângulo das avenidas Sousa Cruz e São Rosendo; a ampliação do Hospital; a Biblioteca Municipal a localizar no edifício onde estava o Liceu, no Parque D. Maria II; e ainda um novo edifício para a CGD, no gaveto da Rua Sousa Trepa com um novo arruamento a abrir no sentido nascente, a atual Rua Dr. A. A. Pires de Lima. Os restantes vieram a concretizar-se noutra localização ou simplesmente não se chegaram a realizar. Nos primeiros contam-se o novo Posto Clínico, que estava previsto para a Avenida Sousa Cruz e que veio a localizar-se no entroncamento desta com a Rua José Luís de Andrade; o novo edifício da Câmara Municipal, previsto para o local onde se situa atualmente o Tribunal, que veio a concretizar-se, curiosamente no local que havia sido proposto por Rogério de Azevedo; e a Central de Camionagem, prevista para a junção da EN 104 com a EN 105, propostas pelo Plano.

Ficaram por realizar o novo grupo escolar com localização proposta junto ao Jardim dos Carvalhais, um novo estádio de futebol previsto junto à Praça Camilo Castelo Branco e um novo matadouro no lugar da Torre, freguesia de Areias.

Conclui o Ante-plano que, com a implementação do plano o rácio de espaços verdes por habitante será de 12m² e se a estes juntarmos os espaços de interesse público será de 25m² por habitante. A realização de muitas das intervenções públicas previstas no Ante-Plano devem-se exatamente a esse facto, a existência de um plano aprovado, e à comparticipação do estado regulada pelo Decreto 21 697 que permitia o auxílio do estado para a realização dos Planos de Urbanização ao abrigo do Plano de Melhoramentos Urbanos.⁴⁰



³⁶ Memória Descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso, pág 82

³⁷ Memória Descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso, pág 82

³⁸ deste modo o Ante-Plano se refere ao que atualmente designamos como equipamentos e serviços públicos.

³⁹ Memória descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Santo Tirso

⁴⁰ Brochura de divulgação da Exposição de Obras Públicas: 15 anos de Obras públicas 1932/1947 – Melhoramentos Urbanos, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização



AS DÉCADAS SEGUINTE

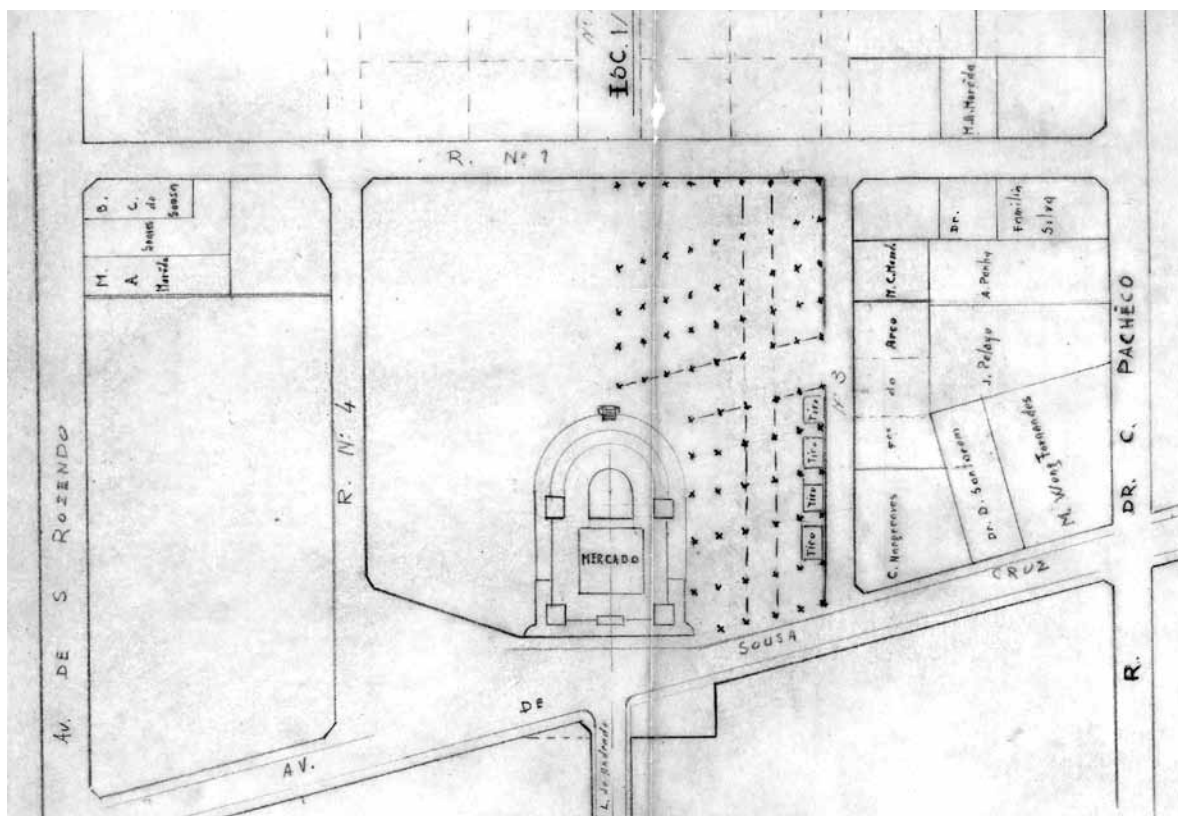
A década de cinquenta

A década de cinquenta foi a década áurea do século XX, em investimento público, que se fez acompanhar de investimento privado. As duas grandes unidades fabris, Arco Têxteis e Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó estão em franca laboração e abrem-se ao mercado externo. Cumulativamente com a atividade produtiva e consequente modernização das instalações, desenvolvem uma importante atividade social, construindo bairros operários e disponibilizando cantinas, creches e serviços de apoio médico, entre outros.

Grande parte da expansão da Vila de Santo Tirso faz-se a partir destas entidades localizadas na periferia, junto aos rios Ave e Sanguinhedo.

A Vila expande-se para poente na envolvente ao Mercado Municipal, primeiro apoiada nas ruas São João de Deus e São João de Brito, construídas na mesma época do mercado e depois na Rua Luís de Camões.

Densifica-se a atividade comercial e a fixação de funções terciárias.



Arruamentos envolvertes ao Mercado

Desenho a lápis - Arquivos Municipais (não datado)

Arco Têxteis

A atual Arcotêxteis iniciou a sua laboração em 1933 com a designação de Empresa Industrial de Santo Tirso, Lda. Localiza-se na argem direita do Rio Sanguinhedo, junto à ponte de Arco, na estrada nacional 104, de ligação a Vila do Conde. Na década de trinta do séc. XX, em consequência da guerra civil espanhola, assiste a um forte incremento que dá origem à ampliação das instalações. Ainda nessa década e na seguinte desenvolve um sistema de assistência social que se consubstancia na construção de cantina, lojas de víveres, padaria, um abrigo para o filho dos operários, posto médico e creche. Estes edifícios foram construídos do outro lado da Rua em frente à Fábrica. Nos anos 50 começa a exportar para os Estados Unidos, e depois para Inglaterra e para os países da EFTA, continuando assim o processo de desenvolvimento que se reflete no aumento e reformulação das instalações e dos processos produtivos.

Esta Fábrica resiste à crise do têxtil e continuou a laborar e a modernizar-se até à atualidade.

As suas instalações, outrora excêntricas relativamente à vila, estão hoje incorporadas na área urbana. Embora a sua implantação à cota baixa minimize o impacto na paisagem urbana, as instalações fabris são de grande dimensão e constituem uma massa muito expressiva que colide com os corredores ecológicos, nomeadamente interrompendo o continuum verde do vale do Sanguinhedo. Colocar-se-á a curto prazo, também neste caso, a necessidade de regeneração de parte dos edifícios, atualmente em desuso, em consequência da reformulação da cadeia de produção que é, na atualidade muito menos consumidora de espaço.

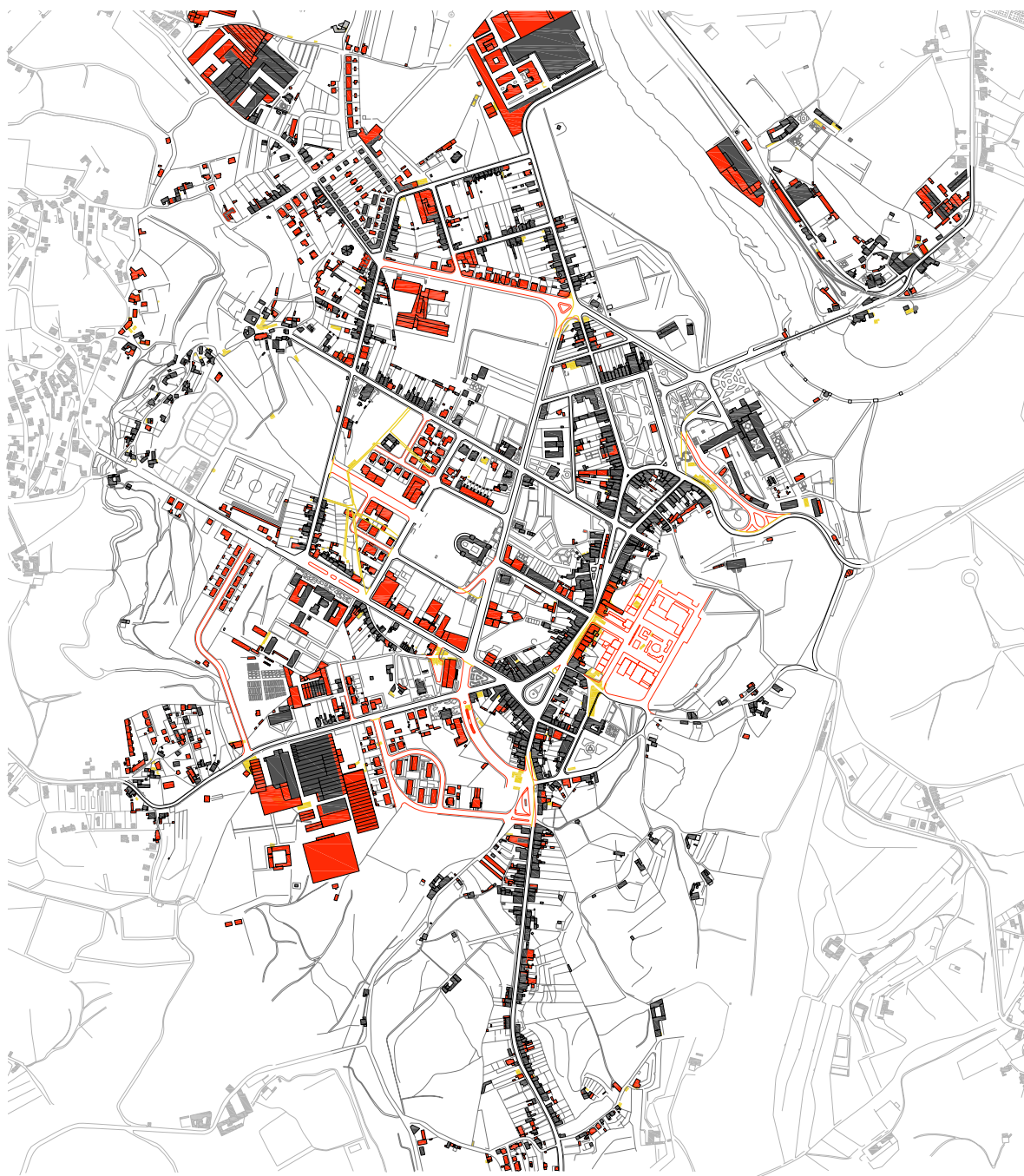


Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

A Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso foi oficialmente inaugurada em 1898 e integrava fiação, tecelagem, tinturaria e acabamentos. A sua localização na margem direita do Rio Ave foi decidida por vontade do Conde São Bento, que doou o terreno para a sua instalação, e pela necessidade de aproveitamento do rio, integrando-o no seu processo produtivo. Ao longo de quase um século a fábrica foi crescendo em número de trabalhadores e em área construída. Urbanisticamente esta fábrica, consumidora de uma grande área, cerca de 120000m², constitui um obstáculo ao crescimento da cidade e à sua aproximação ao rio. Paradoxalmente ela é responsável por uma grande parte da produção urbanística dos anos quarenta do século passado e protagonista de um projeto social que ultrapassava a atividade produtiva industrial: com esse objetivo a fábrica é ampliada na década de quarenta, quando também é construída a primeira parte do Bairro Operário e infraestruturada a produção agrícola complementar. O projeto de ampliação, do arquiteto Sequeira Braga, adopta uma linguagem arquitectónica nacionalista e próxima da linguagem adotada pelo Estado Novo.

A Fábrica laborou até 1990. Seguiu-se um processo de negociação de treze anos até que em 2004, a Câmara de Santo Tirso tomou posse de parte da área e das edificações, que haviam pertencido à Fábrica e dá início ao processo de regeneração de toda esta área.





Planta comparativa 1949 - 1967

Esta planta foi construída a partir da planta topográfica de 1949, que consta do Ante-Plano de Urbanização entregue em 1949 e o levantamento aerofotogramétrico existente nos arquivos da Câmara Municipal. Embora estas bases estejam datadas de 1967, verificaram-se algumas incompatibilidades e incongruências, tendo-se concluído, após a análise das bases, que as mesmas se devem a atualizações feitas no original. Estas atualizações não são facilmente perceptíveis já que os meios utilizados no original e nas atualizações são os mesmos: ambas são desenhadas a tinta da china preta. Volta também a existir o problema da não coincidência entre a área cartografada em 1943 e em 1967, por isso foi usado o mesmo método, ficando a área excedente identificada a cinzento. Feitas estas ressalvas, que comprometem o rigor da informação, foram identificadas a vermelho as construções que foram entretanto construídas e a amarelo as demolições mais expressivas. Identificam-se a cinzento algumas áreas mais duvidosas (exemplo: o loteamento localizado a poente do campo de futebol Clube Tirsense. **Factos mais importantes:** Construção da CGD, Ampliação da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó, Ampliação da Fábrica do Arco, Casa de Chá; Tribunal; Cine-teatro; Centro de Saúde; Rua da Misericórdia; Alargamento da Rua Sousa Tropa e abertura da Rua A. A. Pires de Lima; Câmara Municipal e urbanização envolvente; Envolventes ao Mosteiro; Rua Nun'Álvares Pereira; Ruas Gonçalves Zarco e Infante D. Henrique e urbanização envolvente; Escola Tomás Pelayo

Ainda em consequência do Ante-Plano de Urbanização: As décadas de 60/7

A partir do final da década de 1950, período de grande desenvolvimento urbano, a principal produção de solo urbano deve-se quase exclusivamente aos privados, através da construção de edifícios e de arruamentos de apoio, que não estavam sujeitos a licenciamento municipal. Assim se entende, neste enquadramento, a construção dos bairros operários, promovidos pelas entidades patronais; os bairros sociais promovidos pelas Misericórdias, ou pela Caixa de Previdência, ou outras instituições de beneficência.

Apenas nas grandes cidades, o estado assume o papel de promotor da construção habitação social, com grande incremento na época de Duarte Pacheco, como ministro das Obras Públicas⁴¹. Este não é, porém, o caso de Santo Tirso.

A publicação do Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de agosto de 1951, veio obrigar ao licenciamento pelas Câmaras Municipais, de obras de edificação, localizadas dentro do perímetro urbano ou das zonas rurais de proteção fixadas para as sedes de concelho, e ainda nas áreas sujeitas por lei a planos de urbanização ou determinadas por deliberação municipal, bem como de todas as construções de carácter industrial ou de utilização colectiva.

Mais tarde, em 1965, o governo, detetando a intensa produção urbanística de natureza especulativa e ausência de meios de controlo por parte das entidades públicas, define e regulamenta, através do Decreto-Lei n.º 46673 de 1965, a figura do loteamento urbano.

As operações urbanísticas, reguladas por estas leis, estavam sujeitas a parecer dos serviços técnicos municipais, quando estes fossem chefiados por engenheiro, arquiteto ou agente técnico de engenharia, ou da DGSU (Direção Geral dos Serviços de Urbanização), caso os serviços municipais não possuíssem técnicos habilitados. Quando as mesmas estivessem integradas em áreas de Planos de Urbanização aprovados, e respeitassem o que nestes estava previsto, dispensava-se o parecer da DGSU. A Câmara Municipal poderia recorrer deste parecer para o MOP (Ministério das Obras Públicas), quando com ele não concordasse.

Este reconhecimento da atividade privada na produção de solo urbano e a sua obrigatoriedade a licenciamento municipal, não é contudo suficiente para conferir qualidade urbanística aos novos aglomerados. A ausência de instrumentos de gestão territorial eficazes e de meios que permitam à administração capacidade material e financeira para executar os planos em vigor, associada à falta de recursos humanos qualificados nos quadros dos municípios, leva a que a gestão seja feita de modo casuístico, sob parecer voluntarista das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia, ou dos serviços técnicos municipais e centrais, sancionada pelo presidente da Câmara Municipal, que tinha, neste caso, poder absoluto.

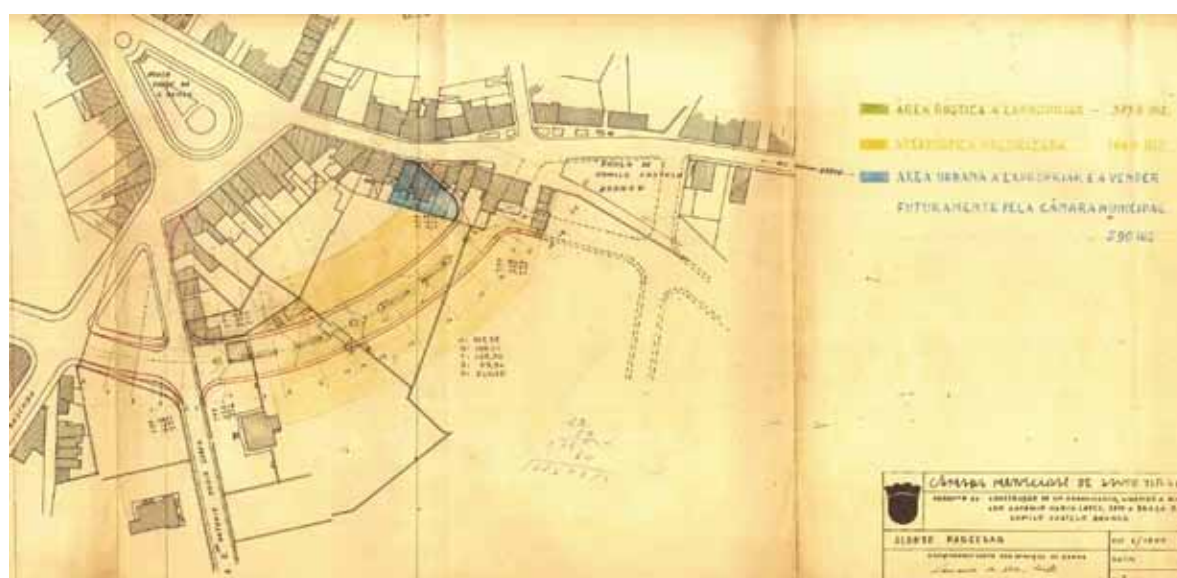


⁴¹ Duarte Pacheco foi Ministro, primeiro da Instrução e depois das Obras Públicas entre 1928 e 1936 e 1938

e 1943

Por outro lado, a construção de obras públicas, nas quais se integram as obras de urbanização, era feita com recurso ao orçamento municipal, muito exíguo, já que os municípios não possuíam receitas próprias, e pela comparticipação consignada do Estado. Esta comparticipação, através do Fundo de Desemprego, decidia-se mais em função da pressão política e influência do Presidente da Câmara, nomeado pelo Governo, do que pelo mérito dos projetos.

Estão neste caso alguns dos principais edifícios públicos construídos em Santo Tirso nas décadas de 1950 e de 1960, sendo que a Caixa Geral dos Depósitos, os CTT, o Tribunal, Caixa com projecto o Centro de Saúde, e a Escola Tomás Pelayo foram totalmente financiados pelo Estado, enquanto que o Novo Edifício dos Paços do Concelho, bem como as obras de estruturação urbana envolvente, foram executadas com comparticipações do estado, justificadas pela execução do Ante-plano⁴². Nestas destacam-se, pela sua importância na definição da imagem da Vila, as levadas a cabo na Rua Sousa Trepa e na envolvente aos Paços de Concelho instalados, à altura, no Mosteiro de São Bento bem como a abertura da Rua D. Nuno Álvares Pereira⁴³. Estas obras denotam uma perspectiva desenvolvimentista, na qual o bom desempenho viário se sobrepõe ao valor patrimonial dos imóveis envolvidos e à harmonia do desenho urbano.



Planta Parcelar do Projeto de Arruamento de ligação entre a Rua Comendador António Maria Lopes e a Praça Camilo Castelo Branco. Janeiro 1957 (Projeto executado pelos Serviços Técnicos Municipais).



Santo Tirso (Década de 70)



⁴² “Continuando a Câmara Municipal de Santo Tirso a dar cumprimento aos melhoramentos previstos no seu Ante-Plano de Urbanização, já superiormente aprovado, resolveu dar solução ao assunto de necessidade mais urgente, que é o “Alargamento da Rua Sousa Trêpa”, sua principal artéria, conforme os alinhamentos constantes no referido Ante-Plano.” Extrato da Memória Descritiva do Projeto de “Arranjo e alargamento da Rua Sousa Trepa e construção de um novo arruamento no prolongamento da Rua José Luís de Andrade”; arquivos da Câmara

⁴³ Em obediência e para dar execução ao antepiano de urbanização mandou a Câmara de Santo Tirso por intermédio dos serviços de Obras, elaborar o projeto de um arruamento de ligação entre a Rua Comendador António Maria Lopes com a Praça Camilo Castelo Branco, que ora se submete a aprovação superior. Estabelece este arruamento uma ligação eficiente entre as E.E.N.N. n.ºs 104 e 105 e a artéria dorsal da Vila (Avenida Sousa Cruz incluída na EN 204) determinando o desvio parcial do trânsito que actualmente passa, na sua quase totalidade, pelo centro comercial de Santo Tirso.

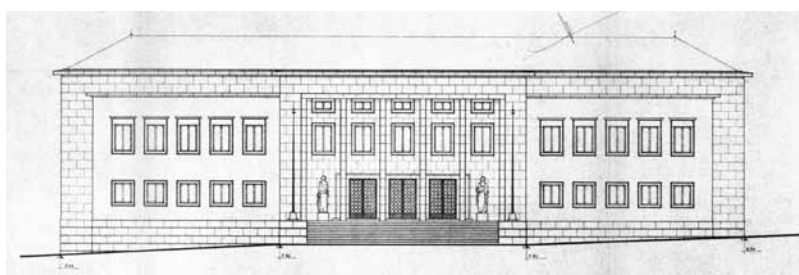
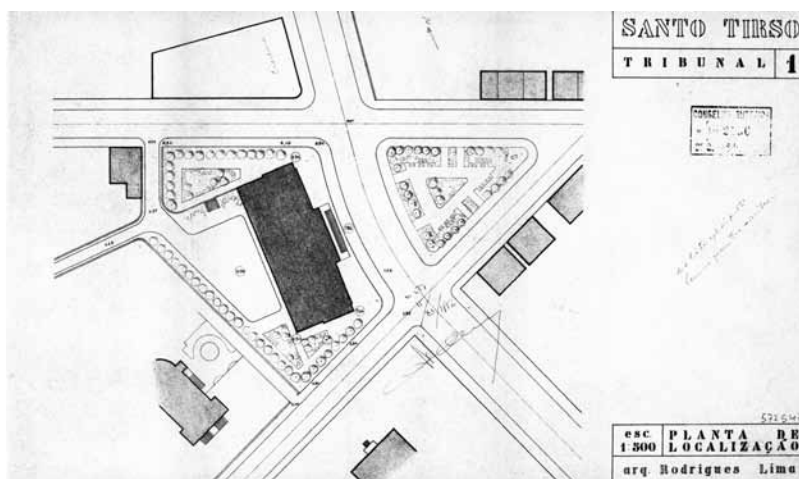
Assim, os veículos que do Porto se dirigem a Famalicão e Louzado e vice-versa, poderão facilmente usar aquele novo arruamento, efectuando-se um descongestionamento da parte comercial da vila (Praça Conde São Bento, Rua Sousa Trepa, Largo Coronel Baptista Coelho e Rua Francisco Moreira).

Acresce ainda a circunstância de que tal arruamento virá a constituir a nova zona de construção necessária à expansão natural da Vila, na vizinhança de edifícios de notável importância, tais como : Cine-teatro e o Mercado Municipal e os Futuros Tribunal e Posto Clínico (Socorro Médico-Social)” da Memória Descritiva do Projeto datada de 4 de Janeiro de 1957 constante dos arquivos municipais.

Tribunal

"Porque a oportunidade de execução desta obra poderia perder-se ante a impossibilidade de aquisição imediata de outro terreno em boas condições e porque o anteprojeto dos novos Paços do concelho não estava ainda elaborado, resolveu a Câmara ceder para construção do Tribunal o terreno que tinha adquirido para os Paços do Concelho.", assim justificava ,o presidente da Câmara, Délio Santarém, a doação do terreno que seria para os novos Paços do Concelho ao Ministério da Justiça para a construção do novo Tribunal da Comarca. E de facto assim foi: em 1956, para acelerar e garantir a execução do Tribunal a Câmara doou o terreno que estava a negociar, para a construção da sede do Município. O projeto é da autoria do arquiteto Raul Rodrigues Lima e a obra foi orçamentada em 5 mil contos (vinte e cinco mil euros).

O concurso para a obra abriu no dia 9 de Fevereiro de 1957. A obra foi construída por Domingos Ferreira da Costa empreiteiro de Rio Tinto. Foi inaugurado em 11 de Maio de 1959 pelo Ministro da Justiça da altura, Prof. Dr. Antunes Varela. Na mesma data foi inaugurado o largo fronteiro, Praça General Humberto Delgado. Arquitetonicamente o edifício não tem interesse relevante enquadrando-se na arquitetura característica do Estado Novo. Com uma linguagem pobre, volume-tricamente monolítico e pouco cuidado na articulação com o suporte (terreno) o seu principal ponto de interesse reside nos elementos escultóricos e pictóricos que o integra, da autoria de Joaquim Rebocho, Maria Alice da Costa Pereira, Barata Feyo e Irene Vilar.



Arranjo e alargamento da Rua Sousa Trêpa e construção de um novo arruamento no prolongamento da Rua José Luís de Andrade

Em 1951 é apresentado à Câmara Municipal o projeto, elaborado pelo engenheiro José Hermínio Macieira Dias (eng.º Chefe do Serviço de Obras). O projeto é elaborado para dar cumprimento ao previsto no Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso. Este projeto, conquanto constitua o corolário de vários estudos urbanísticos (propostas de Marques da Silva, datadas de 1925; de Rogério de Azevedo, datadas de 1945 e de Miguel Rezende, datadas de 1949) vai estabelecer uma ruptura no tecido urbano e alterar definitivamente a forma da vila. A abertura do eixo para nascente, que liga a Praça da Feira/Mercado à (atual) Praça 25 de Abril, vai permitir o seu crescimento para nascente, dando-lhe novas perspetivas e um novo enquadramento paisagístico, ao permitir o desfrute da encosta do monte da Nossa Sr.ª da Assunção. À data da decisão da sua abertura ainda não estava decidida a localização dos novos Paços de Concelho nesta área.

O alargamento da Rua Sousa Trepça implicou a expropriação e demolição de um conjunto de prédios. Constam do processo administrativo alguns estudos de conjunto para as novas fachadas a edificar.

Dados do projeto:

Orçamento Total: 1 209 910\$56

Expropriações: 907 421\$15

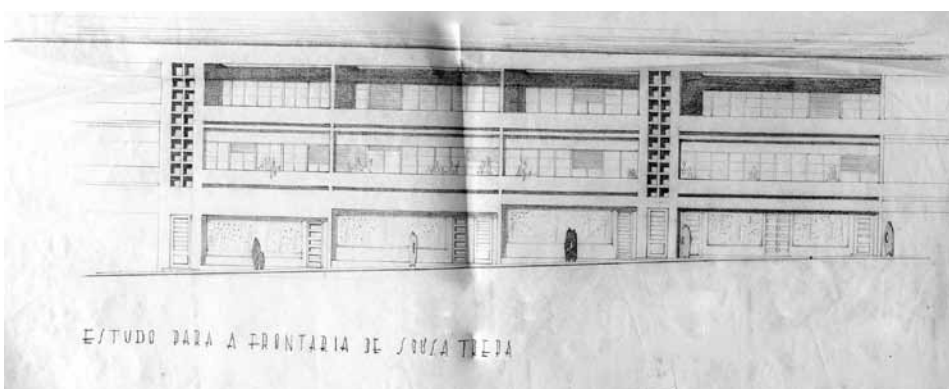
Mão de Obra 96 140\$00

Materiais 206 348\$85





Planta com traçado do novo arruamento (Projeto executado pelos Serviços Técnicos Municipais)



Estudo de alçados para a Rua Sousa Trêpa

Arranjo Urbanístico junto aos Paços do Concelho e Igreja Matriz – Variante à EN 204

Em Março de 1957 é apresentado à Câmara Municipal o Projeto, elaborado pelo engenheiro Miguel Rezende para o arranjo urbanístico da envolvente aos Paços do Concelho. Este projeto é elaborado para dar cumprimento ao previsto no Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso.

Diz a memória descritiva:

“As razões determinantes deste trabalho consistem essencialmente na necessidade de resolver:

- a)** O acesso a peões e veículos à Câmara Municipal, instalada no primeiro andar do corpo E/ W do edifício da escola agrícola. (...)
- b)** O problema do estacionamento de veículos junto da Câmara. (...)

Não pode deixar de encarar-se a resolução dos problemas atrás referidos em função de dois condicionamentos gerais assentes:

- a)** um deles – a decisão superior de se abandonar a ideia de construção de um novo edifício para aos Paços de Concelho, mantendo as instalações existentes, em óptimo estado de conservação e desafogo por virtude de obras interiores recentes.
- b)** O outro- as alterações de ordem técnica propostas pela Junta Autónoma das Estradas aos traçados, previstos no Ante-Plano de Urbanização, para as Estradas Nacionais n.º 105 e 204, alterações aceites pela Comissão de Revisão da Direção dos Serviços de Urbanização e pelo conselho Superior de Obras Públicas (...)

O presente ante projecto tem em vista, essencialmente, coordenar os seguintes aspectos principais:

- a)** Traçar a variante à EN 204 nas melhores condições técnicas e funcionais;
- b)** Valorizar o edifício da Câmara Municipal pela construção de um amplo parque de estacionamento e de acessos desafogados;
- c)** Remodelar o acesso de peões e o trânsito e estacionamento de veículos em relação à Igreja Matriz;
- d)** Conservar o carácter de espaço livre arborizado de amplo jardim com o qual colide o conjunto de obras a realizar;
- e)** Valorizar o belo Parque D. Maria II pela melhoria das suas perspectivas panorâmicas.(...)”

Decorrem durante quase uma década negociações entre a Câmara Municipal, a Junta Autónoma de Estradas e o Governo com o objetivo de minorar os cortes e o impacto no Jardim Ribeiro de Miranda, cortes estes que eram contestados pela população. Após várias negociações o projeto foi revisto tendo em 11 de Outubro de 1965 a JAE confirmado à Câmara a comparticipação na obra na seguinte repartição custos: 1 768 430\$00 JAE e 687 650\$00 Câmara Municipal aos quais se abatem os custos

do terreno e dos muros já executados ficando a comparticipação da Câmara em 505 548\$00. A obra foi adjudicada a Américo Rodrigues Campos residente na Rua José Bento Correia.



Arranjo Urbanístico dos Terrenos Adjacentes aos Edifícios dos Paços do Concelho e da Igreja Matriz

Planta de Trabalho - Autoria do Eng. Miguel Rezende



Anos 70

IV

A VIRAGEM – O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Com a Revolução de Abril, em 1974, inicia-se um novo ciclo na governação local. Após um período de transição, no qual os municípios foram governados por comissões administrativas, a 12 de dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas democráticas. Em 1977 foi publicada a primeira Lei das Autarquias⁴⁴ e em 1979, a primeira lei das Finanças Locais⁴⁵, que veio garantir a autonomia financeira aos municípios. A aplicação destas leis e o aumento da experiência no exercício do poder local, obrigaram a alterações legislativas que culminaram com a publicação do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, que clarificava as funções, atribuições e competências dos órgãos autárquicos, nomeadamente no âmbito do ordenamento do território e do urbanismo, especificando claramente como competência da Câmara Municipal a elaboração e execução dos instrumentos de planeamento incluindo os de natureza territorial.⁴⁶

Nos primeiros anos, o poder local foi exercido através de comissões administrativas nomeadas que, mercê da falta de definição e legitimidade para exercer competências desta natureza, não se dedicaram a qualquer tarefa de âmbito territorial, excepto o licenciamento de obras particulares que, na ausência de planos aprovados e eficazes, necessitava, nos casos mais complexos, de parecer favorável dos serviços de urbanização desconcentrados. Datam desta época alguns dos maiores erros urbanísticos cometidos no município de Santo Tirso.

A demolição do Hotel Cidenay (1983) para a construção de empreendimento imobiliário é o expoente máximo desta situação. Sobre este assunto já se tinha pronunciado negativamente a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, na sua reunião de 15 de maio de 1973. As opiniões do Dr. António Miranda e o Padre Valente Rebelo foram veementemente contra: “ (...) Somos de parecer que o projecto apresentado não justifica o sacrifício urbanístico que representa a aceitação de uma tão volumosa construção em tão pequeno lote. Não vá que Santo Tirso passe a ser conhecida mais pela má qualidade arquitectónica de um grande edifício do que pelas belezas que o tornaram impar. (...)”⁴⁷. Voltou ainda, em 1977, a esta comissão idêntico pedido, que foi remetido para parecer da Direção Geral de Urbanização e do engenheiro urbanista. Tal não impediu que em 1983 a demolição se venha a concretizar, ficando no entanto, tal facto marcado até hoje na memória dos tirsenses.

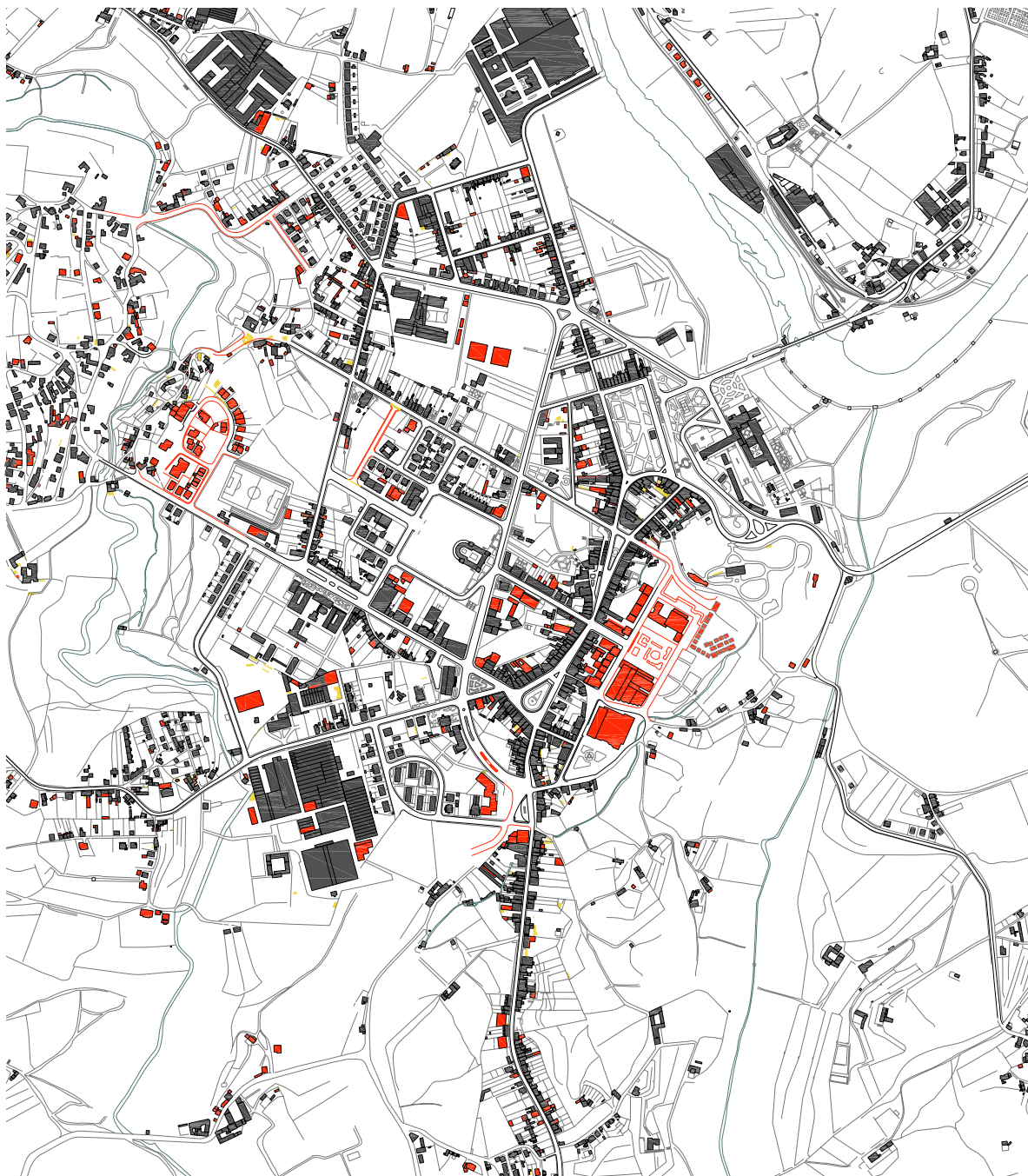


⁴⁴ Lei 79/77 de 25 de Outubro

⁴⁵ Lei 1/79 de 2 de Janeiro

⁴⁶ n.º 2 do artigo n.º 51 da Lei 100/84 de 29 de Março

⁴⁷ Livro de Actas da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia



Planta comparativa 1967 - 1979

Esta planta foi construída a partir do levantamento aerofotogramétrico de 1967 comparando-o com outro, de 1979. Salvaguardando o que já foi dito, relativamente ao levantamento de 1969, quanto às atualizações que foram feitas posteriormente nos originais, a planta que se apresenta reflete a evolução de pouco mais de uma década. Verifica-se que há muito pouca produção de solo urbanizado. A construção faz-se por densificação das anteriores infraestruturas. **Fatos mais importantes:** Conclusão da Câmara Municipal e Urbanização envolvente, Complexo dos Carvalhais, Complexo da Praça Camilo Castelo Branco.

São ainda desta altura o licenciamento dos grandes empreendimentos imobiliários localizados na Praça Camilo Castelo Branco, na Rua Luís de Camões e no Jardim dos Carvalhais, tendo sido todos apreciados favoravelmente pela Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.

Sem instrumentos de planeamento que regulassem a iniciativa particular, as aprovações de construções e de loteamentos, eram feitas de modo casuístico e não relacionado, dando origem a situações descoordenadas de descontinuidade territorial com implicações negativas na construção das redes de infraestruturas públicas. Era prática usual, neste período a construção de apenas uma das redes de saneamento básico, preferencialmente a de abastecimento de água.

São desta época os loteamentos de Vilalva, do Juncal e de São Roque, que exteriores à zona urbana consolidada, de algum modo ainda herdeira da estrutura de planeamento dos anos 50, demonstram as debilidades urbanísticas que atrás se referiram: estrutura viária incompleta e desarticulada, falta de cuidado na integração urbanística e no desenho do espaço público e ausência ou desarticulação de infraestruturas urbanas.

Consciente desta situação a Câmara Municipal encomenda no início da década de 80 um novo Plano Geral de Urbanização para a Vila de Santo Tirso. Este Plano não foi concluído. Elaborado por uma equipa externa à Câmara e sediada na cidade de Lisboa, verifica-se que a resposta dada assenta numa metodologia de análise que, tendo por base os poucos estudos existentes à data, faz uma leitura muito funcional do território. Estes estudos acabam por ser abandonados quando, em 1983, com a tomada de posse de um novo executivo camarário se decide dar outra orientação à política urbanística.

Assessorada por especialistas externos de reconhecido mérito profissional⁴⁸, a Câmara Municipal inicia um processo de reorganização interna, destinada a adquirir competências técnicas que lhe permitam fazer uma gestão do território informada tecnicamente e próxima da realidade.

Em 1984 são, pela primeira vez organizados, na Câmara Municipal serviços dedicados ao planeamento urbanístico e à gestão urbanística. O primeiro objetivo destes serviços era a elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM). A figura de PDM tinha aparecido pela primeira vez no quadro legislativo português com a publicação da Lei n.º 79/77, de 25 de outubro, que definia as atribuições e competências das autarquias locais⁴⁹ e veio a efetivar-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio.

A decisão da Câmara Municipal eleita, que tinha tomado posse em janeiro de 1983, revela uma visão fora do comum à época, sustentada no entendimento de que os instrumentos de planeamento territorial e urbano seriam um suporte à decisão para o desenvolvimento de políticas ativas e fundamento para a atribuição de fundos nacionais e comunitários, que viriam a concretizar-se após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986.

Para a elaboração PDM, os novos serviços adotam um procedimento que tem como base o levantamento e reconhecimento de campo do estado do território e uma estreita relação com a gestão urbanística, responsável pela apreciação dos processos para licenciamento das obras particulares.



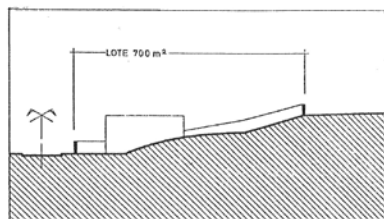
Capa da publicação sobre o primeiro PDM elaborado em 1991 e publicado em 1994

Tendo em conta que nestes anos a principal produção de solo urbanizado era de promoção privada, em processos de quase auto-regulação⁵⁰, esta opção revelou-se estrategicamente acertada e permitiu aproximar o plano documento do processo de planeamento.

Ainda na fase dos estudos prévios foi definido um zonamento base e foram criadas Normas Provisórias que, ao mesmo tempo que permitiam o condicionamento da construção privada aos princípios urbanísticos que se iam desenhando, serviram de teste e de sensibilização dos técnicos, e da população em geral, para a nova regulamentação e para a temática do planeamento físico. Esta aproximação permitiu que se fossem corrigindo situações de incompatibilidade com os novos instrumentos que se iam desenhando e que, por outro lado, as operações urbanísticas até então olhadas como autónomas, fossem integradas numa lógica de conjunto. São disso exemplo a eliminação de situações de impasse, vulgo “cul de sac” ou a adoção de passeios nos arruamentos dos novos loteamentos, a coordenação das infraestruturas e a dotação de espaços públicos qualificados.

mos referidos até aos limites inferiores exigidos para a zona de salva guarda.

3. Em determinadas áreas das zonas abrangidas por esta Base, a Câmara Municipal poderá estabelecer áreas mínimas inferiores às estipuladas em 1 até um mínimo de 700 m², por razões que se prendam com as situações construtivas pré-existentis, com a topografia do terreno e os acessos; estas situações deverão ser devidamente assinaladas nos Mapas de Zonamento Concelhio.



Artigo 28º

Nesta zona apenas é permitida a construção de habitação unifamiliar, podendo no entanto variar a forma de ocupação de acordo com as situações seguintes:

- a) em lotes isolados ou resultantes do destaque de parcelas: unifamiliar isolada;
- b) em loteamentos simples, ordinários e especiais: unifamiliar isolada ou geminada.



Artigo 29º

É aplicável nesta Base o estipulado nos Artigos 10º a 13º da Base 2 deste Regulamento.

Extrato da primeira edição das Normas Provisórias

Por outro lado, apesar de nesta altura os investimentos públicos serem escassos e habitualmente segundo lógicas avulsas, começam, com o início da atividade dos serviços dedicados ao planeamento urbanístico, a ganhar conteúdo e coerência de conjunto. De facto os equipamentos públicos inaugurados no Pós 25 de Abril resultam de decisões tomadas muito antes, na década de sessenta, e são da responsabilidade do estado central. Estão neste caso as Escola Secundária D. Dinis e a Escola Preparatória de São Rosendo, que resultam de processos de negociação com dezenas de anos entre o Estado e a autarquia, e o novo edifício sede dos Paços de Concelho e arranjos urbanísticos envolventes, da responsabilidade da autarquia, comparticipados pelo Governo.



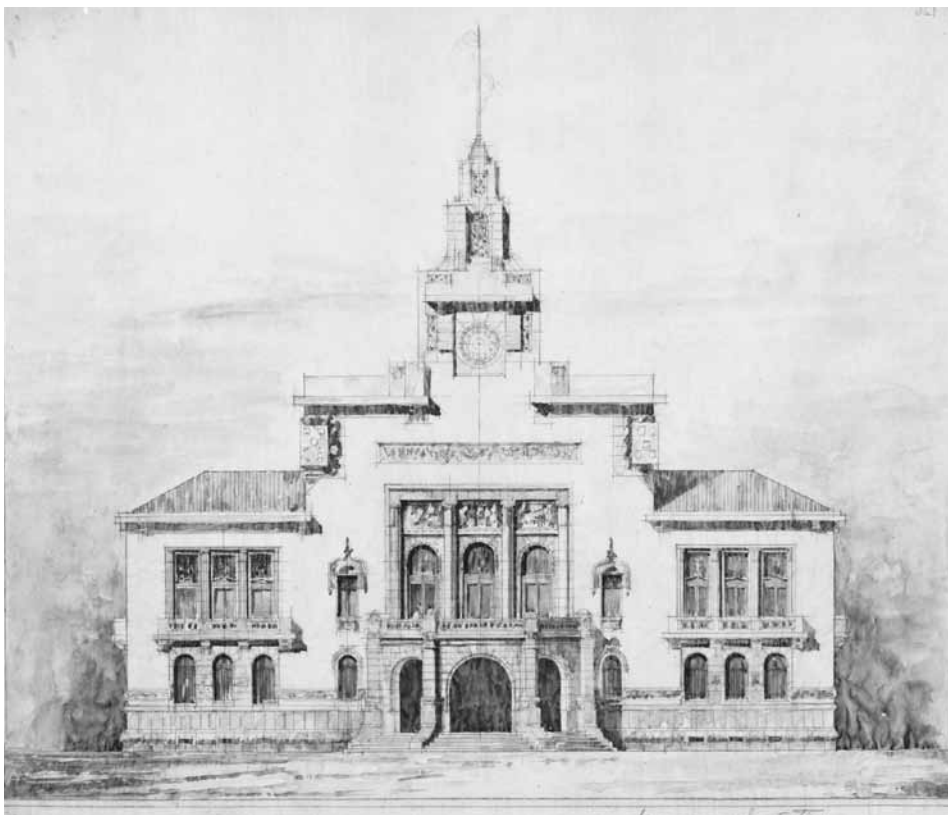
⁴⁸ Data desta altura a contratação do arquiteto Manuel Fernandes de Sá e do engenheiro António Babo que, conjuntamente com o arquiteto Nuno Portas, nos concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, produziram teoria urbanística e desenvolveram uma metodologia para intervenção nos territórios de urbanização difusa.

⁴⁹ alínea i) do n.º 1 artigo 48º da Lei 79/77 de 25 Outubro "i) deliberar sobre o Plano Director do Município e, se necessário, ordenar a sua elaboração."

⁵⁰ A partir de 1990 começam a aprovar-se os primeiros Planos Diretores Municipais, PDM (planos físicos de zonamento e de regulação de uso do solo) produzidos já numa fase em que a urbanização se tinha processado de forma caótica, com uma intensa construção que não fora acompanhada de planos e de produção de infraestruturas urbanas." Álvaro Domingues in Cidade e Democracia :30 anos de transformação urbana em Portugal;

Edifício dos Paços do Concelho

Em Novembro de 1922 o arquiteto José Marques da Silva apresenta à Câmara Municipal um projeto para a o Novo Edifício dos Paços do Concelho. O edifício compreende as seguintes instalações principais: serviços municipais; tribunal; os Serviços Postais; a Secretaria das Finanças; a Administração do Concelho; o Registo Civil; e a Conservatória.



Alçado do Edifício dos Paços do Concelho - Autoria: Arqt. José Marques da Silva

Da memória descritiva:

- "Para efeito de uma localização conveniente ao género de edifício que é o mais representativo da vila, dispôs-se no eixo da Avenida Sousa Cruz uma Praça – a Praça Municipal- em frente da qual se elevaria a edificação. A Praça continuaria para a parte posterior, d'onde partiriam novas artérias, intensificando assim as comunicações. (...) Além da disposição interna de vastas entradas, de solo resistente ao calçado regional, a escada principal, construída de pedra, larga e espaçosa não ofereceria entraves ao livre acesso de todas as classes sociais. A própria Sala dos Paços do Concelho permite compreensão semelhante.

A Vila de Santo Thyrsó ainda que modesta mas bem portuguesa pela sua natureza minhota exige um género de arquitectura com estes predicados. Foi esta intuição que subordinou o carácter arquitectónico das fachadas. Tradição do solar minhoto tratado com expressão de nobreza e propriedade ao fim a que o edifício se destina. (...)”.

Desconhecem-se as razões que levaram ao abandono deste projeto.

Posteriormente, no Ante-Projecto de Urbanização da Vila de Santo Tirso, da autoria de Rogério de Azevedo, o edifício para a sede do município localiza-se no topo nascente do eixo que liga ao mercado, aproximadamente na localização atual.

Miguel Rezende no Ante- Plano de Urbanização da Vila de Santo Tirso, localiza a Câmara Municipal no local onde está atualmente o Tribunal.

No seguimento do definido por este plano inicia-se o processo de aquisição dos terrenos necessários à sua concretização. As negociações decorrem durante quase uma década até que, em 1959, em carta dirigida ao Ministro das Obras Públicas, datada de 12 de Novembro o presidente da Câmara, Délio Santarém, faz a proposta de alteração de localização do edifício dos Paços do Concelho, porque foi acordado o Ministro da Justiça a construção dum novo edifício para o Tribunal da Comarca com a condição de a Câmara oferecer o terreno. “Porque a oportunidade de execução desta obra poderia perder-se ante a impossibilidade de aquisição imediata de outro terreno em boas condições e porque o ante-projecto dos novos Paços de concelho não estava ainda elaborado, resolveu a Câmara ceder para construção do Tribunal o terreno que tinha adquirido para os Paços do Concelho⁵¹.”

Iniciam-se, também em 1959 os contactos com os arquitetos Agostinho Ricca e Benjamim do Carmo para a execução de Plano Parcial de Urbanização dos terrenos onde se irá localizar o edifício dos Paços de Concelho.

Esta localização está em discordância com a opinião do urbanista Miguel Rezende que propunha a ampliação do do Mosteiro para Paços do Concelho.

Em 31 de março de 1960 a Câmara aprova o ante-projecto e a decidi submetê-lo ao Ministro das Obras públicas solicitando comparticipação.

Durante dois anos decorrem negociações com o Ministério das Obras Públicas para a aprovação da nova localização e comparticipação no financiamento da obra. Entretanto conclui-se o projecto.



⁵¹ Em notícia publicada na Semana Tirsense é referida a existência de dois projetos anteriores: “um elaborado na presidência do saudoso Francisco Moreira, que estava indicado para o lugar onde foi construído o Hotel Cidnay e outro da autoria do arquiteto Marques da Silva mandado levantar também pelo saudoso presidente da Câmara, Vergílio de Andrade”.

A 16 de Agosto de 1962 a Câmara delibera sobre a abertura do Concurso para a Obra de Construção do Edifício para os Paços do Concelho. A obra é adjudicada à empresa António Janeira que em 1965 abandona a obra. É lançado novo concurso e obra vem a ser concluída em 1975, pela empresa Tensil. O acompanhamento por parte dos Serviços de Urbanização é feito pelo engenheiro Arala Chaves.

O principal ponto de interesse deste projeto é o facto de ser um precursor do que mais tarde viemos a chamar de projeto urbano. Operação complexa, que exigiu a expropriação de terrenos o emparcelamento e reparcelamento, a elaboração de projetos tipo, orientadores da construção urbana e engenharia de financiamento.

ção e Joaquim Moreira de Moura, casado, comerciante, natural e residente no lugar de Quintão, da freguesia de São Cristóvão do Muro deste concelho, constituiram uma sociedade, nos termos dos artigos seguintes:

Artigo primeiro — A sociedade adopta a firma "Couto & Moura", Limitada, tem a sua sede no lugar de Quintão, freguesia de São Cristóvão do Muro deste concelho de Santo Tirso e a sua duração é por tempo indeterminado.

Artigo segundo — O seu objecto é a indústria mineira da exploração do caulino, e o seu comércio, podendo contudo, dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria e comércio que resolvam explorar, excepto aqueles que necessitem de autorização especial;

Artigo terceiro — O capital social é de sessenta mil escudos, já todo realizado em dinheiro e dividido em duas quotas de trinta mil escudos, uma de cada sócio, não havendo prestações suplementares.

§ único — Do capital social, cinquenta mil escudos, são exclusivamente destinados a exploração de lavra de minas.

Artigo quarto — A sociedade será representada em juízo e fora dele activa e passivamente, por todos os sócios os quais ficam desde já nomeados gerentes sem caução, retribuídos ou não como deliberarem e com o uso da firma a qual não poderá empregar-se em fianças, abonações, letras de favor e demais actos e documentos estranhos aos negócios sociais. **§ único** — Exceptuando os actos de mera administração e expediente, para que a sociedade fica obrigada não indispensáveis as assinaturas dos dois sócios, sendo nomeado representante da sociedade junto do Estado o sócio gerente Abílio Augusto Dias de Sá Couto e autorização a levantar guias de trânsito de minérios para as minas

comitadas, presentes na secretaria desta Câmara Municipal e serão lidas na ocasião.

Santo Tirso, 11 de Agosto de 1962.

O Presidente da Câmara Municipal,
Delfio de Castro Cardoso Santarém (Dr.).

rias serão convocadas por simples carta registada e aos sócios dirigidas com a antecedência de dez dias salvo em casos para que a lei exija outra forma de convocação.

Artigo sexto — Os balanços dar-se-ão anualmente em trinta e um de Dezembro; aos lucros líquidos que se apurarem, deduzida a percentagem de cinco por cento para a formação ou reintegração do fundo de reserva legal, ou os prejuízos, havendo-os, serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção do valor nominal das suas quotas;

Artigo sétimo — É proibida a cessão de quotas a estranhos, sem consentimento da sociedade, dado por escrito, mas é livremente permitida entre os sócios. **§ único** — É dispensado qualquer consentimento da sociedade para a divisão de quotas pelos herdeiros dos sócios;

Artigo oitavo — A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer dos sócios, no caso de morte será o sócio falecido representado pelos seus legítimos herdeiros que se farão representar por um de entre eles; no caso de interdição, pelo seu legítimo representante.

Artigo nono — Dada a dissolução da sociedade, todos os sócios serão liquidatários e procederão à partilha dos haveres da sociedade. Na falta de acordo entre eles, todo o activo e passivo será adjudicado ao sócio que maior preço oferecer em licitação.

Está conforme, e declara-se que na escritura nada há em contrário do que aqui se

CÂMARA MUNICIPAL
DE
SANTO TIRSO

Anúncio

FAZ-SE público que, no dia 13 de Setembro de 1962, pelas 14 horas, no edifício dos Paços do Concelho, perante a Comissão para esse fim nomeada, se procederá ao concurso público para a arrematação da obra de:

«Construção do edifício para os Paços do Concelho de Santo Tirso»

A Base de Hectação é de Esc. 5.839.740\$00.

Para ser admitido ao concurso é necessário estar inscrito como empreiteiro de Obras Públicas na I Subcategoria da I categoria e na subclasse A da II classe, estabelecidas pelo regulamento do Decreto-Lei n.º 40.623, de 30 de Maio de 1950, e apresentar documento comprovativo de ter feito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas Filiais, Agências ou Delegações, o depósito provisório de Esc. 145.993\$50, mediante guia preenchida pelos próprios concorrentes, segundo o modelo que figura no processo do concurso.

O depósito definitivo será de 5% da importância da adjudicação.

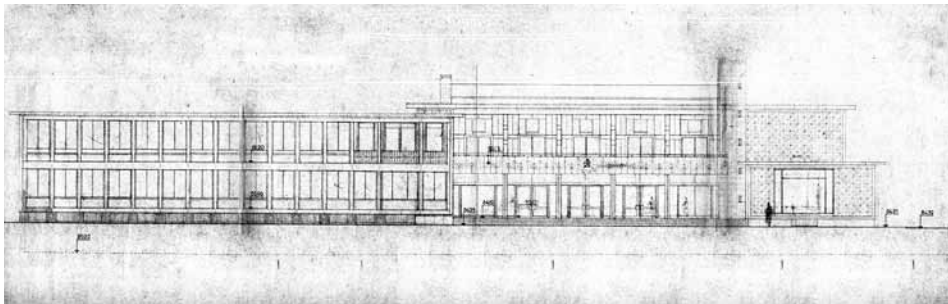
O programa do concurso, caderno de encargos e o projecto estão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, nos Serviços de Obras da Câmara Municipal de Santo Tirso e na Direcção de Urbanização do Distrito do Porto.

Paços do Concelho de Santo Tirso, aos 17 de Agosto de 1962.

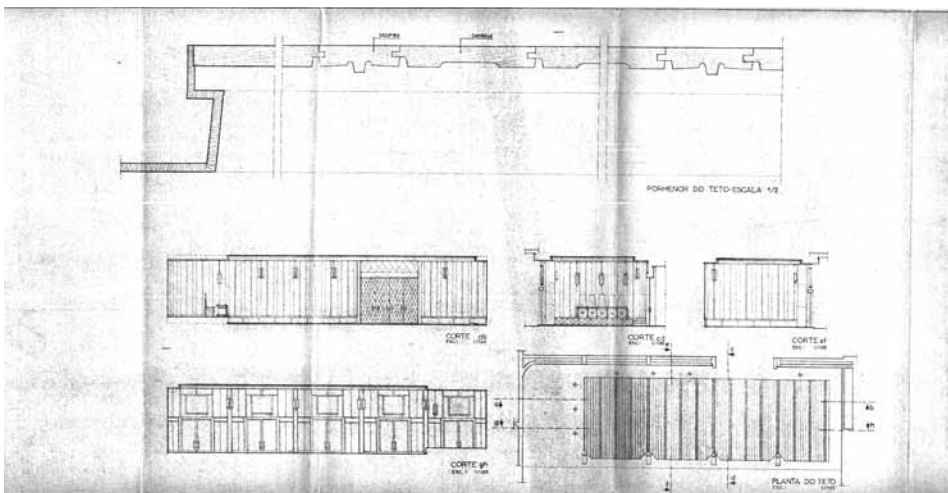
O Presidente da Câmara Municipal,
Delfio de Castro Cardoso Santarém (Dr.).

O conjunto resulta num magnífico espaço urbano, muito bem implantado no qual a construção está organizada em torno de uma praça central, invulgarmente aberta do lado nascente, circunstância que atribui à encosta do Monte de Nossa Senhora da Assunção o papel de um cenário. Esta praça, de desenho cuidado, possui ao centro uma fonte especialmente desenhada que se conjuga com o restante mobiliário urbano, bancos, luminárias e jardim, onde abundam espécies arbóreas exóticas. Do lado norte destaca-se o edifício da Câmara Municipal, cujo alçado voltado à praça se caracteriza pela horizontalidade e pela fenestração regular que, em grande parte da sua extensão, funciona independente da estrutura. Os azulejos, produzidos especialmente para este edifício, enquadram-se nas experiências arquitectónicas da época. Interiormente o edifício dos Paços do Concelho caracteriza-se pela generosidade dos espaços destinados ao público e pela qualidade dos materiais que, articulados por desenho expressivo, atingem maior evidência nos suportes de iluminação, nas escadas e guardas, e nos tectos e caixilharias do salão nobre.

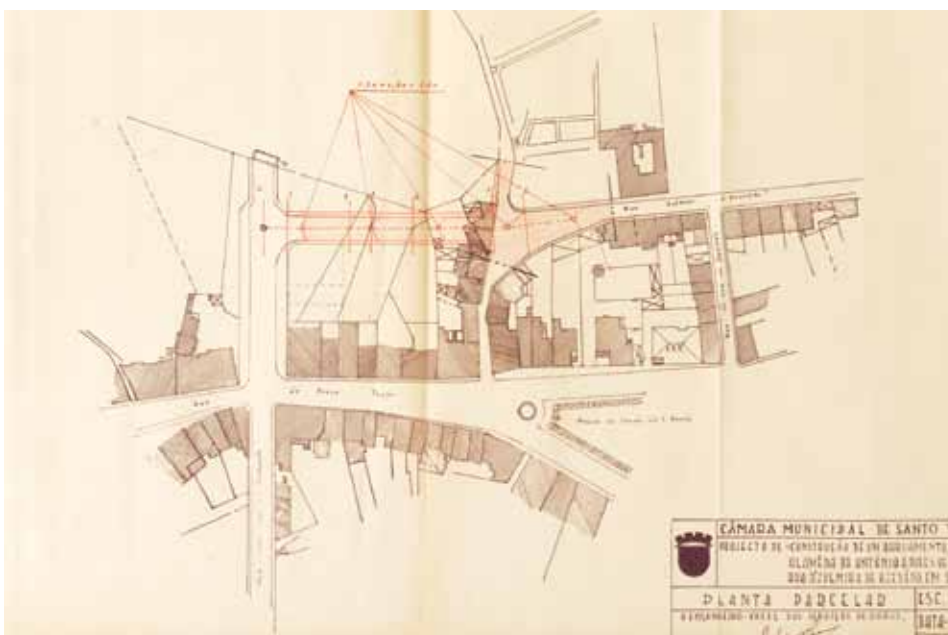




Edifício Paços do Concelho - Alçado Sul



Edifício Paços do Concelho - Salão Nobre



Projeto do Arruamento de Ligação da Rua António A. Pires de Lima à Rua Zulmira de Azevedo

Executado pelos Serviços Técnicos Municipais



Brochura com a localização de Santo Tirso no contexto regional

Aos anos oitenta remonta a abertura da Rua das Rãs. Esta via, projetada pelo GAT do Vale do Ave⁵², é anterior aos estudos do PDM e exemplo de desenquadramento urbanístico: com o objectivo de funcionar como variante à Rua Ferreira de Lemos, com um perfil transversal de estrada, com uma faixa de rodagem muito larga para as vias que comporta, sai de um ponto conflituoso, o cruzamento da Cristininha, atravessa uma área classificada de interesse público cortando-a em parte, a Quinta de Dinis de Cima e vem terminar na Praça Camilo Castelo Branco, outro ponto conflituoso. Para além disso não se articula com a malha urbana e não “faz cidade”. Algumas operações de embelezamento e de ordenamento de trânsito posteriores, ajardinamento das sobrelarguras e a Rotunda Timor Lorosae, deram-lhe um carácter mais acolhedor.

No final dos anos oitenta, em 1989, abre o troço da A3 que liga Santo Tirso ao Porto e ao nó de Cruz em Famalicão. Esta via, localizada a poente da cidade de Santo Tirso, veio criar a oportunidade de desenvolvimento de áreas industriais e de armazenagem na proximidade do nó. Foi elaborado o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Fontiscos para uma área de cerca de 10 hectares de terrenos expropriados que, depois de infraestruturados com apoio de financiamento comunitário (II QCA), foram postos no mercado. Para além desta, outras áreas de implantação de indústrias vieram a surgir, para as quais a Câmara foi desenvolvendo estudos urbanísticos de suporte. É particularmente importante na estruturação global desta zona a ligação do nó da A3 para norte até à Zona Industrial da Várzea que se veio a concretizar já no final dos anos noventa.

Em 1991, reabre finalmente, após remodelação a ponte sobre o Rio Ave, obra da responsabilidade da então Junta Autónoma das Estradas.

A execução do Plano Diretor e a assessoria urbanística permitiu ao município ganhar poder negocial e participar ativamente na discussão das conclusões da Operação Integrada de Desenvolvimento do Ave e das medidas que vieram a concretizar-se em sua consequência⁵³. Constan delas: as variantes à cidade de Santo Tirso cuja primeira fase de ligação à cidade (EM 556) se vêm a concretizar em 1993 e a segunda, prolongamento da variante à EN 104 e variante à EN 105, em Maio de 1995; as escolas C+S de São Martinho do Campo e Vila das Aves; e o programa de valorização do comércio tradicional PROCOM.

Este último já havia sido antecedido de uma operação pioneira de reordenamento de trânsito e de reabilitação urbana da área central da cidade de Santo Tirso, destinada a retirar o trânsito pesado de atravessamento do centro da cidade e a beneficiar os espaços pedonais.



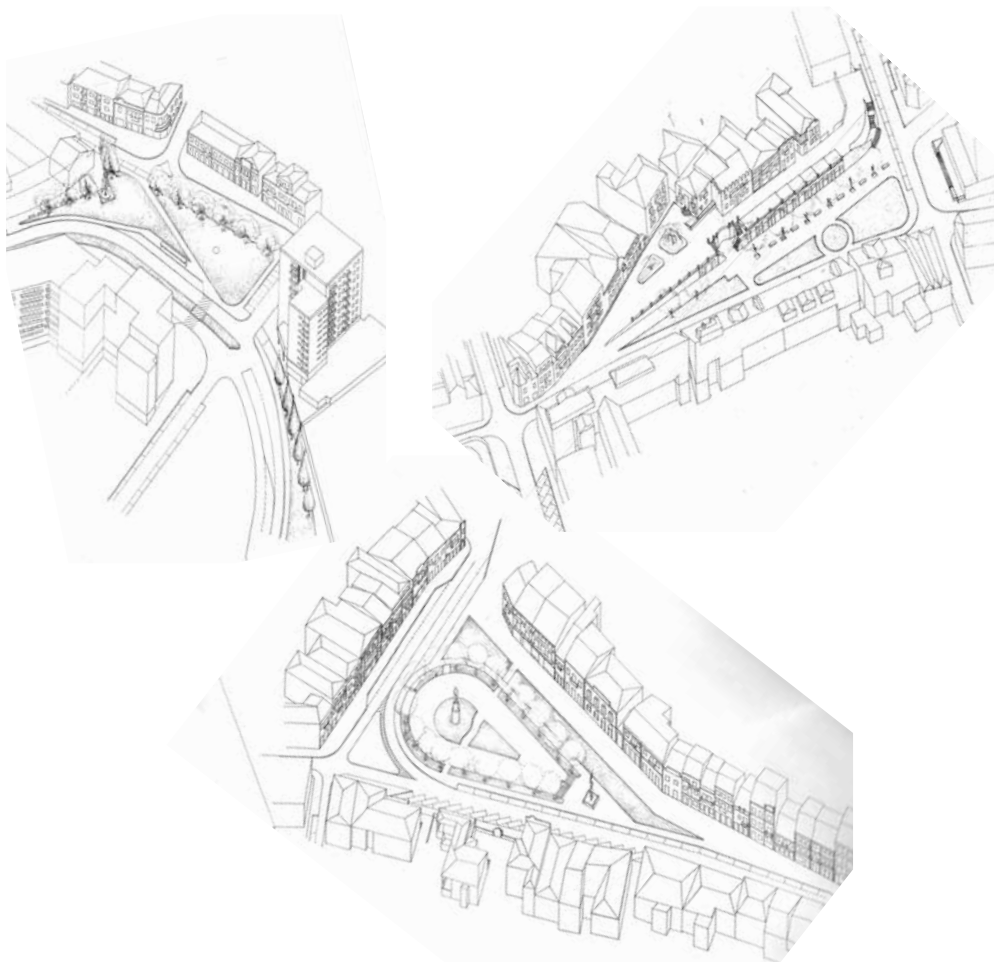
⁵² Estes gabinetes foram criados no pós 25 de Abril, na dependência das CCDR's, para prestarem apoio técnico a agrupamentos de municípios. Santo Tirso estava dependente do GAT do Vale do Ave que realizou e coordenou muitos dos técnicos para investimentos públicos entre os quais: o Centro Coordenador de Transportes, a Remodelação do Mercado Municipal e a VIM;

⁵³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 33 – A/94 de 17 de Maio que define investimentos e medidas de política para implementação das conclusões da OID, criada pelo governo em 1987, nas seguintes áreas: educação, emprego, transportes, indústria, ambiente, agricultura e turismo.

Reordenamento de Trânsito

A operação de reordenamento de trânsito no centro da cidade, realizada no início da década de 1990, teve como objectivo racionalizar os circuitos de passagem pelo centro da cidade, que correspondiam ao atravessamento da N105 entre o Porto e Guimarães e ligação à Trofa (N104). Este reordenamento veio a fazer mais sentido com a construção das Variantes a Santo Tirso e com as melhorias introduzidas pela abertura da Rua das Rãs. Desse processo resultaram evidentes mais-valias para o sistema pedonal do eixo central, por encerramento ao tráfego rodoviário das vias do lado poente dos Largo Coronel Baptista Coelho e Praça Conde São Bento e pela remodelação completa da Praça Camilo Castelo Branco.

Posteriormente, foi reavaliado este sistema e melhorada a circulação no anel envolvente à área central. Fazem parte desta melhoria a ligação da Rua do Picoto à Rua Zulmira de Azevedo e a recente remodelação da Praça General Humberto Delgado, Avenida Nuno Álvares Pereira e cruzamento do Tribunal assim como o reordenamento da Praça Camilo Castelo Branco cujo projeto arrancará a curto prazo.



Ainda no âmbito da requalificação urbana foram executados no final dos anos oitenta os parques de estacionamento envolventes à Câmara Municipal, concluindo o arranjo da envolvente a este edifício que tinha sido protelado pela localização nesta área de pavilhões pré-fabricados para funcionamento provisório da Escola Preparatória São Rosendo.

Iniciam-se em 1990, por proposta do escultor Alberto Carneiro, os Simpósios de Escultura Contemporânea em Santo Tirso, que viriam a dar corpo ao Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso. Este Museu, ao ar livre, é constituído por um conjunto de esculturas que se distribuem pelo espaço público. Esta é uma proposta pioneira, quer no conceito, quer no entendimento da arte, como coisa pública, que qualifica o espaço urbano. Aqui a arte é entendida como tal, antes mesmo de ser um meio para a qualificação urbana ou, como veio a afirmar-se mais tarde⁵⁴, como produto do *marketing* urbano. O Museu de Escultura Contemporânea ao Ar Livre, é um verdadeiro museu, composto de obras de elevada qualidade, concebido nesse pressuposto e, como tal, com valor em si mesmo. Inegáveis são os resultados, traduzidos nos comportamentos e conhecimento dos cidadãos e no contributo deste Museu para a história da arte contemporânea em Portugal.

Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso (MIEC)*

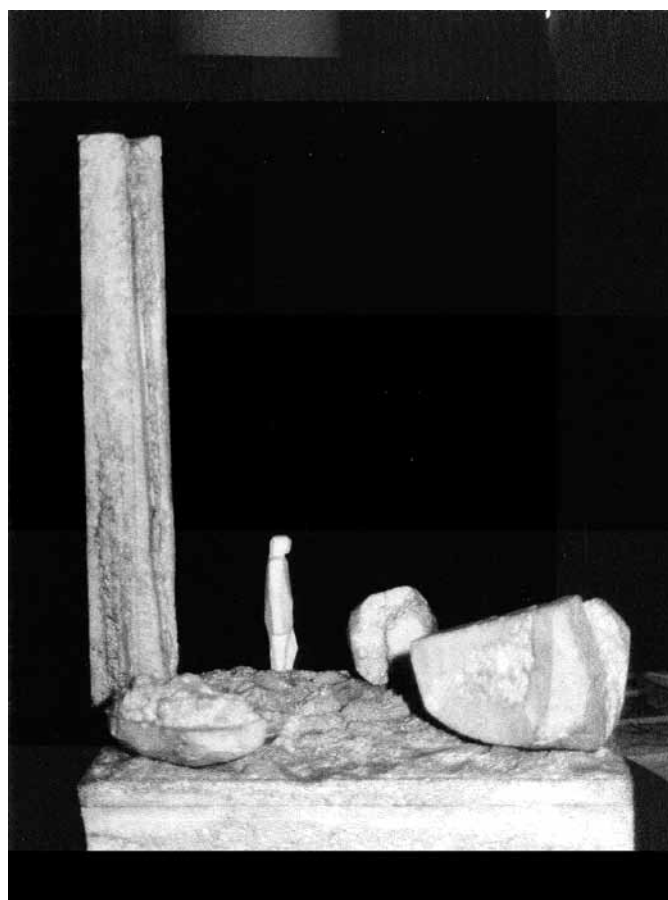
O Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso é constituído por um conjunto de esculturas realizadas por artistas nacionais e estrangeiros de prestígio internacional. Depois de concretizadas nos vários simpósios, as esculturas são depositadas em diferentes espaços públicos do município, os quais se determinam antecipadamente, para as diferentes peças poderem estabelecer uma relação com a envolvente paisagística. As obras são elaboradas a partir de materiais clássicos (como o granito típico da região) ou não convencionais (como o aço) e fazem parte de uma exposição permanente ao ar livre. Este Museu, único no país, possibilita o contacto directo do público com peças de arte, fazendo dos jardins novos espaços de comunicação através da escultura.



⁵⁴ “ É por tudo isso que a política dos espaços públicos intersticiais se multiplica no conjunto do território, aumentando o número dos seus hectares – também como consequência da introdução de estratégias de sustentabilidade no seu desenho- qualificadas, sistematicamente, pelo desenho urbano, a arte pública e o paisagismo.(...)”

O projecto do Museu nasceu da ideia conjunta da Câmara Municipal e o escultor Alberto Carneiro em realizarem, em Portugal, um encontro internacional de escultura. Desde 1991, a cidade de Santo Tirso acolhe o Simpósio Internacional de Escultura de Santo Tirso, reunindo artistas de todo o mundo que aqui esculpem as suas peças previamente projectadas. Os Simpósios são, deste modo, uma fonte de produção para o próprio Museu, que continuará a crescer pelos espaços públicos de Santo Tirso até 2015. Por outro lado, estes encontros proporcionam um intercâmbio internacional de ideias e uma permuta de técnicas e métodos através do trabalho que os escultores realizam em ateliê, perante o olhar do público interessado. Atualmente, com 43 esculturas, o MIEC_ST organiza-se em 5 núcleos principais: Parque D. Maria II e jardins adjacentes; Praça 25 de Abril; Parque dos Carvalhais; Praça Camilo Castelo Branco e Parque Urbano da Rabada. Serão inauguradas a curto prazo mais cinco esculturas no Parque de Rabada.

*Textos retirados da página web da Câmara e produzidos internamente no âmbito do Projeto de Sede do MIEC em curso.



Maqueta da escultura da autoria de Alberto Carneiro - Praça Camilo
Castelo Branco



AS NOVAS POLÍTICAS URBANAS DE SANTO TIRSO NO CONTEXTO REGIONAL

Com a adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia) em 1986, o país passa a dispor de fundos estruturais enquadrados em Quadros Comunitários de Apoio, que em muito contribuíram para o desenvolvimento e a ultrapassagem de défices de infra-estruturação e equipamentos públicos. A determinação governamental de fazer depender o acesso a esses fundos da existência de Planos Diretores Municipais aprovados, incentivou a sua execução e permitiu aos municípios dispor de documentos de planeamento orientadores de ação. O Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, que tinha sido iniciado em 1984, foi concluído em 1991 e ratificado pelo governo em 1994, após um longo processo de apreciação. Nos estudos de caracterização do PDM “Povoamento e Rede Urbana”, elaborado em 1988, dava-se conta do povoamento disperso no qual se liam três núcleos urbanos mais expressivos. Destaca-se pela importância administrativa, histórica e cultural, a sede do concelho, Santo Tirso. Chama-se a atenção neste texto para o facto de a cidade de Santo Tirso ser atravessada por três vias estruturantes de nível nacional, a EN 105, de ligação ao Porto e a Guimarães, a EN 104, de ligação à Trofa e a Vila do Conde e a EN 204 que liga a Vila Nova de Famalicão, facto que condiciona a qualidade de vida urbana.

Conclui ainda este relatório a “tendência recente de dispersão ao longo dos acessos secundários do concelho, que carece de medidas de planeamento por forma a evitar a criação futura de novos lugares eventualmente localizados em zonas menos propícias à sua implantação”⁵⁵.

No relatório do PDM, datado de 1991, são apontadas três vertentes de atuação: a reguladora, enquanto plano de ocupação de solo; a estratégica, enquanto definidora de princípios estratégicos a longo prazo, articulados com a administração central e em sintonia com as tendências detetadas; e a operacional, enquanto definidora e promotora de uma política efetiva de desenvolvimento socioeconómico. A esta última associa-se uma lista-gem exaustiva de ações, na sua maioria de responsabilidade municipal, que abrangendo áreas diversas, são essenciais para a concretização da estratégia que o Plano define. E o Plano define para o concelho o desenvolvimento equilibrado das várias unidades territoriais identificadas e o reforço da imagem e da centralidade da cidade de Santo Tirso. Este reforço será conseguido pela densificação urbana, a partir da rentabilização de espaços urbanos já infraestruturados e da colmatação de áreas centrais, e ainda pela terciarização, através da localização de equipamentos e serviços.

Analizada a lista de ações propostas no Plano conclui-se que, de facto, este Plano cumpriu os seus objectivos e foi, ao longo dos anos em que vigorou, o orientador da política municipal, uma vez que, na sua maioria, as opções e propostas vieram a concretizar-se.

Algumas delas ocorreram logo de seguida como a ampliação dos CTT (1992), a Central de Transportes (1993), a remodelação do mercado municipal (1995) e o quartel da GNR (1997), outras mais tarde.

De grande expressão para a definição da imagem da cidade e para a sua consolidação urbanística, é a concretização do Plano de Pormenor da Quinta de Gião. Identificada como uma área problemática, esta Quinta, localizada num ponto de charneira, entre o centro nobre e estruturado da cidade e a zona de crescimento informal de Sobregião, ocupada por comunidades de etnia cigana, veio a configurar uma solução em várias frentes: social, habitacional, ambiental e urbanística. Social e habitacional porque o realojamento da comunidade cigana efectuado, para além de acolher em melhores condições estas famílias, permitiu infraestruturar o espaço da Quinta de Gião para implantar uma nova área habitacional. Ambiental e urbanística porque permitiu ligar duas realidades urbanas diversas: a cidade histórica e os núcleos do Foral e de Sobregião. A localização de áreas livres na envolvente ao Rio Sanguinhedo, onde se programa um parque, permitem dar continuidade ao corredor verde ao longo das suas margens. Na periferia dessa área verde localizam-se alguns equipamentos públicos, entre os quais a biblioteca municipal.



⁵⁵ Pág. 16 do relatório 12 dos Estudos de Caracterização do PDM; 1988; CMST

Plano Pormenor de Gião

A 2 de Junho de 1976 a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia pronuncia-se favoravelmente sobre a “passagem a utilidade pública da Quinta de Geão”. Ainda em 1976 foi apresentada à Câmara Municipal por um grupo privado, uma proposta para urbanização da Quinta de Gião. Esta proposta veio a ser indeferida pela Circunscrição de Urbanização do Norte (CUN), que a considerou inadequada à execução do futuro Plano da Região do Porto (DL. 124/73).

Em 1986 a Quinta é adquirida pela CMST com o fundamento de interesse público. Inicia-se a elaboração de um Plano de Pormenor pela Cooperativa de Estudos de Arquitetura Planeamento e Engenharia (CEAPE), da qual era sócio o arquiteto Manuel Fernandes de Sá. Depois de um longo processo de elaboração e de aprovação o Plano de Pormenor definitivo, da autoria do arquiteto Rui de Sousa Louro, foi aprovado em Assembleia Municipal a 21 de Outubro de 1991 e ratificado pela Portaria nº 552/93, publicada em Diário da República nº 125, I Série B a 29 de Maio de 1993.

As infra-estruturas urbanas foram construídas pela Câmara Municipal que colocou posteriormente à venda os lotes criados (1998).

A área da Quinta, sujeita a Plano de Pormenor é de 21,5 ha. Localiza-se na proximidade ao Centro Urbano e tem condicionantes de ordem ambiental: é atravessada pelo Rio Sanguinhedo. Está ocupada por população de étnica cigana.

Tendo em conta as características morfológicas do terreno e a relação com a envolvente pré-existente a solução configura duas áreas:

- A primeira, com uma importância que ultrapassa o âmbito da área do Plano, é uma área de lazer que incorpora o rio e as suas margens. Prevê a ocupação com equipamentos desportivos e de lazer, tendo o rio como elemento estruturador, ao longo do qual surgirão os equipamentos e respectivas áreas de apoio. Nela vem a concretizar-se o Quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Biblioteca Municipal, para além da Associação dos Amigos do Sanguinhedo que ocupa a antiga casa da Quinta.

- A segunda, de encosta, que converge para o vale e que se desenvolve a Sul, Sudoeste e Norte, onde se propõem a localização das construções, com uma solução relativamente densificada de forma a compensar a vasta área destinada a zona verde no vale.

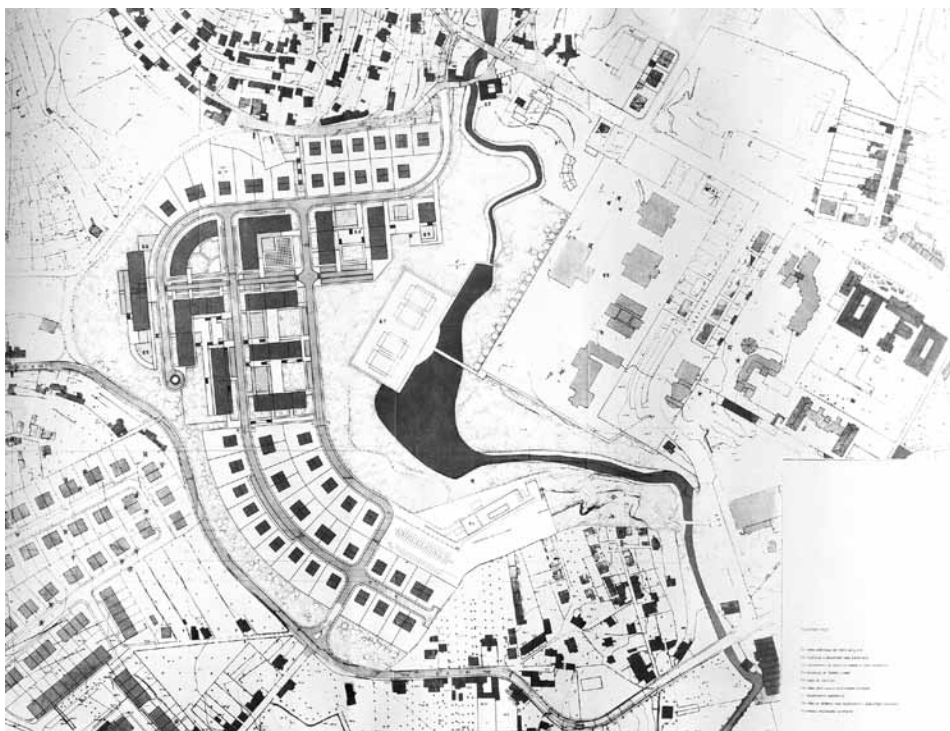
Na sua versão completa o Plano prevê a criação de espaços urbanos, ruas e praças, implantadas no respeito pela topografia local.

São adoptadas tipologias de habitação, colectiva em bloco ou habitação unifamiliar germinada ou isolada.

Os blocos de habitação colectiva localizam-se na zona central, de forma a reforçar o sentido de anfiteatro voltado ao vale, posicionando os conjuntos de forma a privilegiar a relação com o rio. A habitação unifamiliar divide-se em dois núcleos localizados nas zonas de maior pendente, de forma a estabelecer a transição de escala entre as tipologias da envolvente próxima e os conjuntos de blocos propostos.

O Plano de Pormenor de Gião configura uma situação exemplar, construída sob a metodologia mais ortodoxa do planeamento territorial. A Câmara Municipal, expropria, planeia, projeta, infraestrutura e coloca a área urbanizada no mercado. Este procedimento só foi possível porque: a área era de um só proprietário; a Câmara possuía recursos para proceder à aquisição; a Câmara recorreu a fundos comunitários para a execução das infraestruturas.

No entanto a quebra na procura de lotes para a construção urbana, provocada pela atual crise do imobiliário, conduz a que o plano esteja com apenas cerca de cinquenta por cento de ocupação o que se reflete na consolidação da imagem e do espaço urbano. Também a ausência de construção do parque contribui para esta situação.



Para além desta o PDM assinala ainda, como áreas de expansão urbana preferenciais, a encosta nascente da cidade e o Juncal/Poupa.

Como já se disse anteriormente a participação da equipa que estava a fazer o PDM na gestão urbanística, mas também a sua aproximação às entidades responsáveis por programas mais integrados, caso da OID do Ave e dos Programas Operacionais Regionais, PROAVE e PRONORTE, respetivamente do I e II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), para atribuição de fundos comunitários, deu os seus frutos. Aliás estes instrumentos de financiamento eram identificados no Relatório do PDM como condicionadores das políticas municipais, mas também como possibilidades para a sua execução⁵⁶.

Durante a vigência do II QCA, entre 1994 e 1999, para acesso a este e a outro programa, de âmbito nacional destinado a financiar ações para reforço do sistema urbano nacional, o PROSIURB, foram as cidades médias, ou os sistemas de cidades, obrigados a elaborar Planos Estratégicos.

Em 1995, a AMAVE encomenda o PESUVA, Plano Estratégico do Sistema Urbano do Ave que abrange os centros urbanos mais importantes, nomeadamente as cidades de Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Fafe, e ainda, uma rede de centros urbanos de menor importância, de que faziam parte, no caso do município de Santo Tirso, a Trofa e Vila das Aves. A elaboração deste Plano rentabiliza outros instrumentos de planeamento, nomeadamente o PDM e os Planos Estratégicos do Vale do Ave⁵⁷.

São objetivos do PESUVA a consolidação do modelo urbano do Ave, enquanto modelo policêntrico e, conseqüentemente, o reforço da identidade e diversidade de cada um dos seus polos urbanos. Por isso muitas das ações previstas referem-se à qualificação das cidades e das vilas adoptando medidas de planeamento e desenho urbano, destinadas a reforçar a estrutura e a imagem. De notar que na sua maioria os investimentos previstos no PESUVA vieram a concretizar-se, com apoios comunitários e nacionais: a Biblioteca Municipal, o Pavilhão Desportivo Municipal e a Remodelação da Piscina Municipal, estas últimas integradas no Complexo Desportivo Municipal; a Promoção Habitacional na Quinta de Geão, após execução do Plano de Pormenor; a Reabilitação do Parque D. Maria II; o Plano de Urbanização das Margens do Ave; a Rectificação da EN 104, Santo Tirso/Trofa; e a Rede de drenagem de águas residuais de Santo Tirso. Em Vila das Aves executaram-se a rede de saneamento, a passagem inferior à linha de caminho-de-ferro, a Unidade de Saúde e o Centro Cultural.

Ficaram apenas por realizar o Centro Cultural de Santo Tirso e a Variante à EN 204-5 em Vila das Aves.

À realização de obras avulsas sucedem-se outras que ganhando uma dimensão estratégica contribuem decisivamente para o reforço do sistema urbano.



⁵⁶ “ O andamento do PROAVE condicionará e determinará em certa medida , a margem de manobra dos futuros executivos camarários, uma vez que os compromissos assumidos nesse programa irão absorver grande parte dos recursos financeiros disponíveis” pág. 45 do Relatório do Plano Director Municipal; CMST, 1991

⁵⁷ Planos encomendados pela AMAVE para os municípios que a integravam.

Pela primeira vez, desde a década de cinquenta, assiste-se à produção de solo urbanizado, de iniciativa pública e privada, de um modo controlado e coordenado. Já falámos da Quinta de Geão que, sendo um projeto de iniciativa pública, já estava em desenvolvimento aquando da elaboração do PDM, mas que só terminou 1998, data em que se iniciou a ocupação urbana.

De iniciativa privada infraestrutura-se nos anos 90 a Quinta das Rãs, com ocupação mista de tipologias de habitação unifamiliar e multifamiliar. Também de iniciativa privada, mas tendo como princípios de estrutura urbana uma matriz desenhada pelos serviços municipais, o loteamento localizado na encosta nascente da cidade vem, no final dos anos noventa e primeira década de 2000, a constituir a principal bolsa de terrenos urbanizados na cidade. Esta área usufrui de condições paisagísticas de exceção e de uma grande proximidade ao centro cívico e a zonas de concentração de equipamentos públicos. Com a abertura da ligação da Rua do Picoto aos Carvalhais e, a sul, à Rua Ferreira de Lemos, no final da primeira década do século XXI, esta zona integrar-se-á estruturalmente no centro da cidade, alargando o seu perímetro.

Continua no entanto a verificar-se uma dicotomia entre a qualidade de desenho e construtiva das áreas de expansão internas ou próximas do centro da cidade histórica e as realizadas na sua periferia, ainda que próxima. São disso exemplo o desenvolvimento dos núcleos do Juncal, da Poupa e da Ermida, que consolidando ou expandido os assentamentos caóticos do Pós 25 de Abril, não tiveram capacidade de os regenerar e requalificar. Algumas operações de construção de habitação a custos controlados (CDH), com recurso a tipologias de habitação coletiva, que poderiam ter funcionado como novas centralidades a nível local, não chegaram a concluir-se e os que se construíram não revelam a qualidade necessária para induzir processos de requalificação.

A renovação da Linha Ferroviária de Guimarães e construção da Nova Ponte sobre o Ave (2004) vem alterar os contornos da cidade abrindo-a para norte. Esta ligação vem facilitar a conexão com as freguesias de além rio, dando saída à Rua Oliveira Salazar, onde se localiza a ex-Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, entretanto adquirida pela Câmara. A construção de um novo arruamento de ligação entre a Ponte Nova a Rua Albino de Sousa Cruz, vem facilitar esta ligação e configurar uma nova área de expansão urbana.

Biblioteca Municipal

Em Julho 1991, a Câmara Municipal decide abrir um concurso limitado de arquitetura com o objectivo de contratar a elaboração de um projeto de uma biblioteca para se candidatar ao programa de apoio à rede de Bibliotecas Municipais promovido pelo então Instituto Português do Livro e da Leitura.

O local escolhido para a localização deste equipamento foi a Quinta de Gião, para a qual estava já elaborado, mas ainda não aprovado, um Plano de Pormenor, o que vem a acontecer em 1993.

A adjudicação do projeto é feita em 1991 aos arquitetos vencedores do concurso Maria Manuel Oliveira e Pedro Mendo.

Não existe qualquer relatório do júri que explicita as razões para a escolha deste projeto. No entanto a memória descritiva que integra o programa base apresentado ao concurso, refere que a implantação do edifício pretende responder a várias questões: fazer com que o edifício funcione com fronteira entre a área construída e o parque urbano; implantar o edifício de modo a permitir uma relação funcional com a Escola Secundária D. Dinis (que vem a estabelecer-se através de ponte pedonal); valorizar a relação visual com o Parque; marcar a sua presença discretamente na paisagem.

O edifício é composto por um volume único do qual se destaca no extremo nascente, sem se autonomizar, o auditório. Caracterizam-no a extensa parede de xisto, que percorre todo o alçado sudoeste, que faceia com as áreas de circulação pedonal. Do lado oposto, o alçado para o parque abre-se generosamente. Internamente a organização do programa é equilibrada, destacando-se a sala do conto que, mais livre na forma e na cor, introduz um apontamento lúdico.

A obra foi adjudicada 3 de Julho de 1996 à empresa Expograno, SA pelo valor de 320 942 720\$00. Foi financiada pelo IBL (Instituto da Biblioteca e do Livro, através de contrato-programa, pelo Pronorte e pelo orçamento municipal.

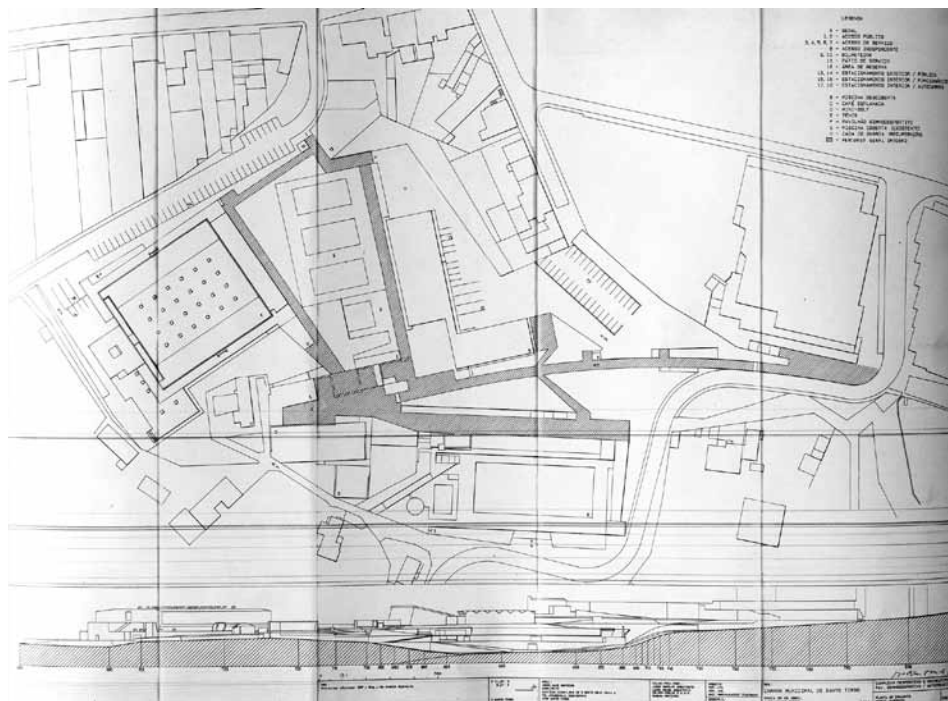
Foi inaugurada a 18 de Novembro de 2000.

Complexo Desportivo Municipal: Pavilhão, Polidesportivo e Piscina

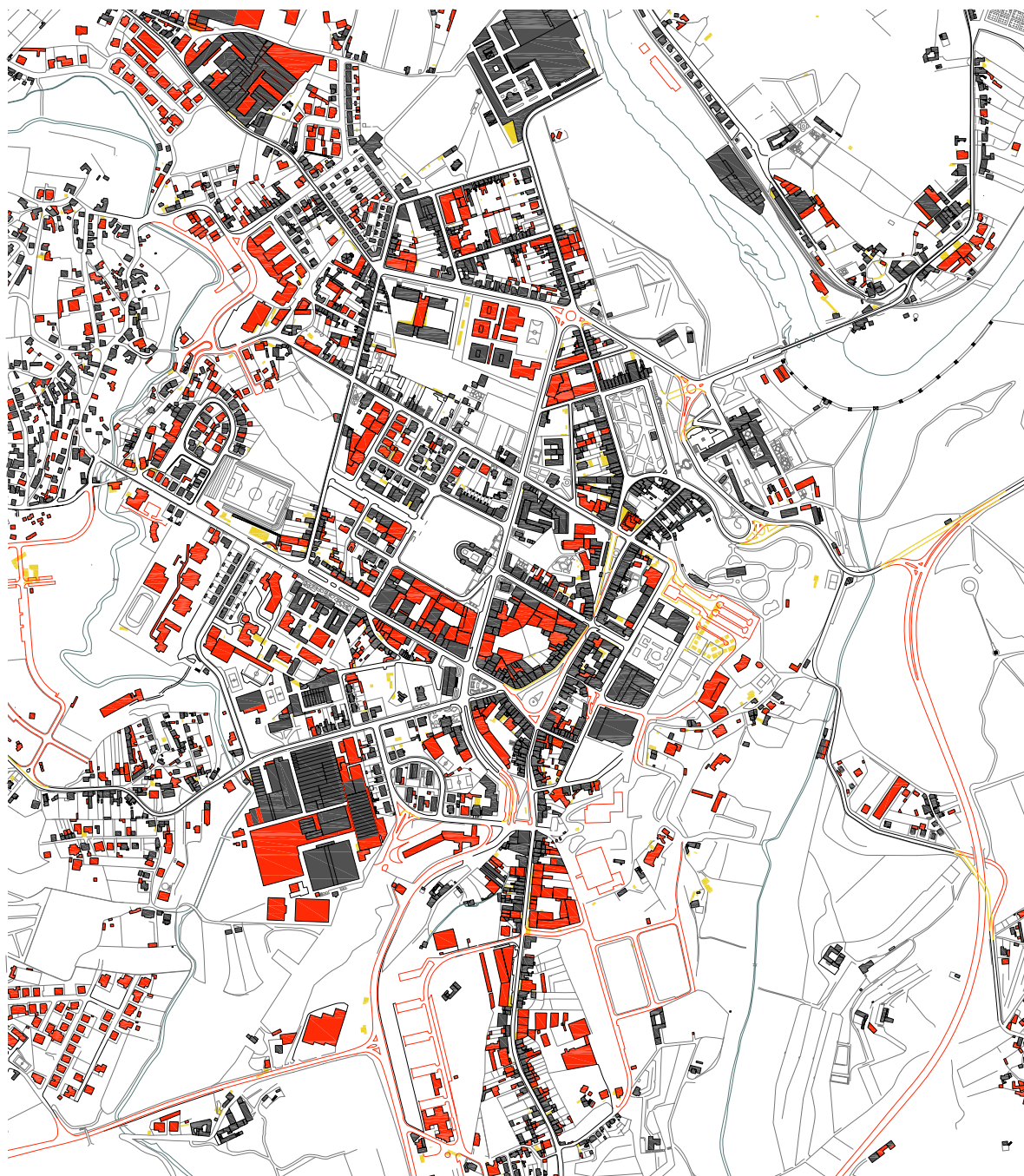
O complexo desportivo municipal resulta de um projeto conjunto concebido na sequência de um concurso público de arquitetura realizado em 1985, do qual saiu vencedor o arquiteto Jorge Nuno Monteiro. No local já existia uma piscina municipal construída segundo um projeto tipo da autoria do arquiteto Branco Ló e inaugurada em 1983. O projeto vencedor do concurso integrava esta piscina e propunha uma outra, de ar livre, campos de ténis, pavilhão, bar/restaurante e ainda um Centro de Apoio ao Desporto Local. Com o tempo o programa foi sendo alterado.

O primeiro edifício a ser construído foi o Pavilhão Desportivo Municipal, inaugurado em 2002, ao qual se seguiu o polidesportivo de ar livre, inaugurado em 2009. Recentemente foi feita a remodelação integral da Piscina Municipal, inaugurada a 7 de fevereiro de 2013. Estas obras foram feitas com o apoio de fundos comunitários e nacionais.

O conjunto tem uma localização excecional que lhe confere a oportunidade de usufruir da magnífica paisagem da encosta nascente da cidade. Destaca-se o cuidado tido na implantação dos edifícios e dos espaços específicos que, adaptando-se à topografia, não descoram a integração no contexto urbano. É disso particular exemplo o Pavilhão que tende, devido particularidade de ser uma grande massa construída, a impor-se na paisagem. A opção de localização e o movimento do volume, sublinhado pelas escadas destacadas, contribui para a diluição e elegância formal.



Planta de conjunto - Versão com o programa inicial



Planta comparativa 1979 - 1999

Esta planta foi construída a partir da comparação dos levantamentos aerofotogramétricos de 1979 a 1999. Foram novamente identificadas a vermelho as construções que foram entretanto construídas e a amarelo as demolições mais expressivas. A quantidade de produção de solo urbano, visível nos arruamentos urbanos construídos, na melhoria das acessibilidades e na construção de edifícios, é impressionante. A cidade explodiu interna e externamente. Intuitivamente (não foram feitas análises rigorosas sobre o tema) podemos dizer que a construção mais que duplicou. **Factos mais importantes:** Construção da Rua das Rãs; Construção das variantes a Santo Tirso e do novo acesso à cidade; Infraestruturas e construção da Quinta de Vilalva; Infraestruturas da Quinta de Geão; Infraestruturas da Quinta das Rãs; Infraestruturas da Quinta do Orgal; Demolição do Hotel Cinay e construção de prédio no mesmo local; Central de Camionagem; Complexo Desportivo Municipal: Piscina; Hotel Cidnay; Densificação dos quarteirões habitacionais e das áreas industriais

VI

SANTO TIRSO NA ATUALIDADE

Após o *boom* construtivo da primeira década do século XXI, para o qual contribuiu o período florescente da economia europeia e a disponibilidade de fundos comunitários, assiste-se, nos últimos anos, a uma forte retração do sector imobiliário e do investimento público, com repercussões na imagem e na gestão do território e das cidades.

Estas convulsões do mundo económico e financeiro acentuam a necessidade de alteração dos princípios nos quais até agora assentavam o ordenamento do território e o planeamento urbanístico, pondo em causa os métodos e instrumentos tradicionais e focando-se mais nas práticas de gestão de consensos e oportunidades. Este processo de planear e gerir, que já era praticado em Santo Tirso, ganha uma nova atualidade.

Hoje o planeamento tem que contar como trabalho em rede, com o pressuposto das parcerias e com a alteração de foco da construção para a gestão. Os processos são mais complexos, porque mais participados, mas também por isso mais ricos. De um urbanismo extensivo, construído através da desmultiplicação de modelos e de suportes, passou-se a um urbanismo intensivo, virado para a reabilitação urbana. Começam a fazer parte das políticas públicas outros conceitos como o de regeneração ou de sustentabilidade que, para além dos aspectos físicos, implicam processos de envolvimento social, económico e cultural.

Os instrumentos de financiamento apelam e obrigam ao envolvimento de parceiros tanto na formulação dos projetos como na sua concretização. Em Portugal o primeiro instrumento para a Política de Cidades foi o Programa Polis, criado no âmbito do III QCA, em 2000. O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007/2013 veio confirmar este programa, criando o POLIS XXI, que foi distribuído por vários programas integrados nos Planos Operacionais Regionais, no caso do norte a ON2 e o Programa Operacional de Valorização do Território (POVT).

São estes instrumentos que induzem o salto qualitativo da cidade de Santo Tirso nos últimos anos e que permitem finalmente a concretização integrada de alguns dos instrumentos de planeamento mais importantes para o concelho, nomeadamente o Plano de Urbanização das Margens do Ave.

Mas o que se passa com a regeneração urbana também se passa a nível setorial: os investimentos na ação social, na educação, na saúde, na justiça e na cultura, têm que estar enquadrados em programas integrados, que conjuguem entidades e competências, e ser geridos com envolvimento de parceiros.

Depois de uma primeira geração de obras de reabilitação urbana realizadas em Santo Tirso e nos restantes centros urbanos com particular relevo para Vila das Aves, programam-se novas intervenções, cujo objetivo ultrapassa o desenho de espaço público, para o considerar como lugar de manifestação e de vida urbana, enquadrando-o com intervenções no edificado e no seu conteúdo.

Esta nova etapa de intervenções inicia-se com a Avenida São Rosendo, Largo Domingos Moreira, Ruas A.A Pires de Lima e José Luís de Andrade, Rua do Picoto e mais recentemente com a Praça General Humberto Delgado e envolventes ao Tribunal. Esta primeira fase de intervenções concluir-se-á com a Praça Camilo Castelo Branco. Centradas na valorização dos espaços pedonais e cicláveis, reduzindo as barreiras arquitectónicas, estas requalificações contribuem para o processo de regeneração urbana.

Mas o processo mais emblemático da nova era é a Regeneração das Margens do Ave. Processo exemplar na metodologia, iniciado com um plano municipal de ordenamento do território aprovado e publicado, o já referido Plano de Urbanização das Margens do Ave, deu origem a um contrato de parceria que, envolvendo entidades públicas e privadas, foi ganhando corpo, tornando-o um projeto de cidade.

Integrada na PRU (Parceria para a Regeneração Urbana), a Fábrica de Santo Thyrsó é o exemplo mais significativo deste novo modo de intervir no território: já não basta o contentor – é necessário pensar e desenvolver o conteúdo. Em projetos desta natureza, fora da área tradicional de atuação dos órgãos do poder local, há que encontrar formas de relação com outras instituições e com a sociedade civil, sob o conceito da governança.

Parceria para a Regeneração Urbana (PRU)

A Parceria para a Regeneração Urbana – revitalização e qualificação das margens do Ave na cidade de Santo Tirso (PRU-Margens do Ave) une várias entidades em torno de um objectivo comum: a regeneração urbana das Margens do Ave. Foi uma operação financiada pela ON2 (Operação Norte) do Programa Operacional Regional do Norte. Insere-se numa tipologia de projetos integrados, que devem complementar ações físicas com imateriais e envolver obrigatoriamente vários parceiros, públicos e privados. Esta Parceria fundamenta-se no Plano de Urbanização das Margens do Ave.

O Rio Ave esteve durante muitos anos sujeito a processos que o degradaram. Hoje a realidade é bem diferente: o rio está despoluído e foram encontradas novas soluções para a região do Ave.

A Câmara Municipal é a promotora da candidatura e consequentemente a responsável pela Parceria para a Regeneração Urbana, que reúne a Direcção Regional da Educação do Norte – Escola Profissional Agrícola Conde São Bento, o Café do Rio, a Fundação Santo Thyrsó e a Associação Recreativa da Torre.

A união de entidades nesta Parceria tornou possível uma intervenção de 10 milhões de euros, em 251 ha ao longo de 3,5 km de frente ribeirinha, no centro da cidade de Santo Tirso.

A intervenção na frente ribeirinha engloba não só obras físicas mas também um programa de animação continuado no tempo.

As obras realizadas no âmbito são:

NAVE CULTURAL | FÁBRICA DE SANTO THYRSO: espaço destinado a acolher actividades como Concertos/Festivais, Teatro/Dança/Performances, Exposições e Instalações, Feira/ Parque de Exposições, Eventos Sociais e Eventos Técnico/científicos (conferências, seminários e workshops). Foi mantida a memória arquitectónica do espaço. Na Nave integra-se o Centro Interpretativo que relembra o passado fabril articulando-o com o futuro e com o Quarteirão Cultural em execução na Fábrica. Este novo pólo tem ainda disponíveis espaços de restauração, espaços comerciais e de lazer que animam a frente de Rio que será totalmente requalificada.

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O sequeiro e eira da Escola Profissional Agrícola Conde São Bento vão ser adaptados a auditório, área expositiva e Centro de Interpretação Ambiental. A criação deste Centro tem como objectivo reforçar a informação e a comunicação dos valores ambientais, no seio da escola, e sensibilizar os visitantes para as prementes questões ambientais, através da realização de acções de educação e sensibilização ambiental. Vai ser criado um laboratório de análise de água, um laboratório de observação microscópica e uma pequena biblioteca/mediateca temática no espaço do Centro de Interpretação Ambiental. O auditório destina-se à realização de conferências, actividades de formação, acções de intercâmbio pedagógico e será aberto à comunidade local.

ESCOLA PROFISSIONAL DE HOTELARIA

Junto ao sequeiro, onde se localizará o Centro de Educação Ambiental, na casa do caseiro, vai nascer uma escola/restaurante e uma pequena área para escola/hotel, que irá enriquecer o projecto educativo da Escola. Este aumento considerável da oferta formativa, em áreas de crucial importância para a região, como é a restauração e a hotelaria, será também uma mais-valia na prestação de serviços à comunidade. No mesmo espaço será instalado um agradável restaurante com vista para o Rio Ave.

PASSEIO DOS FRADES

O Passeio do Frades integra-se no conjunto do Mosteiro Beneditino e respectiva cerca, classificado como Monumento Nacional e associado à génese da cidade de Santo Tirso. Esta interessante e valiosa estrutura foi alvo de uma intervenção de recuperação, fundamental para assegurar a sua conservação e estabilidade. A intervenção possibilita o usufruto deste belíssimo percurso ribeirinho, contribuindo assim para um dos grandes objectivos desta estratégia de regeneração urbana que é a reaproximação da cidade de Santo Tirso do Rio Ave.

PASSEIO DAS MARGENS DO AVE

Passeio que liga o Parque Urbano de Rabada à cidade. As margens do Rio Ave foram requalificadas ao longo de 1,4 km – extensão do percurso através do qual é possível passear, correr ou andar de bicicleta, tendo como cenário a agradável paisagem de Santo Tirso. O desenho adoptado, elevando a plataforma de circulação do solo, permite uma melhor defesa do ambiente e uma maior harmonia entre o homem e a natureza.

PARQUE URBANO DE RABADA

A intervenção no Parque melhorou as condições de usufruto deste já tão agradável local. Foram renovadas algumas das estruturas existentes e equipadas áreas, para apoio ao desporto informal e à recreação, em particular dos mais novos, através da construção de um parque infantil. Está ainda previsto o reforço e a renovação das áreas ajardinadas e a melhoria da iluminação. Em construção, já fora do âmbito desta candidatura, mas integrado na mesma estratégia de regeneração, está uma área desportiva que irá complementar a oferta do Parque.



- FÁBRICA DE SANTO THYRSO
- CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- ESCOLA PROFISSIONAL DE HOTELARIA
- PASSEIO DOS FRADES
- PASSEIO DAS MARGENS DO AVE
- PARQUE URBANO DE RABADA

Fábrica de Santo Thyrso

A Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrso foi uma das mais emblemáticas fábricas do Vale do Ave, coração da Indústria Têxtil e do Vestuário português, tendo empregado nos seus tempos áureos mais de mil trabalhadores. Por este motivo existe ainda hoje uma forte ligação sentimental da população para com este espaço. Pioneira no desenvolvimento industrial da região, esta fábrica não resistiu às mudanças estruturais do sistema económico que, nos anos oitenta, colocaram desprotegidamente as nossas indústrias no mercado global. Fechou as suas portas em 1990.

Ultrapassando as suas competências estritas a Câmara iniciou um longo processo para a aquisição deste património aceitando o desígnio de manter viva a memória e a identidade colectivas.

A requalificação da Fábrica de Santo Thyrso enquadra-se numa intervenção de regeneração urbana mais alargada que visa tornar as frentes ribeirinhas do rio Ave um espaço de sociabilidade e fruição para todos os habitantes, turistas e visitantes de Santo Tirso, ao qual se associa a promoção de atividades culturais e económicas, criativas, urbanas, inovadoras e diferenciadoras.

É neste espaço e neste contexto, de elevado simbolismo e de projetado dinamismo, que está a ser concretizado o Quarteirão Cultural e Criativo e de desenvolvimento de negócios inovadores, agora designado “Fábrica de Santo Thyrso”.

O Quarteirão integra dois espaços para fixação de empresas, a incubadora de base tecnológica e a incubadora de moda e design, a nave dedicada a manifestações de vários tipos e naturezas, o centro interpretativo, espaços comerciais e espaços exteriores de uso público.

A Incubadora de Moda e Design

Possui espaços para incubação de empresas e projetos, laboratórios e equipamento com tecnologias avançadas que dará apoio aos incubados e prestará serviços para o exterior.

Inclui ainda áreas de formação.

O projeto foi financiado pela ON2 no âmbito do Sistema de Apoio ao Cluster das Indústrias Criativas – Infraestruturas (SACIC-IF)

Investimento total elegível de 4.121.010 €,

Incubadora de Base Tecnológica

A funcionar desde janeiro de 2009, tem capacidade para acolher 14 empresas.

Área: Cerca de 1.000 m²

Projeto financiado pela Medida 5.1 – Dinamização dos Sistemas Tecnológico, da Formação e da Qualidade – Criação de Novas Infraestruturas do PRIME, com um investimento total elegível de 1.725.925 €.

Nave Cultural e Industrial

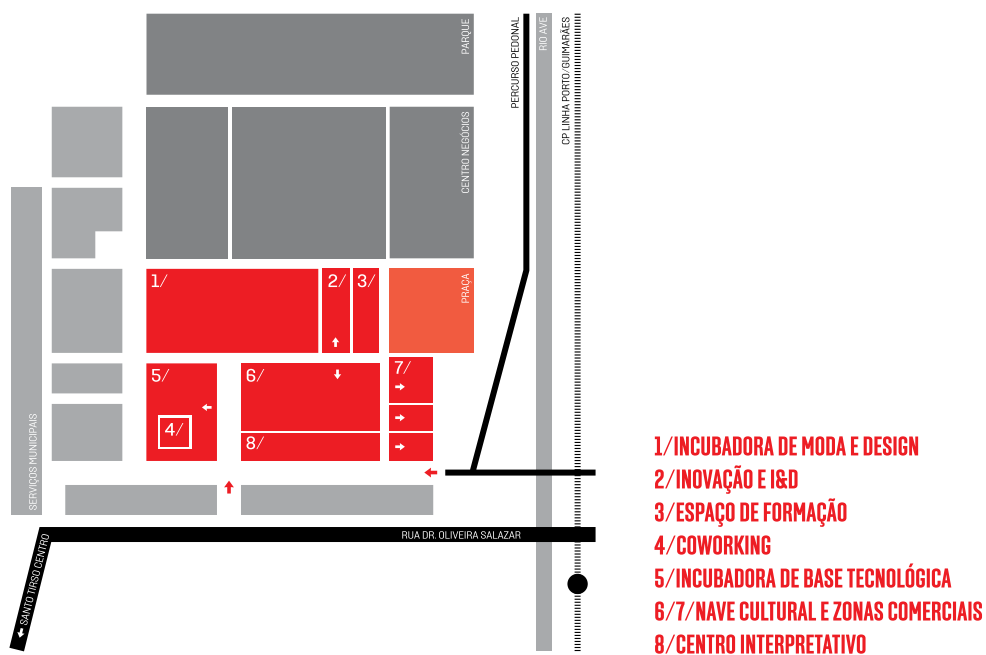
Espaço multifuncional destinado a acolher atividades de natureza diversa: concertos, exposições, Conferências, eventos de moda, etc, inaugurado em Outubro de 2012.

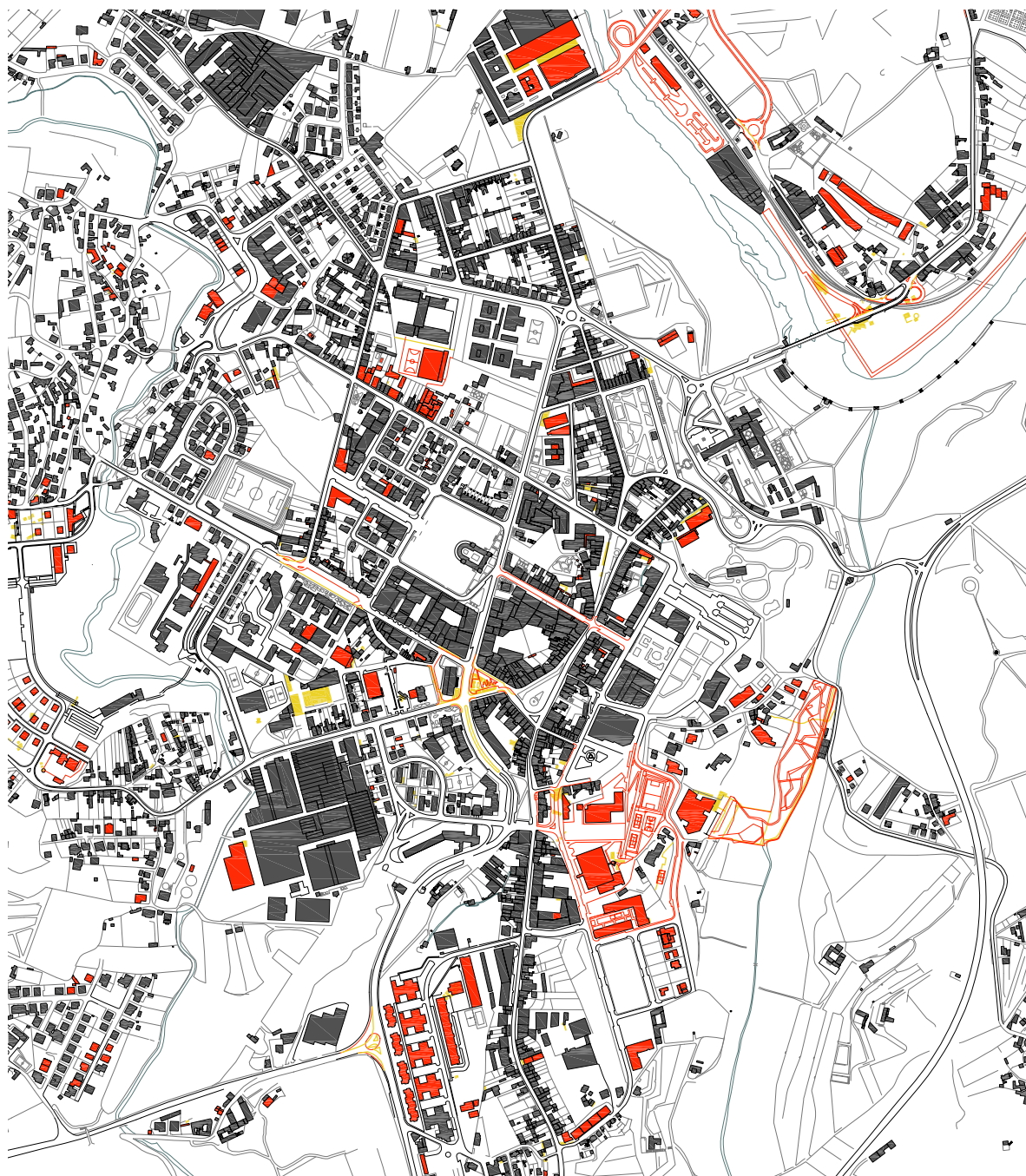
Área: 2.200 m². Contempla ainda um Centro Interpretativo e 4 espaços comerciais/restauração.

Investimento: 2.472.249 €, financiados pela ON2 - PRU

A frente de rio

Descrição: Tratamento paisagístico da frente de Rio integrado nas obras de regeneração urbana da PRU.MARGENS DO AVE





Planta comparativa 1999 - 2013

Esta planta foi construída a partir da comparação dos levantamentos aerofotogramétricos de 1999 com a atualização que vem sendo feita pelos serviços técnicos da câmara. Foram novamente identificadas a vermelho as construções que foram entretanto construídas e a amarelo as demolições mais expressivas. Verifica-se um decréscimo do incremento construtivo. A menor expressividade dos vermelhos é reflexo por um lado da crise económica e por outro da alteração de políticas de urbanismo extensivo para urbanismo intensivo. Com isto queremos dizer que as políticas públicas se centraram na qualificação dos espaço urbano mais do que na produção de novas áreas para urbanizar. **Factos importantes:** Nova Estação de passageiros e remodelação da Linha de Guimarães; Nova Ponte sobre o Ave; Ligação da Nova ponte à EN204; Início do processo de Requalificação da Fábrica de Santo Thyrsó; Novo Centro de Saúde em Vilalva; Conclusão do Complexo Desportivo Municipal; Qualificação da envolvente ao Tribunal; Ligação da Rua Zulmira de Azevedo à Rua do Picoto; Portugal Telecom; Pru Margens do Ave - aproximação ao Rio; Remodelação da Escola Tomás Pelayo; Novo Quartel de Bombeiros Voluntários de Santo Tirso.

VILA DAS AVES

Aglomerado marcado pelo desenvolvimento industrial e pela existência de grandes unidades fabris, a freguesia de Vila das Aves foi integrada no município de Santo Tirso em 1879⁵⁸. Nessa data contava com 243 fogos, a que correspondem 934 habitantes de ambos os sexos. O município de Santo Tirso tinha, nessa data, 21.539 habitantes.

A inauguração da linha de caminho-de-ferro em 1883 veio incentivar o desenvolvimento de Vila das Aves, ao permitir o transporte de passageiros e de mercadorias até aos principais centros urbanos do concelho e da região, Vizela, Guimarães e Porto, conectando com a linha do Minho em Lousado.

O transporte de mercadorias é muito importante para o escoamento de produtos das unidades industriais, sobretudo da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, a primeira unidade a ser implantada no Vale do Ave, em 1845. Esta Fábrica, considerada a “Rainha das Fábricas Portuguesas”, teve vários sócios fundadores, dos quais se destacam António José Cabral e Eugénio Cauchoix, engenheiro francês que, teve a seu cargo a montagem da linha de produção e a compra e manutenção das máquinas.

A Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela laborou até 2004 e foi o principal polo de desenvolvimento da Vila. Para além da atividade produtiva própria, induziu o aparecimento de outras unidades industriais e protagonizou o desenvolvimento de políticas e serviços sociais e culturais. Durante a década de quarenta foram feitas obras de renovação da área fabril, com uma arquitetura de matriz modernista, que se conservaram até ao seu fecho. Em 1950 a fábrica empregava 3000 pessoas⁵⁹.

Este desenvolvimento económico e social não teve correspondência na configuração urbanística do aglomerado. Em 1928, o Presidente da Junta de Freguesia, João Bento Padilha, num artigo publicado no Diário do Minho dava conta das principais carências da freguesia que se centravam na melhoria das comunicações rodoviárias, ligação a Riba’Ave, nas necessidades de equipamento, sobretudo escolar e na infraestruturização elétrica. Algumas destas reivindicações viriam a concretizar-se décadas mais tarde, com a construção do Mercado Silva Araújo (1930), com a aquisição do edifício sede para a Junta de Freguesia (1935) e mais tarde do cine-teatro (1951) e do Patronato e Casa dos Pobres (1957).

Por esta altura, em 1928, a freguesia de S. Miguel das Aves tinha ainda uma estação telegrafo-postal, duas farmácias, três talhos, uma feira semanal e mais de vinte lojas de comércio. Vila das Aves possuía por esta altura 6000 habitantes e uma indústria têxtil em grande desenvolvimento. Estas condições justificaram a sua elevação a Vila a 4 de Abril de 1955⁶⁰.

Mas estas melhorias não chegaram para obviar os problemas causados pela deficiente estruturação urbana. A opinião popular faz-se ouvir e em 29 de setembro de 1959 é publicada no Comércio do Porto uma notícia, sob o título “Para quando Plano de Urbanização?”, que pede a execução de um plano para a Vila.

Esta reivindicação só viria a tornar-se realidade em 1967, quando, na primeira sessão de fevereiro do Conselho Municipal, é discutido e votado o Ante-Plano de Urbanização de Vila das Aves. Este Ante-Plano é a 17 de Fevereiro de 1967 enviado ao Diretor dos Serviços de Melhoramentos Urbanos para “aprovação definitiva”⁶¹.



⁵⁸ (Diário do Governo, N.º 145, 2/VII/1879)

⁵⁹ “No início dos anos cinquenta a Fábrica do rio Vizela contava com 3000 operários, alimentando 31624 fusos e tendo em funcionamento cerca de 1200 teares.” Brochura “Comemoração dos 150 anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela

⁶⁰ Decreto N.º 40.115, publicado no “Diário do Governo”, I Série, N.º 74

⁶¹ 17.02.1967 Ofício pela CM para o Diretor dos Serviços de Melhoramentos Urbanos

Ante-Plano de Urbanização de Vila das Aves

O Ante-plano, da autoria do Arquitecto Francisco Wenceslau Moreira Dias, fundamenta as suas propostas num estudo de inquérito que foca a importância da localização geográfica e das vias de comunicação rodovias e ferroviárias no desenvolvimento da Vila. Vila das Aves é fortemente marcada pela presença de grandes unidades fabris, das quais se destacam, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, a Fábrica de Poldrões e a Fiatece. Para além destas a Vila possui 26 fábricas⁶² e ainda muitas pequenas indústrias de carácter artesanal. O comércio centra-se nas ruas Doutor Oliveira Salazar (actual Rua de S. Miguel) e Conde Vizela. A habitação é constituída, na sua maioria, por estruturas unifamiliares de pequenas dimensões e sobre-ocupadas. O número de pessoas por agregado familiar é de 4,6 habitantes.

Caracteriza-se a Vila como centro produtor e distributivo. A agricultura tem pouca relevância em Vila das Aves: a pequena dimensão das parcelas e a elevada percentagem de população ligada à indústria justificam esta afirmação.

Quanto às funções urbanas a Vila possui junta de freguesia, mercado, cemitério, estação dos CCT e cinema. Na área do associativismo e do desporto destaca-se o Clube Desportivo das Aves, que tem instalações deficitárias, a Sociedade Columbófila das Aves e o Rancho Folclórico das Aves. Não existem redes de esgotos e na sua maioria o abastecimento de água é feito por poços. A Junta de Freguesia tinha iniciado, à data, a construção de uma rede rudimentar de abastecimento de água. Era já notória a existência de esgotos industriais poluentes.

Vila das Aves era servida de transportes públicos: comboio, com doze viagens diárias no sentido ascendente e doze no sentido descendente e carreira de camionagem de passageiros. O transporte de mercadorias é garantido pelo comboio e por transportadoras rodoviárias. De notar que o algodão, como dissemos antes, não pode ser transportado pelo comboio devido ao risco de incêndio.



⁶² Segundo os estudos de Inquérito do Ante-Plano

Sucedeu-se a troca de correspondência entre o Serviços de Melhoramentos Urbanos do MOPC e a Câmara Municipal de Santo Tirso que se prolonga até 1982 sem que o Plano seja aprovado e produza alguns efeitos práticos.

Com o 25 de Abril de 1974 foi instalada uma Comissão Administrativa, em substituição da Junta de Freguesia, que se manteve em exercício até às primeiras eleições autárquicas democráticas, em 1977. Nos anos seguintes foram criados alguns equipamentos socialmente relevantes como o AIVA (Associação do Infantário de Vila das Aves) em 1979, o Ciclo Preparatório, em 1981 e o estádio do Clube Desportivo das Aves também em 1981.

Na década de noventa são a Escola Secundária D. Afonso Henriques, em 1994, e o Quartel da GNR, em 1995, que se destacam como as principais conquistas, decorrentes das reivindicações feitas no âmbito da OID (Operação Integrada de Desenvolvimento) do Ave⁶³.

Em 1984 são criados serviços municipais dedicados ao planeamento e gestão urbanística passando o PDM a ser a prioridade municipal.

É com base neste instrumento que se concretizam os principais investimentos que viriam a tornar Vila das Aves, conjuntamente com São Tomé de Negrelos, o centro mais importante da área nordeste do município.

A operação mais relevante foi a concretização do novo centro cívico a partir de uma operação de loteamento promovida pela Junta de Freguesia.

Esta operação, inovadora à data, assumiu a forma de um projeto urbano. O loteamento foi concretizado nos moldes de um plano de pormenor, regulamentando a construção privada através de desenhos detalhados que condicionavam as fachadas, as alturas e os materiais dos edifícios. A localização da sede da Junta de Freguesia e do Centro Cultural nesta área, contribui para a afirmação deste centro dando-lhe identidade.



⁶³ Brochura da exposição Vila das Aves: Olhares I Memórias realizada entre 3 de Julho e 18 de setembro no Centro Cultural de Vila das Aves

Loteamento das Fontainhas

De iniciativa da Junta de Freguesia de Vila das Aves, este projeto urbano, é muito especial e um verdadeiro caso bem sucedido.

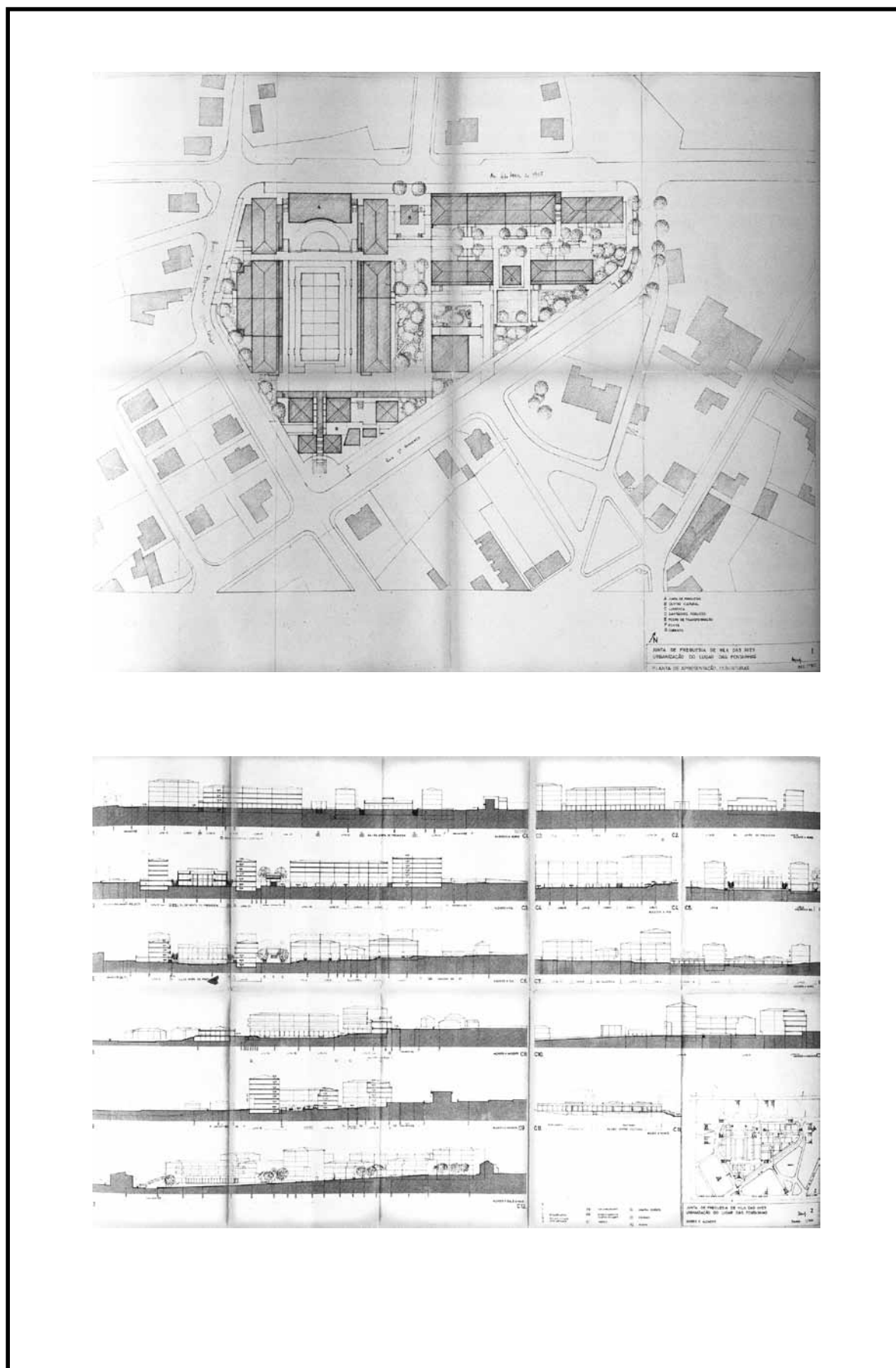
A Junta de Freguesia faz um requerimento para licenciar um loteamento, em Junho de 1980, com um desenho de matriz muito dirigida para a promoção imobiliária, sem ambições de desenho urbano. O loteamento combinava moradias unifamiliares com uma área central destinada a habitação colectiva e a comércio com cêrceas elevadas (5 blocos habitacionais acima de 7 pisos) , num total de 114 fogos. Este loteamento veio a ser aprovado .

Em agosto de 1987 a Junta de Freguesia requer uma alteração ao loteamento porque pretende "... criar um centro capaz de polarizar algumas das atividades terciárias da zona e proporcionar um espaço claramente urbano para a localização de equipamentos representativos.", conforme expresso na Memória Descritiva do loteamento. Continua a Memória Descritiva "... como consequência dos objetivos atrás enunciados, pretenderam-se criar espaços muito urbanos e facilmente identificáveis. É nesta perspectiva que a solução se baseia numa praça, numa alameda e numa rua. A praça é retangular, pontuada por dois equipamentos previstos, a sede da Junta de Freguesia e o Centro Cultural, que pelas suas características funcionais e ainda por serem de iniciativa autárquica, permitirão a elaboração de projetos de arquitetura capazes de acentuarem o eixo pretendido e de enriquecerem formalmente os topos da praça.(...)"

E foi isso que veio a acontecer. Pela primeira vez, em Santo Tirso, foi elaborado um loteamento com regras de construção para o edificado muito objectivos, que garantiram uniformidade aos projetos de iniciativa privada. A Praça, e todo o conjunto, resultam deste modo com uma uniformidade que confere ao espaço público uma caracterização que a torna acolhedora e espaço de referência.

Os dois equipamentos públicos que vieram de facto a construir-se, primeiro o Centro Cultural e depois a sede da Junta de Freguesia, para além de qualificarem o espaço são motivo de vida urbana. O projeto de loteamento é da autoria do arquiteto Manuel Fernandes de Sá.

Com o decorrer dos anos esta experiência não só se mantém com muito boa qualidade como se verifica que foi indutora de qualidade urbanística e arquitectónica na envolvente. A área de Bom Nome é disso um bom exemplo.



A concretização desta urbanização criou um efeito indutor de qualidade na envolvente: tanto a qualidade do espaço público como dos edifícios são elevadas. De notar que na urbanização de Bom Nome, a norte da Urbanização das Fontainhas, se localizam alguns dos edifícios multifamiliares com maior qualidade arquitetónica de Santo Tirso, entre os quais o vencedor da primeira edição do Prémio Municipal de Arquitetura⁶⁴.

A construção do Centro de Saúde, na proximidade, bem como os arranjos urbanísticos envolventes são outro fator de requalificação.

Ao invés, as intervenções levadas a cabo pela administração central na linha ferroviária de Guimarães, que foram muito benéficas para a segurança rodoviária, apresentam um défice de desenho urbano e de integração. São obras de grande envergadura, de difícil relação com as estruturas locais, que implicam, por isso, um desenho cuidadoso de modo a não criarem rupturas no tecido urbano. De facto foi o que aconteceu em Vila das Aves: as duas passagens desniveladas e a construção do novo edifício de passageiros, ao contrário de serem um factor de qualificação e união, acabaram por se converter num corte e numa mega estrutura desenquadrada urbanística e ambientalmente.

A execução do Plano de Pormenor da Envolvente à Quinta de Verdeal e a construção do Parque Urbano nesta Quinta pretendem colmatar estas lacunas resolvendo urbanisticamente uma das áreas mais importantes, mas também mais problemáticas, de Vila das Aves. No entanto a falta de instrumentos de execução adequados e de meios de financiamento levam a que estes projetos continuem por concretizar.

De facto, ao contrário do que aconteceu na cidade de Santo Tirso, as candidaturas feitas ao Polis XXI, Parcerias para Regeneração Urbana em Vila das Aves, não vieram a ser contratualizadas e consequentemente financiadas.

Considera-se no entanto que serão estes instrumentos, de Política de Cidades, os mais apropriados para a concretização das políticas públicas, sobretudo em centros urbanos com a dinâmica e a história que se reconhece a esta freguesia.



⁶⁴ Vencedor da primeira edição do prémio de Arquitectura e Urbanismo de Santo Tirso: Edifício Multifamiliar e de comércio da autoria do arquitecto João Álvaro Rocha, promovido e construído pela Engiaves – Sociedade de Construções Lda

1 - Génese e desenvolvimento		
Data	Facto Urbano	Arquivo/Fonte
1863	Inauguração da estrada Santo Tirso/Guimarães	Livro dos anaes
1874	Inauguração da Estrada Nacional de Santo Tirso a Via do Conde	Livro dos anaes
1881	Início da construção do Parque Conde São Bento, atual Parque D. Maria II	Santo Tirso Da cidade e do seu Termo; volume V; pág 12
1881/1883	Campo 29 de março, atual Praça Conde São Bento	
1883	Ponte sobre o Rio Ave - inauguração 5 de outubro 1883, registo da construção 20 fev.82	Livro dos anaes; e Santo Tirso da Cidade e do seu Termo; volume V; pág 12
1983	Viagem Inaugural da Linha de caminho de Ferro - 29 dez 1983	Santo Tirso Da cidade e do seu Termo; Volume II; 546
1886	Escola Conde São Bento - 1886	Livro dos Anaes e Santo Tirso de Riba d'Ave, comentários de
		FCC pag 480
1886	Cemitério Municipal	
1898	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrso cuja construção iniciada em 1896	
1891	Hospital Conde São Bento	Cadernos de Cultura n.º8 e Santo Thyrso de Riba d'Avepág 480
	Clube Thyrsense	
1892	Estátua de Conde São Bento	Livro dos anaes
1904	1ª iluminação pública	
1911	Inauguração do Teatro Eduardo Brazão (encerrou em 1953)	
1919	Avenida de Sousa Cruz	Livro dos anaes
	Planta 1920 (?)	Plano Geral de Melhoramentos

2 - A influência do planeamento urbanístico e do desenho urbano na produção e imagem da cidade		
Data	Facto Urbano	Arquivo/Fonte
1866	Largo Coronel Batista Coelho	Nota 55 de FCC em Santo Thyrsó de Riba d'Ave; pág 457;
		e Fund. Marques da Silva
1924	Fábrica do Arco	Museu
1931	Hotel Cidnay	135 anos dos BVST - António Jorge Ribeiro
1934	Quartel dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso	135 anos dos BVST - António Jorge Ribeiro
1935	Liceu D. Dinis no Parque D. Maria	
	Planta 1943	levantamento topográfico Plano de Urbanização
	Rua S. João de Deus	
	Rua S. João de Brito	
	Rua Maria do Carmo de Azevedo	
	Rua Soeiro Mendes da Maia, atual Rua Fernando Pires de Lima	
	Bairro do Teles	
1940	CTT	CTT: Arquivo da DGEMN
1943	Mercado Municipal - Agosto 1943 (data do projecto)	Mercado: Arquivo Papiro 605517 e 611963
	Planta 1949	Planta do Estado Actual do Ante- Plano de Urbanização de Santo Tirso

3 - As décadas seguintes		
Data	Facto Urbano	Arquivo/Fonte
?	Caixa Geral de Depósitos	Caixa Geral: Arquivo DGEMNPT00113140029
1952	Cine-teatro	Cine Teatro: Arquivo da CM
	Centro de Saúde	
1954	Praça Camilo Castelo Branco (17 de Julho abertura do Concurso)	Arquivo Papiro 868698 pasta 83
	Bairro do Teles (2ª Fase)	
	Rua Luís de Camões	
1959	Rua da Misericórdia	
1951	Tribunal e Praça Antunes Varela, atual praça general Humberto Delgado - 11 maio 1959	
	Alameda António A. Pires de Lima (prevista no Plano) - 1951 (Aprovação do projecto)	Arquivo Papiro caixa 868710 pasta 149 e caixa 868711 pasta 543
	Bairro do Arco	
1958	Dispensário 1954/1958	Dispensário Arquivo DGEMN: PT0113140011
1959	Escola Industrial 1959 (início da construção em 1957)	Brochura Biblioteca
?	Colégio das Teresianas na Rua Nun'Alvares pereira Envolvente ao Mosteiro (prevista no plano)	Atas da Comissão Municipal de arte e Arqueologia Arquivo Papiro 868691 pasta 664
	Ampliação da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso	
	Ampliação da Fábrica do Arco	
	Rua do Bombeiro Voluntário (prevista no Plano)	
1960	Rua Infante D. Henrique(projecto 2ª fase -ligação à Praça Camilo)	Arquivo Papiro 868706 pasta 252
	Rua Gonçalves Zarco	Gonçalves Zarco Arquivo Papiro 605507
1963	Bairro da Providência	Arquivo Papiro 868701 pasta 91
1967	Rua D. Nuno Álvares Pereira (1967 - data de início da construção)	
1967	Ligação da Rua Bombeiro Voluntário à Rua Carneiro Pacheco	Arquivo Papiro 868697

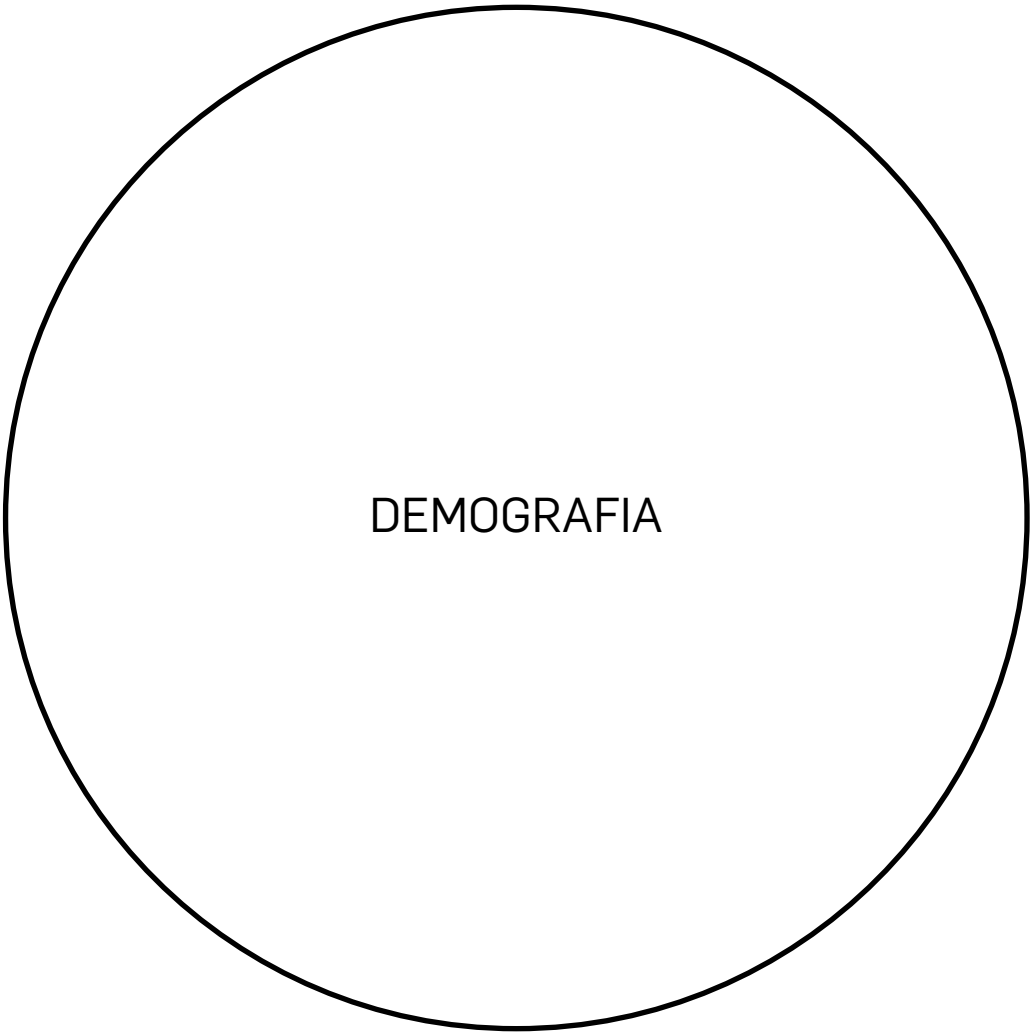
Data	Facto Urbano	Arquivo/Fonte
	Levantamento Topográfico de 1967	
1972	Monumento aos heróis do ultramar	Livro dos Anaes
1972	Monumento a Fernando Pires de Lima 1971/1972	Livro dos Anaes
1974	Ligação da Rua Luís de Camões à Rua Carneiro Pacheco (31	Arquivo Papiro 868691 pasta 664
	jan 1974, data da adjudicação)	

4 - Viragem - o poder local democrático		
Data	Facto Urbano	Arquivo/Fonte
1975	Câmara Municipal e Praça 25 de Abril	Câmara Municipal e arranjos envolventes: Álvaro e arquivos
		Papiro 605508
1975	Urbanização atrás do Campo de Futebol	Arquivos OP Processo 775/71
1979	Escola São Rosendo	
	Levantamento Aerofotogramétrico 1979	
1983	demolição do Hotel Cidnay	
1984	Escola D. Dinis	
1985	Parques de estacionamento da Câmara Municipal	
1986	Rua das Rãs	Boletim municipal Outubro de 1986
1987	Quartel Bombeiros Voluntários Tirsenses	Boletim Municipal Março/Abril 1987
	Urbanização de Vilalva	
1988	Restauro da Igreja Matriz	Boletim municipal Maio/Junho 1988
1989	Inauguração da A3 Maia - Santo Tirso - Famalicão	
1989	Inauguração do Museu Municipal Abade Pedrosa	Boletim mun. Jan/Fev/Mar 1989

5 - As novas políticas urbanas de Santo Tirso no contexto regional		
Data	Facto Urbano	Arquivo/Fonte
1990	Escultura de Alberto Carneiro na Praça Camilo Castelo Branco	Boletim Municipal Out. de 1989/abr 90; Papiro 868703 pasta 709
1990	Reordenamento de Trânsito	Arquivos da Câmara
1991	1º Simpósio de Escultura	
1991	Ponte sobre o Rio Ave Remodelação	Boletim mun. Jan/abr 1991
1992	Remodelação dos CTT	Boletim mun. Jun/nov 1992
1993	Central de Transportes	Boletim municipal Maio/Out 1993
1993	Remodelação da EN104	Boletim municipal Maio/Out 1993
1993	1º Troço das Variantes a Santo Tirso	Boletm Municipal NovJan 1994
1994	Zona Industrial Municipal de Fontiscos	Boletm Municipal NovJan 1994
	Via Inter Municipal - troço São Martinho Campo/Joane	
1995	Variantes a Santo Tirso	Boletim municipalDez/ Maio 1995
1997	Quartel GNR	Boletim municipalJun/ Dez 1995
2000	Biblioteca Municipal (18 de Novembro de 2000 - data da inauguração)	Arquivos da Câmara
	Infraestruturação da Quinta de Geão	Arquivos da Câmara
	Urbanização da Encosta Nascente	
	Urbanização Telheira	
	Levantamento Aerofotogramétrico Digital 1999	

6 - Santo Tirso na actualidade		
Data	Facto Urbano	Arquivo/Fonte
2002	Complexo Desportivo Municipal - Pavilhão	Arquivos da Câmara
2004	Linha de Guimarães - reabertura em 19-01-2004	
2004	Nova Ponte sobre o Ave	
	Rotunda do operário textil e via	
	Centro de Saúde - em Vilalva	
2005	Edifício do Ambiente	
2005	Parque Urbano de Rabada	
2009	Centro de Atendimento Portugal Telecom	
2009	Rua do Picoto	
2009	Complexo Desportivo Municipal - Polidesportivo	Arquivos da Câmara
2011	Remodelação da Escola Tomás Pelayo	
2012	PRU - Nave e Passeio das Margens do Ave	Arquivos da Câmara
2013	Quartel Bombeiros Voluntários de Santo Tirso na Quinta de Gião	Arquivos OP e 135 anos BVST - António Jorge Ribeiro
2013	Complexo Desportivo Municipal - Remodelação da Piscina	Arquivos da Câmara
2013	PRU- Escola Agrícola	Arquivos da Câmara
	Levantamento digital, actualizado.	

Mariana Gomes

A large, thin black circle is centered on the page. Inside the circle, the word "DEMOGRAFIA" is written in a bold, black, sans-serif font.

DEMOGRAFIA

ESTRUTURA TERRITORIAL

Santo Tirso está inserido na Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) II do Norte e na NUT III do Ave, que abrange ainda os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

Integra também a Área Metropolitana do Porto, composta atualmente por 16 Municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

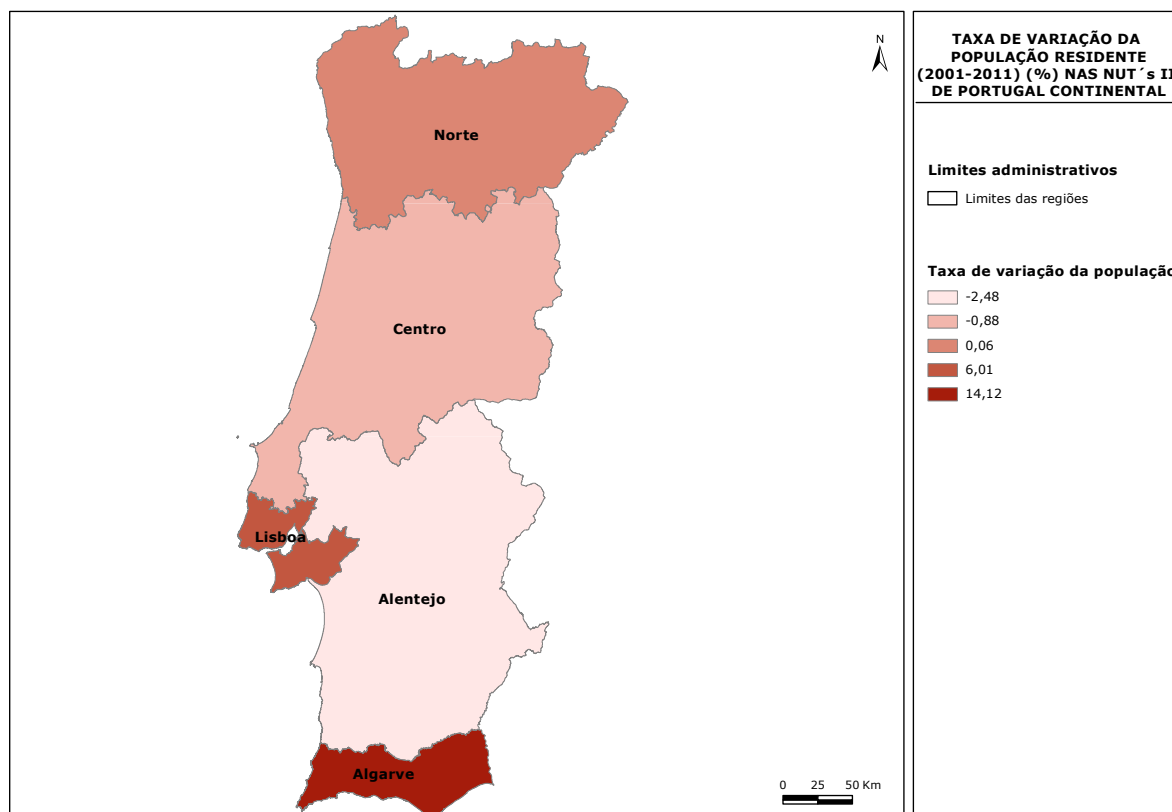
A caracterização do concelho de Santo Tirso terá, neste contexto, dois enquadramentos regionais distintos. Será apresentado o enquadramento na evolução demográfica recente da NUT III Ave e na Área Metropolitana do Porto.

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA RECENTE

Enquadramento nacional e regional

A 21 de Março de 2011 residiam em Portugal 10 562 178 indivíduos, 5 046 600 homens e 5 515 578 mulheres.

De acordo com os Censos 2011 “na última década verificou-se um abrandamento do crescimento demográfico, com 2% de aumento, face aos 5% observados na década de 90. A região do Alentejo volta a perder população, menos 19 283 pessoas face a 2001 e a região Centro recua sensivelmente 1% no número de habitantes. A região Norte mantém praticamente a mesma população na última década. Apresentam saldo positivo as regiões do Algarve, com mais 14%, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira com, respetivamente, 2% e 9% e a região de Lisboa com 6%” (INE, 2012).

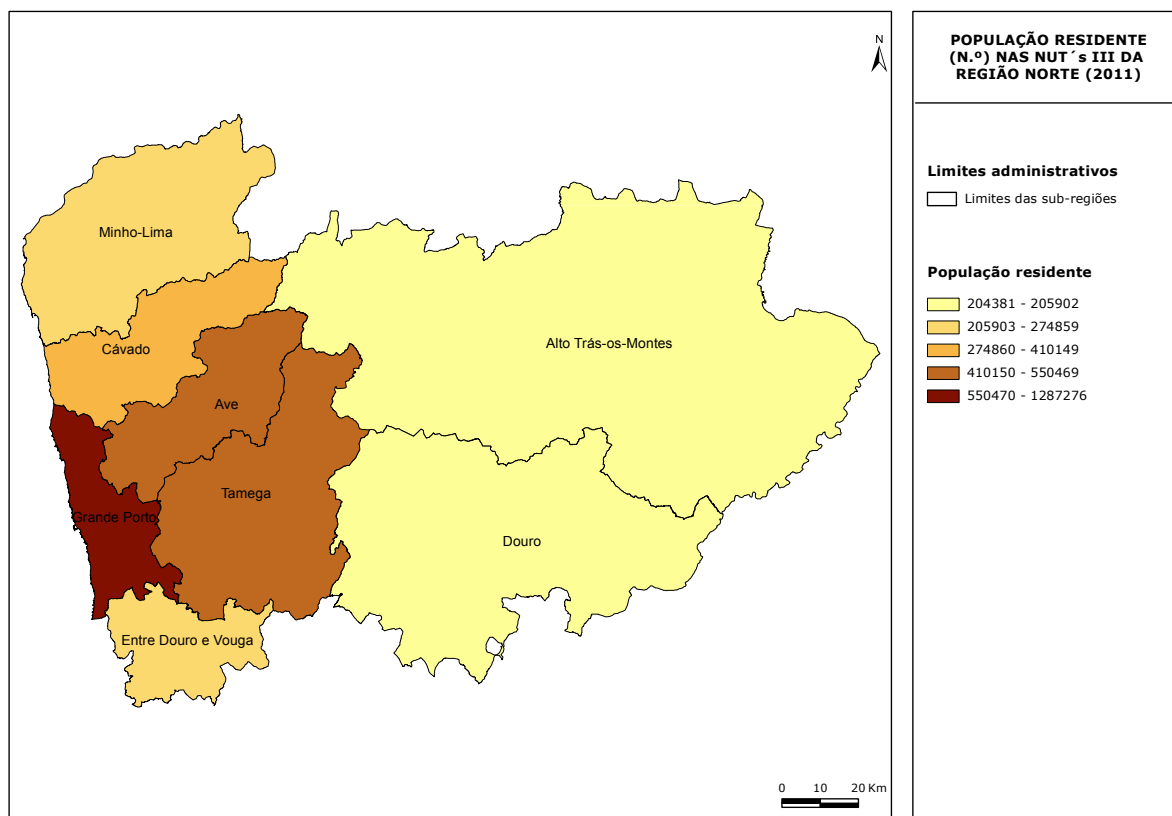


1 – Taxa de variação da população nas NUTS II de Portugal continental, 2001-2011

Ainda de acordo com os Censos 2011, “o povoamento do território e as dinâmicas demográficas verificadas na última década revelam um país muito diverso. Acentuou-se a desertificação em grandes áreas do interior, e densificaram-se os territórios do litoral e as áreas metropolitanas, em particular a de Lisboa.”

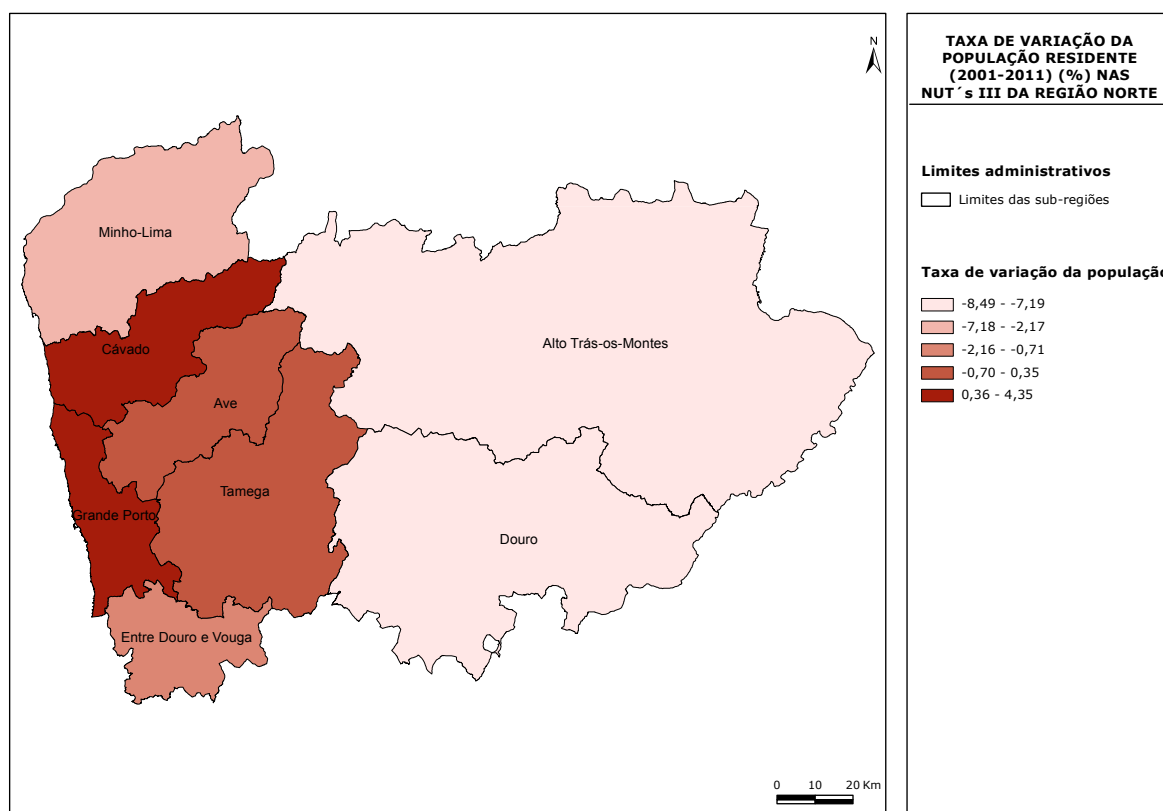
A densidade populacional do país é de 115 hab/km². Contudo verificam-se grandes disparidades em termos do território, que têm vindo a acentuar-se devido ao movimento de deslocação das populações do interior para o litoral. As sub-regiões do Grande Porto e da Grande Lisboa apresentam-se densamente povoadas, com valores de densidade populacional de 1 580 hab/km² e 1 484 hab/km². Todavia a maioria do território apresenta-se pouco povoado, como é o caso das sub-regiões da Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo que apresentam uma densidade populacional entre 15-20 hab/km².”

A população residente na região Norte, de acordo com os Censos 2011, é de 3 689 682, cerca de 35% da população residente no país. Também aqui se verificam grandes disparidades em termos do território, havendo uma significativa diminuição da população residente à medida que nos afastamos do Grande Porto.



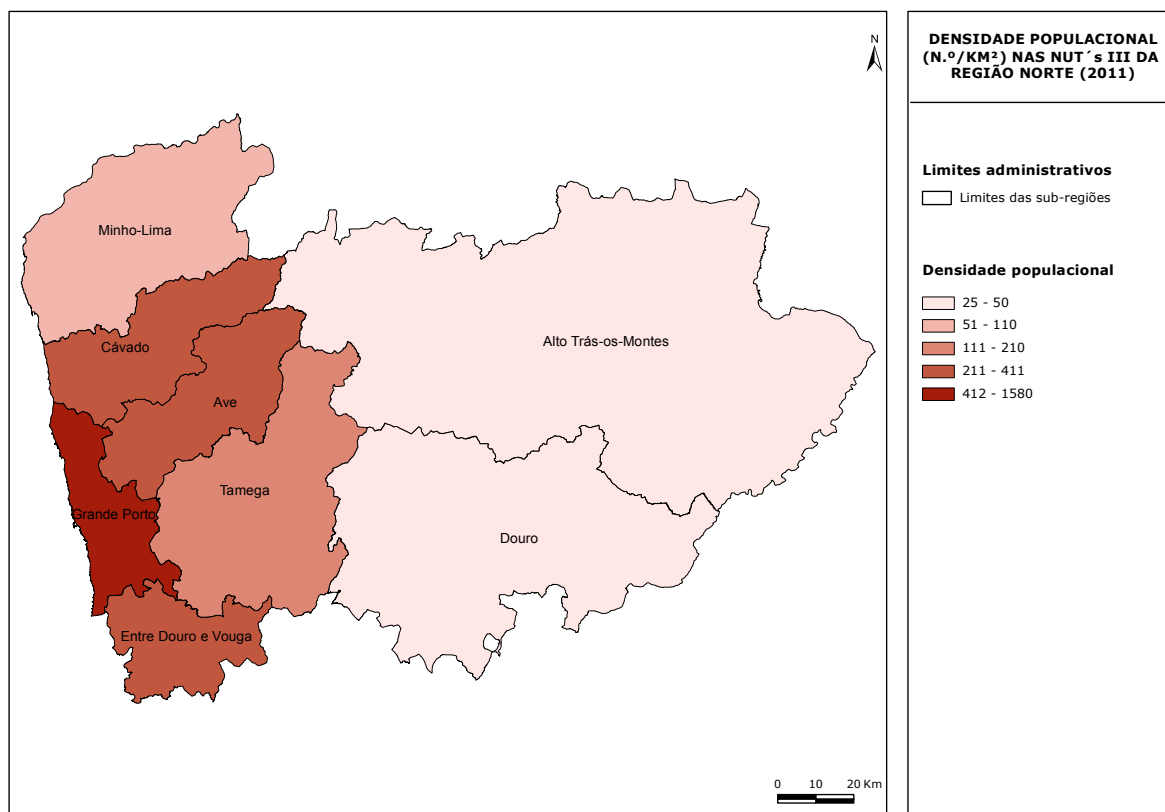
2 – População residente nas NUTS III da Região Norte, 2011

“A região Norte manteve sensivelmente a mesma população de 2001, embora nem todo o território tenha tido o mesmo tipo de comportamento. Dos 86 municípios que compõem a região, 61 perderam população na última década. A maioria dos 25 municípios que ganharam população localizam-se à volta do Porto.” (INE, Censos 2011)



3 - Taxa de variação da população das NUTS III da Região Norte, 2001-2011

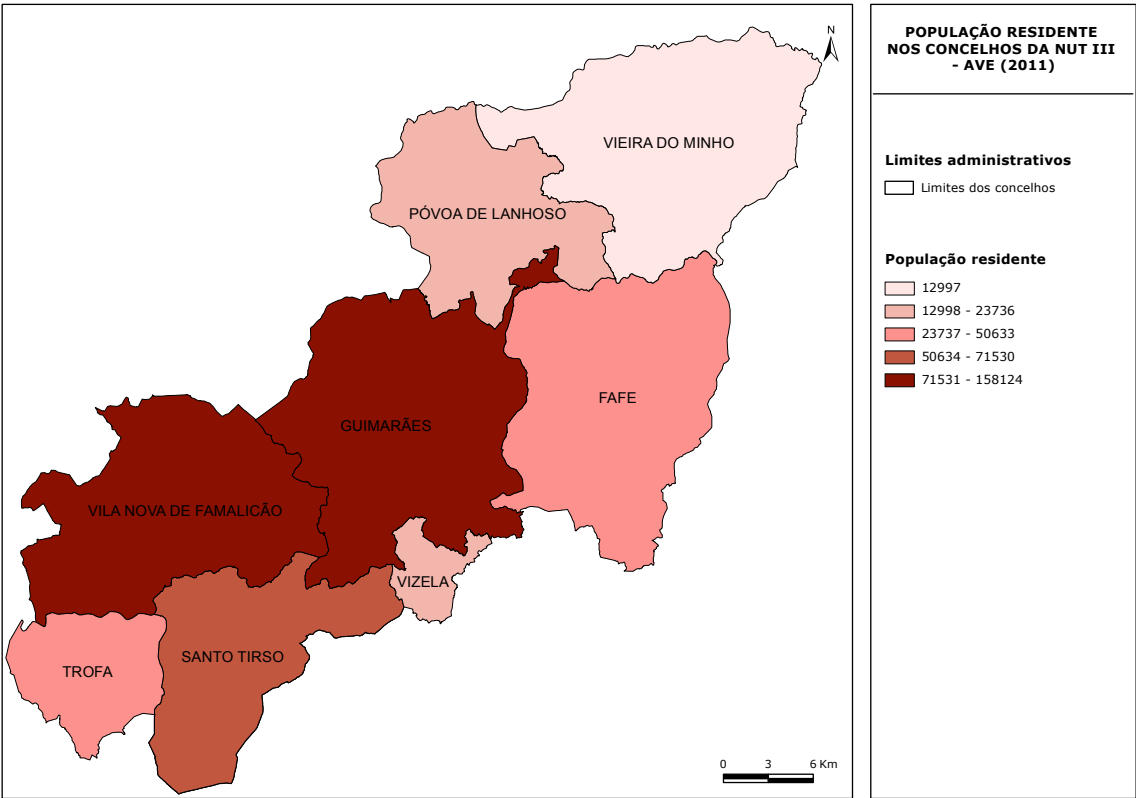
Em 2011, a região Norte apresenta uma densidade populacional de 173,3 habitantes por Km², acima da densidade média do país que é de 114,5 habitantes/km². A distribuição da população pelo território é pouco homogénea, evidenciando-se grandes aglomerados populacionais em municípios como o Porto, cuja densidade populacional é a mais elevada da região, com 5 736,1 habitantes/km², assim como nos municípios envolventes. Em contraste, a maior parte dos municípios do interior apresentam baixas densidades populacionais.



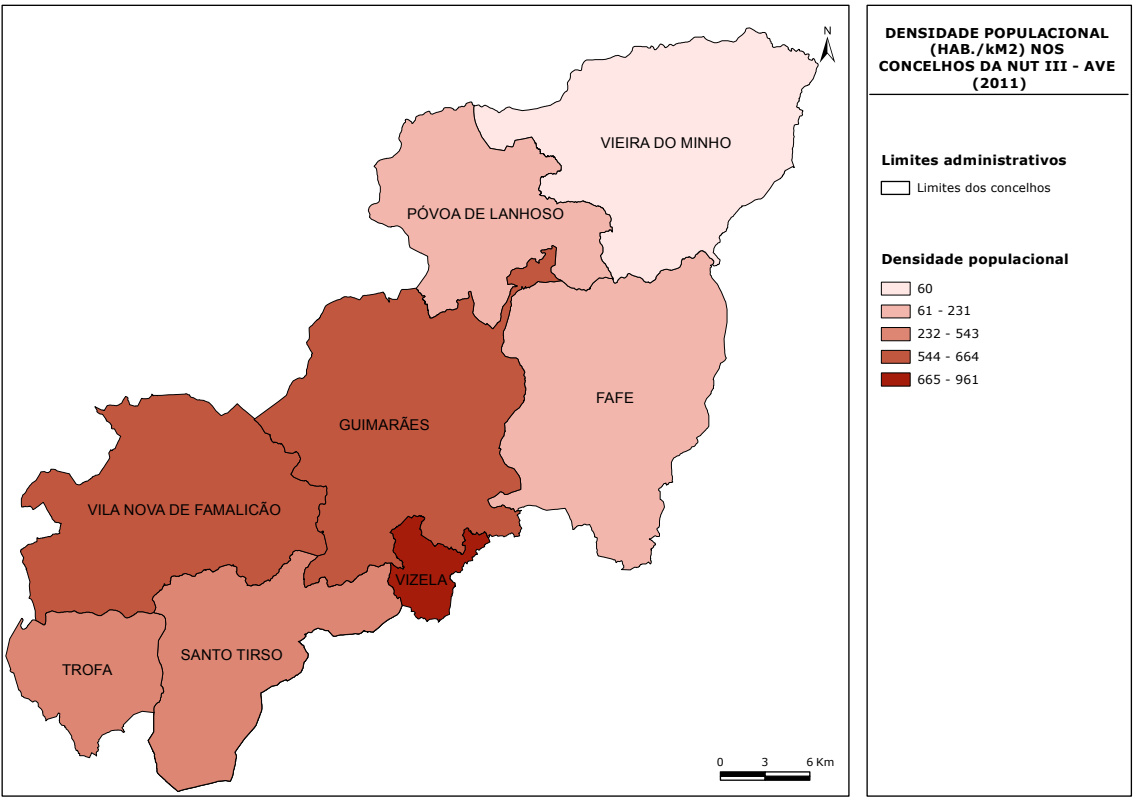
4 – Densidade populacional das NUTS III da Região Norte, 2011

A NUT III do Ave com 511 737 residentes, dos quais 247 027 são homens, representa cerca de 13% da população residente na região Norte. Em 2011, o Ave continua a apresentar uma das mais elevadas densidades populacionais do Norte de Portugal e do país.

A população residente está distribuída de forma heterogénea pelos vários concelhos que compõem o Ave, o que se traduz também em diferentes densidades populacionais. Existe uma clara separação entre os concelhos mais interiores – Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Fafe – menos populosos e com uma menor densidade populacional, e os restantes concelhos. Em termos absolutos, Guimarães é o concelho com maior peso demográfico na região do Ave, seguido por Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso. No entanto, em termos de densidade populacional, destaca-se o concelho de Vizela, com densidades populacionais muito acima de qualquer outro município do Ave.



5 – População Residente dos concelhos da NUT III Ave, 2011



6 – Densidade populacional dos concelhos da NUT III Ave, 2011

A evolução da população residente revela-se, desde a década de 70, muito inconstante.

Se na década de 70 se verifica um extraordinário acréscimo populacional, acima de 10% em grande parte dos concelhos que compõem o Ave, na década de 80 esse crescimento foi muito mais modesto, fixando-se em 4%, passando para o dobro nos anos 90. Na última década (2001-2011) a NUT III do Ave apresenta, pela primeira vez desde o 25 de Abril, um decréscimo populacional.

Santo Tirso aparece com uma evolução demográfica mais constante e, por isso, relativamente distinta da verificada nos restantes concelhos do Ave. No concelho de Santo Tirso não se verificou a acentuada retoma verificada na década de 90, nem o decréscimo acentuado da última década, o que fez com que o afastamento da evolução demográfica recente que se começava a desenhar entre Santo Tirso e os concelhos pertencentes ao Ave mais próximos (Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Trofa) se esbatesse com os resultados dos Censos 2011.

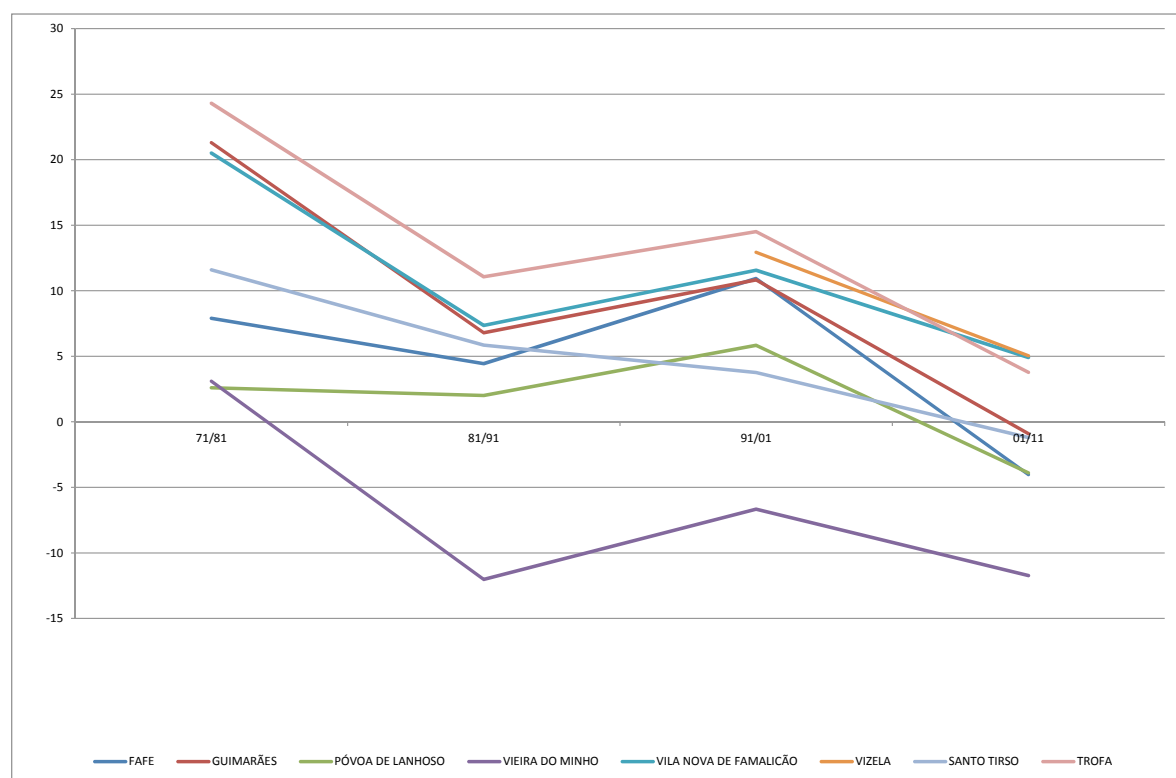
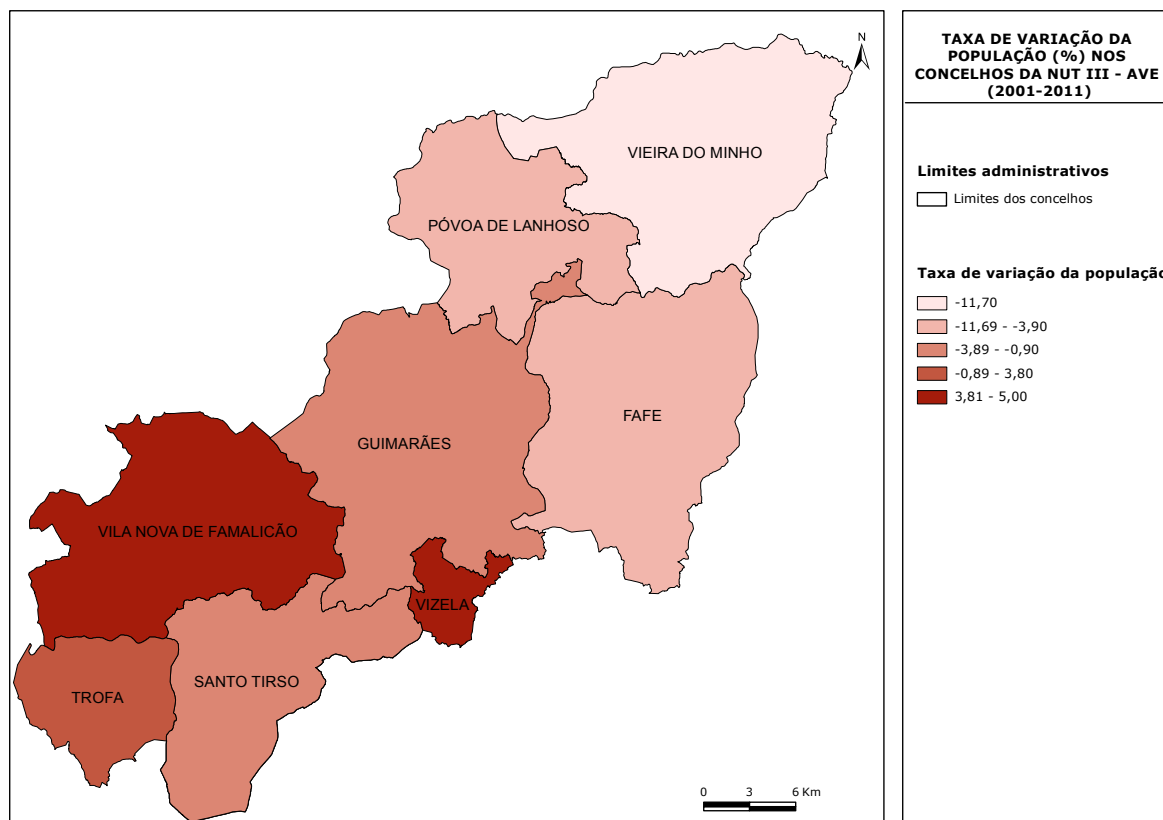


Gráfico 1: Evolução da População residente dos concelhos da NUT III do Ave (%)

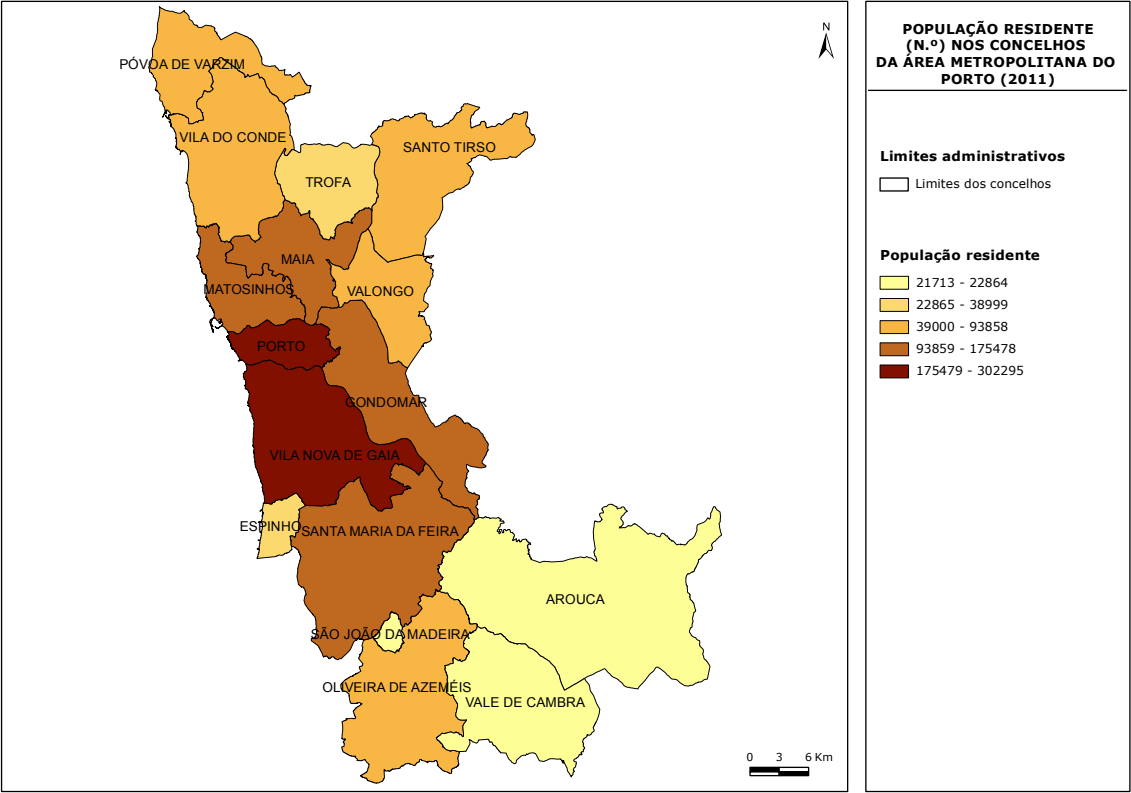
Fonte: C. M. de Santo Tirso (a partir de informação do INE, Censos 1971, 1981, 1991, 2001, 2011)



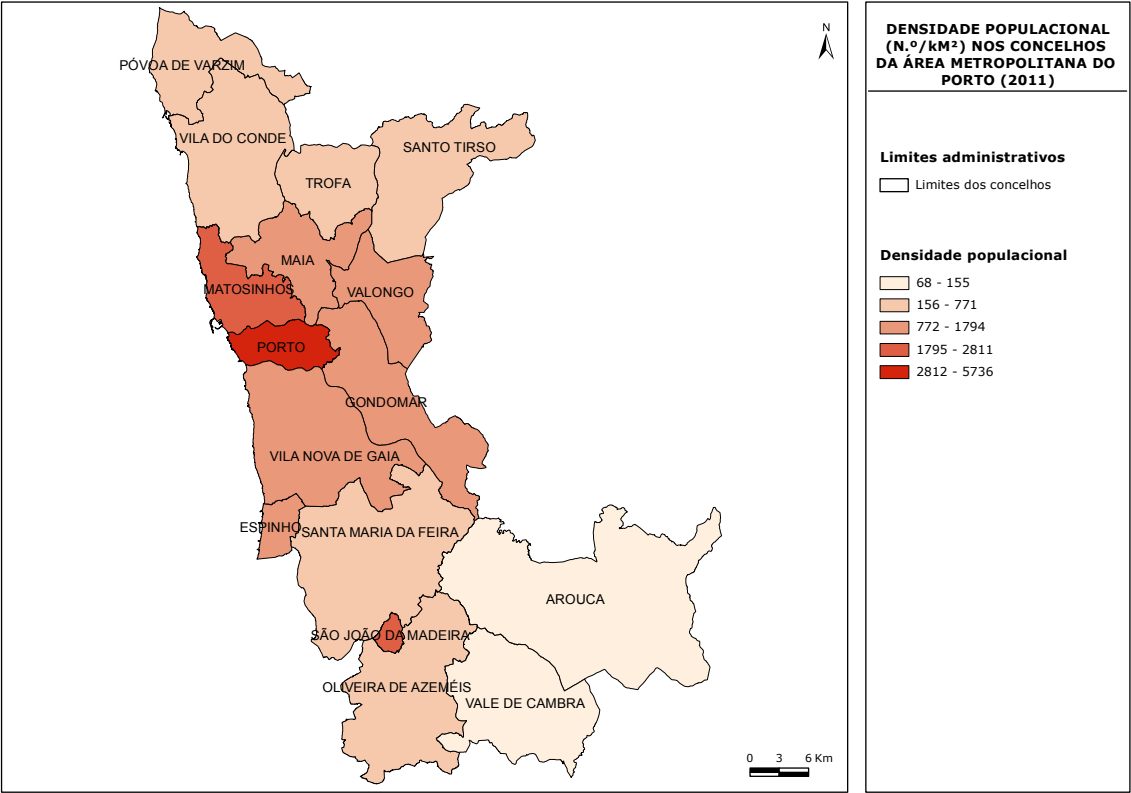
7 – Taxa de variação da população dos concelhos da NUT III Ave, 2011

A Área Metropolitana do Porto com 1 672 670 residentes, dos quais 796 386 são homens, representa cerca de 45% da população residente na região Norte. Em 2011, a Área metropolitana do Porto continua apresentar a mais elevada densidade populacional do Norte de Portugal e das mais altas do país.

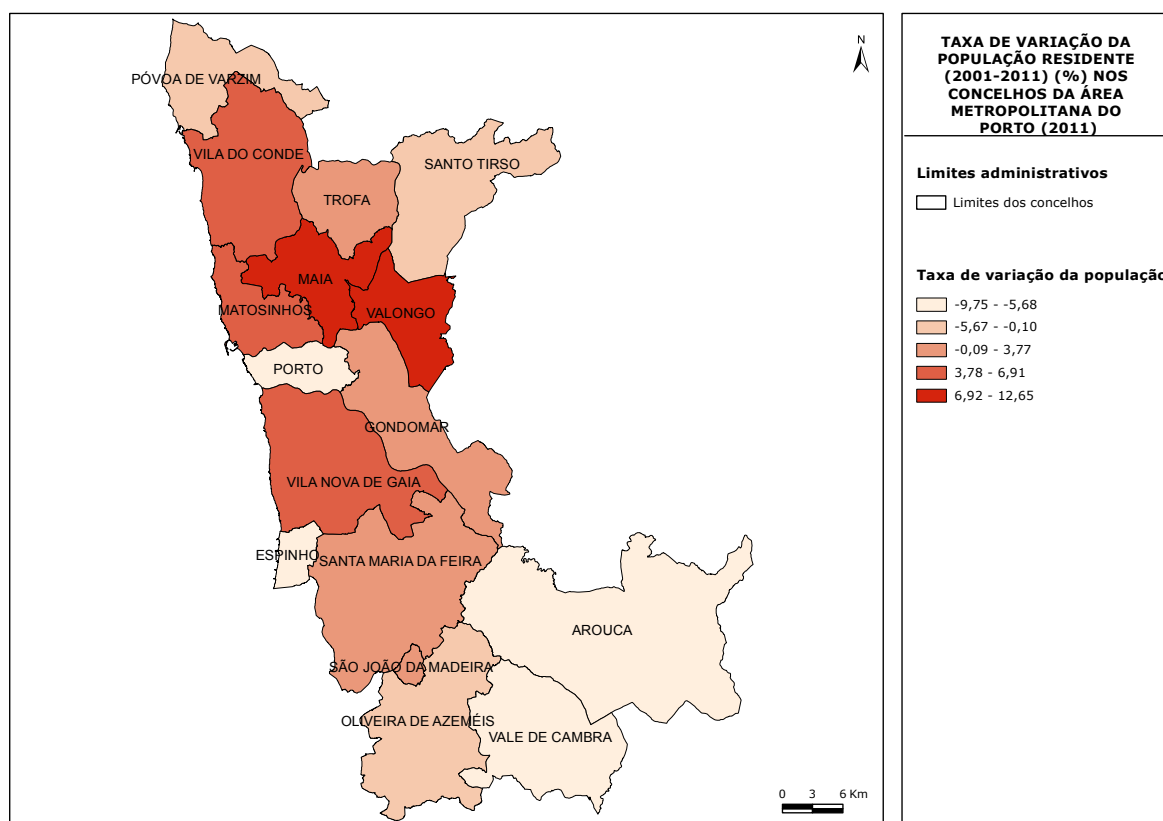
A população residente apresenta os seus valores mais elevados no concelho do Porto, decrescendo à medida que nos afastamos do referido concelho. A densidade populacional apresenta o mesmo padrão territorial. Pelo contrário, a evolução da população residente apresenta uma distribuição territorial muito heterogénea, com o concelho do Porto a registar os decréscimos populacionais mais significativos, a par com os concelhos mais periféricos, como Arouca ou Vale de Cambra. Apenas os concelhos limítrofes do concelho do Porto apresentam acréscimos populacionais.



8 - População Residente dos concelhos da Área Metropolitana do Porto, 2011



9 – Densidade populacional dos concelhos da Área Metropolitana do Porto, 2011



10 - Taxa de variação da população dos concelhos da Área Metropolitana do Porto, 2011

A taxa de excedentes de vida (relação entre a taxa de natalidade e de mortalidade) diminuiu significativamente na última década, devido à redução da taxa de natalidade que anula os efeitos que o ligeiro decréscimo da taxa de mortalidade poderia ter na evolução demográfica da região. Por outro lado, devido à redução da taxa de natalidade, a taxa de excedentes de vida tem vindo a homogeneizar-se dentro dos municípios do Ave.

Assim, a taxa média de excedentes de vida é de 1,1‰ na região do Ave, oscilando entre os 3,3‰ em Vizela e os -6‰ em Vieira do Minho. O fenómeno da interioridade é mais uma vez evidente, sendo que Santo Tirso apresenta um comportamento semelhante aos concelhos mais interiores, justificado pelos reduzidos valores da sua taxa de natalidade.

Concelho	Taxa de Natalidade (%o)	Taxa de Moratlidade (%o)	Taxa de excedentes de vida
FAFE	8,00	8,50	-0,50
GUIMARÃES	8,90	6,80	2,10
PÓVOA DE LANHOSO	7,80	8,50	-0,70
VIEIRA DO MINHO	7,60	13,60	-6,00
VILA NOVA DE FAMALICÃO	8,90	7,10	1,80
VIZELA	8,70	5,40	3,30
SANTO TIRSO	7,70	8,30	-0,60
TROFA	8,70	6,50	2,20
AVE	8,50	7,40	1,10

Quadro 1: Taxa de natalidade, mortalidade e excedentes de vida nos concelhos da NUT III Ave em 2011

Fonte: C. M. de Santo Tirso (a partir de informação do INE, Censos 2011)

O CONCELHO

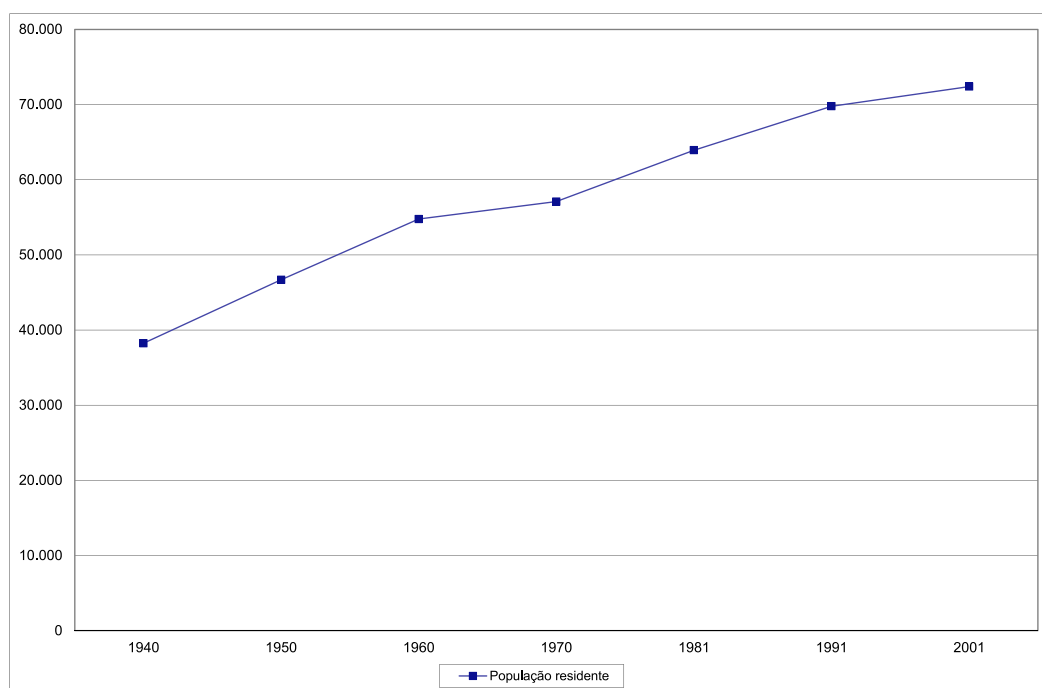


Gráfico 2: Evolução da População Residente no concelho de Santo Tirso

Fonte: INE

Analisando a evolução da população residente no concelho de Santo Tirso desde 1940 verifica-se que o maior crescimento populacional ocorreu entre 1940 e 1960 sobretudo devido ao crescimento natural, ou seja, a uma elevada taxa de natalidade, já característica de décadas anteriores, acresce uma taxa de mortalidade cada vez mais diminuta.

Na década de 60 houve uma forte quebra no crescimento populacional, principalmente devido à intensa emigração verificada. As causas da emigração eram diversas. Às razões económicas acresce a conjuntura política do país (regime ditatorial e guerra colonial), que conduziu à fuga de jovens recrutados para a guerra e também de opositores ao regime. O principal destino destes emigrantes era os países da Europa Central.

No entanto, a vitalidade demográfica (crescimento natural francamente positivo relativamente à média nacional) e o suporte socioeconómico permitiram que essas taxas não atingissem valores negativos, como aconteceu ao nível do país (2.6%).

Em 70 há uma retoma do vigor do crescimento demográfico no concelho de Santo Tirso devido sobretudo ao regresso dos militares e emigrantes das ex-colónias portuguesas, após o 25 de Abril de 1974, mas também devido ao regresso de portugueses emigraram devido à conjuntura política do país.

Desde 1981 que o crescimento populacional tem vindo a diminuir progressivamente, facto que se acentuou ainda mais nos censos 2011, com um decréscimo populacional de 1,2%, que se deve sobretudo à queda da taxa de natalidade.

Assim, a 12 de março de 2011 residiam no concelho de Santo Tirso 71 530 indivíduos.

Ano	Taxa de Natalidade (‰)	Taxa de Mortalidade (‰)	Taxa de excedentes de vida (‰)
1960	29,6	11,5	18,1
1965	29,7	11	18,7
1970	23,8	10,4	13,4
1975	21,2	9,4	11,8
1980	18,1	8,6	9,5
1985/1990/1995			
2000	1,1	0,8	0,3
2011	0,7	0,8	-0,1

Quadro 2: Taxa de natalidade, mortalidade e excedente de vidas no concelho de Santo Tirso¹

Fonte: PDM; Estudos de caracterização, relatório 4, Demografia; 1988



¹ Os dados apresentados englobam, à exceção do ano 2000 e 2011, o concelho da Trofa, uma vez que estes dados apenas estão disponíveis ao nível do concelho.

As taxas de natalidade e de mortalidade têm vindo a diminuir de forma progressiva, tendo a taxa de mortalidade estabilizado na última década. A acentuada quebra na taxa de natalidade aconteceu na década de 80, enquanto a taxa de mortalidade diminuiu acentuadamente apenas mais recentemente, na década de 90. Em consequência, a partir da década de 80 as curvas da natalidade e da mortalidade começam a convergir, com a consequente quebra no crescimento natural.

Em 2011, pela primeira vez, a taxa de excedentes de vida atingiu valores negativos, devido aos 0,7% de taxa de natalidade e 0,8% de taxa de mortalidade.

Embora o crescimento natural só se altere mediante os processos de nascimento e morte, a evolução real da população está fortemente dependente dos movimentos migratórios, tanto de nível internacional como interno.

A análise da evolução das migrações para o município de Santo Tirso está comprometida, porque a unidade territorial mais baixa para estes dados é o concelho, pelo que, excetuando os Censos 2001 e 2011, os dados disponíveis englobam também o concelho da Trofa, com dinâmicas demográficas substancialmente distintas das verificadas para Santo Tirso.

De acordo com os Censos 2001 e 2011 grande parte da população residente não mudou de concelho, mas o saldo das migrações internas é ligeiramente negativo. Neste contexto, o crescimento populacional de 2001 ficou a dever-se exclusivamente ao crescimento natural e as migrações contribuíram para o decréscimo populacional da última década.

Em 2011 Santo Tirso possuía 527 hab/Km². A sua densidade populacional tinha vindo a crescer progressivamente, embora de modo heterogéneo e com especial destaque para o crescimento acentuado das décadas de 70 e 80. No entanto essa tendência inverteu-se na última década, na qual se verificou uma descida da densidade populacional.

Ano	Área (Km ²)	População Residente (hab)	Densidade Populacional (hab/Km ²)
1960	135.61	56 727	418
1970	135.61	59 055	436
1981	135.61	65 911	486
1991	135.61	71 764	529
2001	135.61	72 396	534
2011	135.61	71 530	527

Quadro 3: Densidade populacional no concelho de Santo Tirso

Fonte: PDM; Estudos de caracterização, relatório 4, Demografia; 1988

A 12 de Março de 2011 residiam no concelho de Santo Tirso 71 530 indivíduos, dos quais 34 334 eram homens e 37 196 eram mulheres.

Da evolução da distribuição da população quanto ao género, de realçar que, à semelhança do resto do país, na década de 60 a população masculina aumentou apenas 2%, enquanto a feminina aumentou 5%², uma vez que era principalmente a população masculina a emigrar.

Em 70 há uma retoma do vigor do crescimento demográfico e relativamente ao sexo, a situação inverte-se relativamente à década anterior, passa a crescer mais o n.º de indivíduos do sexo masculino (19.2%, contra 15.5% de crescimento de indivíduos do sexo feminino), tanto a nível concelhio como no Ave e no país.

No entanto, e apesar destas oscilações relativas ao crescimento por sexo, é de salientar o facto de a percentagem de mulheres sempre ter sido superior à dos homens, situação que se manteve em todos os anos analisados.

Relativamente à estrutura etária, verifica-se que desde a década de 60 até 2000 o peso relativo da faixa etária dos 0 aos 14 anos vinha diminuindo, acontecendo o inverso a partir dos 15 anos. Na última década a tendência inverteu-se na faixa etária dos 15 aos 64 anos, que decresce pela primeira vez, mantendo-se o duplo envelhecimento, na base e no topo da pirâmide e nos dois sexos.

Ano	0-14 anos	15-64 anos	65 ou + anos
1960	37.8	57	5.2
1970	35.1	58.2	6.6
1981	28.8	63.1	8.1
1991	22.3	68.5	9.3
2001	16.9	70	13.1
2011	13.8	68.9	17.3

Quadro 4: % de População residente segundo os grupos etários no concelho de Santo Tirso

Fonte: INE



² Estes valores ainda se referem aos atuais concelhos da Trofa e Santo Tirso

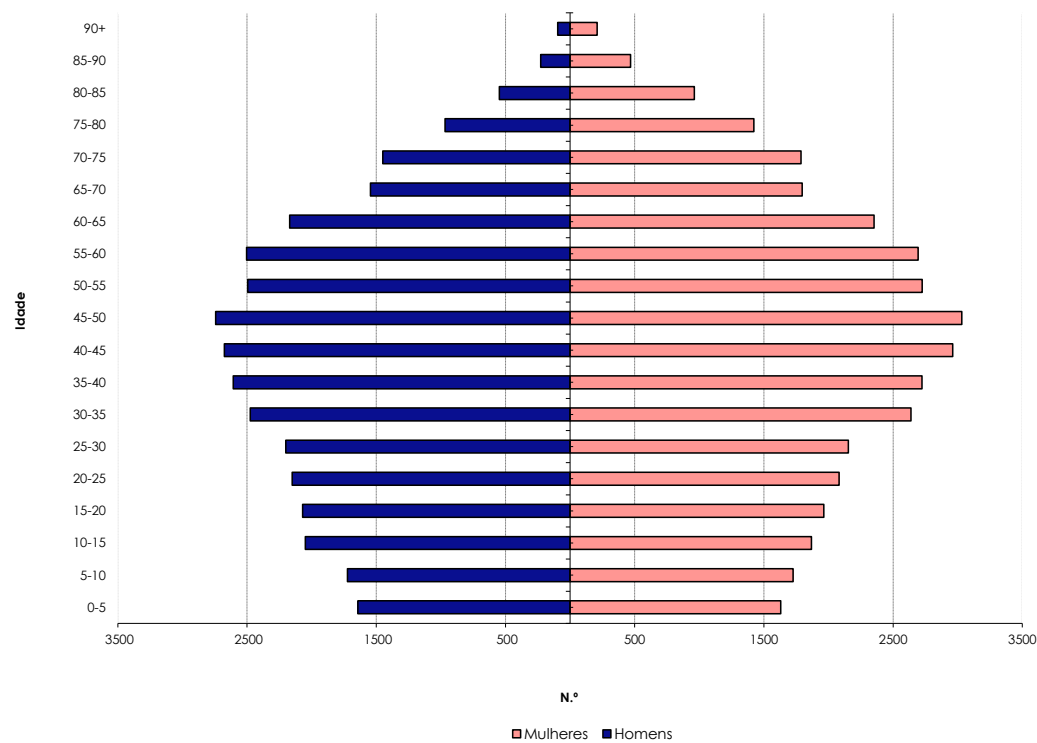


Gráfico 3: Pirâmide etária do concelho de Santo Tirso

Fonte: INE; 2011

Relativamente ao número de famílias verificamos que, ao contrário do verificado para a população residente, houve uma evolução positiva, o que se explica pela progressiva diminuição do número de indivíduos que a constituem. Apesar desta constatação verificamos que mesmo o crescimento do número de famílias diminuiu substancialmente na última década induzido pelo abrandamento do crescimento populacional.

Ano	Famílias (nº)
1980	16 686
1991	20 026
2001	23 185
2011	24 958

Quadro 5: Famílias clássicas residentes no concelho de Santo Tirso

Fonte: Censos 81, 91, 2001 e 2011

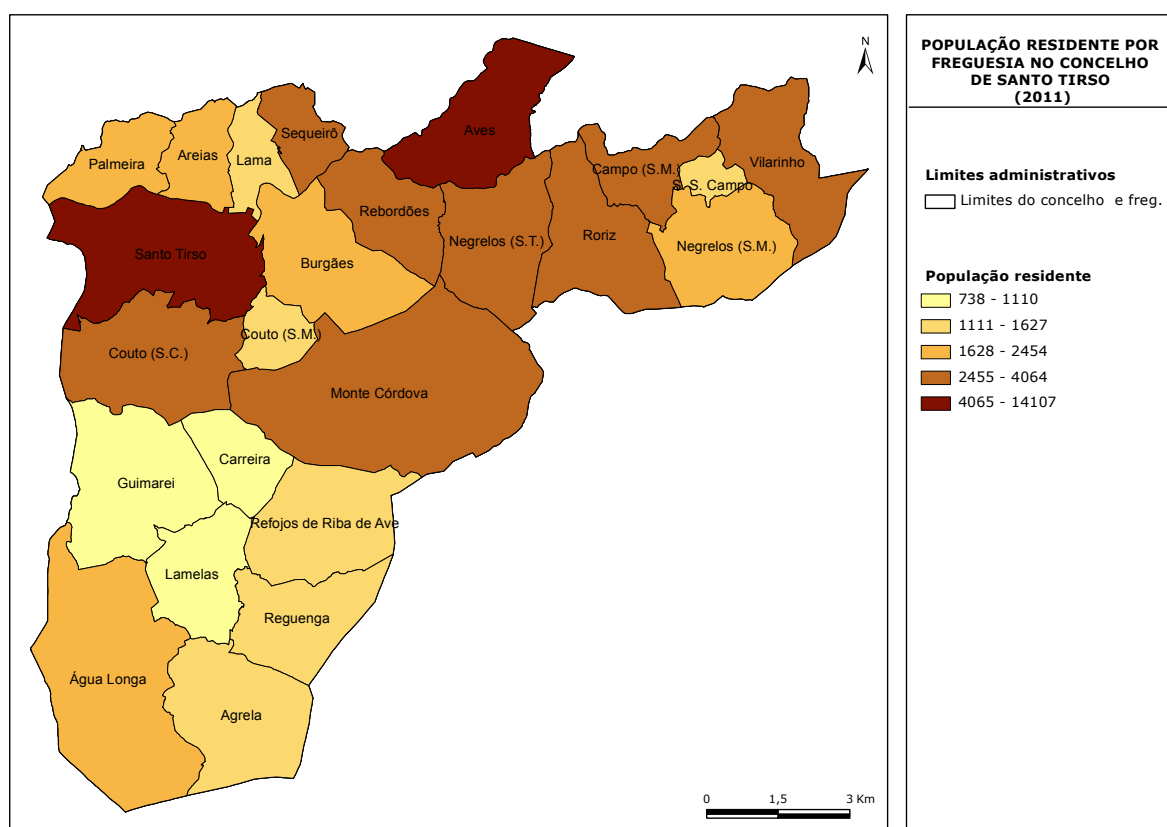
Ano	Famílias – evolução (%)
1980/91	20.0
1991/01	15.8
2001/11	7,7

Quadro 6: Famílias clássicas residentes no concelho de Santo Tirso (evolução)

Fonte: Censos 81, 91, 2001 e 2011

Predominam as famílias com 2, 3 ou 4 indivíduos, havendo poucas famílias com mais de 8 indivíduos. São apenas três os exemplos de famílias clássicas que, em função do seu tipo, merecem destaque em Santo Tirso. Referimo-nos, por um lado, ao típico “casal de direito” com filhos e ao “casal de direito” sem filhos, em que a situação detectada no concelho equivale à que se verifica no país, onde há mais “casais de direito” com filhos do que sem filhos, e, por outro lado, às famílias monoparentais, acentuando a tendência para a monoparentalidade observada também a nível nacional.

No concelho de Santo Tirso a distribuição da população por freguesias não é homogénea.



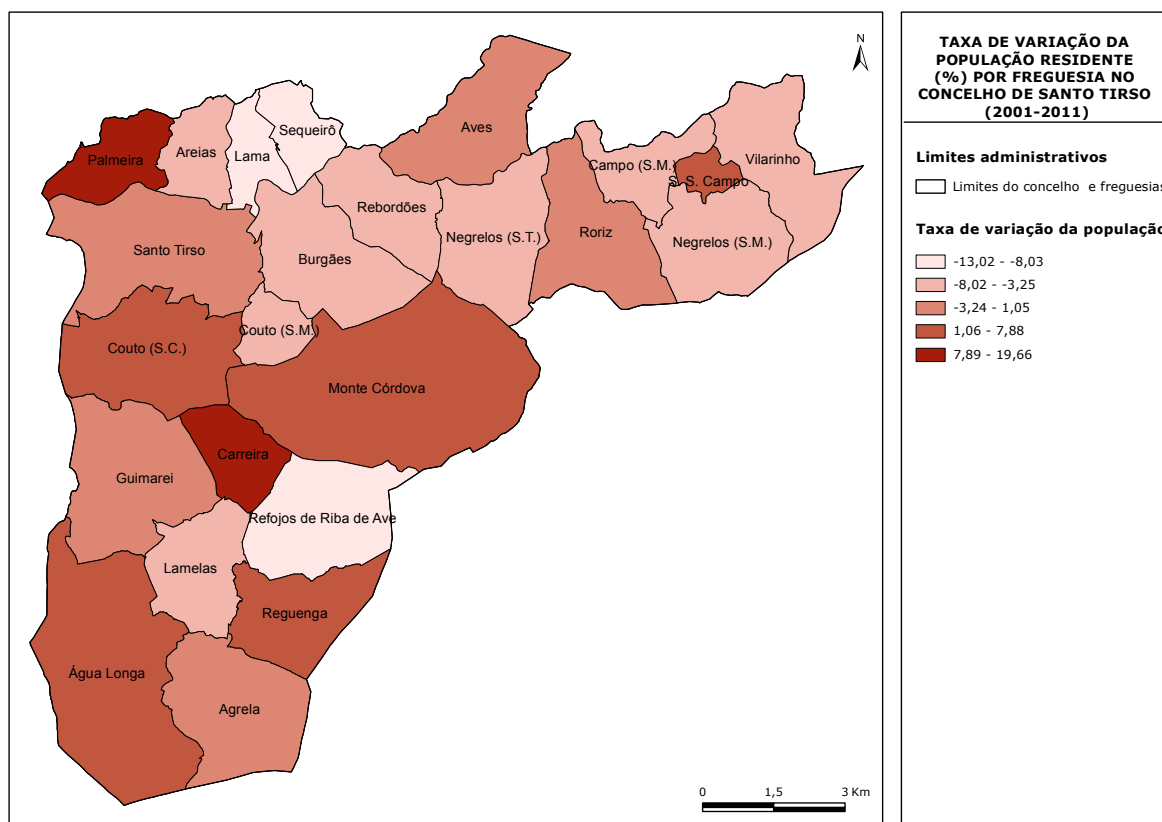
11 - População Residente nas freguesias do concelho de Santo Tirso, 2011

Ao nível da freguesia destacam-se, em 2011, pelos elevados quantitativos populacionais que apresentam, as freguesias de Santo Tirso e Aves, com 14 107 e 8 458 residentes, respetivamente. Seguem-se as freguesias de Couto (Santa Cristina), Negrelos (São Tomé), Monte Córdova, Vilarinho, Roriz, Campo (São Martinho) e Rebordões, com população a rondar os 3 000 / 4 000 indivíduos.

Em oposição, com menos de 1 000 residentes, estão as freguesias de Guimarei, Lamelas e Refojos.

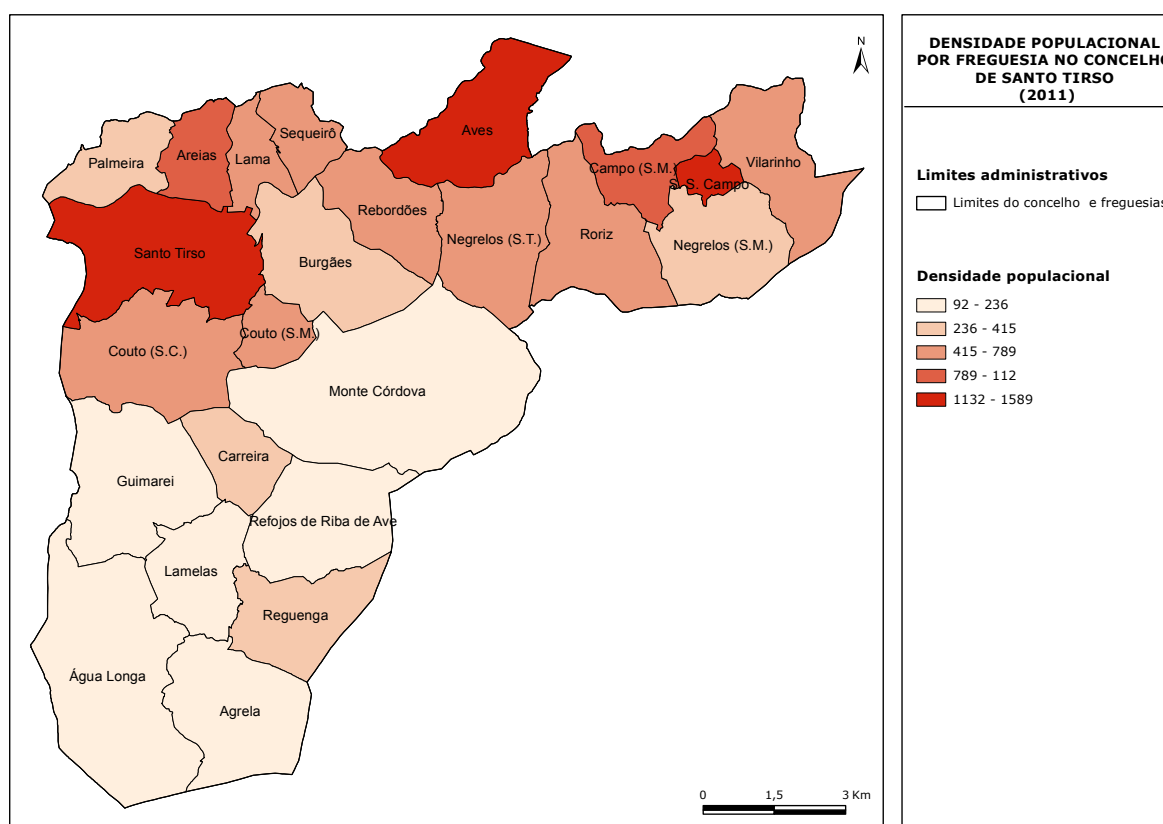
A população tende a concentrar-se nas freguesias da margem Sul dos rios Ave e Vizela. Com um cenário diferente estão as freguesias além rio (a Norte do rio Ave) e as pertencentes ao Vale do Leça.

Relativamente à evolução da população residente apenas nove das vinte e quatro freguesias do concelho apresentam variações positivas, com destaque para Carreira e Palmeira, com crescimento superior a 10%. Em situação oposta encontra-se Refojos, com decréscimo populacional superior a 13%.



12 - Taxa de variação da população nas freguesias do concelho de Santo Tirso, 2011

É junto aos rios Ave e Vizela, no quadrante norte do concelho, que se concentram as mais elevadas densidades populacionais, sendo superiores a 1 000 hab/Km² nas freguesias de Santo Tirso, Aves, S. Salvador do Campo e S. Martinho do Campo. O vale do Leça, que corresponde à área mais a sul, apresenta valores mais reduzidos, com destaque para a freguesia de Guimarei, que apresenta a menor densidade populacional do concelho (92,2 hab/Km²).



13 – Densidade populacional nas freguesias do concelho de Santo Tirso, 2011

BIBLIOGRAFIA

Capítulo I - As origens do povoamento - Álvaro Moreira

ALARCÃO, Jorge

(1987) - Renovação urbana em Portugal: A formação de «Lugares Centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização, *Ciclo de Conferências – Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 35-72.

(1988) - *Roman Portugal*, Warminster, England, vol. I, II, Fasc. 1.

(1992) - A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, vol. XXXI, Coimbra, pp. 39-71.

(2000) - Sobre os cantões proto-históricos do noroeste de Portugal, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª Série, Porto, pp. 45-50.

ALARCÃO, Jorge; **BARROCA**, Mário Jorge

(2012) – Dicionário de arqueologia Portuguesa, Lisboa

ABALAT, Blanca García Fernández

(1990) - Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas, A Coruña.

ALFOLDY, G.

(1975) - Die Romischen Inschriften von Tarraco, Berlim.

ALMAGRO GORBEA, M.; **ÁLVAREZ SANCHÍS**, J. R.

(2003) – La “sauna” de Ulaca: saunas y baxos iniciáticos en el mundo celtico, *Cuadernos de arqueologia de la Universidad de Navarra*, 1, Navarra, pp. 177-232.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado

(1990) - *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Estudos Regionais, 7/8, Viana do Castelo.

(1996) - *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, VII volumes, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, FLUP, Policopiado, Porto.

(2003) - *O povoamento romano do Litoral Minhoto entre Cávado e o Minho*, Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira

(1968) - *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação para licenciatura em História, FLUP, (policopiado).

(1974) - O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 149-172.

(1978) - *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de doutoramento em História da Arte, FLUP, Porto 1978, (policopiado).

(1978) - *Casteologia medieval de Entre-Douro-e-Minho (desde as origens até 1220)*, Tese complementar de doutoramento, FLUP, policopiado, Porto.

(1972) - *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa*, Porto.

(1986) - *O Românico, história da Arte em Portugal*, Lisboa.

ANDRADE, Miguel Montenegro

(1952) - Carta geológica da região de Santo Tirso, *Boletim Cultural – Câmara Municipal de Santo Tirso*, Porto, pp. 303-315.

AZEVEDO, Pedro A.

(1900) - Notícias Várias – 7. Achado Archeologico, *O Archeólogo Português*, vol. V, Lisboa, 342-343.

AZEVEDO, Rogério

(1957) - A «Ara» de Burgães» e a «Ara de Ervedosa», *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. V, n.º 3, Porto, pp. 293-301.

BARBOSA, Vilhena

(1863) Santo Tirso, *Archivo Pitoresco*.

(1886) *Monumentos de Portugal*, Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge

(1990-91) - Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII), *Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, pp. 89-136.

BETTENCOURT, Ana M. S.

(1991-92) - O povoado da Sola, Braga: Notícia preliminar das escavações 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, IIª Série, 8-9, Braga, pp. 97-118.

(2010) - Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça, *O rio da memória. Arqueologia no território do Leça*, CMM, Porto, pp.33-87

BLAZQUEZ, J. M.

(1957) - Aportaciones al estudio de la religiones primitivas de España, *Archivo Español de Arqueologia*, vol. XXX, Madrid, pp. 15-86.

(1962) - *Las religiones primitivas de Hispania*, Fuentes literárias y epigráficas, vol. I, Roma.

(1970) - Las relegiones Indígenas del área Noroeste de la Península Ibérica en relación com Roma, *Legio VII Gemina*, Leon, pp. 65-76

BLOT, Maria Luísa B. H.

(2003) - Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal, *Trabalhos de Arqueologia*, 28, IPA, Lisboa.

BOUZA BREY, Fermin

(1957) - A deidade galaica Cusuneneoeco, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 2, Porto, pp. 252-259.

BOUZA BREY, F. ; CARRO OTERO, J.; GARCÍA MARTINEZ, C.

(1973) – Excavación de túmulos dolménicos en San Andrés de Lousada (Lugo), *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 2, Madrid, pp. 39-55.

BRANCO, Fernando Castelo

(1963) – Correspondência de Leite de Vasconcelos com o abade Sousa Maia, *Câmara Municipal do Porto – Boletim Cultural*, n.º 26 (1-2), Mar. Jun., Porto, pp. 29-73.

CAPELA, Martins

(1732-34) – *Memórias para a história ecclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.

CANO PAN, J. A.

(1986) – La industria lítica tallada en la cultura castreña de Galicia, *Actas – Coloquio de Proto-História e História Antiga da Península Ibérica*, Santiago de Compostela (policopiada).

CARDOZO, Mário

(1930) – Joias arcaicas encontradas em Portugal, *Seminário de Estudos Galegos*, 75, VII, Santiago de Compostela, pp. 43-63.

(1935) – *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, vol. I, Guimarães.

(1947) – *Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento* (Arqueologia e Epigrafia, 1879-1899), Guimarães.

(1958) – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento* (1879 - 1899), Guimarães.

(1959) – *Museu*, *Revista de Guimarães*, vol. LXIX (1-2), Guimarães, p. 336.

(1961) – *Francisco Martins Sarmento. Esboço da sua vida e obra científica*, Guimarães.

(1969) – Machados de bronze ornamentados, *Abrente*, I, La Coruña, pp. 75-79.

CARDOSO, Jorge

(1666) *Agiolégio lusitano*, III.

CLETO, Joel; **VARELA**, J. M.

(2000) – O Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, *Al-Madan*, 2^a Série, 9, Almada, pp. 141-144.

COELHO, F. Adolfo

(1889) – Nomes de deuses lusitânicos, *Revista Lusitana*, I, Porto, pp. 351-378.

COLMENERO, António Rodriguez

(1995) - Lugo, capital romana del extremo noroeste peninsular. Genesis de uma ciudad, *Lucus Augusti. Urbs Romana. Los orígenes de la ciudad de Lugo*, Lugo, pp. 11-18.

(1995a) - Corpus de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante nW de la Península Iberica, *Saxa Scripta (inscripciones en roca)*, Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre epigrafía rupestre (Santiago de Compostela y Norte de Portugal, 29 de junio a 4 de julio de 1992), Anejos de Larouco, 2), A Coruña, pp. 117-258.

(1996) - Lucus Augusti, capital de la Gallecia septentrional, *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época prerromana y romana* (Coord. Fernández Ochoa), Madrid, pp. 129-133.

COFFYN, A.

(1983) - La fin de Lâge do Bronze dans le centre - Portugal, *O Arqueólogo Português*, IV Série, 1, Lisboa, pp. 169-196.

(1985) - *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris.

CORREIA, Francisco Carvalho

(1997) - *O mosteiro de Roriz*, Guias do Património do Concelho de Santo Tirso, n.º 2, Porto.

(1998) - *O abade Pedrosa. O perfil do Sacerdote*, JST, 27 de Novembro de 1998, pp. 8-9, (Página Literária de Cultura Tirsense, 100).

(2000) - O Abade Pedrosa. Perfil de humanista de um sacerdote. Na senda dos pioneiros da arqueologia de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª Série, Santa Maria da Feira, pp. 15-44.

(2000a) - O abade Pedrosa. O perfil do Sacerdote, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. II, Braga, pp. 559-571 = *O abade Pedrosa. O perfil do sacerdote*, JST, (Página Literária de Cultura Tirsense, 100, 27 de Novembro de 1998, pp. 8-9.

(2000b) - A paróquia medievá de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. I, Braga, pp. 87-94 =, JST, *A paróquia medievá de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha*, Página Literária de Cultura Tirsense, 100, 17, 24 de Novembro de 1998, pp. 9-10.

(2000c) - Contribuição para a carta arqueológica do concelho. A ocupação humana das Caldas da Saúde, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. I, Braga, p.143.

(2000d) - Luís Correia de Abreu: O pedagogo e o historiador (1804-1877), *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo*, vol. II, Braga, 2000, 580 páginas, ilustrado, (Coord. Francisco Carvalho Correia), Santo Tirso, pp. 251-260;

(2001) - O Abade Pedrosa. Nos 150 anos do seu nascimento, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. III, Braga, 2001, pp. 229.

(2004) - Carlos Faya Santarém (1921-1989). Um notável estudioso das coisas de Santo Tirso, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. V, Santo Tirso, pp. 341-347 = Página Literária de Cultura Tirsense, n.º 126, JST de 30 de Março de 2001, pp.10-11.

(2004a) - O culto do deus Cosus na geografia de Santo Tirso, *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo*, vol. V, Braga, pp. 113-116.

COSTA, A. Carvalho

(1706-1708) *Corografia Portuguesa e descripçam Topográfica do Reyno de Portugal*, 3 vols., Lisboa.

CRUZ, Domingos Jesus; **BRITO**, Mário

(1991) - *A colecção arqueológica do Abade Sousa Maia*, Vila do Conde, N/S, 7, Vila do Conde, pp. 5-13.

CUEVILLAS, Lopez;

(1933-34) - Estudos sobre a idade do ferro no noroeste da península – A relíxion, *Archivo Español de Arqueologia*, VI, Madrid, pp. 295-367.

DIAS, António José Guerner; **RODRIGUES**, Benedito Gonçalves; **PRAIA**, João Félix

(1995) - *Geologia do Concelho de Matosinhos. Aspectos mais significativos*, Matosinhos, Monografias do Concelho, 1, Matosinhos.

DINIS, António Pereira

(1993) - *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, FLUP, Porto (Tese de mestrado, policopiado).

ENCARNAÇÃO, José

(1970) - Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães, pp. 207-238.

(1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

FERREIRA, Oliveira da Veiga

(1970) - Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do Professor Manuel Heleno, *O Arqueólogo Português*, 4, Lisboa, pp 165-173.

FINZI, Vita; **HIGGS**, E. S.

(1970) - Prehistoric economies in the Mount Carmel área of Palentine: site catchment analysis, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 36, pp. 1-37.

GARCIA, José Manuel

(1991) - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa.

GUIMARÃES, Oliveira

(1901) - Catálogo do Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Guimarães, pp. 38-72.

GUERRA, Amílcar Manuel Ribeiro

(1996) – Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica, *Hispania prerromana*. Actas del VI Colóquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Salamanca, pp. 147-161.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo

(2006-07) – Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.), *Brigantium*, 18-19.

GUIMARÃES, Oliveira

(1901) – Catálogo do Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Guimarães, pp. 38-72.

HARDAKER, R.

(1976) – Las hachas de cubo en la Península Ibérica, *Cuadernos de Pre-historia y Arqueología Castellonense*, 3, Castellon de la Plana, pp. 151-171.

HIPÓLITO, Mário Castro

(1960-61) – Dos tesouros de moedas Romanas em Portugal, *Conímbriga*, vol. II-III, Coimbra, 1-166.

HÜBNER, E.

(1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II, Berlim.

LE ROUX, Patrick

(1982) – *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'auguste a l'invasion de 409*, Paris.

(2011) – Soldats et cultes indigenes dans les provinces occidentales au haut-empire, Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia «Culto e Sociedade» – Sintra 16-18 Março de 1995, *Sintria* III-IV (1995-2007), Sintra, pp. 249-267.

JORDÁ CERDÁ, F.

(1977) – *História de Asturias*, Vitoria, Ayalga

JORGE, Victor Oliveira

(1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto – Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu* (dissertação de doutoramento (policopiado), Porto.

JORGE, Susana Oliveira

(1980) – A necrópole do Tapado da Caldeira, *Arqueologia*, 2, Porto, pp. 36-44.

(1980a) – A estação do Tapado da Caldeira, Baião, *Portugália*, Nova Série, I, Porto, pp. 29-50.

(1988) – *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Monografias Arqueológicas, 2, GEAP, Porto.

JÚNIOR, J. R. Santos

(1940) - Arte rupestre, Congresso do Mundo Português – *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários. Secção dos Congressos, vol. I, Lisboa, pp. 327-376.

(1963) - As gravuras litotrípticas de Ridevides (Vilariça), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 19 (2), Porto, pp. 111-144.

LAMAS, M. Chamoso

(1955) - Santa Mariña de Aguas Santas (Orense), *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 10 (30), Santiago de Compostela, pp. 41-88.

LANHAS, Fernando; **BRANDÃO**, D. Pinho

(1969) - Inventário de Objectos e Lugares com Interesse arqueológico, *Revista de Etnologia*, 12 (2) Porto, pp. 295-344.

(1971) - “Pesos de rede” ou pesos de pedra com entalhes para pesca. Tentativa de sistematização, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, pp. 581-589.

LEAL, A. Pinho; **FERREIRA**, A.

(1873-1928) - *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 12 vols.

LE ROUX, Patrick

(1982) - *L’armée romaine et l’organisation des provinces ibériques d’auguste a l’invasion de 409*, Paris.

(2002) - Soldats et cultes indigènes dans les provinces occidentales au haut-empire, *Conimbriga*, vol. XLI, Coimbra, pp. 105-126.

LE MOS, Francisco Sande Lemos

(1989) - *O abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso*, AVE – Cadernos de Cultura, n.º 3, Braga.

(1993) - *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, 3 volumes, Universidade do Minho, Braga (Tese de Doutoramento, policopiado).

(1999) - O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*, *Fórum*, 25, Braga, pp. 81-84.

LEISNER, V.

(1998) - *Die Megalithgräber der iberischen Halbinsel: Der Westen*, Berlin: Walter de Gruyter.

LILLIOS, Katina; **READ**, Caroline; **ALVES**, Francisco

(2000) - The axe of the Óbidos lagoon (Portugal): an uncommon find recovered during an underwater archaeological survey (1999), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 1, Lisboa, pp. 5-14.

LIMA, Augusto César Pires

(1940) - A correspondência Martins Sarmiento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 1-2, Guimarães, pp. 77-105.

(1940a) - A correspondência Martins Sarmiento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 3-4, Guimarães, pp. 181-214.

(1951) - Subsídios para a História de Santo Tirso. A Terra – Esboço Histórico – Origem do nome «Santo Tirso», *O concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. I (19, Santo Tirso, pp. 15-48.

LIMA, Joaquim Alberto Pires de – *De como um ilustre anatomista descobriu a pia Baptismal do nosso S. Rosendo*, Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo, vol. I, Braga, 2000, 599 páginas, ilustrado (Coord. Francisco Carvalho Correia), Depósito Legal 147115/00, ISBN 972-8180-12-8, pp. 308-310.

LOPES, António Baptista; **SILVA**, Armando Coelho F.; **MOTA**, Magna Araújo; **CENTENO**, Rui M.S.

(1994) - A ponte de São Lázaro (Alfena, Valongo). Notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro, *Portugália*, Nova Série, vol. XV, Porto, pp. 161-166.

MARTINHO, Jesus Pires

(1986) - *Actividade arqueológica no Município de Santo Tirso. 1984-1985*, Santo Tirso.

(1989) - A ara votiva de S. Bartolomeu, *Santo Tirso, JST*, 22 de Dezembro de 1989, p. 8. = 2000 - A ara votiva de S. Bartolomeu, *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo*, vol. I, Santo Tirso, p. 98.

(1989a) - *JST*, Os Museus de Santo Tirso. O Museu Arqueológico Abade Pedrosa, Página Literária de Cultura Tirsense (2), 26 de Maio de 1989, pp. 5-6 = 2000 - Os Museus de Santo Tirso. O Museu Arqueológico Abade Pedrosa, *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, Santo Tirso, pp. 25-30.

(2000) - Estação Arqueológica de Alvarelhos. Uma cidade romana por descobrir, *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo*, vol. II, Braga, pp. 17-19.

MARTINS, J. Poças; **ARAÚJO**, A. Paula; **HENRIQUES**, Ilda; **TOVAR**, Luisa; **MOURA**, M. José; **SOTTOMAYOR**, M. do Rosário

(1993) - *Caracterização e Directrizes de Planeamento dos Recursos Hídricos do Norte. A Bacia Hidrográfica do Rio Ave*, Projectos de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Norte, (Documento de trabalho – policopiado), Porto.

MARTINS, Manuela

(1985) - Sondagens arqueológicas no Castro de Monte Padrão, em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, (2), Braga, pp. 217-230.

(1990) - *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, n.º 5, Braga.

MARTINS, Manuela; **JORGE**, Susana Oliveira

(1992) - Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, «Paleoetnologia de la Península Ibérica», Actas de la Reunión celebrada en la facultad de geografía e Historia de la Universidad Complutense, Madrid, 13-15 Diciembre de 1989, *Complutum*, n.º 2-3, Madrid, pp. 347-372.

MASIA; A.M. Romero; **MESURA**, J. M. Pose

(1988) - *Galicia nos textos clásicos*, A Coruña.

MATTOS, Armando

(1947) - Inventário das Inscrições do Douro Litoral, *Douro Litoral*, 2ª Série, vol. VII, Porto.

MATTOSO, José

(1995) - *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. I Oposição, 5ª Edição, Lisboa.

MELO; Ana Ávila; **ARAÚJO**, Maria de Fátima

(2000) - Machados de Bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 2-3, Porto, pp. 53-66.

MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa

(1995) - *O Couto de Sto. Tirso (1432-1516): Espaço e Economia*, Dissertação de Mestrado FLUP, (Policopiado), Porto.

MONTEAGUDO, L.

(1977) - *Die Beile Auf der Iberischen Halbinsel*, *Prahistorische Bronzefunde*, XI, n.º 6, Munich.

MORAIS, Rui

(2005) - Autarcia e comércio em Bracara Augusta, *Bracara Augusta – Escavações Arqueológicas*, n.º 2, Braga.

MOREIRA, Álvaro de Brito

(1991) - O pontão do Arquinho, Água Longa, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, CMST, Santo Tirso, pp. 7-24.

(1991a) - Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, CMST, Santo Tirso, pp. 28-34.

(1991b) - Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano, *Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense*, vol. VI, Porto, pp. 69-76 = Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano do castro de Alvarelhos, *Da cidade e do seu Termo*, Coord. Francisco Carvalho Correia, Braga, 2000, pp. 323-328.

- (1991c) - *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão* (Pad. 91), Santo Tirso (policopiado).
- (1992) - Epigrafia romana do concelho de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II, Santo Tirso, pp. 15-33.
- (1992a) - Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, vol. II, Santo Tirso, pp. 34-47.
- (1995) - *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão* (Pad. 95), Santo Tirso (policopiado).
- (1997) - Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa (Santo Tirso). Uma placa esmaltada proveniente da estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 1, Porto, pp. 83-87.
- (1997a) - Vidros romanos no noroeste Português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 1, II Série, Porto, pp. 14-82.
- (1997b) - Documentos de Santo Tirso - *Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomata et Chartae*, doc. 413 (1059), vol. I, 1867. Comentário, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, 2ª série, Santo Tirso, pp. 141-142.
- (1998) - *A área arqueológica de Alvarelhos. Memória e identidade*, CMST, 1998, Santa Maria da Feira.
- (2004) - A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 4, 2ª Série, Barcelos, pp. 7-54.
- (2004a) - Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. O castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, *Santo Tirso Arqueológico*, 3/4, 2ª Série, Barcelos, pp. 55-68.
- (2005) - A origem romana da cidade de Santo Tirso, *Escola Secundária de Tomaz Pelayo - 50 anos da sua história*, Santo Tirso, pp. 9-25.
- (2005a) - O castro do Monte do Padrão. Património e Identidade, *Actas do colóquio "O castro: um lugar para habitar"*, Penafiel, 5 e 6 de Novembro de 2004, Cadernos do Museu, 11, Penafiel, pp. 255-276.
- (2005b) - *O castro do Monte do Padrão. Do Bronze final ao fim da Idade Média*, Vila da Feira.
- (2005c) - O lugar da escola. A origem romana da cidade de Santo Tirso, *Catálogo da exposição - Escola Secundária de Tomaz Pelayo - 50 anos da sua história*, Santo Tirso, p. 8.
- (2006) - *O castro do Monte do Padrão. Do Bronze Final ao fim da Idade Média*, Santo Tirso, Santa Maria da Feira.
- (2007) - *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção Arqueológica*, Santa Maria da Feira.
- (2008) - Castro do Monte do Padrão. Projecto de estudo, valorização e dinamização, *Actas do Seminário Final "CASTRENOR: cultura castrexa no noroeste peninsular"*, Mondariz 22 e 23 de Junho de 2006, Santiago de Compostela, pp. 129-145.
- (2009) - A ocupação medieval do castro do Padrão. A igreja e o Mosteiro de Monte Córdova, *Monte Córdova, Santo Tirso. Elementos para uma Monografia*, Braga, pp. 9-93.
- (2009a) - La ocupación medieval del castro de Padrão. La iglesia y el monastério de Monte Córdova, *Actas del Congreso Internacional, "Rudesindus. S. Rosendo. Su tiempo y su legado"*, Mondoñedo, Santo Tirso (Portugal) y Celanova, 27-30 de Junio, 2007, Santiago de Compostela, 2009, pp. 160-175.

(2010) - *Castellum Madae*. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela (policopiado), Santiago de Compostela.
(2010a) - O Monte Padrão no quadro do povoamento medieval entre Douro e Ave, *Rudesindus. Pastor egregio, monge piedoso, defensor do solo pátrio*, Porto, pp. 215-317.
(2013) - O balneário castro do Monte Padrão, Santo Tirso, *Boletim Cultural – Vila Nova de Famalicão*, IIIª Série, nº 6/7, Vila Nova de Famalicão, pp. 101-127.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **FRANCISCO**, Carvalho Correia; **BORGES**, Nestor
(2007) - *Rudesindus. Pastor egregio, monge piedoso, defensor do solo pátrio*. MC aniversário do nascimento de São Rosendo. Catálogo da exposição comemorativa (Museu Municipal Abade Pedrosa), Porto, Santa Maria da Feira, pp. 264- 276.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **CORREIA**, Francisco Carvalho
(2011) - *Santo Thyrsos de Riba D’Ave*. Notas e Comentários, Santo Tirso.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **BORGES**, Nestor
(2012) - *Génese e evolução do concelho de Santo Tirso. Estrutura administrativa e órgãos autárquicos (1834-2012)*, Santo Tirso.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **SILVA**, Armando Coelho Ferreira
(2010) - O rio da Memória. A romanização do vale do Leça, *O rio da memória. Arqueologia no território do Leça*, CMM, Porto, pp. 125-198.

MORILLO, Susana Reboreda
(1996) - Historia Antiga, *Historia de Ourense*, A Coruña, pp. 67-116.

PASSOS, Carlos
(1956) - *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*, O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural da Câmara Municipal de Santo Tirso, Porto.

PEDREÑO, J. C. Olivares
(2000) - *Los dioses indígenas en el Noroeste de Portugal*, Conímbriga, vol. XXXIX, Coimbra, pp. 58-83.

PEREIRA, Isabel; **BOST**, Jean-Pierre; **HIERNARD**, Jean
(1974) - Les Monnaies, *Fouilles de Conimbriga*, III, Direcção de Jorge Alarcão e R. Etienne, Mission Archéologique Française au Portugal et Musée Monographique de Conimbriga, pp. 307.

PÉREZ, Ladislao Castro
(1997) - Brazaletes de bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, nº 1, Porto, pp. 5-11.

PIMENTEL, Alberto

(1902) - *Santo Thyrsos de Riba D'Ave*, Club Thyrsense, Santo Tirso.

PIEL, Joseph; **MATTOSO**, José

(1980) - *PMH, Livros Velhos de Linhagens*, Nova Série, vol. I, Ed. Crítica, Lisboa.

PINHEIRO, Luís Gonzaga Martins

(1957) - *À roda de Negrelos*, Sep. "O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural", Porto.

PINTO, Ruy de Serpa

(1929) - Museu Martins Sarmiento. VI - Lucernas, *Revista de Guimarães*, 39 (3-4), Guimarães, pp. 169-181.

(1930) - Machados de bronze das margens do Ave, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia*, Porto, 4 (3), pp. 306-308.

PINTO, Marcelo Mendes

(1995) Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega. Estado actual da investigação. La moneda hispánica y territorio, *Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*, Madrid, vol. XIV, pp. 231-237.

PONTES, J. M. Cruz

(1976) - *Martins Capela e o renascimento tomista em Portugal no século XIX*, Braga.

QUEIROGA, Francisco Reimão

(1992) - *War and Castros. New approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, Dissertação de Doutoramento, Oxford, policopiado.

REAL, Manuel Luís; **SÁ**, Pedro

(1982) - *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*, Sep. Actas do Colóquio de História Local e Regional - Santo Tirso, 1979, Santo Tirso.

RELLÁN, Rodríguez; **VALCARCE**, Ramon Fabregas

(2011) - La industria lítica en el Noroeste de la Península Ibérica durante el III y IV milénios a.C., *Las Comunidades Campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y IV milénios BC en el NW de la Península Ibérica*, Pontevedra, pp. 249-258.

REY, Beatriz Comendador

(1998) - Los inicios de la metalurgia en el Noroeste de la Península Iberica, *Brigantium*, vol. 11, A Coruña.

RIBEIRO, Orlando

(1963) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2ª Edição, Lisboa.

SANCHES, Maria de Jesus

- (1981) - Recipientes cerâmicos da pré-história recente no Norte de Portugal, *Arqueologia*, n.º 3, Porto, pp. 88-98.
(1982) - Vasos da estação arqueológica do Corvilho - Santo Tirso, *Arqueologia*, n.º 4, Porto, pp. 56-61.
(1988) - O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 125-134.

SANTARÉM, Carlos Manuel Faya

- (1951) - O castro de Monte Padrão, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. I, n.º 1, Porto, pp. 49-66.
(1952) - Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 1, Porto, pp. 105-111.
(1953) - Duas inscrições romanas inéditas do concelho de Santo Tirso, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Porto, pp. 397-401.
(1953) - Inscrições do concelho de Santo Tirso. Séculos XI a XIX, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Porto, pp. 435-462.
(1954) - Um bronze de arte, *Revista de Guimarães*, 64 (1-2), Guimarães, pp. 31-39.
(1954a) - Inscrições portuguesas do concelho de Santo Tirso. Século XII-XIX, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. III, n.º 1, Porto, pp. 57-93.
(1955) - O castro de Monte do Padrão. Campanhas de 1952-53-54, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. III, n.º 4, Porto, pp. 397-429.
(1956) - Um notável instrumento pré-histórico do círculo nórdico encontrada em Monte Córdova, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, IV, n.º 1, Porto, pp. 69-72.
(1956a) - Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa II - Espólio arqueológico do Corvilho, Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2, Porto, pp. 169-177.
(1956b) - Inscrições portuguesas do concelho de Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 3, Porto, pp. 271-288.
(1956c) - Inscrições romanas no concelho de Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 1, Porto, pp. 63-70.
(1977) - Uma inscrição romana de Alvarelhos, Santo Tirso, *Santo Tirso - Boletim Cultural Concelhio*, vol. I, n.º 1, Porto, pp. 161-170.
(1977a) - *Santo Tirso. Ligeiros apontamentos para uma monografia*, Porto.
(1979) - Génese do concelho de Santo Tirso, *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, (Santo Tirso, 17-18 de Março de 1979), Porto, pp. 407-414.

SARMENTO, Martins

- (1884) - O soldado que venceu Viriato, *A Vida Moderna*, VI, n.º 6, Porto, pp. 303-304.
(1895) - A inscrição de Burgães, *A Vida Moderna*, VI, n.º 6, Porto, (Sep.) pp. 1-3.
(1887) - Para o Pantheon Lusitano, *Revista de Guimarães*, vol. I, Porto, pp. 227-240.
(1888) - A propósito do "Roteiro de Tesouros", *Revista de Guimarães*, vol. V, Guimarães, pp. 5-11.
(1888) - Antigualhas, *Revista de Guimarães*, vol. V (4), Guimarães, pp. 157-163.
(1895) - A inscrição de Santo Tirso, *A Vida Moderna*, XVI, n.º 17, Porto, pp. 178-179.

- (1927) - Cartas a Pereira Caldas, *Revista de Guimarães*, vol. XXXVII, Guimarães, pp. 1-9.
(1930) - Carta a Martins Capela, *Revista de Guimarães*, vol. XL, Guimarães, pp. 83-87.
(1933) - *Dispersos*, vol. I-II, Coimbra.

SILVA, Armando Coelho Ferreira

- (1983) - *Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*, Paços de Ferreira
(1983-1984) - A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portugália*, Nova Série, 3-4, (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), Porto, pp. 121-129.
(1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
(1995) - A evolução do habitat Castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C., *Revista da Faculdade de Letras - História, Universidade do Porto*, Porto, 505-546.
(1999) - *Citânia de Sanfins*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
(2007) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **GOMES**, Mário Varela Gomes

- (1992) - *Proto-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **MACHADO**, João

- (2007) - Banhos castrejos do Norte de Portugal, *Pedra formosa. Arqueologia experimental - Vila Nova de Famalicão* (Coord. Armando Coelho Ferreira da Silva). Vila Nova de Famalicão, pp. 21-62.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **MOREIRA**, Álvaro de Brito;

- (2010) - O rio da Memória. Proto-História no vale do Leça, Porto, pp. 89-123.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **RAPOSO**, Luís; **SILVA**, Carlos Tavares

- (1993) - *Pré-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.

TEIXEIRA, Ricardo

- (2010) - Idade Média. Dados e perspectivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (Sécs. IX-XIV), *O rio da Memória*, Matosinhos, pp. 199-239.

TOVAR, A.; **NAVASCUES**, J. M.

- (1950) - Algunas consideraciones sobre los nombres de divindades del Oeste Peninsular, *Miscelania de Filologia, Literatura e História Cultural - À memória de F. A. Coelho*, vol. II, Lisboa, pp. 178-191.

TRANOY, Alain

(1980) – Releigion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire romain, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Barcelos, pp. 183-230.

(1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.

TRANOY, Alain; **Le ROUX**, Patrick

(1989-90) – As necrópoles de Bracara Augusta. As inscrições funerárias, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, n.º 6-7, Braga, pp. 183-230.

VALCARCE, Ramon Fabregas

(1984) – La industria de piedra pulida en las sepulturas megalíticas de Galicia, *Trabajos de Prehistorias*, 41, Madrid, pp. 129-163.

(1984) – Para una tipología de los útiles de piedra pulimentada de la cultura megalítica de Galicia, *Boletim do Museo Provincial de Lugo*, n.º II, Lugo, pp. 5-11.

(1992) – Estudio funcional de útiles pulimentados: Experimentos de tala y analyses de microdesgaste, *SPAL*, I, pp. 107-123.

UNTERMANN, Jürgen

(1980) – Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas, *Actas del III Congresso de Linguas y Culturas Paleohispánicas* (Lisboa 1980), Salamanca, pp. 343-363.

VILLAR, Francisco

(1993-95) – Um elemento de religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopaland-aigae, Trebopala, Pales, Vispála, *Kalathos*, 13-14, Teruel, pp. 355-358.

VALVÍS, F. Conde

(1955) – Las termas romanas de la «Cibdá» de Armea en Santa Marina de Aguas Santas, III Congresso Arqueologico Nacional (Galicia, 1953), Zaragoza, pp. 432-446.

VAQUERO, Santiago Carretero

(1999) – El ejército romano del Noroeste Peninsular durante el alto imperio. Estado de la cuestión, *Gladius*, Tomo XIX, Madrid, pp. 143-157.

VASCONCELOS, José Leite

(1987) – *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa

(1905) – *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa

(1913) – *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa

(1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, Lisboa.

VAZ, A. Luís

(1942) – *Mestre e Precursor* (Crítica da vida e obra do Padre Martins Capela, no 1º centenário do seu nascimento), Lisboa.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa

(1936) - *Estudos de História Militar Portuguesa*, Lisboa, 2 vols.

Capítulo II – O mosteiro de Santo Tirso e a sua paróquia (o Cidnai) - Francisco Carvalho Correia

MATTOSO, José

(1980) - *Livros Velhos de Linhagens*, vol. I, ed. crítica de José Mattoso, Publ. do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.

AMARAL, António Caetano

(1735 -1748) - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa.

BARBOSA, Vilhena

(1886) - *Monumentos de Portugal*, ed. Castro Irmão, Lisboa.

BARROS, Gama

(1885-1934) - *História da Administração Pública em Portugal*, vol. II, Lisboa.

BRAGANÇA, Joaquim Oliveira

(1975) - *Missal de Mateus*, ed. crítica de, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CORREIA, Francisco carvalho

(1992) - *Mapa do Mosteiro de S. Tyrso*, “Página Literária de Cultura Tirsense”, n. 24, de 31 de Janeiro de 1992

COSTA, António Domingues de Sousa

(1970) - *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. IV, Ed. Franciscana, 1970, Lisboa.

COSTA, Avelino de Jesus

(1959) - *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra.

CRUZ, António

(1938) - *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra.

GARCIA RODRIGUEZ, Cármen

(1966) - *El Culto de los Santos en la España Romana e Visigoda*, ed. Do CSIC, Madrid.

GRAU, Angel Fábrega

(1953) - *Pasionário Hispânico* (ed. do CSIC, Madrid- Barcelona).

INCARNAÇÃO, D. Tomás

(1760) - *História Ecclesiastica*, t. II, Coimbra.

LEITÃO FERREIRA, Francisco

(1937) - *Alphabeto dos Lentes*, Coimbra.

MACHADO, José Pedro

(1984) - *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência, Lisboa.

MOREIRA, Domingos

(1984) - *Freguesias do Porto. II Parte: Inventariação onomástica*, Porto, Sep. do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2^a série, vol. 2, Porto.

PIMENTEL, Alberto

(1902) - *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, ed. do Club Thyrsense, Santo Tirso, Porto.

PIRES DE LIMA, António Augusto

(1953) - *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto.

RÉAU, Louis

(...) - *Iconographie de l'art chrétien*, sub voce Nicolas de Myre et de Bari.

SANTARÉM, Carlos Manuel Faya

(1953) - *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto, Santo Tirso

(1971) - *Apontamentos de história local XVI*, em JST de 11 de Fevereiro de 1971, Santo Tirso

(1971) - *Apontamentos de história local X*, em JST de 17 de Dezembro de 1971, Santo Tirso.

(1972) - *Apontamentos de história local (XVI)*, em JST de 11 de Fevereiro de 1972, Santo Tirso

(1972) - *Apontamentos de história local, XIII*, em JST de 14 de Janeiro de 1972, Santo Tirso

(1972) - *Apontamentos de história local XI*, em JST de 21 de Janeiro de 1972, Santo Tirso

(1972) - *Apontamentos de história local XVI*, em JST de 4 de Fevereiro de 1972, Santo Tirso.

SANTOS IMÕES, J.M.

(1979) - *Azulejaria em Portugal no sec. XVIII*, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SILVA, Filomeno Amaro Soares da

(2001) - *Cartulário de D. Maior Martins*, sec. XIII, Associação da Defesa do Património Arouquense, Arouca.

SMITH, Robert

(1972) - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça*, t. I, ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

TOMÁS, Frei Leão
(1651) - *Benedictina Lusitana*, Lisboa.

VASCONCELLOS, José Leite
(1928) - *Antroponímia Portuguesa*, Imprensa Nacional de Lisboa.

VIEIRA, José Augusto
(1886) - *O Minho Pittoresco*, t. II, p. 300.

Capítulo III – De Vila a Cidade - Conceição Melo

ARAÚJO, M. C.
(2011) - *Cidade, Política e Arquitectura. Impacto dos PMOT's no Território. O caso de Santo Tirso*. Guimarães: Mara Araújo.

BORGES, N., e Moreira, A. B.
(2012) - *Génese e Evolução Concelho de Santo Tirso 1834.2012*. Santo Tirso.

CARDOSO, António;
(1997) - *O arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*; Porto: FAUP, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Correia, F. C. (2000) *Santo Tirso da Cidade e do Seu Termo II Volume*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

CORREIA, F. C.
(2004) - *Santo Tirso da Cidade e do Seu Termo V Volume*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

DOMINGUES, A.
(2006) - *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Argumentum.

LOBO, M. S.
(1995) - *Planos de urbanização A Época de Duarte Pacheco*. Porto: DGOTDU e FAUP.

MACHADO, P. S.
(1992) - *Cadernos de Cultura AVE 6*. Santo Tirso : Câmara Municipal de Santo Tirso.

MACHADO, P. S.; **COSTA**, José Luís Monteiro
(1993) - *Cadernos de Cultura AVE 8. Santo Tirso, de Ontem... e de Hoje*; Santo Tirso : Câmara Municipal de Santo Tirso.

MESQUITA, M.

(2006) - Marques da Silva, o aluno, o professor, o arquitecto - Catálogo da Exposição. Porto

OLAIO, N.; MOREIRA, Álvaro B.

(1995) - *Catálogo Comemorações dos 150 anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

OLIVEIRA, C.

(1996) - *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Circulo de Leitores. Instituto Jose Marques da Siva e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PIMENTEL, A.

(2011) - Santo Thyrsó e Riba d'Ave (comentado por Francisco Carvalho Correia e Álvaro Moreira). Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

SANTANA DIONISIO.

(1964) - *Guia de Portugal Entre Douro e Minho I Douro Litoral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fontes Documentais:

AMAVE

(1993) - *Plano Estratégico do Vale do Ave*; Associação de Municípios do Vale do Ave
(2000) - *Plano Estratégico do Vale do Ave 2000/2006*; Associação de Municípios do Vale do Ave

CCDRN

(2000) - *Pronorte - Programa Operacional do Norte 1994/1999*. Porto.

QUATERNAIRE, P.

(1995) - *Plano Estratégico do Sistema Urbano do Vale do Ave*. Vale do Ave: Quatenaire, Portugal.

REZENDE, M.

(1949) - *Ante-plano de Urbanização de Santo Tirso*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

ROTEP, edição Camacho Pereira

(1959) - *Santo Tirso*; Brochura patrocinada pelo SNI e MEN

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

(1852/...) - *Livro denominado Annaes do Município, para os cazos, de que trata a portaria do Ministério do Reino de o de gro 1847*, Santo Tirso.

(1954/1972) - *Livro de Actas da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

(1972/...) - *Livro de Actas da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

(1991) - *Plano Diretor Municipal*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

(1997) - *Santo Tirso 2001*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

(2004) - *Plano Diretor Municipal*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

(2005) - *Exposição Vila das Aves: Olhares/Memórias; Catálogo da exposição; Santo Tirso*

(2009) - *Santo Tirso da Tradição à Modernidade*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

URBANIZAÇÃO, D. G.

(1947) - *15 Anos de Obras Públicas 1932/1947 O Problema da Habitação. Exposição de Obras Públicas*.

FICHA TÉCNICA

Título Santo Tirso. Das origens do povoamento à atualidade

Coordenação Conceição Melo, Álvaro Moreira

Autores Álvaro moreira, Francisco Carvalho Correia,
Conceição Melo, Mariana Gomes

Edição Câmara Municipal de Santo Tirso

Capa e paginação Rafael Serra

Impressão e acabamento Norprint

Tiragem 250 exemplares

Depósito Legal

ISBN 978-972-8180-42-3

